Documentos para Disseminação

Memória Institucional

12

EMBAIXADOR MACEDO SOARES

Um Príncipe da Conciliação

Recordando o Primeiro Presidente do IBGE

TEIXEIRA DE FREITAS NA ESTATÍSTICA BRASILEIRA 1908-2008

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Documentos para Disseminação

Memória Institucional 12

Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação.

Recordando o 1º Presidente do IBGE

Rio de Janeiro
2008

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro – 200021-120 – Rio de Janeiro - Brasil

ISSN 0103-6335 **Documentos para disseminação**
ISSN 0103-6459 **Memória institucional**
Divulga textos sobre o IBGE e personalidades que contribuíram para a história do Instituto.

ISBN 978-85-240-4008-5

© IBGE. 2008

Este volume foi organizado por Nelson de Castro Senra, Doutor em Ciência da Informação (ECO / UFRJ), pesquisador no Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, e Professor de "Sociologia das Estatísticas" no Programa de Mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, ambos no IBGE.

Capa
Marcos Balster Fiore
Ilustração - Aldo Victorio Filho
Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informação - CDDI

Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação : recordando o 1º presidente do IBGE / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. – Rio de Janeiro : IBGE, 2008.
331 p. – (Documentos para disseminação. Memória institucional, ISSN 0103-6459 ; 12)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-240-4008-5

1. Soares, José Carlos de Macedo, 1883-1968. 2. IBGE - História. 3. Geógrafos – Biografia. 4. IBGE – Discursos, ensaios, conferências. 5. Academia Brasileira de Letras – Discursos, ensaios, conferências. 6. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Discursos, ensaios, conferências. 7. Brasil – Relações exteriores – 1934-1936. 8. Brasil – Relações exteriores – 1955-1958. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. II. Série. Documentos para disseminação. Memória institucional (IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações) ; 12.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 929SOARES
RJ/IBGE/2008-05 IBGE

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Sumário

5 **Apresentação**

7 **José Carlos de Macedo Soares: a investidura na presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**
Lucia Maria Paschoal Guimarães

13 **Macedo Soares e a atuação da diplomacia brasileira na questão do Chaco Boreal (1932-1935)**
Helder Gordim da Silveira

25 **As fronteiras institucionais das administrações do embaixador Macedo Soares: uma abordagem preliminar**
Alexandre de Paiva Rio Camargo

37 **Carlito, historiador**
Guilherme Pereira das Neves

45 **Oração de posse na cadeira 12 da ABL**
Alfredo Bosi

57 **Macedo Soares à frente do IBGE (1936-1951 e 1955-1956)**

59 Discurso na 1ª investidura, em 29 de maio de 1936

60 Discurso na 2ª investidura, em 25 de novembro de 1955

63 **Macedo Soares à frente do IHGB (1939-1968)**

71 **Macedo Soares à frente da ABL (1942-1943)**

73 Discurso ao assumir a cadeira 12

109 Discurso de posse na presidência

110 Balanço de gestão ao passar a presidência

117 **Macedo Soares à frente do Ministério das Relações Exteriores**

119 1ª gestão: jul. 1934 a nov. 1936

125 2ª gestão: nov. 1955 a jul. 1958

127 **O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, o homem e a obra**
Edmundo de Macedo Soares e Silva

145 **O Instituto Histórico e José Carlos de Macedo Soares**
Virgilio Corrêa Filho

173 **José Carlos de Macedo Soares e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
Virgilio Corrêa Filho

217 **O primeiro presidente do IBGE**
Waldemar Lopes

225 ***In Memorian*: documentação**

227 Discursos em Assembléias-Gerais

254 Discurso no 3º Aniversário do IBGE

256 Discurso no 5º Aniversário do IBGE

269 Discurso no 7º Aniversário do IBGE

278 Discurso no 9º Aniversário do IBGE

280 Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos

282 Apresentação do Anuário Estatístico do Brasil – 1936

284 Apresentação da RBE

285 Prefácio de "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia"

288 Prefácio de "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação"

291 Apresentação do "Vocabulário Brasileiro de Estatística"

293 **Em sinal de reconhecimento**

295 Resoluções da Assembléia-Geral do CNE

299 Resoluções do Diretório Central do CNG

300 Resoluções da Assembléia-Geral do CNG

305 **Bibliografia de José Carlos de Macedo Soares (1883-1968)**

319 **Anexo**

Painéis do Seminário Macedo Soares,
um príncipe da conciliação

Apresentação

José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) não foi somente o primeiro presidente do IBGE, o mais longevo dentre todos: 1936-1951 e 1955-1956.

Mais que isso, muito mais, ele foi um raro homem público, um notável estadista da República e um intelectual vigoroso. São várias as suas faces: o embaixador, o ministro de Estado (das Relações Exteriores, em duas ocasiões, e da Justiça, em breve período), o deputado constituinte, o governador paulista. Além disso, valerá realçar, a presidência de entidades como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1939-1968, com a rara distinção de presidente perpétuo), a Academia Brasileira de Letras – ABL (1942-1943, onde entrou em 1937), a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ (1945-1951), entre outras tantas, que tão bem unia. Nele, enfim, se associava, com invulgar brilhantismo, o diplomata, o historiador, o geógrafo, o estatísta, o sociólogo, o estudioso das fronteiras. Homem de criação e de ação.

No caso do IBGE, o embaixador Macedo Soares, ou apenas "O Embaixador", como é referido na tradição institucional, por seu nome, por seu inegável prestígio, sua inolvidável capacidade de diálogo, de negociação, de conciliação, sustentou a consolidação da instituição idealizada por Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956). Por suas redes sociais, amparou as iniciativas institucionais, as prestigiou e as propagou; jamais se furtou, pese seus muitos afazeres, em participar do cotidiano institucional, influindo seu destino; não foi uma figura decorativa, muito ao contrário, foi uma figura atuante, presente; tinha idéias, e as passava aos auxiliares. Inegavelmente, a história o evidencia, consorciou sua inteligência à inteligência de Teixeira de Freitas, seu Secretário Geral (1936-1948), e associou seu prestígio à promoção das necessidades institucionais, valorizando as representações estatística e geográfica do Brasil.

Por isso, e muitas outras razões, que os textos a seguir deixam evidente, lembrar com saudade a Macedo Soares, aos 40 anos de seu falecimento, é um dever do IBGE, em seu movimento de consolidação de sua memória. Por demais, é um feliz acaso, que aguçam os espíritos, o se poder fazê-lo no contexto do "Ano Teixeira de Freitas da Estatística Brasileira", em que fica marcado o centenário da entrada deste grande homem de cultura na atividade estatística (pelas mãos de José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, então à frente da Diretoria Geral de Estatística, antecessora natural do IBGE). É o que fazemos, em solene cerimônia, contando com a prestimosa participação de autoridades insignes, neste 7 de abril, uma data forte da história brasileira, o que, por certo, o Embaixador apreciaria. Ao Senhor Embaixador, nosso insigne presidente, todo nosso respeito, nossa admiração, nosso reconhecimento.

David Wu Tai

Coordenador Geral do
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

José Carlos de Macedo Soares: a investidura na presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Lucia Maria Paschoal Guimarães*

Foi com certa apreensão que escolhi discorrer sobre a investidura do embaixador José Carlos de Macedo Soares com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, órgão que ele presidiu por quase três décadas. Afinal, pouco se poderia acrescentar às resenhas biográficas de confrades que privaram do seu convívio na Casa da Memória Nacional, a exemplo de Virgilio Corrêa Filho (1963), Américo Jacobina Lacombe (1968), Enéas Martins Filho (1968), frei Venâncio Willeke (1968) ou do seu primo Edmundo de Macedo Soares e Silva (1985). Além disso, havia uma outra dificuldade a enfrentar: a atuação poliédrica, por assim dizer, do "embaixador", que transitou com desenvoltura entre a iniciativa privada e o serviço público, o exercício da política e a atividade intelectual, os negócios da banca e a prática da benemerência religiosa.

Contudo, revendo as fontes para preparar a minha intervenção percebi a existência de uma zona nebulosa na trajetória acadêmica de Macedo Soares, envolvendo justamente a sua ascensão à presidência do Instituto Histórico. Isto me remeteu a uma questão levantada por Pierre Bourdieu, a da "ilusão biográfica". Ou seja, do impulso que leva certos biógrafos a escreverem narrativas lineares, procurando encadear a história de vida do biografado com sua produção intelectual ou a respectiva atuação acadêmica (BOURDIEU, 1996, p. 80-81). Ao que parece, da tentação não escaparam aqueles autorizados autores, como se verá mais adiante.

José Carlos de Macedo Soares nasceu na cidade de São Paulo, filho do Dr. José Eduardo de Macedo Soares e de D. Cândida Sodré, a 6 de outubro de 1883. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, lecionou Economia Política e Finanças na Escola de Comércio Álvares Penteado e dirigiu o Ginásio Macedo Soares, de propriedade da família. Fez várias viagens de estudos à Europa e aos Estados Unidos. Contraiu matrimônio em 1910 com

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Titular de Historiografia do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisadora do Programa Prociência da UERJ; Pesquisadora do CNPq, do Programa Cientista do Nosso Estado e do PRONEX CNPq/FAPERJ "Dimensões da Cidadania nos Oitocentos", coordenado pelo Dr. José Murilo de Carvalho. Sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Matilde Melchert da Fonseca, herdeira de abastada família de proprietários da região de Itu, cuja fortuna passou a administrar com sucesso. A boa gestão não apenas multiplicou algumas vezes o patrimônio do casal, como também lhe abriu as portas do mundo empresarial, onde exerceria funções executivas em importantes organizações bancárias e industriais. Em 1923, elegeu-se presidente da Associação Comercial de São Paulo. No ano seguinte, ao eclodir a revolta de 5 de julho, chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, apesar de manifestar-se contrário ao movimento, usou do seu prestígio na Associação para garantir o abastecimento da população civil da capital paulista e buscou evitar o bombardeio da cidade pelas tropas legalistas. Sufocado o levante, ele seria preso e transferido para o Distrito Federal, acusado de cúmplice dos rebeldes. Depois de libertado, exilou-se voluntariamente na França. Residiu em Paris por três anos e meio, período dedicado a estudos e à publicação de diversos livros, entre os quais se destaca a obra *Justiça*: *a revolta militar de São Paulo* (SOARES, 1925), na qual aborda a insurreição de 1924, e constitui um caso interessante do que hoje em dia se denomina de história do tempo presente.

Militante ativo da Aliança Liberal, em 1930, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas, a quem hospedou em São Paulo, tornando-se seu amigo e colaborador. Participou do governo provisório estadual, instalado pelos revolucionários de outubro, como secretário da Justiça. Apesar da renúncia coletiva do secretariado, quarenta dias depois da posse, por causa de divergências com o interventor João Alberto, continuaria a influir no cenário político, mediando as demandas das forças paulistas junto ao poder central. Elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte (1933-1934).

Paralelo às lides políticas, encarregou-se de diversas missões diplomáticas no estrangeiro, a convite de Getúlio Vargas. Em 1932, chefiou as delegações do Brasil à Conferência de desarmamento e à XVI Conferência Internacional do Trabalho, e desempenhou as funções de embaixador especial junto ao governo Ministro das Relações Exteriores entre 1934 e 1937, intermediou a assinatura do Protocolo que pôs termo à guerra do Chaco entre o Paraguai e a Bolívia (1935), e representou o governo brasileiro nas cerimônias de investidura do segundo mandato de Franklin Delano Roosevelt. Nesse ínterim passou a presidir, concomitantemente, o recém criado Instituto Brasileiro de Estatística, depois rebatizado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ainda em 1937, de julho a novembro, ocupou a pasta da Justiça. Segundo um dos seus biógrafos, ao saber que no governo se tramava para manter Getúlio no poder, pediu demissão às vésperas do golpe do Estado Novo, alegando problemas de saúde (SILVA, 1985). Entretanto, continuou a desfrutar da amizade de Vargas, permanecendo à testa do IBGE. Com o fim do Estado Novo, foi designado por José Linhares interventor federal no estado de São Paulo. Reassumiu a chancelaria em 1955, na presidência de Nereu Ramos, sendo mantido no cargo por Juscelino Kubitschek, ocasião em que dirigiu os entendimentos para a celebração dos Acordos de Roboré, firmados entre Brasil e Bolívia (1958). Na gestão do presidente Kubitschek, respondeu também, interinamente, pelo ministério da Justiça. Afastou-se do Itamaraty em 1958, passando, então, a se dedicar aos negócios privados e à vida acadêmica. Faleceu em São Paulo, em 24 de janeiro de 1968.

José Carlos de Macedo Soares integrou os quadros sociais das mais importantes agremiações culturais do país. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Letras. Historiador, homem de letras e bibliófilo, deixou obra expressiva, sobretudo, nos campos da história diplomática, da história da igreja e da história política, além de ensaios, conferências e discursos. Fez numerosas traduções e teve vários de seus trabalhos vertidos para línguas estrangeiras.

A ligação de Macedo Soares com o IHGB iniciou-se em 1921, ano da sua admissão na categoria de membro correspondente. Ele já pertencia ao Instituto Histórico de São Paulo e acabara de publicar o estudo *Falsos troféus de Ituzaingó* (SOARES, 1920), trabalho de reconhecida erudição, fruto de pesquisa alentada, que lhe serviu de prova de suficiência acadêmica para ingressar na associação do Rio do Janeiro. Entretanto, ele não iria freqüentá-la por cerca de 27 anos.

O nome do embaixador só voltaria a ser mencionado no Silogeu, em outubro de 1938, no III Congresso de História Nacional, primeiro como autor da tese *Fronteiras do Brasil no regime colonial*, depois numa das sessões preparatórias, quando Max Fleiuss sugeriu que ocupasse a vice-presidência dos trabalhos (ATA..., 1939, p. 33). A partir daí, a mão do destino e o empurrão de um certo confrade haveriam de (re)introduzi-lo na corporação dos historiadores, onde cumpriu carreira meteórica. Eleito sócio benemérito em 14 de abril de 1939, transcorridos cerca de 30 dias ascendeu à presidência interina, passados nove meses tornou-se efetivo, dois anos depois seria proclamado presidente perpétuo, a 15 de dezembro de 1941.

A maioria dos relatos a respeito da gestão de Macedo Soares no IHGB silencia sobre essa escalada olímpica. Virgilio Corrêa Filho preocupou-se em justificá-la, sustentando que ele não se apressara em aceitar compromisso algum junto ao Instituto, "enquanto residisse em São Paulo, onde se concentravam as suas atividades construtivas"(CORRÊA FILHO, 1963, p. 80). Ora, como já se viu, o embaixador ocupou sucessivos cargos públicos no primeiro governo Vargas, cujo exercício exigia a sua presença na então capital do País, o que põe por terra o argumento de Virgilio. Neste sentido, a investidura do embaixador no Instituto Histórico não pode ser atribuída a uma prosaica questão de mudança de domicílio.

Entre 1912 e 1938, o Instituto Histórico teve à sua frente o conde de Afonso Celso, que sucedera ao barão do Rio Branco. Personalidade conhecida tanto na esfera política, quanto nos meios letrados, um dos expoentes do nacionalismo brasileiro no alvorecer do século passado, ele já integrava a Mesa Diretora, na qualidade de orador oficial e vinha dirigindo as sessões ordinárias nos impedimentos constantes de Rio Branco, à época titular da chancelaria. Após a morte do barão, a Assembléia dos sócios oficializou o que acontecia na prática, deslocando Afonso Celso, naturalmente, para a presidência do Instituto.

Afonso Celso, ao lado de Max Fleiuss – secretário perpétuo, e de Ramiz Galvão - seu substituto no posto de orador oficial, formou o que denominei em outro trabalho de a "Trindade do Silogeu" (GUIMARÃES, 2007, p. 59-76). Eles conduziriam os destinos da Casa da Memória Nacional por um quarto de século. Promoveram alterações substantivas na estrutura e no funcionamento do reduto intelectual, a começar pela reforma dos seus estatutos. Transformaram-no em um órgão direcionado para a pesquisa e a produção do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que renovaram seus quadros sociais. Desenvolveram intensa atividade acadêmica, em que se sobressaem, entre outros empreendimentos, os Congressos de História Nacional (1914, 1931 e 1938) e o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922); a preparação do *Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico do Brasil* (1922); a criação da Faculdade de Filosofia e Letras, iniciativa pioneira, embora de vida efêmera. Isto sem falar na organização do traslado e dos funerais de d. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina, em 1922.

Outro traço que caracterizou a atuação da "Trindade do Silogeu" foi o empenho em estabelecer um clima de harmonia e de cooperação com os órgãos públicos, sobretudo, durante os governos de Epitácio Pessoa e de Getúlio Vargas. Neste último, para se ter uma idéia, a corporação funcionava como uma espécie de órgão de aconselhamento da política cultural implementada pelo Estado Novo e usufruía as benesses do mecenato de Vargas, o qual não dispensava as orientações do "templo de civismo".

A "Trindade" desfez-se em 1938, quando desapareceram Ramiz Galvão e Afonso Celso, respectivamente, em 09 de março e em 11 de julho daquele ano, às vésperas do III Congresso de História Nacional, convocado para 21 de outubro, a propósito do centésimo aniversário de fundação do Instituto. Max Fleiuss continuaria no posto até 1943, quando veio a falecer. Aliás, na sessão de encerramento daquele evento, Max externaria o seu desânimo para prosseguir nos seus encargos, sem os dois habituais companheiros: "sinto-me fatigado e peço que se cogite de um substituto, ao qual sobrarão todas as faculdades para dar maior realce a esse cargo" (FLEIUSS, 1939, p. 63-64).

De acordo com os Estatutos do IHGB, na vacância da presidência, caberia ao primeiro vice-presidente – professor Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956), responder, provisoriamente, pelo Instituto até a realização da Assembléia Geral dos sócios,

agendada anualmente para o mês de dezembro, ocasião em que se efetuariam as eleições dos membros para compor a nova Mesa Diretora, inclusive o presidente efetivo. Porém, desrespeitando os Estatutos, a Assembléia resolveu prolongar a interinidade de Manuel Cícero.

A documentação oficial não oferece qualquer esclarecimento acerca das motivações que levaram àquela decisão. Há, no entanto, algumas pistas, disseminadas nos papéis do Secretário Perpétuo, que vale a pena explorar. Embora não escondesse o seu abatimento com as mortes de Ramiz Galvão e de Afonso Celso, Max Fleiuss andava preocupado com a sorte do Instituto. Avaliava que dificilmente poderia manter-se em evidência no panorama cultural brasileiro, caso continuasse a ser dirigido por uma personalidade de perfil apenas acadêmico, tal como Manuel Cícero. No seu ponto de vista, o exercício da presidência de uma instituição da sua envergadura não requeria apenas virtudes intelectuais. Era preciso conjugá-las com boas doses de liderança e de influência política[1].

A situação tornou-se delicada com o passar do tempo. Por um lado, Fleiuss não desejava magoar o amigo Manoel Cícero, intelectual talentoso e de erudição inquestionável (FLEIUSS, 1943, p. 103-107). Mas, por outro, julgava-o pouco apto para o desempenho daquelas funções, em virtude da tímida atuação nas comemorações do centenário do Instituto[2].

O certo é que Max envolveu-se em uma verdadeira maratona, nos dois primeiros meses de 1939, buscando consenso em torno de um nome, o de José Carlos de Macedo Soares, consoante o perfil que desenhara. Tudo leva a crer que a opção por José Carlos partira do próprio Secretário Perpétuo. Depois de diversas consultas, trocas de cartas e de telefonemas, passou a contar com o apoio de Rodrigo Otávio Filho, de Afonso de Taunay, de Oliveira Viana, do ex-presidente da Republica Epitácio Pessoa e de outros veteranos associados.

Porém, a escolha de Macedo Soares suscitou uma série de dificuldades, ao invés de pôr fim à questão. Tratava-se de um sócio correspondente. Por conseguinte, estava impedido de concorrer à presidência, segundo as disposições estatutárias. Forçar qualquer mudança nos diplomas legais para permitir a sua eleição não parecia um bom alvitre. O impasse requeria uma solução mais engenhosa. Fleiuss traçou, então, uma estratégia de combate com o objetivo de dar condições de elegibilidade ao seu candidato. Tencionava elevá-lo à categoria dos sócios beneméritos e, em seguida, apresentá-lo para tomar assento Mesa Diretora.

Macedo Soares, por sua vez, soube corresponder às expectativas do padrinho. Comportou-se como um pupilo aplicado. Ofereceu diversos agrados à corporação, desde livro raros para a biblioteca até a máscara mortuária de Afonso Celso. Sem falar no retrato a óleo do recém falecido presidente, encomendado ao conceituado pintor Carlos Oswald. As iniciativas o habilitavam a ascender à classe mais alta do quadro social do IHGB e o plano alcançaria o efeito desejado.

Promovido a benemérito, a 14 abril de 1939, na mesma ocasião o embaixador seria indicado para desincumbir-se da terceira vice-presidência. Cabia-lhe também assumir o comando do Instituto nos impedimentos do primeiro vice, Manoel Cícero, àquela altura presidente interino do IHGB.

Satisfeito com o resultado da manobra, Fleiuss escreveria ao pupilo: "com a sua ascensão o Instituto retoma o fio de seus notáveis chefes e a gestão, tantas vezes ilustre de Afonso Celso terá um perfeito continuador"[3]. Dias depois, qual um padrinho zeloso, avisava-o da sua estréia, preparada para acontecer durante a visita ao Silogeu de uma embaixada militar do governo do Uruguai, e fazia a seguinte recomendação: "A sessão especial que será a primeira presidida por Você, deve ser, creio, precedida de algumas

---

[1] Conforme discurso pronunciado por ocasião da posse do embaixador Macedo Soares, pesquisado no Arquivo do IHGB. Coleção Max Fleiuss. DL 469. 3.

[2] Conforme Max Fleiuss, em: Carta de [...] dirigida a Macedo Soares, datada de 23 de maio de 1939, pesquisada no Arquivo do IHGB. Coleção IHGB. DL 575.90. Doc.11.

[3] Conforme Max Fleiuss, em: Carta de [...] dirigida a Macedo Soares, datada de 02 de maio de 1939, pesquisada no Arquivo do IHGB. Coleção IHGB. DL 575.90. Doc. 04.

palavras suas em que fale dos grandes presidentes que o Instituto tem tido. Para isso envio dois opúsculos que lhe poderão orientar"[4]. Além disso, de forma a parecer uma "feliz coincidência", fez chegar ao conferencista da república vizinha, o coronel Orosman Vazquez Ledesma, o recado de que apreciaria muito que o oficial discorresse sobre a temática "Ituzaingo fué uma batalha incompleta", assunto do qual Macedo Soares era especialista.

De qualquer modo, apesar do sucesso alcançado pelo embaixador no seu *debut*, a consecução do plano de Fleiuss ainda implicava transpor um derradeiro obstáculo, ou seja, o de persuadir Manuel Cícero a retirar-se definitivamente da direção do Instituto, sem provocar maiores constrangimentos, ou fissuras no corpo social. Com muito cuidado, o Secretário Perpétuo despachou emissários para convencê-lo a renunciar à presidência. Os esforços alcançariam êxito[5]. Finalmente, a 23 de maio de 1939, através de uma carta dirigida a Macedo Soares e publicada no *Jornal do Commercio* (1939, p. 5), Manoel Cícero apresentava sua renúncia. No mesmo dia, o padrinho comunicava ao afilhado a vitória, recomendando-lhe tomar algumas providências imediatas: "O caminho está, pois, desbravado discretamente. [...] acho necessária a sua resposta por telegrama ao Cícero [...], agradecendo os bons serviços que ele tem prestado [...] relevando os esforços que fez para que o centenário transcorresse com exemplar regularidade. Não digo brilho, pois que todos acham que as solenidades não o tiveram"[6].

Referências

ATA da sessão preparatória. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3., [1938], Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 1939. v. 1. p. 33.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: ____. *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 80-81.

CORRÊA FILHO, Virgilio. O Instituto Histórico e José Carlos de Macedo Soares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 261, p. 80-105, out./dez. 1963.

FLEIUSS, Max. *Recordando; casos e perfis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. 3. p. 103-107.

FLEIUSS, Max. Relatório do secretário. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3., [1938], Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 1939. v. 1, p. 63-64.

GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 23 maio 1939.

LACOMBE, Américo Jacobina. Macedo Soares historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 279, p. 49-51, abr./jun. 1968.

MARTINS FILHO, Enéas. Resenha biográfica: José Carlos de Macedo Soares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 279, p. 45- 49, 1968.

---

[4] Conforme Max Fleiuss, em: Carta de [...] dirigida a Macedo Soares, datada de 10 de maio de 1939, pesquisada no Arquivo do IHGB. Coleção IHGB. DL 575.90. Doc. 05.

[5] Conforme Max Fleiuss, em: Carta de [...] dirigida a Rodrigo Otávio, datada de 29 de abril de 1939, pesquisada no Arquivo do IHGB. Coleção IHGB. DL 575.90. Doc. 1.

[6] Conforme Max Fleiuss, em: Carta de [...] dirigida a Macedo Soares, datada de 23 de maio de 1939, pesquisada no Arquivo do IHGB. Coleção IHGB. DL 575.90. Doc.11.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. O embaixador José Carlos de Macedo Soares: o homem e a obra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 346, p. 175-190, jan./mar. 1985.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Falsos troféus de Ituzaingó*. São Paulo: O Livro, 1920.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Justiça:* a revolta militar em São Paulo. Paris: [Paul Dupont], 1925. 517 p.

WILLEKE, Venâncio. Doutor José Carlos de Macedo Soares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 279, p. 56-58, 1968.

Macedo Soares e a atuação da Diplomacia Brasileira na questão do Chaco Boreal (1932-1935)

Helder Gordim da Silveira*

1- Introdução

Ao longo de meu trabalho de pesquisa sobre as relações político-diplomáticas entre a Argentina e o Brasil no século XX, deparei-me com a notável atuação de Macedo Soares à frente do Ministério das Relações Exteriores em uma circunstância particularmente delicada e tremendamente ameaçadora para a paz no subcontinente sul-americano. Tratava-se da atuação brasileira frente ao mais importante conflito internacional no subcontinente naquele século: a Guerra do Chaco (1932-1935), na qual se confrontavam tragicamente Paraguai e Bolívia, os dois países mediterrânicos da América do Sul.

Este texto, portanto, não resulta de trabalho de biógrafo da imensa figura política aqui destacada, forçoso dizê-lo. Pretende, todavia, ao examinar a atuação do Chanceler no intrincado processo de obtenção da paz no Chaco, contribuir, ainda que modesta e talvez apenas episodicamente, para que se lance a ainda devida luz histórica a essa extraordinária vida pública brasileira.

No sentido de enxergar em perspectiva essa atuação diplomática - de resto marcada pela notável visão política e estratégica e por não menos visível arrojo e coragem pessoal do Chanceler, no interior daquele complicado e perigoso tabuleiro, interno e externo, em que se punha em jogo o interesse nacional brasileiro - é necessário começar por breve exame da Guerra que Macedo Soares encontra em sua mais dramática situação ao assumir a chancelaria sucedendo a Afrânio de Mello Franco, em 1934.

2- A História, os Interesses, o Cenário

De fato, o conflito entre o Paraguai e a Bolívia, além de representar a consumação trágica dos nacionalismos das elites locais, manchados no passa-

* Doutor em História das Sociedades Ibero-Americanas – PUCRS. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da PUC RS. Graduado em História pela PUCRS e Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Pesquisa e publicações na área de Relações Internacionais do Brasil República.

do por pesadas derrotas militares e diplomáticas, notadamente na Guerra da Tríplice Aliança e na Guerra do Pacífico, sofreu ingerências externas absolutamente decisivas. Direta ou indiretamente, aquela guerra no fim do mundo tocava interesses dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Liga das Nações, do Sistema Interamericano em construção, de grandes empresas petrolíferas como a *Standard Oil* e de dois vizinhos poderosos e rivais, cujas projeções estratégicas no subcontinente conferiam excepcional relevância ao conflito: Brasil e Argentina.[7]

A primeira disputa diplomática relevante em torno do território do Chaco Boreal[8] data de 1853. O tratado de fronteira, assinado nesse ano entre a Argentina e o Paraguai, reconhecia como pertencente ao território paraguaio o rio de mesmo nome, de margem a margem, abaixo de sua confluência com o rio Paraná, no território do Chaco. A Bolívia protestou, como terceiro interessado, alegando direitos à área ao longo do rio Paraguai. Buenos Aires lavou as mãos.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, a Argentina declarou a intenção de retomar a região que havia reconhecido em 1853 como sendo paraguaia. O Brasil, cujas tropas ocupavam o Paraguai vencido, protestou contra essa intenção da aliada circunstancial e inimiga de sempre do expansionismo brasileiro no Prata. Sob pressão diplomática do Império, em 1878, Argentina e Paraguai acordam em levar a questão à arbitragem do presidente norte-americano Rutherford Hayes. Washington decidiu então a favor do Paraguai, obrigando a Argentina a se retirar da região. A Bolívia novamente protestou contra o resultado da arbitragem, reiterando suas pretensões no território do Chaco. Pragmaticamente, Hayes declara haver arbitrado exclusivamente a questão entre o Paraguai e a Argentina: os alegados direitos de La Paz deveriam ser discutidos com Assunção.

A partir de então, seguiram-se intensas e sempre passionais controvérsias entre Bolívia e Paraguai, com a assinatura de inúmeros acordos e protocolos sistematicamente rejeitados ou não ratificados pelos poderes legislativos de um ou de outro dos contendores. Toda uma geração de intelectuais e políticos nacionalistas paraguaios e bolivianos - de um nacionalismo justificadamente ressentido, diga-se - formou-se com a idéia segundo a qual o Chaco representava a única e última redenção possível para as derrotas nas armas e na diplomacia e as conseqüentes amputações territoriais do passado, as quais, dentre outras coisas, determinavam a incômoda situação mediterrânica de ambos os países.

O Paraguai, ao longo do período, tratou de consolidar a posse da chamada *Zona Hayes* no Chaco, sobretudo por meio de concessões a firmas e a empresários estrangeiros, para a extração do tanino e a criação de gado nas planícies da região, sempre sob o protesto boliviano. Isto até 1927, quando a questão escapou definitivamente para a esfera militar.

Em 1921, novo ingrediente acendera o estopim do conflito. A poderosa *Standard Oil*, truste petrolífero norte-americano, confirmou a presença de petróleo no oriente boliviano, passando a explorá-lo como concessionária. O escoamento do produto, pelo Prata, ao Atlântico tornou-se, porém, problemático. Economicamente, o caminho lógico passaria pela província Argentina de Salta. A Argentina, entretanto, com a ascenção política do nacionalismo modernizador-reformista da Unión Cívica Radical - UCR, criara, em 1922, a estatal Yiacimientos Petrolíferos Fiscales - YPF, entrando em conflito com os interesses da *Standard* no país.

A estratégia Argentina assentava-se no controle da condução do petróleo boliviano como parte da articulação mais ampla daquela região com a economia platina.

---

[7] É extensa a bibliografia concernente às relações políticas entre Brasil e Argentina. Uma análise geral centrada no aspecto conflitivo dessa relação pode ser vista em: SCENNA, Miguel A. *Argentina-Brasil cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975.

[8] A grande região do Chaco divide-se em três zonas: Chaco Boreal, Chaco Central ou *Guallamba* e Chaco Austral. O Chaco Central é a zona compreendida entre os rios Bermejo, Pilcomayo e Paraguai; o Chaco Austral é limitado ao norte pelo rio Bermejo. Essas duas zonas da região do Chaco são integrantes reconhecidas do território argentino desde meados do século XIX. O Chaco Boreal, centro do litígio e da guerra, é uma área com aproximadamente 170 mil quilômetros quadrados, que forma um grande triângulo, limitado a leste pelo rio Paraguai, a oeste pelo Pilcomayo e, ao norte, pelas encostas da serra de Santa Cruz, no centro do subcontinente sul-americano. Para uma interessante descrição dos aspectos físicos mais relevantes do Chaco Boreal, ver: GUERRERO, Júlio C. *La guerra en el Chaco*: el proceso político, el proceso bélico, impresiones del frente. Lima: T. Scheuch, 1934.

De fato, em direção ao território boliviano de Santa Cruz, aliás com antigas aspirações separatistas, corriam os trilhos de um excepcionalmente bem articulado sistema ferroviário argentino. Esses planos, supostamente de reunificação do antigo vice-reinado do Prata sob influência de Buenos Aires, eram acompanhados com grande preocupação no Brasil, pelo menos desde o período do segundo Rio Branco à frente da chancelaria republicana (1902-1912). Para a Bolívia e para a *Standard Oil*, portanto, a tradicional bandeira nacionalista em torno da reivindicação de uma saída soberana ao Atlântico pelas vias fluviais e territoriais do Chaco tornava-se essencial, mais do que nunca.

É assim que, a partir de 1927, a Bolívia passaria a obter vultosos empréstimos internacionais para a compra dos mais modernos materiais bélicos disponíveis no mercado mundial, alguns dos quais seriam usados em larga escala apenas na Segunda Guerra. No Senado americano, os democratas denunciavam a suposta participação ilegal da Standard Oil na obtenção dos empréstimos, sob o silêncio, e talvez a conivência, de setores dominantes no Departamento de Estado. O Paraguai, por seu turno, contaria com o apoio permanente da Argentina, sobretudo após 1930, por meio de empréstimos e fornecimento secreto de material bélico, na sombra da declaração formal de neutralidade de Buenos Aires.9 Completava-se assim o cenário para o mais grave confronto militar sul-americano no século XX, para cuja pacificação contribuirá decisivamente a ação de Macedo Soares, sempre defendendo, todavia, o que se punha como o interesse estratégico brasileiro na questão.

No Brasil, que igualmente se declarava neutro, consolidava-se nos meios militares e no Itamaraty, uma decidida posição anti-argentina e, portanto, pró-Bolívia. A política externa da República, consolidada no período Rio Branco e cujos padrões essenciais foram mantidos pelo movimento de 1930, embora com reorientações, via a Argentina – "a senhora do Prata" – como a principal competidora do país no estabelecimento de uma posição de supremacia política e militar na América do Sul.

A consolidação do pensamento geopolítico, sobretudo nos meios militares brasileiros e argentinos, a partir dos anos 20 do século passado,10 atualizou e reforçou esse eixo de rivalidade, conferindo decisiva relevância ao conflito do Chaco para ambos os países. A obra do então capitão brasileiro Mário Travassos, Projeção continental do Brasil, lançada em 1931 e acatada quase imediatamente nos meios militares brasileiros e argentinos, é um excelente indício dessa atualização. Transpondo para o cenário sul-americano a célebre teoria do *heartland* mundial – a porção da Europa Central cujo domínio decidiria a corrida hegemônica global -, Travassos (1938) propunha que o "coração" sul-americano se encontrava precisamente no território boliviano. Ali, Brasil e Argentina decidiriam a disputa geopolítica, posta como "natural e inevitável", pela supremacia no subcontinente.

É assim que Macedo Soares, ao assumir a chancelaria brasileira, no período final e mais espinhoso politicamente da Guerra do Chaco, herdou e parece haver constituído plenamente como parâmetro de sua atuação, uma intensa disputa argentino-brasileira pela preponderância política na obtenção da paz e dos acordos comerciais, sobre condução do petróleo e derivados, bem como de integração física de toda ordem, notadamente ferroviária, que dela poderiam derivar. A Argentina, mesmo com a relativa desvantagem de apoiar quase abertamente o Paraguai (então chamado nos bastidores do Itamaraty e nos círculos militares brasileiros de "província" Argentina), equilibrou-se de forma notável na neutralidade formal para obter uma posição favorável de negociação e pressão sobre La Paz. O Brasil, mais diretamente associado à posição boliviana, lutava igualmente para não anular suas possibilidades de ganho junto a Assunção.

---

[9] Ver: CHIAVENATO, Julio J. *A guerra do Chaco.* São Paulo: Brasiliense, 1979; LIVIERES GUGGIARI, Lorenzo. *El financiamiento de la defensa del Chaco 1924-1935*: un desafio al liberalismo econômico. Assunción: Arte Nuevo, 1983; ZOOK JÚNIOR, David H. *La condución de la Guerra del Chaco.* Buenos Aires: Lito, 1962; ROUT, Leslie B. *Politics of the Chaco peace conference*. Austin: University of Texas, 1970.

[10] Ver: CHILD, John. O pensamento geopolítico latino-americano. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, maio/jun. 1978; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Pensamento geopolítico brasileiro:* 1920-1980. 1981. 287 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

Essenciais igualmente no interior do processo político de busca pela paz no Chaco, concluído por Macedo Soares do lado brasileiro, eram evidentemente os interesses dos Estados Unidos. Para Washington, estavam em jogo questões de natureza claramente econômica, ligadas a empresas norte-americanas estabelecidas na região – notadamente na área petrolífera – tanto quanto projeções de cunho político-estratégico de médio e longo prazo. Este tipo de projeção caracterizava-se pela meta de consolidar o sistema de poder do país no continente, afastando, tanto quanto possível, a ingerência européia e constituindo o sistema interamericano sob a égide do pan-americanismo – temperado com a Boa Vizinhança de Roosevelt, a partir de 1933 - e das Conferências continentais periódicas que se realizavam desde o final do século XIX. Parece evidente que o controle do processo político de negociações para a cessação de hostilidades e a iniciativa direta na concretização de tal objetivo apresentavam-se com importância central para o Departamento de Estado, em vista dessa meta estratégica de médio prazo.

Nessa perspectiva, a ação diplomática Argentina buscará permanentemente o afastamento do Departamento de Estado da condução do processo de negociações(SCENNA, [1970]), não apenas em virtude da posição da Standard Oil, mas sobretudo em função da posição extremamente favorável do país no interior do sistema de poder britânico – no plano econômico como grande fornecedora de carne e grãos, no que, de resto, competia com os Estados Unidos no mercado mundial -, do que derivava o forte europeísmo da política externa argentina e a conseqüente resistência histórica à consolidação institucional do interamericanismo. Para o Brasil, ao contrário, tratava-se de promover, de forma tão estreita quanto possível, a articulação de sua ação diplomática com a norte-americana, na medida em que esta articulação apresentava-se, pelo menos desde Rio Branco, como uma aliança estratégica favorável ao interesse nacional brasileiro no que se referia ao enfrentamento do "perigo argentino" na disputa pela supremacia no subcontinente sul-americano. Lembre-se nessa direção que os Estados Unidos eram, desde o século XIX, o principal mercado para o café brasileiro.

3- Macedo Soares na Guerra pela Paz

Dentro desse quadro, até a chegada de Macedo Soares à chancelaria, quando a Guerra encontrava-se em seu ponto culminante, com o desenho mais nítido da vitória paraguaia, cujas tropas avançavam em direção ao território de Santa Cruz e logo com o completo esgotamento dos contendores a constituir um perigoso impasse político, o processo de negociação de paz, no qual enfrentavam-se os interesses do Brasil, da Argentina e demais atores internacionais, estivera centralizado em diversos foros no interior dos quais - e entre os quais - refletia-se aquele enfrentamento.

Já em 1928, a Conferência Interamericana para Conciliação e Arbitragem, reunida em Washington, decide pela instauração de uma Comissão de Investigação para analisar os primeiros incidentes militares graves na região do Chaco. Compunham a Comissão os EUA, o Uruguai, o México e a Colômbia. A Argentina, seguindo seu posicionamento padrão de resistência ao estabelecimento do sistema de poder norte-americano no continente, negara-se a participar da Conferência.

A Comissão trabalha até outubro de 1929, quando ocorre seu fracasso definitivo no trato da questão territorial de fundo. O Departamento de Estado, buscando preservar o controle do processo de negociação, consegue transformá-la no Comitê de Neutros, com a participação dos contendores, uma instância mais sólida para o trato da questão boliviano-paraguaia, reunida em Washington, não sem fortes protestos de Buenos Aires.

Em julho de 1932, pouco depois da deflagração definitiva da Guerra no Chaco, o Paraguai retira-se da mesa de negociações em Washington, não sendo difícil inferir a iniciativa argentina nessa decisão. Este seria, na verdade, o primeiro ato da chancelaria argentina sob a condução de Carlos Saavedra Lamas (1937) – um seguidor de grande prestígio da escola geopolítica argentina, de Estanislau Zeballos e futuro Nobel da Paz - , após o início do conflito, na busca de seu objetivo permanente de afastar os EUA do processo de negociação - ou disputa - pela paz no Chaco.

Diante da eclosão da guerra e da fragilização do Comitê de Neutros de Washington, em julho de 1932, reúnem-se, por iniciativa brasileira, em Santiago do Chile, os embaixadores dos países limítrofes dos beligerantes: Argentina, Brasil, Chile e Peru, dando origem ao denominado grupo ABCP.

No interior do grupo, Brasil e Argentina digladiam-se, aquele buscando preservar o Comitê de Neutros como instância de negociação, esta, reivindicando exclusividade para o grupo nesse processo.

Em setembro do mesmo ano, Saavedra Lamas reconduziria a Argentina à Liga das Nações, numa reafirmação da tradicional tendência europeísta da política externa de Buenos Aires, passando a sustentar a tese de que a Liga seria o foro legítimo para as negociações de paz, uma vez que ambos os contendores eram igualmente Estados membros da instituição. É evidente que a ingerência da Liga das Nações em uma questão estritamente americana representava um duro golpe para a consolidação do sistema interamericano, tal como o concebiam setores dominantes do Departamento de Estado. Mesmo mantendo extrema prudência em relação aos EUA, a Liga das Nações decide pela criação de um Comitê Especial para a análise da questão do Chaco, frente ao qual Brasil e Estados Unidos poderiam atuar meramente como observadores, dada a condição de não membros de ambos os países.

Assim, no final de setembro de 1932, há três foros internacionais paralelos, e em vários modos concorrentes, envolvidos na Guerra do Chaco: o Comitê de Neutros de Washington, o grupo ABCP e a Liga das Nações.

A primeira baixa dessa guerra pela paz é o Comitê de Neutros, o que representava uma estupenda vitória argentina. Em dezembro, o Departamento de Estado, através de Francis White, admite publicamente o fracasso do Comitê, transferindo para Genebra e para o ABCP as responsabilidades pelas negociações, não sem manifestar igualmente a preferência pelo grupo americano, onde se encontrava o aliado preferencial no subcontinente.

Cerca de dois anos após, Macedo Soares encontrará, pois, o Itamaraty envolvido em um intenso processo de disputa com a Argentina, quase sempre buscando articulação com os Estados Unidos, para trazer de volta a exclusividade das negociações para a América. Esta fora a tônica da atuação de Afrânio de Mello Franco conduzindo o trabalho diplomático sobretudo das embaixadas em Buenos Aires e em Washington.

No final de 1933, Getúlio Vargas, dada a demissão apresentada por Mello Franco em novembro, assume pessoalmente a condução da atuação brasileira na questão do Chaco. O presidente adota a tática de evitar o poderoso e não menos hábil Saavedra Lamas e os canais diplomáticos regulares.

Pretendia o chefe de estado brasileiro, em manobra que seria relevante e decisiva para o rumo do problema, conduzir as negociações para a VII Conferência Interamericana, que se reuniria em dezembro, em Montevidéu, entendo-se direta e reservadamente com o presidente argentino, o general Justo. A ação, evidentemente, recebera o incentivo e o apoio do Secretário de Estado Cordel Hull.

A intermediação seria efetivada pelo tenente-diplomata Orlando Leite Ribeiro, importante adido na embaixada de Buenos Aires, ao qual Vargas recomenda extrema prudência, dada a situação em que poderia colocar o general Justo diante de seu chanceler, de enorme prestígio no interior do bloco de sustentação do governo.[11]

Contra os esforços de Saavedra Lamas, pois, a questão do Chaco chega a ser negociada em Montevidéu, embora o Paraguai, em franca vantagem militar no momento, permanecesse irredutível, como contava o Chanceler argentino, fiel à perspectiva geopolítica de Zeballos, para a qual o território boliviano de Santa Cruz, independente e incorporado à esfera de influência Argentina, aparecia como uma conseqüência do avanço militar paraguaio. Pelo menos era esse o grande temor que circulava na esfera militar brasileira, para a qual se desenhava então um confronto generalizado no subcontinente.

[11] Conforme correspondências diplomáticas, pesquisadas no Arquivo Getulio Vargas. Rio de Janeiro: Fundação GetulioVargas/ CPDOC. GV-33 12 02, GV 33 12 09 e GV- 33 12 20/2.

No mesmo mês, o Comitê formado pela Liga das Nações finalmente dá por encerados os trabalhos de observação que vinha desenvolvendo na região sob a chefia do espanhol Alvarez Del Vayo. A Liga encontra-se, então, formalmente aparelhada para a elaboração de uma proposta concreta de paz aos beligerantes. A primeira proposta de Genebra surge em janeiro de 1934. Sob forte influência da ação de Saavedra Lamas, a oferta fracassa. A 22 de fevereiro, nova proposta é apresentada e o fracasso se repete.

No campo militar, prosseguia, já sob a observação de Macedo Soares na Chancelaria brasileira, o avanço paraguaio em direção ao território boliviano.

Em julho do mesmo ano, a Argentina decide fazer uma intervenção mais contundente na questão do Chaco. E o faz, desta vez, não apenas no campo diplomático. O setor militar é diretamente acionado, com a ocupação de vários *fortines* dentro do território em litígio. Até mesmo o governo paraguaio mostra-se surpreso diante da atitude de Buenos Aires, apresentando um protesto formal junto à Argentina. No Brasil o fato provoca alarme nos meio militar de onde partem fortes pressões junto a Vargas para que se acelerassem os preparativos para a guerra. Macedo Soares, prudentemente, decide indagar diretamente a Saavedra Lamas "os motivos daquela ocupação"[12].

Pode-se supor que o movimento militar argentino visasse ao preparo de uma futura operação de apoio, por um lado, à ação militar paraguaia dentro do território boliviano de Santa Cruz e, por outro, a um virtual movimento separatista cruzenho. No campo diplomático, Saavedra Lamas decide investir fortemente contra as propostas de paz da Liga das Nações. O chanceler parecia considerar oportuna a intervenção mais direta da Argentina no processo de negociação, o que colocava a necessidade circunstancial de afastar Genebra desse processo. Tratava-se de adequar o ritmo das negociações diplomáticas aos resultados obtidos pelas armas paraguaias no Chaco.

Para tanto, Lamas propõe a formação de um grupo de mediação constituído pela Argentina, o Brasil e os Estados Unidos. Colocando em cena diretamente o seu eixo opositor, Rio de Janeiro – Washington, o chanceler constitui um ponto de apoio fundamental em vista de seu objetivo circunstancial de afastar Genebra das *demarches*. De fato, o Departamento de Estado parece considerar valiosa a oportunidade de trazer as negociações de volta a um cenário americano, mesmo na condição de os EUA aparecerem como coadjuvantes de um espetáculo claramente estrelado por Saavedra Lamas.

Parece ter sido esta a leitura que fez Macedo Soares da manobra Argentina, pois o Brasil não adere imediatamente ao novo grupo mediador, em que pese a pressão que o Departamento de Estado parece haver exercido sobre o Itamaraty. Ao menos extra-oficialmente, tudo indica que o chanceler brasileiro, contrapôs à atitude de seu colega argentino uma ação igualmente autônoma e ousada junto aos beligerantes e, talvez ao Chile, no sentido de deslocar para o Rio de Janeiro e, portanto, para a órbita brasileira, o processo de negociações. Percebe-se aqui, tal como ocorrerá muitas vezes no futuro de sua atuação como chanceler, a compreensão de Macedo Soares do vínculo com os Estados Unidos como uma aliança subordinada ao que se punha como interesse nacional brasileiro, na melhor tradição legada por Rio Branco.

No final de agosto, Macedo Soares trataria finalmente de tranqüilizar Washington com uma resposta oficial que parece mais atestar as medidas extra-oficiais que tomara o embaixador na defesa dos interesses estratégicos brasileiros. Um pouco ironicamente o chanceler comunicaria à sua embaixada em Washington que o Brasil estaria "colaborando sincera e desinteressadamente com o chanceler Saavedra Lamas na solução do conflito do Chaco e não desejamos melindrá-lo, nem tampouco aumentar a nossa responsabilidade, trazendo para o território brasileiro os delicados trabalhos de conciliação"[13].

---

[12] Conforme telegrama de Macedo Soares à embaixada em Washington em 28 de agosto de 1934, pesquisado no Arquivo Macedo Soares. Rio de Janeiro: IHGB. Lata 14-A, pasta 14.

[13] Conforme telegrama de Macedo Soares à embaixada em Washington em 28 de agosto de 1934, pesquisado no Arquivo Macedo Soares. Rio de Janeiro: IHGB. Lata 14-A, pasta 14.

Em setembro, a iniciativa Argentina encontrava-se fracassada quanto ao fundo, mas certamente não em seu objetivo protelatório. Todavia, frustrando completamente as expectativas norte-americanas, mas coerente com os interesses de seu país, Saavedra Lamas relata detalhadamente à Assembléia da Liga das Nações os passos confidenciais e resultados da iniciativa de sua chancelaria, numa demonstração eloqüente da posição argentina em relação às pretensões pan-americanistas de Washington.

A primeiro de dezembro, a Liga das Nações procederá ao último ato de sua ingerência efetiva na questão do Chaco, decretando finalmente o embargo de armas aos beligerantes. Sem obter a cessação de hostilidades, a Liga havia instituído a 24 de novembro uma Comissão Consultiva, sediada em Genebra, com a função de monitorar o cumprimento das recomendações aprovadas e por aprovar. Entre aquelas encontrava-se a constituição de uma Comissão de Administração do território ainda por ser neutralizado, com sede na América do Sul. A Comissão seria composta por representantes da Argentina, do Chile, do Peru e do Uruguai, estados-membro da Liga. São convidados por Genebra para integrarem ambas as comissões os não-membros Brasil e Estados Unidos. A Liga incumbe ainda ao chefe de Estado argentino de convocar a futura Conferência de Paz, a ser instalada em Buenos Aires, para a qual seriam igualmente convidados o Brasil e os EUA.

A par desta aparente desistência por parte de Genebra de obter o término das hostilidades via negociação com os beligerantes, a situação militar do Chaco aproximava-se de seu estado-limite. De fato, no final de 1934, o exército paraguaio conquistara todo o território do Chaco Boreal, tendo sua linha de frente já localizada nas proximidades das encostas andinas.

A partir de então, as projeções se faziam em dois sentidos: ou o avanço paraguaio prosseguiria adentro do território boliviano, ou a Bolívia, lutando então em terreno conhecido por seus soldados e mais próximo de sua retaguarda, resistiria e, depois de certo tempo, poderia impor ao Paraguai o recuo, dadas as maiores reservas com que contava La Paz, sobretudo em material humano.

A partir das atitudes de Genebra, o Itamaraty e o Departamento de Estado consultam-se a respeito da posição a ser adotada por Brasil e EUA, buscando novamente uma articulação eficaz.

A 8 de dezembro, Macedo Soares informa a Vargas o andamento das negociações:

> Tivemos [...] vários entendimentos com o governo dos Estados Unidos da América do Norte que (procurando ouvir o Brasil com a atenção a que só uma grande potência poderia fazer jus) fixou a resposta que deu à Sociedade das Nações, de molde a que o Brasil pudesse, de maneira aproximada, responder ao convite idêntico que recebera da SDN.[14]

O Departamento, coerente com o interamericanismo isolacionista, respondera à Liga que os EUA não participariam de forma alguma da Comissão Consultiva de Genebra. Enviariam somente um observador, com voz, mas sem voto, à futura Comissão de Administração e apenas quanto à Conferência de Paz mostravam-se dispostos ao envio de um representante plenipotenciário.

Relatando essa resposta norte-americana à Liga para Vargas, Macedo Soares pondera junto ao Chefe de Estado que o Brasil não poderia, nesta oportunidade, adotar uma atitude semelhante a de Washington. O chanceler revela nesse sentido o raciocínio que expusera aos representantes da Casa Branca:

> Nos entendimentos prévios que tivemos com o governo dos Estados Unidos fizemos sentir que devido à sua peculiar situação geopolítica [...], o Brasil não poderia se contentar como um mero observador, e precisaria de ter um representante com direitos iguais às demais nações interessadas.[15]

---

[14] Conforme correspondência diplomática, pesquisada no Arquivo Getulio Vargas. Rio de Janeiro: Fundação GetulioVargas/ CPDOC. GV- 34 12 08/1.

[15] Conforme correspondência diplomática, pesquisada no Arquivo Getulio Vargas. Rio de Janeiro: Fundação GetulioVargas/

Aqui, como sempre, as negociações conduzidas por Macedo Soares com os Estados Unidos revelam a visão do chanceler brasileiro conduzida pelos fundamentos ideológicos que configuravam o interesse nacional brasileiro, os quais colocam, para aquela negociação com o centro hegemônico, um espaço de soberania possível, no interior de um pragmatismo que jamais reduz qualquer pauta aos termos de um alinhamento incondicional.

Nessa linha, o chanceler brasileiro, evitando a posição de mero observador, nos dias anteriores tomara nova iniciativa que tendia a colocar o Itamaraty na linha de frente das negociações. Macedo Soares comunicara às representações da Bolívia e do Paraguai no Rio de Janeiro que o Brasil aceitaria todos os termos das recomendações de Genebra, sob a condição de que os dois beligerantes acordassem imediatamente o término das hostilidades. Fazendo notar a Vargas a vitória diplomática brasileira que constituiria o eventual sucesso dessa iniciativa, Macedo Soares pondera que "a cessação imediata das hostilidades será a Paz. O resto, o Tratado definitivo de Paz, que Buenos Aires o faça!...".[16]

Tratava-se de colocar o Brasil na posição altamente favorável de fiador da paz e após, como diria o tenente-diplomata Orlando Leite Ribeiro, passar a "batata quente" adiante, usufruindo desta posição na virtual Conferência de Paz, em Buenos Aires.

Não se limitava, todavia, a este aspecto a vitória diplomática então almejada por Macedo Soares. Na verdade, a obtenção da paz através da iniciativa brasileira era, neste momento, bastante remota, dadas as condições que se apresentavam na esfera estritamente militar do conflito. Parece bastante claro que uma cessação imediata de hostilidades, sem qualquer garantia mais estável de paz, só poderia favorecer aos interesses da Bolívia, que teria ao menos a possibilidade de, com tempo disponível, realizar nova mobilização de seu potencial bélico, bem maior do que o paraguaio, considerando a fragilidade da Liga em garantir a efetividade do embargo que havia decretado. Macedo Soares certamente não poderia contar como provável a hipótese de que o Paraguai aceitasse os termos de sua iniciativa. Era, entretanto, na direção da Bolívia que parecia estar voltada no momento a visão geopolítica do chanceler, seguindo o caminho já trilhado por Afrânio de Mello Franco.

De fato, enquanto o Paraguai não oferece nenhuma resposta ao Brasil, o governo boliviano apressa-se em aceitar a proposta do Itamaraty. A 7 de setembro, solicitando sigilo até que ocorresse a manifestação paraguaia, La Paz comunica a Macedo Soares sua total concordância com relação à iniciativa brasileira, acrescentando que "el gobierno de Bolívia atribuye a la participacion Del Excmo. Gobierno Del Brasil una importancia decisiva para el êxito de las recomendaciones de Genebra".[17]

Diante de tal sucesso político, a resposta paraguaia perdia quase toda a sua importância circunstancial para a chancelaria brasileira.

O Paraguai, justificadamente, adotara a atitude de impedir a concretização de condições políticas para a negociação do cessar-fogo. Na verdade, Assunção deixara sem resposta não apenas o Brasil. Genebra, igualmente, aguardava a concordância paraguaia às suas recomendações. No final de 1934, pois, a Guerra prosseguia, sob uma grave ausência de força e legitimidade de qualquer instância internacional de negociação.

No princípio de 1935, a atitude paraguaia no campo diplomático viria a tencionar ainda mais a situação, com a resposta negativa de Assunção às recomendações de Genebra. O Paraguai nega-se mesmo a reconhecer a legitimidade do já instituído Comitê Consultivo. Este decide, então, levantar o embargo de armas contra a Bolívia e declarar o Paraguai agressor.

A Argentina vê-se, então, na contingência de adotar uma atitude frontalmente contrária a uma deliberação da Liga das Nações. Saavedra Lamas declara não reconhecer as decisões que colocavam o Paraguai na condição de agressor, obtendo a adesão de vários dos vinte e dois membros do Comitê. A última instância de negociação sediada

---

CPDOC. GV- 34 12 08/1.

[16] Idem nota 9.

[17] Conforme correspondência diplomática, pesquisada no Arquivo Getulio Vargas. Rio de Janeiro: Fundação GetulioVargas/ CPDOC. GV- 34 12 00/1.

em Genebra fica, a partir de então, dividida e completamente imobilizada. A 23 de fevereiro, o Paraguai retira-se da Liga.

No Brasil, Vargas acelerava a negociação pessoal que fazia, através do embaixador em Washington, Osvaldo Aranha, no sentido de consolidar o apoio dos Estados Unidos na grande guerra sul-americana que se desenhava.

Enquanto aprofundava-se a tensão no campo militar, a Argentina trataria de ocupar o completo vazio deixado por Genebra na área diplomática. Ainda em janeiro, Saavedra Lamas, acompanhado pela chancelaria chilena, inicia um processo de mediação independente em Buenos Aires. Em fevereiro, o falido Comitê Consultivo empresta apoio formal à mediação chileno-argentina, marcando o fim melancólico da intervenção da Liga na questão do Chaco.

Enquanto o Chile e a Argentina ensaiavam mais uma vez o ritual diplomático de apresentação e negociações de propostas de paz com os beligerantes, Orlando Leite Ribeiro, o observador-chave do Brasil em Buenos Aires, parece considerar oportuna uma nova intervenção brasileira, visando a anular a iniciativa argentina e deslocar o centro das negociações para o Rio de Janeiro. A 19 de março, o adido comercial manifesta a Macedo Soares "a oportunidade de darmos agora uma tacada segura na questão do Chaco".[18]

Leite Ribeiro identificava sinais de fragilidade na posição militar do Paraguai, suficientes para tornar Assunção mais flexível quanto à cessão de uma saída à Bolívia ao sul de Baía Negra. Exibindo exata compreensão das questões geopolíticas em jogo e do vínculo preferencial a ser mantido pelo Brasil no continente, opina Leite Ribeiro a Macedo Soares:

> nós deveríamos fazer uma sugestão, juntamente com os EUA, nesse sentido. E, ao Paraguai, daríamos uma saída por Guayra, com a promessa da construção de uma estrada de ferro, libertando-os do Rio da Plata [sic].[19]

As sugestões de Ribeiro parecem ter obtido ressonância junto ao pensamento de Macedo Soares. As futuras ações do responsável pela condução da política externa brasileira visarão sempre a dar uma "tacada segura" contra a ingerência argentina na questão do Chaco, sempre de acordo com as tradições definidoras do interesse nacional brasileiro.

Ribeiro poderia estar enganado quanto a supor uma maior flexibilidade política do Paraguai, mas certamente não errara no que se referia à posição militar do país. No final de março de 1935, a hipótese de que o Paraguai pudesse avançar em território boliviano parecia amplamente afastada. Por outro lado, a possibilidade de uma grande reação boliviana que impusesse ao Paraguai um recuo significativo no Chaco era, igualmente, remota. Assim, a situação-limite dos meses anteriores transformara-se em um quadro de completa paralisia militar, sustentado na exaustão política e econômica que claramente revelavam ambos os beligerantes. Os militares argentinos e brasileiros podiam, a essa altura, refrear seus planos de guerra. A disputa fora completamente transferida para as esferas político-diplomáticas.

Nessas esferas, a 13 de março, ocorrerá uma alteração de rumo surpreendente. Na oportunidade, o Peru, o Brasil e os Estados Unidos recebem notificações oficiais acerca das propostas de paz argentino-chilenas em negociação. Em tais propostas constava a convocação de uma Conferência Econômica de Estados vizinhos dos beligerantes.

Entre os países componentes de tal conferência não constava o Brasil. A proposta continha ainda a convocação de uma conferência de Paz, em Buenos Aires. Desta Conferência encontravam-se excluídos o Brasil e os EUA. A notificação parecia uma formidável atitude de provocação.

Alguns dias após virem à tona os documentos contendo essas gravíssimas exclusões, a primeiro de abril, a chancelaria chilena toma a iniciativa de convidar o Peru, o Brasil e os EUA a juntarem-se aos esforços de negociação promovidos por Buenos Aires

---

[18] Conforme correspondência diplomática, pesquisada no Arquivo Macedo Soares. Rio de Janeiro: IHGB. Lata 39 DL 71.

[19] Idem nota 12.

e Santiago. A absoluta incongruência das duas atitudes virá a provocar sérios abalos nas negociações.

O Itamaraty oficializa, pela palavra de Macedo Soares, a decisão de não aceitar o convite de primeiro de abril, exclusivamente chileno, em vista da ofensa em que se constituíra a exclusão do Brasil e dos EUA das conferências previstas na primeira proposta argentino-chilena. A resposta brasileira viera após as desculpas oficiais, surgidas nos dias anteriores, as quais davam conta de que as exclusões teriam sido fruto de um inacreditável erro de datilografia. "Essa desculpa datilográfica 'formidável' tem dado margem a comentários jocosos",[20] escreve o sempre atento e incisivo Leite Ribeiro ao chanceler Macedo Soares.

A situação assim criada irá provocar um grave impasse e estabelecer um desentendimento sério entre Macedo Soares e o embaixador Osvaldo Aranha. Ocorre que o Departamento de Estado considera favorável uma imediata aceitação das desculpas por parte de Washington e do Rio de Janeiro e se opõe à atitude de Macedo Soares. Aranha pressiona Vargas para que demova o chanceler de sua nova tentativa de colocar o Brasil à frente do processo de negociação.

O que se verificava, assim, era uma clara pressão de Washington sobre o aliado preferencial do sul, no sentido de que este não tomasse nenhuma iniciativa anti-argentina, aceitasse as desculpas oficiais e emprestasse, dessa forma, plena legitimidade ao novo grupo mediador que se formava, no interior do qual o Departamento de Estado esperava retomar o poder de ingerência na questão chaquenha.

Macedo Soares, entretanto, decidira que o momento era propício à "tacada segura" do Brasil na questão. Assim, até seis de abril, Washington não contava com a concordância brasileira. Neste dia, o Departamento de Estado oficializava a sua aceitação ao convite chileno-argentino, deixando o Rio de Janeiro em posição circunstancialmente isolada.

Aranha expressa a Vargas completa surpresa, e mesmo indignação, com a situação segundo ele criada pelo ministro ao qual estava subordinado.

Segundo o entendimento de Aranha, a atitude do Itamaraty, supervalorizando a exclusão do nome do Brasil de uma hipotética Conferência, nada mais teria feito do que ratificar essa exclusão.

Macedo Soares, ao contrário, pretendendo deslocar de forma efetiva a ingerência argentina, no sentido de colocar o Rio de Janeiro, não como mero partícipe, mas como centro das negociações, toma, a 17 de abril, uma atitude arriscada, mas inegavelmente corajosa, como parece ser sua característica.

Em telegrama ao representante brasileiro em Assunção, o chanceler determina:

> procure, confidencialmente, o Presidente da República e diga-lhe que o Brasil está disposto a promover um encontro dos ministros das Relações Exteriores do paraguay e da Bolívia, no Rio, para o que porá a disposição deles condução aérea, marítima ou terrestre, a fim de que, em entendimento direto sob a presidência do Pres. Getúlio Vargas, possam eles chegar a acordo sobre as bases essenciais da paz.[21]

Convite semelhante é enviado a La Paz. Era a "tacada segura" do chanceler. Em caso de aceitação por parte de La Paz e Assunção, Macedo Soares comprometia-se a comunicar imediatamente a Argentina e os EUA. Tratava-se de, prioritariamente, estabelecer com clareza a origem brasileira da iniciativa de mediação, em oposição a Buenos Aires, para, a seguir, reativar plenamente o vínculo com Washington e enfrentar Saavedra Lamas em condições largamente favoráveis. Perspectiva exatamente oposta àquela do embaixador Aranha, não obstante a finalidade expressa de ambos de estabelecer a supremacia brasileira na América do Sul.

Colocado em meio à rota de colisão entre o Itamaraty e seu embaixador em Washington, Vargas inclinava-se, na circunstância, para a direção do posicionamento assumido por

---

[20] Idem nota 12.

[21] Conforme correspondência diplomática, pesquisada no Arquivo Macedo Soares. Rio de Janeiro: IHGB. Lata 39 DL 71.

Aranha. Em 18 de abril, o presidente escrevia ao embaixador e seu amigo pessoal a respeito da corajosa e largamente autônoma ação de Macedo Soares: "desaprovei essa iniciativa que reputo imprudente, mas ato foi praticado, resta-me aguardar seus resultados".[22]

No dia anterior, entretanto, Macedo Soares já recebera de Assunção a resposta que selava a sorte de sua iniciativa. Lafayette de Carvalho e Silva, representante brasileiro no Paraguai, comunica os agradecimentos do presidente daquela república à iniciativa brasileira e acrescenta que este "não querendo magoar ninguém nem ser mal interpretado, espera que venha essa mesma proposta amparada [...] pelo Brasil, pela Argentina e pelos EUA, para obter imediata aceitação do Paraguai".[23]

Vargas mostrou-se satisfeito com a resposta paraguaia. Em Washington, Aranha e Summer Welles articulavam uma declaração conjunta do Chile, do Peru, da Argentina e dos Estados Unidos, nos termos que havia adiantado a Vargas. A Argentina apresentava, naturalmente, resistência à idéia.

Para preservar, como sempre, a autonomia de seu país no processo, Saavedra Lamas resolve encaminhar novas desculpas, exclusivamente argentinas, dirigidas diretamente ao embaixador brasileiro em Buenos Aires.

Finalmente, a dois de maio, o Brasil apresenta sua aceitação oficial ao convite chileno-argentino, indiscutivelmente fortalecido em sua autonomia graças às iniciativas de Macedo Soares, não obstante opinião contrária de Osvaldo Aranha e, talvez, do próprio Vargas. Estava assim constituído o derradeiro grupo de mediação, formado pelo ABCP e os EUA, o qual começará seus trabalhos a nove de maio, em Buenos Aires. O eixo Rio de janeiro – Washington se restabelecia para um novo enfrentamento com a Argentina de Saavedra Lamas.

Sempre intransigente na defesa do interesse nacional brasileiro, Macedo Soares, mesmo tendo de criar algum conflito com o Departamento de Estado e com o embaixador Aranha, iria liderar, pelo lado de seu país, a formação de 18 propostas de paz até o mês de junho.

Finalmente, no dia nove daquele mês, os chanceleres de uma Bolívia e de um Paraguai exauridos aceitaram os termos de um algo precário protocolo de paz. A saída encontrada pelos mediadores fora obter, de imediato, apenas o cessar-fogo, transferindo para a Conferência de Buenos Aires as tratativas de todas as questões pendentes, inclusive a desmobilização militar e o problema territorial de fundo.

Por seu turno, seguiria o chanceler Macedo Soares, em sua atuação futura à frente do Ministério das Relações Exteriores, atuando segundo sua rara visão estratégica guiada pelos padrões da política internacional brasileira.

Referências

SAAVEDRA LAMAS, Carlos. *Por la paz de las Américas*. Buenos Aires: M. Gleizer, 1937.

SCENNA, Miguel Angel. *Cómo fueron las relaciones argentino-norteamericanas.* [Buenos Aires]: Plus Ultra, [1970].

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil.* 3. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

[22] Conforme correspondência diplomática, pesquisada no Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Fundação GetulioVargas/CPDOC. GV – 35 04 17.

[23] Idem nota 16.

As fronteiras institucionais das administrações do embaixador Macedo Soares: uma abordagem preliminar*

Alexandre de Paiva Rio Camargo**

Introdução

Neste artigo, abordaremos o papel desempenhado pela noção de fronteira (o conceito e a prática) na produção social da obra de José Carlos de Macedo Soares (1883-1968). Ao fazer da fronteira alvo preferencial de sua atenção, o embaixador pôde construir uma sólida e invejável carreira pública. Veremos como a notabilização de sua trajetória se inscreve no duplo movimento de discurso intelectual sobre o espaço e de aproximação política entre as instituições que presidiu. Ao fazê-lo, chegaria ao fim da vida com uma coleção de títulos e encargos compatíveis com sua estatura de homem de ação e de letras[24]. O político cintilou em posições como as de chanceler (em 1934-1937 e 1955-1958), ministro da Justiça (em 1937 e 1957), deputado constituinte

* Na redação deste artigo, valemo-nos largamente do capítulo *Um homem de fronteiras*: ação e criação de José Carlos de Macedo Soares, que integra o volume 3: *Estatísticas organizadas (c. 1936 – c. 1972),* da coleção **História das Estatísticas Brasileiras**. Apoiando-nos na biografia histórica, pudemos traçar a formação intelectual e as filiações políticas do eminente embaixador, de modo a situá-lo na rede dos agentes modernizadores do País, durante a Era Vargas. Foi analisada, ainda, sua atuação mediadora na revolta militar de 1924, na revolta constitucionalista de 1932 e na Guerra do Chaco. Outra referência importante é o capítulo *Território modelado: notas sobre redes, saberes e representações da geografia do IBGE*, que compõe a publicação *Estatísticas formalizadas (c. 1972 – 2002),* a ser lançada como o quarto volume da referida coleção. Neste trabalho, tentamos reconstituir o papel exercido por Macedo Soares na organização do campo da geografia, e explicar as razões de seu obscurecimento na memória, através das lutas pelo monopólio de definição da carreira e da disciplina

** Historiador e Mestre em História, pela Universidade Federal Fluminense.

[24] Citemos alguns deles: sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sócio dos Institutos Histórico e Geográfico do Amazonas, Pará, Sergipe, Paraná, Bahia, Santos, Minas Gerais e de Petrópolis. Desde 1939 era membro da Comissão Brasileira para codificação do Direito Internacional. Foi professor e primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro da Universidade do Brasil e da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor *honoris causa* da American Catholic University dos Estados Unidos, da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Central do Equador, da Universidade de São Marcos (Peru) e da Universidade do Chile. Da Academia Argentina de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa era membro correspondente, e da Real Academia de História de Portugal membro emérito. Era também membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto de Coimbra, da Academia Brasileira de Filologia, da Academia Paulista de Letras, da Academia sul-riograndense de Letras e do Instituto Paraguaio de Investigações Históricas. Foi membro correspondente da Academia Uruguaia de Letras e da Academia Nacional de História do Equador, e membro honorário do El Instituto Sanmartiniano da Colômbia; além de sócio correspondente da Sociedade Uruguaia de Estatística, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Estatística e do Instituto Pan-americano de Geografia e História do México (VULTOS..., 1968, p. 13-14).

(em 1934) e governador de São Paulo (em 1945-1947). O historiador e geógrafo pontificou na presidência de entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (em 1936-1951 e 1955-1956), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (presidente perpétuo desde 1940), a Academia Brasileira de Letras – ABL (em 1942, reeleito em 1943) e a Sociedade Brasileira de Geografia - SBG (em 1945-1951).

Nas interpenetrações entre seu pensamento e sua ação política, as reflexões do intelectual se alimentaram da autoridade reunida pelo político, no exercício de tão diferentes e prestigiados papéis. É deste enlace entre as fronteiras institucionais das administrações de Macedo Soares e a construção de sua trajetória intelectual que pretendemos tratar aqui. Para tanto, é preciso atentar para as limitações indicadas no título deste trabalho: "uma abordagem preliminar". Afinal, em meio ao inesgotável manancial que foram a vida e a obra de Macedo Soares, tivemos que recortar nosso objeto, privilegiando sua atuação na chamada Era Vargas (1930-1945). Uma tarefa difícil, pois as presidências do embaixador criaram, renovaram e articularam as principais associações produtoras do conhecimento geográfico do País. E o fizeram em um período em que a questão da fronteira foi reinventada do ponto de vista da geopolítica e da agenda de governo. A bandeira da "reorganização nacional", a fixação do homem no campo, a correção dos desequilíbrios entre ruralismo e urbanismo, a integração comercial e viária através da construção de núcleos urbanos no interior do Brasil; todos estes temas passavam pela valorização estratégica da questão da fronteira. Entre os mais diversos discursos e práticas que dela se ocuparam no período em apreço, poucos se equipararam, em brilhantismo e antevisão, aos do "chanceler da paz".

No Itamaraty, um novo horizonte

A atuação diplomática de Macedo Soares, duas vezes ministro das Relações Exteriores, e embaixador por longos anos de sua vida, foi a que mais especialmente o projetou. No Itamaraty, revelou seu gênio diplomático ao Brasil e ao mundo, fosse como responsável pelos acordos que levaram à cessação da Guerra do Chaco, fosse como ideólogo visionário, que antevia na aproximação do Brasil com seus congêneres latinos o imperativo do futuro no cenário de nossas relações internacionais. Nesse sentido, o período de 1934 a 1937 é de particular relevância para a política externa brasileira, reunindo temas como conferências pela paz no continente, focadas no drama do Chaco, petróleo boliviano, implantação da siderurgia no Brasil, transporte rodoviário e portuário. Em outras palavras, a busca da integração econômica com nossos países vizinhos e a disputa do Brasil com a Argentina pela supremacia política na América do Sul.

Requisitada formalmente pela Sociedade das Nações para intervir nas animosidades entre Paraguai e Bolívia atinentes ao território do Chaco, a chancelaria brasileira seguiria a tradição de alinhamento com os Estados Unidos, assumindo a mediação do conflito. A opção de Macedo Soares se mostrou mais que vitoriosa. Depois de sucessivas tentativas para desmobilizar as nações em conflito, nada menos de 17 investidas malogradas, coube a Macedo convidar os chanceleres dos países desavindos para juntar-se ao grupo de Argentina, Brasil, Chile e Peru. Iniciava-se com Macedo uma nova etapa no diálogo, vencendo-se os atritos e as suspicácias dos envolvidos, ao garantir-lhes participação ativa. Enfim, seria assinado o "Protocolo de Paz do Chaco", em 12 de junho de 1935, pondo termo à guerra entre Paraguai e Bolívia, que durava já mais de três anos. Macedo Soares regressava ao Brasil, com as honras de "chanceler da paz", aclamação da imprensa e festejos preparados pelo governo[25].

[25] A este respeito, é expressiva a nota de Getúlio em seus diários. Ao ser interpelado pelo ex-deputado Solano da Cunha, ele afirma, em 13 de junho daquele ano: "contou-me que preparavam uma recepção festiva ao Macedo Soares. Eles e outros pensavam em associar-me a essa manifestações, desde que eu estivesse disposto a aguardar no Catete a chegada do ministro do Exterior, onde seríamos saudados. Respondi-lhe que reputava justas as demonstrações projetadas ao ministro do Exterior, e que também me associaria às mesmas, aguardando-o no Catete, como desejavam" (VARGAS, 1995, v. 1, p. 396). Seis dias depois, novas assertivas de Getúlio, em seu diário, dão conta de que o tempo transcorrido em nada diminuíra as expectativas populares e dos jornalistas quanto ao retorno do "chanceler da paz": "grandes manifestações populares organizadas por uma comissão de jornalistas e com o apoio e colaboração do governo receberam o ministro Macedo Soares, que regressou de Buenos Aires a bordo do cruzado argentino 25 de maio" (VARGAS, 1995, v. 1, p. 397).

A questão do Chaco foi o episódio culminante de uma nova fase na política internacional, iniciada pelo ministro. Em sua gestão, várias foram as medidas destinadas a aumentar a presença do Brasil nos países da América do Sul, por meio da adoção de programas de aproximação cultural e revitalização econômica. Dentre as mais importantes, destacamos o convênio estabelecido entre Brasil e Argentina, determinando a revisão dos textos de história e geografia. Macedo Soares ratificou o acordo e dedicou-se a garantir as condições de sua realização. Tratava-se de uma verdadeira reforma curricular destas disciplinas, formulando-se um conteúdo capaz de exaltar uma identidade comum aos dois Países, sem a presença das contradições, dos regionalismos e dos conflitos históricos que marcaram a herança de Brasil e Argentina, e que podiam abortar a imagem de nação forte, que então seus governos se empenhavam em formar[26]. Tomando a tarefa para si, Macedo Soares nomeou uma comissão nacional com alguns dos maiores nomes daquelas ciências, a saber: Delgado de Carvalho, Pedro Calmon, Jonathas Serrano, Djalma Forjaz e Roquette Pinto.

Uma vez definida a fronteira, ocupado o interior e integrada sua população, Macedo Soares pensava que nossa identidade nacional poderia se completar na ação conjunta com nossos vizinhos latinos. Prova disso foi seu incessante esforço em promover uma unificação das bases curriculares do ensino de história e geografia, como já vimos, assim como o de construir e divulgar a noção de um patrimônio histórico comum aos países consorciados da América do Sul. A aproximação cultural encontrava seu perfeito contraponto nos planos de ação conjunta para a superação dos índices sociais e econômicos deficitários, triste legado colonial. Abriam-se as "fronteiras" para o enraizamento econômico do Brasil na região.

A experiência no Itamaraty facultou-lhe não apenas esta percepção, como os primeiros subsídios para que Macedo Soares repensasse a concepção usual de fronteira, tornando-se, assim, não apenas um diplomata de nomeada, mas também um exímio estudioso das relações internacionais e dos discursos políticos sobre o espaço. Neste aspecto, sua obra Fronteiras do Brasil no regime colonial, publicada em 1939, seria a síntese intelectual de sua política internacional. Nesta obra, a fronteira deixava de ser um acidente natural, tornando-se uma realidade social e cultural. Era, portanto, fundamental a promoção da integração do território, trazer e fixar o poder central nas áreas mais afastadas, criar um discurso intelectual sobre este espaço – tarefa que coube notadamente ao IBGE, não por acaso também presidido por Macedo - para que fosse possível o conhecimento sobre nossas fronteiras. Traduzindo para nossas relações internacionais, a unidade nacional transformaria a fronteira de limite jurisdicional e territorial do Estado para convite à cooperação entre países vizinhos, fundada na identificação de heranças culturais e de problemas sociais comuns, base para futuros planejamentos alternativos de desenvolvimento regional.

Já então antenado com reflexões desta ordem, os anos de chancelaria ampliariam e consolidariam os contatos de Macedo Soares com homens de ação ilustrados em assuntos de história e geografia nacional, especialmente os dos países do Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai). No comando dos principais espaços produtores de conhecimento geográfico do Brasil (IBGE, IHGB e SBG), o eminente embaixador faria da aproximação cultural com os países de língua espanhola a bandeira de suas administrações. Vejamos.

No IHGB e na SBG, a renovação institucional

Os elos de Macedo Soares com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro eram de longa data. Iniciaram quando se fez membro correspondente em 1921. Foi nesta época que *Falsos Troféus de Ituzaingó*, seu primeiro trabalho, foi reconhecido como tese

[26] O memorando de Monis de Aragão ao chanceler é enfático: "por meio do convênio, [...] os dois governos se comprometeram a fazer rever periodicamente os textos em um e outro País para o ensino da história nacional e da geografia, expurgando-os daqueles tópicos que sirvam para excitar no ânimo desprevenido da juventude a aversão a qualquer povo americano, pondo-os de acordo com o rigor da verdade histórica e procurando estabelecer uma noção exata da riqueza e do progresso dos diferentes Países do continente" (MOREIRA; BRANCATO, 2003, p. 67).

original para a historiografia da época, destacando-se desde já o traço marcante de sua extensa bibliografia: a precisão e o escopo do corpo documental, a acuidade da análise, sustentada por consistente compilação de fontes, de grande utilidade para o manejo dos historiadores e estudiosos em geral. Pedro Lessa é o primeiro a vaticinar, naquele 1921, os prodígios de Macedo Soares: "o distinto brasileiro revela excelentes qualidades de investigador dos fatos históricos, segurança e precisão em seus estudos e grande erudição na matéria" (CORRÊA FILHO, 1963, p. 80).

Em 1939, seu estudo Fronteiras do Brasil no regime colonial seria apresentado ao Congresso de História Nacional, em homenagem ao centenário do IHGB. A obra, considerada até hoje uma das principais já feitas sobre fontes territoriais no Brasil, pelo escopo e abundância de documentação, somaria às suas credenciais a chancela do Instituto Histórico. Não por menos, no mesmo ano Macedo Soares seria sagrado seu sócio benemérito e, depois, grande benemérito. Em 8 de dezembro de 1940, foi eleito, por unanimidade, presidente do IHGB, tornando-se seu presidente perpétuo no ano seguinte. Na solenidade, assim disse o orador oficial, eminente historiador, Pedro Calmon:

> Homem de estado, que se consagra às pesquisas desinteressadas, como lhe permite uma carreira profusa de serviços ao país no interior e no estrangeiro; publicista e estudioso dos problemas brasileiros; diplomata, economista, historiador; tendo sido ministro, embaixador, chanceler, sem esquecer , nos postos dominantes, as preocupações de cultura que pacifica os povos e os dignifica, *na ação multiforme e no pensamento*, na vida prática e na sua vasta influência intelectual, V. Exa. Sr. Presidente, conservou íntegra, manteve incorrupta a fé no Brasil. É palpitante documento disto o livro precioso que ainda há pouco nos deu sobre as transformações político-geográficas da nacionalidade – síntese da sua formação territorial (CORRÊA FILHO, 1963, p. 85, grifo nosso).

É impressionante a rapidez com que Macedo Soares ascendeu nos quadros do IHGB. Ela só pode ser compreendida se analisada à luz da articulação das múltiplas posições que ocupou, das embaixadas e ministérios ao IBGE, de que era presidente desde 1936. Ao fazê-lo, pôde renovar as práticas institucionais do Instituto Histórico, em benefício de sua projeção internacional.

Uma vez presidente do IHGB, logo perpétuo, a gestão de Macedo Soares seria toda marcada pela aproximação com os principais institutos históricos sul-americanos, através da coordenação de congressos, conferências, missões culturais e solenidades que enfatizavam a importância do resgate de uma história comum - com destaque para as glórias e revezes históricos da disputada bacia do Prata. A idéia era a de construir uma identidade sul-americana, subjacente às identidades nacionais, diluindo os seus conflitos internos, nos moldes da historiografia então praticada por expoentes como Gilberto Freyre. Uma história que realçava os heróis, do passado distante e recente, dignificando as nações e sua descendência, em detrimento das rebeliões, dos separatismos e exclusões. Seria a vertente político-ideológica de um projeto que ambicionava a superação das deficiências sociais e econômicas de nações que traziam o fardo da inferioridade do colonizado e o aviltante dilema étnico, fruto seja das marcas da escravidão negra, como no Brasil, ou da servidão indígena, como nos países de língua espanhola. Nestes países, a solução da questão social e a incorporação do negro e do índio deveria se fazer partindo de uma padronização conjunta do fazer histórico, etapa ideológica que precederia qualquer esforço ou planos de ação comum em outras esferas.

Fiel a esta agenda, Macedo dedicou-se à tarefa de promover a tão desejada integração com as repúblicas do Prata. Com este fito, o Instituto acolheu uma série de seus consorciados e ampliou seu quadro de sócios-correspondentes nessa região, em solenidades que primavam pela constituição de um acervo sobre a história destes países, como livros e objetos referentes à sua independência. Ocasiões em que se expressavam "sentimentos de solidariedade" e se exaltavam "os benefícios que produziria a colaboração dos povos irmanados" (CORRÊA FILHO, 1963, p. 84).

Com o mesmo espírito foi celebrado, a 27 de maio de 1943, o centenário de fundação do Instituto Histórico do Uruguai. Seu presidente apontou, com muita propriedade, que os laços que vinculavam aquele Estado ao nosso, "os sentimentos fraternais", eram

conseqüência natural da hidrografia, que unia o Amazonas ao Prata, "da geografia sul-americana que indicava o natural estreitamento de suas relações" (CORRÊA FILHO, 1963, p. 89). Salta aos olhos o extensivo recurso à fronteira enquanto pretexto para a dinamização da relação entre os países.

Como este, diversos eventos reunindo representantes das agremiações platinas tomaram lugar no Instituto ou tiveram a presença de Macedo em seus países de origem. Em todos, exaltavam-se o sentimento de pertença comum, a necessidade de empreendimentos conjuntos de historiadores e geógrafos argentinos, paraguaios, uruguaios e brasileiros para a revisão da escrita da história e da geografia, de maneira a evidenciar os pontos de contato e as glórias partilhadas, suprimindo-lhe as tensões. Verdadeiros rituais aos quais Macedo emprestava sua chancela visando à promoção da cooperação entre os países nos mais diversos níveis. Ao Macedo historiador e presidente do IHGB cabia viabilizar as aproximações institucionais, lançando as bases para a reescrita conveniente daqueles saberes.

Ciente dos encargos que deveria assumir às custas de seu projeto de integração, Macedo estendeu a rede de sociabilidade do Instituto Histórico, a ponto de dividir com os Institutos congêneres do Prata um símbolo muito caro ao Instituto: uma moeda de ouro, cunhada em 1851, com a efígie de D. Pedro II, fundador, patrono e protetor da instituição. Soares ofereceu a metade da dita moeda ao presidente da Academia Nacional de la Historia, da Argentina. Simbolicamente, o ritual cumpria a relevante função de estender a ação renovadora e iluminista do mecenato de Pedro II a toda a bacia do Prata. Ao evocar a figura de Pedro II, o presidente perpétuo atualizava o mito fundador do Instituto e do discurso sobre nossa identidade nacional, redefinindo e ampliando o papel do IHGB para além de nossas fronteiras, com o fim de melhor integrá-las. A antiga exigência de construir um discurso sobre a identidade nacional voltava, agora sob a égide da coordenação dos esforços para dignificá-la.

A livre disposição de um símbolo tão arraigado na mística da confraria demonstra o coeficiente da autoridade de que Macedo Soares gozava no IHGB. O Instituto delegou-lhe amplos poderes para renovar seu perfil e seus quadros sociais. O recurso à moeda com a efígie do protetor Pedro II legitimava-se pela natureza dos desígnios do presidente perpétuo, utilizando-a, literalmente, como moeda de negociação para maximizar a esfera de ação da agremiação de Varnhagen. Ele era já mais do que um simples burocrata, pois foi um dos únicos presidentes perpétuos do Instituto e o de mandato mais longevo até hoje, 29 anos.

Já podemos vislumbrar melhor como Macedo articulava seus múltiplos espaços e suas várias sociabilidades, quer à frente do ministério das Relações Exteriores e das embaixadas, quer nas presidências que ocupou concomitantemente, no IBGE, no IHGB e na ABL. Se seu conceito-chave de fronteira, a grande contribuição de sua obra *Fronteiras do Brasil no regime colonial*, foi amadurecido na sua experiência acumulada no Itamaraty, o IHGB deu-lhe oportunidade de mobilizar a academia na reformulação de práticas institucionais, ampliando o seu alcance, até então bem mais restrito à circunscrição nacional, e na reformulação do fazer histórico e geográfico, ao referenciar de modo convergente nossas relações diplomáticas com os países do Prata.

Aliás, a penetração da rede social mantida por Soares no Itamaraty no universo das instituições que presidiu pode ser muito bem apreendida através do exemplo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Na sua administração, Macedo fez publicar no periódico da associação um especial sobre Rio Branco, no bojo das comemorações de seu centenário. Nesta edição, destacaram-se os trabalhos de Everardo Backheuser, Rio Branco – geógrafo e político, e do ministro José Severiano da Fonseca Hermes que dissertou sobre a questão dos litígios entre o Brasil e Argentina. Além de mobilizar sua rede no Itamaraty, rendendo-lhe projeções em ambos os espaços, o programa harmonizava-se com a agenda de Macedo Soares, ao louvar a tradição da diplomacia nacional – na qual ele próprio se incluía e renovava -, e ao conjugar-se às suas iniciativas de aproximação com os países platinos.

Se os espaços institucionais freqüentados por Macedo lhe permitiram articular seu pensamento e ação, também eles se nutriam não apenas da individualidade de Ma-

cedo Soares, mas de sua posição dominante na estrutura do poder. Ora, não se tratava apenas do pensador consistente e do político hábil, mas de um homem de governo, que circulava com facilidade nos salões nobres do Palácio do Catete, especialmente à época de Getúlio. Vale lembrar a intimidade de que gozava com o presidente Vargas, que recebia o amigo assiduamente em sua casa. Intimidade, aliás, imortalizada em vários trechos de seus diários. Até 1943, ano em que fora reeleito para a presidência da Academia Brasileira de Letras, já então presidente perpétuo do Instituto Histórico e há sete anos na presidência do IBGE, ele já fora ministro das Relações Exteriores e da Justiça. Diga-se, ainda, que o prestígio que logrou por sua atuação decisiva na questão do Chaco, somado à popularidade entre os paulistas, enquanto mediador dos interesses comerciais e industriais do estado junto ao governo federal, projetaram este personagem central à pacificação paulista como pré-candidato às eleições para a presidência do quadriênio 1938-1941, abortadas pelo Estado Novo[27]. É tarefa difícil medir o grau de influência e de articulação política alcançado por Soares no fim dos anos 1930 e na década seguinte, tamanhos os importantes grupos de que era interlocutor.

Sem dúvida, as associações buscavam este prestígio, de um dirigente que não somente tivesse o espírito de liderança e de empreendimento de Macedo Soares, como também um trânsito livre nas esferas de poder, um trânsito capaz de iluminar publicamente a vida destas instituições por ele presididas, de modificar suas práticas com vistas a ampliar suas competências – como vimos no estudo de caso do IHGB. Este é o argumento que defendemos, sem o qual não seria possível compreender porque estavam estas agremiações dispostas a aceitar as ausências de seu presidente, tomado pelas diversas exigências do intelectual e do político.

Premido pelos incontáveis compromissos de sua agenda e pelas responsabilidades típicas do cargo máximo que ocupava em tantos espaços, Macedo Soares adotou uma tática para seu fortalecimento como homem público e para dar maior visibilidade às instituições que presidiu: a *simbiose cultural.* Ao fazer com que atividades e congressos científicos de uma instituição fossem sediados ou patrocinados por outra, sob sua direção, ele estabelecia um consórcio entre elas, mutuamente benéfico para sua posição e para os organismos favorecidos pela presidência comum. Esta simbiose fica evidente na mobilização de acadêmicos da América do Sul, certamente pertencentes à sua rede social de ministro e diplomata, convidados a participar nas atividades desenvolvidas pelo IHGB. Estas fronteiras institucionais se revelam ainda mais profundas nos atos levados a cabo enquanto presidente do IBGE, que ora passamos a analisar.

O primeiro presidente do IBGE

A trajetória de José Carlos de Macedo Soares no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi marcada por duas presidências. A primeira, bastante longeva, iniciou-se em maio de 1936, com a instalação fundadora do órgão, e se encerraria em janeiro de 1951. A segunda teve a curta duração de seis meses, entre novembro de 1955 e maio de 1956. No estabelecimento e na consolidação do Instituto sua atuação, como em tudo o mais, mostrou-se de fundamental relevância.

Não se tem atribuído o merecido crédito ao desempenho do embaixador nas realizações do IBGE, silenciado nos meandros da memória. Costuma-se exaltar o prestígio de seu nome, como ministro das Relações Exteriores e da Justiça, para dar chancela às demandas do Instituto, junto a Vargas. A concepção e a articulação das ações do IBGE, segundo a memória institucional, caberiam sempre a Teixeira de Freitas. Entretanto, a análise histórica de seu desempenho na criação e consolidação do Conselho Nacional de Geografia revela um papel bastante propositivo e atuante, bem além do simples prestígio de um homem forte do governo[28]. Vejamos.

---

[27] Sobre a trajetória pregressa de Macedo Soares, em relação ao período aqui enfocado, e sobre sua atuação na mediação entre a política federal e os interesses contestatórios dos paulistas, ver: CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Um homem de fronteiras: ação e criação de José Carlos de Macedo Soares. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas (c. 1936 – c. 1972). Cap. 17.

[28] Nesta linha, podemos citar, dentre vários exemplos, o testemunho de Waldemar Lopes, futuro secretário-geral do IBGE: "O

Após o término dos trabalhos da Convenção Nacional de Estatística, em agosto de 1936, suas resoluções foram encaminhadas ao então ministro das Relações Exteriores e presidente do Instituto Nacional de Estatística - INE, Macedo Soares. Junto às resoluções, foi entregue carta de Pierre Deffontainnes, em que este apelava para a adesão do Brasil à União Geográfica Internacional - UGI, formalizando o apoio daqueles órgãos supracitados (IHGB, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro - SGRJ, Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB e Academia Brasileira de Ciências) para a criação de um espaço oficial de geografia29. A implicação da Convenção era clara: criar as condições para melhor articular a coordenação das atividades estatísticas à exigência dos trabalhos cartográficos e geodésicos, na fórmula da cooperação interadministrativa entre federação, estados e municípios. Mas, o chanceler Macedo Soares foi muito além, valendo-se de sua autoridade, já então como presidente do INE, para liderar o movimento em favor da institucionalização de um conselho nacional de sistematização e interpretação das informações territoriais. A empreitada não era impune ou inocente. Ela se compatibilizava plenamente com sua trajetória de homem de ação e de letras, articulando espaços caros à sua autoridade política e intelectual, em benefício de sua projeção pessoal.

Macedo Soares parece-nos o principal nome no movimento decisivo que levou à criação do Conselho Nacional de Geografia - CNG. Nos entendimentos que surgiram, o ministro convocou, com a aprovação do presidente Vargas, uma comissão das figuras mais representativas da cultura geográfica brasileira, no Palácio Itamaraty, com o intuito de apresentarem sugestões para a constituição de um organismo nacional de geografia, destinado a promover a coordenação das atividades geográficas brasileiras. Em reuniões realizadas entre outubro e novembro de 1936, todas sob a presidência do preclaro chanceler, foram vencidas as últimas resistências para a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, logo Conselho Nacional de Geografia, como parte estrutural do então Instituto Nacional de Estatística[30]. Sob seus auspícios e influência direta, foi instalado o Conselho Brasileiro de Geografia no próprio Palácio do Itamaraty, no dia 1º de julho de 1937.

O fato é que o embaixador era já então um interlocutor precioso das principais associações de geografia do Brasil. Em sua vertente intelectual, vimos como ele já se destacava como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qualidade de sócio-correspondente, desde 1921, quando publicou *Falsos troféus de Ituzaingo*, aclamado pelos historiadores da época, Pedro Lessa dentre eles.

O universo político também já lhe havia fornecido oportunidades para estreitar seus vínculos com alguns dos principais nomes da geografia do País. Lembremos do convênio que estabeleceu entre Brasil e Argentina, em abril de 1935, que determinou a revisão dos textos de ensino de história e geografia, segundo os pareceres de um conselho de notáveis nestas disciplinas.

Portanto, naquelas reuniões ocorridas entre outubro e novembro de 1936 e sediadas no Palácio Itamaraty, Macedo Soares tinha a oportunidade de expandir a rede de influência que amealhara em sua trajetória pessoal, em que se destacava a geografia. Não, de forma alguma não era somente como um burocrata de prestígio que liderou o movimento em favor da institucionalização do Conselho, quando nada mais levava a crer que um tal órgão com disposições interpretativas e deliberativas pudesse ser integrado à estrutura do já criado Instituto Nacional de Estatística.

---

prestígio de seu nome removia as dificuldades na execução dos planos de reforma, na esfera estadual; quanto ao governo da União, fácil lhe era o diálogo no mais alto nível, inclusive porque em mais de uma oportunidade foi a um só tempo presidente do IBGE e ministro de Estado" (LOPES, 1968, p. 8).

[29] A questão do ingresso do Brasil na UGI mobilizou o IHGB, a SBG e a Academia de Ciências, na ânsia de filiar o País à comunidade geográfica internacional e ampliar o prestígio e a visibilidade de sua produção geográfica, a partir da visita do geógrafo Emmanuel De Martonne, secretário-geral da UGI, em 1933. Entretanto, estes esforços só vingariam com a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, em 1937, o primeiro espaço oficial de geografia do País. Pela ótica do Estado francês, tratava-se de aproximar jovens nações como o Brasil de sua esfera de influência, penetrando indiretamente em seus governos, por meio da ascendência intelectual e programática sobre suas agências oficiais de geografia.

[30] É verdade que tais reuniões representavam negociações entre os governos de Brasil e França, num nível macro-político bem mais amplo do que a montagem das universidades e a participação de individualidades expressivas. Uma constatação que pouco esclarece. Por isso, nada diminui a necessidade de se investigar os significados da atuação de agentes como Macedo Soares e Teixeira de Freitas em tais oportunidades, articulando este engajamento aos seus projetos políticos e trajetórias pessoais.

No último ato da criação do Conselho, durante as reuniões que dirigiu no Itamaraty, era já então íntimo das associações de geografia. A grandeza do feito o colocou em evidência frente a estes espaços. Surgia aos olhos destas agremiações um dos mais importantes agentes organizadores do campo geográfico. Lancemos rapidamente os olhos para os títulos que colecionou nos anos de criação e consolidação do Conselho Nacional de Geografia. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em 1938, e seu presidente por dois mandatos (1942-1943), presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1940, presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH (1944-1949), presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1945-1951), entre diversas outras honrarias. Presidindo estas diferentes associações quase que simultaneamente, Macedo Soares revelava-se um agente autorizado para sedimentar e fortalecer o campo geográfico, ao promover empreendimentos comuns, organizados por uma das instituições, sediados por outra e patrocinado pelo conjunto delas.

Fundado o CNG, forçoso era consolidá-lo na luz da nova ordem, harmonizando suas atividades às do IBGE. E aqui, uma vez mais, se faria sentir a liderança decisiva do embaixador. O programa do Conselho de estabelecer e disseminar a metodologia da moderna pesquisa geográfica e do novo ensino geográfico, em rede básica e superior, foi perseguida em diversas ações idealizadas e organizadas por Macedo Soares, todas imbuídas daquele espírito de simbiose entre as associações que presidiu – ou que, por isso mesmo, viria a presidir. Passemos os olhos em alguns exemplos.

No exercício concomitante do cargo máximo no IBGE, no IHGB e no IPGH, promoveu a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, em agosto de 1944, patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia e sediada pelo Instituto Histórico. Analogamente, a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia teve lugar, em setembro de 1949, "promovida pelo IPGH, organizada pelo Conselho Nacional de Geografia [...] encetada no salão de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (CORRÊA FILHO, 1963, p. 40).

Poderíamos multiplicar os exemplos destas parcerias que revertiam em favor das instituições co-organizadoras. Preferimos ficar com o comentário de Virgilio Corrêa Filho, que arremata a significação destes empreendimentos comuns para a Casa de Teixeira de Freitas: "Tais demonstrações, em certames, nacionais e estrangeiros, evidenciavam o desenvolvimento das atividades culturais do IBGE em todos os seus âmbitos" (CORRÊA FILHO, 1963, p. 41).

Várias eram as iniciativas afins, imbuídas deste espírito de simbiose. Elas ajudavam a estabelecer uma comunhão entre os espaços institucionais dirigidos por Macedo Soares, revertendo em favor do IBGE. Citemos o exemplo da própria *Revista Brasileira de Geografia,* publicação trimestral do Instituto, lançada em 1939. O programa de apresentação do primeiro volume, firmado pelo próprio presidente, ressaltava a função de "difundir a moderna metodologia geográfica e de **promover o intercâmbio com as instituições congêneres**" (APRESENTAÇÃO, 1939, p. 4, grifo nosso). As revistas, enquanto mecanismo de difusão da produção científica, veiculariam aquele princípio simbiótico, tanto nos dossiês temáticos quanto na escolha dos signatários dos artigos[31].

Nesta mesma prática, foram criadas as tertúlias de geografia do IHGB, em novembro de 1943. Estas reuniões e seminários de geografia, sediados pelo Instituto Histórico, eram fruto da célere percepção de seu dirigente, que já antevira a expansão e o amadurecimento dos estudos geográficos no País. Aliás, também na consolidação desta área, Macedo Soares empreendeu esforços inolvidáveis. Recorrendo a Virgilio Corrêa Filho, eram duas as causas para o intenso movimento disciplinar:

> [...] os cursos de geografia das faculdades de filosofia, de criação recente, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nasceram as duas organizações quase ao mesmo tempo [...]. A Macedo Soares, realmente, se deve tudo, ou porque ele mesmo haja

[31] A este respeito, vale consultar a análise do papel da Revista Brasileira de Geografia na divulgação científica e no fortalecimento das associações formais da disciplina. Ver o capítulo *Território modelado:* notas sobre redes, saberes e representações da geografia do IBGE, que integra a publicação *Estatísticas formalizadas (c. 1972 – 2002),* a ser lançada como quarto volume da coleção *História das Estatísticas Brasileiras.*

> idealizado e planejado, ou porque haja dado às novas empresas o seu apoio inteligente (CORRÊA FILHO, 1963, p. 47).

Mais um testemunho categórico da relevância de Macedo para a monumentalização das instituições que presidiu. Reunindo especialistas, estudiosos e professores, as tertúlias, de acesso franco aos interessados, promoveria o encontro de pesquisadores, contribuindo para integrar e proliferar o ainda incipiente campo da geografia no País. Os primeiros geógrafos graduados pela Universidade do Brasil, técnicos do IBGE, seriam convocados a nelas palestrar ou expor seus trabalhos, engrandecendo uma vez mais a gestão comum de Macedo. Os encontros serviriam ainda para amplificar os grandes temas de pesquisa e vulgarizar suas conclusões para interessados em geral e professores da rede de educação básica. De uma só vez, Macedo ampliava a produção geográfica e propagava em grande escala a imagem do IHGB e do IBGE como fomentadores desta produção.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi outro espaço que, sob a presidência Macedo Soares de 1945 a 1951, comungou da ação renovadora e disseminadora dos estudos geográficos. Também aí nosso personagem cimentou a parceria com o Conselho Nacional de Geografia do IBGE, seguindo um de seus objetivos principais: "incentivar o gosto pelos estudos geográficos até a demonstração de sua necessidade como imperativo nacional" (RELATÓRIO..., 1945-1946, p. 137). Sob este "imperativo nacional", e em sintonia com as tertúlias de geografia do IHGB, a Sociedade, em acordo com o Conselho Nacional de Geografia, organizou um curso de aperfeiçoamento de professores de geografia do ensino básico, oficializado pelo ministério da Educação, ao garantir a emissão de diplomas.

Em sentido inverso, a experiência de Macedo Soares no comando do IBGE seria determinante para a produção social de sua obra. Graças a ela, o "chanceler da paz" pôde conhecer com riqueza de detalhes as linhas limítrofes de nosso território. Se a cartografia elaborada pelo Instituto esquadrinhava nossas fronteiras ainda como limites naturais, assentada numa geografia física, os levantamentos estatísticos desnudavam as disparidades do País, deflagradas pelos diferentes índices regionais de desenvolvimento social e econômico. A cartografia revelava nosso território em sua dimensão natural, enquanto que a estatística o resgatava em sua dimensão humana. Também à estatística era cara a idéia de fronteira. Afinal, ela só pode operar com limites municipais bem definidos, estabelecidos por um padrão universalmente aceito. Sob pena de recontar ou não contar áreas inteiras, cujos limites territoriais e âmbitos jurisdicionais não estejam demarcados com precisão. Esta uniformização administrativa das referências espaciais foi, aliás, um dos desafios enfrentados pelo IBGE dos primeiros anos.

Ao coordenar os trabalhos cartográficos e estatísticos do Instituto (aos que depois se somariam os geográficos), Macedo Soares pôde se aperceber da exata medida da desigualdade entre as distantes realidades regionais, tornadas próximas pelas lentes da estatística. A nosso ver, uma vez deslindadas tais realidades, seu olhar sobre a fronteira, antigo objeto de suas reflexões, jamais seria o mesmo. A tese que apresentaria em seu *Fronteiras do Brasil no regime colonial*, em 1939, traria o timbre de sua aprendizagem no IBGE: em Macedo, a fronteira torna-se uma construção, demandando a ação humana e a intervenção do Estado, pois os limites geográficos do Brasil não bastam à sua consolidação. Esta é obra do povoamento, da urbanização, do desenvolvimento de centros propulsores. As distâncias de nosso território são incomensuráveis porque não verdadeiramente conhecidas. Nas palavras do próprio Macedo, "para atingirmos a plenitude da consciência nacional, carecemos de contato, da posse efetiva de todo o território nacional" (SOARES, 1939, p. 5), sem o que não há concreção no conceito de fronteira para o Brasil. Vemos aí um discurso sobre o espaço que se harmonizava perfeitamente bem com a agenda do governo Vargas, na colonização do interior, na fixação do homem no campo e na correção dos desequilíbrios entre o rural e o urbano.

De fato, a passagem pelo IBGE rendeu muitos frutos a Macedo. Vocacionou-o a integrar a fronteira no grupo dos fenômenos humanos, superando o determinismo geopolítico, que via nos acidentes naturais a propensão a se constituírem como fronteiras. Muito

ao contrário, como sustenta Valente Sobrinho, ao visualizar as relações de limites entre Estados como uma realidade político-jurídica, Macedo "realçava a dimensão cultural do fenômeno lindeiro, contribuindo para a introdução no Brasil de uma geografia aberta ao humano e, portanto, ao sócio-cultural" (VALENTINO SOBRINHO, [1989?], p. 10).

Além disso, não podemos olvidar que a autoridade de seu discurso sobre a questão da fronteira era em parte tributária da posição que ocupava na estrutura de poder, na qual destacava-se a presidência do IBGE, que era o órgão competente na matéria. Desse modo, também sua posição institucional projetava o intelectual que reformulava o conceito de fronteira.

Um exemplo do saber e do poder que adquiriu à frente do IBGE vem do testemunho do embaixador José Augusto de Macedo Soares:

> Como presidente do IBGE, teria sido um dos primeiros estadistas a ter a visão da importância futura da região Amazônica. Macedo Soares seria o verdadeiro precursor da política de valorização da Amazônia, tendo inclusive, em proveito da experiência adquirida no IBGE, pretendido fundar um grupo de trabalho que se dedicasse exclusivamente ao estudo dos problemas da Amazônia, região geográfica que, embora sendo a maior do país, vinha sendo até então a mais descuidada dos poderes públicos, a menos aquinhoada pelos orçamentos federais". Neste sentido, como historiador teria percebido que 'o Prata era, de certo modo, vinculado a nosso passado histórico' e como fundador do IBGE que 'a Amazônia era a abertura para o futuro, todo um mundo ainda pouco explorado de possibilidades, de iniciativas, de esperanças' (SOARES, 1968, p. 11).

Como historiador, Macedo buscou no passado as filiações culturais e econômicas que nos deram as feições de nossa formação geográfica. Como prócer do IBGE e, diríamos, um diplomata estadista, utilizou a experiência aí acumulada e mobilizou equipes de técnicos do Instituto para dedicar-se ao estudo das formas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, que já vislumbrava como motor de nossa revitalização econômica.

Por tudo isso, salta aos olhos a comunidade de papéis entre Teixeira de Freitas e Macedo Soares, unidos para projetar o IBGE na formulação das políticas públicas do Brasil. Se aquele enfatizou a função transformadora da estatística para o País, o embaixador poria o acento na geografia, depositária de suas investidas na fronteira; o conceito e a política[32].

Considerações finais

Brilhante mobilizador de espaços oficiais, ao traduzi-los em capital intelectual para suas contribuições acadêmicas, Macedo Soares foi, em nossa acepção, um "homem de fronteiras". Um acontecimento, já próximo do fim de sua extensa trajetória de homem público, pode nos dar a exata medida de sua capacidade de dispor das fronteiras institucionais. Em julho de 1951, realizou-se nas salas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma sessão especial da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em homenagem ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. Participaram da cerimônia diversas personalidades, a exemplo de Rodrigo Otávio Filho, representando a Academia Brasileira de Letras, Mário Augusto Teixeira de Freitas, fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o General Cândido Rondon e o Almirante Dodsworth Martins, então presidente da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro.

> A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro convoca hoje, com grande prazer, esta sessão especial na sala Paranaguá, para inaugurar o busto em bronze do preclaro e benemérito sócio e presidente de honra embaixador José Carlos de Macedo Soares. Os assinalados serviços prestados a esta sociedade, durante sua gestão na presidência, por espaço de seis anos, e, também, os grandes e inolvidáveis serviços conferidos a geografia, como presidente perpétuo do benemérito Instituto e bem assim como presidente

[32] A intimidade de papéis entre Teixeira de Freitas e Macedo Soares na direção do IBGE foi esboçada por nós no já referido capítulo (CAMARGO, 2008).

> criador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, motivam mais uma consagração em vida, que esperamos seja longa e sempre proveitosa, do grande brasileiro que tem sabido conduzir vitoriosa, sua exemplar atividade pública de colaboração no progresso de nossa pátria (HOMENAGEM ..., 1951, p. 138).

Conforme se vê, o trânsito entre os diferentes espaços se dava não só na montagem e na organização dos certames científicos, como também na celebração conjunta da administração Macedo Soares. A ocasião de inauguração do busto para pontuar a grandiosa direção à frente da SBG, festejando a benemerência de Macedo, dava ensejo à participação da ABL, do IHGB, e do IBGE. Juntas, as entidades glorificavam a presidência comum, enquanto imortalizavam a carreira pública de seu prócer. Afinal, quantos presidentes poderiam reunir tantas e tão prestigiosas instituições unicamente em sua homenagem? Muito poucos, com certeza. Articulando as fronteiras institucionais, Macedo Soares pôde lograr, em vida, a beatificação de sua figura em todas estas associações.

Por tudo isso, impõe-se a importância da análise das representações mútuas entre estas instituições, especialmente entre o IBGE e o IHGB. Os dois órgãos historicamente responsáveis pelas políticas territoriais para o País (o IBGE sucedendo ao IHGB), foram os mais fortemente marcados pela direção do embaixador. Gostaria de registrar a presente contribuição sobre as fronteiras institucionais como um convite e um estímulo à pesquisa das relações construídas entre tais sodalícios, os que por mais tempo foram presididos por este raro estadista da República.

Referências

APRESENTAÇÃO. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 3-6, jan./mar. 1939.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.* Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Forense-Universitária, 1984. 4 v.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Um homem de fronteiras: ação e criação de José Carlos de Macedo Soares. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas (c.1936–c.1972). Cap. 17.

_____. *Território modelado*: notas sobre redes saberes e representações da geografia do IBGE. Trabalho inédito, a ser divulgado no volume 4 da obra *História das Estatísticas Brasileiras*, de autoria de Nelson de Castro Senra, editada pelo IBGE.

CORRÊA FILHO, Virgilio. O Instituto Histórico e José Carlos de Macedo Soares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, v. 261, p. 80-105, out./dez. 1963.

_____. José Carlos de Macedo Soares e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro: IHGB, v. 261, p. 33-73, out./dez. 1963.

HOMENAGEM ao embaixador José Carlos de Macedo Soares pela Sociedade Brasileira de Geografia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, v. 212, p. 138-155, jul./set. 1951.

LOPES, Waldemar. O primeiro presidente do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 5-10, jan./mar. 1968.

MOREIRA, Earle Diniz Macarthy; BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (Org.). *O arquivo de José Carlos de Macedo Soares*: correspondência ativa e passiva selecionada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 123 p.

RELATÓRIO das atividades da Sociedade durante o ano de 1945. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Geografia, n. 52-53, p. 137, 1945-1946.

SOARES, José Augusto de Macedo. José Carlos de Macedo Soares. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 11-12, jan./mar. 1968.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939. 235 p.

VALENTINO SOBRINHO, Raphael. Prefácio. Rio de Janeiro, [1989?]. 15 p. Mimeografado. Texto elaborado para uma segunda edição, não concretizada, da obra Fronteiras do Brasil no regime colonial, do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, sob iniciativa do IBGE.

VARGAS, Getúlio. *Diário.* São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. 2 v. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto.

Vultos da estatística brasileira: embaixador José Carlos de Macedo Soares. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 13-14, jan./mar. 1968.

Carlito, Historiador

Guilherme Pereira das Neves*

José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) permaneceu na tradição do IBGE como uma personagem formal, à qual todos se referiam respeitosamente como "O Embaixador"[33]. A despeito disso, porém, a acreditar-se em um parágrafo truncado de Claude Lévi-Strauss ([1955], p. 15), era pelo apelido do título – que parece corresponder a uma personagem simpática e generosa – que a população paulista o conhecia.

Explica-se. Em 1935, durante sua permanência em São Paulo, o célebre antropólogo descreveu a inauguração de uma estátua, doada pela comunidade italiana. Pretendia ilustrar um certo humor inseguro, que considerava característico do ambiente da cidade em acelerado processo de crescimento, ao procurar acentuar os contrastes em relação aos *caipiras* do campo imediatamente circundante, mas que, ao mesmo tempo, acabava por revelar a falta de espessura da experiência histórica que a maioria de seus habitantes trazia. Tratava-se de uma figura em bronze do imperador Augusto, com o braço levantado em saudação, que apontava para o casarão, na esquina da avenida São Luís com a rua major Quedinho, em que justamente residia Macedo Soares. Isso fez com que a estátua logo se tornasse conhecida como "É aqui que mora Carlito". Quase duas décadas depois, ao escrever *Tristes tropiques*, no entanto, Lévi-Strauss denominou o proprietário do imóvel de "Carlos Pereira de Souza, ex-ministro e homem político influente", engano que só recentemente foi esclarecido (CAMPOS, 2008).

Macedo Soares projetou-se como figura pública em 1924, quando serviu de intermediário entre as forças legalistas e os militares rebeldes que dominaram a cidade de São Paulo durante três semanas. A essa altura, com cerca de quarenta anos e dono de considerável fortuna, que foi distribuindo em doações ao longo da vida, já tinha sido advogado, professor, empresário e ensaísta. Daí em diante, tornar-se-ia político, diplomata e historiador, ocupando a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1939 até sua

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense; pesquisador do CNPq, nível 2; pesquisador principal do projeto Pronex /Faperj/CNPq intitulado "Raízes do Privilégio", coordenado por Ronaldo Vainfas.

[33] Informação prestada por Nelson Senra, do IBGE, por correio eletrônico, em 07/03/2008.

morte, 29 anos depois[34]. Nessa condição, além de *Os falsos troféus de Ituzaingó*, que não será possível comentar aqui, publicou três livros de valor, mas pouco conhecidos[35].

Segundo Américo Jacobina Lacombe (1968, p. 49-51), *As fronteiras do Brasil no regime colonial*, o primeiro deles, aparecido em 1939, "foram um acontecimento em nossa história diplomática." Como os demais, a edição de luxo constituía um "mimo tipográfico", editada pela Livraria José Olímpio, no Rio de Janeiro, mas saída dos prelos de Elvino Pocai, em São Paulo, no final de março, profusamente ilustrada por José Wasth Rodrigues com mapas, pequenas vinhetas, capitulares situadas em quadros representando alguma cena relacionada à matéria do capítulo e recorrendo ao uso de cores e até de relevo para realçar alguns títulos. A mesma obra, com modificações no tamanho, na distribuição do texto e menores requintes gráficos, apareceu igualmente como o volume 19 da **Coleção Documentos Brasileiros**, cuja direção passava então de Gilberto Freyre para Octávio Tarquínio de Souza, estampada pela Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, em São Paulo, no mês de outubro do mesmo ano.

A estrutura da obra, porém, é simples. Para cada um dos oito capítulos, a um pequeno texto explicativo de Macedo Soares, seguem-se notas com indicações de fontes de época e obras, um mapa e a transcrição de diversos documentos relevantes para o assunto. Os capítulos abordam a bula de Alexandre VI, o tratado de Tordesilhas, as fronteiras do Brasil em 1640, as fronteiras entre a colônia portuguesa e a francesa, as fronteiras entre os domínios de Portugal e Espanha em 1750, o tratado de Santo Idelfonso de 1777, a incorporação do Uruguai em 1821 e as fronteiras do Brasil em 1822. Com certeza, o valor da obra não reside no texto de Macedo Soares, apesar de sua clareza e correção, mas, sim, no enorme esforço que deve ter exigido a reunião, transcrição e, muitas vezes, a tradução de documentos, assim como o cuidado demonstrado na confecção dos mapas. Ao final, sem distinguir fontes de época e obras posteriores, algumas indicações bibliográficas trazem surpresas, como a inclusão do *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent*, de Alexander von Humboldt, publicado em Paris e em francês a partir do ano de 1836, poucas vezes mencionado entre nós, e a ausência de qualquer obra do barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Jr. (1845-1912)[36].

Numa curta "Introdução", revelam-se com clareza as preocupações da obra. Logo no início, deixa perceber que se trata, como disse Pedro Calmon, da "contribuição mais saborosamente paulista a que podíamos aspirar", sob a forma de uma "resenha do esforço bandeirante, criador do Império"(LACOMBE, 1968, p. 49-51). Segue-se uma frase particularmente esclarecedora: "No Novo Mundo nunca houve sentimento dinástico. Nascemos com a idéia nacionalista." Retomando a seu jeito o famoso último parágrafo dos *Capítulos de história colonial* de Capistrano de Abreu (1976, p. 212-213), prossegue considerando que as diferentes pátrias criadas na América, por conta da unidade da língua, da religião e dos costumes, mostraram-se coesas "no sentimento patriótico e na irresistível vontade de independência." Assim sendo, se, por toda a parte, "a fronteira é o continente do conteúdo nacional", a "fronteira completa define e especifica o país,

---

[34] Para a trajetória de Macedo Soares, ver:
a) JOSÉ Carlos de Macedo Soares. Biografia. In: Fundação Getulio Vargas. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: 15 fev. 2008.
b) ARAÚJO, João Hermes Pereira de. José Carlos de Macedo Soares: dados biográficos. In: MOREIRA, Earle Diniz Macarthy; BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (Org.). *O arquivo de José Carlos de Macedo Soares*: correspondência ativa e passiva selecionada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 11-5.
c) HOMENAGEM à memória do embaixador José Carlos de Macedo Soares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 279, p. 45-64, abr./jun. 1968.

[35] A obra apareceu em São Paulo, por Pocai & Cia, em 1920, e trata de um assunto também abordado no capítulo 25 do célebre *Porque me ufano de meu país*, publicado no Rio de Janeiro, pela Laemmert em 1901, do conde Afonso Celso. Para este, ver: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ufano.html>. Acesso em: 18 mar. 2008. Sobre outro trabalho de maior fôlego realizado por Macedo Soares como historiador posteriormente, ver: JOSÉ Bonifácio de Andrada e Silva economista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 184, p. 171-94, jul./set. 1944.

[36] Ver o detalhado comentário sobre esse livro em: CARVALHO, Delgado de. Fronteiras do Brasil no regime colonial, *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, p. 91-109, out./dez. 1939. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG% 201939%20v1_n4.pdf>. Acesso em: mar. 2008. Inclui a reprodução da maioria dos mapas e cuja indicação agradeço a Nelson Senra. Ver também: LAFRONTE, Homero Viteri. Fronteiras do Brasil no regime colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 182, p. 122-126, jan./mar. 1944. Comentários de: SOARES, José Carlos de Macedo. _____. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

sede de um povo organizado"; ela "assegura o instinto de propriedade tão natural e imperioso nos povos, como nos indivíduos." Apesar disso, no caso brasileiro,

> a distância incomensurável, a raridade da população não permite criar a sensação concreta da fronteira internacional. O pequeno trecho da fronteira realmente sentida, no Rio Grande do Sul, serve de testemunho à enorme abstração da quase totalidade das linhas divisórias do imenso Brasil. Para atingirmos a plenitude da consciência nacional, carecemos do contato, da posse efetiva de todo o território brasileiro.

Em seguida, após acrescentar alguns dados sobre a obra, com destaque para a informação de que se destinava ao 3º Congresso de História Nacional, "em comemoração do 1º centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a mais patriótica das nossas instituições", nosso autor termina a introdução com o desejo de que o seu livro constitua "um preito de homenagem ao glorioso Exército Nacional e em especial ao General Cândido Rondon" (CAPISTRANO, 1976, p. 212-213, grifo nosso).

No contexto do Estado Novo, com o qual não deixou de colaborar ao assumir a direção do IBGE (1937-1951), embora, dias antes do golpe que estabeleceu a ditadura, se tenha exonerado da pasta da justiça, Macedo Soares, em As fronteiras do Brasil no regime colonial, mostra-se, em particular, um ideólogo, perfeitamente sintonizado com as preocupações do período destinadas à criação de uma consciência nacional. Para tanto, como deixam claras sua relação com o IHGB e a própria temática do livro, era à História que recorria, como ocorrera na Europa das nações no século XIX, pressupondo uma entidade denominada Brasil, cuja existência praticamente precedia ao próprio descobrimento de 1500; cujas fronteiras foram gradualmente fixadas como um processo orgânico natural graças ao espírito empreendedor dos bandeirantes paulistas; e que, em 1822, libertou-se enfim das cadeias de um regime colonial que impediam seu pleno desenvolvimento[37].

Não é o caso do segundo livro importante de José Carlos de Macedo Soares como historiador, o originalíssimo Santo Antônio de Lisboa, militar no Brasil, de 1942, com fartas ilustrações de José Wasth Rodrigues e de Percy Lau[38]. Originalíssimo muito mais pelo assunto escolhido do que pela abordagem, bastante semelhante à do anterior. Examina, em nove capítulos, a situação ocupada por Fernando de Bulhões, no século, posteriormente o frei franciscano Antônio (1195-1231), santificado no ano seguinte ao de sua morte em Pádua, como militar de diversas patentes em várias capitanias do Brasil. Fato que propiciava ao santo receber os respectivos soldos, que eram aplicados à capela local que lhe guardava a imagem ou a sua festa anual.

Padroeiro da Bahia, Santo Antônio começou com o soldo de praça de soldado. Em 1707, uma carta régia promoveu-o a capitão. Na época do 4º vice-rei, Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1735), passou a alferes de infantaria, cuja remuneração foi fixada pelo príncipe regente D. João em 120 mil réis no ano de 1800. O mesmo soberano, porém, em gratidão pelos esforços de Santo Antônio para "salvar a monarquia da grande e difícil crise" a que esteve exposta em 1807, com a ocupação de Portugal pelas tropas de Napoleão e a transferência da corte para o Brasil, elevou o padroeiro ao posto de sargento-mor em 1810 e, não satisfeito, ao de tenente-coronel, em 1814. Tais disposições conservaram-se ao longo de todo o período do Império, somente sendo suspensas em 1907, ou seja, quase duas décadas após a proclamação da República.

Em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, Santo Antônio foi capitão. No Espírito Santo e na Paraíba, porém, não passou de soldado raso. No Rio de Janeiro, como na Bahia, ascendeu de capitão, a sargento-mor e a tenente-coronel, mas concederam-lhe também a grã-cruz da Ordem de Cristo. Em Pernambuco, começou soldado, logo promovido a tenente de artilharia. Em 1751, contudo, a câmara de Igarassu alegou não haver em seu

---

[37] Para o uso da História como instrumento da construção das nações, veja-se o brilhante e seminal artigo: FURET, François. La naissance de l'histoire. In: _____. *L'atelier de l'histoire*. Paris: Flammarion, c1982. p. 101-27.

[38] Publicado no Rio de Janeiro pela editora José Olympio, mas, pelo menos na edição luxuosa a que tive acesso, saído, em fevereiro do mencionado ano, dos mesmos prelos paulistas de Elvino Pocai que tinham trazido à luz a obra anterior.

termo milícias em que fosse possível alistar o santo; solicitavam, por isso, que ele fosse incluído nos livros do senado da vila para vencer a propina correspondente à de um vereador. Além disso, no interior da Bahia, após a Independência, num episódio cercado de dúvidas, Santo Antônio parece ter sido levado à barra de um tribunal e condenado, enquanto proprietário de um escravo assassino, que lhe tinha cabido por doação.

Composto por pequenos textos do autor, cujas fontes estão indicadas em notas e na bibliografia ao final, a maior riqueza dessa obra consiste outra vez, sem dúvida, na documentação compulsada e transcrita, que oferece uma extraordinária perspectiva sobre as mentalidades e a religiosidade da América portuguesa desde a segunda metade do século XVII até os inícios do XX. O surpreendente é que Macedo Soares, naquela época, tenha tido a sensibilidade histórica necessária para identificar a relevância desse tipo de fontes.

A terceira obra histórica de nosso autor a ser mencionada é o volume Fontes da História da Igreja Católica no Brasil[39]. Talvez seja aquela que melhor evidencia as qualidades e limites de Macedo Soares como historiador. A separata de 1954 traz, após a folha de rosto e anteriormente ao sumário, a reprodução de uma carta dirigida ao papa Pio XII, aprovada em sessão do IHGB de 25 de abril de 1950, mas datada de 1952 e assinada por Macedo Soares como seu presidente, em que, diante da aproximação do quarto centenário da fundação de São Paulo, a instituição pedia a Sua Santidade que incitasse o clero e fiéis do Brasil à realização de "orações constantes e fervorosas para que o venerável José de Anchieta nos beneficie com dois milagres de primeira classe, a fim de que a continuação do processo de canonização permita a beatificação do Apóstolo do Brasil." Ao final do volume, uma página com seis conclusões deixa entrever as preocupações que presidiram à elaboração da obra. "Não foi ainda escrita a história da Igreja católica no Brasil"(SOARES, 1953) diz a primeira, algo que, segundo Lacombe (1968) , constituía um dos objetivos de Macedo Soares àquela altura. As demais insistem na riqueza dos acervos documentais existentes sobre a história da Igreja Católica no Brasil, nas dificuldades para identificá-los e analisá-los, nos progressos alcançados desse ponto de vista e na importância da iniciativa, desde que orientada pelas lições de Leão XIII e Pio XII, de modo que "os professores de história tenham elementos para escrever manuais da história Igreja no Brasil, a fim de facilitar tão importante estudo, em especial nos seminários." Confirma-se, dessa forma, a persistência de uma certa perspectiva ideológica nacionalista, já presente, como visto, em *As fronteiras do Brasil no regime colonial*, mas à qual acrescentava-se agora a de um católico fervoroso, fiel discípulo das orientações da Santa Sé, numa época anterior ao concílio Vaticano II (1962-1965), ainda marcada, portanto, pelo trauma com que a irrupção do mundo moderno tinha golpeado Pio IX (1846-1878) e a Igreja em geral.

Não obstante, o miolo do volume agrega diversos tesouros. A partir do exemplo clássico do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, organizado por Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu e outros; em seqüência ao célebre *Manual de estudos brasileiros* [1949] organizado por William Berrien e Rubens Borba de Moraes; posteriormente à primeira edição de *A teoria da história do Brasil* [1949], que seria bastante revista, atualizada e aumentada até pelo menos a terceira edição de 1969; contemporânea, grosso modo, à primeira edição de *A pesquisa histórica no Brasil* [1952], de José Honório Rodrigues (autor também do livro anterior); e antecedendo mais algumas, como a *Bibliographia brasiliana* [1958] de Rubens Borba de Moraes; *O que se deve ler para conhecer o Brasil* [1960] de Nelson Werneck Sodré; o *Índice de biobibliografia brasileira* de J. Galante de Sousa [1963]; e *Brasil: obras de referência, 1965-1998, uma bibliografia comentada* [1999] de Ann Hartness, para não falar da voga recente dos dicionários históricos, os volumes *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil* de Macedo Soares fazem parte do reduzido número de obras de erudição produzidas sobre a história do Brasil.

---

[39] Foi consultada SOARES, José Carlos de Macedo. Separata de: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 220, p. 7-338, jul./set. 1953, aparentemente reimpressa de modo independente em 1954. No entanto, Américo Jacobina Lacombe, no texto mencionado acima, afirma que foi originalmente publicada em 1945, "com o capricho de costume", em São Paulo, após apresentação do trabalho a um Congresso Interamericano de História e Arte Religiosas, ocorrido em Buenos Aires.

Nesse sentido, a obra presta um serviço inestimável à pesquisa histórica[40]. A partir da constatação, no "Antelóquio", da ausência de uma história da Igreja no Brasil, ao que se segue uma adenda com a indicação e comentário de 34 títulos relacionados ao assunto, três seções fornecem uma série de considerações sobre o trabalho do historiador e de esclarecimentos sobre os tipos de documentos. Daí em diante, cada uma das seções IV a VIII aborda os acervos de uma certa região geográfica, desde a Santa Sé, passando por Portugal, demais países da Europa e América, até o Brasil, que ocupa, naturalmente, o maior número de páginas. Se, nas primeiras, limita-se Macedo Soares, quase sempre, a indicações gerais e de guias e outros instrumentos de busca, na última seção desce a minúcias, chegando ao ponto de fornecer extratos de publicações e relações de documentos encontrados nos institutos históricos, arquivos, bibliotecas, museus e instituições públicas, eclesiásticas e privadas. Em relação a todos os acervos, são bastante valiosas as notícias sobre a respectiva instituição e as coleções sob sua guarda, ainda que o hábito perverso, em algumas delas, de refazer periodicamente a catalogação, sem conservar a correspondência à anterior, possa apresentar-se hoje como um obstáculo à utilização da obra.

Admirador de Capistrano de Abreu, a quem considerava "um dos mais ilustres historiadores brasileiros", embora parecesse causar-lhe espécie a falta de apreço do cearense pelas relações sociais, que evidenciara ao recusar o ingresso na Academia Brasileira de Letras sob o argumento de que "já pertencia a uma [sociedade] bastante aborrecida e para a qual ingressara sem ser consultado: a sociedade humana" (SOARES, 1953), Macedo Soares, como a maioria de seus contemporâneos, estava distante de seu antecessor quanto à concepção da história e de sua prática. Bibliógrafo contumaz, ele conhecia, porém, perfeitamente os manuais clássicos da disciplina, entre outros, o Bernheim [1889], o Bauer [1921] e, sobretudo, o famosíssimo Langlois & Seignobos, de 1898, tão criticado, mas também tão utilizado por Lucien Febvre, Marc Bloch e a primeira geração dos *Annales* (SOARES, 1953, p. 24-25)[41]. Aliás, não terá sido ele quem esteve por trás da surpreendente tradução e publicação dessa última obra em São Paulo no ano de 1946?[42]

Por outro lado, em aula para curso promovido pela Academia Brasileira de Letras, em que tratou dos cronistas coloniais, nosso autor, após reconhecer, inicialmente, a "interligação entre a história, a crônica e a ficção", mostra-se surpreendentemente contemporâneo ao afirmar que "a obra de Shakespeare constitui a crônica mais importante sobre a sociedade de seu tempo." Para ele, o quê a crônica revela na extensão ou na *horizontalidade*, a história busca na espessura e na profundidade, isto é, na *verticalidade*. E arremata (SOARES..., 1958):

> Mas é este seu aspecto horizontal o que nos dá a perspectiva de uma visão de conjunto ampla e precisa, em permanente expansão. Na crônica, temos uma história mais viva, mais humana, mais palpitante, baseada não só nos fatos devidamente comprovados e necessários à vida política dos povos, como também no que existe de fantástico e de legendário.

Parece quase o lamento de alguém que, sonhando em ser cronista, já não podia mais sê-lo, porque assimilara uma das lições fundamentais de Langlois e Seignobos (1992, p. 29): "*pas de documents, pas d'histoire*". Por conseguinte, a construção de sua obra de historiador somente devia proceder, como procedeu, em torno de documentos. Ao mesmo tempo, ainda que de maneira difusa, tampouco deixou de absorver algo daquela riquíssima tradição intelectual em estavam imersos esses seus mestres, o chamado

---

[40] Ver duas resenhas da obra em: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 222, p. 343-63, jan./mar. 1954.

[41] Para a recepção do livro de Langlois e Seignobos, ver REBÉRIOUX, Madeleine. Préface. In: LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992. p. 7-16.

[42] Trata-se do volume de LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução de Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946. Assinalada com excessiva discrição por GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1961. p. 362. Obra que constituiu uma espécie de volume suplementar à tradução brasileira da *História geral das civilizações* e que resultou de uma temporada do autor como professor na Universidade de São Paulo.

historismo, mais freqüentemente denominado de *historicismo alemão*, que até hoje serve de referência à discussão da história como disciplina cognitiva (HOLANDA, 1979). Ao final da mencionada aula, observava que "qualquer obra tem o limite natural de sua época. E só pode ser vista e apreciada devidamente dentro do quadro histórico em que foi imaginada e escrita." É esta a percepção que se mostra capaz de explicar a sensibilidade que desenvolveu para enxergar Santo Antônio de Lisboa em seu tempo, como militar a soldo de muitos domínios portugueses.

Tal é também a percepção que permite compreender Macedo Soares em sua época como historiador. Homem de múltiplas atividades, intelectual na interface com o poder e a academia, mas que, graças à sua independência financeira, conservava um perfil completamente diverso do profissional de hoje, próximo ao do diletante, mais amante dos livros, dos documentos e das artes gráficas do que de elaboradas construções historiográficas. Conservador na política, homem da Igreja ultramontana saída do primeiro concílio Vaticano em 1870, embora fosse também, por natureza, um diplomata e, na política, senhor de uma pouco usual compostura, como evidenciou na rebelião paulista de 1924; na libertação, em 1935, de mais de 400 presos políticos sem processo formado; na exigência de um tratamento digno na cadeia para Luiz Carlos Prestes; na atuação como chanceler na resolução do conflito paraguaio-boliviano do Chaco; na demissão sem alarde do ministério nos dias que precederam o golpe do Estado Novo. "Mestre de polidez", na expressão de Josué Montello, José Carlos de Macedo Soares "nascera com a vocação da ordem, da dignidade humana, da cordialidade, do sentimento da justiça, com o instinto da solidariedade pessoal"(MACEDO..., 1985).

Não é de admirar que a população de São Paulo se sentisse à vontade para chamá-lo de *Carlito*, como, apesar do engano, Lévi-Strauss acabou por deixar registrado a partir das memórias de sua estadia na cidade, em meados da década de 1930.

Referências

ABREU, J. Capistrano de. Três séculos depois. In: _____. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1976. p. 212-213.

CAMPOS, Eudes. A propósito de uma obscura passagem de "tristes trópicos" ou um pequeno recanto perdido na cidade de São Paulo da década de 1930. *Informativo: Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo: SMC/DPH, ano 3, n. 16, jan./fev. 2008. Disponível em: <http://www.fotoplus.com/dph/info16/i-inter.htm>. Acesso em: 15 mar. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Introdução: o atual e o inatual em L. von Ranke. In: _____. (Org.). *Leopold von Ranke*: história. Tradução de Trude von L. Solstein. São Paulo: Ática, 1979. (Grandes Cientistas Sociais, 8). p. 7-62.

LACOMBE, Américo Jacobina. Macedo Soares: historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 279, p. 49-51, abr./jun. 1968.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques.* Paris: Plon [1955].

MACEDO Soares, um mestre de polidez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 346, p. 225-227, jan./mar. 1985.

SOARES, José Carlos de Macedo. Abertura do curso [Capistrano de Abreu]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, p. 44-45, out./dez. 1953.

SOARES, José Carlos de Macedo. Curso de historiografia na Academia Brasileira de Letras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 240, p. 311-322, jul./set. 1958. Quarta aula.

SOARES, José Carlos de Macedo. Separata de: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 220, p. 7-338, jul./set. 1953.

Oração de posse na cadeira 12 da ABL[43]

Alfredo Bosi

A primeira palavra que me cabe dizer aos confrades desta Casa de Machado de Assis é a mais simples e ao mesmo tempo a mais densa: – obrigado! Palavra simples: dizemo-la a toda hora, sinal de reconhecimento do outro; gota de óleo quase imponderável na leveza da sua matéria, é, no entanto, preciosa no momento de amaciar a difícil engrenagem que são as relações humanas. Moeda corrente do cotidiano, traz, porém, no metal em que se fundiu o compromisso ético que lhe vem da idéia de obrigação. Dizê-la é também um dever.

Agradeço de coração o gesto do voto que me trouxe à vossa companhia. Mas esse mesmo ato, pela honra que confere, leva-me a ir além da cortesia e estender o sentimento de gratidão aos ausentes que ocuparam esta Cadeira, tornando-os vivos e presentes. A gratidão não é apenas um imperativo social, exigência da reciprocidade que deve reger a interação entre seres ditos humanos. O seu alcance ultrapassa a esfera de um regime de trocas em que se afere o valor do obséquio recebido e quitado. A verdadeira gratidão salta as barreiras da sociabilidade convencional, reino do aqui e agora, e alonga o seu olhar para o que não está materialmente presente: esse olhar chama-se memória, que é o outrora feito agora, a voz dos que se calaram para sempre.

Louvo a praxe desta e de todas as academias pela qual cada novo eleito dirige a palavra não só aos confrades que o estão acolhendo, mas também aos companheiros que se foram, convidando-os a retornar, ainda que por breves momentos, à companhia dos que os conheceram em carne e osso, ou apenas pelo testemunho dos seus escritos. A memória que, no verso de Camões, "os homens desenterra", é, neste caso, o mais grato dos deveres. É minha vez de convidar-vos a me acompanhar nesta viagem de reconhecimento.

*

Quem ocupou esta Cadeira, cujo patrono é um dos mais vivos comediógrafos brasileiros, França Júnior? Tudo começou com um discípulo seu, folhetinista zombeteiro como ele, Urbano Duarte; veio depois um poeta me-

[43] O autor autorizou a reprodução deste texto em 07.02.2008, por *e-mail* enviado ao IBGE, cuja cópia integra sua Memória Institucional. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/ sys/start.htm?infoid=86&sid=168&tpl=printerview>. Acesso em: 13 fev. 2008.

lancólico que mal cabia nos limites parnasianos que ele próprio demarcara para si, Augusto de Lima; quem o sucedeu foi um jornalista liberal, amante de sociologia e de política, Victor Viana; depois, um diplomata de peso, Chanceler da Paz, José Carlos de Macedo Soares; em seguida, um poeta vibrante e profundo, tradutor impecável e zeloso educador, Abgar Renault; enfim, um servidor da Igreja, inteligência versátil que deu à sua palavra uma destinação pastoral, Dom Lucas Moreira Neves.

À primeira vista nada parece aproximá-los, tal a diversidade de vocações que seguiram na sua carreira intelectual e no desempenho de missões públicas no jornal, na magistratura, na diplomacia, no magistério, nos cargos executivos ou no ministério eclesial.

Entretanto, à medida que escavamos o subsolo dos seus textos à procura da inspiração que os ditou, tocamos o fundo comum que atraiu os olhares admirados dos contemporâneos. Em todos a prática intensa e assídua da linguagem serviu de instrumento dúctil ora para a formulação dos seus projetos, ora para a expressão da sua vida interior. Pelo uso da palavra-ação ou da palavra-reflexão ou da palavra-intuição, cada um deles construiu uma obra pessoal e teve acesso àquela dimensão histórica que transcende os confins temporais da existência e reclama, de pleno direito, o tributo de nossa rememoração.

Em face desse vasto campo comum da linguagem cumpre à nossa empatia de pósteros apreciar de perto as diferenças dos caminhos percorridos. É a história mesma desta cadeira que começa com um ostensivo contraste entre os seus dois primeiros ocupantes. Augusto de Lima, no seu discurso de posse, estranhou o fato de que um poeta grave e melancólico (assim ele se via a si mesmo) tenha sucedido a Urbano Duarte, cuja maior glória fora a de ter provocado hilaridade nos leitores dos seus folhetins cariocas.

Urbano Duarte não compartilhou os êxitos de seu mestre França Júnior, nem os de seu amigo e parceiro inigualável, Artur Azevedo. Mas, na modéstia da sua obra, surpreendemos um espírito ousado e penetrante. Foi ele dos primeiros a perceber que a deplorada decadência do teatro literário brasileiro no fim do século XIX se devia à escassez de recursos dos empresários nacionais que, reféns do gosto dos novos públicos menos cultos, não teriam condições de levar à cena textos dramáticos de alto valor estético. O dilema da empresa teatral – ou sustentar a criação independente ou entregar-se ao regime da mercadoria – já repontava nessa fase, prenunciando a invasão da cultura de massa. Urbano Duarte comenta desalentado em carta a Coelho Neto: "Não recebendo um real de subvenção dos cofres públicos, os empresários tornam-se escravos do gosto das platéias sob pena de fecharem as portas." E adiante: "Aquilo é antes de tudo uma indústria, sujeita a mil ônus e despesas. Impossível lhes seria adotar outra orientação que não a seguinte: peças que fazem dinheiro, peças que não fazem dinheiro." Veremos que, longe de ser um espírito conformista, Urbano Duarte cultivava uma saudável rebeldia em face dos senhores do poder.

Augusto de Lima se dizia poeta soturno ao se comparar com o folhetinista baiano, mestre do riso fácil e da escrita ligeira. A diferença entre os dois existe, de fato, mas não é menos justo dizer de cada um deles o que disse de cada um de nós o mais agudo dos moralistas franceses, La Rochefoucauld: "Somos às vezes tão diferentes de nós mesmos quanto dos outros."

Os folhetins de Urbano Duarte, os seus *Humorismos*, nos dão o espelho da *belle époque* carioca com todos os vezos das revistas de ano, a variante em forma de crônica dos ridículos flagrados nas comédias de França Júnior e de Artur Azevedo. Mas o mesmo Urbano Duarte escreveu, de parceria com Artur Azevedo, em 1884, *O Escravocrata*, drama em que é o peso da opressão social, e não a fútil passarela da Rua do Ouvidor, que sobe ao primeiro plano do espetáculo.

A peça foi proibida pelo Conservatório Dramático, que, porém, se absteve de declarar os argumentos que justificariam a censura. É hipótese dos autores que o Conservatório tenha julgado indecoroso expor ao público o vexame de um casal da alta burguesia fluminense, cujo filho, já moço, vem a saber que seu verdadeiro pai é o escravo de estimação da família com o qual sua mãe cometera adultério. O ambiente é fosco, saturado de truculências contra os cativos. *O Escravocrata* termina tragicamente com o suicídio do pai escravo e do jovem bastardo. Não há catarse final. Brecht teria apreciado

o didatismo cru desse teatro de crítica social: o espectador assiste direta e brutamente às mazelas de uma sociedade onde, apesar do triunfo iminente da campanha abolicionista, a instituição do cativeiro ainda gravava sobre a estrutura familiar brasileira.

O mesmo Urbano Duarte, que nos parece apenas faceto e jocoso, rindo-se ora do homem de cabeleira saindo do chapéu em forma de "S", ora do janota de brilhante cheirando a heliotropo, foi capaz de cauterizar o absurdo da guerra (ele que chegara ao posto de major da artilharia!), compondo uma página de fogo, "Um homem contra um exército": a crônica narra a história surreal de um oficial que do alto de uma fortaleza inexpugnável bombardeia a cidade do Rio de Janeiro, massacra o seu exército e, depois dessa vitória cruenta, mata-se dando um tiro na cabeça. Será isso humor negro ou, simplesmente, alegoria do humorista que para vingar-se da humanidade destrói a si mesmo? O riso se faz rictus: só engana o espectador desavisado que não percebe a amargura da fisionomia mal escondida pela máscara cômica. Somos às vezes tão diferentes de nós mesmos como o somos dos outros.

*

A frase valerá também para o itinerário de Augusto de Lima. O poeta das Contemporâneas estreou na década de 1880 com uma obra que o distingue da tríade parnasiana por um envolvimento franco na batalha das idéias que se travava desde os anos de 70, o bando de idéias novas caracterizado por Sílvio Romero. Das três correntes filosóficas que disputavam então a primazia na cena intelectual brasileira, a positivista, a evolucionista e a monista, foi a última a que alcançou a adesão incondicional de Augusto de Lima:

Há uma só lei da Existência,
sob a esfera luminosa:
partilham da mesma essência
homem, ave, estrela e rosa...

É raro que a mera intenção filosófica garanta êxito ao poeta quando ele se propõe traduzi-la em imagem e ritmo. A poesia, em geral, precede o discurso abstrato: é linguagem auroral, na bela metáfora de Croce, que retoma as luminosas intuições de Vico. O percurso da poesia segue antes o rumo traçado pela imaginação do que os passos comandados pelo raciocínio. No entanto, se o poeta desce à riqueza do concreto e o poema toma corpo sob a forma de um motivo inspirador, as suas figuras e melodias exprimirão, no nível analógico, o que o pensamento busca formular no discurso lógico. Assim, a teoria monista professada por Augusto de Lima supõe a vigência de uma unidade profunda abraçando a variedade infinita dos seres. Essa idéia-matriz verteu-se com felicidade neste soneto mediante a imagem de uma concha; encostada ao ouvido do poeta, transmite-lhe o lamento do universo e de toda a humanidade:

Um dia, interrogando o níveo seio
de uma concha voltada contra o ouvido,
um longínquo rumor, como um gemido,
ouvi plangente e de saudades cheio.

Esse rumor tristíssimo, escutei-o:
– é a música das ondas, é o bramido,
que ela guarda por tempo indefinido
das solidões marinhas de onde veio.

Homem, – concha exilada –, igual lamento
em ti mesmo ouvirás, se ouvido atento
aos recessos do espírito volveres.

É de saudade esse lamento humano
de uma vida anterior, pátrio oceano
da unidade concêntrica dos seres...

A doutrina monista com a sua crença na "unidade concêntrica dos seres", apontava para a evolução ascensional do homem, a quem a ciência prometia o paraíso do progresso em espiral, indefinido. Mas a poesia lírica, enquanto refratária à redução ideológica, extraía da mesma fonte teórica a melancolia de uma solidão sem margens, as solidões marinhas que pairam tanto nos abismos do oceano como no coração do homem exilado em um mundo que lhe é estranho quando não adverso. E como não lembrar a poesia de Augusto dos Anjos, o poeta do *Eu*, estreante na geração que se seguiu à de Augusto de Lima?

O nosso poeta poderia ter-se emparedado nessa contradição e, como Augusto dos Anjos, poderia ter caído no impasse entre uma visão evolucionista do cosmos e uma inflexão subjetiva que encerra o indivíduo no cárcere de ser-para-a-morte. No foi esta, porém, a diretriz que Augusto de Lima acabou dando à sua vida de cidadão e à sua vocação de escritor. A política cedo o atraiu e absorveu. Foi presidente do seu Estado, um dos paladinos da construção de Belo Horizonte. Foi parlamentar em várias legislaturas do Congresso Nacional, constituinte em 34 e batalhador pelo ensino primário e normal. Defendeu o patrimônio artístico de Minas Gerais e restaurou o Arquivo Público Mineiro, essa admirável instituição de que foi diligente diretor. Vejo na sua atividade pública o avesso dialético da situação que marcara a sua juventude apertada entre o monismo e a angústia existencial. A política, na medida em que é assumida como arte de criar projetos, convida a construir corajosamente um futuro coletivo, não se exercendo sem forte dose de confiança no semelhante e no sentido da História. Quando um escritor de raça a ela se dedica, o uso que faz da palavra volta-se para a ação e salva-o daquele sentimento de impotência que tantas vezes a prática das letras pelas letras provoca nas consciências escrupulosas.

Se foi esse o roteiro de Augusto de Lima cidadão, o do poeta me parece ainda mais feliz. Da estação desolada de onde partira, caminhou para a figuração lírica de dois grandes libertadores, Tiradentes e Francisco de Assis. Ao nosso herói mineiro e ao Poverello da Úmbria dedicou os seus últimos escritos. A esperança no barro humano, fragilidade que se faz forte pela ousadia de perseguir um ideal, político ou místico, deu à trajetória de Augusto de Lima uma dignidade que suscita neste seu leitor de hoje o desejo de cumprir o mais grato dos deveres, o dever da memória.

Augusto de Lima faleceu em 1934 sem ver promulgada a Constituição para a qual ele tanto contribuíra. Não creio mero acaso o fato de os seus sucessores terem sido intelectuais estreitamente vinculados à vida pública. Victor Viana ocupou esta Cadeira no breve lapso de dois anos, entre 35 e 37. José Carlos de Macedo Soares pôde honrá-la ao longo de trinta anos, de 38 a 68. Se lembrarmos que o decênio de 30 foi um tempo de intensas transformações sociais no Brasil e no mundo, entenderemos o porquê da alta concentração de homens públicos que obtiveram na época o acolhimento acadêmico. Diversamente dos anos da fundação desta Casa, quando prevaleceu o critério literário de escolha, os anos de 30 e 40 assistiram à plena abertura a figuras de prol da vida da nação, parecendo seguir, nesse particular, uma sugestão que Joaquim Nabuco dera a Machado de Assis quando ambos discutiam em suas cartas o futuro da Academia. Nabuco propunha ao presidente Machado de Assis que a companhia que ambos haviam criado abrigasse não só puros homens de letras, mas intelectuais que se tivessem notabilizado em suas respectivas carreiras, fossem eles políticos, jornalistas, diplomatas, juristas, médicos, prelados, militares. Lembro que foram aqui recebidos naquele decênio de 30 homens públicos capazes de usar vigorosamente a palavra como instrumento de ação no terreno acidentado dos embates políticos e ideológicos: Otávio Mangabeira, Alcântara Machado, Barbosa Lima Sobrinho, Alceu Amoroso Lima (que dera em 1929 o seu adeus à disponibilidade, marcando a sua opção de intelectual engajado) e meus dois insignes predecessores, Victor Viana e José Carlos de Macedo Soares.

As opções doutrinárias de ambos espelhavam, pelo seu nítido contraste, as correntes cruzadas daquele momento crucial em que o Brasil encetava a superação do estágio de país essencialmente agro-exportador abrindo as veredas da modernização industrial apoiada pelo Estado. Victor Viana era sociólogo e jornalista de formação liberal clássica: apologista da ortodoxia financeira, da descentralização, do regime federativo e sobretudo das conquistas democráticas. Um liberal, na mais pura acepção do termo. Macedo Soares, por sua vez, inclinava-se para o modelo vigente do Estado operoso, que planeja e executa e, na fórmula pregnante de Augusto Comte, prevê para prover. O molde positivista foi a arqueologia do Estado-Providência, paradigma que norteou a conduta dos homens que fizeram a Revolução de 30.

Passados setenta e tantos anos, ao estudarmos a oposição entre liberalismo e Estado forte, entre *laissez-faire* e dirigismo, volta-nos à mente a frase lapidar de Benedetto Croce: toda história é sempre, de algum modo, contemporânea do historiador. Também em nossos dias, vivendo contingências diversas, defrontamo-nos, a cada passo, com o dilema neoliberalismo ou Estado previdente, Estado mínimo ou Estado plenamente responsável. O contraste fazia-se particularmente agudo na medida em que a crise mundial de 1929 suscitara regimes intervencionistas, que iam desde os extremos fascista e bolchevista até as combinações social-democráticas do *New Deal* americano e da Frente Popular francesa.

Victor Viana permaneceu, apesar desse contexto, fiel às tradições da economia política ortodoxa. É o que se depreende dos seus artigos, datados de 1933, sobre os méritos da Constituição inglesa (a Magna Carta era seu modelo permanente) e da Constituição norte-americana, que ele analisou em profundidade. Macedo Soares, situando-se no pólo oposto, fazia, ao tomar posse na Academia em dezembro de 38, o elogio da responsabilidade do Estado, que entre nós combinava uma política centralizadora com a modernização econômica, o apoio à indústria nacional e uma legislação trabalhista compósita, em parte avançada, em parte tuteladora.

No mesmo discurso Macedo Soares ressalvava, porém, um elo entre a sua concepção ideológica e a de Victor Viana: como o jornalista liberal, o diplomata exaltava a liberdade de expressão do pensamento, ponto de honra daquele que fora por longos anos mentor do *Jornal do Commercio*. Ambos tinham-se formado na Primeira República, ambos tinham aprendido com os mestres do nosso pensamento democrático, Rui e Nabuco, a respeitar os direitos individuais consagrados na Constituição de 91. Mas nem por isso Macedo Soares deixava de admitir que aquele mundo mudara após a crise de 29. São palavras suas: "O tempo de Victor Viana tinha passado. Feliz o sociólogo perempto, que não assistiu ao enterro das suas doutrinas." E linhas adiante: "As instituições se atropelam, os estados sociais se sucedem tumultuariamente. Entre Victor Viana e seu sucessor quebramos uma esquina da história da civilização." Segue-se uma curiosa diagnose do jornalismo do seu tempo, que teria passado da fase de liberdade de opinião, quase absoluta ao longo do século XIX, para os constrangimentos que lhe vinham impondo os interesses dos negócios ou a censura dos regimes totalitários. Assim a fala de Macedo Soares procurava conciliar o zelo ordenador do Estado e o ideal da liberdade de expressão, o que não deixava de ser, em 1938, um esforço edificante para perfazer a quadratura do círculo...

De todo modo, não devemos temer que o seu discurso resvalasse para a conivência com os regimes de força: Macedo Soares era sempre o humanista que nutria uma saudável desconfiança pelo que chamava "a demagogia dos técnicos", hoje diríamos tecnocratas, encastelados no poder. "O técnico" – afirmava – "é a negação do político; o político floresce na praça pública, o técnico isola-se no laboratório." Proféticas palavras.

O ideal supremo do diplomata é o de mediar conflitos e atingir um estado de paz. Foi este o legado maior do Embaixador Macedo Soares. Não me furto ao prazer de evocar algumas de suas gestões pacificadoras em diversas ocasiões da História brasileira e internacional.

Quando a Revolução de 24 começou a sitiar a cidade de São Paulo, ameaçando a população de privá-la de víveres de primeira necessidade e provocando a fuga de

milhares de paulistanos para o interior, Macedo Soares, então presidente da Associação Comercial, decidiu, por sua conta e risco, parlamentar com os rebeldes e com as forças legalistas a fim de obter provisões e amenizar os rigores do cerco militar. Cessada a revolta, Macedo propôs anistia geral, mas a sua ação benemérita foi mal interpretada como colaboracionista com os amotinados. Foi julgado, preso e exilado. Três anos depois, o Supremo Tribunal absolveu-o, e os termos da sentença não pouparam elogios à sua intervenção humanitária. Recomendo vivamente a leitura do seu processo transcrito no volume que ele fez editar com o título de Justiça.

Seria sempre a vocação de mediador que iria levá-lo a pugnar pela paz na Conferência Mundial pelo Desarmamento em Genebra. Voltando dessa reunião, passou pela Itália e obteve de Mussolini, em um só encontro, que suprimisse da sua agenda certas propostas constrangedoras para a Santa Sé. O episódio é relatado por Deolindo Couto, a quem cito:

"Em 1932, ao regressar da Conferência pelo Desarmamento, onde presidira a Delegação Brasileira, Macedo transitou pela capital italiana, sendo recebido, em audiência especial, por Benito Mussolini. O preparo da entrevista fora esmerado e atendera a todas as minúcias de rígido protocolo. Depois de aguardar alguns minutos na ante-sala, o visitante haveria de entrar sozinho no comprido salão, ao fundo do qual o Duce se encontraria sentado junto à sua mesa de trabalho. Deveria o embaixador brasileiro ir até o hospedeiro e, somente então, este se levantaria. Nada disso funcionou, entretanto. Mal chegou, o Delegado do Brasil foi convidado a ingressar no lugar do encontro. O capo do Governo italiano saltou da cadeira, e, quase vociferando, rumou para José Carlos, que, assustado, lhe recolheu forte aperto de mão. Sentaram-se os dois, conversaram longamente, ultrapassando o prazo estipulado, e em tal clima que Macedo Soares se aventurou a revelar ao ditador suas preocupações: apurara, nos meios católicos de Roma, sério mal-estar ante a iminência de uma reunião oficial, em cuja ementa figuravam três itens seguramente delicados para as relações do Quirinal com o Vaticano. Mussolini indagou quais os assuntos e, ao inteirar-se destes, bradou: 'TUTTI CANCELLATI!'. E depois de cordial abraço, Mussolini conduziu Macedo até à porta, que abriu, diante dos Secretários da Delegação Brasileira, preocupadíssimos com o vozear que haviam percebido. Sabedor do feliz resultado da intervenção de José Carlos, o Cardeal Eugenio Pacelli, então Secretário do Estado Pontifício (e futuro Papa Pio XII), visitou-o no hotel e pôs-lhe à disposição os arquivos secretos do Vaticano. Macedo aí fez copiar alguns dos importantes documentos que integraram seu precioso acervo destinado à redação dos 11 volumes que projetara sobre a História da Igreja Católica no Brasil."

Desse trabalho resultaram as Fontes da História da I*greja Católica no Brasil*, que é ainda hoje guia seguro dos pesquisadores de uma área só parcialmente conhecida pela erudição universitária.

Mas nenhuma outra prova do tino conciliador de Macedo Soares supera a sua intervenção decisiva no Encontro Interamericano de Buenos Aires, cujo alvo era pôr fim à Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai. Corria o ano de 1935. A contenda assumia tais proporções que a imprensa a chamava Tragédia do Chaco. Cem mil vidas tinham sido ceifadas e dezessete gestões internacionais já haviam malogrado. A palavra do embaixador brasileiro foi certeira, não se limitando à discussão dos protocolos de paz, mas descendo à minúcia dos conselhos operacionais, o que atalhou as delongas da negociação *in loco* e impediu que a carnificina se prolongasse. Macedo Soares mereceu então o título de que mais se orgulhava: Chanceler da Paz.

Inspirado pelo dom do equilíbrio, Macedo Soares, nomeado havia apenas uma semana por Getúlio Vargas ministro da Justiça, mandou pôr em liberdade nada menos que 408 presos políticos acusados, sem formação de processo, de participar da Intentona de 35. Foi a "macedada"! Estávamos em junho de 37. No dia 5 de novembro, o ministro pediria demissão do cargo, sendo substituído no dia 9 por Francisco Campos. O que aconteceu a 10 de novembro de 37 é de conhecimento geral e, de todo modo, não figura no currículo deste meu ilustre antecessor.

Peço licença para uma recordação pessoal, a única que guardo de Macedo Soares. Em 1960 a Comissão Estadual de Literatura de São Paulo convidou-nos, ao Prof. Nilo Scalzo e a mim, para organizar uma edição das *Poesias* de José Bonifácio, o Moço. Tivemos dificuldade de encontrar o livro de estréia do poeta, *Rosas e Goivos*, datado de 1848 e não mais reeditado. Recorremos ao Acadêmico José Carlos de Macedo Soares, em cuja opulenta brasiliana talvez se encontrasse um livro tão raro. O embaixador nos recebeu com a sua habitual gentileza: não possuía a obra, mas faria buscas no Instituto Histórico e na biblioteca desta Academia. Obtendo o volume, providenciou um fac-símile que serviu de base para o nosso trabalho de editores. Lembro-me de ter ido à sua residência, o solar da Rua São Luís (havia solares no centro da cidade), onde recebi de suas mãos a cópia do precioso exemplar.

Para ele, tinha sido apenas mais um gesto de cortesia. Para mim, recém-egresso do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, era o primeiro trabalho de crítica e edição de texto poético: o passo inicial de uma carreira dedicada às nossas letras, e que hoje está sendo tão generosamente recompensada.

A poesia de um homem público, José Bonifácio, o Moço, ligou-me à memória deste outro homem público, que, no entanto, só escreveu em prosa, linguagem das idéias e da ação. Mas o acaso quis que fosse a poesia a mais alta expressão do sucessor de Macedo Soares – Abgar Renault.

*

Glosando a frase de Antônio Feliciano de Castilho no paralelo que fez entre Vieira e Bernardes, eu diria com a mais cândida das franquezas: a prosa admira-se, a poesia admira-se e ama-se. Foi com emoção que li os textos originais e as versões que Abgar Renault fez dos poetas ingleses e de Tagore: um encontro de maravilha e afeto. E pergunto-me: como um poeta tão denso pôde ficar desconhecido de mais de uma geração de leitores de poesia? A sua extrema discrição, levada a um escrúpulo tenaz deixou oculto por longos anos um tesouro de beleza que só a conspiração solerte de alguns amigos fiéis alcançou dar a público. Leio na auto-análise desse esquivo autor:

"Não serei um marginal da literatura. Serei, antes, um marginal da publicidade, pois fui sempre menos cuidoso de editar que de compor. Não é que desdenhe da publicação: sou possuído continuamente da angústia do pensado à pressa, do indecorosamente composto, do escrito em estilo pedestre. É certo que o prazer de exprimir-se nada tem de comum com o ato exterior de dar a lume o expresso. Em mim aquele prazer, que existe, alguma vez, no compor um poema, exaure-se no próprio ato da escrita."

Essa reserva explica o fato de Abgar Renault, tendo elaborado sonetos camonianos aos 22 anos de idade e continuado a escrever nos anos de juventude e maturidade, só quase septuagenário consentiu na edição do seu primeiro livro de poemas, *A Lápide sob a Lua*, a rigor fora do mercado, pois saiu em diminuta tiragem pela Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Igual condição de semiclandestinidade sofreu o seu original poema longo, misto de vanguarda experimental e classicismo, *Sofotulafai*; o nome estranho evoca uma cidade mítica da Ásia, na verdade a Pasárgada de Abgar Renault. Saiu em 1972 em edição particular. Quanto a outros poemas seus, só receberam letra impressa quando veio a lume a *Obra Poética*, em 1990, isto é, às vésperas do seu nonagésimo aniversário!

Essa modéstia, avessa ao brilho dos fogos de palha, fez com que o poeta desse prioridade à palavra do Outro em vez de a tudo preferir a comunicação da própria subjetividade. Abgar só publicou a sua poesia depois de ter-nos dado a escutar a voz de poetas ingleses que disseram em versos despojados a sua experiência na Primeira Guerra; e só depois de transpor para o nosso idioma a aérea tessitura dos poemas de Tagore, *A Lua Crescente, Colheita de Frutos, Pássaros Perdidos*.

Traduzir poesia é empresa ingrata, ao mesmo tempo necessária e desesperada. Wilhelm Humboldt, citado por Abgar, disse drasticamente: "Toda tradução parece-me simplesmente uma tentativa de levar a cabo uma tarefa impossível." O impasse deriva da essência da linguagem poética na qual som e sentido se acham conjugados de modo

indissolúvel. Mas o que importa é criar uma obra que faça entrever a beleza do texto-fonte. Ouçamos o juízo severo de Dante Alighieri:

"Nada que seja harmonizado pelo vínculo das Musas pode ser transposto do que lhe é próprio para outra língua sem destruir toda a sua doçura." E Cervantes não é menos cortante: "A tradução de uma língua para a outra é como olhar pelo avesso uma tapeçaria flamenga."

Em compensação, Goethe com o seu olímpico equilíbrio atenua a sensação de desalento que esses juízos radicais podem provocar: "Diga-se o que se quiser da inexatidão da tradução, ela continua a ser uma das ocupações mais importantes e dignas dos assuntos universais." E que assuntos mais universalmente humanos do que os modulados pela poesia, que Aristóteles considerava mais filosófica do que o discurso da História?

De quantas vozes Abgar Renault se fez concha de ressonância, de quantas soube captar amorosamente o som e o sentido! Os poetas-soldados, que deram à literatura inglesa dos anos 40 um acento de viril melancolia, falam em nossa língua graças ao sábio artesanato de Abgar. Cito um passo da versão de *Fragmento* de Rupert Brooke:

Esta noite vaguei uma hora no convés,
por sob um céu nublado e sem lua, e, espiando
pelas janelas, vi meus amigos à mesa,
ou jogando, ou de pé na entrada, ou caminhando
para a treva. Nenhum, porém, podia ver-me.
Neles (dentro de seis dias iam lutar...
nem lembravam sequer!) eu pensaria, talvez
com dó e orgulho do poder e da firmeza,
da força e igual beleza dos seus corpos... dó
de a máquina jovial desse esplendor quebrar-se
esmagada, dispersa, esquecida... Mas, só
os via – contra a luz, quais sombras a passar,
coloridas, e mais finas que tênue vidro,
frágeis bolhas de ar mais fracas do que a do mar
fraca luz, que na noite em fósforo se espalha,
perecíveis criações e fantasmas estranhos,
já prestes a morrer para os outros fantasmas
– este, ou aquele, ou eu.

(Para a sonoridade do inglês, constante da rima *Soon to die*, / *this one, or that, or I*, o tradutor explorou a equivalência da rima assonante em /*e*/: *prestes a morrer,* / *este, ou aquele, ou eu*. Creio que o nosso poeta alcançou aqui tecer mais do que o avesso da tapeçaria flamenga, de que falava Cervantes, pois manteve não só o desenho semântico, mas uma rima correspondente dentro das possibilidades de nossa língua.)

Além dos poetas ingleses de guerra Abgar traduziu vozes menos conhecidas entre nós naqueles anos 40, como as de Emily Dickinson e de Yeats. Ainda mais notável foi a sua escolha pioneira de poetas negros norte-americanos. Eram anos aqueles de cruel discriminação nos Estados Unidos, de modo que devemos orgulhar-nos de contar entre os nossos confrades sempre vivos com um poeta já então sensível ao canto sofrido de todo um povo. Dentre os escolhidos por Abgar destaco dois que me impressionaram vivamente: Countee Cullen, morto em 1946, e Langston Hughes. Do primeiro, leio este

Acontecimento

Andando em Baltimore
repleto de alegria
eis que um menino vi
com insistência a olhar-me.

Eu tinha oito anos, era
pequeno, ele também.
Sorri; mostrou, zombando,
a língua, e disse: "Negro".

Vi toda Baltimore
de maio até dezembro,
de tudo que aconteceu
eis tudo o que ainda lembro.

De Langston Hugues,

Canção para uma mocinha negra

Lá no sul, em Dixie
(matem meu coração),
enforcaram meu namorado
na árvore de uma encruzilhada.

Lá no sul, em Dixie
(ferido corpo pende no ar),
perguntei a Jesus branco
de que valia rezar.

Lá no sul, em Dixie
(matem meu coração)
o amor é uma sombra nua
numa árvore nodosa e nua.

(Way down South in Dixie
Break the heart of me
Love is a naked shadow
On a gnarled and naked tree.)

Mas das entranhas da humilhação pode nascer uma poesia de resistência, um átimo de altiva afirmação da própria identidade de negro e americano. São do mesmo Langston Hughes os versos desta

América

Eu também canto a América
Eu sou o irmão mais escuro,
Mandam-me comer na cozinha
quando há visitas,
mas rio-me,
como bem
e fico forte.

Amanhã,
sentar-me-ei à mesa
quando houver visitas.
Ninguém ousará
dizer-me
então:
"Vai comer na cozinha".

Além disso,
verão como sou belo
e se envergonharão.
Eu também sou América.

Penso agora na trajetória poética de Abgar Renault, tão lucidamente analisada pela Prof.a Solange Ribeiro de Oliveira na sua obra, ainda inédita, *Viver Passou Aqui*, cujos originais a Autora fez a gentileza de me dar a conhecer. É com renovado encanto que lemos os poemas de Abgar, aqueles que traduziram não a voz do outro, o idioma alheio, mas a sua própria subjetividade macerada em nossa língua portuguesa, que ele cultivou com zelo inexcedível. Trata-se de poesia de desengano, poesia que beira a solidão absoluta, imagem de um ser que se sente perdido naquele vasto e estranho mundo de que fala o seu amigo fraterno, Carlos Drummond de Andrade. "Desamparo" é o título de um dos seus poemas livres no metro, mas rimados em dísticos perfeitos:

Estou pobre, triste e nu como no instante em que nasci, / tão desamparado e ausente, que tenho a ilusão de que morri. / Doem na areia os meus olhos sem paisagem e sem porto, / e a vida sabe-me intimamente a um pedaço de mar morto.

O cerne dos significados deste e de outros poemas é o sentimento do irreversível, a lembrança de um tempo remoto, talvez feliz, mas que não se recupera jamais:

Não torna a vida que das mãos íntimas soltamos,
não tornam vozes de aves aos mesmos velhos ramos,
e não beberei jamais em meu nenhum instante
a vida que entornei por sobre um chão distante.

No entanto, esse homem que confessara quase em surdina – "sou uma criança sem mãe e sem brinquedos; / tenho ar, sombra e tristeza entre os meus dedos" – foi, dentre os nossos companheiros ausentes, o mais animoso dos educadores, incentivador de todos os graus e formas de instrução, fosse esta superior ou técnica, profissional ou clássica. São da mais viva atualidade os seus textos sobre o ensino rural enfeixados em *A Palavra e a Ação*.

Mais uma vez, somos às vezes tão diferentes de nós mesmos quanto dos outros. Lendo certas passagens do discurso que Abgar Renault proferiu ao despedir-se do Conselho Federal de Educação, compreendo que este educador nato vivia dialeticamente entre a utopia e o ceticismo. Destaco um único parágrafo:

"Em 1968, o Delegado do Brasil junto à ONU, Emb. Araújo Castro, um dos cimos da nossa diplomacia em todos os tempos, sugeriu que dos orçamentos militares dos países então representados se deduzisse a importância de um por cento, com a qual demonstrou que seria possível resolver os problemas de educação e saúde do mundo inteiro. No final do seu dramático apelo, exclamava: 'Senhores! o que vos peço é apenas um por cento da vossa loucura!'" E Abgar conclui: "A sua voz afundou sem resposta num vácuo absoluto."

A concepção humanística da educação é o traço que aproxima Abgar Renault e o último ocupante desta Cadeira, D. Lucas Moreira Neves. Mineiros ambos como mineiros eram Augusto de Lima e Victor Viana. Afinidades históricas garantem nossa amistosa companhia: "Minas, fruta paulista", dizia Mário de Andrade.

Abgar e D. Lucas atuaram em esferas complementares. O primeiro ocupou postos de relevo na administração da sua província e do Distrito Federal, onde foi secretário da Educação; chegou a ministro da mesma pasta e ilustrou por longos anos com seus pareceres os Conselhos nacionais de Educação e Cultura. Entre outras missões representou o Brasil em vários encontros da UNESCO, organização a cujo nascimento assistiu em 1945. Quanto a D. Lucas, concentrou o seu talento na militância pastoral, atividade própria do homem de Igreja investido do papel de formar almas, logo de educar. Entre as

suas numerosas crônicas, reunidas em *O Homem Descartável, A Sarça Ardente e Memorial de Fogo*, as mais incisivas são as que tratam de educação, seu tema recorrente.

Se o meu contato com o Acadêmico Macedo Soares resumiu-se a um breve diálogo na sua biblioteca, o meu encontro com D. Lucas nos anos 50 foi mais significativo. Ele não era ainda D. Lucas, Primaz do Brasil, mas Frei Lucas, da Ordem dos Dominicanos, à qual fora atribuído o papel nada fácil de assessorar a Juventude Estudantil, ramo da Ação Católica.

O adolescente que eu era estava à procura de um cristianismo que não voltasse as costas para o mundo conturbado da História, mas militasse no sentido de humanizar e, no limite, superar as estruturas iníquas do capitalismo selvagem que já então se fazia visível em toda parte e, especialmente, no Terceiro Mundo, conceito que estava nascendo naqueles anos de pós-guerra. É notória a ação formativa dos pregadores de São Domingos atuantes no Convento das Perdizes, viveiro de uma geração que aspirava a uma reforma da mentalidade estreita que abafava não poucos setores da Igreja. Ora, uma das tônicas do engajamento de Fr. Lucas era a da urgência de uma abertura ecumênica que levasse o jovem militante a aprender com outras igrejas cristãs, sobretudo as protestantes, a prática da liberdade de consciência, base das democracias modernas. O seu ensino visava à superação dos fanatismos e das atitudes de fechamento intelectual que hoje deploramos com o nome de fundamentalismo. Entre as suas estrelas-guia figurava Alceu Amoroso Lima, que por tantos anos honrou esta casa e que estimulava os jovens a ler Péguy e Mounier, Maritain e Simone Weil, Teilhard de Chardin e um dominicano que deixou marcas indeléveis nos meios progressistas de São Paulo, o Padre Lebret, mais tarde consultor ativo do Concílio e principal redator da encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI.

Pessoalmente não pude acompanhar senão de longe a carreira de D. Lucas, que, chamado a Roma, ocupou cargos eminentes na administração eclesiástica. A imagem que dele me ficou foi a de um frade de maneiras afáveis, olhar atento e fala mineiramente mansa, que nos convidava a franquear aquele divisor de águas de uma cultura passadista para uma cultura aberta aos ideais universais de liberdade e justiça.

Não tendo em momento algum perdido a fé nesses valores, entrei na Universidade de São Paulo onde exerço até hoje o ofício de leitor de Literatura Brasileira. A minha cara Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve como um dos seus fundadores Fernando de Azevedo, o primeiro elo entre a Universidade de São Paulo e esta Academia. Dentre os mestres que me formaram no Curso de Letras Neolatinas desejo lembrar, ao menos, aquele que me iniciou nos segredos da poesia italiana e universal, Italo Bettarello, de quem fui assistente e a quem presto nesta hora meu tributo de admiração e saudade.

Devo agradecer a Deus ter reencontrado em uma grande universidade leiga e pluralista os mesmos ideais de tolerância e respeito que aprendi junto aos dominicanos, agora tão próximos de novo na figura de Fr. Lucas.

Percorrendo os *Anais* desta Casa, detive-me nos depoimentos que vários acadêmicos prestaram na sessão de saudade em homenagem a D. Lucas, havia pouco falecido. Fiquei sabendo das mostras de solidariedade que o então Bispo auxiliar de São Paulo dera a militantes e intelectuais cristãos do Rio de Janeiro acusados de subversivos pelos órgãos de repressão a serviço da ditadura. Conheci, por esses testemunhos, novas e belas facetas do meu antecessor. E, sobretudo, reafirmou-se, em minha consciência de amador da História, a convicção de que o caráter de um homem é a somatória de todos os seus atos; e que é um grato dever ajuizar o semelhante pelos seus momentos de alta tensão ética, isto é, por aquelas ações cuja prática torna a pessoa digna dos seus próprios valores.

*

Meus caros confrades, França Júnior, Urbano Duarte, Augusto de Lima, Victor Viana, Macedo Soares, Abgar Renault, Dom Lucas, nossos companheiros de outros tempos, nos chamam e pedem que sejamos seus contemporâneos. A resposta que lhes

damos deve ser uma só: vós sois também nossos contemporâneos, pois o dom da gratidão torna todos e cada um vivo e presente, abolindo o tempo e vencendo as distâncias que nos separam. A Academia Brasileira de Letras dá exemplo dessa generosa convivência que a memória cria sempre que a exercemos do fundo do coração.

Que uma frase grávida de esperança no ser humano, dita por Teilhard de Chardin, sirva de fecho a estas palavras de reconhecimento daqueles que, na diversidade dos caminhos percorridos, acreditaram na força do espírito: "Tudo o que sobe converge."

Obrigado.

Macedo Soares à frente do IBGE (1936-1951 e 1955-1956)

Discurso na 1ª investidura, em 29 de maio de 1936

Discurso na 2ª investidura, em 25 de novembro de 1955

1.ª INVESTIDURA COMO PRESIDENTE DO IBGE

"Ao receber de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, a investidura de Presidente do Instituto Nacional de Estatística, que ora se instala, quero não só agradecer êste testemunho a mais de confiança que me é desvanecedor, mas sobretudo pôr em relêvo o significado desta entidade, que, centralizando e articulando os serviços de estatística do país, lhes vai dar o máximo de eficiência.

Não preciso, nesta reunião, em que se encontram os mais ilustres especialistas na matéria, encarecer o valor da estatística nem relembrar o que representa como elemento de verificação do labor realizado, como bússola, para orientar os caminhos a seguir e, como sismógrafo, afim de prever, na sua sensibilidade, os desvios e as oscilações dos fenômenos. Os trabalhos estatísticos tornaram-se assim elementos fundamentais na vida moderna.

Entre nós, apesar de servidos por estudiosos e técnicos de alto merecimento, os serviços de estatística não lograram estimável desenvolvimento, porque têm tido quase que exclusivamente objetivos, poderemos dizer, de natureza jurídica ou fiscal. Entretanto, o conceito moderno da Estatística estende em muito o campo desta ciência que passou do fenômeno coletivo das massas às investigações de ordem econômica, financeira e social. Verificou-se ainda que os dados que vínhamos coligindo embora obtidos com rigor e segurança perdiam parte da sua exatidão pela circunstância, ora de serem colhidos de modos diferentes por várias repartições, outras vêzes porque para os seus cálculos não se tinham preestabelecido algarismos que fôssem padrões nacionais. De sorte que estatísticas relativas à produção de café, por exemplo, variavam os seus totais conforme a repartição que as levantava, e outras, como tôdas as *per capita*, não tinham sempre divisor constante, pois que a própria população não era dada por um algarismo oficial.

Êsse sistema de repartições estatísticas em compartimentos estanques era um prejuízo a diminuir todo o labor dos seus dedicados estudiosos e conspícuos técnicos. Foi o que remediou o Decreto 24 609, de 6 de julho de 1934, criando o Instituto Nacional de Estatística "como entidade de natureza federativa, tendo por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais".

Êsse é o esfôrço que vamos encetar e cuja realização será uma nova benemerência da esclarecida visão de Vossa Excelência, Senhor Presidente, dotando o Brasil de um elemento seguro para marcar o seu progresso e orientar as suas possibilidades. Tendo ao lado os ilustres Chefes de serviços gerais de estatística e o representante do Ministério da Viação, que constituem a Jun-

44

ta Executiva, a que acabo de empossar, espero, Senhor Presidente, dar ao Instituto Nacional de Estatística uma organização modelar, tornando-o capaz de atender aos reclamos do Brasil, do seu Govêrno, e das suas classes produtoras e culturais, que devem ter nos algarismos, nos gráficos e esquemas da estatística, cartas seguras para nortear-lhes os roteiros. À competência dos especialistas e técnicos que me cercam, juntarei a contribuição sincera do meu trabalho, da minha experiência e do meu entusiasmo, afim de corresponder a confiança de Vossa Excelência e conduzir o nôvo Instituto à consecução dos nobres fins a que se destina no cenário nacional "

2.ª INVESTIDURA COMO PRESIDENTE DO IBGE

Por decreto de 15 de novembro de 1955, do Presidente da República, Sr. Nereu Ramos, foi o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, então Ministro das Relações Exteriores, nomeado para exercer novamente a presidência do Instituto, cargo no qual permaneceu até o ano seguinte. Foi o seguinte o discurso que pronunciou no ato de posse, a 25 de novembro:

"Ao assumir, neste momento, a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por fôrça da honrosa incumbência com que me distinguiu o Sr Presidente da República, Senador Nereu Ramos, desejo confessar que experimento grata emoção. É que retorno, depois de alguns anos de ausência à direção de uma Casa que é, de certo modo, minha Casa também — a Casa do Brasil cuja história está ligada à própria história de minha vida pública.

Guardo bem nítida a lembrança dos primórdios desta grande instituição, desde quando era apenas um ideal em marcha a implantação de um regime eficiente de coordenação e aperfeiçoamento das atividades geográficas e estatísticas brasileiras.

Os trabalhos que nesse campo se levavam a efeito, àquela época, traziam a marca da descontinuidade não possibilitando base segura, para os estudos necessários à boa ordem administrativa e ao progresso do país. Os fatos evidenciavam a conveniência de adotar-se um sistema diferente do que até então prevalecia e que se caracterizava pela desarticulação dos serviços de estatística e de geografia, cada qual realizando suas tarefas sem o mínimo entrosamento, com dispersão de esforços e gastos, em prejuízo do interêsse público

A fórmula da cooperação interadministrativa, que o IBGE consubstancia, constitui uma audaciosa inovação nos quadros da ação governamental. E justamente por ser uma fórmula original exigiu, de início, um longo trabalho de persuasão e esclarecimento, destinado a conquistar o apoio e a simpatia de todos os que a ela se opunham, por desconhecer as suas magníficas virtualidades.

Contudo os obstáculos que se apresentaram à ação do IBGE foram admiràvelmente vencidos graças ao ímpeto idealista e à inquebrantável pertinácia dos pioneiros, dentre os quais quero ressaltar o nome de Mário Augusto Teixeira de Freitas, a cujo patriotismo e espírito apostolar devem ser rendidas tôdas as homenagens. À medida que se iam evidenciando as vantagens do sistema instituído, através, sobretudo, de iniciativas e realizações do maior alcance e importância, no campo da estatística e da geografia, mais se consolidava o prestígio do Instituto, quer nos círculos administrativos, quer perante as fôrças da opinião

Gostaria de referir, neste caso, uma curiosa coincidência histórica. Em 1936, o então Presidente Getúlio Vargas se dispôs a instalar o Instituto Nacional de Estatística, que êle próprio criara dois anos antes, atendendo às razões expostas no estudo que lhe fôra encaminhado pelo Ministro Juarez Távora. Já haviam os Diretores dos Serviços especializados dos Ministérios conseguido, sob minha presidência, a unificação das estatísticas nacionais, de que resultou o "Brasil — 1935"

Convidou-me, então, o Presidente Getúlio Vargas para dirigir o Instituto Fiz-lhe ver que não estava devidamente habilitado para cumprir a missão. Por três vêzes êle insistiu, recebendo sempre a mesma recusa.

Com surprêsa li nos jornais o decreto que me nomeava Presidente interino do nôvo órgão. Recusei-me durante meses a tomar posse do cargo, até que o Presidente Vargas, mandando esvaziar algumas salas do segundo andar do Palácio do Catete, m'as ofereceu para nelas instalar o Instituto.

Foi o próprio Presidente Vargas que, com indisfarçável satisfação, fêz os convites para a cerimônia de minha posse E diante do Ministério, convocado especialmente para o ato, e dos demais graduados elementos do funcionalismo público, pronunciou êle, ao dar-me posse, aquelas palavras que se tornaram oraculares: "Tenho tal interêsse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhe dei a minha casa e o meu Ministro"

Dezenove anos depois, vejo-me novamente convocado, quando nas funções de titular da pasta das Relações Exteriores, para dirigir interinamente o IBGE Não há dúvida de que a história às vêzes se repete

Cresce de intensidade o regozijo íntimo com que volto à presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelo fato de recebê-la agora das mãos do eminente brasileiro e meu prezadíssimo Amigo, Acadêmico Elmano Cardim, a quem esta Casa deve — posso afirmá-lo sem sombra de dúvida — os mais relevantes serviços. Graças às suas altas qualidades de homem público, Elmano Cardim, dando notável demonstração de equilíbrio, senso de valôres e firmeza de ação, reintegrou definitivamente o IBGE na sua trilha tradicional, sob o signo da paz e do trabalho, assegurando aos que aqui labutam condições de tranqüilidade e confiança cujos efeitos se refletem, de forma nítida, no elevado nível de eficiência alcançado pelo sistema estatístico-geográfico nos últimos tempos O nome de Elmano Cardim está vinculado, além do mais, a uma série de empreendimentos administrativos e realizações de sentido técnico e cultural, à altura do conceito de que goza no país o IBGE e da sua projeção internacional.

Sr Elmano Cardim Afastando-se dêste "Lar Feliz", V Exa deixa emocionada e saudosa a família ibgeana

Considero motivo de profundo júbilo cívico o verificar que se transformou em realidade indestrutível o sonho de Teixeira de Freitas

Nas duas alas do IBGE uns se esforçam para oferecer às atuais e às futuras gerações os mapas necessários aos seus estudos, enquanto outros coletam, coordenam e analisam os números que retratam os fenômenos básicos da vida brasileira. O fecundo labor que aqui se desenvolve caracteriza-se pelo espírito de cooperação e pelo ânimo construtivo, sem o que o esfôrço do homem perde o alcance e às vêzes se torna vão

Estou certo de que não me faltará, nesta conjuntura, como não me faltou em nenhuma outra, a valiosa cooperação dos órgãos executivos e deliberativos do Instituto e de seu admirável funcionalismo, cuja dedicação exemplar eu bem conheço

O IBGE tem sabido manter-se fiel a seu destino Servi-lo, em qualquer pôsto e em qualquer circunstância é uma honra e um alto privilégio, porque é, antes de tudo, servir ao Brasil"

Macedo Soares à frente do IHGB (1939-1968)

Sessão Especial em 8 de janeiro de 1940[44]

Posse da Diretoria e das Comissões Permanentes[45]

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos Srs. Dom Sebastião Leme, Max Fleiuss, João da Costa Ferreira, Braz Hermenegildo do Amaral, Francisco Radler de Aquino, Basilio de Magalhães, José Maria Moreira Guimarães, Raul Tavares, Alfredo Ferreira Lage, Alfredo Nascimento Silva, Augusto Tasso Fragoso, Virgilio Correia Filho, Alexandre Emilio Sommier, Jonathas Serrano, Martinho Nobre de Mello, Dom Pedro de Orleans e Bragança, Claudio Ganns, Frei Pedro Sinzig, Edmundo da Luz Pinto, José Luiz Baptista, Francisco José de Oliveira Vianna, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, José Wanderley de Araújo Pinho, Cândido Mariano da Silva Rondon, José Mattoso Maia Forte, Mario Carneiro do Rego Mello, Emilio Fernandes de Souza Docca, Thiers Fleming, Carlos da Silveira Carneiro, Alcindo Sodré, Elmano Cardim, Augusto Taavares de Lyra, Afranio Peixoto, Rodolpho Garcia e Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt.

O Sr. Max Fleiuss (secretário perpétuo), assumindo a presidência, convidou para tomarem assento à mesa o Sr. Comandante Octavio Figueiredo de Medeiros, representante do Sr. Presidente da República; Cardeal Dom Sebastião Leme; Embaixador Martinho Nobre de Mello; Dom Pedro de Orleans e Bragança; e ocupando o seu respectivo lugar, de orador, o Sr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.

O Sr. Max Fleiuss convidou o Sr. Alexandre Emilio Sommier, como um dos escrutinadores, que foi, das eleições realizadas pela Assembléia Geral de 15 de dezembro último, para ler a pauta das mesmas eleições, o que foi feito.

Em seguida, convidou o Srs. Dom Pedro de Orleans e Bragança, Martinho Nobre de Mello, Alfredo Nascimento Silva e Francisco José de Oliveira Vianna para introduzirem no recinto o presidente eleito Sr. José Carlos de Macedo Soares.

Ao penetrar no recinto o novo presidente, a banda de música do Corpo de Bombeiros executou o hino da *Coroação*, de Francisco Manuel da Silva.

---

[44] Em 1939, Macedo Soares ocupou a presidência interinamente. Sua posse efetiva só se deu em 1940.

[45] Este texto foi pesquisado e transcrito por Marco Santos, que adaptou a grafia de época às regras gramaticais atuais. Ver: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, n. 175, p. 359-361, 1941.

Logo depois o Sr. Max Fleiuss disse: Senhor José Carlos de Macedo Soares:

Tenho a honra de vos declarar empossado no cargo de presidente efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Instituto nutre a certeza de vossa dedicação inteligente para que possa cumprir, como até aqui, suas gloriosas tarefas; gloriosas e patrióticas.

Os poucos meses de vossa presidência eventual, por força estatutária, importam numa afirmação magnífica de vossos predicados de administrador que sabe conduzir seus companheiros e promover o brilhante desdobramento dos serviços.

Sois, Senhor José Carlos de Macedo Soares, o primeiro presidente eleito no segundo século de nossa vida social e o INSTITUTO, guiado por vossos talento e habilidade, saberá ser sempre fiel ao seu lema – *Pacifica scientiae ocupattio". (Palmas)*

Discurso de José Carlos de Macedo Soares

Não encontro maneira mais conveniente de demonstrar o meu reconhecimento a vossa bondade, elevando-me à presidência deste venerando Instituto, senão dizendo-vos imediatamente o apreço e a consideração por seus trabalhos, que pertencem ao patrimônio espiritual da Nação, e constituem uma das maiores contribuições à nossa cultura.

O Instituto Histórico e Geográfico é sem dúvida a mais antiga e a mais meritória das nossas associações sábias. O seu passado remonta a um século de ininterrupto e tranqüilo labor. Nas listas de seus sócios efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos, figuram sempre grandes expoentes da política, da inteligência e da erudição no país e no estrangeiro. Se um deles devo citar é, bem o adivinhais, o imperador Dom Pedro II, protetor do Instituto, assíduo colaborador de seus trabalhos, principal animador de pacientes estudos que enriquecem de experiência e de conhecimento nossa existência de nação soberana.

A *Revista* do Instituto é um repositório dos feitos patrióticos e desinteressados de brasileiros ilustres. O fio de nossa tradição segue através do labirinto de suas páginas. O ideal não se perde nem se descaminha. Bem cedo os pesquisadores do Instituto Histórico tiveram a intuição dos episódios da vida pública, da significação que lhes cabia no conjunto histórico nacional. E logo o conhecimento nos facilitou o enquadramento filosófico da nossa missão de historiadores.

Efetivamente a pesquisa e a ordenação da verdade constituem uma ciência social, uma ciência do homem que vive na sociedade. Seus materiais são o fato e o documento histórico. Mas o valor intrínseco de uma página histórica está na interpretação de sua categoria em relação ao sistema de realidades que orienta a vida da Nação.

Verifica-se assim que a História é uma ciência social e política; é um dos mais valiosos instrumentos do governo dos povos; é o repositório de suas experiências, e a base de sua sabedoria.

Nas vastas searas da História vemos duas castas de trabalhadores: Os que pesquisam e concatenam a verdade; e os que interpretam os incidentes, e aplicam o senso das histórias gerais à descoberta das idéias de conjunto que regem os destinos nacionais. Contudo, as duas castas de trabalhadores não se isolam em eitos a parte. A verdadeira apresentação da História na esfera das ciências é uma constelação de conhecimentos filosóficos, historiográficos, paleográficos, diplomáticos, numismáticos, genealógicos, heráldicos, cronológicos e, sobretudo, geográficos.

Dominando todos estes conhecimentos próprios dos pesquisadores, vemos o Direito, a Economia Política, a Sociologia e a Moral, formando os focos de alteração das grande órbitas dos intérpretes do espírito da verdade histórica.

- Quem pode contestar – refletindo o complexo misterioso dos fenômenos da vida universal no microcosmo da própria consciência – quem pode contestar que a mola real da vida eterna seja puramente uma ordenação do espírito? – Essa ordenação do espírito vem do abismo sideral, sempre constante e igual a si mesma até o mistério comovente da germinação de um grão de mostarda.

O homem no seu trânsito terreno é solicitado pela *emoção do espiritual* e pela *sensação do material*. Por isso, as sociedades humanas oscilam entre estes dois quadrantes. Ora tendem às soluções imediatas e egoísticas; ora se adiantam lentamente entre as aspirações do ideal, vislumbrando além dos horizontes visíveis.

O ritmo desses movimentos constitui um admirável equilíbrio. Entretanto, as longas e verdadeiras perspectivas da existência da humanidade nos demonstram, irrefutavelmente, que o campo espiritual vai ganhando sobre o quadrante do material. Essa vantagem quotidianamente inapreciável – só mensurável com o compassar dos séculos – é a "Civilização".

As pedras do seu edifício são o Direito, a Justiça, o amor à liberdade, o respeito à consciência e à personalidade humana. A Civilização é conduzida por uma estrela alta nos céus. O caminho que ela indica

É o da suprema humanidade de um berço improvisado pelo amor material, num estábulo de animais pacíficos e sofredores. Os Reis Magos que transitam no caminho são a Humanidade, trazendo a mirra, o ouro e o incenso. Consideramos a profunda, a estranha, a maravilhosa significação de tais oferendas. O material, por certo, mas o material a serviço do espiritual. Tudo se sublima no coração humano, o mistério de sua vocação ao conhecimento de Deus esteve presente simbolicamente na adoração dos Magos.

Esta casa, meus senhores, é um templo do espírito. A cera que se consome à chama da nossa lida espiritual é o fragilíssimo papel dos arquivos e das bibliotecas. Mas a claridade que projeta tal chama do espírito, descobrindo, fixando, interpretando a verdade histórica – é a única que pode devassar as obscuridades misteriosas do futuro, dando-nos o verdadeiro sentido do destino do Brasil.

- Mais uma vez, ilustres consórcios, agradeço-vos do fundo do coração a honrosíssima investidura na presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- Queira Vossa Eminência, Senhor Cardeal Dom Sebastião Leme, receber as homenagens desta casa, sensibilizada por vossa presença.

Agradeço, igualmente, ao senhor Presidente da República o se haver feito representar nesta solenidade pelo digno sub-chefe de sua Casa Militar.

Discurso de Pedro Calmon

Em seguida, o Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto proferiu este discurso.

"Senhores: Assume hoje a direção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o eminente consórcio, já por um ano presidente interino, Sr. José Carlos de Macedo Soares. De 30 anos a esta parte, o Barão do Rio Branco, o Conde de Affonso Celso por mais de um quarto de século, Manuel Cícero peregrino da Silva e José Carlos de Macedo Soares, sucessivamente, receberam e honraram o alto encargo de presidir o Instituto, orientado nas suas atividades desde 1838 por um sereno e profundo senso patriótico que se não descortinou através de 100 anos. Como aos seus ilustres antecessores, há de inspirar ao nosso presidente efetivo que agora se empossa a atmosfera sagrada desta academia, as suas tradições e as sombras ínclitas que lhes povoam as galerias e os anais, espírito e energia duma Casa que a geração da Regência, a bravia e soberba geração de Aureliano e Bernardo levantaram como uma escola – seminário de vocações nacionalistas, como uma torre ebúrnea – refúgio do estudo modesto como um pilar – esteio dos interesses permanentes do Brasil, como um tribunal – da severa verdade e da justiça impessoal, como um templo – do culto ininterrupto das glórias pátrias.

Títulos, para o exaltarem no apreço de seus confrades, não lhe faltam, justificativos da escolha.

Homem de estado, que se consagra às pesquisas desinteressadas como lhe permite uma carreira profusa de serviços ao país no interior e no estrangeiro; publicista e estudioso dos problemas brasileiros; diplomata, economista, historiador; tendo sido ministro, embaixador, chanceler, sem esquecer, nos postos dominantes, as preocupações da cultura que pacifica os povos e os dignifica; na ação multiforme e no pensa-

mento, na vida prática e na sua vasta influência intelectual, V. Excia., Sr. Presidente, conservou íntegra, manteve incorrupta a fé no Brasil. É palpitante documento disto o livro precioso que ainda há pouco nos deu sobre as transformações político-geográficas da nacionalidade – síntese de sua formação territorial, consolidação dos seus limites retraçados pela espada do sertanista num mapa obscuro, epopéia sóbria de gênio e força da raça na sua expansão irreprimível, informada pelos diplomas que em nome de Papas e Reis nô-la confirmaram.

Benfazejo trabalho, o que nos ofereceu V. Excia., Sr. Macedo Soares, por ocasião do congresso comemorativo do centenário do Instituto! Vinha V. Excia. De São Paulo, e trouxe-nos a contribuição mais saborosamente paulista a que podíamos aspirar, quanto á historiografia nacional: trouxe-nos a resenha do esforço "bandeirante", criador de império. "Per Brasília fiant eximia". O escorço das viagens, que foram revelando, na penumbra colonial, o encontro da Pátria imensa. O roteiro dos fabulosos senhores do sertão de coira acolchoada, pés nus, a barba patriarcal desdobrada sobre o largo peito, a face *mameluca*, ferazes honrados, inabaláveis, em cujo sangue tumultuavam a coragem portuguesa e a astúcia indígena, netos de João Ramalho, e avós do povo brasileiro! E o resultado linear desta aventura: fronteiras do Brasil desoprimido do "meridiano de Tordesilhas", indiferente aos conchavos das cortes de além-mar, desatado na sua configuração definitiva, graças à esplêndida eclosão de suas forças rácicas, cósmico, desmesurado inconfundível...

Assim queremos o Brasil!

Cabe ao Instituto (onde o passado tem as suas dimensões reais), apreciá-lo e elucidá-lo nesse turbilhão de energias imprevistas.

A História, ao contrário do que se crê geralmente, não é uma *estática*, simplesmente porque não é um momento. Não é, Aluvião das nações, uma só camada, muito menos, na classificação das gerações, uma época, um tipo social, uma espécie insuprível. A dinâmica da História consiste no seu sentido de realidades humanas. Multidões e heróis são aí tomados em função do seu meio e do seu tempo, surpreendidos na sua violência vital, destacados de encontro ao seu horizonte físico, vistos à luz autêntica que destaca forma e movimento, técnica e mecânica, impulso e estrutura, a estética do que existe e o milagre da evolução que é uma paródia de eternidade.

A História – certo – é a identificação do que viveu, capaz de singularizar no anonimato a que se destinam as criaturas perdidas no fundo dos tempos "os que se foram da lei da morte libertando".

Não deixemos, porém, que essa tendência biográfica, tecido literário em que se embalam as nações velhas, perturbe outra série de ressurreições a história das maciças unidades nacionais, a história dos povos que imitam, no seu drama restrito, o caso individual; a vida impregnada de poesia dos países americanos – brotados do amor como um romance, endurecidos na luta, enriquecidos no trabalho, sábios na paz, inquietos na sua inocência tropical, maravilhosas experiências do gênio civilizador dos séculos que se enquadram nas amplas superfícies incultas... História é, com isto, continuidade; é alma imperecível, é a coerência, a sucessão o desenvolvimento orgânico, o mutável no perpétuo, o imortal na transformação constante, o próprio alento de terra e gente na sua unidade irredutível.

Não sei de outra instituição no país que guarde, como esta, tão inalterável fidelidade ao seu ministério de origem.

O Brasil histórico aqui se revê, evocado e descrito nas duas centenas de volumes de suas publicações, ou recordado e sugerido pelas suas paredes vestidas de relíquias. Surgiu antes do segundo reinado. Um imperante filósofo deu-lhe, meio século, a solicitude de sua assistência propulsora de iniciativas, fértil de estímulos.

O Império recolheu-se aos seus arquivos, pintou-lhe de galas e efígies austeras os muros desbotados, refugiou-se no seu museu, ou se meteu nos seus cartulários quando raiou a República. Lá fora a mudança de regime podia significar a ruptura das tradições, a quebra da evolução brasileira reclamada, depois de 1889, para outros rumos. No Instituto, todavia, o Brasil permaneceu intacto, aparentemente saudosista, deveras

igual a si mesmo; na Rua do Ouvidor bem distinto, abrasada de paixões que passaram como os ventos tempestuosos que nos fustigam as marés, como os ventos – caprichosas é ásperas, porém aqui, na placidez deste Senado de letras e memória, respeitável e homogêneo como um legado indivisível, como uma religião suave, como um compromisso e uma reparação. Daí o prestígio subseqüente dele, quando as procelas se esgotaram na sua fúria estéril, desapareceu o colete vermelho, a lembrança do passado deixou de ser uma impertinência senil e os bons servidores de outrora voltaram aos nichos da veneração pública. Rio Branco e Affonso Celso fizeram do Instituto uma peça de política patriótica. Restituíram-lhe a acústica e a altura dos primeiros anos, do tempo em que Sepetiba ou Bom Retiro, Abrantes ou Joaquim Norberto, Macedo ou Nabuco transportaram para a sua tribuna a mais elevada tribuna acadêmica do período monárquico – a palavra sentenciosa, grave e cortês. Os tratados de limites que apaziguam as relações inter-americanas estudam-se na sua mapoteca ou se corrigem no sossego de sua livraria de 70 mil tomos. As celebrações cívicas realçam-lhe a sala de sessões. Não há dia festivo da pátria que não o encontre de portas abertas para o culto, à semelhança da Igreja, que não esquece os seus apóstolos, que não enjeita os seus mártires, não repudia os seus oragos, atenta ao calendário, fiel à homenagem, pontual na gratidão, inevitável na justiça.

O primeiro Congresso de História Nacional, em 1914, é mais do que uma data, na cronologia da literatura e da ciência do Brasil; é um divisor de águas, uma separação nítida de eras mentais. Convocados por Affonso Celso, os historiadores conjugados pelo serviço do Brasil sem embargo de suas preferências doutrinárias e políticas, opuseram então à história falsificada ou facciosa, que circulava em certos desvãos do pensamento público, a história veraz que se "ufana" da velha humanidade colonial, dos nossos troncos éticos, da bravura avoenga, da integridade nacional que o Império nos assegurou, da honra pessoal dos seus estadistas e da magnanimidade de Pedro II, do cavalheirismo de Pedro I, do arrebatamento romântico dos homens da Regência, da sagacidade da nossa diplomacia, da glória das nossas armas, da pujança da armada e do exército quando Tamandaré e Caxias tinham a responsabilidade dos créditos militares da Nação... Matéria prima das convicções que desvaneceram, afinal, as místicas infaustas, para imporem suprema, a da Pátria unida e perene, a tarefa empreendida pelo Instituto nesse largo campo cultural justifica, exalta 40 anos de trabalhos sobredourados pela imparcialidade, pela renúncia de interesses transitórios, pelo sentimento do bem comum, pelo amor do Brasil.

Inauguramos uma face auspiciosa de investigações necessárias, de revisões que tardavam, de comemorações oportunas.

A Diretoria atual deveras não apresenta outro programa. Quer que o Instituto valha e prossiga; eduque e propague; influencie e ensine! Quer que corresponda aos objetivos de sua fundação, ao empenho das suas administrações pretéritas, à importância de suas funções cívicas. Programa suficiente: honrar sem omissões, defender sem erros, resguardar e reverenciar as tradições que nos orgulham, o próprio país, nas cinzas dos grandes mortos, na lembrança de seus triunfos, na originalidade e no mistério do seu espírito, na sua verdade histórica – isto é, na sua identidade e no seu destino. (*Aplausos*)

(*Concluído o discur*so, a banda *de música tocou o Hino à Bandeira, de Francisco Braga*).

O Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares declarou empossados os demais membros da Diretoria e das Comissões permanentes.

A sessão foi, depois, encerrada, ás 18 e meia horas.

Virgílio Corrêa Filho

2º Secretário

Das altas autoridades civis e militares estiveram presentes os Srs. capitão de fragata Octavio Figueiredo de Medeiros, sub-chefe do Gabinete Militar do Sr. presidente da República, representando o chefe de Estado; comandante Gabriel Moss, do Sr. ministro da Marinha; major Augusto Dorna, do Sr. ministro da Justiça; João Massot, do Sr. ministro da Educação; Dr. Sylvio B. Soares, do Sr. ministro da Fazenda; Dr. Hélio Sodré, do Sr. ministro do Trabalho; tenente-coronel Mario Travassos, do Estado-Maior

do Exército; J. Corrêa Pinto, do Sr. prefeito do Distrito Federal; capitão Joaquim Menezes Santiago, representando o Sr. general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Achavam-se também entre os presentes os Srs. general Horta Barbosa, almirante Castro e Silva, Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Álvaro de Vasconcelos, almirante dr. Tosta da Silva, comissão do Corpo de Bombeiros, major Leão de Moura e capitão José Raphael Cavalcante e Damasceno Carvalho, generais Azeredo Coutinho e José Pessoa; Genaro Vidal Leite Ribeiro, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro; representação do Conselho Nacional de Petróleo; Padre Murilo Moutinho, si e pelo Provincial da Companhia de Jesus, representação do Gabinete Português de Leitura; capitão Adacto Mello, representando o general Meira de Vasconcellos; cônego Olympio de Mello, presidente do Tribunal de Contas da Prefeitura; Dr. Alberto do Rego Lins, pelo Instituto dos Advogados; José Oliani, do Conselho Nacional de Geografia; tenente Marcos Vargas, representando o general João Marcelino; representação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; representante do Comando da Polícia Militar, bem como grande número de intelectuais e famílias que enchiam literalmente a sala de sessões do Instituto Histórico[46].

[46] Ver: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, n. 175, p. 357-368, 1941.

Macedo Soares à frente da ABL (1942-1943)[47]

Discurso ao assumir a cadeira 12

Discurso de posse na presidência

Balanço de gestão ao passar a presidência

[47] Macedo Soares foi eleito para 1942 (ao final de 1941) e reeleito (ao final de 1942) para 1943.

Discurso ao assumir a cadeira 12, em dez. 1938 (eleito em dez. 1937)

I

DISCURSO DO SR. J. C. DE MACEDO SOARES

Exmo. Sr. Representante do Presidente da República;
Eminentíssimo Senhor Cardeal D. Sebastião Leme;
Senhores Ministros de Estado;
Senhores Embaixadores e Ministros;
Minhas Senhoras, prezados confrades, meus senhores.

Existe um velho baldão, já hoje investido em foros de verdade, que se vasa nesta frase feita: "as academias inventaram o discurso". Ora, na atual conjuntura do apregoado, desejo recordar, meus senhores, que ao contrário, foi o gôsto dos discursos que suscitou a Academia.

Academo, bem o sabeis, homem provecto e honrado, com moradia faustosa rodeada de jardins, às portas de Atenas, costumava agasalhar alguns filósofos e letrados que se entretinham em longas e cerradas controvérsias. Numa dessas, Platão, com Aristóteles, Teofrasto e outros discípulos, discutindo ensinamentos socráticos e talvez, mais do que o devido, inflamados pelos vinhos capitosos da Trácia — entraram em bulha, pondo em perigo as alfaias, móveis e utensílios do imprecavido anfitrião. Passado o tumulto, Academo para forrar-se a incômodos e prevenir os possíveis riscos que correriam seus bens, apontando o jardim aos filósofos, decretou, que de então em diante, à sombra das árvores, ao lado das vinhas fecundas, ouvindo a marulhada, os Mestres do pensamento ático acendessem, à vontade, os fogos do espírito, desgastando a fôrça dos raciocínios em lentos passeios até o cabo Sínium. Assim, Aca-

demo, amigo dos oradores, esboçou casualmente a sábia instituição que lhe imortalizou o nome. Quando a cultura clássica, renascente depois de longos tempos das sombras em que se acoita, suscitou no século dezessete a célebre agremiação de cultores das boas letras, evocou-se o nome de Academo restaurando-se nas margens do Sena o seu jardim florido e culto de Atenas.

Não foi, porém, a Academia de Platão o primeiro cenáculo da inteligência na história da cultura humana. Convívios espirituais sempre os houve entre homens; a milenar tradição acadêmica não é em si o condão exclusivo duma éra, mas o carisma típico e inerente à humanidade civilizada, a qual sempre se exprimiu em discursos, às vezes em acêsos debates, acumulando o patrimônio das idéias coevas, na espectativa dos frutos que pudessem dar no futuro.

Eis, meus senhores, porque estamos aquí reunidos nesta solenidade; já que o discurso é naturalmente a criadora voz das Academias; visto caber ao último que chega, tentar fazer justiça, saudando na sua cadeira a sombra do antecessor — não tenho sequer o direito de me escusar ocupando imerecidamente a vossa atenção. Contudo, devo agradecer de plano a benevolência e generosidade dos que me abriram as portas desta Casa. Pudesse, no entanto, não desmerecer da vossa ilustre companhia, e seria muito mais do que eu mesmo espero, na minha célebre vaidade insatisfeita.

*
* *

Quando Victor Viana foi investido nesta dignidade acadêmica, no discurso de agradecimento que então vos dirigiu, modestamente proclamou receber tamanha honra a benefício de inventário, convencido de que a mesma se dirigia, precipuamente, à profissão do jornalismo. "Sou aquí", dizia o ilustre sociólogo, "antes de tudo, representante da minha profissão

principal, e honrado de ocupar uma cadeira cujo patrono foi jornalista, como jornalistas foram o seu fundador e o grande poeta a quem me coube suceder". Sociólogo, economista, crítico de arte e de literatura, técnico da administração pública, tudo isso era somenos para Victor Viana, que soltava tôda essa rica plumagem, contanto que lhe ficassem as plumas de jornalista.

Assevera o meu preclaro antecessor que o jornalismo é um gênero literário, acrescentando não ser possível separar o escritor que labuta na imprensa, do jornalista que publica livros. Aos literatos e jornalistas, Victor Viana assinalava missão comum, a mais alta, a mais nobre nas sociedades modernas:. — a defesa da liberdade de pensamento. Pois como instrumento da livre expressão do pensamento, é que o livro e o jornal diferem irredutìvelmente. Quando mais substancioso fôr um livro, como alimento do espírito, mais será vitualha de conserva. O jornal, ao contrário, — perdoai-me a audácia da expressão, é carne verde, substância proteica, de fácil e rápida assimilação. O melhor livro é uma reserva de idéias guardadas em páginas de bronze. Justamente quando o livro se aproxima da bela e perfeita expressão da verdade, é que é mais durável, com maior profundeza de humano. O jornal, por maior que seja o seu orgulho, o que menos pretende, é ser integralmente justo e veraz. As páginas de um jornal desfolham-se numa ligeira manhã. São o repositório do orvalho tremeluzente da novidade, um ligeiro perfume, realidades compostas subtilmente de efeitos de luz — reduzindo-se, no mais das vezes, a um ponto de vista cambiante e passageiro.

O literato põe tesouros de ternura na vestimenta de suas idéias. O vocábulo sorri, chora, vibra, afrouxa, dilue-se; o autor descobre-lhe relações sonoras e simbólicas com o mistério da Creação, nos seus aspectos multiformes. A paleta do poeta encerra a multidão policromática dos vocábulos. Victor Hugo entesourava palavras como o usurário acumula moedas cantantes e lúcidas. Suas descrições mais poderosamente evocaticas fizeram-se com a abundância das tecnologias profissionais: nos *"Trabalhadores do Mar"*, a narrativa do naufrágio de "La

Durande" é composta de termos náuticos, pesquizados nos manuais de aparelho dos navios.

Dir-se-á que os poetas procuram na abundância do vocabulário o sortimento de sonoridades de que carecem o ritmo e a rima da sua arte. Mas a verdade é que a meticulosa pontualidade da expressão persegue o homem que se manifesta ao público, falando ou escrevendo. Melhor ainda. A propriedade da linguagem é o principal instrumento da clareza do raciocínio; faz parte das profissões e impõe-se até aos que na mais baixa camada da sociedade precisam de explicar, fixar, distinguir o mais ligeiro fato da natureza relativo às preocupações de seu estado. Um sábio sueco que na região do Panamá observou longamente a tribu dos Cunas refere que no seu vocabulário selvagem figuram nada menos de quatorze verbos para exprimir os quatorze movimentos de cabeça do caimão! Não pode haver maior escrúpulo na exatidão da linguagem!

Qual o jornalista que perde o seu tempo, se preocupa, se emprega, se arruína, nessa exibição meticulosamente exata da representação literária dos fatos que descreve? Para fazer o seu jornal vivo e crepitante, bastam-lhe a clareza e a graça, a ajuda do bom gôsto natural — a elegância do "currente calamo". Nem há tempo para mais. Não. O jornalismo não é um gênero literário. O jornalismo é uma função política. A expressão "política" veio-nos do grego e corresponde em vernáculo à "ética do Estado", ou por outra: à filosofia moral do govêrno dos Estados. Ora, tudo no jornalismo moderno corresponde superiormente à ordenação moral e espiritual da sociedade. O simples noticiário de polícia — aparentemente o primeiro degrau da profissão jornalística — põe no seu tecido as paixões, os interêsses, as alegrias, os sofrimentos, as dúvidas e as ilusões da existência individual e coletiva diàriamente exemplificados, ostentando-se com um ensinamento eloqüente, filho do conhecimento e da prática.

Os jornais são os cinco sentidos das aglomerações humanas. Constituem a atmosfera comum em que vibram as inteligências de um povo, formam a contiguidade das opiniões, esta-

belecem as fórmulas que uniformizam os conceitos, assim acessíveis a todas as bitolas mentais. No jornal, o mais humilde, o mais modesto sinal tipográfico tem sua significação eminentemente social, e portanto política.

*
* *

Meus senhores, correu muita água por baixo das pontes desde a noite da recepção de Victor Viana neste egrégio cenáculo. O eminente polígrafo falava com a tristeza de quem previsse a próxima derrocada da Ordem em que formou o seu belo espírito e em que viveu descansado e pacífico. Os tempos tocavam o fim. A terceira década do século viu os núncios da irremediável transformação; e a quarta em que vamos, consumou o sacrifício da mais bela, harmoniosa e feliz civilização que a humanidade concebeu no planeta.

"Jornalismo e literatura", observava o vosso recipiendário de 10 de agôsto de 1935, "têm o dever de cooperar na defesa da liberdade de pensamento". Já um filósofo alemão, anos antes, denunciava os perigos do "politismo", isto é, da absorção da pessoa moral e física dos humanos, no Estado. O tempo de Victor Viana tinha passado. Feliz o sociólogo perempto, que não assistiu ao entêrro de suas doutrinas.

Quando a minha geração abriu os olhos à vida intelectual tínhamos como certo que a perspectiva no tempo era indispensável às conclusões da filosofia da história. Êrro singular. Hoje, passados vinte e cinco ou trinta anos, vemos que a história decorre nos nossos dias; completa os seus ciclos vertiginosamente, debaixo das nossas vistas. As instituições se atropelam. Os estados sociais se sucedem tumultuàriamente.

Relembremos o brevíssimo trânsito da imprensa livre. Nasceu em 30 de maio de 1631 o jornal de Theophraste Renaudot, contemporâneo da Academia Francesa, também amparado pelo braço poderoso do grande gênio político, o Cardeal de Richelieu. *"La Gazette"* teve um precursor em Veneza —

"Fogli Avvizi", cujos exemplares se vendiam pela moeda da República dos Doges chamada "gazetta", e daí lhe veio o nome. Contudo a notoriedade da folha volante de Renaudot valeu-lhe a consagração da prioridade, como aconteceu aos irmãos Montgolfier em relação ao nosso Bartolomeu de Gusmão, que os precedeu na invenção dos balões.

Se o ano de 1631 viu nascer o primeiro jornal impresso, que foi o germe da imprensa moderna, não viu por certo nascer o jornalismo livre. Das revoluções liberais é que irrompe a imprensa livre. Desapareceram a censura, os registos, as cauções, as declarações de responsáveis. Mas as luzes dessa madrugada de liberdade duram pouco. Em França só a III República, com a lei de 1881, firma a liberdade de imprensa.

O caráter utilitário e conservador da imprensa inglesa assegurou-lhe vida mais tranquila. O *"Times"*, o *"Morning Post"* e o *"Morning Advertiser"* atravessaram incólumes o século XIX, suas guerras, suas revoluções, mudanças de regimes e de instituições, dentro de aparências inalteráveis.

Conta-se que um dos jornalistas do consórcio de Northcliffe, descendo no elevador da *"Carmelite House"*, em companhia do famoso açambarcador de jornais londrinos, saudou insistentemente, tirando o chapéu, o rapaz de serviço no ascensor. Northcliffe não se conteve que não observasse o mau gôsto daquela singular exibição. Não era propício à disciplina da casa, que os jornalistas brincassem com os pequenos empregados. Explicou-se então o interlocutor do patrão, dizendo: — "Brincar! *Good heavens!* Não estou brincando, estou preparando o futuro. Quem sabe se o servente de hoje não será amanhã o redator-chefe do *"Daily Mail"*?

Êsse episódio é o ponto que encerra o ciclo da imprensa de opinião, iniciando o da imprensa de informação. A breve evolução veio da *"Lanterna"* de Rochefort ao *manager* londrino, que não organizou suas empresas (obra de seu irmão, lord Rothermere) nem escreveu os seus artigos (serviço que se atribue a Kennedy Jones). Eis aí a distância que vai do gênio político à capacidade industriosa. E a imprensa, que foi na segunda

metade do século XIX a voz essencialmente política, o grande órgão democrático, o ambiente espiritual em que respiravam as instituições políticas e jurídicas adequadas a êss tempo — transformou-se, no século em que vamos, num dos seus mais graves problemas sociais, pois que o capital com suas irresponsabilidades morais, a indústria com seus múltiplos tentáculos, e a finança com sua tendência internacional, se apoderaram do instrumento da inteligência na formação da opinião pública para aplicá-lo, no interêsse de seus negócios, a ganhar dinheiro.

Mas o nosso ilustre antecessor não foi do tempo dessas conclusões melancólicas, e por isso logo nos primeiros períodos do seu discurso de recepção, insistiu na profissão de fé de um sistema de idéias definitivamente extinto: "Jornalismo e literatura exercem a mesma ação necessária; e neste momento grave da história têm o dever de cooperar na defesa da liberdade de pensamento!"

A liberdade de pensamento, isto é: a liberdade de exprimir uma opinião é um conceito cuja substância se forma na cultura e civilização de um povo, mas cujas normas políticas e jurídicas dependem das instituições do Estado.

A Constituição em vigor, no seu artigo 122, assegura aos brasileiros e estrangeiros o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Em o número 15 declara: "Todo o cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei". Evidentemente, trata-se de um direito garantido, não de uma licença arbitrária. Mas a letra *a* dêsse dispositivo admite na normalidade constitucional a censura prévia da imprensa, com o fim de garantir a paz, a ordem e a tranqüilidade pública. Quem é o juiz dessa finalidade? O govêrno, quer dizer: o Estado Policial. A Constituição manda que a imprensa se regule por lei especial, e logo no frontispício dessa lei afirma que "exerce uma função pública". Ora, aí não se trata do exercício de funções administrativas por agentes do Poder Público. A "função pública" a que se refere o dispositivo constitucional prende-se à nova concepção

dos deveres do Estado na garantia ativa dos direitos individuais. No tempo de Victor Viana, a finalidade da associação política era a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. As tábuas em que se inscreviam tais direitos, desde as famosas declarações norte-americana e da Revolução Francesa, davam corpo jurídico aos atributos políticos do homem livre, vivendo numa comunidade civilizada. Depois de Victor Viana surgiu o Estado, entidade rígida, a qual tomou a si realizar na lavoura dos deveres coletivos a colheita dos direitos individuais.

Surgindo, o Estado moderno substituiu, como fato real, a nação que se definiu como fenômeno sentimental, incapaz de se manifestar nos problemas quotidianos que tratam da vida, do trabalho, da paz, da liberdade e da felicidade popular. Êsse Estado titânico afirmou desde logo a igualdade democrática, quer dizer: a igualdade no ponto de partida — daí em diante os homens se distinguindo e merecendo, na proporção dos serviços prestados ao próprio Estado.

A Constituição da Polônia de 1935, uma das matrizes da Constituição outorgada ao Brasil de 1937, também assegura a liberdade de conciência, de palavra e de associação, mas nos limites determinados pelo interêsse público. Essa Constituição prevê uma legislação especial à imprensa, o que pode ser um método de lhe assegurar a verdadeira liberdade, que é condicionada pela ordem legal.

Ora, meus senhores, toda essa controvérsia gira em tôrno da proposição do Estado como entidade social emanação da mais imperiosa necessidade material, condensada nas realidades vigentes. O Estado, assim considerado, é o árbitro dos interêsses particulares segundo as exigências do interêsse coletivo. Seus objetivos alargam-se indefinidamente através do horizonte limitado das gerações e projetam-se na perenidade nacional.

Entre Victor Viana e seu sucessor — estamos vendo — quebrámos uma esquina da história da civilização. Mas os

povos nessas eventualidades — e o fato não é novo ao espírito humano — não fazem a conversão simultânea e unânimemente em passo de parada, como os antigos regimentos da Guarda Imperial Alemã evoluiam a passo de ganso, em Potsdam. Os povos submetem-se às novidades dos tempos, seguindo suas contingências, necessidades e conveniências. Adaptam-se às determinantes da existência material que é afinal o receptáculo das aspirações do espírito. Não basta que as reformas surjam no caminho das nações. A grande questão, que é o verdadeiro elemento de todos os problemas politicos, é a viabilidade, a oportunidade ou a inoportunidade da adoção das novidades.

Meus senhores, a quem cabe discernir o viável do inviável no destino dos povos? As leis talhadas em mortalhas acompanham a decomposição do corpo; não glorificam o espirito. Não é a lei, não são os regimes e instituições que adivinham e constroem a sorte das nações. Êsse papel histórico tem sido através dos tempos disputado pela mais nobre forma da inteligência humana, e a sua sombra funesta: a primeira é a política; a segunda é a demagogia.

A civilização atual suscitou nova modalidade de demagogia: a dos técnicos. A consciência da técnica é a última superstição da ciência. A especialização é o compartimentação do cérebro, é o encerramento das idéias em células estanques, limitando a inteligência ao seu objeto direto e invariável. Ora, a política é a advinhação, a improvização, o sentido do geral. o gôsto do passional, e por tudo isso o contrário da disciplina do espírito, cuja absorvente aplicação leva aos píncaros da ciência. O técnico é, pois, a negação do político; o político floresce na praça pública, o técnico isola-se no laboratório. Mas a civilização da máquina havia de sugerir o seu grande instrumento que é a técnica, como capaz da habilidade universal de resolver os problemas de govêrno das sociedades humanas; e por isso apresentou o técnico como o substituto do político. Se na realidade não se deu a aubstituição impossível, contudo ficou o equívoco do sujeito e sua sombra, da realidade e sua

projeção obscura, que é ao mesmo tempo uma negação e um absurdo.

Ora, ninguém pode aplicar as medidas da lógica aos monumentos da política, que se talham na alma e na carne dos povos. Realizar é um verbo impreciso no tempo. Pode ser um equívoco que se desmanche numa palavra; pode ser a muralha de Salomão desafiando os séculos.

O fato é que estamos na época de transformações exigidas por sobressaltos tremendos das sociedades humanas. Muitas estruturas, mal se constroem, desabam logo fragorosamente. Algumas das grandes pedras da edificação social e política que presenciamos saírão do cáos aparente, tomarão figura compreensível e nos dirão o segrêdo de seus fins. A revolução que lavra no mundo é um simum revolvendo as areias do deserto. Tudo parece uma convulsão do materialismo científico, da luta dos egoísmos de classe, da fúria implacável de dominação. Mas à porta do deserto está a esfinge. Quando a interrogarem na linguagem que desvenda os mistérios da Creação, talvez surja nos horizontes do mundo a manhã radiosa da paz nos espíritos.

Vêde bem, meus senhores: a paz nos espíritos é o fim dos fins.

O meu antecessor legou-nos, eminentes confrades, o encargo de defender no espiritual a liberdade de pensamento. No temporal sua herança foi de igual quilate clássico: bons orçamentos, boa moeda, boas finanças!

Victor Viana, sociólogo e economista, encontrou no *"Jornal do Commércio"*, o *hábitat* da sua vida de espírito. Floresceu e frutificou com as raízes fincadas na terra fecunda das realidades e certezas do seu tempo. Não foi, porém, uma árvore isolada; foi um vergel. O *"Jornal do Commércio"*, monumento da nossa cultura, o órgão secular mais fiel e autorizado da sociedade brasileira, condensou afinal as convicções da época de Victor Viana.

Meus senhores: a meditação e o estudo da história da civilização impuseram-me o terror dos julgamentos globais e definitivos. Na evolução das instituições humanas não há erros;

há fases, aspectos, tempos, digressões, atalhos. O advento democrático de 1789 trouxe uma florescência de verdades provisórias. Tais verdades foram, a bem dizer, elementos de cálculo, retirados desde que se consumou sua utilidade na construção das idéias. Erram os julgadores apressados, os cérebros adequados às conclusões definitivas, os fanáticos dos sistemas e os demagogos das fórmulas verbais. Do amor à liberdade dos revolucionários da Enciclopédia, não terá surgido a opressão capitalista? Karl Marx enquadrou no materialismo histórico a decadência e o fim dessa opressão. Hoje, êsse dogma é um "ice-berg" perdido no caminho dos trópicos.

Os fatos irredutíveis encarregaram-se de mostrar, entre os dias de Victor Viana e os nossos, que eram falsas a explicação liberal, como a explicação materialista das sociedades humanas. A vida social não é um idealismo inerme, pasto indefeso dos egoísmos individualistas; mas a vida social também não se reduz ao embate dos fenômenos econômicos, não se limita à repercussão das necessidades materiais, completamente vazia dos tradicionais deveres morais, dos compromissos espirituais da vida coletiva nacional.

Quando Karl Marx esperava que a evolução final do capitalismo desaguasse no incomensurável da sociedade comunista, interferiu a nova concepção do Estado; fêz-se espontâneamente a retificação dos fatores do idealismo individual; surgiu uma concepção de desinterêsse e sacrifício do fato presente, em benefício das grandes esperanças na sobrevivência da nação.

No seu discurso de recepção, Victor Viana aludiu aos dois temas da ciência financeira do seu tempo: equilíbrio orçamentário e moeda sadia. Hoje quem limitaria os problemas financeiros à ciência das finanças? Hoje todos os problemas financeiros outra coisa não são senão problemas políticos e sociais.

Nos dias que correm, meus senhores, não há bons orçamentos nem moeda sã. O que há é bôa política, ordem e justiça social. A própria economia se apresenta tão dependente do

sistema político que poderíamos dizer: isoladamente também não existe. A predominância, isto é, o poder "estatal" não demora nem no financeiro nem no econômico. Rehabilitou-se na fórmula política, introduziu os elementos na conciência nos fatos materiais, entrou como temperamento na luta entre o individualismo liberal e as imposições materiais das coletividades humanas. Em vez de separar o que é de Deus do que é de César, interpretou o temporal segundo as aspirações do espiritual; e decidiu que o transitório das gerações teria de se submeter ao perene das nações.

Victor Viana conheceu governos com bôas finanças e má política. Conheceu governos ricos em nações pobres. Conheceu moedas sadias regulando comércios arruinados. No seu tempo essas incoerências eram possíveis, porque a liberdade política era um credo encobrindo a escravização econômica. Afinal, a humanidade vislumbrou que alguma coisa existia no planeta, além das contingências e dos inevitáveis das necessidades materiais. A conciência humana descobriu que o mundo físico mudaria sob a iluminação do ideal e que as nações só poderiam subsistir, tomando como pontos de aferição de seus destinos, os fanais que brilham nos caminhos do céu. Eis aí *Sursum corda!*

Dêem-nos uma estrutura política sólida; dêem-nos autoridade, disciplina, coesão social; e teremos espontàneamente os índices da paz de espírito dos povos, que levam às bôas finanças e à moeda sadia. No tempo de Victor Viana, dentro de bons orçamentos do Estado diluíam-se as efervescências das paixões políticas. A política era a diversão dos povos felizes. Hoje, a política global do govêrno responde por tudo, e o fito dessa política não se pode reduzir ao programa de um partido, mas deve abranger a ordenação total da vida social, tirando dela o santo dos santos que é "a paz nos espíritos". Sem paz nos espíritos não há orçamentos equilibrados, nem moeda sã, nem comércio exterior, nem vida internacional.

O "liberalismo", segundo a concepção de Adam Smith, era o Estado de braços cruzados. O Estado, na fórmula abs-

tencionista, desamparava a liberdade de todos, permitindo a opressão de muitos. Evidentemente a lei do mais forte é a lei da natureza, e o capitalismo prosperando à sombra do "liberalismo" definiu-se uma concepção eminentemente materialista da sociedade ocidental. O desvendamento final dêsse panorama sinistro não foi do tempo de Victor Viana, que morreu na confusão de "liberalismo econômico" com liberdades políticas. Hoje, ao assumir a sucessão do ilustre sociólogo e publicista, posso declarar uma verdade pacífica: o liberalismo econômico perempto restaurou a liberdade política. A confusão das duas vozes é o que ainda retém os inimigos da violência num sistema realmente gerador de injustiças e opressões.

Resta consagrar a generosidade, o desinterêsse material, o sentido de humanidade que eram os móveis e os impulsos da mentalidade liberal do século XIX. A civilização que resultou dêsse singular fanatismo individualista foi uma das mais brilhantes da história do mundo. A justa liberdade e o espírito científico sublimaram a conciência humana e estão mantendo, na crise da transição, o fogo sagrado da verdadeira liberdade. Aparentemente, os regimes de ditadura, de poderes discricionários, estão no apogeu dos tempos; na realidade o que já vem despontando é a democracia jurídica, uma instituição de ordem social, protegendo a dignidade e a personalidade humanas.

O Estado vai ser o eixo da nova época histórica, isto é, vai assumir as funções arbitrais entre os deveres e os direitos da coletividade e do indivíduo. O verdadeiro Estado moderno não será, pois, a propriedade de alguns, mas a salvaguarda de todos. Não será uma tirania que é a antítese da legalidade. Não será um regime de violência que é o oposto à universalidade da justiça.

Falta-nos estabelecer as fontes da legitimidade dos novos Poderes Públicos. Não se descobriu nada melhor do que o sufrágio democrático, cujos defeitos são aliás bem conhecidos. O paradigma das instituições eternas é a Igreja Católica; mas nessa estrutura política intervém o idealismo divino, imutável na fé. O idealismo humano, que reponta com o sentido da

imortalidade, é o culto racional da nação, o amor de um destino comum, sem fronteiras no tempo, mantendo nas gerações que se sucedem uma esperança inesgotável.

O verdadeiro nacionalismo é a tríplice interpretação idealista: — da *personalidade,* como conciência e inteligência; da *família,* como sentido de solidariedade na sua continuidade; da *nação,* como origem e fim, como perenidade nos tempos, significando a vida de cada um, vertendo afinal no grande estuário da existência eterna da Pátria. E assim vemos que o nosso século fugiu às marcas dos filósofos sectários, e, em vez de ser a estepe do materialismo histórico ou o circo romano em que combatiam as feras à lei do mais forte — será um amanhecer do mais confiante idealismo, o repouso nas grandes fôrças morais, o triunfo dos compromissos tradicionais das leis humanas e divinas.

Em resumo: os tempos modernos trarão a confirmação de movimentos antigos. A sociedade não deve ser organizada sôbre elementos materiais, instrumentos de trabalho, meios de produção que evoluem e se transformam à vista; mas deve fundar-se sôbre as exigências e aspirações da alma humana, que é a centelha divina crepitando eternamente no mundo.

*
* *

Victor Viana, filho do ilustre professor Ernesto da Cunha de Araujo Viana e de d. Teresa de Figueiredo Araujo Viana, nasceu em 23 de dezembro de 1881. Sua honrada estirpe mineira provinha do Marquês de Sapucaí, cujo busto o bisneto teve a glória de inaugurar solenemente na praça pública de Vila Nova de Lima, sua cidade natal.

Seu pai foi o melhor mestre nos cursos colegial e acadêmico de Victor Viana. Incutiu-lhe e ordenou-lhe o amor aos livros, deu-lhe um métdo de estudo que foi sua segunda natureza no decorrer da existência.

Muito moço, Victor Viana começou a escrever para os

jornais: freqüentou as colunas das revistas acadêmicas: *Época* e *Gênesis;* passou logo depois a colaborar na *Imprensa* de Alcindo Guanabara e no *O País,* ancorando afinal no *Jornal do Commércio,* em cujas páginas amadureceu o pensamento; e por mais de trinta anos foi seu redator eminente. Desabrochando na alvorada dêste século, Victor Viana começou a perlustrar os tempos mais patéticos da história da humanidade, cheio das conclusões cabais de uma civilização convencida de ter atingido o apogeu da glória. Se na Europa chegavam ao fim dois grandes reinados — da rainha Victória e do papa Leão XIII, — na América, a libertação de Cuba assinalava a revelação do novo-continente como poderio militar. Si os fatos internacionais se desdobravam assim, harmoniosamente, encerrando cada ciclo na perfeição, como elos da mesma corrente, estendendo-se ao mesmo tempo através de mares e terras, assinalando no planeta a predominância da civilização do ocidente europeu — no Brasil, as novas instituições republicanas, adaptando-se ao ambiente político, creavam uma fórmula artificial, porém estável, susceptível de se aperfeiçoar numa evolução que a índole benigna e a vivacidade de espírito do nosso povo favoreciam. Essa fórmula foi, como sabemos, a oligarquia como poderes quadrienais, os governos federal e estaduais gerando-se na máquina governamental à falta de comícios eleitorais legítimos.

Exatamente em 1900, Campos Sales ia em meio da obra de restauração financeira, corolário da política de fortalecimento da autoridade central, apoiada incondicionalmente nos governadores estaduais. Essa política de fôrça e de prestígio asegurou a ordem pública, ainda periclitante no primeiro quadriênio de govêrno civil. O terceiro quadriênio, chefiado pelo conselheiro Rodrigues Alves, partindo da segurança da ordem pública, da restauração financeira e do prestígio da política autoritária, firmados pelo presidente Campos Sales, traçou o grande programa de base, adaptando o país às exigências da vida moderna. Êsse período, agora tão vivazmente evocado pelo sr. Luiz Edmundo, foi o das manifestações dos homens de govêrno no regime que então fazia suas primeiras armas.

RECEPÇÃO DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Barão do Rio Branco, apoiado no Visconde de Cabo Frio, punha um tesouro de conhecimentos e experiência a serviço da República, que soube aproveitá-lo com singular proficiência. Vários presidentes — elementos díspares de uma oligarquia continuada, adivinharam que o supremo interêsse do país era a conservação meticulosa do chanceler e de sua política. Nos negócios exteriores, um só ministro a cada regime; a renovação exige-se nos negócios interiores, cujo aperfeiçoamento se faz da variedade das contribuições de muitos homens hábeis e capazes.

Recordemos, com admiração e respeito, alguns nomes dos colaboradores do govêrno e da política do presidente Rodrigues Alves: Osvaldo Cruz, Francisco Passos e Frontin, Leopoldo de Bulhões, Lauro Müller e êsse extraordinário lutador que ainda está de pé entre nós, como um grande exemplo: José Joaquim Seabra. O Exército ainda era o da velha escola, dos Mallet, Argollo, Costallat, Bormann, sendo os moços de então os srs. Souza Aguiar, Hermes da Fonseca, Belarmino de Mendonça, Caetano de Faria. Na Marinha os Noronhas, Proença, Guilhobel, Huet de Bacelar, Alexandrino de Alencar entravam a substituir a grande geração marinheira dos Jaceguai, Custódio de Melo, Saldanha, Wandenkolk.

Estou cometendo, meus senhores, a imprudência de citar alguns nomes a esmo, mas sem esquecer nenhum, de tal forma todos se impõem à minha veneração patriótica. Pelos que deixo assinalados vemos a grande Marinha e o grande Exército dêsse tempo. Pois foram tais quadras de progresso político e social do Brasil que a Grande Guerra surpreendeu como a tempestade sombria deflagrada no céu azul. Victor Viana sobreviveu por mais seis lustros. Nessas três décadas nenhum fato novo no tumulto do cenário do mundo escapou à argúcia de seu espírito. Pouquíssimos estudiosos, nêste país, teriam seguido como êle, dia a dia, o turbilhão revolucionário. Historiador, político, jurista, crítico filosófico, economista, — o meu ilustre antecessor não perdeu um jota da enorme algaravia, que se processava na confusão, ao pé desta tôrre de Babel. Como um

DISCURSO DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

prenúncio funesto, já então doutrinas, interêsses, ódios, pretextos, fanatismos, tudo marulhava sobressaltando os povos inertes e abandonados na infinita desgraça do seu apocalipse. Entretanto, para Victor Viana, os últimos anos devem ter sido de estupefacção, surpreendendo continuamente o seu espírito formado em compreensíveis instituições políticas e sociais. A indisciplina, a subversão da hierarquia redundaram na depreciação dos valores até então indiscutíveis. Justamente porque o fenômeno não era apenas indígena, chegando-nos do mar alto como ressaca de tempestade longínqua, mais terrível nas suas ameaças misteriosas se devia apresentar à inteligência do meu ilustre antecessor.

Alguma coisa, porém, sobrenadava na confusão das águas. O refúgio de Victor Viana foi a camaradagem do *"Jornal do Commércio"* e a infalível amizade de Felix Pacheco. A responsabilidade que a tradição do *"Jornal"* põe aos ombros de seus sucessivos dirigentes constitue afinal um sistema de princípios morais e intelectuais muito chegado a uma filosofia religiosa. Sempre houve, está bem entendido, a forma, o estilo, a apresentação em público do *"Jornal do Commércio"*; mas também o pensamento, o fundamento das idéias, o corpo de doutrinas dos redatores e colaboradores do velho órgão se harmonizam no ritmo conservador que a tradição impõe, o qual consiste em sòmente aceitar as inovações, depois de darem provas práticas, isto é, admitir o futuro depois de ss transformar em passado. Não digo que o *"Jornal do Commércio"* tenha sido sempre a sentinela da vitória. Não é isso. O que repugna à sua índole conservadora é a improvisação, as decepções do pouco mais ou menos, os embarques de imaginação com planos e projetos de fantasia.

Fato interessante, curiosa coincidência: França Junior, Urbano Duarte, Augusto de Lima, Victor Viana, todos pertenceram, na continuidade de uma época de florescimento intelectual, à colmeia secular da nossa imprensa. Esta cadeira tem, pois, a impregnação de muitas vidas de espírito, que sob diversas modalidades provieram da mesma inspiração brasileira.

RECEPÇÃO DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Já não existem hoje, no bulício de uma grande metrópole em que se transformou a cidade da rua do Ouvidor — os convites de letrados e estudiosos, as tertúlias de poetas e cronistas, de jornalistas e boêmios. A grande imprensa de informação impõe matinalmente opiniões estereotipadas sôbre todos os assuntos em curso. As edições sucessivas retificam, corrigem, concluem no seguimento dos fatos. O círculo que encerra o homem da rua excluído, isolado, proíbido de formar um conceito sôbre a coisa pública, quanto mais de exprimí-lo livremente, alarga-se, estende-se cada dia em tôda a parte do mundo. Os que governam espandem a mentalidade de usina elétrica. Sua grande função é captar a fôrça misteriosa, distribuí-la. Exercem um mandato da Natureza, são um poder do destino, exato e infalível como uma operação de cálculo. Os homens da rua, as multidões da rua, as nações da rua contentam-se com as declarações oficiais que são as justificativas dos governos na linha de seus destinos.

Victor Viana não foi, não sabia ser, não se conformaria em ser um homem da rua. Homem derradeiro de uma raça desaparecida, recebe nesta cadeira vazia a homenagem de um sucessor, que por miliagre ainda balbucia na mesma linguagem nativa.

*
* *

Minhas senhoras e meus senhores.

Eu, que sinceramente creio em Deus e muito amo a minha Pátria, não poderia fechar o meu desprentencioso discurso com palavras estranhas aos dias que correm, recordando a sorte melancólica dos que viveram na volta dos tempos.

Victor Viana aquí deixou luz bastante para guiar o seu sucessor, que, honrado em pertencer a tão nobre companhia, vos afirma a sua inabalável confiança nos destinos do Brasil!

II

RESPOSTA DO SR. ATAULPHO DE PAIVA

Senhor Macedo Soares.

Curiosa e significativa singularidade esta de que, ao serdes recebido na Academia, aquele a quem cabe dar-vos as boas-vindas possa dizer: Não é a primeira vez que a Academia vos recebe!

Neste ambiente azul, talvez nenhum outro tenha tido semelhante honra e tão grande distinção. Mas não termina aí o insólito do caso: quem agora vos recebe já aquí mesmo vos recebeu.

Vindes hoje para ser vossa fronte cingida pelos louros acadêmicos; há dois anos e meio éreis vós que nos trazíeis louros — os louros do Lácio, na mesma sagrada terra onde vicejaram os que coroaram os heróis das guerras púnicas e gaulesas — e que lá mandastes buscar afim de os transplantar para o jardim da Academia. Delicada idéia, que sòmente de um cérebro cultivado finamente poderia ter brotado, e pela qual a beneficiada voz fez uma recepção pouco menos solene do que a de hoje, ante o fulgor de uma assistência de embaixadores de reis e de repúblicas, bem como dos mais legítimos plenipotenciários das letras e das artes. E, como agora, notavam-se também nesta sala lindas raínhas — sem coroa, não importa, mas com a majestade imperecível da graça,— dessas cujo poder eterno as revoluções não podem destruir e a quem todos os regimes têm de beijar a mão.

Ainda, como hoje, coube ao acadêmico neste momento

com a palavra a incumbência de vos saudar. Tarefa então bem mais fácil, porque limitada a um tema único — o doador de loureiros à Academia, — ao passo que, desta vez, meu encargo se amplia desmedidamente, compreendendo os numerosos temas em que se desdobra a vossa personalidade opulentamente variada, complexa, quasi desnorteante por deslocamentos no tempo e no espaço, empreendedora simultânea de atividades diversas, saltando de uma grande posição para outra maior e, depois, recolhendo-se à anterior, para não tardar a galgar nova montanha azul banhada de luz solar.

Vossa vida nos últimos vinte anos dá-me uma impressão curiosa, algo original, mas que actua em mim com a precisão de uma imagem visual. Vejo vossa vida como se fôsse a de um destro e valente jogador de xadrez a disputar com o Destino uma partida emocionante, interminável, na qual o campeão Macedo Soares — por sinal, jamais abandonado das graças dos deuses — manobra em longas diagonais com as suas raínhas e seus bispos, surpreendendo o adversário com inopinados saltos do cavalo; roca a tôrre quando precisa ganhar tempo e, avançando sempre, sempre melhorando, defende cautelosamente o seu rei, ao qual, até hoje, tem, com sorridente habilidade, sabido livrar dos xeques-mate.

Êsse sagaz Alekine, que às vezes finge de amador, mas é um mestre; que dá ao adversário a enganadora impressão de não preparar golpes e cujo intento se dissimula atrás de um olhar suavíssimo, "olhar de claridade intelectual, que esclarece a alma, e onde brilha a serenidade na luz da reflexão"..., tudo isto fornecia assunto para livros.

Só à custa de omissões propositais e de uma compreensão desagradável a quem o faça com a concência de estar sacrificando um fértil material de estudo e comentário — só assim poderá sua personalidade caber na concentrada sinopse imposta pelo molde tradicional da saudação acadêmica e... pela não ilimitada resistência do auditório.

Cumpre também não perder de vista o que deveria estar gravado no frontispício das casas onde habitualmente se

RESPOSTA DO SR. ATAULPHO DE PAIVA

fazem discursos, principalmente nas academias, êsses discursos que tanto e tão bem acabais de louvar na vossa formosa oração, primor de concisão.

"Todos os gêneros são bons, exceto o enfadonho", conforme, há quase dois séculos, disse um genial escritor, que, melhor do que ninguém, podia opinar e sentenciar, mas, apesar de tamanha competência, não escapou, êle próprio, à culpa de ter perpetrado alguns poemas que não se lêem sem que as pálpebras pesem de cansaço, — falemos francamente: alguns poemas que já ninguém pode ler. E, entretanto, escreveu-os Voltaire! Terrível advertência que, a julgarmos pelas montanhas de papel impresso, que, não fôssem o fogo, o cupim e as "sapucais", acabariam por modificar o sistema orográfico do globo; terrível advertência que, não obstante, a sempre crescente produção literária, por aí além, indica terem-na alguns autores imprudentemente desprezado!

A mim, porém, a ansiedade dos olhares da assistência está a lembrar-me o juízo de Voltaire cada vez que passo a ler uma nova tira dêste discurso.

Se, conforme dissestes há pouco, às academias se atribue a invenção do discurso, e, se, para o nome delas Acádemus deu o seu, não lhes cabe por isso qualquer censura. Discursos acadêmicos podem ser suportáveis e até integralmente agradáveis, — do que acabais de dar um sugestivo e brilhante exemplo. O mal não estará nunca em serem acadêmicos, mas na eventualidade de se tornarem maçadores. Sempre com razão Voltaire... Conseguistes, consumado timoneiro, evitar o escolho; Deus a mim também permita navegar ao largo dêle.

Aliás, devo confessar que me anima a impressão de que a misericórdia divina já se pronunciou em meu benefício, pelo aviso — que ouso interpretar como uma oportunidade preparada lá no Alto — pelo aviso, dizia, que me deu um autorizado representante de Deus na terra e brilhante legado do Vigário de Cristo no Brasil. Tenho a satisfação de o divisar entre nós, bem perto de mim, a seguir-me com seu ouvido bondoso, talvez presa de certa inquietação...

RECEPÇÃO DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Sinto que o enviado do Céu está a perguntar a si mesmo: Irá o orador esquecer o conselho que indiretamente, há tempo, lhe dei?

Não, caridoso amigo. Tenho bem presente aquele encontro em que a eminente personagem se referiu a uma saudação que no dia seguinte me caberia pronunciar nesta Academia — exatamente a vós, caro confrade, a quem agora novamente recebo: era o agradecimento nosso pelos loureiros romanos.

— Sei que amanhã será o senhor o orador — disse-me o prelado amante do nosso país, em cujo tom reticencioso não me escapou algo de especial e que daí a pouco se esclareceria como justificada prevenção de quem já fôra em dado momento vítima (nesse dia só, graças a Deus) de excessiva abundância verbal de minha parte, abominável pecado acadêmico em que, diz-me a consciência, não mais tenho incorrido.

— O orador será o senhor... repetiu o meu ilustre interlocutor, desejoso de me ser útil, mas ao mesmo tempo receando, na sua bondade, melindrar-me. Afinal, a intenção de praticar o bem venceu os seus escrúpulos.

— Já ouvi um discurso do senhor na Academia. E o caridoso amigo chegou à benevolência de lhe encontrar alguns méritos. Muito pode a generosidade de um virtuoso dignitário e diplomata eclesiástico! Certamente elogiava o discurso para, afinal, poder descobrir o fundo do seu pensamento:

— "Bom discurso, bom discurso, mas um tanto longo..." segredava-me carinhosamente ao ouvido. Olhou-me. Sorriu. Eu, em reverência, beijava o seu anel, profundamente reconhecido a tão inestimável lição amiga.

Espectro de discurso longo, a quanto obrigas!

Já no dia seguinte, felizmente, emendava eu a mão, ganhando o prêmio sacerdotal. Que Deus me ajude, neste momento, nem só a ganhar outra faixa verde de animação, mas também a sua bênção cheia de graças.

Mas, repito, não é fácil conciliar a conveniência de quem vos fala e, também, de quem o ouve, a todos nós aproveitando

RESPOSTA DO SR. ATAULPHO DE PAIVA

a brevidade da oração, com o dever, bem agradável aliás, de caracterizar e comentar uma personalidade tão complexa, tão facetada como a do recipiendário desta noite.

É evidente que êle nasceu predestinado às letras jurídicas, as quais na sua copiosa obra, tanta vez se confundem com as suas belas-letras, cultivadas a cada passo, ao sabor dos pendores da sua ativa e admirável intelectualidade.

Plantou no Brasil o tronco dos Macedos êsse Julião Rangel de Macedo, doutor em leis e um dos primeiros juízes de direito da Terra de Santa Cruz, a que veio ter em meados do primeiro século da Colônia e em cujo govêrno geral substituiu temporàriamente ao famoso Salvador de Sá.

A vossa árvore genealógica transplantava-a assim ao Brasil um magistrado, ocasionalmente seu administrador maior também, e dêsse ilustre antepassado correm, sem dúvida, no vosso sangue, algumas das componentes do jurista e político que iria florescer, quatro séculos mais tarde, na terra já governada pelo seu antepassado Julião.

De certo, a mesma fatalidade hereditária igualmente marcava Antônio Joaquim de Macedo Soares, alma vibrante de libertador cuja trajetória agitada e faiscante iria culminar numa cadeira do Supremo Tribunal de Justiça, com tal relevância ocupada pelo vosso tio que, no dia do seu desaparecimento, um ardoso companheiro naquele egrégio Colégio Judiciário, brilhante membro alí e benemérito fundador desta Academia, Lúcio de Mendonça, exclamava em plena Côrte: "Senhores, morreu o maior Juiz de Direito do Brasil".

Outro vosso tio era médico, mas um médico de conciência social, distribuidor incansável e igualitário de assistência a quantos nesta cidade lha solicitavam e que, rebentada a guerra estrangeira, corre, qual impulsivo semeador de alívios para os campos de batalha.

O dr. José Eduardo de Macedo Soares, vosso pai, fez-se educador, — ainda uma conciência social agindo noutro sentido — o de modelar almas. E tão bem as soube ajustar que formou no coração dos seus discípulos uma das mais difíceis constru-

ções da cultura moral — a gratidão, — a cada instante sacudida e ameaçada pelo instinto egoístico...

E aí está por que os filhos espirituais do educador de São Paulo continuam a venerar a memória do mestre, vosso pai. Também o filho de sangue, vós, por fôrça, havieis de sair um sensível às belezas da Vida.

E por isso mesmo que sabeis receber seus influxos, sabeis transmití-los. Ainda estudante da Faculdade de Direito de São Paulo vos impúnheis à escôlha dos companheiros para presidente da tradicional associação de classe, aquele Centro Acadêmico Onze de Agôsto, a que têm pertencido tantas gerações passadas sob as arcadas do antigo Convento de São Francisco e cujo estandarte, na data própria, cada ano, a cidade aclama durante a passeata, em que já desfilou, pelo Triângulo, uma boa parte da nata intelectual do Brasil.

Fôstes, mais tarde, presidente, em segundo grau, se assim posso dizer, do mesmo Centro Onze de Agôsto, continuando a brevíssima série dos seus presidentes de honra — apenas dois..., e que dois! — o Barão do Rio-Branco e o Conselheiro Ruy Barbosa. Ambos pertenceram também a esta Academia. Seguis-lhes os traços luminosos. Estais em bom caminho...

Inata sensibilidade às belezas morais havia, necessàriamente, de vos fazer um verdadeiro e puro amante da assistência social. Capítulo sobremodo difícil de ser desenvolvido assim em público... As omissões voluntárias têm de ser inúmeras, — cuidado aliás de mera formalidade, pois que tôda a gente as apontaria e por si mesma poderia completar as lacunas do capítulo.

É lícito, entretanto, aludir francamente aos hospitais de Campos do Jordão, cuja existência a vossa generosidade e, com ela, os vossos esforços e desvelos tornaram possível. Pode-se também citar em público a obra imensa de Santo Ângelo — um leprosário totalmente isento do que poderia fazer lembrar aos seus hóspedes e aos seus visitantes o triste destino daquele recolhimento de lázaros que, mais do que um sanatório, é uma verdadeira cidade, onde os enfermos, de quem tôda a gente foge,

vivem, como nós outros, na liberdade e nas distrações de uma comunidade, parecidas com as da humanidade sã.

Informado melhor do que ninguém, pela sua quotidiana missão espiritual, da vossa atividade filantrópica — habitual na esmola discreta, mas às vezes denunciando-se em cometimentos públicos do gênero de Santo Ângelo, — um grande pastor de almas não pôde, certa vez, conter o seu espanto admirativo, exprimindo-o nesta exclamação, tão significativa na sua simplicidade: — "Êste José Carlos, que homem! Em seus lazeres, constrói uma cidade!" — manifestava-se assim o Arcepispo de São Paulo, êsse amado Dom Duarte Leopoldo, cuja alma há pouco voou para o Céu.

Mas, se nos hospitais de Campos do Jordão e na cidade sanitária de Santo Ângelo concorrestes decisivamente para o amparo ao corpo, doutra parte, amparastes, comevedoramente, o espírito na restauração, que vos propusestes realizar, e realizastes, da biblioteca da Faculdade de Direito. Verdadeiro amor aos livros! Ao antigo aluno compungia grande piedade por aqueles quarenta mil volumes, cuja maior parte o tempo e o descaso ameaçavam para sempre sacrificar. E, assim, lá se iria, entre outras preciosidades, a mais bela coleção de Direito Canônico reunida na América. Felizmente, porém, nada se perdeu, graças ao magnânimo salvador daquele opulento manancial de pensamento impresso e manuscrito.

Limpeza, reencadernação, catologação, enfim a longa e custosa obra de restituir, aos olhos ávidos de se instruirem, muitos milhares de livros — eis o que tivestes a iniciativa e a abnegação de fazer alí executar.

Guarda-se ainda hoje, vinte séculos depois, o nome do destruidor da biblioteca de Alexandria; mais lógico e justo será que, no Brasil, se venha a relembrar perpètuamente o do restaurador da biblioteca de São Paulo. Para honra desta Academia, êle é um dos seus membros.

A cidade de São Paulo evocaria ainda muitas outras formosas ações do vosso magnânimo coração. Entre tantas, uma, porém, há mais formosa ainda, mais expressiva da vossa abne-

gação pública. Não hesito em a comentar neste trecho em que me ocupo da benemerência, em vez de a associar aos vossos atos políticos.

Não o cálculo partidário, mas o ímpeto da bondade vos lançou à emprêsa prodigiosa de preservar de um ataque furioso a vossa cidade natal nos dias negros de 1924.

Providenciastes incansàvelmente para abastecer, até com as contribuições do vosso próprio bolso, uma população sitiada; improvisastes meios de transporte; enèrgicamente refreastes os ímpetos dos exaltados; parlamentastes com os dois campos, na idéia fixa de preservar a cidade; enfim, num desvêlo que desafiava os imperativos da resistência corporal e os riscos da morte, destes uma prolongada e soberba prova de patriotismo e espírito de sacrifício.

A vossa robusta fibra de homem público pôde então vencer o perigo, a fadiga e as intrigas tecidas para despertar uma ambição que soube resistir às tentações. O provento pessoal que tivestes de tanta abnegação foi terdes de abandonar São Paulo e alí só poderdes voltar três anos mais tarde. O vosso desvêlo foi mal interpretado, mal compreendida a vossa atividade.

A paixão nunca permite ver claro. Viu-o, porém, um homem do estôfo moral e intelectual do Ministro Firmino Whitaker, a quem tive a honra de suceder em sua gloriosa cadeira do Supremo Tribunal Federal, e que, depondo como testemunha no processo, no processo em que éreis réu — às vezes é uma honra ser réu — assim se exprimiu:

— "O que sei a respeito do Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial e de quem faço conceito muito elevado, é que durante a revolta de julho prestou serviços relevantes a esta cidade. Para mim, êle não foi um revoltoso; foi um benemérito!"

No processo instaurado contra os implicados no movimento sedicioso, em cujo rol fostes incluído, proferiu sentença o Juiz Federal, de tôda a gente respeitado e admirado, Sr. Washington

de Oliveira, recentemente elevado, em felicíssimo decreto governamental, à nobre curul do nosso Supremo Colégio Judiciário.

Testemunha ocular dos fatos sôbre que sentenciou, nada mais significativo do que um tal magistrado assim se pronunciar sôbre êsse réu:

"Seus únicos objetivos, segundo a prova dos autos, foram os de acautelar do melhor modo possível os altos interêsses das classes conservadoras, como lhe cumpria, na qualidade de presidente da Associação Comercial de São Paulo, a qual nele depositou sua máxima confiança, foi solidária com todos os seus atos, que aprovou em sessão solene, e ainda depois de sua prisão o reelegeu presidente; e os de socorrer a inerme população da capital, levado por impulsos bons de seu coração, educado na prática da piedade cristã."

E o notável magistrado prossegue: — "Os próprios atos apontados na promoção do Dr. Procurador Criminal como característica de auxílio aos rebeldes revelam antes essa feição de seus sentimentos do que uma intenção criminosa. Esforçava-se por obter a terminação da luta fratricida, o que é uma aspiração de todos os brasileiros, sem praticar ato algum de insubordinação, desrespeitoso, ou violento, contra as autoridades constituídas, a que assegurou seu apoio."

Sentença absolutória essa que é uma homenagem definitiva — pelos seus têrmos e pela assinatura a êles sotoposta.

Três anos após os terríveis acontecimentos, São Paulo vos fazia uma acolhida festiva. Entretanto, conserváveis o mesmo sorriso triste do dia em que tivestes de vos exilar da cidade natal — o sorriso compreensivo dos que serenamente julgam esta podre humanidade, que tanta vez se transvia, mas acaba por fazer justiça, às vezes, — ai das vítimas! — bem tardia.

Vós esperastes três anos. A conciência tranqüila com que aguardáveis a rehabilitação fazia-vos sorrir tristemente quando a recebestes unânime e completa. "A humana gente é assim, aceitêmo-la assim", dizíeis certamente a vós mesmo. E estais pronto a recomeçar o sacrifício, se fôr necessário — *quod Deus avertat*.

RECEPÇÃO DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

A provação de 1924 vós a devestes não sòmente à grandeza do vosso coração e às injunções de um patriotismo viril, mas também à vossa competência em assuntos econômicos, financeiros e sociais.

Explico-me. Sem êsse acabado preparo técnico, cimentado em anos de leitura sistematizada e de experiência dos negócios, não vos teriam chamado à presidência da Associação Comercial, posição de onde vos sentistes no dever de agir como agistes, para bem de uma cidade agoniada por transe que tinha tanto de horrível como de inesperado.

Volumosa e variada é a vossa produção escrita e falada — os discursos e conferências, na sua quase totalidade, felizmente, fixados em impressos e de subido valor. Sois um escritor e um orador como se querem para assuntos sérios: sensato, ordenado, de alto descortino, perfeito senhor do vernáculo, versando os problemas nacionais e internacionais com a maior segurança. Tendes ademais um atributo que nem sempre adorna a quem fala ou escreve — conheceis as questões de que vos ocupais...

A êsses títulos e com essas credenciais, sois aquí um digno e brilhante sucessor de Victor Viana, erudito que infatigàvelmente lia e meditava e, quanto mais refletia, mais sentia necessidade de continuar a ler, para melhor expor e transmitir os seus conhecimentos, nesse quase apostolado de sociologia e política de princípios, que exerceu, trinta anos, pelas colunas do *Jornal do Comércio*. Na tradicional linha de austeridade dessa fôlha, mais que centenária, a qual, por assim dizer, se tornou uma voz tutelar do nosso país, achou o vosso admirável antecessor, como tão bem dizeis, o *habitat* propício à sua profunda inteligência e à sua inabalável fé nos destinos do Brasil.

Possuís o saber, a experiência e a reflexão do estudioso apaixonado pelas ciências políticas e econômicas, em cujo íntimo trato vos tornastes uma personalidade apta para a vida pública e sempre tão a gôsto nas eminentes situações a que já fostes chamado — uma extensa e variada fôlha de serviços à nação, na qual se marcam em fulgurante destaque a chefia

RESPOSTA DO SR. ATAULPHO DE PAIVA

da delegação brasileira à Conferência Internacional do Desarmamento em Genebra, a da representação brasileira na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires e a exímia e notável gestão dos Ministérios das Relapões Exteriores e da Justiça e Negócios Interiores.

Só porquê essas situações episódicas da vossa vida pública foram sobremaneira elevadas é que se podem chamar menores tantas outras que ocupastes em São Paulo e na Capital do país. Ainda agora se desdobra à vossa competência técnica um amplo campo de atividade na presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estais ali (se me é permitida a vulgaridade da expressão) como o peixe n'água.

Na vossa abundante produção econômico-financeira os entendidos acham sempre muito que aprender e meditar. Quanto a mim, nuli-técnico, dir-vos-ei que especialmente me impressionou o estudo sôbre *Política e Finanças da República*.

O vosso agudo olhar de perito estendeu-se sôbre os sucessivos governos nacionais até 1930, e dessa larga inspecção resultou uma suculenta síntese: — "Na história das crises financeiras da República (dizeis) um fato se impõe imediatamente à atenção do observador: as crises financeiras do govêrno federal têm sido sempre de origem política e são, em geral, agravadas e envenenadas por acontecimentos de natureza também política.

É uma verificação a que chega à fria e imparcial pesquisa de um técnico. Mas, não fôsse conhecida a vossa bondosa tolerância, dir-se-ia o trecho propositadamente escrito para reavivar remorsos nos sobreviventes responsáveis pelas perturbações geradoras de tais crises.

Mais grave ainda: o moderado e cauteloso autor da monografia sôbre *Política e Finanças da República* encerra um dos seus capítulos com êste fêcho ao mesmo tempo tranqüilizador e alarmante: "Tal é o poder recuperador das fôrças produtivas do Brasil sôbre o êrro de seus governos que um programa clássico de administração moderadamente abstencionista se tem mostrado o melhor e o mais útil na prática do

regime republicano. O nosso destino político, porém, sofre a fatalidade da florescência dos planos de govêrno, que constituem, não raro, o único entrave sério à prosperidade e grandeza do Brasil".

Com o devido respeito aos nossos ilustres estadistas, devo tomar nota dessa conclusão do competentíssimo e habitualmente discreto mestre Macedo Soares, "nota"-apenas, pois que a réplica, acaso presumível, aos técnicos pertence, não a mim, Senhor, que sou o que sabeis — cego, sem poder ler no pontifical das finanças em que se emaranha a excelsa sabedoria dos financistas.

Contudo, eu não quereria estar na vossa pele. Fostes mexer numa colmeia em que são inflamados os zângãos. Bem conheço a sensibilidade dêsses sábios lunares, intransigentes, e que, curvados, vivem a ler hieroglifos nas pedras misteriosas das cifras e dos cifrões, gente que nunca dá o braço a torcer, mas boa gente, que, bem sabeis, salvou as finanças do mundo inteiro, deixando-as nesse belo estado em que se vê por aí afora, em todo o planeta...

Cuidado, Sr. Marcedo Soares, cuidado!

Pagam caro os homens públicos de tôdas as terras. Aquí mesmo, nesta bem amada cidade maravilhosa, numa opereta de companhia estrangeira, rindo a platéia gostosamente, já se ouviu dizer com jocosidade — "que um ministro que se diverte é mais útil ao seu país do que um ministro que trabalha".

Revivendo essa burlesca tirada, declino desde já de qualquer responsabilidade se algum futuro ministro alegre vier a justificar-se assim da pouca atividade nos negócios da sua pasta.

O Sr. Macedo Soares, cativo dos seus estudos e do seu labor incessante, pouco se diverte; não obstante..., muito trabalhou e fez muito de útil para a nação.

De indústria, e muito de indústria, reservei para o fim desta saudação a vossa profícua e fertilíssima atividade no Itamaratí, pedra de toque do valor e da grandeza dos homens públicos da nossa terra. Aquele palácio seria um posto pro-

pípio à expansão tanto do jurista, sempre inclinado às soluções humanas do Direito, quanto do sociólogo, bem ao corrente da situação do mundo moderno.

Na direção dos negócios estrangeiros, começastes por uma reorganização interna, que redobraria a eficiência dos seus tradicionais serviços, e terminastes por um belo, ruidoso e comovedor triunfo na política internacional. Triunfo pessoal, triunfo nacional, triunfo americano. Valeu-vos o cognome de "Chanceler da Paz". Não conheço mais recomendável título.

Duque da paz! Como se regozijava Caxias quando a nação inteira lhe recordava mais êsse adôrno para o seu peito glorioso!

Existe neste continente uma região — o Chaco — de nome breve, mas que ficará marcado na história por um longo martirológio. A princípio, túmulo de afoitos conquistadores, dispostos a furar por alí a rota para o Alto Perú — a encantada região da prata, cuja miragem desvairava as cabeças obcecadas pela ambição da riqueza ou perturbadas pelas fantasias do espírito de aventura.

Mais tarde mudou o objeto da cobiça: em vez de prata, madeiras preciosas e o preciosíssimo petróleo. E os incidentes entre vizinhos foram se agravando até se tornarem caso de honra nacional, considerado solúvel sòmente pela guerra.

Rompeu o conflito armado entre Bolívia e Paraguai, exércitos lutaram no Chaco, e só assim havia de ser percorrida em todos os sentidos a zona de lendas que vai desde os rios Paraguai e Pilcomaio até aos primeiros contrafortes andinos, lá nos confins da Bolívia.

Sôbre uma área de 300.000 quilômetros quadrados reinava até antes das hostilidades o mistério das paragens que os imaginosos sonham paraísos e os pobres exploradores verificam serem infernos.

Mas, para os que lutavam alí, o Chaco já não encerra segrêdo algum, e, certo, brevemente, publicações oficiais divulgarão o que os estados-maiores verificaram, na mais sinistra das oportunidades de aprender topografia, geologia, etnologia, zoo-

logia e climatologia. Por tal preço, melhor fôra, sem dúvida, continuar a humanidade na ignorância de quase tudo o que concerne ao ontem tenebroso Chaco — amanhã, campo de risonha atividade pacifista.

Bismarck disse, um dia, displicentemente — êle, responsável por duas ou três guerras, — que estas servem, ao menos, para ensinar a geografia. É verdade: confesso-vos que só vim a saber algo do Chaco mercê da terrível luta que o ensangüentou.

Inflamados de um patriotismo quase supersticioso, impelidos por uma bravura jámais excedida em qualquer tempo, bolivianos e paraguaios trucidavam-se implacàvelmente, em luta de um hemoísmo épico, mas a que a consangüinidade racial dos combatentes dava insuportável cunho fratricida.

Detalhe expressivo: os jornais brasileiros, naturalmente, no quotidiano relato dos acontecimentos, não lhe chamavam a Guerra, mas a Tragédia do Chaco. Assim a viram todos os outros povos do continente americano, que como tal a deploravam e ansiavam por sustar a continuação do terrível conflito em família.

A luta do Chaco, simultânea e correlatamente com o horror que produzia, ia gerando sugestões, tentativas de acôrdo, mediações, intervenções, — enfim, as múltiplas formas de iniciativas de fito humanitário tendentes a pôr um paradeiro ao tremendo morticínio que sangrava duas nobres nações nas suas mais vitais artérias.

Já dezessete vezes falhara o solene apêlo ao ensarilhamento das armas, tentado improficuamente até pela Sociedade das Nações.

Ao Brasil coube a honra de promover o décimo oitavo grande esfôrço no mesmo sentido em que haviam dolorosamene falhado os anteriores, assinalado cada fracasso por um novo desalento e um novo recrudescimento da carnificina.

Cem mil vidas, quase tôdas em flor, já a luta ceifara nas paragens chaquenhas.

Na emprêsa pacificadora a que o Ministro Macedo Soares

RESPOSTA DO SR. ATAULPHO DE PAIVA

a brevidade da oração, com o dever, bem agradável aliás, de caracterizar e comentar uma personalidade tão complexa, tão facetada como a do recipiendário desta noite.

É evidente que êle nasceu predestinado às letras jurídicas, as quais na sua copiosa obra, tanta vez se confundem com as suas belas-letras, cultivadas a cada passo, ao sabor dos pendores da sua ativa e admirável intelectualidade.

Plantou no Brasil o tronco dos Macedos êsse Julião Rangel de Macedo, doutor em leis e um dos primeiros juízes de direito da Terra de Santa Cruz, a que veio ter em meados do primeiro século da Colônia e em cujo govêrno geral substituiu temporàriamente ao famoso Salvador de Sá.

A vossa árvore genealógica transplantava-a assim ao Brasil um magistrado, ocasionalmente seu administrador maior também, e dêsse ilustre antepassado correm, sem dúvida, no vosso sangue, algumas das componentes do jurista e político que iria florescer, quatro séculos mais tarde, na terra já governada pelo seu antepassado Julião.

De certo, a mesma fatalidade hereditária igualmente marcava Antônio Joaquim de Macedo Soares, alma vibrante de libertador cuja trajetória agitada e faiscante iria culminar numa cadeira do Supremo Tribunal de Justiça, còm tal relevância ocupada pelo vosso tio que, no dia do seu desaparecimento, um ardoso companheiro naquele egrégio Colégio Judiciário, brilhante membro alí e benemérito fundador desta Academia, Lúcio de Mendonça, exclamava em plena Côrte: "Senhores, morreu o maior Juiz de Direito do Brasil".

Outro vosso tio era médico, mas um médico de conciência social, distribuidor incansável e igualitário de assistência a quantos nesta cidade lha solicitavam e que, rebentada a guerra estrangeira, corre, qual impulsivo semeador de alívios para os campos de batalha.

O dr. José Eduardo de Macedo Soares, vosso pai, fez-se educador, — ainda uma conciência social agindo noutro sentido — o de modelar almas. E tão bem as soube ajustar que formou no coração dos seus discípulos uma das mais difíceis constru-

as indispensáveis instruções. Uma noite febril a de 11 de junho. Os delegados estrangeiros foram descansar, mas os brasileiros — notadamene o chefe Macedo Soares, o depois ministro Acir Paes, os Cônsules Carlos Carvalho e Souza e Odette Carvalho e Souza — permaneceram, trabalhando sem alívio. Na manhã seguinte, já às 10 horas, mediadores e oficiais militares estavam a postos, todos com o desejo de que fôsse apagado o pavoroso incêndio, ocasionais bombeiros que eram de um gênero especial, o mais nobre e imaginável — a salvação urgente de vidas humanas. Não havia um instante a perder.

Eis que o general argentino, perfilado, pede instruções escritas, com que deviam partir êle e os seus companheiros da missão humanitária. Célere, responde Saavedra Lamas — que as instruções eram os próprios textos dos Protocolos. O general não se conforma. Respeitoso, insiste: — que era indispensável uma precisa relação de esclarecimentos, explicações e ordens — na tecnologia diplomática, instruções orientadoras da missão militar. Treplica o chanceler argentino que tais instruções não haviam sido redigidas.

— Sem elas não poderemos partir, — diz, adiantando-se, o general ainda desta vez, reverente, mas incisivo, depois de lançar um olhar consultador aos camaradas de comissão.

Bem avaliará a ansiedade em que ficaram os mediadores responsáveis quem considerar que o retardamento na execução da tarefa cometida aos militares seria o sacrifício de mais alguns milhares de paraguaios e bolivianos lá no Chaco sinistro, quando já combinada a cessação de fogo, — um sacrifício odiosamente vão e desnecessário.

Foi nesse inesquecível minuto, em que pairava no ambiente a insuportável visão da hecatombe inútil, foi nesse patético instante que o Ministro Macedo Soares tirou da pasta as instruções que uma noite de previdente e fecunda vigília havia felizmente preparado. Sua leitura acalmou sùbitamente os nervos tensos por aquela perspectiva atroz. Unânime aprovação recebeu o documento salvador de tantas vidas... e de uma situação vexatória e penosa para a Conferência.

RESPOSTA DO SR. ATAULPHO DE PAIVA

Daí a pouco o delegado uruguaio perguntava ao Ministro Macedo Soares como, em tão curto prazo e após um dia e uma noite de tão afanosos trabalhos, conseguira a representação do Brasil discutir e redigir aquelas instruções.

— Métodos de trabalho do Itamaratí, respondeu o Chanceler brasileiro, num suave meneio de costumeira modéstia.

Tão destacada fôra em Buenos-Aires a ação do Ministro Macedo Soares que o Presidente General Justo, como honra excepcional, quis que o regresso do Chanceler brasileiro se fizesse sob a gloriosa bandeira da nação que tão fidalgamente o hospedara durante as negociações da Comissão mediadora.

E foi de bordo do cruzador argentino *25 de Maio* que o Ministro Macedo Soares desembarcou aquí, no Rio de Janeiro, entre aclamações populares, expressivas de que também cá, de longe, fôra bem seguida e julgada a ação de quem partira chefe da diplomacia brasileira e voltava "Chanceler da Paz", como o sagrou o reconhecimento nacional.

Sim, a obra da Comissão mediadora plantou o marco decisivo da pacificação do Chaco, obtida num ambiente de confraternização americana — e, mais particularmente, argentino-brasileira, — exaltada alí pela presença atraente e popular do Presidente Getúlio Vargas, que fôra, como tendes com muito acêrto e justiça declarado em expansões públicas, — o mentor máximo, o condutor devotado e constante da nossa política internacional na atualidade e, pois, o daquela vitória do Brasil no continente.

O fato de haverem fracassado as dezessete anteriores intervenções no mesmo sentido veio dar ao pleno êxito da décima-oitava um relêvo ofuscante. Esta fez cessar o fogo, que durava havia mais de dois anos. Escusam interpretações quando se levanta um ato assim esmagador.

Sem dúvida, os Protocolos de junho não resolviam tôda a situação, mas obviariam ao mais urgente, ao capital, — pois que, no fim de contas, quando se quer acabar uma guerra, o essencial é começar conseguindo que ela não continue a matar gente e destruir o país.

RECEPÇÃO DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Ficaram para resolver, é verdade, graves questões de soberania e direito; mas caberia ao Brasil contribuir poderosamente para dirimir estas também, graças ao apostolar espírito americanista de um grande e brilhante chefe da diplomacia brasileira, o Ministro Oswaldo Aranha, e à consagrada habilidade do Embaixador Rodrigues Alves.

Eis aí, Senhores, um capítulo da história diplomática brasileira, que, afinal, pouco perde por ficar assim mal exposto, — já que tôda a sua fulgurante beleza emana dos próprios acontecimentos. Êstes, caro confrade, ainda uma vez o digo, vos consagraram Chanceler da Paz.

Sois um grande brasileiro. Pertenceis, pois, legitimamente ao nosso grêmio. A Academia é a mansão da serenidade; há mesmo quem diga — da imortalidade. Sê-lo-á, talvez; mas, por cautela, fostes, de antemão, garantindo a vossa, lá por fora..., pelo Brasil inteiro, e até no seio de outras nações civilizadas.

Discurso de posse na presidência da Academia (início de 1942)[48]

Recebendo o mandato para presidir a nossa Academia no período estatutário que ora inaugura, entendo que a unanimidade com que me distinguistes significa o desejo geral de realizarmos pequenas reformas que facilitem o nosso trabalho, tornando-me mais cômodo e atraente.

Para cumprir fielmente o disposto no artigo nono, parágrafo único do Regimento, convoquei os eminentes confrades, que constituem a nova Diretoria, para acertarmos juntos o "programa de trabalhos do futuro ano acadêmico". Falo-vos, portanto, em nome da nova Diretoria, esperando que esta, por sua vez, quando se depare a oportunidade, possa falar em nome da Academia.

Nos dias presentes acentua-se, por toda a parte, a capacidade executiva e responsável dos dirigentes. Na verdade, os excessos desse preceito não deram bons resultados. Seja como for, uma Casa como esta governa-se dentro de seu espírito tradicional, respeitando-se cuidadosamente as personalidades que aqui se congregam, sem perder nenhum dos direitos que lá de fora trouxeram. Na nossa Companhia é essencial garantir a consideração e acatamento recíprocos. Sinto que estamos carecendo dessa força de coesão e de uma mais estreita colaboração, para que nos seja permitido maior prestígio e maior influência, a que temos, aliás, direito no trato dos problemas da cultura e da inteligência.

Bem sei que nos estão faltando os instrumentos do trabalho livre, únicos adequados aos nossos fins. Certas profissões como as da Imprensa e da cátedra universitária, com tão grandes responsabilidades na vida social do país, estão sofrendo as contingências políticas reinantes em todo o mundo. Não podemos adivinhar se tal situação durará. Certo, porém, é que não devemos tomar tais dificuldades por empecilhos ao cumprimento dos nossos deveres. Não somos um partido, nem uma facção, mas devemos manter vigilância e tomar atitude nos fatos que condigam com a existência nacional, especialmente na esfera moral e intelectual, onde a nossa palavra terá o valor de uma advertência ou ensinamento, aproveitável às gerações presentes... ou futuras... O programa da nova Diretoria no desempenho de seu mandato ficou assim estabelecido: cuidaremos devotadamente da cultura da língua e da literatura nacional. Não nos descuidaremos do Dicionário e do Vocabulário em elaboração, obras que demandam tempo, e não podem ser feitas de afogadilho. Procuraremos enriquecer a "Coleção Afrânio Peixoto". Esforçar-nos-emos por obter dos nossos confrades estudos bio-bibliográficos de Patronos. Embora tenha sido pouco discricionária a escolha dos Patronos, eles representam lista notável dos melhores valores da ficção, da lírica, da crítica e da eloqüência nacionais e cujo estudo constituirá certamente preciosa coletânea literária. Publicaremos com carinho a "Revista Brasileira", procurando mais abundante colaboração acadêmica para que aumente ainda o seu mérito.

Antes de concluir devo em meu nome e no dos companheiros da nova Diretoria agradecer a vossa honrada confiança. O mandato que vamos desempenhar – tal como o interpretamos – envolve nas mesmas responsabilidades mandantes e mandatários. Vamos todos, portanto, dirigir a Academia, solidariamente, de modo que o sintamos aqui dentro e se veja lá fora que a inteligência cumprirá o dever de servir ao Brasil, desinteressadamente, sem paixões, preconceitos ou rancores. Esse fecho do nosso programa não é novo nesta Casa. Apenas nunca foi tão difícil de cumprir, como neste momento sinistro de uma horrenda tragédia universal.

Com a ajuda de Deus não há dificuldades humanas; nessa ajuda nos fiamos para enfrentarmos com paciência e coragem as inevitáveis dificuldades que, estamos bem certos, encontraremos em nosso caminho.

---

[48] Este texto foi pesquisado e transcrito por Marco Santos, que adaptou a grafia de época às regras gramaticais atuais. Ver: REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Rio de Janeiro, ano 40, n. 61, p. 337-338, jul./dez. 1941.

Balanço de gestão[49] ao passar a presidência (final de 1943)[50]

Prezados confrades,

Ao deixar a presidência da Academia Brasileira de Letras, desejo agradecer a eficaz cooperação de meus ilustres confrades, notadamente a de meus prezados companheiros de mesa, que tanto contribuíram para o êxito da nossa administração. A reeleição para este posto surpreendeu-me no fim do primeiro mandato. Só trouxe motivos para mostrar-me reconhecido em face de tão generosa atitude da Academia. Procurei corresponder à confiança de todos certo de que encontraria, como de fato encontrei, uma ajuda calorosa e eficiente.

Pelo nosso programa para 1943, tinha inicialmente diante de meus olhos, a mais trabalhosa das tarefas que, desde a fundação, desde o primeiro relatório de seu primeiro presidente, Machado de Assis, vem sendo um dos principais objetivos da Academia. Quero falar do nosso papel em face do idioma nacional.

Creio que não existe maior satisfação para o homem do que a feliz realização de seus projetos. Maior a satisfação quanto maiores os obstáculos e as energias empregadas. Nada mais consolador do que a certeza de não ter sido inútil o nosso esforço, pois chegou finalmente a fase da colheita, já que as árvores se enfeitam com seus frutos mais belos, mais saborosos e mais cobiçados.

O Vocabulário Ortográfico

Não tenho dúvida em dizer que foi de extraordinário alcance cultural a obra levada a termo este ano pela Academia Brasileira no tocante à elaboração das instruções ortográficas da língua nacional e do próprio vocabulário. Contamos para a realização da nossa empresa com o apoio sempre firme do eminente Senhor Presidente da República, dr. Getúlio Vargas, e com a colaboração do ilustre Sr. Gustavo Capanema, ministro da Educação, que pessoalmente compareceu a uma de nossas sessões a fim de nos prestar seu apoio e ajuda.

A Comissão Acadêmica do Vocabulário, composta de cinco de nossos confrades, os srs. Fernando de Magalhães, Cláudio de Sousa, Rodolfo Garcia, Afonso Taunay e o Presidente da Academia, dirigiu os trabalhos com absoluta serenidade e preocupação científica, ouvindo oralmente ou por escrito nada menos de quarenta e um dos mais conhecidos filólogos brasileiros e portugueses residentes no Distrito Federal e nos Estados. Salientamos em primeiro lugar o nome prestigioso do professor José de Sá Nunes – para quem a língua não tem segredos – que não mediu sacrifícios e tudo fez desde que se dispôs a prestar à Academia, como secretário da Comissão, o seu valiosíssimo concurso. É justo também salientar a preciosa colaboração do mestre Sousa da Silveira, que bastante contribuiu para o aperfeiçoamento das "Instruções"; do Padre Augusto Magne, famoso professor, membro da Companhia de Jesus, que nos enviou oportunas sugestões; e do conhecido professor José Oiticica, que examinou, verbalmente, perante a Comissão Acadêmica, todos os preceitos das Instruções. Colaboraram ainda os senhores dr. Pedro Augusto Pinto, professor Otelo de Sousa Reis, coronel Jonas Correia, professor Jônatas Serrano, professor Clovis Monteiro, professor Quintino do Vale, professor Jaques Raimundo.

Pelos serviços prestados à opulência do "Vocabulário", desejo lembrar os nomes dos eminentes patrícios professor Basílio de Magalhães, Lindolfo Gomes (de Minas Gerais), Antenor Nascentes, conde Pinheiro Domingues, Cândido Jucá Filho, Almir Câmara de Matos Peixoto, Sílvio Elia, Daltro Santos, Plínio Airosa (de São Paulo), Alfredo de Assis, Joaquim Matoso Câmara Júnior, Alfredo Augusto da Mata (do Amazonas), A. da Silva de Azevedo, Silveira Bueno, J. Marques da Cruz (os três últimos de São Paulo); Joaquim Ribeiro, David Peres, Aires da Mata Machado Filho (de Minas Gerais), Fernando São Paulo (da Bahia), Rui de Almeida, Antônio Chediak, professor João Luiz de Cam-

[49] Feito em sessão pública em 30 de dezembro de 1943.

[50] Este texto foi pesquisado e transcrito por Marco Santos, que adaptou a grafia de época às regras gramaticais atuais. Ver: REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Rio de Janeiro, ano 42, v. 66, p. 274-284, jul./dez. 1943.

pos e outros. Contamos, também, com a colaboração de alguns cientistas e entre eles o dr. Paulo de Sá, que nos enviou numerosos termos de Metrologia e de Eletricidade, e o dr. Lúcio de Castro Soares, que regularizou a terminação dos termos de Mineralogia consoante disposições aprovadas pelos Departamentos Técnicos.

A todos os ilustres brasileiros consultados, deve a Academia Brasileira de Letras mostrar-se sinceramente agradecida pela eficiência e desinteresse com que atenderam patrioticamente ao nosso apelo.

Hoje possuímos a norma, a diretriz, o modo seguro de nos dirigirmos conseqüentemente no terreno da questão ortográfica. Desfaz-se a enorme confusão que tão desastrosamente reinava, e trazia as mais sérias dificuldades ao ensino da língua escrita. Essas dificuldades não existiam só nas escolas; também se faziam sentir nas redações dos jornais, nas repartições públicas, nas empresas particulares, e até entre os escritores de profissão, que conheciam a matéria. As "Instruções", aprovadas pelas duas Academias, a do Brasil e a de Lisboa, e também pelos dois governos brasileiro e português, pela Convenção de 29 de dezembro corrente, representam a solução prática e definitiva do problema que há muito permanecia em suspenso e dava a impressão de insolúvel. Para levar avante os nosso propósitos contamos com a prestimosa colaboração do eminente brasileiro sr. dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[51], e de suas modelares oficinas gráficas, e também com os préstimos do ilustre Sr. dr. Rubem Porto, competente e operoso diretor da Imprensa Nacional, que facilitou a nossa obra fornecendo numerosas coleções de provas, e, por fim, apresentando cuidadosamente a aprimorada edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*.

Todos os trabalhos para a elaboração da excelsa obra ficaram a cargo da Academia, a qual terminada a ingente tarefa entregou desinteressadamente os originais das "Instruções" e do "Vocabulário" ao Governo da República, através da Imprensa Nacional, para a oportuna exploração comercial.

O Dicionário

Outra realização também concernente à língua portuguesa é o projeto do Dicionário. Desde que se formou, a Academia vem se dedicando a essa obra, sempre julgada de máxima importância. Nunca mediu trabalhos nem despesas para chegar a seus fins. Muitos contra-tempos foram surgindo até que transcorreram quarenta anos sem que se tivesse feito alguma coisa de definitivo. O que existia era puramente fragmentário. Por fim, o eminente e infatigável confrade Afrânio Peixoto tomou a si a incumbência de resolver o problema. Com sua alta responsabilidade, ele entregou ao professor Antenor Nascentes, indiscutível autoridade no assunto, a missão de preparar o projeto do Dicionário, e, depois de um intenso labor, eis que temos concluído e aceito pelo plenário para estudo e deliberação. O projeto do Dicionário constitui um grande passo para a objetivação desta obra gigantesca.

Publicações da Academia

Já que falamos em publicações, desejo lembrar que, no presente ano, a Academia foi pródiga neste mister. Lançamos a reedição fac-similar do livro de Machado de Assis *Queda que as mulheres têm para os tolos* que, durante muito tempo foi considerado como simples tradução, mesmo porque assim seu autor desejava. Coube a Afrânio Peixoto, no prefácio da nova edição, restabelecer a verdade e acrescentar o precioso trabalho às obras completas do imortal romancista. Também, com prefácio de Afrânio Peixoto, e por ele idealizado, imprimimos *Uma página da escola realista*, o famoso poema de Castro

[51] Nota da Transcrição: O embaixador Macedo Soares era, à esta época, presidente do IBGE e dos dois Conselhos que o formavam: o de Estatística e o de Geografia. Mesmo assim ele faz referência a Teixeira de Freitas, como secretário geral, e omite, por humildade e elegância, o seu cargo no Instituto.

Alves. É uma edição fac-similar do próprio original do poeta das *Espumas flutuantes*, representando uma obra de inestimável valor bibliográfico.

Na coleção bibliográfica, publicamos o *Francisco Alves de Oliveira*, escrito por Edmundo Moniz, com notas bibliográficas de Oswaldo Melo Braga. Trata-se do primeiro livro documentado sobre a individualidade do famoso livreiro também autor de vários trabalhos didáticos, fato este que até há pouco tempo era quase inteiramente desconhecido. Nesta mesma coleção, tivemos o *Vicente de Carvalho*, feito pelos seus próprios filhos, Maria da Conceição e Arnaldo Vicente de Carvalho, com prefácio de Roquette-Pinto que denomina de "seu poeta" o autor do inesquecido e inesquecível dos "Poemas e Canções".

Outro livro de importante significação literária é o *Santo Antônio*, de Constâncio Alves que foi, certamente, dos mais belos prosadores das letras nacionais. Com sua publicação, prestamos mais esta justa homenagem a quem tanto concorreu para a grandeza desta casa.

Encerramos este ano o ciclo de nossas edições com o *Arqueiro Camoneano*, reunião das conferências pronunciadas pelos mais notáveis escritores nacionais e portugueses durante o nosso "Curso Camões", que obteve tão alta repercussão intelectual.

A estas publicações, acrescentamos o *Anuário Acadêmico* de 1943, o volume 65 de nossa *Revista* dirigido pelo eminente confrade Afonso Taunay, anais de janeiro a junho deste ano, contendo páginas primorosas de autoria dos nossos mais ilustres acadêmicos e três números da *Revista Brasileira*, tão inteligentemente orientada pelo ilustre Sr. Levi Carneiro, e seus companheiros da comissão diretora srs. Rodrigo Octávio, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Barroso e João Neves. Encontram-se para ser impressos, além do 11º volume dos *Discursos Acadêmicos*, a *Póstuma* de Alberto de Oliveira, prefaciada pelo nosso preclaro confrade professor Aloysio de Castro, dois livros de ensaios de Xavier Marques, cujo falecimento, no fim do ano passado, tanto nos entristeceu pelo muito que ele representava para nós, para a Academia e para a intelectualidade brasileira.

Novos Acadêmicos

Atualmente a Academia tem os seus quadros completos. Na vaga de Xavier Marques foi eleito o inspirado poeta e prosador paulista Menotti Del Picchia, cujo fulgor intelectual sou o primeiro a reconhecer e admirar. Para as vagas dos sócios correspondentes, Rodolfo Rivarola e Rodríguez Marín, entraram duas figuras da mais alta significação no panorama intelectual da América Latina – Ricardo Rojas e Dardo Regules.

Estas eleições estreitam mais ainda os laços que unem à Academia as nações vizinhas, do mesmo hemisfério, cujos problemas são os mesmos que os nossos, e às quais devemos sempre, cordialmente, estender as nossas mãos para exprimir os sentimentos fraternais que temos, em nós, para com elas. Aliás, em minha recente viagem à Argentina e ao Uruguai, nas Academias dessas duas nações, representando esta casa, tive a oportunidade de dizer o que elas significavam para o Brasil.

A posse de novos Acadêmicos

Não quis o destino que o ano de 1943 terminasse sem que tivesse a Academia o grato prazer de abrir o seu salão azul para as duas recepções de posse: a de Menotti Del Picchia, recebido por Cassiano Ricardo, e a de Getulio Vargas, saudado por Ataulpho de Paiva.

A posse de Menotti representou para a Poesia uma noite de festa, já que foi consagrada a dois poetas dos mais ilustres de nossa terra. A posse de Getúlio Vargas, vigoroso escritor político e figura tão expressiva e com tão grandes responsabilidades no movimento cultural brasileiro, constitui um acontecimento único em nossa história, pois é a primeira vez que a Academia teve a oportunidade de receber em seu seio um Chefe de Estado.

Conferências

Um fenômeno para mim altamente expressivo e expressivamente satisfatório é verificar que as atividades da Academia vêm despertando o interesse, não só do grande público, como da maioria dos círculos que apreciam e cultivam as artes e as letras. O índice para as minhas conclusões não está, apenas, na procura de nossas publicações, quase todas esgotadas ou próximas de se esgotarem, e, sim, na numerosa essistência em dias de conferências públicas.

Este ano, abrimos o nosso salão nada menos de 22 vezes. Inauguramos três retratos de antigos acadêmicos, pintados e oferecidos pelo Sr. Comendador Rodrigo Soares; o de Paulo Setúbal em 4 de maio, cuja personalidade e cuja obra foi impressionantemente focalizada por Cassiano Ricardo; o de Lúcio de Mendonça, em 3 de julho, tendo nesta tarde ocupado a tribuna Adelmar Tavares, que pronunciou comovente oração sobre o poeta-magistrado; enfim o de Vicente de Carvalho, em 28 de dezembro, quando Claudio de Souza e Oliveira Ribeiro Neto, com eloqüência e emoção, recordaram o grande poeta paulista. É justo notar que Rodrigo Soares, um dos grandes pintores vivos, teve a oportunidade, várias vezes, de mostrar a sua estima pela Casa de Machado de Assis. Além dos referidos retratos, inaugurados este ano, ele também nos ofereceu o de Guerra Junqueiro, Amadeu Amaral e José Veríssimo. São telas a óleo primorosíssimas que muito enriqueceram o patrimônio artístico da Academia.

Comemoramos dois centenários: o do Almirante Jaceguay, herói nacional e antigo membro desta Academia, e o de Teófilo Braga, que pertenceu ao nosso quadro de sócios correspondentes. Sobre o primeiro, falou Barbosa Lima Sobrinho, tendo comparecido, para assistir sua encantadora conferência, o Sr. Ministro da Marinha, que pronunciou um discurso alusivo à cerimônia. Prestando homenagem a Teófilo Braga, ouvimos a palavra inspirada de João Luso sempre tão merecedora de aplausos.

Em 29 de junho, no dia em que anualmente recordamos a figura de Francisco Alves, grande benfeitor da academia, como é de praxe, distribuímos os prêmios acadêmicos. Nessa tarde ocupou a tribuna o ilustre Sr. Jaques Raimundo, que interpretou os sentimentos dos premiados.

Em 14 de agosto, novamente abrimos o salão acadêmico, pois sua tribuna deveria ser ocupada por Gustavo Barroso que fez uma curiosa conferência, altamente expressiva, intitulada: "Os meus encontros com Eça de Queiroz". Ainda ressoam nesta sala as belas e expressivas palavras de Celso Vieira, relembrando o inesquecível poeta Olavo Bilac no vigésimo aniversário de sua morte.

O Curso Camões

Uma das características de Afrânio Peixoto é sua inteligência inventiva. Por proposta sua, foi criada, na Academia, a "Fundação Camões". Deveria constituir-se, inicialmente, como de fato se constituiu, de uma biblioteca especializada das obras do poeta.

Para guardar as primeiras edições dos *Lusíadas* e das *Rhytmas*, cujos exemplares possuímos, foi construído um móvel especial para que eles pudessem ser expostos nos dias de gala e conservados com toda segurança. O assunto Camões é sempre vivo como a sua própria obra poética. Daí ter surgido, entre os orientadores da "Fundação", a idéia do "Curso Camões", levado a efeito com extraordinário sucesso. Dez conferências foram pronunciadas consecutivamente. Afrânio Peixoto abriu e encerrou o curso com duas notáveis orações. Falaram, em seguida, cada qual mais brilhante e eruditamente, Pedro Calmon, Jaime Cortesão, Augusto Frederico Schmidt, Gago Coutinho, Silveira Bueno, Clovis Monteiro, Serafim Leite, Olavo Dantas. Após a conferência deste último, a inspirada poetisa Margarida Lopes de Almeida recitou dez sonetos inéditos de seu pai, nosso venerando confrade Filinto de Almeida, feitos em louvor à vida e à obra do grande épico dos *Lusíadas*.

O Curso Gonçalves Dias

De repercussão igual à do 'Curso Camões" foi a do "Curso Gonçalves Dias", organizado pela Diretoria e por uma comissão de acadêmicos composta, de Aloysio de Castro, Adelmar Tavares e Olegário Mariano.

A primeira conferência, pronunciada por Viriato Correia, realizou-se a 3 de novembro, aniversário da morte do poeta, e a última por Manuel Bandeira, a 28 de dezembro. Entre uma e outra, ocuparam a tribuna Pedro Calmon, Roquette-Pinto, Gustavo Barroso e Guilherme de Almeida. Já que havíamos prestado uma expressiva homenagem ao poeta *d'Os Lusíadas*, nada mais justo do que festejarmos também o cantor *d'Os Timbiras*. Creio que as seis conferências, reunidas e publicadas em livro, constituirão Creio que as seis conferências, reunidas e publicadas em livro, constituirão uma sólida base para os que estudam e apreciam a vida e à obra do glorioso poeta.

A sede da Academia

Pelo seu prestígio intelectual e moral, a Academia tem conquistado a simpatia, a estima, a boa vontade de particulares e de homens de Estado. Vários foram os benefícios individuais e oficiais trazidos a ela espontaneamente.

Logo nos primeiros dias de sua fundação, recebeu uma dádiva, a primeira de todas, do Sr. Coelho Rodrigues, que enviou uma determinada quantia para as despesas iniciais de instalação. Depois, figurou a Academia nos testamentos de Ramos Paz, criador de um prêmio, e de Francisco Alves de Oliveira. De herança do famoso livreiro, incontestavelmente sempre bem administrada pela Academia, é que advém a fortuna que a tornou materialmente independente e capaz de tantas realizações. Mas não somente a esses generosos doadores deve a Academia mostrar-se agradecida. Em 1904, alguns depois de fundada, J. J. Seabra, então Ministro do Interior e Justiça, deu-lhe a primeira sede fixa e o mobiliário respectivo. Em 1923, no período em que Afrânio Peixoto presidia a Academia, o governo francês, por intermédio do seu Embaixador Alexandre Conty, oferecia ao governo, afim de nele instalar a sede da Academia, o pavilhão reproduzindo o "Petit Trianon", que havia sido construído para a Exposição do Centenário da Independência do Brasil. Alexandre Millerand era o presidente da República francesa, e Raymond Poincaré o Chefe do Governo. A gora o presidente Getúlio Vargas, nosso eminente confrade, fez à Academia a doação do terreno e do edifício. Esta doação veio acrescer enormemente os bens da Academia. Pelo Domínio da União, no Processo nº 6.000-43, foi avaliado o terreno em nove milhões, quatrocentos e quarenta mil cruzeiros e o prédio em um milhão e cinqüenta mil cruzeiros.

Assim, hoje poderemos dizer que a Academia tem realmente a sua casa própria. De todos os nossos benfeitores, colocamos bustos e retratos (alguns pintados por Portinari) nos salões e no vestíbulo. Junto aos representantes do governo francês e do grande benfeitor Francisco Alves de Oliveira, agora figura, obra primorosa do escultor Samuel Martins Ribeiro, professor da Escola de Belas Artes, o busto de Getúlio Vargas, a quem devíamos sem dúvida esta prova de gratidão.

Situação Financeira

Conseguimos equilíbrio orçamentário em 1943, apesar das despesas extraordinárias com publicações e da sensível redução na renda proveniente dos aluguéis no corrente exercício, pela demora no recebimento das somas correspondentes ao preço dos prédios desapropriados na Rua da Quitanda, 149, e da rua Barão de São Félix, 201, e falta de inquilino na Avenida Gomes Freire, 116. É de esperar-se portanto, em 1944, um aumento de cerca de cinqüenta mil cruzeiros em nossa renda.

A Academia recebeu de Francisco Alves de Oliveira, em 1919, um patrimônio avaliado em 4.329:249$700.

Em 31 de dezembro de 1942, sem majorações no ativo, e decorrente de acréscimos no patrimônio, pela boa gestão dos negócios sociais por parte de todas as Diretorias, a Academia possuía 14.381:990$000.

No corrente ano, em conseqüência da doação do terreno e prédio da sede social o nosso patrimônio atingiu a 25.972:200$000.

O Regimento

Outra obra que levamos a termo foi a reforma do regimento interno, projeto de Levi Carneiro, devidamente aprovado em sessão ordinária. Numa reforma, bem orientada e bem redigida pelo ilustre jurista, uma das conquistas mais importantes foi a reorganização do Arquivo e criação do lugar de seu diretor.

A Arquivo da Academia, pela excelência dos documentos que possui e chegará a possuir, está destinado, no campo das letras, a ser o mais rico, o mais primoroso e o melhor do Brasil.

O novo Presidente da Academia

Ao passar a cadeira da presidência da Academia Brasileira de Letras ao prezado confrade Múcio Leão, desejo exprimir o meu sincero contentamento por tê-lo como sucessor neste posto. Múcio Leão, apesar de moço, é uma dos espíritos mais fulgurantes e dos mais operosos das letras contemporâneas. No momento, ninguém mais indicado do que ele para a presidência desta casa.

Não tenhamos dúvidas: a Academia pela independência, pela tolerância, pelo desdém aos falsos preconceitos e às estreitezas do sectarismo, pelo respeito a todas as escolas e a todas as correntes de idéias, pelo amor à liberdade, pelo espírito de eqüidade, e de justiça, está entre nós, no posto mais avançado, na vanguarda da inteligência e da cultura do país. Tal situação lhe é geralmente reconhecida com legítima satisfação do nosso orgulho.

Macedo Soares à frente do Ministério das Relações Exteriores

1ª gestão: jul. 1934 a nov. 1936

2ª gestão: nov. 1955 a jul. 1958

1ª gestão: jul. 1934 a nov. 1936

No dia 26 de julho, às cinco horas da tarde, tomou posse do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores o Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, nomeado para estas funções por decreto de 23 de julho de 1934.

O Ministro Macedo Soares sucedeu na pasta das Relações Exteriores ao Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, que substituiu, como Secretário Geral, o Ministro Dr. Afrânio de Mello Franco, na ocasião de sua partida para Montevidéu, a 2 de dezembro de 1933.

O Sr. Cavalcanti de Lacerda serviu nesse caráter até 30 de janeiro de 1934, data em que foi nomeado Ministro interino das Relações Exteriores.

A posse do Ministro realizou-se na Sala Rio Branco, do Itamaraty, perante o ministro interino, funcionários da Secretaria de Estado, membros do corpo diplomático e consular brasileiros, Presidente da Corte Suprema, Interventores Federais presentes no Rio de Janeiro, Ministros de Estado, Senadores, Deputados e jornalistas.

O Senhor Macedo Soares foi recebido, à porta do Itamaraty, pelo ministro interino, Chefe do Protocolo e Chefe do Gabinete.

Na mesma data de sua posse o Senhor Ministro Macedo Soares fez expedir circular ao Corpo Diplomático acreditado no Brasil, circulares telegráficas aos Interventores Federais nos Estados da União, ao Corpos diplomático e consular brasileiros no estrangeiro, e comunicações aos Ministros de Estado e altas autoridades do país, participando ter assumido a direção da pasta das Relações Exteriores.

Os discursos pronunciados durante a cerimônia de posse pelo Ministro interino, Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, e o Ministro Dr. José Carlos de Macedo Soares, constam do anexo A.

Discurso do Embaixador Cavalcanti de Lacerda

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores; Chamado, ocasionalmente, à chefia dos serviços deste ministério, coube-me a honra de presidi-lo pelo espaço de alguns meses. E hoje tenho o prazer em confiá-lo à esclarecida direção de Vossa Excelência.

Esse prazer é tanto maior quanto o Itamaraty acolhe em Vossa Excelência uma pessoa sua. Afastado, embora, voluntariamente do serviço ativo, Vossa Excelência não deixou de ser, por isso, um dos nossos, e ainda recentemente tivemo-lo como representante do pensamento da política exterior do Brasil numa das mais notáveis assembléias internacionais, encarregada de encaminhar o problema do desarmamento universal, que desde a paz de Versalhes vem preocupando o espírito dos homens de Estado de todo o mundo.

O trato dos negócios internacionais, o convívio que tem tido com as personalidades de maior relevo da política mundial, as qualidades que tanto o distinguem de inteligência, de cultura e de exata percepção das coisas, a par do seu nunca desmentido patriotismo, são as maiores garantias do sucesso que há de coroar a administração de Vossa Excelência, no Itamaraty.

Tanto quanto nós, Vossa Excelência sabe, Senhor Ministro, o que representa esta casa nas tradições de nossa cultura. Não vale somente como uma instituição nacional, zeladora de nosso bom conceito lá fora: também vale pelo prestígio que goza no concerto das nações cultas e mais particularmente da comunidade americana. O Itamaraty é hoje por assim dizer uma expressão continental, que se vem impondo de longa data pela sinceridade de sua política, pela honradez de seus propósitos e pela finalidade de seu programa de paz e de cooperação entre todas as nações irmãs desta parte do mundo.

Seu passado de mais de cem anos em prol das mais sagradas aspirações do Brasil no campo internacional, deu-lhe um patrimônio que é um orgulho para a nacionalidade. E não é sem um sentimento de profunda emoção que o transmito hoje a Vossa Excelência.

Todos nós estamos convictos de que Vossa Excelência prosseguirá na obra construtora daqueles preclaros varões, que tanto nobilitaram esta casa e dentre os quais me permito citar apenas os dois que por mais tempo lhe dirigiram o destino – o primeiro e

o segundo Rio Branco, cujos retratos figuram nesta sala, antes para incentivar, com seus exemplos, os que por aqui passam, do que para avivá-los em nossas memórias.

Pode Vossa Excelência contar, Senhor Ministro, para secundar-lhe em sua administração, com a colaboração de todos quantos aqui trabalham. Ingressei nessa casa ao tempo ainda de minha juventude e fiz nela paulatinamente todas as etapas da minha carreira, do primeiro ao último posto; conheço a todos que aqui mourejam, seja nesta Secretaria de Estado, seja nas Missões diplomáticas e consulares; não poucos foram meus companheiros nas primeiras inspirações da carreira. Posso, assim, dar testemunho a Vossa Excelência do espírito de sacrifício, do constante interesse e alto patriotismo com que todos vêm emprestando o concurso de seus esforços pelo bom nome desta casa.

E nada mais me resta agora do que incitá-los a perseverar nesse esforço, cercando Vossa Excelência de todo o respeito e simpatia de que é merecedor, secundando-o decididamente em sua honrosa tarefa, e fazendo constantes e sinceros votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e pelo sucesso da sua administração.

Discurso do Ministro Macedo Soares

Vossa Excelência, Senhor Ministro, acaba de dizer, com muito acerto, que o Senhor Presidente da República tem confiado a direção desta casa, no seu governo, a uma pessoa do Itamaraty, que, embora não esteja na atividade, pertence a seus quadros, dedicada a seus serviços. Confesso, pois, de logo, com desvanecimento essa minha qualidade. Venho para o vosso convívio afeito ás tradições, aos ensinamentos, à repousada sabedoria que constituem lição mais que centenária do órgão que maneja a política exterior do Brasil.

Conheço bem, Senhor Ministro, a perfeita organização dos serviços desta casa. Sei quão dedicados são, eficientes e ativos os seus servidores. Aqui não serei, portanto, vinho novo em ânfora velha. Não se esperem de mim bruscas inovações, grandes reformas, transformações espetaculosas. O instrumento está forjado, apto ao trabalho, pronto a ser utilizado no serviço do país.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, aludindo ás admiráveis tradições desta casa, referindo-se à continuidade da obra construtora de tantos brasileiros ilustres, citou os dois Rio Branco, cujos retratos assistem à solenidade deste salão. Não podemos fugir à emoção e orgulho desta evocação. Desde o segundo Rio Branco, em meio das tempestades da nossa política interna, procurando ansiosamente a jornada de uma democracia legítima, habituamo-nos a ver o Itamaraty como estuário majestoso, onde tantas paixões vêm confundir-se afinal na serenidade da sua largueza patriótica.

Tocou ao arguto e prudente Lauro Müller a honra de suceder imediatamente ao Barão do Rio Branco. Nilo Peçanha teve, na presidência do ilustre Wenceslau Braz, a consagração do seu patriotismo e da sua admirável intuição política, como Chanceler da Guerra. Coube a Domício da Gama, com o precioso concurso do grande Epitácio Pessoa, participar dos trabalhos da paz. Depois Azevedo Marques com a sua ciência jurídica, Félix Pacheco com o fulgor da sua inteligência e cultura universal, Octavio Mangabeira com o método e espírito renovador, cada qual passando ao sucessor o facho de entusiástico estímulo para o esforço de continuidade na obra do patriotismo.

Senhor Ministro, Vossa Excelência acompanhou a obra admirável de prudência, de compreensão diplomática, e de autoridade política do Chanceler da Revolução. Assumindo a chefia do Itamaraty na hora em que se subvertia a ordem jurídica do país, o Senhor Afrânio de Mello Franco pôs seu crédito pessoal junto ás nações estrangeiras a serviço do prestígio internacional do Brasil. Restabeleceram-se quase instantaneamente as nossas relações diplomáticas e, não obstante transes tão difíceis e situações verdadeiramente angustiosas, não mais tivemos uma crise, um incidente, uma dificuldade que se originasse no Itamaraty.

Em meio das suas terríveis atribulações, o preclaro Chefe do Governo Provisório sempre repousou na sabedoria da sua política exterior. A obra do Senhor Mello Franco epilogou-se no episódio da pacificação americana, que ainda temos no coração. E Vossa Excelência sabe, Senhor Ministro, a esperança que foi para o ideal de paz em todo o mundo, o nobre ato de reconciliação das duas repúblicas andinas.

Regendo, no governo constitucional que agora se inicia, a política exterior do Brasil, inspiro-me forçosamente nestes gloriosos precedentes. Amigo da paz que é inseparável da obra da civilização humana; animado de um ardente patriotismo continental, volto-me sempre com emoção para as alegrias e sofrimentos dos povos europeus que escreveram a nossa história antiga.

Recentemente, em discurso pronunciado numa das mais ilustres casas dos portugueses da nossa metrópole, o Chefe de Governo proclamava atingida a completa maturidade nacional e a nossa maioridade política. Maturidade, Senhor Ministro, adquirida por entre nossas vicissitudes e sofrimentos, e por isso tocada de simpatia humana, que compreende os sofrimentos do mundo. A nossa política será, pois, agora como sempre, a política da boa vontade, da benevolência e da paz.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, assegura-me a colaboração de quantos trabalham nesta casa, em prol do Brasil. Agradeço cordialmente esses compromissos de empenhada solidariedade na obra comum. Expressos por Vossa Excelência esses sentimentos têm para mim singular significação, pois Vossa Excelência, depois de carreira tão longa e preenchida, desde a mais verde mocidade, sempre no serviço público, chegou aos mais altos postos de onde se descortinam a tradição e a vocação do Itamaraty. Na hora em que aqui ingresso, como Ministro de Estado das Relações Exteriores, recebendo a pasta das mãos de Vossa Excelência, integro-me ao Itamaraty, que Vossa Excelência representa, personifica e vive[52].

Introdução do Relatório Apresentado ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1934[53]

Senhor Presidente,

Cumpro, com a regularidade que me foi possível, dadas as dificuldades materiais de impressão de documentos como este, o dever constitucional de apresentar a Vossa Excelência o relatório anual do Ministério das Relações Exteriores no período de 1934, o primeiro da administração a meu cargo.

O retardamento da apresentação desse documento, que a Constituição determina seja sempre feita no ano seguinte ao que se relata, não pode ser sanado nas circunstâncias atuais. A dificuldade de impressão, em tempo, desses documentos, não é só do Ministério a meu cargo, mas de todos os departamentos da administração pública que estão sujeitos aos serviços, saturados de trabalho e de encargos, da Imprensa Nacional.

Por isso, e tendo em vista dar eficiência às publicações deste Ministério, pensei muito em instalar nele uma tipografia própria, aliviando a Imprensa Nacional de uma soma considerável de trabalho e tornando mais úteis, pela sua oportunidade, as publicações do Itamaraty, como relatórios, circulares, lista diplomática, códigos, boletins, atos internacionais etc.

Não foi possível realizar, este ano, essa idéia, mas o que tentei neste particular, embora sem resultado, deixou-me a convicção de que não será difícil, dentro em pouco, dotar o Ministério de uma oficina própria para imprimir as suas publicações.

Assumindo a pasta ao reingressar o país na ordem constitucional, coube-me encaminhar os trabalhos da sua administração num período curto de cinco meses.

É de ver que mal pude aproveitar tão escasso tempo para entrar no conhecimento íntimo dos negócios da pasta, pôr-me em contato com o funcionamento da casa e aprofundar-me nas questões mais importantes.

---

[52] Fonte: Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores – Ano de 1934 – 1º Volume – Introdução, Exposição, Anexos A e B. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. p. 11 a 14.

[53] Este texto foi pesquisado e transcrito por Marco Santos, que adaptou a grafia de época às regras gramaticais atuais. Ver: RELATÓRIO apresentado ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores: ano de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. v. 1. p. 11-14.

Nenhum departamento da pública administração está tão ligado ao passado como a pasta ao meu cargo. Ela tem a responsabilidade da política exterior do país e representa a nação no concerto internacional. Seu caráter essencial é a continuidade, acima dos partidos e até mesmo dos regimes de governo. De fato, não são propriamente os regimes que mais afetam a política externa das nações, mas os seus próprios movimentos de ascensão ou deperecimento (sic), de prosperidade ou de debilidade econômica, de expansão ou de decadência.

No trato da política exterior, com a responsabilidade deste cargo, mais do que em qualquer outro setor da vida pública, sente-se a imagem da nação, como força imanente, em marcha, num movimento entrelaçado com a tradição e o porvir: - a nação permanente, com seus problemas essenciais e fundamentos imutáveis, pelos quais temos de velar para que permaneça eterna, imperecível.

Este é o sentido fundamental de toda a política exterior de uma nacionalidade. A administração da pasta e a sua orientação política estão subordinadas, pois, a esse alto conceito conservador.

Nestas condições, a base de estudo e solução dos problemas internacionais assenta nos procedentes. No valioso arquivo do Itamaraty, o cabedal é riquíssimo e está catalogado em grande parte, e em forma que não tem comparação com a dos outros serviços do Estado.

Verifiquei, porém, desde logo, que nem sempre, mesmo com o esforço de catalogação e classificação já feitos, era possível ter rapidamente os precedentes e a documentação essencial ao estudo das questões e problemas em trâmite.

Com essa dificuldade lutei várias vezes, o que me levou a pensar na necessidade de organizar sobre as questões mais freqüentes e de mais importância o estudo dos procedentes, formando cada uma um *dossier* especial para consulta. Não me foi possível pôr em prática a idéia este ano, mas aqui a enuncio pelo propósito que tenho de levá-la adiante, dadas as vantagens de uma tal organização. Ela não só facilitará o estudo dos problemas e questões que surgirem, como também garantirá a todo tempo a continuidade da ação política e administrativa do Ministro, no que for de caráter essencial e permanente.

Foi inspirado nesse sentido de continuidade que prossegui na obra de caracterização e demarcação das nossas fronteiras, aplicando, de acordo com o desenvolvimento dado a esses trabalhos, o regulamento que, pouco antes da minha posse, havia sido promulgado para esse serviço.

Foram ativados os trabalhos em todas as fronteiras, estando a concluir-se a balizagem da lagoa-Mirim, tendo sido cumprido o programa elaborado para o ano de 34 pela Comissão Mista de demarcação das nossas fronteiras com a Colômbia. Muito adiantados andaram os trabalhos da demarcação das nossas lides com a Guiana Inglesa e foram iniciadas as negociações para a demarcação com a Guiana Holandesa.

Pelos trabalhos feitos na fronteira com a Guiana Inglesa verificou-se que o ponto mais setentrional do Brasil não é o Monte Roraima, como até então se pensava; fica mais ao norte, na Serra do Caburaí ou Caburatepê.

Uma das tarefas mais importantes do Ministério, este ano, foi o de aparelhar-se para uma ação eficiente no terreno comercial, tendo em vista a situação econômica e monetária do mundo inteiro, sob a influência de uma crise prolongada, cujos fatores provenientes das lutas tarifárias, dos abusos do crédito durante a após a Grande Guerra, dos surtos nacionalistas na Europa, ameaçam ainda perdurar por muito tempo.

Criou-se o Conselho Federal de Comércio Exterior, órgão de colaboração e consulta, para secundar a ação dos Serviços Comerciais do Ministério.

Seus resultados foram, desde logo, apreciados e tudo aconselha a sua permanência na entrosagem da nossa política comercial com o exterior.

Ao assumir a administração do Ministério, havia sido concluído o acordo comercial com a França. Iniciaram-se, em agosto, as negociações do Tratado de Comércio com os Estados Unidos, que substituiu a Convenção em vigor desde 1923; ativou-se o exame da questão dos congelados italianos, ligando-a aos futuros ajustes para facilitar o intercâmbio comercial ítalo-brasileiro, e procedeu-se a estudos completos e urgentes para a conclusão de acordos com a Espanha, Alemanha, Grã-Bretanha, Noruega e Chile.

Estando marcada para maio de 1935 a reunião em Buenos Aires da conferência Comercial Panamericana recomendei cuidado especial na organização de elementos, dados e preparo de estudos sobre a nossa orientação e atividade em tão importante congresso.

No que respeita à política exterior do país, dei desde o começo do regime constitucional, quando assumi a pasta, cuidado atento em não desviá-la da linha tradicional em que tanto se prestigiou e se impôs.

Política de solidariedade continental e fraternidade americana, ela está baseada numa colaboração efetiva com todos os povos da América, e entendimentos mais íntimo com os Estados Unidos, a que estamos ligados por velha amizade que vem dos primórdios da Independência.

Embora, sem traduzir em atos solenes essa orientação, não deixei de velar sempre para que os rumos tradicionais dessa política se conservassem sempre na mesma direção franca e clara.

A guerra entre Bolívia e Paraguai não teve solução nesse período, mas o Brasil não fugiu de dar todo o seu apoio sincero e quaisquer tentativas de mediação para pôr termo ao conflito. Sua orientação pacifista e pendor pelas soluções jurídicas, dando predomínio à justiça e ao direito na vida internacional, afirmaram-se em todas as ocasiões em que o Brasil teve de falar no concerto das nações do continente.

A aproximação com as nações vizinhas havia tido um incremento notável com a política traçada por Vossa Excelência no Governo Provisório. Dela foi fruto compensador a visita do presidente Justo, no ano passado, marcando uma etapa histórica nas relações argentino-brasileiras.

A visita do presidente do Uruguai, Doutor Gabriel Terra este ano veio continuar e reforçar essa política de bom entendimento e de boa vizinhança em que porei, de acordo com os desejos de Vossa Excelência, todo o meu empenho.

A solidariedade americana, porém, como bem acentuou Rio Branco, ao defini-la em memorável discurso, não implica de forma alguma qualquer exclusão hostil de outras nações com quem mantemos relações de amizade. Esse propósito ficou patente no esforço desenvolvido no sentido de estreitar os laços tradicionais de amizade, de comércio e de inteligência com as nações dos outros continentes com os quais cultivamos relações diplomáticas.

Antes de encerrar estas considerações sobre a atividade deste Ministério durante o ano de 1934, quero manifestar a boa impressão que tive dos serviços do Itamaraty e do seu pessoal.

Recebi a pasta, com uma reorganização ainda em experiência, depois de três anos de decretada. Datando do princípio de 1931, em 34, só um mês antes do restabelecimento da vida constitucional, saía a Lei Orgânica do Ministério.

Isto mostra que a reforma de 1931 ainda está em experiência. Desde logo notei nela pontos rígidos, que não têm sido e dificilmente virão a ser aplicados. Há, também, necessidade de adaptá-la às disposições constitucionais. Não obstante, preferi que a experiência continue, a fim de pôr bem em destaque, o que é preciso corrigir e o que convém manter. O tempo indicará melhor as necessidades a preencher e as correções a fazer neste particular.

Em vários capítulos, encontrará Vossa Excelência em detalhe, expostos os aspectos diversos da atividade deste Ministério, acompanhados da relação dos atos internacionais e quadros de movimento do pessoal, organizados pelos competentes serviços da Secretaria de Estado.

Ao fazer subir à presença de Vossa Excelência este relatório, apraz-me deixar constância que toda esta atividade não é mais do que a execução de um elevado plano de Governo inspirado por Vossa Excelência, a quem reitero as homenagens do meu mais profundo respeito.

Dezembro de 1934.

José Carlos de Macedo Soares

Discurso de Macedo Soares, reassumindo o Ministério das Relações Exteriores, de volta de Buenos Aires[54]

Em 21 de junho de 1935

Agradecendo, muitíssimo penhorado, as manifestações da vossa estima, consideração e apreço, devo dizer-vos, desde logo, que em Buenos Aires, como aqui, em todas as anteriores atitudes da chancelaria brasileira, apoiei-me seguramente nas nobres e generosas tradições desta Casa.

Considerando a política exterior do nosso país vemo-la diversa segundo as épocas diversas da civilização do continente em que ela se exercia. A vigilância e assiduidade do Império corresponderam às necessidades de um regime estável, diante da tumultuosa organização das democracias hispano-americanas. Em 1889 chegamos à homogeneidade do sistema político indubitavelmente mais adequado às contingências históricas da formação do Novo Mundo, e pela República, e praticando a igualdade jurídica dos Estados, nos encaminhamos logo para a fraternidade e amizade dos povos do nosso Continente.

A Constituição de 1891, confirmada pela de 34, condenou a guerra de conquista e consagrou o princípio da arbitragem obrigatória nos litígios internacionais. Por aí Rio Branco realizou a obra monumental da solução das questões de fronteira. Rui Barbosa em Haia reivindicava para o concerto das nações o nosso princípio da igualdade jurídica. Chegando afinal ao estuário do nosso desenvolvimento diplomático, o Brasil afirmou-se cada vez mais numa política desinteressada e pacífica com o relevo de preocupações eminentemente jurídicas. Assim o sr. Raul Fernandes ligou o seu nome à criação da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia e o sr. Afrânio de Melo Franco interveio com grande êxito derimindo o iminente conflito entre o Peru e a Colômbia, no caso de Letícia, e traçou com o sr. Carlos Saavedra Lamas o "Pacto de não-agressão".

Todos os ministros meus predecessores porfiaram nessa obra, cada um passando ao seu sucessor o facho da Paz, no empenho comum da diplomacia brasileira.

A essa tradição política junta-se nesta Casa a continuidade de um ambiente moral e intelectual, que dá uma acepção especial ao serviço em que nela todos se afirmam. Servimos o Brasil com desinteresse, dedicação, meticuloso empenho; a seu serviço pomos todas as nossas faculdades, como alto patriotismo que é a honra dos que servem no Itamaraty.

Nas negociações dos protocolos da paz concluídas em Buenos Aires não foram, evidentemente, esquecidas as tradições diplomáticas da nossa Casa. Demos-lhes, porém, um sentido político pleno, de inteiro acordo com a renovação das idéias, que a civilização está impondo no governo dos povos. Esse sentido resulta do exame dos interesses materiais sob a luz da justiça, enquadrando-se nos princípios gerais do direito as fortes preocupações da lealdade e da responsabilidade pessoal dos governistas.

Os presidentes do Brasil e da República Argentina srs. Getúlio Vargas e General Augustin P. Justo inauguraram um método diplomático, que repentinamente descobriu toda a vocação espiritual da América, e nos colocou em flagrante contraste com as terríveis contingências políticas do Mundo Antigo.

Falou-se muito, meus Senhores, no meu "otimismo", no decurso das negociações de Buenos Aires. O otimismo e o pessimismo são dois pontos de vista dos acontecimentos, excêntricos às suas realidades. A confiança que, sempre, inalteravelmente, manifestei nas negociações, provinha em primeiro lugar da minha consciência de chefe da nossa delegação; depois, da segurança meticulosa com que tínhamos traçado a nossa rota; e, finalmente, da confiança absoluta que depositávamos, para realizá-la, na eficácia da vontade dos dois grandes Presidentes.

Anteriormente às negociações de que resultaram os protocolos da paz houve dezessete tentativas que fracassaram. Fracassaram porque variaram. Variaram devido à

[54] Este texto foi pesquisado e transcrito por Marco Santos, que adaptou a grafia de época às regras gramaticais atuais. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid= 740&sid =165>. Acesso em: 13 fev. 2008.

instabilidade das circunstâncias políticas e diplomáticas em que se apoiavam. O maior homem político não suscita as circunstâncias e os acontecimentos. Mas o menor deles deve ter o discernimento para situá-las, pondo então o seu problema; e, posto o seu problema, deve ter, com o sentimento da plena responsabilidade, a força e a serenidade de resolvê-lo cabalmente.

Meus Senhores, devemos a paz no Chaco aos preclaros presidentes do Brasil e da República Argentina. Realizaram-na os devotados negociadores, especialmente o eminente Chanceler Argentino Senhor Saavedra Lamas, os ilustres Senhores Embaixadores Weddell e Gibson, representantes dos Estados Unidos, os Embaixadores Cariola e Nieto del Rio, do Chile, o Embaixador Derre da y Léon, do Peru, o Embaixador Martinez Teddy, do Uruguai, e o Embaixador José Bonifácio Ribeiro de Andrada, do Brasil. Mas nós, brasileiros, estabelecendo a cadeia de imperativos que encerram os protocolos de Buenos Aires, não agimos com "otimismo", nem fé, nem entusiasmo. Agimos com confiança, com inabalável certeza. Tínhamos diante de nós graves responsabilidades delas nos desempenhamos tranqüilamente.

Diante do vulto mundial dos acontecimentos, nele poderíamos ver intervenções providenciais. Mas esta Casa deve se ater ao conhecimento exato dos fatos, já de si bastante edificantes: uma idéia generosa e justa, uma oportunidade exatamente esclarecida, prudência na decisão, porém força e responsabilidade na execução.

Peço encarecidamente que ninguém imagine que estou me vangloriando neste comentário necessário da nossa atuação política e diplomática em Buenos Aires. Desde que tão generosamente festejais a minha volta a esta Casa, julgo que vos rendo homenagem digna de um Chefe, mostrando-vos sinceramente os móveis e os intuitos de uma atitude que, na verdade, vos pertence, integra-se no vosso patrimônio moral, realça o vosso prestígio, e dá à Nação a justa consciência dos grandes ideais que regem os seus destinos.

2ª gestão: nov. 1955 a jul. 1958

Discurso de Macedo Soares, proferido em 14 de novembro de 1955, ao assumir a pasta das Relações Exteriores[55]

Acudindo ao apelo do eminente Sr. Presidente da República, Nereu Ramos, agora investido das altas funções de depositário supremo dos mais graves interesses morais e materiais que bem condizem com a tranqüilidade e segurança da nossa Pátria, - volto a esta Casa depois de dezenove anos, quando a servi na linha de suas nobres tradições. Assumindo a pasta das Relações Exteriores, vou retomar o fio de sua orientação inalterável, salvo as influências dos tempos que transformaram as sociedades modernas, no convívio internacional.

O curto prazo, que me está assinalado na nova passagem pela direção deste Ministério, torna ainda mais rigoroso o dever de continuidade na orientação do trato de seus negócios, mormente quando venho substituir um dos mais ilustres estadistas do nosso país, o eminente Sr. Raul Fernandes.

Assim, devo ainda declarar que minha colaboração no governo da República será sublinhada, em todos os seus termos, pela obrigação de servir ao Brasil, na esfera das relações internacionais, orientado pela convicção de nossas responsabilidades diante da grandeza do Território Nacional, de sua população, beirando a sessenta milhões de habitantes, da nossa alta expressão econômica e da valiosa força militar brasileira, sem dúvida uma das mais legítimas afirmações democráticas do mundo e, portanto, de uma nação que segue o seu destino sem temores, sem aflições e sem riscos que possam afetar sua efetiva independência e soberania.

---

[55] Este texto foi pesquisado e transcrito por Marco Santos, que adaptou a grafia de época às regras gramaticais atuais. Ver: DISCURSO do Ministro José Carlos de Macedo Soares proferido em 14 de novembro de 1955, ao assumir a pasta das Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: [S.l.], 1955. (Separata de Atualidades da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida).

Na história de nossas relações exteriores avultam amizades seculares, como a luso-brasileira, tão gratas aos nossos corações; como as que cultivamos com a grande República dos Estados Unidos da América, e como as que mantemos com as nações irmãs de toda a América, de cujo destino temos por vezes partilhado, nas horas difíceis, como nas horas de alegria, quando as populações sofredoras logram, como recentemente no nobre povo argentino, superar as crises internas, dando uma prova eloqüente de amor à liberdade, sem a qual não é possível em nosso hemisfério, a evolução econômica, social e política.

Por tudo isso, talvez seja oportuno insistir no caráter tradicional desta Chancelaria, de governar-se pelas altas conveniências nacionais, repelindo os termos de falsos nacionalismos, confiando em nossa capacidade de nos defendermos contra todo tipo de penetração ou interferência na orientação de nossos próprios negócios.

Nestas ligeiras palavras quero consignar os agradecimentos desta Casa ao eminente brasileiro Sr. Ministro Raul Fernandes, pelos serviços que lhe prestou dentro das novas afirmações de sua inalterável tradição diplomática.

Agradeço a saudação do Sr. Embaixador Antonio Camilo de Oliveira, ilustre Secretário Geral. Desejo agora saudar o nosso admirável funcionalismo, cujo alto sentido de servir ao Brasil é, por certo, um de seus grandes motivos de orgulho nacional.

Eis o que eu tinha a dizer[56].

[56] Fonte: Discurso do Ministro José Carlos de Macedo Soares proferido em 14 de novembro de 1955, ao assumir a pasta das Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: s.e., 1955. (Separata de Atualidades da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida)

O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, o homem e a obra

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. O embaixador José Carlos de Macedo Soares, o homem e a obra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 346, p. 175-190, jan./mar. 1985.

A reprodução deste texto foi autorizada pelo Presidente do IHGB, Prof. Arno Wehling, através do Of. 04/08, de 11 de janeiro de 2008, em resposta ao Of. PR 1154, de 19 de dezembro, enviado pelo Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes. Cópia desse documento foi incorporado ao acervo da Memória Institucional do IBGE.

O EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, O HOMEM E A OBRA(*)

Edmundo de Macedo Soares e Silva

Quando nos debruçamos sobre a vida de José Carlos de Macedo Soares vemos que sua múltipla personalidade indica que, predominantemente, se trata de um jurista, formado no estudo profundo do Direito que cultivou como estudante acadêmico e até como profissional. Todos os seus escritos, desde os primeiros, revelam uma consciência e uma cultura alicerçadas no trato freqüente das letras jurídicas. A sua conduta como homem, como político, como estadista e como diplomata revela isso.

Tive o privilégio de conhecê-lo de perto, morando em sua casa, convivendo com ele, no Brasil e no estrangeiro, e pude certificar-me de que sua vocação, seu gosto, sua atração eram para os livros e atividades ligadas à educação que recebera na tradicional Escola do Largo de S. Francisco, em S. Paulo, por onde haviam passado personalidades eminentes na Magistratura, na Advocacia e na Cátedra. Assim, o seu tio, meu avô, Antônio Joaquim de Macedo Soares, cujo nome vi gravado a canivete numa carteira de estudante, em sala da Faculdade de S. Paulo. A *alma mater* de José Carlos foi lá, talvez, conseqüência de ser descendente deste Julião Rongel de Macedo que veio para o Rio no primeiro século da colônia, «doutor em leis e um dos primeiros juízes da Terra de Santa Cruz» e, no Rio de Janeiro, no «governo geral, substituiu temporariamente ao famoso Salvador de Sá». Revelanos o fato o ilustre acadêmico Ataulfo de Paiva que saudou José Carlos de Macedo Soares, quando ele foi recipiendário na egrégia Academia Brasileira de Letras, em 10 de dezembro de 1938.

Quantas vezes em tertúlias a dois, eu com reflexões ligadas à minha educação quase que só militar, dei azo a que o amigo e parente mais velho me advertisse, rebatendo meu modo de ver com eruditas considerações suas e de autores famosos de livros de Direito.

(*) Conferência no IHGB a 5 de outubro de 1983.

José Carlos era um leitor infatigável. Vejo-o sempre na sua biblioteca, seja na rua Major Quedinho, seja na rua S. Luís, ambas em S. Paulo, ou no gabinete de seu apartamento na *rue du Boccador* em Paris, quando viveu fora do Brasil. Amava os livros pelo que continham, mas também pela forma que têm, pela encadernação, pelo papel em que estavam impressos, por serem livros... Comprava-os para si e para enviar a outros. Assim formou muitas bibliotecas em cidades de S. Paulo e reformou, para preservar, todo o acervo de obras da Faculdade de Direito de S. Paulo. Assisti a tudo isso e muitas vezes ajudei-o em incumbências que me dava, no Brasil, ou durante meu exílio em França.

Perguntou-me, certo dia, um editor parisiense se ele se ocupava do comércio de livros ou fora bibliotecário, tal o conhecimento que revelava a respeito do assunto. Respondi que isso se devia ao fato de ser José Carlos possuidor de uma das maiores e melhores bibliotecas do seu país. Estive, muitas vezes, nas livrarias da *rive gauche*, principalmente na rua Soufflot, onde elas existem em profusão, para procurar compêndios antigos ou novos, que o devorador insaciável desejava obter.

Em nenhum de seus escritos fugiu à regra de mostrar sua mente bem formada nos estudos jurídicos. Veja-se esta lapidar afirmação, quando concluiu considerações sobre a Constituição brasileira, no seu artigo 122, a respeito da segurança e da liberdade individuais: «Ora, meus senhores, toda essa controvérsia gira em torno da proposição do Estado como entidade social emanação da mais imperiosa necessidade material, condensada na realidade vigente. O Estado, assim considerado, é o árbitro dos interesses particulares segundo as exigências do interesse coletivo. Seus objetivos alargam-se indefinidamente através do horizonte limitado das gerações e projetam-se na perenidade nacional»[1]. Não são verdades que podemos proclamar hoje, pois o Brasil não mudou e continuou a estatizar-se?

Mais adiante, no mesmo discurso, escreveu José Carlos: «A especialização é a compartimentação do cérebro, é o encerramento das idéias em células estanques, limitando a inteligência ao seu objeto direto e invariável. Ora, a política é a adivinhação, a improvisação, o sentido do geral, o gosto do passional, e por tudo isso o contrário da disciplina do espírito, cuja absorvente aplicação leva aos píncaros da ciência. O técnico é, pois, a negação do político; o político floresce na praça pública, o técnico isola-se no laboratório. Mas a civilização da máquina havia de sugerir o seu grande instrumento que é a técnica, como capaz de habilidade universal de resolver os problemas de governo das sociedades humanas; e por isso apresentou o técnico como o substituto do político». São asserções atuais que se aplicam ao mo-

(1) Discurso de José Carlos de Macedo Soares ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras.

mento que vivemos hoje. Na época em que foram escritas, não se falava ainda em «tecnocratas» e «tecnocracia»; fossem usuais as palavras e teriam elas surgido no texto que citamos.

Seu discurso de entrada na Academia foi uma peça inteiriça em que se revelam estilo elegante, vocabulário extenso, conhecimentos gerais amplos e saber jurídico invejável. Mereceu ser incluído entre os imortais e prestou ao colendo colégio valorosos serviços que lhe valeram o galardão de presidente em 1942, com reeleição em 1943.

Aliás, mereceu e recebeu títulos e honrarias desde cedo.

Nascido no dia 6 de outubro de 1883 em S. Paulo, descendia de troncos fluminenses ilustres. Seu pai, José Eduardo de Macedo Soares vinha de famosa grei, oriunda, como já foi dito, de fundadores da cidade do Rio de Janeiro, entre outros D. Antônio de Mariz, imortalizado por José de Alencar em páginas de *O Guarani*. Foi fazendeiro, farmacêutico e, sobretudo, professor. Dele se dizia que era capaz de substituir qualquer mestre, seja em grego ou latim, seja em matemática e ciências naturais. Fundou em S. Paulo, capital, o primeiro ginásio leigo do Estado, e onde se iniciaram nos estudos muitos jovens que se tornaram famosos mais tarde, como Armando Sales de Oliveira.

Pelo lado materno foi oriundo do ramo Sodré, sendo sua mãe D. Cândida Sodré de Macedo Soares, senhora de excelsas virtudes e que se notabilizou pela orientação que soube dar a seus descendentes.

José Carlos fez seu curso primário na Escola Modelo Caetano de Campos e o de humanidades no Ginásio do Estado, em S. Paulo, aí recebendo o diploma de bacharel em Ciências e Letras, em 1901. Coube-lhe o prêmio «Dr. Augusto Freire da Silva».

Colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de S. Paulo, no Largo de S. Francisco. Quando estava no quinto ano foi presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, honra que só era acessível a quem revelasse inteligência e gosto pela política estudantil. Todos os ex-presidentes do Centro que tenho conhecido, se tornaram homens úteis à Sociedade. Deixando a Academia recebeu o título de Presidente Honorário; antes dele só havia dois: o barão do Rio Branco e o conselheiro Rui Barbosa.

Iniciou seu trabalho na vida como professor de Economia Política e Finanças no Curso superior da Escola de Comércio Álvares Penteado de S. Paulo. Foi também professor e diretor do Ginásio Macedo Soares. Esta passagem pelo magistério foi-lhe muito útil, e revela o método de trabalho que utilizou toda a sua vida.

Como historiador José Carlos de Macedo Soares sempre se caracterizou pela copiosa documentação que reunia e citava para provar suas afirmações. A História para ele tinha, como a política, de ser «filha da moral e da razão». Nada mais perigoso do que alguém apon-

tar, levianamente, fatos não verdadeiros, baseando-se em esparsas transcrições ou palavras de pessoas que não merecem fé.

Em suas conferências e livros sobre História as conclusões repousam solidamente sobre bibliografia escolhida com muito cuidado, sendo os autores personagens insuspeitos.

É digna de menção a conferência que fez no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em 1920, sobre os «Falsos Troféus de Ituzaingó» (ou Batalha do Passo do Rosário, como a chamamos), entre as forças brasileiras chefiadas pelo marquês de Barbacena e as argentinas, comandadas por D. Carlos de Alvear. José Carlos prova, de maneira clara, com abundância de documentos produzidos pelos platinos, que as «cinco bandeiras imperiais» «expostas, primeiro na Catedral de Buenos Aires e, depois, no Museu Histórico Nacional da República Argentina, não foram tomadas em combates, mas achadas com equipamentos deixados intactos pelos brasileiros após, ou, mesmo, antes de ações militares. Refere-se ao fato o Sr. conde de Afonso Celso, então presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em ofício dirigido ao presidente do Instituto paulista, o Rvdmo. Arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva. No Congresso Nacional o deputado por S. Paulo Dr. César Lacerda de Vergueiro (em sessão de 30 de outubro de 1920) requereu inserção da conferência no *Diário do Congresso*, obtendo aprovação; disse que a conferência foi feita com um rigoroso respeito à verdade histórica; apoiada toda na documentação uruguaio-argentina e portanto valiosíssima; escrita numa linguagem elevada e clara».(2)

Revendo outro trabalho seu *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* temos uma mostra clara da vasta erudição do autor, na ocasião apenas sócio efetivo do Instituto.

O livro de 200 páginas consta de uma introdução da Bula de Alexandre VI, do Tratado de Tordesilhas, do Recuo do Meridiano de Demarcação, do Tratado de Utrecht de 1713, da Fixação Jurídica da Configuração Territorial do Brasil, do Tratado de S. Ildefonso, da Incorporação da Província Cisplatina, das Fronteiras do Brasil em 1822 e de Bibliografia extensa e séria.

Na introdução, José Carlos faz justiça ao Exército Nacional, dizendo que «o guarda ingênito de nossas fronteiras tem sido» ele. «Na guerra, defendendo-as com o seu sangue. Na paz demarcando-as com sua dedicação». «Desejo que este livro seja um preito de homenagem ao glorioso Exército Nacional e em especial ao General Cândido Rondon, prestado por um homem que, pondo sua vida desinteressadamente ao serviço do Brasil, sabe honrar os seus grandes e verdadeiros servidores».

(2) *Falsos Troféus de Ituzaingó*, por José Carlos de Macedo Soares, Casa Editora «O livro» rua Boa Vista, 38-B, São Paulo, 1920.

Analisando o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, assinado a 7 de junho de 1494, pelos Embaixadores de D. João II, e ratificados pelos Reis Católicos D. Fernando e D. Isabel em 2 de julho de 1494,(3) mostra que não se sabia situar o meridiano que seria o que ficaria 370 léguas a oeste da ponta mais ocidental da ilha de Santo Antão que é também a mais ocidental do arquipélago de Cabo Verde. O meridiano viria a cair «um pouco a loeste (*sic*) do Pará e de Laguna, na hipótese, pouco provável para o Brasil de serem essas léguas das dezesseis e dois terços ao grau». Mas aí é que estava a dificuldade: qual era a extensão do grau, em léguas? Havia discordância entre as autoridades na matéria; os cosmógrafos colocavam o meridiano em várias longitudes: de 42º30' a 49º45' a oeste de Greenwich. «Nos dois séculos e meio em que juridicamente estava em vigor o Tratado de Tordesilhas, jamais foi feita projeção do meridiano marcador». Com efeito, os mapas e os instrumentos astronômicos da época eram imperfeitos e o Tratado não fixara a ilha da qual se deveria iniciar a contagem das 370 léguas, nem o paralelo sobre o qual seria feita a contagem e não definira as dimensões da légua adotada.(3)

Felizmente para o Brasil Filipe II de Espanha, neto de D. Manuel, tendo sob suas ordens um grande Exército ao mando do duque d'Alba, obteve em 1581 a sua aclamação como Rei de Portugal. Esta situação durou até 1640, «quando o duque de Bragança, o Feliz Restaurador, foi aclamado Rei de Portugal, o bandeirismo já havia decisivamente recuado o meridiano de Tordesilhas». As fronteiras, sob soberania espanhola, se deslocaram para o oeste, dando ao nosso país novas áreas. Foi sobretudo, no entanto, pelo Tratado de 13 de janeiro de 1750, negociado em Madrid, que se fez a primeira tentativa de definição geral dos limites do Brasil. Está no livro de José Carlos: «Na realidade do lado de Portugal, quem verdadeiramente entendeu tudo nessa negociação, foi o célebre estadista Alexandre de Gusmão» (pág. 125). A ele chamou o embaixador Araújo Jorge de «avô dos diplomatas brasileiros».

O Tratado de 1750 revogou expressamente o de Tordesilhas. E fez mais: assentou que «cada parte há de ficar com o que atualmente possui». Era a aplicação do instituto romano do *uti possidetis* à América do Sul. Foi graças a ele, acentua o livro, que nosso país conseguiu resolver pacificamente todas as suas questões de limites (pág. 128).

É, no entanto, no seu livro *Justiça*, em que estuda o movimento revolucionário de 5 de julho de 1924, que José Carlos se mostra o historiador exato e profundo.

---

(3) *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* 1º Congresso de História Nacional, IHGB, Tese 17, 1939, Ed. Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro.

Id. Id. Id. pág. 82

Id. Id. Id. pág. 91

Forças do Exército e da Polícia Militar de S. Paulo se haviam revoltado, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Oficiais que já se mostravam brilhantes àquela época, apesar de jovens, dirigiam os revolucionários em número de 3.500 homens; apontamos Joaquim Távora, homem de energia pouco comum, Newton Estillac Leal, inteligente e bravo; Eduardo Gomes, o legendário herói dos «18 do Forte de Copacabana» em 1922; Juarez Távora, indomável e idealista; Miguel Costa, major do Regimento de Cavalaria da Força Pública de S. Paulo, soldado nato; e muitos outros que serviam em unidades militares no Estado de S. Paulo ou haviam chegado do Rio, em geral antigos participantes do movimento de 1922. Exceto Joaquim Távora, ferido em combate e que faleceu de uma nefrite, os demais oficiais citados chegaram a posições de grande relevo, como ministros das pastas militares, depois da revolução de 1930. Conheci bem o general Isidoro, do qual, alguns anos mais tarde, quando ele assumiu o comando da 2ª Região Militar (S. Paulo), fui ajudante-de-ordens. Júlio Mesquita, o conhecido fundador de *O Estado de S. Paulo*, disse dele que era «um Floriano com mais cultura».(4) Era de fato um homem inteligente e lido.

José Carlos, logo que rompeu o movimento, conservou-se como presidente da Associação Comercial e tudo fez, com ilustres conterrâneos seus, para assegurar à população da cidade meios de sobrevivência e de segurança contra os assaltos de malfeitores e saques. O governador do Estado, depois de afirmar que a revolução seria rapidamente debelada, abandonou seu posto, colocando-se atrás das forças governistas que, sob o comando do general Eduardo Sócrates e em número de 15.000 homens, enfrentavam a reduzida falange revolucionária. A artilharia governista bombardeava S. Paulo a esmo, atingindo civis inermes que procuravam, em grande confusão, abandonar seus lares e fugir para outros lugares do Estado. No livro *Justiça*, além da opinião abalizada do autor, condenando essa atitude, existem pareceres de eminentes juristas sobre o assunto, como o professor Basdevant, da Escola de Direito de Paris, e do professor Tommasoni, da Real Universidade de Roma. Ambos afirmam «que o governo não tinha o direito, para reprimir uma revolta militar, de proceder a um bombardeio semelhante ao que foi descrito» e «que a população civil tinha o direito de organizar os serviços públicos indispensáveis, no seu próprio interesse, e solicitar às autoridades governamentais a cessação do bombardeio.»(4)

Felizmente, o prefeito da cidade, Dr. Firmiano Pinto, conservou-se no seu posto. Foi muito auxiliado por José Carlos. Este, com rara coragem e espírito público, manteve contato com as autoridades revolucionárias e com o general Sócrates, comandante das tropas legalis-

(4) *Justiça*, por José Carlos de Macedo Soares, pág.. 65.

tas, e, mesmo, com o Governo Federal, a cuja testa estava Artur Bernardes, tendo como Ministro da Guerra o marechal Setembrino de Carvalho.

Sócrates fora, como coronel, comandante da Escola Militar, quando eu era aluno, e Bernardes, passados alguns anos e no momento deputado federal, fez-se amigo de todos os antigos «tenentes» já em postos elevados da República. A mim, quando exerci a função de governador do Estado do Rio de Janeiro (1947-1951), ele visitou, convidando-me para ser candidato a senador pelo seu partido, o PR. Estranha mentalidade a desse político que governou em estado de sítio permanente, mostrando-se rancoroso e vingativo (como escreveu Calógeras)(5) e, depois, foi revolucionário (1930) e procurou seus antigos adversários...

A revolução de S. Paulo em 1924 foi um grande drama, tendo durado 23 dias a ocupação da capital do Estado. No dia 28 de julho os revolucionários retiraram-se em trens e desceram, em navios, o rio Paraná. De Barracão, na divisa dos Estados do Paraná e Santa Catarina e fronteiras da República da Argentina, aonde viera ter Luís Carlos Prestes, com os efetivos que reunira em seu movimento no Rio Grande do Sul, saiu a famosa «coluna Prestes» que durante quase três anos percorreu o Brasil de Norte a Sul, com 1.500 homens. Foi, na História, uma das grandes marchas a se realizarem no mundo; dela faziam parte Miguel Costa, comandante, Prestes, chefe do Estado Maior, Oswaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins e Barros, Juarez Távora, Henrique Ricardo Holl e outros. Perseguidos pelas tropas do Governo, percorreram todo o país, de Norte a Sul, passando pelo local onde se situou mais tarde Brasília. Foram 1.500 homens que tiveram de viver no serrado, parcos de recursos e com escassa munição. Ao fim de três anos internaram-se na Bolívia. Também estava findo o governo de Artur Bernardes que seria substituído por Washington Luís.

José Carlos fez o que pôde para atenuar os efeitos da convulsão na capital de seu Estado. Mas, retirando-se os revoltosos no dia 28, a 4 de agosto foi preso e levado à presença de um Auditor de Guerra. Aí, numa folha de papel, escreveu o seu depoimento.(4) Em seguida o colocaram numa saleta, onde passou a noite num colchão estendido sobre o chão. Na manhã de 5 foi transferido para o Rio de Janeiro, em companhia de um agente da polícia e recolhido à Casa de Correção! Coube-lhe o cubículo nº 1 da 10ª galeria, «de onde havia sido retirado, momentos antes, o assassino que o ocupava habitualmente.» No dia seguinte, 6 de agosto, levaram-no para o Corpo de Bombeiros, onde ficou em companhia dos ilustres Srs. Drs. Raul Cardoso de Melo

(5) *Formação Histórica do Brasil*, pág. 134, por João Pandiá Calógeras, Brasiliana.

e Belisário Pena alguns dias, até ser conservado incomunicável, durante seis semanas, sem um interrogatório, nem uma acareação, sem uma explicação! Era assim, naquele período, o que se chamava «legalidade»...

Foi, então, libertado e quis retornar a S. Paulo. Fizeram-no, no entanto, compreender que não deveria fazê-lo e que ele e seus amigos, iriam ser perseguidos. A solução foi o caminho do exílio. Embarcou para a Europa e fixou residência em Paris. Aí, dedicou-se ao trabalho e escreveu vários livros, inclusive o que acaba de ser analisado. O grande juiz Washington de Oliveira não o pronunciou no processo que lhe moveram, libertando-o desse absurdo.

O Ministro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o notável e íntegro Dr. Firmino Whitaker, declarou: «O que sei a respeito do Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial, de quem faço conceito muito elevado, é que durante a revolta de julho p.p. prestou ele serviços relevantes à população desta cidade e impediu, por seu grande prestígio e autoridade moral, que os revoltosos praticassem excessos e abusos que acarretariam incalculáveis danos aos que tiveram de abandonar seus interesses ou daqui não se puderam afastar. Não vi, em nenhum de seus atos, o intuito de infringir a lei ou desrespeitar as autoridades constituídas dando apoio aos que, temerariamente, se levantaram contra elas. Para mim, ele não foi um revoltoso: foi um benemérito. Nem posso crer que pessoa de espírito tão lúcido e coração de tanta bondade favorecesse o crime e a violência.»(4)

José Carlos dedicava-se ao estudo da História. Já era membro benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e, em dezembro de 1939, foi eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual se tornou, em meados deste mesmo ano, vice-presidente e, depois, presidente. Pertencia também aos Institutos do Amazonas, Pará, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santos e Petrópolis.

Em agosto de 1921 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o fizera sócio correspondente e, em 1938, sócio benemérito; logo depois, em 28 de novembro de 1941, seu presidente perpétuo. Tenho em mãos cópia da Moção relativa ao fato; nela é dito sobre José Carlos: «Trata-se de distinta personalidade, cujos trabalhos ao Instituto são notórios e relevantes, e cujos serviços ao país, em altos postos da administração pública e da política têm sido por igual merecedores dos aplausos e do apreço dos contemporâneos.» Haviam exercido a função o visconde de S. Leopoldo, fundador e primeiro presidente, e «as figuras marcantes do barão do Rio Branco e do conde de Afonso Celso.» Assinam os sócios Epitácio Pessoa, Sebastião Cardeal Leme, Rodrigo Octavio, Oliveira Viana, Nelson de Sena, Radler de Aquino, Regis de Oliveira, Afonso de E. Taunay, Basílio de Magalhães, Cincina-

to Braga, Delgado de Carvalho, Serafim Leite, Cândido Rondon, Ataúlfo de Paiva, Pedro Calmon, Augusto Tasso Fragoso, Hermenegildo de Barros, Alcindo Sodré e mais outras personalidades, lídimas expressões da intelectualidade nacional. Desvanecia-se deste cargo e o exercia com amor. Era o escritório que freqüentava diariamente. Em 1942 recebeu o título de grande benemérito.

Seus vastos conhecimentos o tornaram polígrafo; os títulos de seus trabalhos vão a 116.

Far-se-á brevemente, a seguir, referência a dois livros que escreveu em Paris: O *Brasil e a Sociedade das Nações* e *A Borracha*.

O primeiro é um notável estudo sobre a Liga das Nações, fundada logo após a primeira guerra mundial. A pilastra sobre que se apoiou a organização de organismo tão complexo foi Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos. Enunciando seus famosos dez pontos que seriam a tábua legal que inspiraria o *convenant* da Liga, Wilson reuniu em torno da idéia os estadistas europeus: André Tardieu e Paul Boncour da França, *Sir* John Simon da Grã-Bretanha, Scialoja e Dino Grandi da Itália e muitos outros que constituíam a «inteligência do Mundo» àquela época. O Brasil teve como representantes na ocasião Afranio de Melo Franco, Raul Fernandes, Gastão da Cunha e Cincinato Braga. Na Conferência da Paz, após a derrota da Alemanha e o armistício de 11 de novembro de 1918, fôramos representados por Epitácio Pessoa que regressaria ao seu país já como candidato à presidência ds República.

José Carlos nos esclarece sobre a personalidade extraordinária de Wilson, filho de irlandês com escocesa. Revela-nos um homem que governou com sabedoria e integridade os Estados Unidos e que deu ao Mundo o melhor de seu idealismo que não era teórico senão baseado em excelente formação intelectual e vasta experiência. Infelizmente o Congresso americano não apoiou a entrada dos Estados Unidos na Liga das Nações. Entretanto o organismo funcionou em Genebra, na Suiça, dando frutos e esperanças à Humanidade.

O Brasil integrou a Liga desde sua fundação, representando as Américas, como membro do Conselho, onde sempre se reelegeu. Pretendeu ser membro permanente, como os «quatro grandes», mas não o conseguiu. Entrou a Alemanha, o adversário de ontem, mas que precisava participar da Sociedade que se formara às margens do Lago Lehman.

A atuação do Brasil é esmiuçada no livro de José Carlos que mostra desacertos nossos, provenientes da mentalidade do então presidente Artur Bernardes. Este não é poupado pelas atitudes que tomou, desprestigiando o papel que nossos embaixadores brilhantemente exerciam. Finalmente, em 1926, o Brasil se retirou da Liga das Nações.

Estava eu então em Paris e me lembro das manchetes do jornais que denominaram o fato de *coup de theâtre*. Nenhum dos brasileiros que encontrei então justificou nosso gesto. Abandonamos um ambiente onde muito havíamos feito, graças aos expoentes que lá nos representavam. Ficaram a Argentina e o Chile para nos substituírem e falarem pelas Américas.

Tendo os jornais do Rio publicado que o embaixador americano visitara o presidente Bernardes para felicitá-lo pela sua orientação, recebemos um formal desmentido de Washington o qual ecoou em toda parte para desgosto dos brasileiros.

A Borracha é um estudo econômico e estatístico escrito em 1926. Fez o prefácio o ilustre Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada que disse: «Poderosa e próspera enquanto fatores naturais firmaram, em nosso favor, posição de quase monopólio na produção e abastecimento mundial, a indústria extrativa da borracha que, por mais de um decênio, fez, do extremo norte brasileiro, a região propícia a fortunas e lucros fantásticos, teve de decair, e de, em contínuo declínio, quase extinguir-se, apenas se organizou, com sistema e perseverança, a cultura da nossa *hevea* em regiões do globo para as quais, no entanto, a natureza não foi tão pródiga quanto o tem sido, a esse fim, para as terras do Amazonas!...

«O histórico e as causas da decadência, assim como a evolução e os fatores de competição triunfante, são assuntos que, em exaustivos capítulos, Macedo Soares enuncia e descreve magistralmente.»

Depois de mostrar o seu uso desde a época pré-colombiana, o livro recorda que a vulgarização se fez com Priestley, na Inglaterra, a partir de 1770, para apagar os traços deixados pelo lápis.

O Brasil era o maior produtor de borracha natural, atingindo 44.296 toneladas em 1911. Era proibido exportar sementes das seringueiras, até que James Collins em 1873 e Wickham em 1876 conseguiram levá-las para colônias inglesas e holandesas no Oriente. Assim foi transplantada a preciosa árvore e formadas florestas homogêneas de fácil exploração, na Malaia (50,6%), nas Índias Holandesas (31%), em Ceilão (10,6%), na Índia, na Cochinchina e em Bornéu. A produção de borracha plantada aumentou rapidamente, chegando a 477.000 toneladas inglesas (de 1.016 Kg) em 1925. Por outro lado, preços baixaram. A produção extrativa brasileira passou a plano secundário.

Logo os estoques se tornaram maiores que o consumo, havendo um excedente de 40.000 toneladas em 1942.

Os ingleses conceberam então o famoso «plano Stevenson» para a defesa do produto. Foi fixada a safra de cada plantador para que a produção mundial não ultrapasse 330.000 tons. A Holanda recusou-se

a colaborar, mas a Inglaterra «entendeu que devia fazer a valorização da preciosa matéria-prima.»

Hoje existe a borracha sintética, mas continuam a produzir as florestas do Oriente e as ávores nativas. O Brasil, porém, não tem mais neste produto a fonte de divisas que floresceu no início do século.

Vele a pena ler o livro para verificarmos que aqueles mesmos que criticam nossos planos de defesa do café, não recuam em usar o recurso quando se trata dos seus interesses.

Como diplomata José Carlos prestou os mais assinalados serviços à Pátria. Não pertencia à carreira, tendo chefiado missões por nomeação do Presidente da República.

Em 1931 foi designado embaixador na Bélgica. Circunstâncias imprevistas fizeram-no exonerar-se, depois de um grande banquete que lhe havia sido oferecido pela elite de S. Paulo. Mas em 1932 seguiu para a Europa como chefe da Delegação brasileira à Conferência do Desarmamento em Genebra. Fui um dos membros dessa Missão, a que pertenceram o embaixador Rio Branco que tinha posto em Berna, na Suíça, e o ministro Carlos Martins Pereira de Sousa, sediado em Haia, pois representava o Brasil na Holanda. Secretário, designado oficialmente, Afonso Arinos de Melo Franco, já brilhante e admirado como professor e escritor, não pôde exercer a função, pois adoeceu e internou-se no sanatório de Leysin, na Suíça. Recebi, então, do Chefe da Delegação a incumbência de assumir a Secretaria; como eu hesitasse, pensando que melhor seria solicitar ao Itamarati que designasse alguém, enviou-me José Carlos um ofício, determinando-me que assumisse o cargo. Cumpri a ordem e guardo o documento de nomeação, escrito do próprio punho pelo Embaixador. Como assessor militar estava o Cel. Estêvão Leitão de Carvalho, figura exponencial do Exército e, depois membro deste Instituto; assistente seu era o Capitão Altair Rozzanyi; a Marinha enviara os capitães-de-fragata Álvaro de Vasconcèlos e Américo Ferraz e Castro; finalmente, como integrante da secretaria, figurava D. Odete Carvalho e Sousa, mais tarde funcionária do Itamarati, chegando ao posto de embaixadora.

Tive, logo no início dos trabalhos, prova do tato diplomático de José Carlos. A América Latina deveria escolher um vice-presidente que seria eleito pela Assembléia. Candidataram-se imediatamente a Argentina e o Uruguai. Perguntei ao Embaixador o que iríamos fazer. Respondeu-me: «nada por enquanto; deveremos guardar boas relações com todos.» Pouco depois, desentendiam-se os latino-americanos e surgiu o Brasil como candidato único, sendo eleito.

A Conferência do Desarmamento foi interessante, aparecendo na sua tribuna todas as grandes personalidades que citei há pouco e que fiquei conhecendo. O maior orador que se fez ouvir, foi Sir John Si-

mon, figura respeitável do inglês clássico e que exerceu um papel relevante em Genebra. Infelizmente, os resultados práticos foram nulos. Ficou a experiência de um contato altamente proveitoso, pela convivência de homens de tão alta classe. Os Estados Unidos estavam representados e foram muito atuantes.

Ainda em 1932 José Carlos foi o chefe da Delegação brasileira à 16ª Conferência Internacional do Trabalho, cuja figura de renome mundial era Albert Thomas. Como membros brasileiros lembro-me de Bandeira de Melo, Otávio Paranaguá, do Cônsul em Genebra Carvalho e Sousa, do Sr. Oscar Duzendschón e do lider operário Augusto de Azevedo Santos. O Embaixador teve o encargo de representante do Brasil no *bureau* de administração do Bureau Internacional do Trabalho.

Sempre em 1932, constituiu o Brasil, com brasileiros que estavam na Europa, uma delegação para representá-lo nas festas comemorativas do 50º aniversário do falecimento do grande Giuseppe Garibaldi em Roma. Aí se inaugurava uma estátua eqüestre de Anita Garibaldi com o filho nos braços. José Carlos foi o Chefe, participando eu como adido militar. Conhecemos, então, o rei Vitor Emanuel III com a Rainha, no Palácio Quirinal, e o «Duce» Benito Mussolini que estava no apogeu de sua popularidade e poder.

O movimento de 1932, em S. Paulo, que se levantou exigindo uma Constituição, fez José Carlos regressar imediatamente ao Brasil. Já a revolução de 1930 mudara o panorama político do País e era Chefe do Governo Getúlio Vargas. O papel do Embaixador, grande paulista, foi o de pacificador. Exerceu toda a sua enorme influência para aliviar a grande pressão exercida sobre o Estado em que nascera, conseguindo resultados excelentes. Felizmente ninguém contestou sua ação, comungando todos, inclusive o general Góis Monteiro, na idéia de unir os brasileiros e terminar a luta que se travara. Getúlio prometeu a Constituição e, de fato, em 1933 estava eleita a Assembléia Constituinte de que fizeram parte José Carlos e José Cassio deputado por S. Paulo, seu irmão José Eduardo, eleito senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

Em julho de 1934 José Carlos foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, cargo em que permaneceu até 1º de janeiro de 1937. Seguiu, então, para os Estados Unidos para representar o Brasil na posse do segundo mandato do presidente Roosevelt; foi recebido com as honras de Chefe de Estado.

Em 1935, por ocasião da visita do presidente Getúlio Vargas a Buenos Aires, permaneceu na capital portenha e graças, sobretudo à sua atuação hábil e enérgica, foi o maior fator para a terminação da guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia. Aclamaram-no, então, como o «Chanceler da Paz». Não esqueçamos, porém, de que foi o

Ministro do Exterior da Argentina Saavedra Lamas quem recebeu o prêmio Nobel da Paz...

Em 1936 visitou oficialmente o Chile, onde receberam-no com as honras de Chefe de Estado.

Nomeado em 1937 presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instalou o utilíssimo órgão da Administração Federal e organizou, depois, os dois Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, de que foi presidente; em 1938 pôs a funcionar a Comissão Censitária Nacional para executar o grande trabalho de 1940. Mostrou-se excelente organizador, num país de quadros escassos, onde, sobretudo àquela época, era difícil encontrar homens para semelhante tarefa.

Em julho de 1937 foi nomeado por Getúlio Vargas Ministro da Justiça. Indicado pelo Ministro da Guerra Eurico Dutra fui, no gabinete de José Carlos, o representante do Ministério da Guerra (como se dizia então). O Ministro da Justiça designou-me subchefe do seu gabinete, com a incumbência de resolver o problema dos presos políticos e de guardar permanente contato com a Imprensa. Bem delicada missão! Descobri logo que Luís Carlos Prestes, meu antigo amigo e contemporâneo da Escola Militar, e o deputado alemão comunista Berger estavam presos em condições desumanas na Polícia Civil. Contei o fato ao Ministro da Justiça. Sem dizer-me uma palavra, tomou o seu carro e foi ver pessoalmente o que se passava. Verificando a verdade determinou-me que providenciasse prisões adequadas para os dois, bem como a soltura de todos os presos sem culpa formada. Foi cumprida a ordem, não sem ter eu que ir ao Chefe de Polícia, Filinto Müller, meu colega de Escola, para mostrar-lhe que o Ministro não voltaria atrás do que resolvera.

Em princípios de novembro José Carlos sabia que se tramava no Governo para manter Getúlio no poder, evitando eleições e outorgando ao Brasil uma Constituição; incumbido de fazê-la estava o jurista Francisco Campos. Fui informado do que se passava por José Carlos. A 6 de novembro ele se exonerou e eu o acompanhei, com o assentimento do general Dutra. A nova Carta Magna recebeu o cognome de «Polaca», por dizerem os entendidos que ela reproduzia muitos artigos da Constituição polonesa.

José Carlos foi ainda Ministro das Relações Exteriores em dois governos: o de Nereu Ramos e o de Juscelino Kubitscheck. Em ambas as vezes permaneceu pouco tempo na pasta.

Consta da experiência do nosso biografado a participação em várias empresas: Companhia de Melhoramentos de Campos de Jordão, onde realizou obras úteis, Cia. Paulista de Artefatos de Alumínio (Alumínio Rochedo) em S. Paulo (Capital), Cia. Nacional de Seguros de Vida A S. Paulo, Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Cerâmica Porto

Ferreira S.A. e Banco Comercial do Estado de São Paulo de que era presidente o inolvidável José Maria Whitaker.

Lecionou Economia e Finanças no curso superior da Escola de Comércio Álvares Penteado, de S. Paulo, e foi diretor do Ginásio Macedo Soares, fundado por seu pai e ao qual já se fez referência. Em ambos os casos, logo depois de formado. Não há duvidar de que amou a função, pois expunha bem com clareza e método.

José Carlos foi um católico fervoroso, praticante. Estudou a religião e sabia muito sobre as Escrituras e o Vaticano, onde tinha amigos. Recebeu as maiores condecorações concedidas pela Cúria Romana: no grau de Grã-Cruz. Escreveu a respeito da Igreja e sua organização. Seus trabalhos sobre *Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil* e o *Cardinalato* são muito conhecidos. O livro *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil* é uma tese apresentada ao Congresso Interamericano de História e Artes Religiosas, realizado em Buenos Aires. É obra de fôlego. Enviou-o ao Santo Padre em Roma, recebendo em agradecimento carta de Sua Eminência Reverendíssima o cardeal Montini, Secretário de Estado do Vaticano e mais tarde Paulo VI. Diz a carta em português: «Além do esmero com que foi imprimido (sic), Sua Santidade não pôde deixar de admirar também o escrúpulo e a seriedade na pesquisa das fontes. O seu livro muito há de contribuir para o progresso da história da Igreja no Brasil». Foi datado de 1 de junho de 1954.

Frei Venâncio Willeke, franciscano, que foi membro deste Instituto, refere-se a esse trabalho:(6) «E não se limitou o Embaixador a indicar as fontes descobertas com enormes sacrifícios nos arquivos europeus, desde a península ibérica até o Vaticano, mas reuniu também farto material, doando cópias datilografadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e incluindo, não raras vezes, as traduções de originais escritos em latim. O abundante documentário assim recolhido oferece novos aspectos da história missionária e eclesiástica do nosso País, desde o século XVI, poupando aos historiadores as exaustivas e dispendiosas buscas na Europa.» E explica que «pretendia Macedo Soares dedicar sua velhice à meticulosa elaboração da obra projetada ou seja a História Eclesiástica do Brasil. Se não levou a bom termo esse último sonho de sua vida foi porque logo no início da tarefa contraiu fatal glaucoma que o impossibiliou de prosseguir nos trabalhos com tanto gosto começados».

Quis o destino que sua esposa Mathilde Melchert de Macedo Soares, mais moça do que ele dez anos, fosse chamada à eternidade em 1963. José Carlos amargou essa desdita o restante de sua vida. Em 1967 foi-se seu irmão, o vibrante jornalista e político no Estado do

(6) Vide pasta José Carlos de Macedo Soares no IHGB.

Rio, José Eduardo, um ano e meses mais velho, e que fundara no Rio de Janeiro o *Imparcial* e o *Diário Carioca*.

José Carlos não tinha mais fortuna. Tudo o que sua esposa e ele possuíam havia sido doado a instituições de beneficência, principalmente à Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo. Várias vezes me dissera que a Santa Casa do Rio tinha vultoso patrimônio, ao passo que a de S. Paulo não possuía grandes bens. Ele os dera ainda em vida.

Sua manutenção, enquanto existiu, residindo num pequeno apartamento na rua S. Luís, foi feita com os ordenados que recebia das empresas a que pertencia. Era um grande acionista da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, um dos maiores, mas preferiu distribuir suas ações a seus sobrinhos, abrindo mão desse valioso recurso.

Abgar Renault, ao entrar na Academia Brasileira de Letras, para tomar assento na Cadeira 12 que fora de José Carlos, escreveu, em seu discurso de recipiendário,: «José Carlos de Macedo Soares foi personalidade intelectual dotada de múltipla riqueza. Quem lhe estuda a obra haverá de surpreender-se com a latitude das províncias de conhecimento que o seu interesse o levou a percorrer.»(7)

No início da segunda quinzena de janeiro de 1968, sendo eu ministro da Indústria e do Comércio, fui a S. Paulo e visitei José Carlos em seu apartamento da rua S. Luís. Recebeu-me alegre, mas notei que tinha falhas de memória. Estava com 85 anos. Almoçamos juntos. Perguntei-lhe pela sua biblioteca. Respondeu-me que a vendera à Assembléia Legislativa do seu Estado. Penso muitas vezes no que terá ficado dessa formidável coleção de livros em que estavam p. ex., as primeira edições de todas as Histórias do Brasil. O que aconteceu? Até hoje não recebi explicação.

Regressei ao Rio certo de que não veria mais vivo o meu querido primo e amigo, verdadeiro irmão mais velho.

E, infelizmente, eu estava certo: a 29 de janeiro apagou-se aquela luz que brilhou tão intensa: José Carlos falecera...

O *Estado de S. Paulo* registrou o fato e, ao citar o discurso à beira do túmulo do provedor da Santa Casa de Misericórdia, Sr. Cristiano Altenfelder Silva, repetiu as palavras do orador «que ressaltou ser a generosidade o maior título que ostentava o confrade ilustre que abriu seu coração em benefício dos humildes.»(8) José Carlos era um cristão verdadeiro: a caridade é a mais nobre das virtudes.

O governador de S. Paulo Abreu Sodré apresentou na necrópole «a despedida do povo paulista a que Macedo Soares tanto serviu.» Lembrou as qualidades do ilustre extinto como chanceler, político, li-

(7) Abgar Renault na Academia, *Jornal do Comércio* de 22-6-69, Rio de Janeiro.

(8) O *Estado de S. Paulo* de 30 de janeiro de 1968, S. Paulo.

terato e benemérito, referindo-se a tudo o que ele próprio aprendeu com o Embaixador, especialmente o amor à liberdade.

«Como político, disse o governador, o embaixador José Carlos de Macedo Soares devolveu a liberdade à imprensa, e como chanceler lutou pela fraternidade e pela paz, acreditando mais nos tratados do que nas armas. Após a questão do Chaco pôde dizer, cheio de glória, às Américas: *Pacem habemus.*»

Foi-se uma vida e ficou uma obra imortal que honra o Brasil de que ele era filho ilustre, e este Instituto que ele amou, como depositório da memória nacional que é e será sempre.

Sursum corda!

O Instituto Histórico e José Carlos de Macedo Soares

CORRÊA FILHO, Virgilio. O Instituto Histórico e José Carlos de Macedo Soares. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 261, p. 80-105, out./dez. 1963.

A reprodução deste texto foi autorizada pelo Presidente do IHGB, Prof. Arno Wehling, através do Of. 04/08, de 11 de janeiro de 2008, em resposta ao Of. PR 1154, de 19 de dezembro, enviado pelo Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes. Cópia desse documento foi incorporado ao acervo da Memória Institucional do IBGE.

O INSTITUTO HISTÓRICO E JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Certo, ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na classe de sócio correspondente, mercê de proposta de abril de 1921, em que Pedro Lessa afirmou: «no trabalho publicado o ano passado *Falsos troféus de Ituzaingo* — o distinto brasileiro, a par do mais intenso e louvável patriotismo, revela excelentes qualidades de investigador dos fatos históricos, segurança e precisão em seus estudos e grande erudição na matéria», não suspeitaria José Carlos de Macedo Soares que, na primeira oportunidade, fôsse convocado para a Presidência.

Não se apressaria, porém, em aceitar compromisso algum, enquanto residisse em São Paulo, onde se concentravam as suas atividades construtivas.

Deixou que se escoasse a primeira década e a segunda já se aproximava do fim, quando empreendeu a mudança definitiva para a Capital Federal.

Estaria, daí por diante, em disponibilidade para a missão que lhe competisse.

Aclamado sócio benemérito do Instituto, a 14 de abril de 1939, não lhe tardaria maior prova de aprêço dos confrades.

Ao desaparecimento do Conde de Afonso Celso, que dignificou o cargo por mais de um quartel de século, seguiu-se, por dez meses e dias, a interinidade, acorde com os Estatutos, do primeiro Vice-Presidente Manuel Cícero Peregrino da Silva, terminada em renúncia.

Ocorreu, destarte a acefalia na direção, solucionada com a posse de J. C. Macedo Soares, primeiramente a título precário, seguido, em prazo curto, pela efetivação, que seria coroada pela proclamação de Presidente Perpétuo, a 15 de dezembro de 1941.

A primeira sessão, cuja presidência lhe coube, no mesmo dia da posse interina, a 19 de maio de 1939, coincidiu com a visita da

— 81 —

Embaixada Militar, chefiada pelo General Julio Roletti e causadora de homenagem especial à República do Uruguai, que dignamente representava com seus colegas.

«A intimidade de relações, sentenciou, convicto, a comunidade de sentimentos e interêsses, a solidariedade histórica entre os dois povos, dão-nos um ar de família, que explica o alvorôço da cordialidade da vossa recepção entre nós».

E depois de enaltecer os méritos do Coronel Orosman Vazquez Ledesma, «educador da mocidade militar uruguaia, e autor de numerosos trabalhos históricos e técnicos», convidou-o a discorrer acêrca do tema:

«Ituzaingo fué una batalha incompleta»...

Cessados os aplausos, o Embaixador do Uruguai, também presente, Dr. Juan Carlos Blanco, realçou o brilhantismo da sessão, ao congratular-se com o Instituto pela investidura do novo Presidente, cuja personalidade lhe merecia os mais ardorosos louvores.

Assim foi que se evidenciou, de início, uma das características da Presidência Macedo Soares, engrandecida pela cooperação de preclaros amigos estrangeiros.

Para definir, todavia, as diretrizes que pretendia adotar, recordou os esforços dos antecessores, em benefício do Instituto e concluiu: «o nosso lema deve ser: prosseguir, sempre mais por diante».

«Sei que o Instituto pode contar com o concurso desinteressado e generoso de todos os consócios para realizarmos a obra comum. Agradeço a oportunidade que me deram de servir. Servir é um dever, e nada mais agradável do que cumprir ùtilmente um dever que fala ao nosso patriotismo».

Em seguida à revelação de cartas de D. Pedro I, adquirida por C. de Melo Franco, em Paris, do arquivo secreto da Duqueza de Goiás, outra sessão especial realizou-se a 18 de julho, em homenagem ao Cardeal Legado e ao Episcopado brasileiro.

A ocasião singularizava-se pela sua incomparável significação. O Cardeal Legado, D. Leme, devidamente credenciado pelo Santo Padre, convocou os Bispos do país, que cèleremente lhe atenderam ao convite.

«No dia aprazado, as 98 divisões eclesiásticas do Brasil, com seus Prelados, Cabidos, Clero e Ordens religiosas estavam a postos para abertura do Concílio Plenário», testemunhou quem lhes participara das discussões.

Dificilmente, se abriria oportunidade semelhante, em que pudesse o Instituto acolher conspícuas individualidades, a quem prestou merecidas honras.

Da mesa, presidida pelo Embaixador J. C. Macedo Soares, que tinha à sua direita o Núncio Apostólico, aproximavam-se as filas de poltronas adrede colocadas no recinto, para melhor aproveitamento do espaço entre as duas fronteantes arquibancadas, privativas dos sócios, em que não havia um só lugar vazio.

Além da plenitude da sua utilização, o salão distinguia-se pelo efeito decorativo das capas episcopais, que imprimiam ao conjunto o tom dominante, entre o roxo e o escarlate.

E da aparência de tal maneira festiva, com que se harmonizavam os trajes da assistência feminina de escol, não destoariam as alocuções proferidas pelos Professôres Fernando de Magalhães, Pedro Calmon e D. José Gaspar de Affonseca, além do Presidente, ao principiar a sessão e definir-lhe os objetivos.

Ao contrário, as galas da eloqüência ajustavam-se às maravilhas ao ambiente espiritualizado, que vibraria de emoção, mais de uma vez, ao apreciar a precisão dos conceitos, ou beleza de forma em que se moldavam.

Entre o brilho literário do orador do Instituto, solicitado a saudar o Cardeal Legado, e a doutrinação episcopal do Bispo, em nome dos seus pares, ouviu-se a palavra sugestiva de Pedro Calmon, cujo sobrenome lembra quem primeiro o engradeceu na tribuna, ao merecer o apelido de «Canário», pelo mavioso dos seus discursos parlamentares.

A Assembléia compreendeu o florescimento da milícia eclesiástica, na terra brasileira, a quem o centenário Instituto prestou carinhosa homenagem, pela voz dos eloqüentes intérpretes de seus sentimentos. Casa de estudos, onde se cultiva a tradição, cabia-lhe enaltecer a atuação eficaz da Igreja no fortalecimento da unidade espiritual dos brasileiros, em que se esteia a coesão nacional.

E ao fazê-lo, valendo-se do ensejo que lhe deparavam as circunstâncias propícias, mercê da convocação do Concílio Plenário, na Capital do país, o Instituto registou em seus anais memorável cerimônia radiosa, que permitiu ao Bispo D. José Gaspar de Affonseca acentuar as doutrinas vencedoras na Assembléia prelatícia.

«Fé, Esperança e Caridade, as nossas fôrças, postas ao serviço de Deus e da Igreja, estão tôdas mobilizadas para o bem do Brasil e do seu povo.

— 83 —

Legislando para a Igreja, na nossa terra — tereis ocasião de verificar quando forem publicados os decretos — de nada se olvidou o Episcopado, desde os grandes problemas religiosos e sociais até os arquivos e monumentos que desejamos se conservem intatos para a história e as artes brasileiras».

Antes que findasse o mês, nova cerimônia evidenciou, a 28, a irradiação cultural exercida pela Presidência, a cujo convite compareceu o Dr. José Salgado, jurista e historiador uruguaio, que o Instituto acolhera na classe de sócio correspondente em 1911.

Dos temas que poderia versar, com a segurança de lente catedrático de História Americana e Nacional da Universidade de Montevidéu, e autor da *História de la República Oriental del Uruguay* em quatro volumes, além de várias obras, preferiu relembrar a individualidade empolgante de D. Andrés Lamas, para assim envolver, na mesma tocante admiração, a Pátria que se orgulhava do seu douto filho e a que lhe merecia carinhosa estima.

O Instituto Histórico, antes de comemorar o seu quinto aniversário de fundação, ufanou-se, justamente, ao ver-se glorificado «pelo uruguaio que mais amou o Brasil», consoante afirmativa do conferencista, a ponto de propor, em 1843, a fundação, em Montevidéu, de associação em moldes semelhantes.

«Esta iniciativa, esclareceu, ainda, foi aprovada pelo Govêrno da Defesa de Montevidéu. Assim se criou, em meio dos horrores da luta fratricida, o Instituto Histórico e Geográfico Nacional, primeiro grande passo como dizia *El Nacional* para a independência científica e literária das populações do Rio da Prata».

As relações amistosas intensificaram-se, quando A. Lamas apresentou as credenciais de ministro plenipotenciário da República do Uruguai na «Côrte do Brasil em 1848, 1854, 1856 e 1867 e tornou-se amigo dos maiores estadistas da época, da classe de Honório Hermeto, Limpo de Abreu, Paulino José Soares de Souza, além de outros que lhe valeram, embora não exercessem função política, a exemplo de Irineu Evangelista de Souza.

As atividades que desenvolveu no Brasil não o afastaram dos problemas de sua Pátria, a que se consagrou, como «publicista, diplomata, jurisconsulto, historiador, economista, literato, poeta, arqueólogo, bibliógrafo e crítico», e em qualquer dêstes ramos «seu labor bastaria para formar a glória de um homem», consoante assegurou o conferencista.

Ainda com a atenção volvida para as repúblicas platinas, o Instituto proporcionou acolhimento amistoso, em sessão de 4 de

agôsto, ao consócio José Honório Filgueira, que lhe ofertara, na ocasião, livros preciosos e objetos referentes à Independência da República Argentina.

Ao saudá-lo, o Professor Levi Carneiro apontou-lhe os luminosos propósitos de aproximação, entre a sua Pátria e o Brasil, inspirados pelo «sentimento de solidariedade dos destinos das duas grandes nações sulamericanas, a compreensão dos benefícios que produzirá a colaboração dos dois povos irmanados».

«A paz entre a Argentina e o Brasil, acrescentou, a amizade, a solidariedade, a cooperação, a aliança, dessas duas nações é o mais alto — ia dizer, o único — problema da política internacional sulamericana».

Dos mesmos ideais pacifistas embebeu-se a conferência proferida pelo Presidente da Federación de Colégios de Abogados da República Argentina sob o tema, explanado a primor: «Antecedentes e causas que contribuíram em favor das revoluções argentina e brasileira da Independência».

Das afirmações, fundamentadas na história, concluiu:

«Expressões recíprocas de cooperação intelectual, de afinidade espiritual, uniram as duas nações em um mesmo sentimento de amizade e fraternidade, em um intercâmbio cultural que é um exemplo para os demais países da América, intercâmbio que rebalsa seus próprios moldes para derramar-se sôbre todo o continente».

Ao findar o mês, outra individualidade afamada, Louis Philipp Guedalla, mereceu análogos louvores do Instituto!

Ao apresentar-lhe as boas vindas, em seu próprio idioma, F. Radler de Aquino acentuou-lhe os méritos de «parlamentar inglês, jurista, consultor do Ministério da Guerra e Munições da vossa terra, homem público notável da Grã-Bretanha».

O Instituto, porém exaltava principalmente o autor de *The Hundred Days, Master and Men,* do *Duque de Wellington,* da *Rainha* e *Gladstone* que em seguida, discorreu acêrca da *A Moderna Biografia,* para firmar diretrizes de suas preferências.

Foi um dos seus últimos ensaios, pois que emudeceu em dezembro de 44.

Ao arguto biógrafo britânico, afamado pelos seus ensaios evocadores de personagens que desempenharam papel relevante em seu tempo, sucedeu, nas homenagens do Instituto, um pesquisador luso-brasileiro, que tanto se alista entre os conterrâneos de Portugal, onde nasceu, como entre os do Brasil, onde se lhe amadureceu a individualidade.

— 85 —

Para participar da enobrecedora homenagem, a que fêz jus o autor da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil,* anuiu o próprio Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, em comparecer à sessão de 27 de setembro.

E declarou, após louvar a obra do Padre Serafim Leite: «eu, chanceler da Ordem Nacional do Cruzeiro, vim pessoalmente, acedendo a um generoso apêlo, trazer-vos a insignia que em breve vos imporei.

«Aqui estou para vos trazer, em nome de Sua Excelência o Sr. Presidente Getúlio Vargas, esta prova do reconhecimento do Govêrno da República». Como fecho condigno da fase inicial da sua gestão, assinalada pela realização de inequívocas provas de solidariedade cultural, dentro e além das fronteiras, rejubilou-se o Presidente ao declarar, na sessão de encerramento: «o nosso preclaro orador, Fernando de Magalhães. não terá desta vez necrológios a fazer».

Nenhum sócio falecera após a derradeira sessão magna, fato, em verdade, singular e merecedor de consignação, que valia por auspicioso vaticínio.

Confirmado na direção, por votação unânime, tomou posse o eleito a 8 de janeiro de 1940, quando ouviu do orador oficial do Instituto Pedro Calmon, entre outros conceitos característicos de sua personalidade:

«Homem de estado, que se consagra às pesquisas desinteressadas, como lhe permite uma carreira profusa de serviços ao país no interior e no estrangeiro; publicista e estudioso dos problemas brasileiros; diplomata, economista, historiador; tendo sido ministro, embaixador, chanceler, sem esquecer, nos postos dominantes, as preocupações da cultura que pacifica os povos e os dignifica; na ação multiforme e no pensamento, na vida prática e na sua vasta influência intelectual, V. Exa. Sr. Presidente, conservou íntegra, manteve incorrupta a fé no Brasil. É palpitante documento disto o livro precioso que ainda há pouco nos deu sôbre as transformações político-geográficas da nacionalidade — síntese da sua formação territorial».

Com tamanhas credenciais, que a assistência endossou com irrestritos aplausos, podia Macedo Soares continuar o programa que adotara, para aumentar o prestígio do Instituto no país, e no estrangeiro.

Destarte, dedicou a sessão de 3 de julho à recepção do Dr. José de la Riva Aguero, que, saudado pelo Professor Levi Carneiro,

discorreu a respeito de arqueologia e história peruanas, a cujo estudo consagrou o seu espírito pesquisador.

E sintetizou conceitos acêrca da origem do homem americano, da civilização incaica, e da que lhe sucedeu, com esplendores e defeitos.

A propósito, lembrou que a «instrução madrugou com admirável precocidade no Peru e especialmente em Lima. A Universidade de São Marcos remonta à metade do século XVI; e ainda que no comêço fôsse só escola monástica em S. Domingos, secularizou-se em 1570.

«Não obstante os terremotos, a Lima do século XVII e primeiras décadas do século XVIII aparecia como uma côrte pomposa, que recordava não só a Sevilha metropolitana e materna, e a Goa dos melhores tempos, como o que foi depois Lisboa sob o reinado pinturesco e barroco de D. João V».

Ao terminar, amàvelmente acentuou: «O Brasil contemporâneo é para nós um exemplo, e um estímulo».

Embora já tivesse atuado em sessão do Instituto, ao conferir ao Padre Serafim Leite a Ordem Nacional do Cruzeiro, sòmente a 7 de agôsto de 1940 ocorreu a posse do chanceler Oswaldo Aranha, presentes o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guillem, Núncio Apostólico, Monsenhor Aloisi Masella, que tomaram parte na Mesa, o embaixador de Portugal, Dr. Martinho Nobre de Melo, embaixador do Chile, Dr. Mariano Fontecilla, da Venezuela, Dr. Júlio Sardi, da Colômbia, Dr. Lozano y Lozano, da Espanha, Fernandez Cuesta, da Itália, Dr. Ugo Sola, do Peru, Dr. Jorge Prado, do Uruguai, Dr. Juan Carlos Blanco, da Bolívia, Dr. Davi de Alvestigui, Ministro da China, Dr. Samuel Young, de Cuba, Dr. Hernandez Catá, do Paraguai Dr. Vicente Rivarola.

Diante da assistência tão altamente credenciada, em resposta às saudações do Presidente e do orador oficial, que «assinalou os serviços prestados à instituição pelo Embaixador em Washington e pelo Ministro das Relações Exteriores», o recipiendário expressou o seu reconhecimento pela «honra de receber a sagração com que êste Instituto ilustra, eleva e enobrece os seus escolhidos».

E, com a sua eloqüência arrebatadora, conceituou: «A terra brasileira teve, pois, uma história cheia de fecundos ensinamentos que, se atendidas, nos permitirão encontrar, nesta hora, inspiração para viver, como disse, para sobreviver».

«Aquilo que a nossa terra não nos der e a nossa história não nos ensinar, não devemos esperar dos céus e menos pedir a outras terras e outras histórias».

«Chegamos ao período inicial da maturidade, aquêle que já nos permite começar a construir com os próprios meios e recursos e pelo livre exercício da nossa vontade».

«A êste Instituto, que é o mais respeitável entre os grandes conselheiros da vida brasileira, já coube uma tarefa sem par em nossa vida, tarefa que o presente vai acrescer de problemas e responsabilidades.

«Estudar, examinar, investigar e, ao fim de incansáveis esforços, concluir e aconselhar, é a vossa missão, nesta hora de tão ameaçadoras perspectivas para a nossa e para a sorte dos demais povos».

Em sessão magna, de 21 de outubro, comemorativa do 102º aniversário da instituição histórica, o seu Presidente, ao assinalar a cerimônia referente ao monumento que promovera, com «aprovação do Sr. Ministro da Guerra, Prefeito do Distrito Federal, e auxílio do Dr. Roberto Simonsen, recordou os quatro anteriores.

A estátua de D. Pedro I, na Praça Tiradentes, terminada a 30 de março de 1862, a de José Bonifácio, no largo de São Francisco de Paula, a de D. Pedro II, na Quinta da Boa Vista, a herma de Varnhagen.

«Na manhã de hoje», acrescentou, inaugurou-se a do saudoso João Pandiá Calógeras, «no jardim da Praça da República, em frente ao Quartel General».

É o quinto da série que a cidade do Rio de Janeiro deve às iniciativas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que assim contribui para o embelezamento de logradouros cariocas e para incentivar o culto de insignes individualidades nacionais.

Àlém das atividades normais, geradoras de conferências mensais explanadas por especialistas, a sessão de 29 de maio de 1941 trouxe a exame a «Rerum Novarum», cujo cinqüentenário se comemorava na ocasião.

Da «expressão jurídica» tratou, com o seu proclamado saber, o Professor Clovis Bevilaqua, para realçar os três sentimentos que se espelham na famosa encíclica de Leão XIII, em que se transfigurou Joaquim Vicente Pecci: «o da eqüidade, o da solidariedade humana e o da moral». A propósito, relembrou o Presidente.

«O Papa Leão XIII reivindicou o domínio moral da questão, que não poderia ser resolvida se antes não o amparasse a regra de ouro franciscana: a caridade vai adiante do julgamento».

— 88 —

Maiores ressonâncias conseguiu a reunião de 9 de agôsto, em homenagem à Embaixada Cultural de Portugal.

Para compartilhar das comemorações centenárias de Lisboa, o Brasil fêz-se representar por brilhante comissão, acolhida fidalgamente. E para agradecer-lhe o gesto de amizade, o Govêrno Português designou preclara embaixada, constituída do acadêmico Julio Dantas, Augusto de Castro, Reynaldo Santos, Comandante Lopez Alves, Major Afonso Santos. Marcelo Caetano e João do Amaral.

Para lhes dar as boas vindas, o orador oficial mais uma vez evidenciou os seus dotes tribunícios, a quem respondeu o próprio Embaixador Julio Dantas.

E em meio das inquietações do momento, quando a Europa se dessangrava na guerra impiedosa, desfraldou a bandeira da paz benfazeja, como feliz remate de sua peregrina alocução.

«Unamos pela ciência e pela palavra, formulando aspirações e semeando ideais, os nossos esforços pacíficos, para que, da crise, que a humanidade atravessa, surja amanhã um mundo melhor, menos cruel e mais justo, menos árido e mais humano, em que não apenas se salve, mas se sublime o universo de valores da Civilização que ajudamos a criar na velha Europa, e que se projeta, cada vez com mais esplendor, no Continente americano, hoje — já no outro lugar o acentuei — o Continente da paz internacional».

Do mesmo radioso idealismo ainda se embeberam as orações proferidas por ocasião da visita do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Don Luiz Lópes de Mesa, saudado pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, a 11 de outubro.

De análogos propósitos, não destoou a sessão de 14 de abril de 1942, consagrada às comemorações do Dia Panamericano, em que aceitou a incumbência o próprio Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, cujas afirmativas se revestiam dos duplos atributos da sua eloqüência e da autoridade conferida pela chefia da diplomacia brasileira.

Sem reduzir o seu programa de significação mais restrita, de análise dos homens e fatos de fronteiras a dentro, renovou, a 11 de setembro, as homenagens devidas a individualidades estrangeiras, ao festejar a visita do General Agustin P. Justo.

«Há setenta anos, Senhor General — recebia o Instituto Histórico — D. Bartholomé Mitre, tributando-lhe as honras devidas ao herói amigo», assim iniciou Pedro Calmon a sua formosa oração.

«E porque é V. Exa. o continuador de Mitre na vida política da Argentina, como êle General do seu e do meu País aqui veiu

— 89 —

oferecer a sua espada, lâmina e cruz, isto é, autoridade valorosa e confiança inesgotável — à causa que não é só do Brasil».

«Juntos, nada tememos. A América está unida, porque a América foi atacada». A festividade seguinte, em vez de ocorrer à sombra do Instituto, foi enflorar de júbilos outras associações culturais, irmanadas por análogos anseios ao sol platino.

A 27 de maio de 1943, coube ao Embaixador J. C. de Macedo Soares proferir a oração de encerramento da sessão solene promovido pela instituição que estava comemorando o primeiro centenário de sua fundação.

«Cuando el 25 de Mayo de 1843 Don Andrés Lamas y Don Teodoro Valladares crearon el Instituto Historico y Geografico del Uruguay, relembrou, tuvieron en mira, probablemente, la asociacion congénere fundada en Brasil, cinco años antes, bajo la protección del Emperador Don Pedro II».

Una y otra institucion, refletiu, tendian a una alta finalidad patriotica. Es que en el Brasil como en el Uruguay de aquella época, en el siglo pasado, el problema máximo era la consolidacion de la nacionalidad, que exigia el trabajo obscuro. pero esencial, de los historiadores y de los geógrafos».

E depois de apontar as fases diversas do desenvolvimento dos estudos históricos a que se consagram ambas as entidades e o entrelaçamento, em territorio brasileiro, de tributários da bacia amazônica e da platina, concluiu:

«Tan numerosos puntos de contactos, de union de las cuencas del Amazonas y del Plata, constituyen ciertamente ligazones potamograficas que son verdaderos lazos de sentimentos fraternales. Por tanto, aún antes de formadas las naciones uruguaya y brasileña, la geografia sudaméricana ya indicaba el natural estrechamiento de sus relaciones. La amistad uruguayo-brasileña es pues, una consecuencia indeclinable de su propia posición geografica».

Se nesse ato apresentou, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as mais ardorosas congratulações ao do Uruguai, pela passagem do primeiro centenário de sua fundação, desejando-lhe «vida próspera y feliz en pro de la grandeza de la Republica Oriental», no dia seguinte ofereceria à associação nascente, uma braçada de flores, «las más lindas do Brasil, para festejar con vosotros tan auspicioso acontecimento».

Referia-se à fundação da Academia Uruguaya de Letras, a quem fôra saudar, por designação especial.

E depois de definir os altos objetivos de semelhantes instituições, rematou: «Aqui os traigo los mejores saludos de la Aca-

demia Brasileira de Letras, unida con la expresión de mi confianza en el futuro de esta institución, con los votos más sinceros, por la creciente prosperidad a la gran Nación Uruguaya».

Cumprida, em cerimônia festiva, a missão em Montevidéu, o Embaixador Cultural do Brasil atravessou o Rio da Prata, para levar a Buenos Aires idênticas manifestações de fraternidade expansiva.

A solenidade promovida pela Academia Argentina de Letras, a 7 de junho, completou-se com a sessão extraordinária da Academia Nacional de História, que aflorara, meio século antes, com o título de «Junta de História y Numismatica Americana» engrandecido em 1938, durante a Presidência do General Agustin P. Justo.

Ao comemorar o cinqüentenário de fundação, poderia ufanar-se da trajetória percorrida, como realçou o seu Presidente, Dr. Ricardo Levene, em formosa alocução, confirmativa da influência de Mitre «símbolo viviente de los ideais que nacieron con el alba de la nacionalidad en el momento historico de la Revolucion de Mayo y despues de consumar la organizacion y la pacificación nacional ha forjado la nueva Argentina, encendiendo el ideal de las ciencias, las Artes y las Letras en la hermandad americana».

Ao agradecer tão expressivo acolhimento, o visitante recordou que «el mismo ideal los impulsa, la misma aspiracion los alienta: honrar las tradiciones nacionales».

E para comprovar os seus sentimentos de compreensiva gratidão, Macedo Soares valeu-se do exemplo romano, do século de Augusto, quando os hóspedes de famílias nobres, reconhecidos à fidalguia do tratamento com que fôssem honrados, dividiam em duas partes a «Tessera hospitalis», seña hospedera, que eran cuidadosamente guardadas en los archivos de las dos familias, en que se documentaba el deber del hospedaje».

Com semelhantes propósitos, ofereceu ao Presidente da Academia Nacional de la Historia a metade da moeda de ouro, cunhada em 1851, com a efigie de Dom Pedro II, «el gran protector del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro». «Todos los miembros de esta Academia, explicou, quedarán sabendo que, como guardias de tan preciosa reliquia, podrán ajustar su mitad a aquella que cariñosamente será conservada en tierras, también vuestras, de mi Brasil». E por ultimo, declarou: «traigo, señores mios, los votos muy sinceros del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por la creciente prosperidad de la Academia Nacional de la Historia, y por la gran felicidad perenne de la gran Nación Argentina».

E assim terminou a Missão Cultural ao Rio da Prata, que sobremaneira contribuiu para reforçar os elos de amizade entre os povos vizinhos.

Antes da viagem, o Presidente dera conta aos confrades, em sessão de 22 de fevereiro, das providências que adotara, ao sucumbir o Secretário Perpétuo, Max Fleiuss, cujo corpo decidiu que «partisse para sua última morada da sala, onde, 43 anos, serviu, decidida e eficientemente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro».

E consagrou-lhe a sessão de 23 de abril, em que diversos confrades manifestaram a sua admiração pelo companheiro desaparecido, a quem a Revista abriu evocativa «Página de Saudade», no número 182.

Ainda homenagem especial comprovaria o aprêço da instituição ao sócio benemérito, cardial Dom Sebastião Leme, desaparecido às vésperas da derradeira sessão magna.

Para lhe realçar os ensinamentos cristãos, fôra escolhido o arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, que já tinha ultimado o seu ensaio, quando, em vôo fatal, pereceu, à vista do aeroporto carioca.

Interpretou-lhe porém a peregrina oração outro arcebispo, de Cuiabá, «ornado, como êles, de letras consagradas e humanas, assim o definiu a eloqüência de Pedro Calmon, também poeta, igualmente responsável por um vasto govêrno espiritual, vibrante de anelos patrióticos, nobre campeão de idéias e, além disso, brilhante orador acadêmico, D. Francisco de Aquino Corrêa. Os ensinamentos de três insignes antístites embeberam, assim, de espiritualidade a memorável sessão de 17 de setembro.

Por ocasião de iniciar os trabalhos de 1944, o Presidente recebeu o opulento arquivo do Barão de Cotegipe, oferecido pela sua fidalga família, por intermédio do Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, mediante condições prontamente aceitas, por se harmonizarem com os propósitos do Instituto, de torná-lo utilizável pelos pesquisadores.

Em breve prazo, mediante acôrdo com os promotores da convocação, o Instituto acolheu, em agôsto, a Segunda Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, que exibiu na Sala Varnhagen admirável exposição, cujas peças se destinaram à sua Biblioteca, uma vez terminadas as atividades desenvolvidas à sombra da tradicional instituição, que hospedara, em 1932, a Assembléia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

— 92 —

Por alguns dias, suas salas animaram-se com as ressonâncias dos debates em três idiomas, português, inglês, espanhol, admitidos pelo I.P.A.G.H. em suas discussões.

Trataram especialmente da Geografia, cujos problemas proporcionaram amistosa aproximação entre os sabedores, que os estudaram em seu respectivos países e queriam conhecer as opiniões dos colegas distantes.

Destarte, a Segunda Reunião de Consulta contribuiu sobremaneira para fortalecer os elos de solidariedade cultural entre os povos americanos, cujos especialistas em tais assuntos souberam sustentar os seus princípios, sem desprezar as observações alheias, quando derivadas de maior experiência. Tornou-se patente a vitória da cooperação internacional, incomparàvelmente mais eficaz do que os esforços dispersos de cada grupo.

Fôsse apenas essa a conclusão dos debates, mantidos em ambiente de perfeita cordialidade e mútua compreensão, e bastaria para dignificar a assembléia, que o Instituto agasalhou, coerente com o seu proceder anterior e inspirado pelos mesmos radiosos propósitos de cultura e panamericanismo em sua expressão mais sublime.

Ainda era bem viva a lembrança da Reunião da Consulta, quando foi a Presidência do Instituto solicitada a consentir que o prestigioso recinto agasalhasse o X Congresso de Geografia, cuja prevista realização em Belém as circunstâncias do momento impediram.

Daí se causou a convergência, durante a semana iniciada pelo Dia da Pátria, de geógrafos brasileiros, que se entendiam fraternalmente, oriundos do extremo norte: ou do sul estremenho, para o estudo de questões atinentes aos assuntos de sua meditações.

Por dez comissões técnicas distribuiu-se o exame de 165 memórias e teses apresentadas, entre as quais figuravam muitas de valia incontestável, premiadas com louvores especiais.

Se do primeiro certame, além da valiosa coleção de livros, que lhe foi oferecida, coube ao Instituto expressiva moção de agradecimento, o outro não sòmente registrou de maneira análoga os seus sentimentos, como ainda quis concretizá-los em placa de bronze, colocada na parede fronteira à porta da entrada, para assinalar o sucesso em sintética inscrição que diz:

Neste recinto, reuniu-se de 6 a 16 de setembro de 1944, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, o X Congresso Brasileiro de Geografia.

— 93 —

Bem que incentivasse o Instituto as atividades geográficas mediante congressos, de âmbito internacional o primeiro, e de fronteiras a dentro, o outro, ambos superiormente dirigidos pelo seu preclaro Presidente, já aclamado Perpétuo, não descurava do programa nacional, por meio de conferências periódicas.

Por sugestão do 3º Vice Wanderley Pinho, calorosamente amparada pelo decidido apoio presidencial, que lhe imprimiu maior ressonância, começou, em agôsto, a série de «Tertúlias», menos formais que as outras, embora dedicadas à discussão de algum ponto controverso, baseada em documento inédito.

Antes do encêrro do período laborioso, o Instituto considerou o centenário do Barão do Rio Branco, com o intuito de combinar medidas para a respectiva comemoração, em abril.

Além da cunhagem da medalha comemorativa, empreendida pela Diretoria, mais de um confrade proferiria conferência, na sede, ou onde lhe fôsse reclamada a presença.

Os números de 186 a 189 da Revista do Instituto enfeixam inúmeras contribuições, em que se espelham as homenagens prestadas ao seu glorioso Presidente, no período de 1907 até a data do seu falecimento, em 1912. Embora as comemorações do centenário do imortal Chanceler atraíssem as atenções do Instituto e do Brasil, houve ensejo de afetuosa acolhida à Missão Cultural Francesa, constituída pelo Professor Pasteur Vallery Radot, Raymund Ronze, Capitão Pierre Gabard, que participaram da sessão de 2 de maio, presidida pelo Vive-Presidente Wanderley Pinho, que lhes deu as boas-vindas.

Não tardou a ocorrência de memorável centenário, de nascimento da Princeza D. Isabel, de cuja celebração cultural o Presidente do Instituto resolveu tomar a iniciativa, completando os propósitos louváveis do govêrno federal, que mandou considerar feriado o dia 29 de julho.

Medalha admiràvelmente executada pelo Professor A. Girardet assinalou o sucesso, que proporcionou temas para excelentes conferências, proferidas durante o mês de julho, por Maria Eugênia Celso, Carolina Nabuco, Aureliano Leite e Pedro Calmon.

E enquanto imprimia andamento à decisão inspiradora de providências, que não mais esmoreceriam, até a realização do 4º Congresso de História Nacional, outras iniciativas derivariam de acontecimentos merecedores de realce, como o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco.

Consagrou-lhe o Presidente Perpétuo merecidas homenagens, sintetizadas na oração proferida a 1 de julho de 1949.

— 94 —

«O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inaugurando o presente curso sôbre Joaquim Nabuco, tem como objetivo apresentá-lo por vários aspectos nesta hora em que se comemora, em todo o país, o primeiro centenário de seu nascimento».

E depois de interessantes considerações, rematou: «declaro iniciado o Curso Joaquim Nabuco, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no qual se inscreveram 258 ouvintes».

Doutos sabedores da obra do paladino da abolição fizeram-se, então, aplaudir no recinto augusto, onde oraram, especialmente convidados, os acadêmicos Antônio Austregésilo, Múcio Leão, Celso Vieira, Gustavo Barroso, Pedro Calmon, o Desembargador José Duarte, os Deputados Aureliano Leite e Gilberto Freire, o Ministro Anibal Freire, Cônsul Odete de Carvalho e Souza, jornalista Anibal Fernandes, Professor Artur César Ferreira Reis, cujas conferências se estamparam, em maioria no vol. 204 da Revista, juntamente com outros ensaios.

Volvidos apenas três meses, análoga cerimônia, a 29 de setembro, destinou-se a evocar individualidade igualmente imortal: Rui Barbosa.

«Neste curso, afirmou o Presidente, ao inaugurá-lo, será estudada a personalidade excelsa, sob vários aspectos, do grande apóstolo da razão, do direito, da liberdade, daquele cuja biografia, na definição de Alcindo Guanabara, podia ser simbolizada por uma seta, traçada entre a liberdade e o direito».

«O homem particular, o jornalista, o parlamentar, o advogado, o jurista, o filólogo, o diplomata, o conferencista, o educador, o político, tudo isso que havia em Rui, revive a tôda hora na imaginação de seus compatriotas».

E para interpretar êsses vários temas, aceitaram cooperar, com o seu saber e eloqüência, os convidados pelo Presidente, da classe do orador oficial do Instituto, Pedro Calmon, dos professôres Joaquim Ribeiro, Américo Jacobina Lacombe, Mário Pena da Rocha, acadêmicos Levi Carneiro, e Rodrigo Otávio Filho, Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos da Silveira Carneiro, Senador Aloísio de Carvalho, deputado Edgard Batista Pereira, cujos ensaios o volume 205 da «Revista» divulgou, além de contribuições avulsas, de várias procedências, acêrca do insigne brasileiro.

Não obstante a alta freqüência de tais cursos, em que se examinaram problemas referentes à evolução brasileira, não prejudicou a marcha da sugestão apresentada a 13 de maio de 1947 para «que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promova o IV Congresso de História em comemoração do 4º Centenário da fundação da cidade da Bahia em 1949 — primeira cidade

— 95 —

da América portuguêsa e centro inicial da Nacionalidade», e conceda ao seu Presidente «todos os poderes necessários à direção do empreendimento, à elaboração do programa prévio, à localização das sessões, e demais pormenores». Com atribuições tão amplas, que lhe delegou a Assembléia-Geral, o Presidente Perpétuo designou a Comissão Organizadora, que se reuniu, pela primeira vez, a 4 de outubro e elegeu a sua diretoria, assim constituída:

Presidente: Ministro Augusto Tavares de Lyra, 1º Vice-Presidente — Ministro Alfredo Valadão; 2º Vice-Presidente, Dr. Pedro Calmon — 3º Vice-Presidente: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho; Secretário-Geral, Virgílio Corrêa Filho, 1º Secretário — Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; 2º Secretário, Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; 3º Secretário, Afonso Costa.

Em reuniões semanais, sob a presidência do Ministro Augusto Tavares de Lyra, a Comissão examinou as sugestões de cada um, até fixar o temário que, aprovado pelo Presidente Perpétuo do Instituto Histórico, foi divulgado a 26 de outubro de 1947.

Distribuídas as incumbências de explanações das teses a escolhidos pesquisadores patrícios, a Comissão decidiu ampliá-las às instituições congêneres da antiga metrópole, pois que o fato comemorado, do qual se gerou a iniciativa da convocação do Congresso, tanto se inscreve no limiar da história do Brasil, como igualmente na de Portugal, que justamente se ufana dos feitos de Tomé de Souza e das conseqüências da sua vinda ao Brasil, para organizar o Govêrno Geral.

Desta maneira, embora se restringisse ao exame de temas referentes à História Nacional, o Congresso abriria exceção, para acolher a colaboração de ensinamentos lusitanos.

Sucessos ulteriores comprovar-lhe-iam o acêrto da decisão, em virtude da qual o Brasil recebeu a visita prestigiosa do Embaixador Especial Júlio Dantas, para êsse fim nomeado pelo Govêrno de Portugal, assim como de preclaros historiadores, que souberam honrar-lhe a cultura, mediante contribuições valiosíssimas.

A 18 de abril considerou a Comissão Organizadora ultimada a sua tarefa, com a publicação do temário, do regimento e demais peças auxiliares, e assim declarou seu Presidente, Ministro Tavares de Lyra, na sessão preparatória, ao deixar a direção dos trabalhos.

O plenário, entretanto, reconduziu-o à chefia, que soubera exercer proficientemente, e deu-lhe, por substitutos eventuais, o

Ministro Alfredo Valadão, Professor Damião Peres, Professor Ernesto de Souza Campos.

A propósito, afirmou o Embaixador J. C. Macedo Soares, à hora da sessão inaugural, a 21 de abril de 1949:

«O IV Congresso de História Nacional vai ser presidido pelo prestigioso consócio Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra. Foi êle o Presidente do III Congresso de História Nacional, o Vice-Presidente do II e o secretário do I. Sua longa experiência, sua clara inteligência e rara cultura, e seu notável bom senso, garantem sobejamente excelente direção aos trabalhos do Congresso que inicia hoje as suas sessões».

A realização correspondeu cabalmente aos auspiciosos vaticínios, desde o primeiro momento, quando o Embaixador Júlio Dantas proferiu notável oração, em que declarou: «o Marechal Carmona encarregou-me, o que constitui singular honra para mim, de depor nas mãos de V. Exa. as insignias da Grã Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, com que se digna manifestar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em nome da Nação portuguêsa, o seu reconhecimento e o seu aprêço».

Ao agradecer tão expressiva doação, recordou Aureliano Leite que, «destinada a premiar aquelas pessoas físicas ou jurídicas, que se distingam por um ideal de perfeição, espiritual e de altanaria moral, a Ordem de São Tiago foi instituída por Sua Majestade o Rei Afonso Henriques, logo após os gloriosos triunfos definitivos sôbre leoneses e mouros e a instalação da prodigiosa Nação Portuguêsa. A imensa longevidade e o generoso objetivo dessa soberba fundação, maximé, como no caso, conferindo-nos o seu mais alto grau, dizem, com efeito, da significação excepcional dessa homenagem».

Assim começou o Congresso os seus trabalhos, que abrangeram 132 contribuições, distribuídas por nove secções, para cada uma das quais o Sr. Presidente designou secretários de reconhecida competência e operosidade.

Todavia, ainda houve ensejo para visita a instituições culturais, como a Biblioteca Nacional, Casa Rui Barbosa, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Arquivo Nacional, Museu Histórico Nacional e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu Imperial, que proporcionou à delegação portuguêsa uma excursão a Petrópolis.

Na sessão de encerramento, a 28, o historiador Eduardo Dias, de Portugal, recordou, em formosa alocução, as atividades cultu-

rais do Instituto, e terminou por oferecer uma placa de bronze, colocada na ocasião, em que se lê:

> *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizando em abril de* 1949 *o IV Congresso de História Nacional, honra e exalta a Pátria celebrada na Glória de sua formação e de sua unidade.*

Encerradas as reuniões dos congressistas, que por alguns dias animaram com os seus debates, embebidos de radioso idealismo, o ambiente austero da instituição centenária, ainda permaneceriam inoperantes as suas decisões, caso não fôssem trazidas a lume.

Para tal fim, o Presidente Perpétuo nomeou comissão especial, constituída por J. B. Magalhães, Cláudio Ganns e Virgílio Corrêa Filho, que primeiramente coordenou os originais e os distribuiu por séries de 500 a 600 páginas, que iriam formar os «Anais».

A publicação total abrangeu 13 volumes, que, sem dúvida, provam a eficiência dos esforços aplicados pelos estudiosos, que devotadamente cooperaram para o bom êxito do IV Congresso de História Nacional, meses antes dos dois Cursos, dedicados às comemorações centenárias de J. Nabuco e Rui Barbosa.

Semelhantemente, a data evocativa do nascimento do primeiro cardeal brasileiro — D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti — motivou a sessão de 24 de janeiro de 1950, em que, além de Pedro Calmon, também exaltou a individualidade do eminente prelado o Professor Adroaldo Mesquita da Costa, por delegação dos Institutos Históricos dos Estados, e na ocasião Ministro da Justiça, e por último o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo, ouvido, como os outros oradores, pelo Núncio Apostólico, Monsenhor Carlo Chiarlo, cardeal D. Jaime Câmara, Presidente do Supremo Tribunal, Ministro Lauro de Camargo, e representantes de altas autoridades.

De natureza diversa patentear-se-ia a cerimônia de 19 de julho de 1951, registada pela Revista do Instituto em seu número 212, embora efetuada em outro ambiente.

A Sociedade Brasileira de Geografia, reconhecida à atuação benemérita do seu Presidente, por mais de dois triênios, ao acatar-lhe a decisão de resignar o cargo para o qual fôra ainda uma vez reeleito, houve por bem tributar-lhe enaltecedora homenagem.

E por ocasião de colocar-lhe a herma de bronze na «sala Paranaguá», o Presidente Dodsworth Martins acentuou as razões do ato, como igualmente o orador oficial, General do Exército

Estêvão Leitão de Carvalho, que lhe recordou com eloqüência a vida pontilhada de lances memoráveis, e o jornalista Carlos Pedrosa.

O acontecimento não poderia passar despercebido ao Instituto, que, em sessão de 31 de julho, ouviu palavras judiciosas de Afonso Costa, testemunha fidedigna.

«Tornemos como sendo dêste nosso Instituto a consagração oficial em tão recordado momento» e por isso «requeiro seja transcrita na Revista do Instituto a memorável alocução a que me estou referindo. Nesse documento se perpetuam os méritos de um ilustre brasileiro e da mesma feita a inteligência ponderada e clara de um brasileiro ilustre».

Assim, a centenária instituição endossou o que fizera a Sociedade Brasileira de Geografia, em honra ao seu Presidente Perpétuo.

Anàlogamente ocorreu em São Paulo, cujo governador Lucas Nogueira Garcez, inaugurou, no Palácio dos Campos Elísios, a 22 de novembro de 1952, no seu salão de despachos, o busto do ex-interventor, aquiescendo assim às solicitações da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo e mais oito associações da classe do funcionalismo estadual, que o ofertaram ao Govêrno.

Os discursos proferidos, estampados no n. 217 da Revista, relembram que o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, exceção nos Governos dos Estados, que a presidência transitória do Ministro José Linhares, a partir de 29 de outubro de 1945, confiou aos Presidentes dos Tribunais Regionais, atuou como íntegro magistrado, apesar de não pertencer à judicatura e por isso mereceu «não tanto a gratidão mas também a perenidade do reconhecimento de todos os paulistas pelo que tem feito pela política comum o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares».

Transpondo as fronteiras, para envolver assunto, que exalta a diplomacia brasileira — na sessão de 10 de setembro de 1952, coube a palavra ao escritor Antônio Ramos, ex-diretor do Arquivo Nacional de Assunção e da Secção Política e Diplomática da Chancelaria de seu país, que versou tema, a que tem dedicado pesquisas porfiadas, acêrca de «El Reconocimiento de la Independência del Paraguay por el Brasil — Misión Pimenta Bueno».

Mas, em breve retornaria aos assuntos referentes aos fastos nacionais, que dariam causa ao «Curso Capistrano de Abreu», mediante o qual analisou o Instituto a vida e obras do seu consagrado sócio, por setembro de 1953.

À semelhança do que sucedera com J. Nabuco e Rui Barbosa, e anteriormente com a Princesa Isabel, por ocasião da cele-

bração do centenário do seu nascimento, o Presidente Perpétuo ideou sistematizada série de conferências, para cuja explanação convidou sabedores, que doutamente consideraram as várias feições intelectuais do historiador cearense, exaltado por Pedro Calmon, Rodrigo Otávio Filho, Barbosa Lima Sobrinho, Gustavo Barroso, Múcio Leão, José Honório Rodrigues, Artur César Ferreira Reis, F. Mozart do Rêgo Monteiro, Anibal Freire, Honorina de Abreu Monteiro, cujas alocuções opulentaram as páginas do número 221 da Revista do Instituto Histórico com outras de origens várias, proferidas paralelamente ao programa preestabelecido.

E como se avizinhassem as comemorações do IV Centenário de São Paulo, o Instituto, ao invés de «promover no Rio de Janeiro congresso comemorativo, aprovou fôsse instituída uma grande comissão de sócios», incumbidos de cooperar para o êxito do que se realizasse em Piratininga, conforme propôs o sócio Américo Jacobina Lacombe, em sessão de 14 de outubro de 1952 e foi executado, inclusive com apreciável auxílio à magnífica «Exposição de História», organizada no Parque Ibirapuera, sob a direção do historiador Jaime Cortezão.

Na mesma ocasião, o sócio Mário Melo indicou estendesse o Instituto análogas providências a Pernambuco, que iria festejar o 3º Centenário da sua libertação.

De tôdas as cerimônias promovidas em São Paulo e no Recife, participou, por intermédio de delegação para êsse fim designada, o Instituto que, em seu recinto, conseguiu a presença de excelsas autoridades eclesiásticas, por ocasião do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.

Para lhes prestar condigna homenagem, promoveu reunião especial, de cuja mesa diretora participaram o Presidente Perpétuo do Instituto e a seu convite, Monsenhor Portaluppi, representando S. Eminência o Sr. Cardeal Legado, D. Bento Aloisio Masella, Núncio Apostólico, S. Eminência Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, S. Eminência Cardeal da Armênia D. Louis Batamian; S. Eminência Cardeal Primaz da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva; Monsenhor Othon Moto, representante de S. Eminência o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara e S. Exa. Dr. Cândido da Mota Filho, Ministro da Educação e Cultura.

«A Centenária Casa da História, guardiã das tradições nacionais esclareceu, de início, o Presidente, não poderia deixar de afirmar a sua fidelidade e a sua veneração às altas personalidades de hierarquia eclesiástica, e de interpretar o sentimento cristão da

quasi totalidade dos habitantes do Brasil, que é no mundo atual a mais populosa nação católica apostólica romana».

Mais ardorosamente exaltaria o orador oficial, Pedro Calmon, a abnegação dos religiosos, que lhe inspirou formosa alocução.

«Aqui acode o Instituto trazendo a Vossas Eminências e Vossas Excelências Reverendíssimas, assegurou, a sua homenagem, o seu aprêço, a sua gratidão, o seu aplauso».

«Dizemos, por intermédio de seus autênticos representantes, a essa igreja heróica e soberana, a essa igreja estóica e laboriosa, a essa igreja virtuosa e exemplar, que o Brasil reconhece o muito que lhe deve, tem gravado nas fibras do seu espírito a lição antiga dos taumaturgos, nem esquece as sublimes figuras que na galeria dos seus varões ilustres simbolizam quantas virtudes fizeram nosso país íntegro, livre, católico, magnìficamente brasileiro».

Com exuberante eloqüência, o Arcebispo de Diamantina, D. José Newton de Almeida Batista, interpretou os sentimentos dos seus pares ao responder às saudações enaltecedoras.

«Os representantes da Hierarquia de tôda Igreja Católica, declarou, ao externar-lhe, ao Instituto Histórico, comovidos e penhorados, os mais vivos e profundos agradecimentos, querem fazer justiça ao valor dos homens, passados e presentes, desta prestigiosa instituição, à erudição fecunda de seus trabalhos, e aos múltiplos benefícios que, de suas atividades, redundam para o bem comum».

Acordes com a magnificência das orações que vibraram no ambiente, flamejavam as capas vermelho arroxeadas e escarlates de mais de meio centena de bispos e arcebispos, além de tonalidades diferentes que distinguiram outras categorias eclesiásticas. No têrço restante das poltronas acomodara-se parte da animada assistência de escol, cujo excesso transbordava para os corredores laterais..

Em seus respectivos lugares nas arquibancadas, os sócios do Instituto puderam observar de perto e apreciar a harmonia do conjunto, que tornou memorável a sessão especial de 18 de julho de 1955.

O mesmo número 228 da «Revista», que descreve as ocorrências relativas à recepção dos prelados, também realçou as individualidades dos sócios beneméritos, Ministro Augusto Tavares de Lyra, Ministro Alfredo Valadão, e Professor Manuel Cícero Peregrino da Silva, otogenários gloriosos, cujos nomes conspícuos justamente mereceram a inclusão no «Livro do Mérito do Brasil», em cerimônia consagradora.

Dedicou-lhes artigos especiais, que ainda transbordaram para o seguinte, 229, além de lhes gravar as feições em medalhas confiadas à proficiência artística de A. Girardet.

Seriam os seus derradeiros trabalhos, pois faleceu a 16 de agôsto de 1955, ao dar os retoques finais na efígie de Teodoro Sampaio, depois de contribuir para o Instituto, com as seguintes peças:

Comemorativa do IV Centenário.

Comemorativa do Centenário de nascimento do Barão do Rio Branco .

Comemorativa do Centenário de nascimento da Princesa Isabel.

Comemorativa do centenário de nascimento de Rui Barbosa.

Comemorativa do centenário de nascimento de Capistrano de Abreu.

Comemorativa do centenário de nascimento de Vieira Fazenda.

Comemorativa da publicação da História da Companhia de Jesus do padre Serafim Leite.

Comemorativa da publicação da História Geral das Bandeiras Paulistas por Affonso de E. Taunay.

Comemorativa do 80º aniversário do nascimento do Ministro Augusto Tavares de Lyra.

Prêmio Max Fleiuss.

Mercê da iniciativa do Presidente Perpétuo, que as encomendou, por julgá-las necessárias, não sòmente as coleções do Instituto se valorizaram com tais espécimes artísticos, mais a própria medalhística nacional se opulentou, ao recebê-los.

Já por essa época, estaria em esbôço o programa de conferências com que o Instituto, na sua obra gloriosa e secular, do culto da História Pátria, prestou homenagem à memória do Marquês de Paraná, pelo centenário do seu falecimento, como anunciou o Vice-Presidente Alfredo Valadão, substituto do Presidente, cuja ausência justificou, ao inaugurá-la na sessão de 18 de julho de 1955.

Coube ao sócio benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho evocar admiràvelmente a dominadora individualidade do organizador e Chefe da Conciliação, de quem descende, ao versar o tema: «Do berço de Jacuí ao fastígio do poder».

Na segunda conferência, a 31 de julho, o Ministro Alfredo Valadão considerou a atuação de Honório Hermeto no período da «Regência à Maioridade», que investigara a preceito.

A seguinte, a 22 de agôsto, levou à tribuna o sócio Américo Jacobina Lacombe, a quem o conferencista, Professor Hélio Viana, impedido por motivos imperiosos, solicitara o obséquio de interpre-

tar, por apropriada leitura, a sua contribuição referente a «Honorio Hermeto Carneiro Leão, da Maioridade à Conciliação» (1840-1853).

Mais especificadamente dêste último tema tratou a primor o sócio benemérito José Wanderley de Araújo Pinho, a quem coube dissertar acêrca de «O Marquês de Paraná e a Conciliação» (1853-1856), conforme registou o número 236 da Revista, ao editá-las, em conjunto.

Por fim, a sessão de encerramento do ciclo de conferências realizou-se em outro recinto, a 4 de setembro.

Como tivesse o insigne brasileiro exercido missão diplomática e dirigido a pasta dos Negócios Estrangeiros do Império, o Itamarati anuiu em cooperar para maior brilho das homenagens, oferecendo o seu salão, propício a cerimônias culturais.

Acorde com a magnificência do ambiente, o orador oficial, Pedro Calmon, recordou, a propósito de «A Histórica personalilidade do Marquês de Paraná», as contribuições eruditas dos seus predecessores na tribuna quando acentuou aspectos vários da vida do estadista mineiro.

Para lhe sintetizar a trajetória luminosa, preferiu realçar alguns quadros mais expressivos, que definem à justa as qualidades e defeitos de Honorio Hermeto Carneiro Leão, em pinceladas rápidas e fortes, que maravilharam a elegante assistência, a ponto de confessar a sua ousadia em tomar a palavra, em seguida, o primeiro orador da série, H. C. Leão Teixeira Filho, para agradecer em nome dos descendentes do Marquês do Paraná, as «homenagens com que o Instituto Histórico, fiel às suas finalidades patrióticas e culturais, houve por bem comemorar o centenário do seu falecimento».

A presença do Presidente Perpétuo do Instituto no Ministério do Exterior, para chefiar a diplomacia brasileira, traria ainda outras conseqüências, entre as quais sobreleva a portaria pela qual resolveu designar funcionários da carreira para organizarem um índice geral da documentação referente ao Brasil, que se encontrar nos arquivos históricos de Portugal e da Espanha, o qual «será enviado à Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, criada neste Ministério pela Portaria de 13 de abril de 1943, a fim de que esta verifique não só os que devem ser copiados, como a ordem de procedência», e indique as pesquisas convenientes.

A iniciativa do Ministro, embora não vise a nenhum intuito de vantagens práticas, à semelhança dos convênios que promoveu, pois que rompe de imperativos culturais, deriva de exemplos lega-

dos pelos seus antecesores, que a assistência abnegada de D. Pedro II estimulava..

«Por sua influência, o Ministério de Negócios Exteriores comissionou vários de seus funcionários para empreender a busca de cópias de manuscritos relacionados com a História do Brasil». da classe de Varnhagen, A. Gonçalves Dias, J. Francisco Lisboa, Joaquim Caetano da Silva e outros que adquiriram nomeada como historiadores.

Dos resultados obtidos, já possui o Itamarati provas sobejas do acêrto da iniciativa acorde com fecundas tradições.

Ao cultuá-las, com saber e fervor, Teodoro Sampaio fêz jus à comemoração do seu centenário de nascimento por meio do «Curso», que lhe tomou o nome dedicado ao estudo de sua vida e obras.

Inaugurou-o, em sessão especial, presidida pelo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, a convite do Embaixador J. C. Macedo Soares. o Governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, emérito conhecedor da matéria, que na Escola Politécnica ensina.

Com a dupla autoridade de catedrático de hidráulica, e de dirigente de Estado que mais se beneficiou com as atividades do professor baiano, aceitou examinar-lhe as obras de engenharia.

A 24 de maio, a Professôra Heloísa Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional, analisou-lhe a contribuição de etnógrafo.

Da parte geográfica incumbiu-se o Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Conterrâneo e amigo de Sampaio, coube a Wanderley Pinho considerar-lhe, a 11 de julho, os méritos de historiador.

Por último, a brilhante alocução de Pedro Calmon sintetizou, a 28 de julho, a vida do mestiço, que saiu do berço humilde para atingir as mais altas posições da administração pública, nas letras e associações culturais, merecendo louvores gerais, que ressoaram nos conceitos de tão excelsos julgadores.

Desenvolvia o Instituto o seu programa normal, de pesquisas e conferências, quando, por junho de 1957, singular acontecimento alagou-lhe de Júbilos o Salão Nobre.

Em visita ao Brasil, que lhe retribuiu a gentileza do gesto, com afetuosa acolhida fraternal, o Presidente de Portugal, General Francisco Higino Craveiro Lopes, destinou a tarde do dia 11 para comparecer ao Instituto Histórico, onde estaria, ainda uma vez, com o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, a quem fôra entregue, dias antes, o título de Presidente de Honra, exaltado pela breve alocução do Ministro Alfredo Valadão.

«Quiz êle com tal praxe pôr os Chefes de Estado em contacto com a Casa, por excelência do Brasil, a que lhe guarda e cultiva a História, e que em si mesma é histórica, surgiu nos albôres do Brasil Autônomo e no meio de vivas e fervorosas expansões patrióticas», semelhantemente ao que sucedera em julho de 1947, ao Presidente Eurico Gaspar Dutra. Raramente se encontram no tradicional recinto, aliás acostumado ao convívio de personalidades de altas credenciais, tantas autoridades civis reunidas em tôrno da mesa diretora dos trabalhos.

Lá se achavam dois Presidentes, do Brasil e de Portugal, e do Instituto, o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, o Ministro das Relações Exteriores de Portugal, Dr. Paulo Cunha, o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clóvis Salgado, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss, dois Embaixadores, de Portugal no Brasil, Dr. Antonio de Faria, e do Brasil em Portugal, Dr. Álvaro Lins, os chefes dos Gabinetes da Presidência da República, civil e militar, o Professor E. Souza Campos, ex-Ministro da Educação, o Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, General Tristão de Alencar Araripe, o Presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, General Jaguaribe Gomes de Mattos.

Em nome do Instituto, e destas duas associações «unificadas pelo sentimento de fidelidade a Portugal, para outorgar ao Sr. General Craveiro Lopes o diploma de Presidente de honra de cada uma dessas Academias», falou o Professor Pedro Calmon.

«Somos duas pátrias e uma só cultura, frisou, dois Estados e uma só civilização, duas populações unidas pela mesma crença e a mesma língua. Somos um e continuamos a ser um em Deus, na tradição, na crença, e na raça e na atitude perante o mundo, que nos impõe a exigência de continuarmos juntos».

«De pé, acompanhado por todos os presentes, o Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, fêz a entrega ao General Craveiro Lopes dos diplomas de Presidente de honra que as três Sociedades naquele momento lhe outorgavam».

Ao agradecer os títulos e louvores, a emoção comunicativa dispensou a retórica.

«Os brasileiros, e portuguêses são muito sentimentais, afirmou o Presidente de Portugal têm o coração bem próximo da bôca e a lágrima sempre pronta no canto dos olhos».

Por fim, apresenta ao seu amigo Dr. Pedro Calmon os seus melhores agradecimentos, dizendo-lhe que guardará êstes diplo-

— 105 —

mas perto de si para que recorde sempre «aquela cerimônia memorável».

Ainda diferente sessão conjunta reuniu, a 7 de maio de 1958, no Salão de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Museu Histórico Nacional e Arquivo Nacional, em comemoração ao sesquicentenário do nascimento do Marechal Manuel Luís Osório.

Nessa ocasião, usaram da palavra o General Humberto de Alencar Castelo Branco e Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, que relembraram a vida e os feitos do ínclito brasileiro.

Além das referidas atividades nos domínios culturais, com que se prestigiou o Instituto, ao manter as tradições das mais radiosas épocas da sua evolução, a Presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares regista várias manifestações convergentes para os mesmos objetivos.

Assim é que empreendeu sanar o atraso da publicação periódica do Instituto, mercê da cooperação da Comissão Diretora, que nomeou para êsse fim, e constituída pelo General Estevão Leitão de Carvalho, Cláudio Ganns, Cel. Ref. Ex. J. B. Magalhães, substituto do saudoso consócio Feijó Bittencourt.

Adotadas outras providências, de ordem administrativa, que se faziam necessárias, a «Revista» gradativamente foi restringindo a demora em vir a lume, e há muito se mantém em dia, não obstante acrescida ùltimamente da coleção de Tomos Especiais, em número de XV, que contém o «Catálogo de Documentos sôbre a História de São Paulo, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa», obtido graças à iniciativa do consócio Dr. José Pedro Leite Cordeiro. Também conseguiu o Presidente Perpétuo, após perseverantes esforços, a escritura pela qual o Govêrno da União transferiu ao Instituto a propriedade do terreno do Silogeu, aonde lhe cumpre edificar a nova sede, para cujas obras adiantou o Tesouro Federal a parcela correspondente às primeiras despesas da construção.

José Carlos de Macedo Soares e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CORRÊA FILHO, Virgílio. José Carlos de Macedo Soares e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 261, p. 30-73, out./dez. 1963.

A reprodução deste texto foi autorizada pelo Presidente do IHGB, Prof. Arno Wehling, através do Of. 04/08, de 11 de janeiro de 2008, em resposta ao Of. PR 1154, de 19 de dezembro, enviado pelo Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes. Cópia desse documento foi incorporado ao acervo da Memória Institucional do IBGE.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Nota — Bem inspirada em definir, por idôneos colaboradores, a atuação do Embaixador José Carlos de Macedo Soares no cenário cultural e político, dentro e fora do Brasil, houve por bem a Câmara Municipal de Jundiaí solicitar a cooperação prestigiosa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Dedicadamente dirigido pelo Dr. José Pedro Leite Cordeiro, de bom grado esta instituição aceitou a incumbência de orientar e coordenar os trabalhos necessários, que serão enfeixados em volume especial.

Daí se causou o programa traçado e a distribuição dos assuntos pelos escolhidos a desenvolvê-los, evitando demasias na explanação, pois que se trata de obra de autoria variada, cujos capítulos não deverão ultrapassar determinados limites, para manter a harmonia do conjunto.

Nas páginas a seguir, divulgam-se três das contribuições elaboradas por sugestão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que não teve dificuldade de obter a anuência do convidado a versar temas que lhe são do gôsto, em homenagem ao brasileiro insigne, que já se creditou, pelos seus feitos e ensinamentos, à benemerência do Brasil.

C.D.R. — Janeiro 1960.

As estatísticas referentes ao Brasil exibiam-se ainda desconnexas e incoerentes, não obstante valiosas contribuições de estudiosos sagazes, mas isolados, à míngua de órgão apropriado a coordená-las, quando se esboçou o primeiro ensaio de articulação, inspirado pelos anseios renovadores de 1930, de que se fêz paladino fervoroso Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, após a Revolução de outubro, coube-lhe a Diretoria Geral de informações, Estatística e Divulgação, mercê da competência especializada que revelara em Minas, onde mereceu rasgados gabos a sua atuação, em prol da sistematização da Estatística.

Ansioso de agir em cenário mais amplo, em que pudesse traçar novos rumos, promoveu a conferência de representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Acre, único Território então existente, de cujas discussões e pareceres resultou, a

— 34 —

20 de dezembro de 1931, o «Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais brasileiras», primeiro passo na avançada progressiva.

Baseado nos ensinamentos colhidos, ao aplicar o regime inovador, elaborou, sem tardança, anteprojeto de Instituto Nacional de Estatística e Geografia, que lhe concretizaria o idealismo construtivo.

Irmanado em análogos propósitos, o Ministro da Agricultura, então Major Juarez Távora, devidamente autorizado pelo Chefe do Govêrno Provisório, reunira idônea comissão inter-ministerial, «para estudar um plano de organização e de uniformização de estatística brasileira».

Ao seu exame foi submetida a contribuição da diretoria de Estatística do Ministério da Educação, para lhe verificar as condições de exeqüibilidade e vantagens.

Parcialmente aprovada, de suas indicações, embora mutiladas, gerou-se o Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, para atender à conveniência, como lhe resava o primeiro considerando, de «estabelecer, de modo permanente e sistemático, a coordenação de todos os serviços estatísticos de interêsse geral, já existentes ou que vierem a existir nas várias esferas e dependências da administração pública ou em instituições privadas, e de fixar, bem assim, as mais favoráveis condições para o progressivo desenvolvimento técnico dêsses serviços».

Determinou-lhe o artigo I a criação do «Instituto Nacional de Estatística, como entidade de natureza federativa», excluindo o segundo ramo, referente à Geografia.

Inoperante nos primeiros tempos, existia oficialmente, sem produzir, todavia, os benefícios a que visava.

Tornou-se em breve patente a sua ineficiência, quando os pesquisadores estrangeiros indagavam do Itamarati como deveriam proceder, ao analisarem as informações estatísticas fornecidas por várias repartições brasileiras, que não se harmonizavam em suas investigações.

Não raro tratavam de análogos fenômenos, mas definidos com índices discordantes, que dificultavam racional interpretação.

O Conselho Federal do Comércio Exterior, a quem se dirigiam os interessados, não dispunha de meios para evitar as apontadas discrepâncias.

Ministro das Relações Exteriores, porém, desde julho de 1934, compreendeu o Embaixador José Carlos de Macedo Soares que

não mais deveria perdurar tão penosa falha de organização, que duplicava nocivamente os esforços dos operadores, no país, e provocava desairosos comentários nos meios cultos estrangeiros.

Em busca de solução apropriada, convocou especialistas no assunto, que, a seu convite, se reuniram no Itamarati, para estudarem o problema e sugerir eficazes providências.

Depois de elucidativas discussões, nenhuma outra se lhes afigurou mais urgente do que a imediata e cabal execução do Decreto n.º 24.609.

Ciente das conclusões a que chegaram os sabedores, após minuciosos exames da conjuntura, o Chefe do Govêrno, por bem lhe compreender a magnitude, resolveu dar alento ao órgão, cuja existência ainda se mantinha em fase de vida latente.

Decidido a fazê-lo funcionar em condições produtivas, uma vez que já lhe decretara a criação, em moldes originais, de experiência *sui-generis* no direito público brasileiro, esmerou-se na escolha de quem pudesse imprimir-lhe à direção dos trabalhos apropriado ritmo.

E ao inaugurar, a 29 de maio de 1937, a Junta Executiva Central, como primeira medida prática, no próprio Palácio do Catete, ufanou-se o Presidente Getúlio Vargas de ter propiciado o início de promissora inovação administrativa.

Acentuou, para evidenciar, como prova do seu carinho e irrestrito apoio à nascente instituição, que lhe dera a sua casa e o seu ministro, pois que a abrigara em sala contígua à Secretaria da Presidência e lhe entregara a chefia ao Ministro das Relações Exteriores que, nomeado interinamente, permaneceria no cargo, exercido sem remuneração, para dignificá-lo com o seu prestígio, por mais de uma década.

Sob a sua clarividente e operosa Presidência, começou a Junta Executiva Central a empreender fecundas iniciativas, inspiradas por seu idealismo, de que derivou a convenção de 11 de agôsto, firmada pelos representantes de unidades políticas e administrativas, aprovada e ratificada pelo Decreto n.º 1.022, e seguida, a breve prazo, da Assembléia-Geral.

Inaugurada solenemente a 15 de dezembro, aprimorou a estruturação legal do sistema de coordenação dos trabalhos estatísticos, no Brasil, graças à eficiente colaboração de quantos nutriam as mais radiosas esperanças na experiência que se iniciava.

Começou, então, a operar o singular organismo, em regime de cooperação inter-administrativa.

Sem agravo à autonomia de nenhuma unidade federada, antes com o seu pleno consentimento e deliberação de concorrer

— 36 —

para tão patriótico empreendimento, fortalecedor da unidade nacional, o Instituto conseguiu enfeixar na mesma fórmula de coordenação eficiente os órgãos existentes, ou que se criassem, não só na órbita federal, como estadual e municipal. E por assim obrar, teve que se moldar em bases diferentes das que regulam comumente os diversos ramos da administração pública.

Fiscalizada a sua atividade pelos membros componentes, reunidos em Assembléia-Geral, possui legislação própria, pelas quais se lhe norteiam as campanhas de intensidade crescente, em extensão, quanto em profundidade.

A primeira, após ensaiado com êxito o princípio propugnado, em matéria de estatísticas educacionais, sob normas padronizadas e sistemáticas, aplicou-se em dilatar o campo de observações, de sorte que incluissem outros aspectos da vida nacional, como a integração da estatística do comércio exterior das Unidades da União, sem demora conseguida.

Faltava, porém, aplicar à Geografia os mesmos preceitos fecundos de que se aproveitara a Estatística.

A propósito, em visita ao Rio, no decorrer de junho de 1933, o Professor De Martonne instou pela adesão do Brasil à União Geográfico Internacional, de que era Secretário-Geral de reconhecido prestígio.

Animado de análogas aspirações, quando chegou o Professor P. Deffontaines, em cumprimento de contrato, para lecionar na Faculdade de Filosofia recém-criada, inteirou-se das condições existentes, que o aproximaram do Itamarati, para pleitear providência semelhante, que exigiria a ampliação do Instituto, a fim de abranger o ramo geográfico.

Aceita a sua argumentação, conceituados professôres foram na ocasião solicitados pelo Chanceler a opinar, como anteriormente ocorrera, em relação à Estatística.

De seus pareceres originou-se o anteprojeto de criação do sistema dos serviços geográficos brasileiros, sob a égide do Conselho Nacional de Geografia, conforme prescreveu o Decreto n.º 1.527, de 24 de março de 1937.

Das resoluções de sua primeira Assembléia-Geral e da Estatística atinentes ao assunto, derivou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em moldes *sui-generis*, que envolvem desde o título, as duas alas permanentes — o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia, além da temporária — Serviço Nacional de Recenseamento.

De como atuou a Presidência do IBGE, exercida pelo seu fundador, que desde o início confiou as duas Secretarias Gerais

— 37 —

a M. A. Teixeira de Freitas e C. Leite de Castro, seus dedicados colaboradores na organização, respectivamente, do CNE e do CNG, expressiva síntese esboçou o professor Mozart Monteiro, na primeira sessão do Instituto Histórico, a 8 de maio de 1951, após a renúncia ao cargo de quem soube dignificá-lo por mais de três lustros.

Sob sua esclarecida chefia, o Instituto alcançou assinalada eficiência e prestígio, apontado por modêlo a mais de um país americano, como indicam os fatos e opiniões de competentes observadores.

Assim, o I Congresso Brasileiro de Cultura, endereçou-lhe, a 29 de maio de 1940, por decisão tomada em plenário, expressiva moção, consoante a qual, além de outras razões:

> «Considerando que ao Primeiro Congresso de Cultura compete assinalar as expressões culturais tanto no passado como igualmente na atualidade, que sem contestação possível, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao comemorar, hoje, o seu 4º aniversário, pode apresentar excelente acervo de contribuições de valia cultural em qualquer das suas alas, como patenteia a leitura das publicações periódicas referentes à Estatística, Anuário, Revista e dos ensaios avulsos da Comissão Censitária; que, especialmente ao que toca ao estudo da terra brasileira, a Revista Brasileira de Geografia, de que já sairam a lume cinco números, emparelha-se com as melhores do gênero publicados no estrangeiro, no versar questões de Geografia humana e econômica; que, de mais a mais, o Conselho que a edita, tem por fim metodizar as atividades geográficas do país, orientadas por seguro critério cultural, como evidenciou a exposição de mapas municipais, referentes aos 1 574 municípios brasileiros, e elaborados pelo mesmo padrão uniforme, os mapas, que foram enviados à Exposição de Portugal, os mapas murais, destinados às escolas, que se acham em preparo;
>
> Considerando, por fim que o Conselho Nacional de Geografia tem desenvolvido atividades acentuadamente culturais, resolve consignar um voto de aplausos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e em particular ao Conselho Nacional de Geografia pela obra cultural que está realizando».

— 38 —

Decorrido maior prazo, registraria em 1944, a *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 2, ano VI:

«Em oito anos apenas de atuação, o Instituto transformou por completo o conceito da estatística brasileira dentro e fora do país, do que são provas os expressivos pronunciamentos que tiveram a seu respeito o «Oitavo Congresso Inter-Americano de Municípios, realizado no Chile, quando não a circunstância de haver sido conferida a um brasileiro (M. A. T. Freitas) a primeira presidência do Instituto Interamericano de Estatística».

Manifestação de análoga significação ainda se repetiriam com freqüência, culminando na eleição do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para a presidência do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, decidida pela sua IV Assembléia-Geral.

Assim se expressava o reconhecimento geral dos interessados no progresso da geografia e estatística, evidenciado pelos esforços do IBGE, diretamente, ou mediante patrocínio de iniciativas convergentes para análogos objetivos.

O seu comparecimento às reuniões culturais no estrangeiro propiciava oportunidade para tornar conhecido de maior número de especialistas os resultados de suas observações e estudos.

Assim ocorreu por ocasião de realizar-se, durante a segunda semana de maio de 1940, o VIII Congresso Científico Americano em Washington, como parte integrante do programa de comemorações do 50º aniversário da fundação da União Panamericana, o II Congresso interamericano de municípios, de setembro de 1941, que, em Santiago do Chile, atribuiu ao Brasil «a coordenação de tôda a estatística e dos orçamentos dos municípios do continente», a IV Assembléia-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que, por agôsto de 1946, confirmou, em Caracas, a criação da Comissão de Geografia, confiada ao govêrno do Brasil e completou, com a de história, as três que deveriam executar as tarefas do Instituto.

A sessão brasileira, constituída por elementos das duas, irmanadas à de Cartografia, mais antiga, não tardaria a ser instalada no Itamarati, a 17 de outubro de 1947, presente o Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, além do Presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

As ligações intensivas, que estabeleceram simbiose cultural entre o IBGE e o IPAGH, vantajosas a ambos os organismos, naturalmente se fortaleceriam quando lhes fôsse comum a Presidência, incentivadora de empreendimentos de alta significação.

— 39 —

Antes, já sobressaíra a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia realizada sob o patrocínio do CNG nesta Capital.

Inaugurada solenemente no Palácio Tiradentes, a 15 de agôsto de 1944, operaram as suas sessões no Instituto Histórico, até o encerramento a 25, sem prejuízo da «Exposição Cartográfica Pan-Americana e Aspectos Geográficos do Brasil», exibida no 21º andar do Edifício Serrador.

Completou-se com as excursões geográficas, apreciadas pelos visitantes, que por aprazível semana conheceram mais de uma região brasileira, caracterizada por suas peculiaridades.

Da ocorrência memorável resultou expressivo pergaminho comemorativo, que reza:

> «Ao Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
>
> Exmo. Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que tão brilhantemente dirigiu os trabalhos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia e presidiu a Delegação Brasileira ao Certame, o Diretório apresenta vibrantes aplausos, ressaltando o inestimável serviço que prestou às tradições culturais do Brasil».
>
> «Art. 3º da Resolução n. 167, de 3 de outubro de 1944, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia».
>
> Os membros do Diretório Central e da Delegação Brasileira à II Reunião Pan-Americana do Conselho sôbre Geografia e Cartografia solidarizam-se com a merecida homenagem ao seu preclaro Presidente, o eminente brasileiro José Carlos de Macedo Soares.
>
> Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1944».

Ao entregar-lhe o documento, o Coronel Sebastião Claudino de Oliveira, em nome dos que o assinaram, e dos componentes da Junta Executiva do CNE e da Comissão Censitária, presentes, explicou as razões da oferta, em conceituosa alocução.

«Êste documento, que V. Exa. guardará como a prova de um dos seus mais belos serviços do Brasil, é o testemunho da gratidão dos delegados brasileiros ao seu eminente chefe pelas sábias diretrizes que soube aplicar aos trabalhos da Delegação,

— 40 —

e, também, pela maneira admirável como soube conduzir, como Presidente, as atividades da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia».

Ainda esta Capital proporcionaria cenário, em setembro de 1949, de 12 a 24, à «I Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia», promovida pelo I. P. A. G. H. e organizada pelo Conselho Nacional de Geografia, por se achar sediada no Brasil a Comissão de Geografia.

Ao encetar os respectivos trabalhos, no salão de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, perante «delegados de quase todos os governos dos países das Américas» e numerosas instituições interessadas, relembrou o seu Presidente Perpétuo que naquele recinto augusto se efetuara, em 1932, a Assembléia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

E depois de assinalar as iniciativas em que se empenha o Brasil, por seus órgãos dedicados a investigações geográficas, refletiu, à luz dos mais radiosos ensinamentos na especialidade:

> «De todos os setores dos conhecimentos sistemàtizados da ciência moderna, a Geografia foi, indiscutìvelmente, daqueles que mais evolveram nos últimos decênios.
>
> Nascida para mera nomenclatura de acidentes geográficos, com que atendia às necessidades da primitiva sociedade humana, passou ao ciclo da descrição, que justificou perfeitamente a origem etimológica da palavra Geografia, para atingir modernamente ao ciclo da explicação, com que se credenciou para o ingresso no templo da ciência.
>
> «Depois de se apoiar na memória e, mais tarde, na arte descritiva, a Geografia, baseada no seu moderno arcabouço científico, realiza hoje obra prática de suma importância para a solução de quase todos os problemas de Govêrno, notadamente dos que dizem respeito à felicidade humana, quando estuda o planeta em função do Homem.
>
> «Nestas condições, dando os fundamentos de base à ação humana no Globo terrestre, a moderna ciência geográfica colocou-se ao serviço de estadistas e dos administradores das grandes emprêsas públicas e privadas, mais ainda, contribui para o equilíbrio da vida internacional, que, em nossos dias, graças às conquistas

— 41 —

> do Homem, gira em tôrno de irrefragável interdependencia das nações».

Coube ao Secretário-Geral do Conselho, que também o era da I Reunião de Consulta, expressar análogos conceitos na sessão de encerramento, quando declarou:

> «Considero a maior conquista da I Reunião o consenso dos geógrafos presentes quanto à utilidade da ciência geográfica, no sentido de haver nos estudos geográficos a preocupação constante das necessidades humanas».

Análogo empenho, de ativar a cooperação científica no país, por meio de certames, já vinha o Conselho Nacional de Geografia praticando desde 1940, quando patrocinou a realização do IX Congresso Nacional de Geografia.

A série, organizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, transfigurada atualmente em Sociedade Brasileira de Geografia, interrompera-se, em Vitória, com o VIII, por volta de 1926.

Embaraços ulteriores impediriam o prosseguimento regular conforme a previsão, até que se manifestou o auxílio do Conselho, não sòmente por ocasião dos trabalhos, iniciados a 7 de setembro de 1940, em Florianópolis, mas igualmente pela impressão dos respectivos «Anais».

O entusiasmo da retomada dos encargos levou a Comissão Organizadora a escolher Belém para a sede do X Congresso, previsto para 1943.

Dificuldades de transporte na ocasião malograram o plano, tornando-lhe indispensável não só o adiamento, como também a mudança para o Rio de Janeiro, onde se inauguraram os trabalhos a 7 de setembro de 1944, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A «Exposição», que os completou, no mesmo local, em que se exibira a «Pan-Americana», indicou os progressos obtidos até a data.

Mais amplos e significativos seriam mostrados em Lisboa, onde o Conselho Nacional de Geografia participou do XVI Congresso Internacional de Geografia, em abril de 1949.

Tais demonstrações, em certames, nacionais e estrangeiros, evidenciavam o desenvolvimento das atividades culturais do IBGE, em todos os seus âmbitos.

— 42 —

Por sua iniciativa, criaram-se repartições de estatística nas Unidades Federadas, onde não existissem, e de secções de Estatística militar nos órgãos centrais e regionais e na Secretaria-Geral.

Celebraram-se Convênios Nacionais de Estatística Municipal, «através dos quais se fixaram normas fundamentais para o funcionamento, consoante moldes de padronização técnica, das organizações municipais de estatística».

Cuidou-se igualmente da melhoria do Registro Civil, das estimativas de produção agro-pecuária, e padronização sistemática da nomenclatura das repartições federais, estaduais e municipais de estatística, e execução das campanhas para a coleta, mediante os Cadernos A, B, C, D.

O desempenho satisfatório dessas tarefas tornou-se possível mercê da organização de Curso Teórico-Prático de Estatística, e vários Cursos de Aperfeiçoamento, que sobremaneira contribuíram para a formação de hábeis profissionais, como também ocorreu na ala geográfica.

Além do primeiro, de alto nível, destinado à «Especialização de Engenheiros», instituído pelo CNG, com o objetivo de preparar operadores, cujos processos de observação e cálculo obedecessem às mesmas normas sistemáticas, organizou-se o Curso de Cartografia, em benefício dos auxiliares técnico, tanto da repartição central, como das demais especializadas, federais ou regionais.

Inaugurado festivamente a 16 de dezembro de 1942, completar-se-ia, a breve prazo, com os de geomorfologia, e, destinados aos servidores administrativos, os de taquigrafia, inglês e português.

Para os professôres de geografia do ensino secundário, beneficiados por iniciativas anteriores, coroadas de êxito, Resolução da Assembléia-Geral de 11 de julho de 1946 disciplinou a matéria, com o fim de imprimir «caráter permanente, na segunda quinzena de junho de cada ano aos «Cursos de Informações Geográficas».

Ao mesmo tempo, em cooperação com a Faculdade Nacional de Filosofia, que instituiu o «Curso de Férias», coube ao Conselho a organização, execução e financiamento da parte referente à Geografia.

Graças a tais empreendimentos, referidos pela rama, espraiou-se por várias regiões do país o influxo educativo do IBGE, que se pode ufanar de bem orientar e aprimorar a mentalidade ibegeana, tanto na ala da geografia como da estatística.

As provas constam de suas publicações, em cujas páginas são progressivamente mais numerosas as contribuições da geração que lhe deveu a formação especializada.

— 43 —

A «Revista Brasileira de Estatística», órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística, iniciada em 1940 e o «Boletim» estampam quadros estatísticos e estudos, que se exibem, em visão panorâmica, no «Anuário Estatístico», exaltado pelos gabos dos estudiosos, que não podem prescindir de suas informações racionalmente apresentadas.

E as obras avulsas completam a doutrinação, que modificou totalmente os processos de ensino praticados anteriormente e até a conceituação científica.

Em outra ala a «Revista Brasileira de Geografia», de publicação trimestral desde 1939, quando lhe saiu a lume o número inaugural da série, cumpre à risca o programa que lhe apontou a «Apresentação» firmada pelo Presidente do IBGE:

«cotribuir para um melhor conhecimento do território pátrio, difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica, promover o intercâmbio com as instituições congêneres».

Não tardou a fazer-lhe companhia o «Boletim Geográfico Brasileiro», de maior penetração nos domínios do ensino, desde abril de 1943. A Biblioteca Geográfica Brasileira, constituída de monografias elaboradas por conceituados sabedores em cada ramo e inúmeras obras avulsas, aumentam a expansão publicitária do Instituto, que só se tornou exeqüível pela organização do seu «Serviço Gráfico», dotado de instalações adequadas, que lhe permitem atender às produções crescentes das duas alas permanentes, a que se juntam, periòdicamente, as contribuições do Recenseamento, cuja execução lhe foi cometida por lei especial.

As dezenas de volumes em que se enfeixam os resultados colhidos, mediante inquéritos criteriosamente formulados, opulentam as bibliotecas dos especialistas e de instituições, que necessitem consultá-los em suas indagações.

Enquanto as obras impressas documentavam o labor, no escritório, dos intérpretes de suas aspirações, prosseguiam no campo, em suas tarefas específicas, os obreiros do Instituto, em ambas as alas, por meio de levantamentos estatísticos, geográficos, censitários, conforme a oportunidade.

Mais intensos ao fim do decênio, quando se aproxima a época de novos censos, como ocorreu em 1940 e 1950, êstes últimos diminuem nos intervalos, diferentemente dos estatísticos, cujo ritmo de trabalho não admite esmorecimento, para acompanhar a vida brasileira com a sucessão de fenômenos a que se referem.

De tais atividades não tardaram excelentes frutos, desde a campanha inicial, da qual se gerou, pela primeira vez no país, a

— 44 —

«Exposição de Mapas Municipais», com 1.574 peças, correspondentes às unidades administrativas existentes.

Ao inaugurá-la, a 29 de março de 1940, congratulou-se o Presidente Getúlio Vargas com os colaboradores responsáveis pelo êxito e frisou:

> «deve-se isto à reconhecida operosidade e ao desinteresse patriótico do Embaixador Macedo Soares, que, supervisionando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade, tão próprias do seu temperamento, para conseguir ótimos resultados em tôdas as emprêsas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir».

Seria, porém, apenas sinal de partida, logo seguida pela «Campanha das Coordenadas Geográficas», promovida para determinar a posição real das localidades, que figurariam, em sua situação exata, nos desenhos futuros.

Antes que se ultimasse, ainda inspirou, pelos magníficos efeitos colhidos, a mobilização dos técnicos que a estavam executando, com êxito, para missões diversas, nas quais pudessem aplicar a sua comprovada proficiência.

Decorrido apenas um qüinqüênio, organizou-se, em 1944, turma de triangulação geodésia, solicitada, pelo Departamento Nacional da Proteção Mineral do Ministério da Agricultura, a operar na zona carbonífera de Santa Catarina, entre o «paralelo de Imbituba, o rio Mampituba, o Oceano Atlântico e a Serra Geral».

Daí partiria a triangulação da cadeia do arco de meridiano de 40°, que atingiu Goiânia em julho de 1949, com 1449 quilometros de percurso e 265 vértices.

Pelo paralelo de 20º, outras cadeias se estenderiam, até a mais longa, a transcontinental, que atravessa o Brasil de leste a oeste, de Vitória a Corumbá, numa extensão de cêrca de 2 000 quilômetros.

Na cidade matogrossense, próxima à fronteira, unem-se o sistema brasileiro de triangulação e o «interamericano que nos chega através do território boliviano e destinado a ligar entre si as três Américas».

Dentro do país, a triangulação avançou para o nordeste; em cadeia contínua desde a fronteira sulina, enlaçando localidades importantes, e capitais, entre as quais sem demora figuravam Pôrto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Belo Horizonte e Goiânia.

— 45 —

Ao mesmo tempo, constituiu-se a primeira turma de nivelamento, que seguiria a triangulação de primeira ordem, ao passo que a de «Levantamentos Mistos» empreenderia a execução do conjunto de operações, mas em área reduzida.

Dessa maneira empenhou-se o Conselho por obter, diretamente, com as suas turmas de profissionais bem treinados, os elementos que iria aplicar na elaboração da «Carta Geográfica do Brasil», na escala de um por um milhão, de cuja atualização o incumbira Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938.

A anterior, em comemoração ao Centenário da Independência, foi publicada pelo Clube de Engenharia, mas necessitava de harmonizar-se com os progressos verificados ulteriormente.

Trabalhos hidrográficos, de reconhecimentos e explorações para estradas de ferro e de rodagem, de viagens e pesquisas, de demarcações de fronteiras, fotografias aéreas, serviços topográficos e geodésicos em mais de uma região, foram ultimados nos dois decênios decorridos, proporcionando informações valiosas a quem as quisesse utilizar.

Empenhou-se o Conselho em coligir os dados existentes, mas dispersos por várias repartições oficiais, emprêsas particulares, que lhes facilitaram a consulta aos seus arquivos e cópias de mapas, esboços, plantas, relatórios, descrições, e quanto pudesse contribuir para a execução da magna tarefa.

Baseado em semelhantes informações, não raro modificadas pelas contribuições dos seus técnicos, conseguiu o Conselho, a 23 de junho de 1947, exibir a primeira fôlha impressa, referente a «Uruguaiana S. E.», com as características adotadas na sua elaboração, desde a seleção dos elementos informativos, obtidos nas fontes mais autorizadas, até a uniformização de normas de trabalho, tanto fora, como de escritório, resultantes de cursos especiais.

Em correspondência com as operações de campo, empreendidas precìpuamente para utilização cartográfica, também se realizaram as planejadas para investigações diferentes, mais intensificadas depois que se ampliou em «Divisão» a primitiva «Seção de Estudos Geográficos».

Ao comemorar o Conselho o seu 10º aniversário, nenhuma cerimônia excederia em significação científica a inauguração, a 24 de março de 1948, da Divisão de Geografia, com as cinco Seções destinadas a trabalhos da Geografia Regional, e mais uma de Estudos, reservada à Geografia Sistemática.

Valendo-se da oportunidade, o respectivo Diretor, Eng. Fabio de Macedo Soares Guimarães, considerou a posição da Geografia,

— 46 —

que dividiu em Regional e Sistemática, pela diferenciação dos respectivos métodos de ação.

Uma, porém, não exclui a outra, ao contrário, completam-se.

«O grande surto da Geografia Sistemática, frisou a propósito, marcou a fase atual, que chamamos da Geografia Moderna, obra indiscutível de dois gênios — Humboldt e Ritter».

«Em Geografia Sistemática, fazemos análise. Em Geografia Regional fazemos síntese. Mas para chegar à sintese regional, temos sempre que efetuar a análise sistemática».

Acentuou que a «Divisão de Geografia não é só uma casa de trabalho, mas também uma escola».

E como lhe eram conhecidos exemplos além das fronteiras asseverou.

> «O Conselho Nacional de Geografia é o único instituto oficial de pesquisa geográfica no mundo. É uma grande experiência que se realiza. Os geógrafos estrangeiros olham ansiosos para o nosso trabalho, pois do êxito dessa experiência depende o futuro da Geografia em seus próprios países».

Os seus anseios renovadores evidenciaram-se na elaboração do projeto de divisão do país em grandes regiões, aceito sem demora, pelos que lhe empreendem o estudo estatístico, geográfico, ou de qualquer outra espécie, pois que derivou de critérios acordes com a realidade.

Não sòmente de definir as grandes porções propícias à análise dos fatos regionais cogitou o Conselho, que também se interessou por assinalar, sem possível dúvida de interpretação, as divisas interestaduais, intermunicipais, interdistritais, que não raro se interferiam confusamente, provocando desarrazoados litígios.

Entre as anomalias que o meticuloso exame de cada caso mostrou, figuravam até municípios, cuja sede se achava encravada no território vizinho.

Ou, então, os confinantes abrangiam faixa comum de terreno, como se fôsse admissível dupla jurisdição.

Na correção de tôdas essas irregularidades, o Conselho, oferecendo a sua colaboração técnica e patriótica, atuou eficazmente, para obter soluções razoáveis, graças à boa-vontade geral dos interessados.

Aliás, baseado em tais sentimentos, que o estimulavam à ampliação de suas iniciativas, ideou as «Tertúlias», descritas e real-

— 47 —

çadas por um dos seus mais eminentes freqüentadores, o Professor Everardo Backeuser.

Da convocação de 4 de novembro de 1943, promovida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, de geógrafos e professôres de geografia, proveio o plano de reuniões, que seriam franqueadas a quantos se interessassem por semelhantes estudos.

Classificar-se-iam em duas categorias, mensais, adstritas a programa sistemático, de três comunicações apresentadas por técnicos de nomeada, ou semanais, destinadas ao debate de questões geográficas.

A primeira plenária solenemente se realizou na Sala Varnhagen, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que disertou o Professor F. Ruellan acêrca de «Metodologia Geográfica Moderna», o Coronel-aviador Lysias Rodrigues sôbre o rio Tocantins, e o engenheiro Francisco de Sousa a respeito dos Serviços meteorológicos brasileiros, de que era diretor.

Ao comentar os fatos que testemunhara, jubiloso refletiu E. Backeuser, com a sua autoridade de professor acatado:

«A Geografia está atravessando no Brasil uma fase que, usando têrmo petrográfico e empregando-o nesse sentido técnico, poderíamos chamar de *efusiva,* isto é, de extravasamento, de incadescente entusiasmo e de infiltração nas diversas camadas sociais do país.

Tôda gente já está, de fato, dando a essa ciência um pouco de atenção. E qual a razão dêsse intenso movimento em tôrno da Geografia? — Há, pensamos, duas importantes causas: os cursos de Geografia (ou Geografia e História) das Faculdades de Filosofia, de criação recente e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nasceram as duas organizações quase ao mesmo tempo».

Restringindo a análise ao segundo fato, citou-lhe a última criação — as «Tertúlias», que atribuiu ao Presidente: «a êle, à sua atividade e brilho intelectual, à sua capacidade de trabalho e dedicação, deve o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o porte elevado que atingiu».

«A Macedo Soares, realmente, se deve tudo, ou porque êle mesmo haja idealizado e planejado, ou porque haja dado às novas emprêsas o seu apoio inteligente».

Em que, porém, consistiriam essas Tertúlias, especialmente as semanais, inauguradas a 5 de janeiro seguinte?

— 48 —

«São o debate vivo, esfusiante, realizando essa obra de cooperação, que é o anseio da pedagogia moderna, em todos os graus do ensino. São verdadeiros «Seminários» de Geografia».

«A Técnica dêsses trabalhos é que é sui-generis», acrescentou o douto comentador.

«Alguém propõe um tema, por exemplo, para citar alguns dos trazidos ao tablado: a correlação entre chuvas e terrenos florestados, o formador principal de um rio, a hipótese de trabalho em Geografia, o plano de campanha de uma região pouco conhecida no Brasil. O tema é exposto por quem haja sido designado pelo presidente. É exposto objetivamente em curtas palavras, sem floreios retóricos. Nada de gestos oratórios, de tremores de voz. É como uma sessão da Academia Brasileira de Ciências».

Depois de breve silêncio, «espoca a primeira dúvida, o primeiro pedido de esclarecimento, de algo que não ficou bem claro. Depois outro, outro e mais outro. Em calma. Sem interrupções intempestivas. Só fala quem tem alguma coisa nova a propor e o interpelado responde, esclarece, vai ao quadro negro, elucida. Afinal, a palavra do chamado coordenador. Resume os debates. sublinha as divergências, põe os pontos nos ils.

Nem votações, nem a pretensão de esgotar o assunto. Apenas focalizá-lo, iluminá-lo, trazê-lo à meditação».

Os empreendimentos culturais do Instituto, porém, não se reduzem ao ambiente carioca. Bastava estimuladora ocasião, para que, superando obstáculos, atuasse em cenário distante, como ocorreu por ocasião da inauguração oficial de Goiânia, causadora do seu «Batismo Cultural», e promovida pelo entusiasmo cívico do Interventor Pedro Ludovico.

Além do VIII Congresso Brasileiro de Educação, para cuja realização concorreu, ainda cuidou o Instituto de levar à mais nova das Capitais brasileiras a II Exposição Nacional de Educacação, Cartografia e Estatística, a V Sessão Ordinária das Assembléias-Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia.

As conferências proferidas na ocasião por geógrafos de renome, a começar de Francis Ruellan, que dissertou acêrca de «Les méthodes modernes d'enseignement de la Geographie». Afonso Varzea, Tenente Coronel Lima Figueiredo, José Veríssimo da Costa Pereira, General Souza Docca, M. A. Teixeira de Freitas. harmonizavam-se com a oração gratulatória pronunciada, a 5 de

— 49 —

julho de 1942, pelo arcebispo de Cuiabá, Dom Aquino Corrêa, que, depois de acentuar a significação daquele ato, concluiu:

«Hoje, são nossos corações de brasileiros que Goiás conquista. com o fogo sagrado de Goiânia, de onde levaremos, acesa, a chama do amor cívico e fraterno, a centelha da confiança nas energias latentes e taumaturgas da nacionalidade, a flama olímpica da fé e do patriotismo, que nos faz, para todo o sempre, lembrar êste risonho planalto em flor, e exclamar num misto de emoção e de saudade: Glória a Deus nas alturas: Gloria in excelsis Deo».

Depois da homenagem à cidade caçula do Brasil, abriu-se oportunidade para ser festejada a primogênita, edificada por Tomé de Souza, quando celebrou o seu quarto centenário de fundação, em 1949.

Para lhe prestar honras especiais, decidiu o IBGE realizar a sua IX Assembléia-Geral na capital baiana, remoçada para comemorar galhardamente a data memorável.

Atendida, pelo Presidente da República, a solicitação respectiva, para transferência de local, Salvador acolheu fidalgamente os delegados, que a 1 de julho inauguraram, em conjunto, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, os trabalhos respectivos.

Na primeira convocação, após a separação das duas alas, para suas tarefas peculiares, o Professor Eugênio Vilhena de Morais, representante do Ministério da Justiça, referindo-se ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disse que «embora não tenha o mesmo podido comparecer à presente Assembléia, a sua presença estava, entretanto, no espírito e no coração de todos os presentes, pois sendo o Embaixador Macedo Soares fundador do IBGE, a sua atuação pessoal refletia-se com tôdas as meritórias contribuições culturais da instituição, por ser êle o principal orientador e animador de tão valiosas atividades. O Professor Vilhena de Morais propôs a remessa de uma mensagem ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, tendo, a propósito, feito uma sucinta e substanciosa apreciação acêrca da obra cultural de S. Exa. não sòmente como bem da cultura geral, mas ainda como autor consagrado de obras geográficas e históricas. A Casa aprovou, assim conclui a notícia da ocorrência, com uma salva de palmas essa proposta».

Antes de encerrar os seus trabalhos, durante os quais desenvolveu admirável programa de conferências e visitas a instituições e lugares históricos ou de atividades industriais, a IX Assembléia do CNG, entre outras Resoluções, incluiu a que exalta a fundação da cidade do Salvador. Entre outros motivos, «considerando

— 50 —

que a criação dessa metrópole no solo da América representa o lançamento dos alicerces definitivos da unidade política, social, moral e administrativa do país; considerando que, em comemoração da magna efeméride, resolveu o Conselho Nacional de Geografia escolher a Capital do Estado da Bahia para sede da presente Assembléia, que ora congrega delegados provenientes de tôdas as regiões do país, em expressiva homenagem de afeto e veneração à gloriosa urbe, célula mater de cultura, de civilização a das mais lidimas tradições do brasílico povo»...

O «Conselho Nacional de Geografia regista o alto significado cívico e cultural da reunião desta Assembléia, e consigna na ata dos trabalhos da sua primeira sessão ordinária um voto de homenagem à heróica cidade do Salvador, pela recordação dos gloriosos fatos que a tornaram atualmente e para o futuro hão de torná-la relicário exposto ao reconhecimento, ao respeito e à veneração crescente de todos quantos se ufanem de ter por berço a terra de Santa Cruz».

Depois de ter cooperado superiormente para a fundação e medrança do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares deixou a sua Presidência. em pleno florescimento.

Ao voltar a exercê-la, por intantes solicitações do Govêrno Federal, ouviu do antecessor, Elmano Cardim, que lhe transmitiu o cargo, justos conceitos em que se espelhavam as opiniões gerais dos conhecedores da singular organização;

> «Foi durante sua brilhante administração, assinalada pelo devotamento cívico, a serenidade e a competência que V. Exa. põe no desempenho de seus encargos, que me habituei, como todos os brasileiros, a ver no IBGE uma grande instituição, de meritórios serviços sociais ao país e aquecida por uma filosofia de trabalho. um sadio idealismo, um amor à obra comum que resultaram, evidentemente, do espírito predominante nos primeiros anos e mais se fortaleceram em momentos difíceis».

De maneira análoga, o Presidente Juscelino Kubitschek, ao declarar que lhe consentia no afastamento, «atendendo a razões poderosas, que me apresentou para exonerar-se, acrescentou, por ocasião da posse do substituto, Dr. Jurandyr Pires Ferreira,

> «desejo agradecer, em nome da nação brasileira, os inestimáveis serviços, que lhe prestou o Ministro José

— 51 —

Carlos de Macedo Soares, o servidor-padrão do IBGE, o eminente brasileiro a quem êsse Instituto deve, sobretudo, a consagração do espírito de equipe que o secundou: o homem que durante tantos anos assegurou a continuidade do benemérito esfôrço desenvolvido por essa organização modêlo».

Era a palavra do chefe do govêrno, acorde com os ibegeanos e observadores de várias categorias, do país e do estrangeiro, em proclamar a benemerência do primeiro Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cuja organização gravou a marca de sua individualidade peregrina.

O ESCRITOR, O CONFERENCISTA E O HISTORIADOR

Educador desviado da profissão a que o impeliam pendores naturais, reforçados pela herança paterna, o filho de José Eduardo de Macedo Soares, fundador e diretor do Ginásio, que adquiriu nomeada em São Paulo, não deixaria jamais de evidenciar inequívocas preferências intelectuais para o magistério.

Nas dezenas de ensaios e monografias, com que tem grangeado o aprêço dos conterrâneos, acêrca de temas literários, artísticos, históricos, políticos, econômicos, repontam, não raro, judiciosos ensinamentos pedagógicos, de quem se empenha em corrigir as falhas que observa no aparelhamento escolar e sua atuação.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1905, o surto de José Carlos de Macedo Soares, na advocacia, despertou curiosidade, por aceitar a defesa de uma causa considerada perdida.

Mas a estréia forense, no processo Angelo Longaretti, em 1908, não teria continuidade, salvo quando se visse injustamente acusado, por ter procedido como paladino da coletividade paulistana.

Preferia versar assuntos mais do seu agrado, como «Psicologia e Pedagogia», (1912) pois não lhe bastava a cátedra de Economia Política e Financeira no Curso Superior da Escola de Comércio Álvares Penteado, e a Diretoria do Ginásio Macedo Soares, em que vibraram os seus anseios de professor.

Em outra oportunidade, renunciaria à doutrinação, para atentar nos desacertos das «Escolas de Fachada», (1920) que serviam, sem dúvida, para a glorificação momentânea dos seus fundadores, sem apreciáveis resultados futuros.

— 52 —

Não visavam a resolver eficazmente o angustioso problema da carência de estabelecimentos escolares, mas sòmente a afagar as improvisações de administradores apressados.

Mal a seu grado, afastar-se-ia dos assuntos de sua predileção, para tratar de «O Impôsto Único — Georgismo e Valorização merecida», a «Indústria das Falências» (1924), antes do acontecimento singular da sua vida, em que demonstrou, ao mesmo tempo. devotamente à sua terra e à sua gente, capacidade de organização. energia eficiente e intrepidez na defesa dos seus direitos.

Deposto pelos revolucionários, que se apossaram da Capital, o Govêno existente deixou-a acéfala, para ir organizar a resistência ao longe.

Atendendo ao apêlo insistente das classes conservadoras, que temiam graves conseqüências, se continuasse a ausência do Presidente do Estado e do Prefeito de São Paulo, J. C. de Macedo Soares, Presidente da Associação Comercial de São Paulo, assumiu a chefia da administração pública, e procedeu como salvador da situação caótica, para atalhar abusos e violências já evidenciados.

A reposição do Presidente Carlos de Campos, após a vitória das fôrças federais, causou-lhe a prisão, increpado de cumplicidade na revolução que abalara o Estado.

Daí lhe resultou exílio, sem condenação legal.

La editou *Justiça* (1925), vibrante defesa dos seus atos, em prol da comunidade paulistana, que lhe demonstrou irrestrita solidariedade, ao reelegê-lo seguidamente para a Presidência da Associação Comercial, apesar da ausência em terra distante, além de aprovar o «Relatório sôbre as providências tomadas durante a revolta de 1924».

No decurso do triênio de destêrro, a atenção voltada para o Brasil inspirou-lhe, pelo menos, três escritos, que os sabedores enalteceram.

Um, «A Borracha» (1927), traduzida, sem tardança, para o inglês, francês, alemão. analisa o problema do declínio da indústria seringueira, que, por volta de 1910, alcançou o apogeu na Amazônia, de que se precipitou, golpeada mortalmente pela crescente concorrência do Oriente.

Em «O Brasil e a Sociedade das Nações» (1927), é o diplomata que se revela conhecedor abalisado da vida internacional, com os seus esplendores e misérias, de tal maneira que a versão francesa mereceu prefácio de G. Hanotaux e a espanhola, do Conde de Romanones, cujo prestígio se alçara ao auge.

— 53 —

De regresso à Pátria redigiu ainda «A Política Financeira do Presidente Washington Luís» (1928), que arvorara a bandeira de estabilização do câmbio, como propósito firme do quatriênio, para o qual fôra eleito.

Entre as contribuições anteriores, uma, especialmente, «Falsos troféus de Ituzaingo» (1920) patenteara, mais do que outra qualquer, o amor às tradições pátrias e à verdade histórica.

O próprio título já indicava a impropriedade da expressão, que engloba, entre os estandartes porventura tomados em luta, as bandeiras transportadas como bagagem.

Penetrava, decidido, nos domínios da história, que iria perlustrar, quando lhe corressem de feição os acontecimentos.

De momento, envolveram-no as inquietações prenunciadoras da «Revolução de Trinta», que lhe imprimiu novos rumos à vida.

Secretário do Interior, no primeiro govêrno provisório de São Paulo, Embaixador na Bélgica, e Chefe da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, em 1932, e, em missão especial, junto ao Govêrno italiano, ao regressar, viu-se eleito para a Assembléia Nacional Constituinte, onde pronunciou discursos indicativos de sadias diretrizes políticas, a 10 e 31 de março, 28 de maio, 4 de junho de 1934.

Ministro das Relações Exteriores, em seguida, e da Justiça, de julho a 9 de novembro de 1937, exonerou-se na véspera da dissolução do Congresso, com à qual não pactuou.

Dispôs, então, de melhor oportunidade, para retornar às pesquisas, que já demonstrara saber aprofundar com argúcia.

Aproximou-se, com prazer, das associações culturais. Da Academia Brasileira de Letras, onde proferiu magnífico discurso de posse a 10 de dezembro de 1938.

Meses antes, ultimara a tese 17 — «Fronteiras do Brasil no Regime Colonial», que lhe solicitara a Comissão Diretora do «Terceiro Congresso de História Nacional», com o qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro festejou o primeiro centenário de sua fundação.

A ocasião deparava-se-lhe propícia para despertar as aptidões do historiador, que não pudera ainda aplicar seus esforços em obra de comparável magnitude, apesar de elucubrações anteriores.

Bastaria, porém, essa contribuição, considerada clássica, ao surgir, para incluir o autor entre os maiores sabedores em semelhantes assuntos.

Com pleno conhecimento, distribuiu-os por vários capítulos judiciosamente comentados.

— 54 —

«Introdução — A bula de Alexandre VI — O Tratado de Tordesilhas — o recuo do meridiano de demarcação — o Tratado de Utrecht de 1713 — Fixação jurídica da Configuração Territorial do Brasil — O Tratado de S. Ildefonso — A Incorporação da Província Cisplatina, Fronteiras do Brasil em 1822».

Com sobeja razão afirmou o parecer da Comissão incumbida de examiná-la: «O Embaixador Macedo Soares, tomando a seu cargo o referido tema, desenvolveu-o com proficiência e método, desde a famosa linha de marcação traçada pela Bulla de Alexandre VI».

«A sua narrativa, que se apoia em rica bibliografia, está acompanhada de mapas e de interessante documentação».

E quando a monografia veiu a lume, a feição material harmonizou-se às maravilhas com o seu conteúdo literário.

Os mapas e desenhos feitos por José Wash Rodrigues, orientado pelo autor, distribuem-se pelas páginas, a primor, valorizando cada capítulo, como acentuou Niomar Moniz Sodré, ao realçar-lhe os aspectos artísticos.

«O presente volume é um trabalho verdadeiramente assombroso, que requer um transcendental conhecimento de História e de Arte. Estamos, sem possível dúvida, diante de uma obra imortal, feita por um homem que, já tendo ocupado as mais elevadas posições políticas e sociais, e tôdas com brilho e a independência que lhe são características, acaba de ser distinguido com a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, levando para aí, com o seu nome honroso, a imprescindível e incomparável colaboração do trabalhador invicto, a fim de tornar o nobre Instituto cada vez mais digno da sua alta finalidade».

Em verdade, a opulência da documentação de que se recheou o livro impresso, tornando-o de consulta indispensável a quem desejar conhecer a matéria, completa-se com os eruditos comentários do autor, indicativos de perseverantes investigações.

Definiu-se, nesse lance, como pesquisador sagaz, a cujas aptidões recorreriam, daí por diante, quantos pretendessem celebrar algum acontecimento memorável, ou exaltar individualidade que se tivesse creditado à benemerência da Posteridade.

Não admira que os seus trabalhos se tenham ampliado por vários ramos de conhecimentos, a ponto de poderem ser agrupados em ciclos, a saber, o hospitalar, o franciscano, o dos paladinos, dos economistas, além do acadêmico.

Assim foi que, em relação à assistência, a que dedicara o «Relatório de 1918», como diligente Mordomo do Hospital de Lázaros de São Paulo, pronunciaria, no Consistório da Irmandade

— 55 —

da Santa Casa de Misericórdia, a oração principal, a 27 de janeiro de 1939, à passagem do primeiro centenário da elevação de Santos a cidade.

Aliam-se as evocações históricas, em tôrno do vulto de José Bonifácio, com a intrepidez do bandeirante, que lhe inspira a indicação das «Tres maravilhas do gênio paulista; o amor do trabalho, o amor da liberdade, o amor da Pátria. A verdadeira têmpera paulista cinge no trabalho uma ambição legítima: a do dinheiro bem ganho. Mas, é certo, nunca perde de vista a disciplina do caráter. A conquista de ilimitados horizontes, na plenitude da fôrça e da coragem do homem que se defronta com a natureza bravia, revela a votação irresistível do paulista para viver livre, honradamente».

E como se quisesse ainda mais incisivamente acentuar os traços da própria individualidade, que em expressões tais se definia, relembrou: «sou um homem de paz. Mostrei-o na nossa Chancelaria, procurando aplacar a fúria da guerra na América. Mostrei-o, mais ainda, na pasta da Justiça, restabelecendo, de acôrdo com o Chefe da Nação, com seu apoio e assistência, o império da lei na repressão de crimes políticos, restaurando o direito dos inocentes, restabelecendo a autoridade dos podêres públicos nos exemplos de respeito à lei».

De outra feita, já em 1943, a 7 de novembro, no mesmo recinto comemorou-se o IV Centenário da fundação da Santa Casa, com a palavra do aplaudido intérprete.

A cerimônia propiciou-lhe ensejo de esboçar o perfil da Rainha D. Leonor, filha do Duque de Viseu, «linda e faceira», «casada aos 12 anos de idade com o primo, jovem de 15», que seria D. João II, a partir de 1481 .

Distingüiu-lhe as três fases da vida.

«Eleita da Felicidade», decorreu-lhe suave a existência até perder o filho, o príncipe D. Afonso, vítima de uma queda de cavalo. De martírios a segunda, quando o rei forte, depois de eliminar os fidalgos suspeitos ao seu mandonismo, inclusive o cunhado da Rainha, Duque de Bragança, e o irmão, Duque de Viseu, apunhalado pelas mãos reais, conheceu a formosa D. Ana de Mendonça, que se lhe tornou favorita, a ponto de pretender outorgar-lhe ao filho bastardo, D. Jorge, os direitos de herdeiro da Coroa Portuguêsa.

Emudecido aos 25 de outubro de 1495, deixou a viúva, devotada às suas preocupações piedosas, que a levariam a ampliar as

— 56 —

fundações iniciadas em vida do marido, como o Hospital das Caldas «nome mudado, em sua honra para Caldas da Rainha».

«Dedicou-se às artes, às letras e aos sofredores».

Protetora de Gil Vicente e dos editôres de obras escolhidas, como a «Vita Christi», as «Viagens de Marco Polo», os «Atos dos Apóstolos», empreendeu obras de arquitetura, e por três décadas, até desaparecer, em 1525, concentrou os seus esforços para atenuar o sofrimento alheio, merecendo o título de «Flor da Caridade».

Fundou vários conventos e a Santa Casa de Misericórdia, de Lisboa, assim realizando, «a favor da civilização e da humanidade, mais que qualquer outra Rainha portuguêsa», conforme expressão justa de Carolina Michaelis de Vasconcelos.

As origens derivaram da «Confraria da Misericórdia, instituída em 1498 pela raínha D. Leonor, viúva de D. João II, regente do Reino na ausência de D. Manuel «seu irmão».

«A instituição benemérita medrou admiràvelmente, e multiplicou-se em Portugal e Colônias, conservando sempre o espírito magnânimo que lhe imprimiu a Rainha», com os propósitos de rezar pelos vivos e pelos mortos, dar bom conselho a quem o pede, a castigar com caridade os que erram, a consolar os aflitos, a sofrer com paciência as injúrias, a anular as desavenças, a amparar os expostos e ensinar os simples».

«De tôdas as virtudes inspiradas pelo Cristianismo, concluiu o conferencista, ao informar que em Portugal, e suas colônias, existem atualmente para mais de trezentas Santas Casas da Misericórdia, é a Caridade, indubitàvelmente, a mais perfeita e a que mais belos frutos produz».

É ainda a caridade que lhe inspira as mais tocantes páginas do ciclo franciscano, ao desenvolver o tema «São Francisco de Assis e a Rerum Novarum», em sessão do Instituto Histórico, de 29 de maio de 1941, comemorativa do cinqüentenário da famosa enciclica.

Em vez da luta de classes preconizada por Karl Marx, o «Papa Leão XIII reivindicou o domínio moral da questão, que não poderia ser resolvida se antes não o amparasse a regra de ouro franciscana: a Caridade vai adiante do julgamento».

Para situar o «Precursor da Rerum Novarum» em seu próprio ambiente, começou por lembrar: «A alvorada do século XIII viu-se iluminada pelo revérbero das conquistas culturais da segunda metade do século anterior».

— 57 —

E, mais, as «qualidades excepcionais e a ação prodigiosa de Inocêncio III haviam garantido, no século XIII, a supremacia da Igreja».

«Dante Alighieri, que a Deus deve o gênio, e a Cristo a própria glória, pois do Evangelho tirava a inspiração para seus versos imortais, iluminou brilhantemente o cenário liberal do século XIII.

«O movimento cultural assumiu tais proporções no século XIII que logo em 1215 foram elaborados os Estatutos da Universidade de Paris».

Embora impregnado das aspirações renovadoras da época, o jovem de Assis, que seria São Francisco, ouviu, a 24 de fevereiro de 1209, na igreja de Porciúncula, o pregador repetir as palavras de S. Mateus: «não queirais possuir ouro, nem prata, nem trazer dinheiro em vossas bôlsas, nem alforge para o caminho, nem duas túnicas, nem calçado, nem bordão, pois quem trabalha merece o seu sustento, e transfigurou-se, decidido a mudar de vida.

Repartiu tudo que possuía. «Cobriu o corpo com uma túnica de pano grosseiro, amarrando-a na cintura com uma corda».

E começou a propagar os ensinamentos de Cristo, com tamanho fervor, que não tardaram os primeiros discipulos.

Já se contavam por uma dezena, quando obtiveram aprovação do Papa Inocêncio, que lhes recomendou: «ide com a bênção do Senhor, e pregai a todos a penitência como lhe aprouver inspirá-la».

Daí se gerou a fundação da Ordem dos Frades Menores. «Pobreza, humildade, e trabalho, eis a trindade santa que norteia a vida franciscana».

O contacto com tôdas as classes sociais, particularmente com os mais sofredores, fêz a predestinação de São Francisco e seus Irmãos, para o estudo dos problemas básicos da chamada Questão Social», como precursor da Rerum Novarum.

Mas, o Poverello, «instituindo o voto de pobreza em sua milagrosa confraria, não o fêz como combate à propriedade. Como fruto do trabalho, a propriedade deverá ser individual, como individual é o trabalho».

Mas os «frades menores nada deviam possuir», pois que «a pobreza seria a suprema aspiração da vida simples; a obediência à fórmula da vida passiva e abandonada nas mãos de Deus».

«A vida conforme com a do Cristo, antecipando a beatitude de Paraíso, havia de ser, no ideal de S. Francisco de Assis, o

— 58 —

completo desarmamento do espírito, o desprendimento total dos bens terrenos».

Entre os discípulos, que mais a rigor lhe seguiram os abnegados ensinamentos, sublimou-se Fernando de Bulhões, nascido a «15 de agôsto de 1195, no largo da antiga Catedral de Lisboa».

Quando Francisco de Assis começou a «espalhar pelo mundo seu exercício de cruzados, armados sòmente com a palavra da fé», coube-lhes, por intervenção da raínha Dona Urraca, a «Modestíssima casa de Santo Antão dos Olivais, abrigo dos padres, próximo de Coimbra».

Aí se operaria a transformação de Fernando em Frei Antônio, em honra ao padroeiro da confraria, donde partiu, certa vez, para a África, mas foi parar na Itália, Umbria, em um Convento Franciscano.

Incógnito, assistia à cerimônia de ordenação de um sacerdote, presente o ministro provincial da Romagna, frei Graciano, quando faltou o orador e quem pudesse a contento substituí-lo.

Não titubeou o provincial em tirar da obscuridade o frade português e mandar-lhe que subisse ao púlpito.

Temeroso, obedeceu o neófito desconhecido, que, ao descer da tribuna, viu-se «consagrado por sua eloqüência e pelos inesperados fulgores de sua ciência teológica. A assistência abalada e comovida não se refazia de tão extraordinária surpresa».

«O timbre suave e ardente de sua voz arrebatava». «A fluência envolvia os auditórios estarrecidos. A fôrça e a sugestão das imagens esmagavam a mente das multidões fascinadas. O seu conhecimento torrencial das Escrituras abria-lhe novos caminhos ao pensamento cristão».

Todavia, não se originou da sua eloqüência a fama conquistada. «Santo Antônio de Lisboa também chamado Santo Antônio de Pádua, seria elevado ao altar, menos de um ano depois de seu trespasse terrestre», assinalou J. C. Macedo Soares, ao dedicar-lhe a consagradora obra: *Santo Antônio de Lisboa Militar do Brasil*.

«A lenda marchetou de milagres a vida de Santo Antônio», atalhada a 13 de junho de 1 231, quando o transportavam, já enfermo, de Campietro, para o convento de Santa Maria de Palma.

A meio caminho, não lhe resistiu o organismo, e cassando a sua presença física, prolongou-lhe o povo, maravilhado, a fama da assistência protetora a quantos recorressem à sua intercessão.

— 59 —

Não sòmente as multidões piedosas, como igualmente os governos, reconhecidos à cooperação marcial que lhe atribuíam, outorgaram-lhe regalias militares no Brasil, como documentou cabalmente o autor, ao registrar o que sucedeu a «Santo Antônio de Lisboa Militar na Bahia», coronel em São Paulo e capitão em Goiás, soldado raso no Espírito Santo e na Paraíba do Norte, tenente em Pernambuco, tenente-coronel no Rio de Janeiro.

A apresentação magnífica do livro, que se emparceira, no esmêro tipográfico e ilustrações, com a monografia referente às «Fronteiras», é ao mesmo tempo excelente prova de devoção franciscana e de erudição religiosa, que ainda inspiraria outro ensaio patrocinador de arrojada tese, referente à afamada «Imitação de Cristo». Clássica desde que veio a lume, avassalou os espíritos apesar de lhe faltar a declaração de autoria, que o paraninfo aclamado dos diplomados da Escola Normal e do curso de secretário, do Externato São José, de São Paulo, a 11 de dezembro de 1947, não teve dúvida em atribuir ao santo de Lisboa.

Para chegar a semelhante conclusão, que afasta a hipótese, mais comum, da responsabilidade de Thomaz de Kempis, de Giovanni Gersen, de Jean de Gerson, e de outros menos conhecidos, estudou as características do ambiente em que viveu o frade, dos seus conhecimentos de Teologia, das Escrituras, de sua piedade religiosa, da sua obediência aos ascetismo integral, e do quanto pudesse ajustar-se a Santo Antônio, cujas boas letras e saber bem se harmonizavam com a doutrinação edificante do escritor, que preferiu manter-se anônimo, assim praticando, mais uma vez, a sua humildade exemplar.

Embora embebido de ensinamentos franciscanos, que lhe inspiraram a hipótese causadora do aumento do prestígio de Santo Antônio, o ensaio inclui-se também na série das contribuições de características puramente literárias, iniciadas pela conferência promovida no «Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina de São Paulo», a 14 de setembro de 1938.

Depois do elogio consagrador, em que regista episódios singulares da vida do preclaro higienista, a quem coube, entregue pela Imperatriz da Alemanha, o prêmio único, de medalha de ouro, do 14º Congresso de Higiene de Berlim, pela sua hercúlea obra saneadora do Rio de Janeiro, não tardou o discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, ao fim de dois meses, a 10 de dezembro.

Do antecessor, Vitor Viana, «sociólogo, economista, crítico de arte e de literatura, técnico da administração pública», traçou admirável perfil, para lhe acentuar a preferência pela profis-

— 60 —

são em que sem tardança galgou pôsto eminente, como redator do *Jornal do Comércio*.

Considerava o jornalismo um gênero literário, «acrescentando não ser possivel separar o escritor que labuta na imprensa, do jornalista que publica livros».

Contesta-lhe o sucessor o conceito, no que tange à forma e ao conteúdo.

«Quanto mais substancioso fôr um livro, como alimento do espírito, mais será vitualha de conserva.

Justamente quando o livro se aproxima da bela e perfeita expressão da verdade, é que é mais durável, com maior profundeza de humano».

«O jornal, por maior que seja o seu orgulho, o que menos pretende é ser integralmente justo e veraz. As páginas de um jornal desfolham-se numa ligeira manhã».

Experiente em suas aspirações de escritor, que se utiliza de linguagem escorreita e atraente, acentua ainda mais o contraste.

«O literato põe tesouros de ternura na vestimenta de suas idéias. O vocábulo sorri, chora, vibra, afrouxa, dilui-se; o autor descobre-lhe relações sonoras e simbólicas com o mistério da Criação, nos seus aspectos multiformes. A palavra do poeta encerra a multidão policromática dos vocábulos».

«A propriedade da linguagem é o principal instrumento de clareza do raciocínio, «sintetiza, antes de indagar «qual é o jornalista que perde o seu tempo, se preocupa, se emprega, se arruína, nessa exibição meticulosamente exata da representação literária dos fatos que descreve?»

«Para fazer o seu jornal vivo e crepitante, bastam-lhe a clareza e graça, a ajuda do bom gôsto natural — a elegância do *currente calamo*. Nem há tempo para mais».

E concluiu: «Não. O jornalismo não é um gênero literário. O jornalismo é uma função política».

E a propósito, relembrou a longa trajetória percorrida pelas gazetas, desde que apareceu a primeira, a 30 de maio de 1631, até conseguir a fase luminosa da liberdade de pensamento, cerceada pela constituição, que na ocasião vigorava.

Também comentou as conseqüências da civilização da maquina, de que «havia de surgir o seu grande instrumento que é a técnica».

Depois de lhe apontar os excessos nocivos, concluiu: «a vida social não é um idealismo inerme, pasto indefeso dos egoismos individualistas; mas a vida social também não se reduz ao

— 61 —

embate dos fenômenos econômicos, não se limita à repercussão das necessidades materiais, completamente vasia dos tradicionais deveres morais, dos compromissos espirituais da vida coletiva nacional».

Idealismo operante e meterialismo tendem a equilibrar-se pela «consagração de desinteresse e sacrifício do fato presente, em benefício das grandes esperanças na sobrevivência da nação».

Quanto às finanças, em que Vitor Viana preconizava «equilíbrio orçamentário e moeda sadia», reflete, diferentemente: hoje todos os problemas financeiros, outra coisa não são senão problemas políticos e sociais».

Em relação às inquietações gerais, observou: «a justa liberdade e o espírito científico sublimaram a consciência humana e estão mantendo, na crise de transição, o fogo sagrado da verdadeira liberdade».

«Aparentemente os regimes de ditadura, de podêres discricionários, estão no apogeu dos tempos; na realidade o que já vem despertando é a democracia jurídica, uma instituição de ordem social, protegendo a dignidade e a personalidade humana».

Tais palavras, quando o nazismo dominava a Alemanha, ameaçando a paz européia, e no Brasil o regime se inspirava em seus exemplos, teriam em breve cabal confirmação, que evidencia a sagacidade de quem as proferiu, antes que principiasse a ruir o sistema dos governos discricionários.

A perspicácia natural facilitar-lhe-ia a compreensão do Padre Antônio Vieira, patrono da cadeira, que tocou a Afrânio Peixoto, a quem sucedeu na Academia Brasileira de Filologia.

Não cultivava a eloqüência pela eloqüência, afirmou a 27 de novembro de 1950, à hora da posse.

«Não se prendia à fórmula da arte pela arte.

«Inquieto, ativo, realizador, utilizava-se da fascinação de seus dons oratórios para atuar nos acontecimentos mais importantes de sua época. Não era apenas um homem de gabinete, um doutrinador divorciado da realidade. Ao contrário, era homem de ação sagaz e cauteloso, que não sacrificava a prática à teoria. Tal era o seu tino que, em Portugal e no Brasil, compreendeu a realidade história melhor do que todos os seus conterrâneos».

São traços definidores de forte personalidade, que não destoam das características individuais do biógrafo, também «ativo, realizador», «homem de ação sagaz e cauteloso», que se vale dos seus dons naturais «para atuar nos acontecimentos mais importantes de sua época».

— 62 —

A semelhança de certas aptidões contribuiria, sem dúvida, para bem fixar as feições do insigne patrono de causas nobres, que «propôs a D. João IV a formação de companhia de comércio para a exploração, à moda holandesa, do Brasil e da Índia, e a modificação da penalidade dos cristãos novos, abolindo o confisco dos bens pessoais».

Ambos conheceram o cárcere, como castigo do que fizeram ou idearam em prol da comunidade.

«Por mais de dois anos pesara sôbre êle, prêso e desamparado, a ameaça da fogueira. Mas é precisamente nas horas difíceis que se revelam as almas fortes».

Afirmação viva e sentida pelo perseguido de 1924, que também provou a sua decisão de lutar pela Justiça.

Vitorioso, depois que o Papa Clemente X o isentou da jurisdição do Santo Ofício, «o padre Antônio Vieira regressou ao Brasil em 1681».

E por década e meia na Quinta do Tanque entregou-se à revisão dos seus sermões e escritos vários que lhe garantiram o lugar de «maior clássico brasileiro», conforme classificação de Afrânio Peixoto, sem deixar de incluir-se também entre os melhores modelos da boa linguagem portuguêsa.

Vem a talho o julgamento de Carlos de Laet, que embebeu a sua pena mordaz em mel para opinar, com pleno conhecimento do assunto.

«Pregador, Vieira eclipsou os mais distintos, e na finura dos conceitos, bem como nas audácias do estilo, subiu tão alto que ainda nenhum se lhe aproximou; prosador emérito dêle se pode com justiça dizer que fixou a sintaxe vernácula, assim como fixara Camões o léxico português».

E por pensar de igual modo, Afrânio Peixoto escolheu-o para seu patrono e dedicou-lhe páginas glorificadoras, reivindicando-o para o Brasil. Começando a vida literária, como simbolista nebuloso, com o decorrer dos tempos, adquiriu o «dom da insinuação, o dom de agradar e de prender ou melhor, o dom de não cansar, ou enfastiar». Tornou-se accessível, motivando oportuna reflexão do sucessor: «a simplicidade não é tão fácil como se pensa. Muitas vêzes é difícil e exige trabalhos e cuidados. Como tudo é relativo, há muita complexidade na arte de ser simples».

Também ao estudo perseverante do vernáculo consagrou a sua peregrina inteligência, até atingir «na arte de dizer a luminosidade diamantina característica de sua obra científica e literária.

— 63 —

«Em clareza, acrescentou, embevecido, o panegirista, em equilíbrio, em harmonia, Afrânio Peixoto iguala-se a Machado de Assis, e em muitos aspectos o supera, visto possuir o dom do paisagista, que falta ao criador de Quincas Borba».

Antes que no recinto acadêmico proferisse outras alocuções, confiaria à Academia Argentina de Letras, para inserção em seu Boletim, o ensaio acêrca de «Cervantes en el Brasil», em que demonstra conhecer e apreciar o criador do herói manchego.

Publicada a primeira parte de *Dom Quixote*, em 1605, Portugal, sob o domínio espanhol, acolheu-a com entusiasmo, semelhante ao da sua Pátria.

«Los españoles veian en Cervantes una gloria nacional; los portugueses un critico sutil y malicioso de los impetos ardorosos y caballerescos inherentes al español».

Transportado para o Brasil, não foi menor a sua influência, que levou o autor a afirmar: «en el comienzo del siglo XIX, la sombra de Cervantes está siempre presente tanto en el mundo literario brasileño como en varios acontecimientos de orden politico, militar, comercial, doméstico, o sea, en todos los campos de la actividad donde se mueven los individuos cultos o hasta los de mediana ilustracion».

Depois de citar várias manifestações da influência do escritor espanhol no Brasil, assinala que «Ruy Barbosa figura entre los brasileños que mejor comprendieron a Cervantes y supieron estimar lo que en él habia de grandioso e inmortal».

Organizou-se, até, em certa época, um centro de estudos relativos à cultura ibero-americana, a Casa de Cervantes, de que fizeram parte Coelho Neto, Pinto da Rocha, Sílvio Julio e outros escritores de nomeada.

Não admira que se realizasse, com êxito, no Rio, a Exposição Cervantina, de 1905, por ocasião do III Centenário da publicação inicial de *Dom Quixote*, que inspirou a Olavo Bilac, a 12 de junho, «una conferencia curiosa y elocuente, que figura entre las mas bellas de sus piezas oratorias», e em São Paulo, recentemente, outra, em comemoração ao IV Centenário de nascimento do genial novelista.

A propósito, a Academia Brasileira de Letras promoveu expressiva série de conferências, que patentearam o culto consagrado, no Brasil, a Cervantes, cujos admiradores possuem preciosas coleções de suas obras, reunidas não sòmente nos estabelecimentos oficiais, como Biblioteca Nacional, Biblioteca do Itamarati, onde se encontra exemplar, dos mais raros, da edição de 1611, antes da publicação da 2ª parte do *Dom Quixote*, como ainda em mãos

— 64 —

particulares, de médicos eruditos e professôres de história, de literatura, que sabem manuseá-las com proveito.

«Tales son las relaciones entre Cervantes y el Brasil». conclui o autor. Relaciones agradables, amistosas y a veces entusiastas. No solamente con el, también, con sus famosos personajes. Nosotros, brasileños, somos todos cervantófilos, y cariñosamente repetimos el ultimo verso del lindo poema Don Quixote» del llorado academico Augusto de Lima.

«Ri-se o mundo de ti, mas todos te amam».

Ainda de letras espanholas trataria, a 2 de dezembro de 1948, ao evocar a vida do frade, que se irmanou a Cervantes na ascensão à imortalidade, mediante a criação de personagem de fama universal.

Não que fôssem amigos. Ao contrário, por vêzes combateriam em trincheiras opostas. Mas, «Don Juan, que es un cuarto de siglo más jovem que Don Quixote, a él se unió para conquistar los dos, como de hecho conquistaron, no solamente a Europa, que era casi todo, sino al Mundo».

Quando, no «Siglo de Oro», resplandecia a fama de Lope da Vega e Calderon de la Barca, menor atenção merecia o frade Gabriel Telles, que também atuava como autor dramático, encoberto pelo pseudônimo Tirso de Molina. Professo na ordem das mercês, não se lhe increpava deslise no procedimento.

Admira como, recolhido ao claustro, desde a adolescência, pudesse conhecer as chagas da sociedade da sua época, e tivesse a audácia de exibí-las aos contemporâneos.

«A España era el pais donde más ardorosamente se conservaba la ortodoxia religiosa y el atentado público y malevolo contra los prejuicios vigentes sólo podia ser tenido como inspiración del diablo». Dai se causou o ostracismo literário do autor, esquecido por dois séculos, até que um crítico espanhol, Don Agustin Duran iniciou a revisão, em 1834, do seu julgamento.

Não tardaram outros ensaios, de sabedores, que proclamaram a glória do autor de Don Juan Tenorio, comparável à de Lope de Vega e Calderon de la Barca, que refletiam o pensamento nacional da sua época e por isso receberam em vida a merecida consagração.

Tirso de Molina avantaja-se, todavia, pela sua universalidade. «Don Juan, no es solamente un tipo genuinamente español, pertenece a todos los paises, a todos los pueblos, a todas las razas y habita en todas las latitudes del globo. «Sin perder las caracteristicas regionales, fué, sobre todo, el poeta de un periodo histo-

rico de lucha y de crisis, que atravesó no sólo su pueblo, sino toda la humanidad».

Não obstante inferior em fecundidade a Lope de Vega, em profundidade a Calderon, Tirso excede-os em conhecimento das paixões humanas, especialmente da alma feminina, como reconheceu a crítica espanhola, ao examinar-lhe o remanescente de mais de trezentas peças que escreveu.

Não podia consentir a Academia Brasileira que passasse despercebido o III Centenário da morte de Tirso de Molina, remata o conferencista, que superiormente relembrou as obras do frade genial, amigo de Portugal, cuja vida bem comportada é por muitos aspectos a antítese do aventureiro herói, que a sua imaginação gerou.

O conhecimento da literatura espanhola e da sua ramificação na América indicou-o, ao celebrar a Academia Brasileira de Letras, o centenário de nascimento de Juan Zorrilha de San Martin, a 23 de setembro de 1955.

Mais do que aplaudido poeta do *Tabaré,* tornou-se afamado como o biógrafo admirável de Artigas, ao realçar os feitos do fundador da nacionalidade.

Por isso, ao comemorar-se, em 1925, o centenário da declaração da independência do Uruguai, a grande festa patriótica envolveu-o, na Praça da Independência, de honras consagradoras.

Foi o reconhecimento nacional da benemerência do poeta em sua radiosa velhice.

As digressões pelos domínios estrangeiros, até usando a linguagem que lhes é peculiar não afastou o acadêmico dos fastos nacionais, a que lhe aprouve, tornar, com galhardia, ao inaugurar-se a sede social da Academia Paulista de Letras, a 19 de novembro de 1955.

Ao empossar-se na cadeira que lhe destinaram os parceiros, notou: «é um Machado de Oliveira o seu patrono; outro, o fundador, e, finalmente, um terceiro nela permaneceu por vários anos».

Do primeiro, conhecido como brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, sobejam provas do valor militar, nas campanhas platinas, de administrador, como presidente de mais de uma Província, de escritor, cujas monografias o Instituto Histórico acolhia em sua Revista.

Do segundo, Brasílio Augusto Machado de Oliveira, seu filho, mais restrita se revelou a atividade, que, em compensação, ganhou maior profundidade e brilho.

Amigo de Castro Alves, na Faculdade de Direito de São Paulo, entusiasmou-se pelo condoreirismo do poeta dos escravos.

— 66 —

e mais ainda pela oratória, que o levaria a sublimar-se na cátedra, na tribuna forense, ou onde tivesse oportunidade de revelar a sua cultura jurídica e literária.

«Abolicionista, monarquista e católico», assim o qualificou o conferencista, que, aliás, citou a opinião do seu antecessor, para quem o pai era «jurista, tribuno, jornalista, professor, administrador, político».

Especialmente, orador, que a assistência aplaudia, maravilhada. Ainda vivia, quando começou a firmar-se a fama do filho, José de Alcântara Machado de Oliveira.

Tomando o pai por modêlo, bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde lhe caberia a cátedra de Medicina Legal, exercida a primor, sem prejuízo das letras, em cujo culto madrugara.

Após pesquisas perseverantes, entregou aos prelos *A vida e morte do bandeirante*, que lhe grangeou louvores gerais e lhe propiciou o ingresso na Academia Brasileira de Letras.

Ao proferir o discurso de posse, logo após a Revolução Constitucionalista de 1932, julgou azado o momento para proclamar o seu patriotismo, exacerbado até o bairrismo.

«Havia nêle o antigo bandeirante transportado ao mundo de hoje, à cidade moderna, trazendo dentro de si o mesmo orgulho, a mesma tenacidade, o mesmo amor à luta e ao trabalho, em que perfeitamente se harmonizava o sonhador e o homem de ação, tal como já verificamos no pai e no avô, de cuja glória êle foi um legítimo continuador», comenta o penegirista.

Não admira o desabafo com que rematou a sua alocução. «Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso».

E proclamava: «paulista sou há quatrocentos anos».

«Essa frase ressoou em todo o País, registrou o seu sucessor. Voou de bôca em bôca, de ouvido a ouvido, não como expressão de um estreito regionalismo e sim da mais ardente brasilidade».

Ao considerar-lhe as obras, comentou o atual ocupante da cadeira que lhe conserva o nome: «José Joaquim Machado de Oliveira, Brasílio Augusto Machado de Oliveira, e José de Alcântara Machado de Oliveira constituem as ramagens, as flores e os frutos de uma árvore frondosa, que eternamente resistirá à ação destruidora do tempo».

Análogos sentimentos de altivez racial deparar-lhe-ia o estudo de outro paulista, José Bonifácio, ao tomar posse da cadeira número 10 da Academia de Ciências Econômicos de São Paulo.

— 67 —

O mais famoso da irmandade andradina era ministro de Estado, quando foi criada, em 1822, a Imperial Ordem do Cruzeiro.

Na distribuição da Grã Cruz, não poderia D. Pedro preterir o seu conselheiro predileto, que, entretanto, declinou da honraria.

Por sugestão do marquês de Rezende, pretendeu o Imperador forçar a aceitação, mediante a surpresa de entregar-lhe a própria condecoração que ostentasse durante a cerimônia.

Por precaução, todavia, à noite anterior, não deixou de avisar o Patriarca, de quem ouviu terminante negativa.

«Não faça tal! Não me obrigue a perturbar o ato, declarando que V. Majestade está fora de seu juízo! É um paulista que lhe fala; faça agora o que quizer e verá o resultado!»

E assim continuou José Bonifácio a exibir aos contemporâneos e aos pósteros apenas os títulos provenientes dos seus trabalhos e investigações científicas, entre os quais figura o de *Economista*, que proporcionou tema à conferência.

Não que fôsse especialista no ramo, a que se dedicaria apenas quanto lhe permitissem as cogitações de naturalista, em que pontificou. Nem estaria ainda sistematizada, como corpo de princípios precisos, a Economia Política, apesar dos ensinamentos de Adam Smith, propagados por The Wealth of Nations.

Mas bem comprendeu o alcance das doutrinas do seu fundador e não titubeou em seguir-lhe as diretrizes.

«Tal qual Adam Smith, apreciando devidamente a indústria manufatureira, não admitia, como os fisiocratas o faziam, a produtividade exclusiva da agricultura».

Ainda mais, como o fundador da ciência, José Bonifácio sustentou que o valor decorria da oferta e da procura, e conseqüentemente proclamava as vantagens da concorrência. Era a reação contra o mercantilismo e até certo ponto contra os fisiocratas».

A propósito, recordou o orador que «os mercantilistas preconizavam que se criasse um corpo de doutrina que assegurasse, na aplicação da ciência, os meios para se conseguir um máximo de encaixe metálico, a fim de se alcançar a maior prosperidade da nação.

Os fisiocratas contraditaram os mercantilistas, e Adam Smith criou a escola clássica, publicando o seu famoso livro em 1776».

A esta se filiou o sábio brasileiro, ao explanar temas de valia econômica, a principiar da «memória sôbre a pesca das baleias», publicada pela Real Academia das Ciências de Lisboa (tomo 110, em que sentenciara: «não precisa ter-se empregado muito no estudo do Comércio, e da Economia Política, para entender quanto cum-

— 68 —

pre o fomentar as pescarias». «Criadoras como a Agricultura, elas sustentam a pouco custo os artífices e demais obreiros das fábricas e oficiais em que é preciso abaratar o trabalho por meio de uma cômoda subsistência».

De outra feita, dissertaria acêrca de minas de Portugal e, no Brasil, comporia as «Memórias econômicas e metalúrgicas sôbre a Fábrica de Ferro de Ipanema, Sorocaba», às vésperas de se envolver em agitações políticas, preparatórias da Independência.

Não obstante, ainda lhe sobraria oportunidade para tentar em outros problemas econômicos e humanos, como a catequese dos índios, abrandamento da instituição do cativeiro, orientada para sua completa extinção, pois que «mostra a experiência e a razão que a riqueza só reina, onde impera a liberdade e a justiça, e não onde mora o cativeiro e a corrupção».

Firmou condições para a reforma agrária, por meio do parcelamento das sesmarias e utilização das respectivas terras por processos racionais de cultivo.

E como fecho de suas cogitações no ramo, ideou a Sociedade Econômica da Província de São Paulo, cujos estatutos redigiu, com o carinho de quem ansiava por vê-la organizada, para «recolher as notícias históricas e as produções do vasto território da nossa Província, que possam ser úteis e interessantes à Agricultura em geral, às Pescarias, às Artes, Ofícios e Fábricas e ao Comércio, tanto interno como externo», publicar o resultado dos seus trabalhos, socorrer os lavradores e artistas distintos que necessitarem de socorros pecuniários, distribuir anualmente prêmios, espalhar a instrução pública nos ramos da sua competência.

Embora permanecessem inéditos os autógrafos, arquivados na Biblioteca Nacional, nem por isso diminuíram os seus méritos de economista, realçados pelo conferencista, que, nesse lance, ainda uma vez evidenciou conhecimentos cabais na especialidade.

Aliás, já lhe vinham de longe as cogitações em tais assuntos, como provou o estudo econômico e estatístico a respeito de «A Borracha», de 1927, a que seguiram «A Política Financeira do Presidente Washington Luis» (1928), o «Banco do Brasil como Banco Central de Emissão e Redesconto» (1939).

Por bem examiná-las, concluiu: «na história das crises financeiras da República, um fato se impõe imediatamente às atenções do observador: as crises financeiras do Govêrno Federal têm sido sempre de origem política e são em geral agravadas e envenenadas por acontecimentos de natureza também política».

Não obstante, reflete o comentador, «tal é o poder recuperador das fôrças produtoras do Brasil sôbre o êrro dos seus go-

vernos, que um programa clássico de administração moderadamente abstencionista se tem mostrado o melhor e o mais útil na prática do regime republicano. O nosso destino político, porém, sofre a fatalidade da florescência dos planos de govêrno que constituem, não raro, o único entrave sério à prosperidade e grandeza do Brasil».

Quem assim se expressava possuía credenciais sobejas para explanar a tese do Congresso Brasileiro de Economia, a respeito da «Interdependência econômica das Nações — Participação do Brasil nos Planos Econômicos e Financeiros Internacionais».

Por isso, as conclusões a que chegou mereceram irrestrito apoio da sessão plenária de 30 de novembro de 1943, especialmente a II e III, em que as demais se entrosam.

«O Congresso Brasileiro de Economia reconhece a necessidade da criação imediata de uma comissão oficial encarregada de examinar o ponto de vista brasileiro ante a necessária coordenação da economia mundial para o após guerra».

Ainda mais, o «Congresso Brasileiro de Economia reconhece como tarefa importante da Comissão Oficial de estudo dos interêsses brasileiros no após-guerra a elaboração da Declaração de Direitos de ordem econômica, na qual serão assegurados principalmente os direitos à alimentação, casa, vestuário, assistência médica, educação e instrução, e se estabelecerá também a cooperação econômica dos indivíduos para com a coletividade e das coletividades entre si».

Observou que as reformas sociais, políticas e financeiras deveriam apoiar-se em sólida situação econômica, e então preconizou medidas que levassem em conta a «profunda diferenciação entre os níveis econômicos das várias nações do Globo».

Caso fôssem cumpridas tôdas as suas judiciosos recomendações. teria o Brasil logrado transpor a fase de adaptação do após-guerra sobranceiro às angústias, que ainda o molestam na atualidade.

Por essa época, todavia, já se achava empolgado por outras questões culturais, que o levariam à tribuna da Academia Brasileira, para proferir aula referente a «O Teatro Jesuítico».

Atribui, a propósito, realce especial a José de Anchieta, o criador do teatro brasileiro, com os seus autos e mistérios, de propósitos catequistas.

Evoca a época em que viveu o canarino, que escrevia em português e tupi as suas peças destinadas a edificar a assistência.

E depois de resumir o que se encontra escrito acêrca da matéria, conclui: «Não tardará a canonização de José de Anchieta.

— 70 —

Logo poderemos, pois, proclamá-lo padroeiro de nossas letras, às quais êle tão bem serviu no alvorecer de nossa civilização, com tôda a dedicação de sua bela alma e sublime inteligência».

Mais agigantado cresceria o plano, que viçou à sombra do Instituto Histórico, quando ideou compor a «História da Igreja Católica no Brasil», em proporções monumentais.

O plano, de irrestrita amplitude, reclamaria a colaboração de idônea equipe de especialistas no assunto.

Entretanto, silenciosamente, o Embaixador Macedo Soares foi mobilizando os elementos de que dispunha, não sòmente no país, como alhures, inclusive no Vaticano, de cujo arquivo receberia documentação abundante, conforme solicitara.

Quando surgiram a lume as primeiras provas dos seus esforços, manifestou-se a admiração entre os sabedores.

Os organizadores do «Congresso Interamericano de História e arte religiosos, em Buenos Aires», instaram pela sua contribuição, prometida mas adiada, em virtude de imprevistos de política interna argentina, que ameaçavam protelar indefinidamente a reunião programada.

Mas, afinal, não teve dúvida de ultimar o ensaio, que trazia em mãos, como roteiro seguro de obra imponente.

Deu-lhe por título «Fontes de História da Igreja Católica no Brasil», mas revelou as nobres aspirações que lhe norteavam as pesquisas.

Primeiramente, registou sem receio de contradita. «A História da Igreja Católica no Brasil ainda está por ser escrita».

Sem dúvida, encontravam-se trabalhos esparsos, que mencionou, com a minúcia de hábil bibliógrafo.

Mas, quem tentasse fazê-la, deveria possuir conhecimentos de Teologia Moral, Liturgia, Direito Eclesiástico, e Dogmática, além de recorrer ao auxílio de ciências e artes indispensáveis, de Geografia, Cartografia, Estatística, Diplomática, Paleografia, Epigrafia, Esfragística, Papirologia, Missionologia, Filologia, Cronologia, Arqueologia Cristã, Sociologia, Etnologia, Hidrografia, Patrologia, Iconografia, Heráldica, Genealogia, Musicologia, Arquivística, Bibliografia, como acentuou, para indicar a magnitude do empreendimento.

Ao entrar no assunto, sentenciou: «A história do Brasil e a história da Igreja Católica no Brasil estão por tal forma entrelaçadas, que terão de ser escritas paralelamente».

— 71 —

Veiu a talhe, então, o ensinamento de Leão XIII: «A primeira lei da História é não falsear a verdade, em seguida proclamá-la, sem receio de ser suspeitado de ter escrito com animosidade ou lisonjaria».

Analisa, a propósito, cada uma das divisões, em que distribuiu as suas investigações.

Heurística da história da Igreja Católica no Brasil.

— Fontes no direito eclesiástico — Fontes na legislação de Portugal e do Brasil — Fontes nos arquivos e bibliotecas da Santa Sé — Fontes nos Arquivos e bibliotecas de Portugal — Fontes nos arquivos e bibliotecas da Europa — Fontes nos Arquivos e bibliotecas da América, Fontes nos Arquivos e bibliotecas no Brasil».

O simples título já evidencia a magnitude de cada capítulo, capaz só por si de exigir aprofundados estudos.

Cumpre referir o que existe no Vaticano.

A Biblioteca Apostólica, fundada pelo Papa Nicolau V (1447 — 1455), «possui atualmente, em números redondos, 50 000 manuscritos, 100 000 gravuras, 7 000 incunábulos, 70 000 impressos e mais 700 000 impressos nos fundos reservados».

Do Arquivo Pontifício, «as primeiras notícias da sua existência remontam ao Papa Dámaso, do século IV, mas pode ser considerado o seu fundador o Papa Paulo V, em 1612».

«Os fundos que mais interessam à história da Igreja no Brasil, informa o autor, são, entre outros, o Arquivo Secreto, que está guardado em 78 armários, dos quais 28 encerram os Regesta, com 2 048 tomos, os Consistoriais, com mais de mil volumes, o da Secretaria de Estado, em que se guarda a correspondência das nunciaturas e legações, com mais de seis mil volumes, as cartas dos cardeais, com 189 volumes, as dos bispos, com 380 volumes e os documentos da Congregação do Concílio, que recebe os relatórios dos bispos».

Embora aberto a todos os pesquisadores, pelo Papa Leão XIII, o do Vaticano «conservou o seu antigo epíteto de Arquivo Secreto», mas atende a quantos o procurem.

Não basta, porém, conhecer o acervo de documentos, que os Arquivos conservam, em maior ou menor abundância, para utilização dos pesquisadores.

É-lhes indispensável, igualmente, estar ciente da legislação de Portugal e do Brasil.

— 72 —

As «Ordenações Afonsinas», qualificadas de «verdadeiro monumento», pelo Professor Cândido Mendes, as «Ordenações Manuelinas», que as substituíram, em 1521, vigoraram até 1603, quando entraram em vigência as Ordenações Filipinas.

Mas, além das Ordenações do Reino, existiam as cartas de lei, os alvarás, as provisões, os decretos, as resoluções, as cartas régias, os avisos e as portarias.

Multiplicidade tamanha de atos oficiais, não raro envolvia referências à Igreja, que ao seu historiador cumpriria investigar, como também em várias instituições espalhadas pela Europa e América.

Mais complexas, todavia, serão as fontes brasileiras, que o autor especifica por cêrca de 236 páginas, de que se poderão valer com proveito os estudiosos, a quem proporcionou subsídios valiosíssimos, além de doutos ensinamentos acêrca de Direito Canônico e Litúrgico e Direito Público da Igreja, e da instituição do Padroado.

Por isso, não lhe faltaram aplausos enaltecedores dos especialistas, aos quais se juntou a palavra oracular do Vaticano, de cuja «Secretaria di stato di Sua Santitá», proveiu carta de 1 de junho de 1954, na qual declara o seu autorizado intérprete.

«Além do esmêro com que foi imprimido, sua Santidade não pôde deixar de admirar também o escrúpulo e a seriedade na pesquisa das fontes.

O seu livro muito há de contribuir para o progresso da história da igreja no Brasil».

Cabal o elogio ao pesquisador, não admira que lhe fôsse indicado o nome para ministrar aula acêrca de Historiografia na Academia Brasileira de Letras, em que mostrou a «interligação entre a história, a crônica e a ficção».

Abrandando a austeridade de crítico esclarecido, admitiu que «não se pode ter uma noção panorâmica do desenvolvimento material e espiritual de um povo sem o exame e a superposição das narrativas e dos conceitos dos historiadores, dos poetas e dos cronistas».

Analisa-lhes as contribuições, desde a primeira, com que Vaz Caminha caracterizou a terra que o maravilhara, a Américo Vespúcio, cujas cartas «constituem um dos depoimentos mais importantes sôbre a fisionomia da América recém-encontrada, da vida e dos costumes dos indígenas».

— 73 —

Quanto ao desabrochar das letras na colônia, em que se repetia o temário clássico, é no «século XVIII que o pensamento brasileiro toma corpo e suas raízes penetram profundamente num solo novo, mas fecundo».

Avultam, então, em meio de outros, os nomes de Rocha Pita, com a sua *História da América Portuguêsa*, cuja defesa promoveu contra a severidade julgadora de Sílvio Romero, José Veríssimo e Capistrano de Abreu, apesar dos «seus erros, lacunas e incertezas», de Nuno Marques Pereira, que teve o seu livro — *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, publicado, graças ao solicitado auxílio de Manoel Nunes Viana.

Mais fervoroso lhe brotou o elogio, ao comemorar a Academia Brasileira de Letras, em sessão de 16 de abril de 1959, o centenário do nascimento de Augusto de Lima, em que distinguiu «o poeta, o magistrado, o político, o professor, o historiador, o jornalista e o músico».

Cada uma destas atividades exigiria estudo minucioso, diferido para outra oportunidade.

Apenas lhe citou algumas poesias, entre as quais as sextilhas da «Sonâmbula», embebidas de romantismo, com que não se harmonizava a sua formação literária.

A aparência científico-parnasiana das composições, porém, mal lhe dissimulava o sentimentalismo congênito.

«Só a delicadeza de coração feminino poderá bem compreendê-lo», conceituou e por isso, ao terminar a concisa alocução, propôs à Academia a «abertura de um concurso no qual só poderão se inscrever escritoras», pois que «uma escritora brasileira, com sua perspicácia, ternura e acuidade poderá revelar a sua nobre e romântica alma».

Acentuou, nesse lance, a feição dominante na personalidade literária de Augusto de Lima, que as influências intelectuais de sua época não conseguiram de todo suplantar.

De maneira semelhante, de cada individualidade merecedora de sua análise arguta, aponta as características explicativas da nomeada obtida.

E assim, tanto soube exaltar um sábio, do estofo mental de José Bonifácio, desdobrado em estadista de amplo descortino, como um criador de símbolos, da classe de Cervantes, quando não consagra a sua peregrina inteligência a pesquisas históricas, inspiradas por arraigadas convicções religiosas e pelo patriotismo edificante.

O primeiro presidente do IBGE

LOPES, Waldemar. O primeiro presidente do IBGE, *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 5-10, jan./mar. 1968.

WALDEMAR LOPES

O PRIMEIRO PRESIDENTE DO IBGE

É possível que certas aparências tenham contribuído para dar a alguns observadores mais distantes a impressão de que o Embaixador José Carlos de Macedo Soares fôsse um homem sêco e formal, talvez não de todo infenso ao pecado da vaidade Nada mais falso O que melhor caracterizava sua personalidade, de denso conteúdo humano, era exatamente o contrário: a afabilidade espontânea, o tom cordial, a simpatia afetiva. Talvez até se pudesse identificar naquele seu ar de "gentleman", tão fino de maneiras na elegante discrição, mal dissimulada timidez, que não deixaria de ser, também, um traço de distinção espiritual em quem tinha tantos motivos para considerar-se um vitorioso.

Foi muito expressivo, sem dúvida, o depoimento público de bom número de oradores, na sessão dedicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à exaltação da memória de seu último presidente Puderam ver, então, os que não o conheciam mais de perto, quanto eram variadas as facêtas de seu espírito, sensível às idéias generosas, animado de um patriotismo realista e, sobretudo, rico de compreensão e tolerância para o convívio entre os homens

A série dêsses testemunhos, partidos de respeitáveis expressões da inteligência e da cultura brasileiras, reconstituiu magistralmente a atuação de José Carlos de Macedo Soares nos vários domínios em que se projetou sua vocação realizadora: no magistério, na administração, na diplomacia, na política. Nessa última, aliás, não pretendeu fazer carreira: empenhou-se em cumprir missões, sob os impulsos de seu devotamento cívico, antes servindo-a do que dela se servindo

Não há dúvida de que se pôde ter, na sessão do Instituto Histórico, um balanço significativo do que ficou a dever o Brasil ao ilustre morto, nem faltando, para a reconstituição integral de sua figura à face da História, o relato edificante de Aureliano Leite sôbre Macedo Soares, o filantropo Era o testemunho necessário, êsse, a respeito de quem, ocupando altos postos neste país, soube preservar no ser profundo a flor da bondade humana, e manter-se fiel a um sentimento de fraterna solidariedade, que o levava a prodigalizar, com discrição evangélica, tantos benefícios a tantos

Faltou, porém, nas contribuições oferecidas à fixação do perfil moral de José Carlos de Macedo Soares, como homem público, o exame de sua obra na presidência do IBGE, onde, sob certos aspectos, lhe foi dado aplicar de maneira mais viva e característica os múltiplos dons que lhe enriqueciam a personalidade Por circunstâncias especiais, aí precisamente lhe coube ser, a um tempo, não apenas o estadista, o diplomata, o administrador, mas, também, o animador de dedicações, o coordenador de esforços, o estimulador do espírito de equipe Sem o prestígio de seu nome, sem o apoio de sua confiança irrestrita, certamente se teria tornado quase impossível a Teixeira de Freitas concretizar no IBGE uma das aspirações mais instantes de seu idealismo.

A História, em têrmos formais, nem sempre corresponde a um serviço à verdade; mais bem servida seria esta, vêzes sem conta, através das contribuições miúdas da "petite histoire", que elimina o brilho convencional e faustoso, mas se mantém autêntica, em sua íntima vinculação ao fato real Quanto a certos aspectos da vida administrativa brasileira nos últimos anos, sobretudo no campo da Estatística e da Geografia, talvez não seja fácil encontrar nos documentos oficiais da época elementos para a apreciação exata do papel que nêles teve o raro e admirável servidor público que foi Teixeira de Freitas Em sua exemplar modéstia, êle próprio terá contribuído mais do que ninguém para desconcertar os historiadores do futuro, ao transferir a outros o mérito de idéias e iniciativas suas

O pensamento inspirador do sistema estatístico-geográfico brasileiro, como se estruturou na década de 30, é de Teixeira de Freitas, única e exclusivamente Convém repetir com insistência essa verdade para desfazer possíveis equívocos,

R bras Estat, Rio de Janeiro, 29(113):5-10, jan/mar 1968

6

presentes e futuros. Todos os documentos básicos que, em diferentes fases, serviram de fundamento à concepção, criação e implantação daquele sistema foram por êle diretamente inspirados e, em sua quase totalidade, redigidos. A Teixeira de Freitas não faltaram, porém, o apoio e a compreensão de figuras ilustres, que lhe asseguraram, no plano político e administrativo, o necessário suporte para que algumas de suas magníficas idealizações se convertessem em realidade É o IBGE, a êsse respeito, o exemplo típico e de maior ressonância e significado

Se tivesse de limitar a três, com abstração de numerosos outros, os nomes daqueles que, no caso do IBGE, maior contribuição deram para que o sonho de Teixeira de Freitas chegasse a concretizar-se, cingir-me-ia, sem o risco de cometer injustiça, a Juarez Távora, Luiz Simões Lopes e José Carlos de Macedo Soares Estaria reconhecendo, à luz da História, o papel decisivo que tiveram, em diferentes momentos, para tornar viável a aspiração do grande idealista, de dar ao Brasil, pela Estatística e pela Geografia, uma consciência objetiva de si mesmo Isto, sem desmerecer o apoio que, ao mesmo tempo, lhe veio de outros brasileiros do espírito público de João Carlos Vital, Léo de Affonseca, Heitor Bracet, Rafael Xavier, no plano técnico-administrativo, e, no plano político, de homens da categoria intelectual e moral de Daniel de Carvalho, por exemplo

Foi fundamental, com efeito, a contribuição de Juarez Távora, quando Ministro da Agricultura, na criação (evidentemente por sugestão de Teixeira de Freitas), da Comissão Interministerial presidida por Léo de Affonseca, e que teve a incumbência, em 1934, de estudar a organização definitiva da estatística brasileira. Do trabalho dessa Comissão, de que o relator seria necessàriamente Teixeira de Freitas, resultou o projeto do Instituto Nacional de Estatística, depois convertido no IBGE Coube, então, a Luiz Simões Lopes, colaborador direto do Presidente Getúlio Vargas, conseguir a assinatura imediata do decreto de criação do nôvo órgão — decreto cujo número e data vale a pena recordar 24.609, de 6 de julho de 1934.

Um ano depois teria início a atuação decisiva de José Carlos de Macedo Soares. Ministro das Relações Exteriores, começou êle a notar, através das consultas de governos de outros países e das indagações de alguns dos nossos representantes diplomáticos no Exterior, quanto eram ainda insuficientes e contraditórias as estatísticas de que dispúnhamos Havia chocante disparidade nos dados oficiais, até mesmo no tocante a aspectos imutáveis, como o da área territorial. Macedo Soares representou sôbre o assunto ao Presidente Vargas. A essa altura já existia o Instituto Nacional de Estatística, mas era letra morta o decreto que o criara· faltavam-lhe verbas, sede, equipamento, pessoal

Mais uma vez foi inestimável a colaboração de Luiz Simões Lopes sensível aos apelos de Teixeira de Freitas — de que eram intermediários, dentre outros, João Carlos Vital e Rafael Xavier —, promoveu medidas no sentido de que fôsse o nôvo órgão instalado no Palácio do Catete, em espaço cedido pela Secretaria da Presidência Para presidi-lo, numa interinidade que se prolongou cêrca de quinze anos (1936-1950), designou Vargas o próprio Chanceler José Carlos de Macedo Soares; e no breve discurso pronunciado na cerimônia de instalação, em 29 de maio de 1936, pôde referir, com certa ênfase, que era tão grande seu interêsse pelo Instituto a ponto de lhe dar, naquela oportunidade, sua casa e seu Ministro.

A casa, aliás, não foi ocupada por muito tempo Quando cheguei ao IBGE, em março de 1938, os serviços administrativos da Secretaria-Geral — órgão executivo do Instituto — já se haviam transferido para o 11º andar do edifício de "A Noite", na Praça Mauá, e Alberto Martins substituíra Benedicto Silva em sua direção Ainda estava muito viva a lembrança do papel que tivera na obtenção do mobiliário para a nova sede o representante da Marinha na Junta do Instituto Refiro-me a Manuel Ribeiro Espíndola, que por longo período exerceu essas funções e até chegou a presidir, em caráter interino, nos idos de 52, os destinos da instituição, de que foi sempre um colaborador entusiasta Algum tempo depois ocuparia a outra metade do mesmo pavimento o órgão estatístico do Ministério da Educação, removido do velho edifício do Silogeu Brasileiro, onde Teixeira de Freitas o vinha dirigindo havia anos, com a dedicada colaboração de Heitor Eloy Alvim Pessoa, Alberto Cerqueira Lima, Germano Jardim, Zaíra Pinto, Mary Tumminelli, Celina Pena e alguns outros Passávamos a ter mais próximo de nós o Secretário-Geral que era a própria alma da instituição e seu legítimo condutor no plano técnico e intelectual

Dentro de certa perspectiva histórica, é possível avaliar-se com precisão o acêrto do ato que colocou na presidência do Instituto, na primeira hora, um

7

homem do prestígio pessoal e das extraordinárias qualidades de José Carlos de Macedo Soares Mais: pode-se reconhecer, sem risco de lisonja, o que representou para o bom êxito da instituição a presença em seu comando "político" de um homem dotado da largueza de vistas e das virtudes que lhe caracterizavam a personalidade, inclusive em sua maneira de ser, íntimo e distante, capaz de inspirar, simultâneamente, a maior estima e, também, o máximo respeito

Não seria fácil, para quem não possuísse tais predicados, ter sob sua autoridade, no principal pôsto executivo da instituição, isto é, como seu Secretário-Geral, um "produtor de idéias" — para lembrar a feliz classificação de Raul Lima — da excepcional categoria de Teixeira de Freitas. É fenômeno comum, no campo da administração pública, que os mais sinceros idealistas, os mais pertinazes defensores de idéias renovadoras, se tornem, no conceito de muitos, incômodos ou impertinentes. São bem mais agradáveis, dentro de certos padrões, os chamados "yes-men", prontos sempre a subordinar-se às diretrizes alheias, mediante a cômoda renúncia ao esfôrço de pensar por conta própria; de lançar iniciativas; de preocupar-se com alterações no "statu quo"; de defender idéias contrárias à rotina estratificada.

Ao contrário disso, Teixeira de Freitas era, por temperamento e formação, um pensador político de rara vitalidade; punha obstinação de apóstolo na defesa pertinaz, constante, insistente, de seu "ideário cívico" — conjunto de sugestões para resolver-se o que chamava "os problemas de base do Brasil": redivisão territorial; transferência — afinal realizada — da capital da República para o Planalto Central; consórcios intermunicipais; instituição de grandes sistemas de cooperação interadministrativa, a exemplo do que se fizera com a Estatística e a Geografia, também nos campos da educação, da saúde, do fomento econômico, da arrecadação fiscal, das comunicações rodoviárias; criação do Departamento do Govêrno, destinado a planificar a ação administrativa, unificando-a mediante a articulação dos objetivos pertinentes aos diversos Ministérios (idéia, aliás, em parte concretizada, com a posterior criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral); racionalização do quadro político-administrativo e judiciário do país; e, por fim, todo um plano de renovação social, em cujo esquema se previa, como primeiro passo, a profunda reforma da classe do funcionalismo federal

A rigor, eram idéias pessoais, frutos da meditação de um espírito idealista e patriota, no melhor sentido da palavra Algumas, certamente viáveis a curto prazo, outras, de difícil consecução, em qualquer tempo, pela inevitável resistência de interêsses políticos estabelecidos, da inércia ante a audácia das reformas sugeridas, do apêgo a tradições consagradas. Em alguns casos, poderiam ser considerados até — e certamente o foram por muitos — pura utopia de uma grande inteligência insatisfeita ante as realidades do país e empenhada em contribuir para transformá-las, mas esquecida em suas concepções teóricas da prudente advertência do filósofo: mata-se o natural e êle volta correndo...

Eram idéias pessoais, dizia, mas, ao poder de sua vigorosa capacidade de argumentação, de seu fascinante idealismo, da reconhecida pureza de seus objetivos, Teixeira de Freitas conseguiu que o IBGE, cuja concepção e organização também eram obra sua, as fôsse gradativamente absorvendo e adotando, até assegurar-lhes o apoio integral de seus órgãos de direção superior. José Carlos de Macedo Soares foi perfeito na solidariedade a seu ilustre colaborador. Sem ser pròpriamente um político militante, não deixava de ter atuação e responsabilidades no campo da política. Pertencia, aliás — depois de restabelecido o funcionamento das instituições democráticas —, a um partido de tendências nìtidamente conservadoras: o PSD, seção de São Paulo. Nem por isso deixou um só momento de prestigiar as idéias de Teixeira de Freitas — algumas talvez *anti-políticas*, dentro dos critérios que prevalecem no julgamento dos planos de reforma —, contribuindo para sua defesa e propagação em discursos e documentos que ficaram nos anais do Instituto ou foram encaminhados aos altos conselhos do Govêrno com a chancela de sua responsabilidade pessoal.

Nem só isso. Era ampla, irrestrita, ilimitada a autonomia por êle concedida ao Secretário-Geral na prática dos atos de gestão do Instituto Nunca interferia, senão para lhe dar integral apoio, na escolha de seus colaboradores. E não foram poucas as vêzes em que assumiu firme posição contra a ameaça de injunções políticas, dispondo-se até à renúncia do cargo, que exercia — é bom que se registre — sem qualquer vantagem de ordem material: a pequena dotação atribuída em lei ao presidente, para gastos de representação, êle a doava à

8

biblioteca. Deixava ao critério exclusivo do Secretário-Geral a decisão sôbre os pedidos e recomendações de seu próprio partido, em favor dêsse ou daquele candidato, quando não cobria as negativas com a responsabilidade de seu nome. Convenha-se em que não são comuns os exemplos dessa natureza em nossa vida pública.

Uma instituição como o IBGE, destinada a romper, sob tantos aspectos, com a passividade e o conformismo no panorama administrativo do país, não se poderia implantar e pôr-se em marcha sem enfrentar inevitáveis reações. Mesmo entre os técnicos, muitos haveriam de receber com reserva, pelo menos nos primeiros tempos, os esquemas de ação de Teixeira de Freitas. No plano político-administrativo, impunha-se uma atuação prestigiosa e esclarecida junto às altas autoridades federais e aos Governos dos Estados, para que o processo de reforma, ampliação e aperfeiçoamento dos serviços estatísticos e geográficos do país, desencadeado com a instalação do IBGE, encontrasse da parte de todos a necessária receptividade.

José Carlos de Macedo Soares teve um papel de excepcional importância na obtenção de apoio à obra empreendida O natural respeito que a todos impunha por seus títulos de homem público, já com tantos serviços prestados, não só ao Brasil, mas também à paz do Continente, imprimia extraordinária fôrça moral a qualquer gestão que promovesse, como presidente dos órgãos colegiados do IBGE — o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia. O prestígio de seu nome removia as dificuldades na execução dos planos de reforma, na esfera estadual; quanto ao Govêrno da União, fácil lhe era o diálogo no mais alto nível, inclusive porque em mais de uma oportunidade foi a um só tempo presidente do IBGE e Ministro de Estado.

Quando outros compromissos o obrigavam a permanência mais longa fora do Rio de Janeiro, assumia a presidência do Instituto seu substituto eventual, o diretor dos serviços de Estatística do Ministério da Justiça. Durante anos, foi êsse pôsto ocupado por Heitor Bracet, um homem fino e amável, que, em sua longa vida pública, há de ter conquistado apenas afeições; veio depois Rubens Pôrto, cujo dinamismo e ânimo realizador já haviam sido postos à prova em outros cargos, inclusive na direção da Imprensa Nacional, de cuja reforma foi o eficiente executor. Ambos mantinham, na presidência, a mesma elevada orientação do titular e os períodos de sua interinidade se sucediam sem qualquer impacto de transição.

Foi de iniciativa de José Carlos de Macedo Soares a norma, que se tornou tradição, depois interrompida, de irem os dirigentes, e principais funcionários do Instituto, cada 29 de maio, visitar o Presidente da República e levar-lhe os principais resultados de seu trabalho, durante o ano: publicações estatísticas, mapas geográficos, apurações censitárias Durante anos, o Presidente Vargas sempre nos recebeu naquele dia. Inteirava-se, com o maior interêsse, de tudo quanto lhe era entregue, pedindo esclarecimentos ou fazendo indagações, ouvia com atenção o discurso-relatório do Embaixador e, no fim, manifestava a satisfação do Govêrno pela obra realizada. Sempre, nessas oportunidades, tinha Vargas expressões de aprêço e carinho para com o presidente do IBGE, a cujo espírito público e capacidade de direção se referia em têrmos expressivos.

Por sinal, certa vez o Embaixador, após a audiência, lamentou que palavras tão significativas do Chefe do Govêrno, pronunciadas de improviso, não tivessem sido gravadas ou taquigrafadas, para registro nos anais da instituição Estávamos numa casa-de-chá, na Cinelândia, para onde viéramos, a seu convite, ao sair do Palácio do Catete. Propus-me reconstituir, de memória, ali mesmo, o discurso de Vargas, palavra por palavra — e assim foi êle reproduzido nas publicações oficiais do Instituto. O episódio ia gerando um incidente: durante o Estado Nôvo os serviços de imprensa da Presidência da República exerciam rígido contrôle sôbre a divulgação dos discursos do Chefe do Govêrno e o IBGE transgredira, imprudentemente, as normas em vigor...

A experiência administrativa de José Carlos de Macedo Soares, na vida pública e no setor privado, era fator positivo para que êle mantivesse com senso de objetividade eficiente supervisão sôbre a vida administrativa da entidade que presidia Os empreendimentos de natureza técnica e cultural lhe despertavam, porém, maior entusiasmo Em face dos planos de trabalho das duas alas do Instituto — a de Estatística e a de Geografia — não era um mero expectador; era, sim, um participante Dispensava a maior atenção às iniciativas em andamento; inteirava-se de seus resultados; alegrava-se com as realizações da instituição. Tinha todo o empenho em dispor em sua própria residência de bom número de publicações, para oferecê-las pessoalmente a homens públicos

e intelectuais de sua amizade, como testemunho dos serviços que o IBGE prestava ao Brasil. Sabia reconhecer e respeitar a competência de seus colaboradores, excedendo-se, não raro, na generosidade do julgamento com que procurava estimular-lhes as iniciativas.

Um dos setores do Instituto lhe merecia atenção especial: o Serviço Gráfico. Era comum ir visitá-lo, quase sempre de surprêsa, sobretudo quando ainda na Praia Vermelha. Ficava durante horas na companhia de nosso caro Renato Americano, tão mineiramente simpático em sua palestra variada — teia de evocações, casos pitorescos, a-propósitos. (A êle devo, e a seu velho Ford, alguns dos primeiros contatos com a paisagem do "grande Rio" e da zona da mata de Minas Gerais, além do conhecimento pessoal de grandes figuras literárias de trinta anos atrás; por exemplo Afrânio Peixoto e Gastão Cruls, ambos de sua intimidade.) Bibliófilo, dono de uma das maiores bibliotecas particulares do País, o Embaixador Macedo Soares empenhava-se em fazer de alguns de seus livros verdadeiros padrões de arte gráfica, pelo caprichoso requinte das edições. Talvez por isso lhe agradasse o ambiente de tipos e tintas a que Renato imprimira desde a primeira hora, com um grave senso de ordem, as marcas de sua eficiência e capacidade de organização

Acompanhou com vivo interêsse o planejamento e a execução dos censos gerais de 1940 e 1950; atuou diretamente na Campanha Nacional dos Mapas Municipais; estêve presente, com o melhor espírito de participação, a vários congressos e reuniões, de que lhe cabia a presidência, em razão de seu alto cargo no IBGE Nessas ocasiões, exercia com grande tato verdadeiro poder moderador, dirigindo hàbilmente as discussões mais acesas e conseguindo encaminhar as decisões dentro de uma linha de meio têrmo, conciliatória dos pontos de vista conflitantes Era, com efeito, um pacifista natural e espontâneo, tendente sempre ao esfôrço de aproximação, em busca de entendimento e harmonização dos contrários Caracterizava-lhe as ações a permanente boa-fé; confiava sem limitação, de ânimo desprevenido e tranqüilo

Figura eminente do laicato brasileiro, de conhecidas convicções religiosas, era, também, de larga tolerância em relação às posições ideológicas de seus colaboradores. Nunca se terá tido notícia de qualquer discriminação dessa natureza durante sua presença no IBGE Outros eram, em seu conceito, os padrões de aferição do mérito: a eficiência técnica, a capacidade intelectual, a dedicação aos interêsses da Casa Essa elevação de vistas se fêz sentir em vários episódios, inclusive durante a segunda guerra mundial, quando ocorreu no Instituto impressionante mobilização de esforços, para ajustar os programas de trabalho e o ritmo da ação às responsabilidades da grave conjuntura. Ainda nessa hora os fatos puseram de manifesto a importância de ter-se no pôsto mais alto uma personalidade do prestígio moral de José Carlos de Macedo Soares, tão identificado com eminentes figuras das fôrças armadas brasileiras, que nêle confiavam integralmente.

O prestígio de seu nome pairava acima das crises políticas. Assim, os acontecimentos de novembro de 1955 de nôvo o conduziram à chefia do Itamarati e, coincidentemente, à presidência do IBGE Recebia o cargo, dessa vez, de outro eminente brasileiro, com êle tão identificado pelo ânimo de servir e pela devoção aos interêsses permanentes do país Quero referir-me a Elmano Cardim, a quem o govêrno Café Filho entregara em boa hora os destinos da instituição, após a morte de Vargas, em agôsto de 54. Ao passar a presidência ao Embaixador, pôde Cardim, que tanto fêz para restaurar o espírito da Casa, fundamente sacrificado pela crise de 51, afirmar com inteira justiça: "Foi durante sua brilhante administração, assinalada pelo devotamento cívico, a serenidade e a competência que Vossa Excelência põe no desempenho de seus encargos, que me habituei, como todos os brasileiros, a ver no IBGE uma grande instituição, de meritórios serviços ao país e aquecida por uma filosofia de trabalho, um sadio idealismo, um amor à obra comum que resultaram, evidentemente, do espírito predominante nos primeiros anos e mais se fortaleceram em momentos difíceis".

Por sua vez, o Presidente Kubitschek, ao atender, alguns meses depois, ao irrevogável pedido de exoneração do Embaixador, diria expressivamente: "Desejo agradecer, em nome da nação brasileira, os inestimáveis serviços que lhe prestou o Ministro José Carlos de Macedo Soares, o servidor-padrão do IBGE, o eminente brasileiro a quem êsse Instituto deve, sobretudo, a consagração do espírito de equipe que o secundou: o homem que durante tantos anos assegurou a continuidade de benemérito esfôrço desenvolvido por essa organização modelar"

Êsses testemunhos, decerto, não esgotam os aspectos sob os quais pode ser estudada e exaltada a personalidade de José Carlos de Macedo Soares. Sua atuação na vida pública brasileira desdobrou-se em tantos sentidos que está a

10

exigir, sem dúvida, um estudo bem mais profundo e alongado. Para definir, porém, numa breve síntese o espírito e as características dessa atuação, bastariam, certamente, duas palavras: eficiência e discrição. Sua carreira na vida pública êle a fêz de maneira discreta, quase severa, sem atropelar os que lhe quisessem passar à frente, antes omitindo-se muitas vêzes. Pôs a serviço do país, de suas instituições culturais, da emprêsa privada, uma capacidade de ação que logo se traduzia nas mais brilhantes realizações. Assim foi no IBGE, mas assim foi, também, na Associação Comercial de São Paulo, no Itamarati, na Academia Brasileira de Letras, no Instituto Histórico, na Sociedade de Geografia, na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no Govêrno do grande Estado a que se ligou, embora fôsse fluminense, como se nêle tivesse nascido; assim foi onde quer que exercitou sua vocação de servir.

Era, realmente, um homem superior, dentro do conceito, que tanto me agrada, de excluir dessa categoria os que se enleiam no accessório, abstraindo o essencial. Tinha, por isso, uma visão clara e nítida dos objetivos que devia atingir, e a êles procurava devotar-se integralmente. Sereno, de invejável tranqüilidade interior, em sua convivência todos recolhiam sempre manifestações de fidalguia, de gentileza, de ternura humana.

Os que tivemos o privilégio de servir sob a autoridade imediata de José Carlos de Macedo Soares guardamos grata lembrança de sua delicadeza, dos requintes morais com que êle exercia essa autoridade, purificando-a de todo arbítrio: não determinava nem impunha nunca; antes, sugeria, aconselhava, lembrava. Seus gestos de atenção pessoal para com os amigos e colaboradores eram sempre de extrema cortesia, marcados de tolerância, compreensão, boa vontade Foi, à sua maneira de grão-senhor, um chefe inesquecível, porque, antes de tudo, um homem bom Em sua personalidade incomum a autoridade e a bondade se fundiam harmônicamente, compondo uma das mais nobres figuras humanas do Brasil de nossos dias.

In Memorian: documentação

Discursos em Assembléias-Gerais

Discurso no 3º Aniversário do IBGE

Discurso no 5º Aniversário do IBGE

Discurso no 7º Aniversário do IBGE

Discurso no 9º Aniversário do IBGE

Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos

Apresentação do Anuário Estatístico do Brasil – 1936

Apresentação da RBE

Prefácio de "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia"

Prefácio de "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação"

Apresentação do "Vocabulário Brasileiro de Estatística"

IN memorian: documentação. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 45-110, jan./mar. 1968.

45

DISCURSOS EM ASSEMBLÉIAS-GERAIS

Importantes pronunciamentos foram feitos pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, quando da realização de Assembléias-Gerais do Conselho Nacional de Estatística. Alguns dêles constam do presente documentário.

I Assembléia-Geral * — As normas estatutárias do Instituto determinam que as palavras inaugurais das Assembléias anuais do seu Colégio diretor tenham a feição de um relatório Relatório que ponha sob as vistas atentas dos digníssimos delegados dos Governos, cujas autoridades se enfeixam e articulam na tectônica *sui generis* da instituição, o encadeamento dos fatos que vão tecendo a história do sistema e exprimindo a concretização do seu destino social, administrativo e político De modo tal que os roteiros do Instituto se revejam com segurança na hora propícia, e se confirmem ou se corrijam em demanda segura do seu norte, mas segundo os rumos oportunamente renovados que os contornos dos acontecimentos e os acidentes de tempo e de lugar forem iterativamente indicando como os que, sem serem os mais extensos, sejam do mesmo passo os mais acessíveis

É a primeira vez que êsse dever se me impõe na curta existência, de pouco mais de um ciclo solar, do Instituto Nacional de Estatística. E o relato que me cumpre fazer, há de configurar, mais compreensivamente do que nas etapas futuras, a visão de conjunto das circunstâncias e dos fatos que chamaram à realidade o Instituto, condicionaram-lhe os esforços iniciais, exprimi-

* Discurso proferido na cerimônia de instalação da primeira sessão das Assembléias-Gerais, a 1º-7-1937

46

ram-lhe os primeiros frutos e alargaram-lhe, iluminando-os, os horizontes que de comêço lhe fôra dado dominar, e já agora lhe oferecem novos imperativos de ação e estímulos redobrados ao aperfeiçoamento do seu mecanismo, na fidelidade intransigente ao princípio de solidariedade livremente consentida, inteligentemente deliberada e inquebrantàvelmente manutenida, que lhe constitue a um só tempo a condição de ser, de permanência de êxito.

*
* *

Senhores! Vêm do alvorecer da nacionalidade os esforços do Brasil para atingir a exata consciência de si próprio, expressa no minucioso conhecimento de sua terra e sua gente. Mas o improviso inédito com que o país se projetou, como uma grande Nação, no cenário mundial: o tumulto dêsse dinamismo fulgurante em um âmbito quase continental, desconhecido e agreste, plasmando de inopino uma civilização e cimentando a unidade social e política de massas demográficas descontínuas, e heteróclitas em quase todos os aspectos; — essas circunstâncias não nos haviam dado tempo ainda de assentar método e sistema naquela tarefa, mais do que qualquer outra exigente de trabalho sereno, refletido e prolongado. Quando tôda a vida da Nação ainda era trepidação instintiva, imediatismo, audácia temerária contra o desconhecido, imposição do domínio, antes de imposição da inteligência, não havia — nem podia haver — lugar para a preocupação absorvente do lento trabalho de investigação geográfica e estatística.

Justo era, pois que fôssem fragmentários, dispersivos, incoerentes e inconseqüentes os primeiros passos da nacionalidade nascente na conquista daquela consciência objetiva de existência, — impulsionadora da ação planificada que consolida e faz felizes as nações, — enquanto o seu potencial de vontade estava todo na afirmação da consciência subjetiva, — aquela que, dominando o sentimento, desencadeia a ação heróica, a única que faz os Estados e muda os cenários da história.

Entretanto, quando chegávamos à crise política de 1930, muito, muitíssimo já havia o Brasil realizado, e sobretudo experimentado, procurando passar da fase intuitiva para a fase refletida, na direção dos seus destinos históricos. Às místicas, às "lendas", às "aventuras", já iam sucedendo as "plantas", as "propecções" e os "planos". Em vez de "inflamar" as massas, já se falava em "educá-las". Não se queria mais "eletrizar" a Nação, mas "organizá-la". Já não se pensava em demolir sistemas ou improvisar reformas a golpes de retórica e poesia, mas em melhorar a ordem existente planificadamente em números e cartas, em esquemas e gráficos. E para tanto já se percebera a insuficiência do patrimônio de que a Nação dispunha como documentação das suas condições existenciais. A geografia e a estatística que tínhamos eram notòriamente insuficientes em face das exigências atuais da nossa civilização.

Levantada dez anos atrás, graças ao patriótico empreendimento do Clube de Engenharia e à dedicação e capacidade de Francisco Bhering, mas com material insuficiente — e ainda assim devido em grande parte à iniciativa particular de eminentes geógrafos, o Barão Homem de Melo à frente — a carta geral do país pedia instantemente revisão e aperfeiçoamento. De vagar se vinham processando os levantamentos rigorosos do território, aos cuidados quase exclusivos dos serviços geográficos militares, das Comissões de Limites, da Comissão Rondon, da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, e ainda das Comissões Técnicas de Minas e São Paulo. Em conseqüência, os mapas regionais não tinham valor próprio, reproduzindo apenas a deficiente cartografia federal. E sòmente aqui e ali eram tentados os mapas municipais, quase ninguém se preocupando com a necessidade de levantá-los. E quando acaso empreendidos, não passavam, às mais das vêzes, de vagos esboços, mesmo porque lhes faltava, em regra, o elemento primordial, o conhecimento exato dos respectivos perímetros.

As pesquisas meteorológicas e geológicas também não tinham a intensidade, nem a compreensão, nem a sistematização que os seus objetivos requeriam.

O enriquecimento da bio-geografia, que tanto deveu ao esfôrço isolado de sábios notabilíssimos, nacionais e estrangeiros, prosseguia vagaroso a cargo de alguns centros científicos poucos e mal aparelhados, via de regra.

Os estudos demográficos insuficientíssimos. O registo civil, mal organizado, mal executado e deficientemente computado. O último levantamento censitário, de 1920, velho de 10 anos, já não dava base a extrapolações que permitissem avaliar razoàvelmente a população brasileira nem no seu total, nem nos grupos regionais, nem muito menos segundo o quadro municipal, já então profundamente modificado.

Da produção agrícola e industrial que só uma vez, até 1930, havia sido avaliada censitàriamente, — mas já há uma década de distância, — só se possuíam números, ou incompletos na sua

compreensão, ou pretendidamente de compreensão completa mas resultantes de genéricas estimativas globais baseadas em índices os mais falíveis, impróprios a exprimir sequer os aspectos fundamentais da economia brasileira

Os registos imobiliários ainda estavam longe de uma boa organização.

O fenômeno dos transportes e das comunicações só era quantificado, ou em números exatos mas de restrita compreensão, ou em dados gerais toscamente elaborados, de expressão menos que aproximativa.

As trocas internacionais, constituindo exceção auspiciosa, eram levantadas com rigor técnico vindo a lume os seus resultados a tempo e a hora. Mas, sem embargo de ser o país uma federação de Estados cujas fôrças produtivas e cuja capacidade de consumo têm as mais diferenciadas características, configurando por isso mesmo condições particularíssimas e da mais alta significação para a economia nacional, jamais se conseguira uma totalização das exportações das suas unidades políticas, nem muito menos a quantificação das respectivas importações, de modo que não se estabelecera até então, fôsse para que Estado fôsse, uma razoável balança comercial.

Todos os importantíssimos aspectos da distribuição e consumo, mal apareciam aflorados nas realizações da estatística brasileira

Nos setores, tantos e tão importantes, da estatística social, cultural, administrativa e política, nada ou quase nada realizado. Silêncio completo sôbre aspectos da mais vital importância para a administração do país. Até o início do Govêrno Provisório, a estatística educacional uma única vêz fôra realizada com significação e rigor suficientes, em extensão e profundidade. Quando, porém, conhecidos em 1916, os seus resultados eram velhos de nove anos. E do próprio quadro da divisão administrativa e judiciária, cujo levantamento sempre merecera carinhos especiais, tal o seu alcance básico, só era conhecida a nomenclatura, e ainda assim com atraso não pequeno, tão penosa a obtenção do material a elaborar O elemento essencial — a linha divisória de cada circunscrição — só em 1930 se conseguira sistematizar quanto apenas às Unidades Federativas, continuando sem estudo de conjunto os limites inter-municipais e inter-distritais. Êstes, de resto, vinham sendo fixados à revelia de critérios racionais — e sem que esforços metódicos fôssem empregados para corrigir tal omissão — ora exprimindo-se pelas variáveis e impróprias divisas das propriedades particulares, quase sempre mal identificadas, ora configurando os mais absurdos perímetros, ora estabelecendo uma espécie de sistema colonial de pequenas glebas descontínuas (municípios com "fazendas encravadas" em municípios vizinhos), ora bi-partindo ou tri-partindo o território da circunscrição em distritos não contíguos, ora finalmente chegando ao ponto de colocar sedes de circunscrição fora dos perímetros próprios.

E se é certo que nenhum levantamento numérico de conjunto até então iniciado relativamente aos quadros de cada uma das esferas da administração brasileira, a própria situação financeira do país — o que é bem mais grave — ainda vinha sendo estudada em forma que deixava bastante a desejar na parte referente à União, e constituía, em nossas estatísticas, zona de penumbra no que concernia aos Estados e, principalmente, ao âmbito municipal

*
* *

Eis aí, senhores, muito por alto, e através de uma enumeração que de tão resumida quase não é mais do que um punhado de exemplos, o estado da geografia e da estatística brasileiras, quando o movimento político de 1930 iniciava o seu esfôrço renovador

A situação era bem clara e o remédio podia ser fàcilmente encontrado no rumo que a voz de um grande mestre, Bulhões de Carvalho, que foi também um realizador incansável, vinha de há muito apontando — o rumo da cooperação interadministrativa, que poderemos resumir nesta fórmula: descentralização executiva mais orientação centralizada; coordenação de autonomias mais subordinação a princípios, um só sistema de atividades para um só sistema de resultados

Entretanto — forçoso é reconhecer — as novas linhas diretivas da administração federal ao iniciar-se o Govêrno Provisório, não abrangeram logo a sistematização nem dos serviços estatísticos, nem dos serviços geográficos Antes, pelo contrário, as primeiras medidas governamentais nesses domínios foram hesitantes e até contraditórias Porque enquanto se justapunham em um só órgão as duas antigas Diretorias de Estatística — a de estatística geral e a de estatística comercial, formando no Ministério do Trabalho o Departamento Nacional de Estatística, criava-se no Ministério da Educação a Diretoria a que ficariam afetas as estatísticas educacionais e conexas e as da assistência médico-social

Mas desta última repartição se origina o primeiro projeto de uma solução totalitária para as duas ordens de ati-

48

vidades — as de cartografia geográfica e de estatística, solução que se consubstanciaria na criação do Instituto Nacional de Cartografia e Estatística.

O projeto defronta-se com a boa vontade do Govêrno e a hesitação dos técnicos. Recua no momento o Govêrno, mas a idéia empolga-o, e pelo órgão do Ministério da Agricultura, confia depois a uma comissão inter-ministerial o estudo detalhado do problema.

Permanece a hesitação dos especialistas quanto à instituição do sistema geográfico, mesmo limitado aos serviços de cartografia territorial Mas solidarizam-se todos em tôrno da idéia do grande sistema dos serviços estatísticos, segundo a fórmula que a experiência brasileira tão eloqüentemente vinha sugerindo. Numa harmonização perfeita de pontos de vista, a comissão a quem se entregara o assunto, esboça o anteprojeto de criação do Instituto Nacional de Estatística, cuja estrutura totalitária, no que exorbitasse da alçada do Govêrno Federal, deveria integrar-se em virtude de uma Convenção Nacional capaz de enfeixar, na instituição do sistema, a autoridade política e a vontade autônoma de cada uma das ordens governativas

Objeções de dois Ministérios sustam a efetivação do tentame projetado. Estava escrito que a idéia deveria abrir o seu caminho, etapa por etapa, custosamente Foi preciso que ela ganhasse a convicção do Chefe do Govêrno, para que, afastadas tôdas as hesitações e resistências, surgisse por fim o memorável decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, que, aprovado logo a seguir pela Constituição, é hoje o primeiro diploma orgânico da estatística brasileira, considerada na sua maior latitude de compreensão.

Entretanto, se desde a organização do projeto sôbre a criação do Instituto, e na conformidade dêle, o Ministério da Agricultura já se enriquecera com a sua operosa Diretoria de Estatística da Produção; e se pouco antes de ser baixado o decreto n º 24 609, fôra desmembrado o antigo Departamento Nacional de Estatística, do qual saíram as repartições centrais de estatística dos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Justiça, — isso também em justa concordância com aquêle projeto, — apesar de tudo, entre a lei e o cumprimento da lei nôvo interregno se interpõe E êste só é vencido por uma solicitação imperiosa das relações internacionais do Brasil, obrigando o Conselho Federal do Comércio Exterior a promover a uniformização dos dados estatísticos oficiais, referentes à vida brasileira, pois a incoerência entre êles era de assombrar e vinha colocando o país em situação particularmente embaraçosa

Reunidos no Itamarati os técnicos a quem a tarefa deveria ficar entregue, foi fácil tornar-se de meridiana evidência que o remédio procurado estava, e só podia estar, na efetivação do Instituto Nacional de Estatística

Sobrevém então a nomeação do Presidente e logo depois a instalação do Instituto no próprio palácio da Presidência da República, onde se instala a Junta Executiva Central, destinada a ser o órgão de movimentação inicial das atividades no nôvo organismo Isto a 29 de maio de 1936, data áurea em que se inicia a evolução verdadeiramente orgânica da estatística brasileira Data ainda não menos memorável no domínio do nosso direito constitucional, porque marcava o ponto de partida de uma jornada histórica em que se deveria processar a integração e a evolução de todo um sistema de serviços públicos — federais, estaduais e municipais, praticando-se, no seu máximo de virtualidade e alcance, o princípio nôvo de inter-conectação político-administrativa, que o art 9 º da Carta de Julho consagrara entre nós pela primeira vez

Implantada no terreno dos fatos a idéia informadora do Instituto, não tardou que revelasse maravilhosa fecundidade O Instituto age, expande-se e consolida-se com rapidez impressionante, comprovando sua perfeita aptidão para a grande tarefa política e técnica que lhe fôra confiada

Quanto à sua estruturação, baixa-se em 7 de julho de 1936 o Dec n º 946, que convoca a Convenção Nacional de Estatística A Assembléia convencional reúne-se a 27 de julho de 1936 e encerra-se a 11 de agôsto, quando todos os delegados assinam a Convenção, a qual na mesma data é ratificada pelo Govêrno Federal e, a seguir, por todos os Governos Regionais

O Pacto Intergovernamental, ao mesmo tempo que integrava o quadro político da instituição e definia as bases da criação do Conselho Nacional de Estatística, fixava-lhe um conjunto admirável de objetivos técnicos e sociais, todos já facilitados por dispositivos adequados, assegurando ao mesmo tempo a criação e o aparelhamento nas requeridas condições de eficiência. dos órgãos nacionais, regionais e municipais de cuja falta o sistema ainda se ressentia

Segue-se a curto prazo a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, pelo Dec n º 1 200, de 17 de novembro de 1936, onde rigorosamente se consagravam as bases convencionalmente formuladas entre a União e suas Unidades Políticas

Em virtude disso, a Junta Executiva do Instituto logo se transforma no

órgão definido na regulamentação como preposto da Assembléia-Geral do Conselho, e esta é convocada para 15 de dezembro.

Nessa data instala-se solenemente o Conselho Nacional de Estatística, onde delegados de todos os Governos participantes da Convenção tomaram assento, formando o conclave supremo da estatística brasileira, órgão soberano da direção do sistema em que se entrosavam todos os respectivos serviços.

Num conjunto de 27 resoluções, deliberadas em trabalho intensivo, de 15 a 30 de dezembro, ficaram firmadas tôdas as disposições necessárias ao início, a pleno efeito, das nossas atividades.

Sucedem-se então ràpidamente os atos de criação e instalação das Juntas Regionais de Estatística. Multiplicam-se as deliberações dêsses órgãos co-irmãos da Junta Executiva Central, todos êles visando, num alto pensamento de cooperação, medidas e realizações tendentes a imprimir a desejável eficiência aos serviços jurisdicionados.

Por outro lado, não sòmente são criados, segundo os compromissos vigentes, os órgãos técnicos centrais que ainda faltavam em muitos sistemas estatísticos regionais, mas ainda instituem-se vários órgãos especializados, enriquecedores daqueles sistemas, alguns dos quais dedicados à estatística educacional, outros à bio-estatística, outros ainda à estatística comercial, verificando-se complementarmente a organização de secções de estatística nas Prefeituras de algumas Capitais que ainda não possuíam serviços dessa natureza.

Finalmente, completando a estrutura do Instituto no plano municipal, e pela persistente influência dêle, começam a surgir, segundo a atuação prevista das Juntas Regionais e sob os auspícios dos respectivos Governos, as Agências Municipais de Estatística, que já atingem quase a mil, das 1.500 que devem ser, e que provàvelmente serão de fato ainda êste ano. Constituem-se essas Agências, ora por iniciativa isolada das Prefeituras, ora em virtude de deliberação coletiva dos Governos Municipais, firmada com o caráter de compromisso recíproco e para com o Govêrno Estadual, em virtude de convênios interadministrativos análogos e complementares à Convenção Nacional de Estatística.

Se esta é a auspiciosa perspectiva que nos oferece o aspecto exterior da nossa grandiosa construção, na ala que, até o advento do Conselho Brasileiro de Geografia, era a única do Instituto, não é menos confortadora a impressão que nos deixa o labor fecundo do seu dinamismo funcional.

Todos os problemas fundamentais da estatística brasileira foram devidamente postos, e à solução dêles atribuíram-se diretrizes adequadas e os recursos possíveis no momento, na conformidade do seu escalonamento em ordem de importância e urgência.

A primeira coordenação geral de resultados da estatística brasileira sob a responsabilidade do Instituto, foi preparada imediatamente, dando continuidade ao esfôrço que se iniciara havia um quarto de século com a primeira publicação do Anuário Estatístico do Brasil. O 2.º número do Anuário foi elaborado e impresso em menos de quatro meses, fazendo-se a sua primeira distribuição aos membros do Conselho de Estatística no próprio dia em que êste inaugurava seus trabalhos Mais. Organizam-se separatas enriquecidas do Anuário para cada Unidade da Federação, e a quase totalidade dêsses volumes apareceu publicada sob os cuidados dos Sistemas Regionais, ainda no correr dos trabalhos da 1.ª reunião do Conselho. O que isto representou como demonstração de eficiência dos elementos componentes do Instituto e da perfeita solidariedade entre êles firmada, não precisa ser encarecido Mas cumpre destacar também a importância do evento, como expressiva afirmação da unidade nacional, traduzida na identidade, pela primeira vez conseguida, das imagens numéricas que a estatística brasileira oferecia pelos seus órgãos nacionais e regionais, simultâneamente.

Mas houvera sido precário ainda, nesse primeiro esfôrço, — porque sujeito a discriminação que se não haviam podido ultimar — o levantamento unificado das características fundamentais da organização da vida brasileira, a dizer, daquelas que entendem com a divisão administrativa e judiciária e com a distribuição da superfície territorial e da população pelas unidades dêsse quadro. Faz-se então um esfôrço intensivo no sentido de consolidar a unificação iniciada, levando-a aos seus extremos limites E o melhor êxito possível coroou êsses esforços, tenho aqui a satisfação de vô-lo anunciar. Estão completos os quadros que definem a organização municipal brasileira, pela data da criação, superfície, população, subordinação judiciária, divisão distrital de cada circunscrição e principais indicações geográficas das respectivas sedes (categoria, altitude, posição geográfica, distância da Capital).

Complementando êsse esfôrço, foram lançados, novamente impulsionados ou melhorados, quase todos os inquéritos compreendidos no esquema

orgânico que a Resolução nº 7 da Assembléia Geral do Conselho atribuiu à estatística brasileira. De tal sorte que já se acha quase concluida a grande síntese que será o Anuário de 1937, cuja matéria é bem mais atual, mais extensa e mais desdobrada que a da edição anterior.

Nesse intensíssimo labor, entretanto, duas tentativas culminaram, a par da revisão das estimativas demográficas que já se efetuara com pleno êxito tomando por base o recenseamento paulista de 1934.

A primeira foi a integração da estatística do comércio exterior das Unidades da União. Já possuíamos levantado todo o comércio de cabotagem e de longo curso. Mas faltavam-nos os dados do comércio por estradas de ferro, pequena cabotagem fluvial e marítima, estradas de rodagem e navegação aérea. Com fundamento na Cláusula XXI da Convenção, que obrigou as Unidades federadas a levantarem a parte da sua exportação cuja responsabilidade o plano federal lhes atribuísse com o caráter de exclusividade, providências foram tomadas para a apuração regular das correntes de exportação ainda não conhecidas, de maneira que suficientemente discriminadas, por meses, por mercadorias, por procedências e por destinos, viessem completar o quadro geral das exportações por destino, permitindo assim que, pela inversão dos dados, se obtenha, com suficiente aproximação, o quadro geral das importações. Sôbre o andamento dêsses trabalhos temos as melhores notícias, que só nos faltam — o que lamentamos, mas não devemos considerar uma lacuna irreparável — com referência ao Distrito Federal. E penso poder afirmar que, ajustando-se cada vez mais apertadamente a colaboração, nesse particular, da organização federal com a regional, as lacunas e imperfeições ainda ocorrentes serão sanadas de forma que a estatística brasileira registe, até o fim do ano, mais esta brilhante efeméride — a do conhecimento, pela primeira vez, dos valores exatos — e em seu duplo sentido — das correntes comerciais entre as unidades da Federação.

A segunda das duas tentativas marcantes, a que me estou referindo, cresce de significação porque, além do seu alcance intrínseco, foi o ponto de partida para o movimento de ampliação estrutural do Instituto, fazendo-o chegar à importância arquitetônica que se consagra neste momento, ao incorporar-se-lhe definitivamente, em íntima vizinhança da organização estatística, o sistema dos serviços geográficos, cujo supremo órgão diretor ora assume as responsabilidades relevantíssimas que lhe foram em boa hora destinadas. Êsse empreendimento foi o da revisão e nova coordenação geral da cartografia brasileira A êsse fim uma das primeiras iniciativas do Instituto fôra, como não podia deixar de ser, no sentido de obter a coleção completa dos mapas municipais, organizados com a minúcia e a perfeição possíveis Apoiado num expressivo apêlo do Presidente Getúlio Vargas, solicitou dos Govêrnos Regionais que interpusessem seus bons ofícios junto aos Govêrnos Municipais afim de que mandassem organizar com urgência mapas dos respectivos territórios E com palavras de forte concitamento, detalhando a solução que se poderia dar ao caso na conformidade dos recursos existentes, solicitou de cada prefeitura a colaboração necessária Tal trabalho ficou òbviamente a cargo da Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, onde se centralizavam os serviços cartográficos indispensáveis à estatística brasileira. Seus resultados avultaram ràpidamente, e apreciados no conjunto dos serviços da Secção onde a geografia econômica é preocupação primacial, davam claramente a idéia de que aquêle órgão estava naturalmente indicado para centro nuclear do sistema geral, tão urgentemente necessário em nossa organização administrativa, de coordenação das atividades geográficas brasileiras.

Foi isto que viu e manifestou o Prof Deffontaines, quando, continuando a iniciativa do Prof De Martonne, visitou a Diretoria de Estatística da Produção no intuito de verificar onde estaria o melhor ponto de apoio para a coordenação dos nossos serviços geográficos como medida preliminar da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional

A missão do Prof. Deffontaines levou-o naturalmente ao Ministério do Exterior, onde entabulou entendimentos visando a desejada filiação Notáveis geógrafos foram convocados para estudar o assunto, e sugerir as medidas que o alvitre comportasse Êsses técnicos, em sucessivas reuniões realizadas no Itamarati, esboçaram o projeto de criação do sistema dos serviços geográficos brasileiros sob a égide do Conselho Brasileiro de Geografia.

Ora, tal sistema inseria-se virtualmente na estrutura dêste Instituto, não sòmente pela natural afinidade e gravitação dos seus objetivos, em relação aos fins do sistema estatístico já existente, mas por expressos dispositivos da nossa legislação orgânica (art. 26.º, alínea V, do Dec. n.º 24.609, Resolução nº 18 da Assembléia-Geral). Além disso, aceitar êsse fato e caminhar segundo essa diretriz, era aplainar tôdas

as dificuldades. A instituição do sistema ficaria apenas na dependência do ato do Poder Executivo que declarasse filiado ao Instituto o nôvo organismo, com o que teria êste de logo todo o conjunto legal de disposições institucionais, e ainda mais, todos os elementos materiais de organização prática.

Tudo isto levado na devida conta, foi então baixado o Dec. n.º 1 527, de 24 de março de 1937, efetivando a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, o qual, sôbre ficar desde logo incorporado ao Instituto, teve a sua regulamentação dependente apenas, como era òbviamente necessário, de um pronunciamento da direção superior dc sistema, em têrmos de fixar-lhe detalhes de fisionomia e disposições normativas de funcionamento em justa consonância com o organismo mais velho da instituição, de maneira que, firmadas as linhas essenciais de simetria entre as duas partes do grande todo e a articulação das respectivas atividades lado a lado, se assegurassem ao mesmo tempo a autonomia, a eficiência e a capacidade de desenvolvimento do setor dedicado aos estudos geográficos

Nos têrmos do Dec n º 1 527, e com êsse preciso objetivo, o regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia foi aprovado em 16 de junho pela Resolução n.º 15 da Junta Executiva Central do Instituto, *ad referendum* da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. E êste Conselho, que vai dar êsse *referendum* logo ao início dos seus trabalhos, terá consagrado definitivamente levando-o ao máximo de amplitude prática, o generoso pensamento inspirador do primeiro projeto de criação do Instituto que, por certo, não tardará a tomar a designação que exprima sua dupla finalidade atual. Nem só Aquêle ato entregará à Geografia, na acolhedora Casa que a Nação carinhosamente doou à Estatística, a ampla ala que esta, desde o início, fraternalmente lhe reservara. E a Geografia vai partilhar das responsabilidades e do patrimônio da instituição, de forma que a cada uma das entidades irmãs que vão conviver aqui, fiquem direitos e deveres que encontrem rigorosa correspondência entre os deveres e direitos à outra atribuídos Livres, mas de mãos dadas, companheiras e confidentes farão juntas uma linda caminhada a serviço da cultura brasileira.

*
* *

Sinto-me empolgado, Senhores, pelo quadro que acabo de traçar e pelas perspectivas que êste momento nos apresenta. Mas quem sabe se não será enganadora miragem o que temos diante de nós? Estaremos seguramente no bom caminho? Ou andaremos transviados numa vereda onde a estação primaveril haja falazmente espalhado efêmeros encantamentos, mas que nos esteja conduzindo à esterilidade de um deserto?

Creio, Senhores, que esta última suposição não será nunca a de quem procure conhecer a fundo nossa organização e o que ela já realizou. Porque é fácil, muito fácil mesmo, demonstrar a inconsistência de todos os motivos de pessimismo que poderiam assaltar os espíritos sob uma superficial impressão.

Pois que vale a pena aqui um pequeno ato de paciência, vejamo-lo ràpidamente.

Receia-se acaso que a aproximação, no seio do Instituto, de duas atividades administrativas bastante diferenciadas no sentido científico dos seus fins, possa desviar a exata destinação de cada uma delas retirando-lhe ao mesmo tempo, e prejudicialmente, a liberdade dos movimentos? Responder-se-á: exatamente porque existe essa distinção, e no intuito de elevá-las e valorizá-las, a ponto de constituírem a finalidade de outro amplíssimo setor, em nada inferior ao dos serviços de estatística — é que dêste se retiraram as atividades geográficas que êle vinha exercendo supletivamente. E dir-se-á mais: nesta organização sim, é que se terá atribuído aos Serviços Geográficos a responsabilidade da direção dos seus destinos, pois a êles próprios cabe constituir o órgão superior de coordenação das atividades do sistema, sem subordinação de qualquer espécie.

Teme-se, ao invés, que essa autonomia, em têrmos tão amplos em relação a duas ordens de serviços que, sem embargo de serem distintas, têm íntimas e profundas analogias, a ponto de serem mesmo o recíproco complemento, possa prejudicar a eficiência e o rendimento dos esforços que se vão tornar paralelos? Êsse temor se desfará desde que se atente no poder construtivo da cooperação que surge da própria convivência das duas organizações no seio do Instituto, e se tomem ainda em aprêço as disposições especiais que permitem, acompanhando cada sistema íntimamente a vida do outro a permuta entre êles de sugestões e auxílios conforme suas afinidades forem solicitando.

Alega-se, como motivo de pessimismo, a aparente dispersão e numerosidade dos elementos chamados a colaborar em cada uma das alas do Instituto? É fácil de esclarecer: o que há não é dispersividade, mas o escalonamento apropriado dos centros de ação, de acôrdo com os objetivos de cada qual em têrmos de garantir ao Instituto o caráter verdadeiramente nacio-

nal que deve ter. A numerosidade que parece excessiva quando se alinham os algarismos que a exprimem nos diferentes planos e setores, resolve-se numa estruturação verdadeiramente orgânica, em que cada centro tem uma função e está nas condições melhores para bem desempenhá-la em benefício da economia coletiva do sistema.

Acaso as suposições pessimistas vão mais além, para focalizarem a pobreza dos recursos já atribuídos ao Instituto? Nada, entretanto, lhes dá fundamento. Os recursos que a Nação já destina aos serviços geográficos e estatísticos são de feito bastante vultosos, mas estão dissimulados, numa boa parte em destinos de ordem geral, que não lhes revelam a real aplicação. E o que torna êsses recursos, além de dispersos, quase inoperantes, é a má distribuição e a falta de convergência dos objetivos o que só poderia ser corrigido na entrosagem de um sistema totalitário onde os fins a atingir e os meios disponíveis fôssem examinados em conjunto, para se colocarem em adequada correspondência. Valorizadas ao máximo, pela solidariedade e por uma bem estabelecida cooperação, e ainda que mínimas sejam elas, terão útil aproveitamento tôdas as contribuições individuais ou coletivas que a vida do sistema fôr carreado em benefício dos seus altos objetivos nacionais. Ainda mais. Na hipótese de se demonstrarem realmente necessários alguns poderosos centros de ação técnica, muito mais fácil será fazê-los surgir ao influxo da prestigiosa organização que vamos começando a movimentar, do que no regime de isolamento e dispersão de que estamos acabando de sair.

Se por sua vez, fôr objeto de crítica o fato de se haver traçado prèviamente o quadro da cooperação que se tinha em vista, seja também lembrado que sem o nexo dêsse trabalho preliminar, não poderíamos iniciar nenhum esfôrço deveras profícuo. E acrescente-se: dada a flexibilidade do sistema, nenhuma dificuldade haverá em adaptá-lo aos moldes que a prática dos seus trabalhos fôr sugerindo Mas se a censura tiver sentido oposto, isto é, se motivá-la o temor de que esta mesma flexibilidade tenda a destruir as linhas de simetria que configuram presentemente o sistema, não custará ao censor esta verificação: a própria fôrça assimiladora dos princípios que regem o Instituto, e os poucos mas eficazes elementos formais que, na sua regulamentação, se destinam a evitar-lhe o falseamento das linhas mestras, são seguramente suficientes para desfazer aquêle receio.

Maus prognósticos, acaso, ainda formulam alguns por extremado apêgo a um ou outro dos conceitos, de centralização e de descentralização dos serviços públicos? Pois sejam êles afastados pela singela e convincente observação de que a estrutura do Instituto admite ambos êsses princípios até onde êles podem ser benéficos, e dêles se afasta quando sua influência foge às circunstâncias condicionantes da vida brasileira. Visando o Instituto dois objetivos de administração que interessam por igual e necessàriamente tanto à União quanto aos Estados e aos Municípios — duas finalidades portanto, que hão de ser buscadas simultâneamente pelas três ordens governativas, claro é que só êsse motivo — quando outros, e não menos ponderosos, como o respectivo custo, diversidade dos planos de atuação em que se movimentam, etc, não indicassem a mesma cousa; — só êsse motivo, dizia, era bastante para que nem a União, nem o Estado, nem o Município pudesse abster-se de elaborar geografia e estatística ou pretendesse unificar em suas próprias mãos os respectivos serviços. Tanto vale demonstrar a inviabilidade de qualquer solução integral do problema que êsses serviços enfrentam, sem a hábil conciliação dos princípios de unidade e pluralidade, ou seja — a centralização dos resultados e a descentralização executiva trazendo a unidade final à multiplicidade necessária das contribuições. E esta é exatamente a fórmula que garante êxito feliz e vitalidade à concepção em que repousa o Instituto.

*
* *

Senhores! Diante de tudo isso que acabo de recordar, não pode ser, com efeito, senão de justa ufania e de sincero entusiasmo o estado de ânimo da Presidência do Instituto ao ver triunfante o longo labor de organização que se coroa brilhantemente nesta expressiva solenidade.

É, portanto, de coração erguido que vos dou as boas vindas, senhores Delegados aos Conselhos de Geografia e de Estatística e vos entrego, cheio de confiança, os destinos desta magnífica instituição por que o Brasil, talvez inconscientemente, ansiava há tanto tempo

O problema da terra e do homem — ou seja, afinal, a síntese de todos os nossos problemas — era um problema de duas incógnitas: o conhecimento geográfico e o conhecimento sociográfico — o primeiro, referindo tôdas as relações ao âmbito territorial, e o segundo, prendendo tôdas as medidas ao grupo social. As duas equações estão postas e não lhes tardará a resolução.

Um pouco de paciência e confiança, e o Brasil terá em têrmos integrais a geografia e a estatística que lhe são condições precípuas para que, conhecendo-se, atinja seus destinos pelas rotas mais francas, mais saudáveis, mais providas de recursos, menos assaltadas de surprêsas

Essa, a emprêsa magnífica que estais tomando em vossas mãos. *Sinto*, pelo ânimo que vos advinho, pelos propósitos das autoridades políticas que representais, pelos vossos predicados pessoais de homens de ação e sobretudo "homens de boa vontade", que a tarefa que enfrentais não vos superará jamais. Mas, *pressinto* também que uma experiência inédita como esta que ides tentar, não se deixará realizar sem que vos salteiem dificuldades muitas, pondo rudemente à prova o vosso patriotismo, a vossa magnanimidade o vosso espírito de concórdia, a vossa vontade de cooperar, o vosso propósito de vencer.

Mas que importam os acidentes e os imprevistos? Valorizarão o vosso esfôrço e engrandecerão a vossa obra

Certo, por mais adequada e flexível que seja a estruturação do Instituto, ela é obra humana, e portanto terá falhas que será preciso corrigir com decisão e prudência. Nos momentos em que se forem percebendo essas falhas, haverá, naturalmente, choques de pontos de vista. Não poderíamos pretender o impossível de um ajustamento antecipado de todos os propósitos e de tôdas as mentalidades que se vão defrontar no seio do Instituto. Por isso mesmo que essa sintonização precisa ser laboriosamente conseguida, é que fomos convocados para um trabalho comum. E nesse ponto o Instituto é perfeito: êle tem, com o potencial máximo de cooperação, em todo o panorama dos seus objetivos, a virtualidade absoluta para estabelecer harmoniosamente as resultantes construtivas da associação de esforços que vai movimentar.

No seio dêle, para tôdas as dificuldades — uma solução; para todos os dissídios — uma conciliação; para todos os propósitos — uma possibilidade; para tôdas as aspirações — uma fórmula.

E porque é assim, permiti ao vosso Presidente vos dirija liminarmente um apêlo que vos fique, mais do que na memória, mais do que na inteligência, mais do que na vontade — no coração

Sêde magnânimos . Inclinai-vos a fórmulas de conciliação, — ainda mesmo se elas não vos parecerem inteiramente satisfatórias, — enquanto outras melhores não forem viáveis.

Sêde pacientes .. Tardem embora os resultados que um dia desejardes, não desespereis da cooperação de que participais. Trabalhai antes, com ardor maior, apressando a contribuição que estiver ao vosso alcance, afastando, se puderdes, as dificuldades, as dificuldades encontradiças, e esforçando-vos por patentear o rumo melhor que o fim desejado estiver exigindo.

Sêde paladinos... É um alto e belo ideal, êste que está em vossas mãos. Batalhai por êle, não na forma automatizada do soldado moderno, mas na atitude medieval dos cavaleiros andantes. O nosso trabalho, em suas fases delicadas, exige recolhimento e discreção, até que seus resultados em publicidade larga, possam ser levados ao conhecimento da Nação. Reservaremos, por certo, para as nossas assembléias — num dever de lealdade de que não nos havemos de esquecer nunca, — os contrastes de opinião antes de tomadas as decisões legítimas. E longe estará sempre de nós o propósito de introduzir elementos estranhos nesses debates por mais importantes e acesos que êles se tornem, transformando-os em públicas polêmicas, geradoras de ressentimentos e que, sôbre nada adiantarem, dificultariam o nosso objetivo essencial, que é o da concórdia, o do mútuo entendimento e o da cooperação.

Mais alguma cousa, entretanto, espera o Instituto de cada um de vós. Porque êle conta — onde quer que seus propósitos sejam mal julgados, seus trabalhos discutidos, sua atuação contrariada — aí de pronto se levante aquela voz, dentre os nossos, que mais rápido possa intervir para esclarecer, justificar, convencer.

Magnânimos e pacientes, nobres e generosos paladinos, sêde, pois, agora e sempre, vós os condutores das falanges que estão aqui entrando em forma, a serviço da geografia e da estatística brasileira O vosso exemplo contagiará por tôda a parte os nossos companheiros disseminados pelo Brasil inteiro. E então êsse belo ideal que os governos da República acabam de confiar à vigilância do nosso patriotismo terá um magnífico exército de servidores, — disciplinados, entusiastas, valorosos, — a quem nem revezes nem dificuldades, nem incompreensões farão "desmerecer, esmorecendo".

Senhores! Pela Pátria e para a humanidade, vamos tornar melhor o nosso Brasil, trabalhando com amor, pertinácia e denôdo pela valorização exata de sua Terra e sua Gente."

II Assembléia-Geral * — "Aberta esta sessão, acham-se auspiciosamente

---

* Discurso pronunciado na reunião conjunta do Conselho Nacional de Estatística e de Geografia, inaugurando a 2ª Sessão Ordinária das Assembléias-Gerais, em 1938

54

iniciados, em fraterna e cordial colaboração, os trabalhos das duas magnas entidades colegiais a quem o Govêrno da República em boa hora confiou a direção suprema das atividades administrativas brasileiras que tem por fim o conhecimento das condições existenciais do país, estáticas ou dinâmicas, tanto na ordem telúrica como na ordem social.

Preliminarmente, porém, segundo determina disposição regimental, cumpre-me apresentar a êste egrégio concílio um breve relato "resumindo as atividades do Instituto a partir da sessão anterior."

Dêsse dever desobrigo-me neste momento com o coração dilatado por incontido júbilo, pois que, no rápido transcurso dos doze meses que nos distanciam da 1.ª reunião ordinária dêstes Conselhos, o nosso Instituto cresceu e expandiu-se vigorosamente, ultrapassando as mais favoráveis espectativas. E tanto mais profundo êsse conforto, quanto é certo que a trajetória que percorremos vitoriosamente não encontrou zonas sombrias, nem se deteve em dificuldades que não fossem as que correntemente se opõem a qualquer esfôrço construtivo Porque, em tôdas as horas e em tôdas as situações, o nosso labor teve amparo solícito e decisivo de tôdas as fôrças vivas da Nação, expresso no apôio, sem hesitação, que nos deram tôdas as órbitas e todos os órgãos do Poder Público, na simpatia acolhedora da generosa imprensa brasileira, e na colaboração prestante de tôdas as organizações sociais, de todos os grupos e de todos os cidadãos a cujo concurso nos foi mistér recorrer.

Demos, pois, graças à Divina Providência, que nos proporcionou tão convidativo ambiente de trabalho, em que a nossa labuta, ainda que áspera, devido às dificuldades inerentes aos seus objetivos, se suaviza nesse saudável clima de altitude em que os ares oxigenados pela simpatia, pela boa vontade e pela cooperação, revigoram as energias fatigadas e erguem o tonus do espírito no magnetismo quasi sobrenatural que está presente em tôdas as obras do altruismo e em todos os empreendimentos de confraternização humana.

Senhores!

O Conselho Brasileiro de Geografia — dos colégios aqui presentes o de criação mais recente — é hoje o "Conselho Nacional de Geografia", em virtude do decreto nº 218, de 26 de janeiro de 1938, o mesmo que, por solicitação das próprias entidades que presidem os destinos da instituição, mudou o nome desta para "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística"

Propondo-se êsse Conselho à coordenação dos estudos geográficos brasileiros, era preciso, inicialmente, que se processasse a sua diferenciação estrutural em termos de poder exercer a influência devida junto às várias órbitas da organização governamental e em todos os recantos do território nacional E êsse objetivo já está conseguido quasi completamente com a instalação não só dos 21 diretórios regionais previstos em sua lei orgânica, mas ainda de muitos, — um quinto aproximadamente — dos diretórios municipais que devem dar ao Instituto seus órgãos de ação local.

Em seguida, haveria de dotar-se a ala geográfica do Instituto de um sistema de órgãos executivos análogos aos da ala estatística. E êsse segundo objetivo, embora por motivos óbvios ainda um tanto remoto, já vai dando lugar a estudos e providências que talvez o traduzam em auspiciosa realidade bem mais depressa do que supõem os que não sabem ter fé nas iniciativas corajosas que um alto pensamento inspira

Por seu lado o Conselho de Estatística continuou, sem esmorecer, o impulso vigoroso das suas atividades Está completo o seu quadro de órgãos permanentes de deliberação — a Junta Central e as 22 Juntas Regionais, cujas atividades, embora de intensidade desigual, teem desenvolvido fecundo labor, orientando e prestigiando os órgãos executivos da Instituição E o quadro dêstes, se a rigor ainda comportaria uma diretoria central de estatística na órbita federal — a do Ministério da Viação, — bem assim, quanto à ordem regional, repartições melhor aparelhadas em alguns Estados e no Acre, pode-se, todavia, considerar completo quanto aos elementos essenciais, no que depende dos governos da União e das Unidades Políticas. Aliás, os anais do Instituto registraram, no período anual hoje encerrado, numerosas reformas, liberalmente financiadas, e orientadas segundo os melhores critérios técnicos, nos quadros das nossas repartições regionais, como por exemplo, para só citar as mais destacadas, as que se realizaram em Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Mesmo, porém, na órbita municipal, onde seria lícito duvidar de que se alcançassem resultados satisfatórios em pequeno prazo, o progresso do aparelho estatístico é incontestável, pois que, do milhar e meio de agências municipais que devem compor o sistema dos órgãos primários de coleta, já estão em regular funcionamento mais de mil, não sendo poucos os Estados em que tôdas as Municipalidades já estão providas de um centro

permanente de estudos e pesquisas no domínio da estatística

Isto quanto ao aspecto estrutural — de desenvolvimento orgânico — da Instituição

No aspecto funcional ou dinâmico, entretanto, não é menos auspiciosa a situação que se nos depara

No setor geográfico, logo de início um fato marcante de grande significação cultural: a adesão do Conselho Nacional de Geografia à União Geográfica Internacional

O acontecimento inscreveu-se em nossos anais como uma das mais expressivas solenidades. O ato protocolar, realizado a 30 de julho de 1937, no salão de conferências do Itamarati, foi presidido pelo Ministro Pimentel Brandão e consistiu na entrega, pelo Ministério das Relações Exteriores, ao Professor Emanuel de Martonne, Secretário Geral da União, do documento que consignava a adesão do Brasil, representado pelo nosso Conselho, àquele prestigioso organismo internacional

Outros auspiciosos contactos do nosso novel Conselho de Geografia com a cultura geográfica mundial, foram sendo hàbilmente conduzidos Merecem menção especial as solenidades em que o Diretório Central do Conselho, recebendo-lhes a visita, homenageou as seguintes personalidades de eminente renome nos meios geográficos internacionais: o já citado Prof De Martonne, Secretário Geral da União Geográfica Internacional e diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Paris, o Prof Pierre Deffontaines, da Universidade de Lille, o comendador Angelo Cesare Rossi, presidente do Instituto Geográfico de Agostini, de Novara; o comendador Alfredo Grandi, diretor do Serviço Cadastral do Reino da Itália; e o Prof. Phelippe Arbos, catedrático de Geografia da Universidade de Clermond-Fernand Além das personalidades mencionadas, visitaram a Secretaria do Conselho, entabolando útil intercâmbio cultural o professor de Geografia da Universidade de Michigan, Dr Preston E James, o prof Eduardo Gaspar, da Universidade do Litoral, da Argentina, o Dr Erwin Scheu, professor de Geografia Econômica da Universidade de Koenigsberg

No terreno prático das realizações geográficas, além das atividades que lhe ficaram competindo na execução da lei n º 311, que sistematizou os quadros territoriais da República — ponto a que aludirei adiante — dois esforços paralelos desenvolveu o Conselho

Num sentido, iniciou a coordenação dos dados corográficos, esboçando as primeiras cartas municipais, que já atingem a cêrca de 300. Êsse trabalho, porém, foi precedido do desenho dos mapas mudos das várias Unidades da Federação e desta no seu conjunto, com a rêde completa da divisão municipal, sôbre a qual já foi possível levantar o primeiro cômputo sistemático das áreas dos municípios brasileiros

Noutra direção, identificou-se o Conselho com a grandiosa tarefa que lhe foi atribuída pela Lei n º 237 — a atualização da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, cuja primeira edição provisória foi publicada em 1922 pelo Clube de Engenharia, em comemoração do Centenário da Independência do Brasil, havendo os respectivos trabalhos corrido sob a direção imediata do ilustre engenheiro Francisco Bhering Essa Carta compreende 50 fôlhas, e obedece às normas estabelecidas pela Comissão Internacional da Carta do Mundo, em suas reuniões de Londres (1909) e Paris (1913) A projeção cartográfica adotada é a policônica internacional (policônica de Lallemand modificada), tomado como meridiano de referência único o de Greenwich Cada fôlha, que abrange 6 graus em longitude e 4 graus em latitude, é colorida, representando em doze côres convencionais as zonas hipsométricas delimitadas por curvas de nível

No setor estatístico, fatos não menos auspiciosos podemos registrar

O objetivo principal dos esforços de coordenação incumbidos ao Conselho Nacional de Estatística, que é a publicação do Anuário Estatístico do Brasil, está normalmente atingido

Publicou-se no devido tempo, e com acréscimos e aperfeiçoamentos notáveis em relação ao anterior, o 3.º número do *Anuário*, o de 1937, que foi o segundo a cargo do Instituto Manteve-se a feliz iniciativa da divulgação das Sinopses regionais, com separatas enriquecidas do Anuário organizando-se também uma Sinopse de caráter nacional que está em via de publicação Em todos os volumes regionais figura um quadro de síntese estatística — verdadeiro panorama numérico — em que se comparam os dados da respectiva unidade política com os correspondentes algarismos relativos ao Brasil E como enriquecimento interessante do próprio *Anuário*, conforme prescreveu uma das Resoluções do Conselho de Estatística, já figurou o apêndice retrospectivo, que na edição de 1938 será substituído por um estudo de comparação do Brasil com os demais países A par disso, da síntese estatística que figura na Sinopse do Distrito Federal, em que se comparam os respectivos dados com os do país no seu conjunto, fez-se, vertida para o Esperanto, um opúsculo de vulgarização mundial da estatística brasileira, — medida essa que retomou a feliz lem-

56

brança de Medeiros e Albuquerque, aceita pela antiga Diretoria Geral de Estatística na organização do Boletim Comemorativo da Exposição de 1908, de utilizar-se o belo idioma auxiliar que a humanidade deve ao gênio de Zamenhof, nas publicações nossas que precisem ter larga repercussão no estrangeiro

Os inquéritos estatísticos estão sistematizados na forma flexível que as nossas condições exigem. Na execução deles colaboraram as três ordens administrativas representadas no Instituto, mas de forma que uma poderá sempre suplementar deficiências das demais, assegurando-se assim a desejável unidade sem prejuízo do princípio de cooperação federativa e sem riscos de fracassos por deficiências ocasionais de determinado órgão.

Não obstante as lacunas ainda existentes na rêde das agências comunais, o primeiro arrolamento, de ordem geral, das ocorrências locais que interessam a estatística federal, foi realizado com êxito apreciável — embora um pouco demoradamente. Mas já está preparado para a campanha de 1938, o primeiro formulário sistemático das estatísticas municipais, tudo indicando que os resultados dêsse esfôrço tenham significação decisiva no desenvolvimento da estatística nacional e na preparação do censo de 1940

O levantamento do quadro territorial brasileiro está executado. E não só absolutamente em dia, mas com perfeita segurança de exatidão

O estudo estatístico das correntes comerciais interiores, das quais só conhecíamos as de cabotagem, acha-se em via de normalizar-se na forma exata em que o delineou o Conselho de Estatística, isto é, no duplo sentido de importação e exportação inter-estadual, lançando essa iniciativa um dos cometimentos mais árduos, técnicamente falando, mas que era também um dos mais essenciais ao conhecimento da economia nacional. É verdade que o Conselho determinou fôsse êsse cômputo elaborado regularmente a partir de 1º de janeiro de 1937, e apesar dessa norma imperativa a estatística levantada ainda apresenta algumas lacunas e imperfeições, além de um certo atraso, — o que se deve à extrema dificuldade que o problema apresentou em algumas Unidades Federadas, como o Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas e Goiás. Estando-nos assegurado, porém, o decidido concurso de todos os Governos Regionais, em expressiva unanimidade, não tardará que os objetivos do Conselho sejam integralmente alcançados; sendo certo, também, que os elementos até agora coligidos já demonstram, pela significação de que se revestem, o acêrto do pensamento que, neste particular, inspirou o Conselho e tem animado todos os seus órgãos executivos na campanha obstinada que vem sendo preciso desenvolver para superar as dificuldades que até agora impediram tão relevante investigação

A Lei n 237, de 2 de fevereiro de 1938, confiou ao Instituto, como estava previsto na sua lei orgânica, a realização da grande operação censitária de 1940 Para êsse fim já foram tomadas tôdas as medidas iniciais, achando-se em regular funcionamento a Comissão Censitária, à testa da qual temos a satisfação de ver um eminente cientista que é também um notável homem de ação, o Prof. José Carneiro Felipe, merecedor, por todos os títulos, da nossa integral confiança Subordinados à Comissão, funcionam a sua secretaria e um Gabinete Técnico, como órgãos executivos dos trabalhos preliminares do censo e destinados a se transformarem mais tarde no Serviço Censitário Nacional Além disso, a colaboração possível e necessária aos serviços censitários, por parte dos órgãos permanentes do Instituto, já está regulada e em vias de execução

Como medida realmente de base não só para o êxito completo do recenseamento, mas ainda para a normalidade de tôda a vida administrativa da República e sobretudo para a regularidade e segurança dos levantamentos estatísticos, cogitou o Instituto da sistematização da divisão administrativa e judiciária do País Levado o assunto à decisão do Govêrno, foi baixado o Decreto-lei nº 311, de 2 de fevereiro dêste ano. Êsse diploma legislativo, realizando, em matéria eriçada de dificuldades, uma das reformas mais audaciosas em que se poderia pensar no Brasil, tão sàbiamente adaptou os preceitos constitucionais às diretivas de racionalidade que a nossa divisão territorial exigia, que não encontrou oposição em parte alguma, antes conquistou o aplauso unânime da opinião pública e a solidariedade absoluta dos Governos Regionais e Municipais O programa avançado, — e mesmo, a certos aspectos radical, — que o projeto do Instituto ofereceu ao Govêrno quanto às circunscrições territoriais, está, pois, sendo executado a rigor, dando ao país, nesse particular, uma sistemática perfeita, um ritmo inteiramente satisfatório e, ao mesmo tempo, o levantamento rápido dos mapas municipais, como elementos preciosos para a geografia e a estatística brasileiras, elementos que ainda se completarão com a delimitação, realmente tão neces-

sária, dos quadros urbanos e suburbanos de tôdas as nossas cidades e vilas

Outra iniciativa feliz do Instituto é a aproximação e entendimento não só com os Governos Regionais, muitos de cujos Chefes e Secretários de Estado teem sido festivamente recebidos pela Junta Central do Conselho de Estatística, mas ainda com as repartições sob sua ação coordenadora em tôdas as Unidades da Federação. Já não falando nessa proveitosíssima convivência de mais de uma quinzena, que as nossas Assembléias — Gerais propiciam entre quase todos os diretores estaduais de estatística com os seus colegas da administração federal, sob duas modalidades ainda se tem manifestado a aproximação a que me refiro Uma delas, é a da designação de técnicos para colaborarem diretamente na reorganização dos serviços estaduais de estatística A outra consiste no comissionamento de funcionários estaduais de estatística para realizar, com subvenções do Instituto, estágios de aperfeiçoamento nas repartições centrais federais

Registo especial deve merecer também a larga publicidade que o Instituto vem fazendo das suas atividades e dos resultados que vai obtendo. Êsse objetivo, que é, sem dúvida, de conseqüências inavaliáveis, têmo-lo conseguido, não só por meio das nossas publicações técnicas — gerais ou especializadas — entre as quais se destaca a *Revista de Economia e Estatística* do Instituto, festejadamente recebida em todos os meios em que circula, mas ainda, e principalmente, graças à magnanimidade com que a Imprensa Brasileira se prontificou a colaborar nas nossas campanhas, e não apenas reproduzindo as nossas notas e comunicados, senão mesmo comentando expressivamente os fatos relacionados com a instituição, fazendo-nos suas advertências, dando novos estímulos aos nossos colaboradores, numa palavra, preparando o espírito público para a nova fase da nossa civilização em que tudo se conduzirá através das medidas prévias que sòmente a estatística pode oferecer ao Govêrno das comunidades políticas Haja vista, neste particular, a extraordinária repercussão que teve em todo o país a passagem do 2 º aniversário do Instituto, celebrado aqui com as expressivas homenagens que prestamos ao Chefe da Nação, como benemérito fundador do Instituto, bem como nos Estados, e mesmo em muitos municípios, em reuniões culturais ou festividades cívicas de grata significação E regosijâmo-nos, a esta altura, com o extraordinário alargamento das nossas possibilidades em matéria de divulgação, que nos vai trazer, daqui a dois meses, a instalação das modelares Oficinas Gráficas que já possuímos como propriedade coletiva do Instituto, — benefício inestimável que devemos à fórmula cooperativa verdadeiramente feliz pela qual a financiou o Decreto n 237, de 2 de fevereiro dêste ano, como medida preliminar dos serviços censitários.

Ainda uma nota interessante, que vale destacar, é a do intensivo aparelhamento de tôdas as agências executivas do Instituto com serviços de apuração mecânica, os quais em sua grande maioria, são do sistema Hollerith Essa inteligente medida, além de aumentar muito rendimento do trabalho, vem acarretando, quando bem executada, segurança quase absoluta no tratamento do material estatístico

Mais uma iniciativa auspiciosa é justo que registremos aqui Refiro-me aos cursos de especialização que várias repartições do Instituto — centrais e regionais — estão ministrando ao nosso funcionalismo Graças a tão acertada providência vai sendo elevado sensivelmente o nível da capacidade técnica dos nossos quadros, ao mesmo tempo que, no seio dêles, se despertam nobres estímulos intelectuais e o espírito de pesquisa científica, que tanto podem fazer pelo progresso da estatística brasileira

Finalmente, não devemos silenciar, nesta confortadora contemplação da nossa próvida seara, a criação do Cadastro Predial e Domiciliário na Capital da República e nas metrópoles regionais, — objetivo êsse que a Convenção de 1936 colocou entre as nossas expressas obrigações confiando à administração do Distrito Federal, não só o lançamento da iniciativa, mas ainda a fixação dos padrões do serviço a que devam obedecer as organizações congêneres nas outras Capitais! Por motivos vários, o comêço dos respectivos trabalhos tardou um pouco Mas a inteligência lúcida e o espírito público do Prefeito Henrique Dodsworth já estão ao serviço da nossa campanha, o que quer dizer que também nesse setor o triunfo já nos está assegurado E da envergadura dêsse nosso empreendimento já temos um penhor e um índice O penhor é que o lançamento do cadastro foi feito sob a orientação de um técnico do valor do Prof Lino de Sá Pereira, ilustre Secretário das Finanças do Govêrno desta Capital E o índice está na audácia do plano e na organização admirável a que obedece a primeira parte do empreendimento que nos preocupa — o Cadastro Predial, que já não é mais uma promessa, e sim uma conquista brilhantíssima da administração municipal que, neste particular,

58

está conquistando destacada posição entre as mais adiantadas do mundo.

Eis aí, meus Senhores, em rápida revista, o que foi a vida do Instituto nos doze meses a que se deve referir esta resenha.

E vemos com alegria que, mercê de Deus, estamos hoje no alto de uma eminência, de onde já podemos descortinar largos horizontes.

De um lado, olhando o passado, é ainda limitado, sem dúvida, o raio visual, pois nada é, na história, o transcorrer dos dois rápidos ciclos solares que mal acabamos de transpor. Mas a paisagem que o nosso olhar abrange, sôbre multiplicar-se em acidentes variadíssimos, a exprimir cada um deles uma dificuldade e uma vitória, tem o encanto dos espetáculos familiares, pois tudo isto se passou sob nossas vistas, todos êsses caminhos, nós os perlustramos juntos, tôdas essas realizações teem em si algo de cada um de nós.

Para o lado do nascente, o futuro . o futuro, para o qual olhamos virilmente, e confiantemente. O deslumbramento de um horizonte ilimitado, em cujos planos se sucedem, em perspectiva harmoniosa, — e exprimindo não mais inatingíveis conquistas ou enganadoras miragens, mas possibilidades próximas, que serão amanhã vitórias definitivas da civilização brasileira, — as realizações sem conta em que, sem desfalecimentos, se desdobrarão daqui por diante as atividades da nossa incomparável instituição

Confortados, pois, com a visão que o poente nos oferece, caminhemos, meus caros companheiros, caminhemos confiantes e resolutos para o levante

Muito espera o Brasil do nosso esfôrço dedicado, do nosso patriotismo vigilante, da nossa capacidade de iniciativa e de realização

Mas, por mais que lhe demos, dando-lhe tudo isso, nada teremos dado se não lhe trouxermos, — de coração erguido e ânimo decidido, e no mais alto grau que estiver ao nosso alcance — êste "que" maravilhoso, que realiza milagres e não conhece barreiras — o espírito de cooperação

Caminhando juntos e sempre dispostos a cooperar, nada nos faltará para vencer Porque essa união cobrirá tôdas as deficiências com que lutarmos, dará autoridade insuperável à nossa palavra, alicerçando o nosso prestígio até mesmo fora das fronteiras pátrias; multiplicará as nossas energias; imprimirá unidade e ritmo aos nossos esforços; conquistará a opinião nacional, garantirá o apôio dos Poderes Públicos; numa palavra, fará do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aquêle instrumento poderoso de cultura e progresso que o Presidente Getúlio Vargas, o nosso benemérito patrono, teve em mente dar ao Brasil, e em o qual nós outros, membros dêstes Conselhos, queremos realmente transformar, dentro em pouco, a organização embrionária que a Nação confiantemente entregou aos nossos cuidados

Eis, pois, Senhores Conselheiros! Concitados por êsse nobre pensamento, empenhemo-nos a fundo no esfôrço construtivo a que somos chamados neste augusto plenário, que, pela segunda vez vai ditar diretrizes comuns a todos quantos se dedicam ao desenvolvimento da geografia e da estatística brasileiras

O vosso Presidente faz votos pelo êxito feliz dos vossos trabalhos E êle prevê que, se a primeira reunião conjunta dêstes Conselhos criou o órgão de orientação dos serviços geográficos e preparou o terreno para a abertura da Campanha censitária, esta outra, que se inicia hoje, preparará o advento do sistema de organizações executivas de que ainda carece a ala geográfica do Instituto, e assegurará, por outro lado, a vitoriosa realização do Recenseamento de 1940 "

V **Assembléia-Geral** * — "A escolha de Goiânia para sede da presente sessão das Assembléias-Gerais do nosso Instituto — tal como o desejastes, senhores Delegados, e exprimistes em Resoluções de 1941, e conforme expressamente o atuorizou, em Decreto-lei, o Sr Presidente da República — não envolve, apenas, um pensamento de homenagem cívica das mais justas, porque é, antes de tudo, um ato de confiança e de fé nos destinos do Brasil.

Aqui estamos, — e é como se tivéssemos retomado o fio da própria evolução histórica nacional, — para melhor reverenciar aquêles grandes valôres do passado que, em vigorosas arremetidas épicas, realizaram a obra de conquista, plasmando com as suas mãos rudes e almas heróicas os limites continentais dêste mundo brasileiro, onde se confinam tôdas as nossas esperanças e cabem tôdas as nossas glórias

O drama de sangue em que se resolve, nesta hora sombria dos destinos do mundo, o crepúsculo de velhas culturas, como que reproduz aquêle momento da história humana em que os milagres das grandes descobertas abriram novos cenários à civilização em marcha.

---

* Discurso-relatório na instalação das Assembléias-Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto, em julho de 1942

Soa, novamente, a hora da América. A hora de reconstrução de um mundo que se desfaz pelo egoismo e a violência; a hora de restaurar os valôres eternos do espírito, e oferecer à Humanidade em desespêro o confôrto de uma cultura inspirada num alto pensamento de solidariedade cristã.

O Brasil possue no sentido "imperialista" das bandeiras — essas grandes fôrças vivas e móveis a que tanto deve a formação social do país — o melhor signo para a nova era da sua história, cujo objetivo essencial tem de traduzir-se, como tão bem o definiu o próprio Chefe do Estado, no "reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade", "afim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas"

Êsse impulso vigoroso da civilização, visando o domínio completo do patrimônio que nos legou o espírito bandeirante, encontra em Goiânia a sua primeira e vitoriosa etapa É um exemplo magnífico de compreensão objetiva dos problemas nacionais; é um milagre da inteligência criadora do homem brasileiro; é uma demonstração a mais da nossa capacidade para as emprêsas grandiosas, — êsse espetáculo de fé nos destinos do país que Goiás nos oferece, como exemplo admirável de predestinação histórica.

Aqui viemos e aqui estamos — os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — para o cumprimento do dever cívico de louvor e exaltação ao descortino e ao patriotismo do Governante esclarecido em cujo nobre espírito como que se antecipou a visão dos novos ciclos históricos do Brasil; à firmeza de ânimo do homem de govêrno que soube querer e soube realizar, porque não lhe faltou jamais a flama de um idealismo sincero e de uma vontade vigorosa, ao bandeirante do Brasil dos nossos dias: Pedro Ludovico Teixeira

---

Passemos agora, senhores Delegados, ao resumo da obra que, a partir da nossa última reunião, foi levada a efeito pelo poderoso instrumento de progresso e cultura, a serviço das grandes causas do Brasil, cujos destinos estão confiados ao vosso patriotismo e capacidade de realização

---

Nc interregno dos vossos trabalhos, o Instituto pôde dar conhecimento aos órgãos do govêrno e à própria comunhão brasileira dos primeiros resultados do grande empreendimento censitário realizado, sob a sua responsabilidade imediata, em setembro de 1940

Correspondem êsses resultados ao mais importante dos sete censos então levados a efeito — ou seja o Demográfico —, o qual, a exemplo do que ocorreu também com os seis outros, constituiu, no gênero, a mais larga e profunda operação estatística até agora verificada em país latino-americano

Os elementos divulgados especificam-se pelas Unidades da Federação e os respectivos núcleos municipais e embora não devam ser considerados definitivos, — como bem se justifica num país sem tradição censitária e onde o problema dos grandes espaços vem desafiando, como uma contingência geográfica inelutável, o espírito construtivo de sucessivas gerações de administradores — já oferecem subsídios os mais valiosos para a análise das condições sociais do Brasil nesta fase de sua evolução.

Dentre os aspectos mais relevantes traduzidos nos cômputos censitários, cumpre destacar, pelas graves advertências que representa, o da escassa densidade em que ainda se exprime o nosso potencial humano, em cêrca de dois têrços do imenso território conquistado pelo ímpeto desbravador dos bandeirantes e juridicamente fixado nos tratados internacionais graças ao gênio político de Alexandre de Gusmão e Rio Branco

Ainda assim, — como o observa, com precisão, essa eminente figura de sábio que a confiança do govêrno colocou na presidência da Comissão Censitária Nacional, o Professor José Carneiro Felipe, — o aumento percentual da população, tendo sido, em meio século, de 191,7, "confere ao Brasil um lugar de destaque entre os povos americanos, pois que lhe está assegurado, na multiplicação natural dos seus filhos, não sòmente um poderoso fator de engrandecimento, senão também o melhor escudo para sua soberania"

Resolvidos que já se encontram todos os problemas técnicos ligados à última fase da grande tarefa censitária, intensificam-se os trabalhos finais de crítica e apuração mecânica Dentro em pouco, a nação entrará na posse do maior volume de dados numéricos até agora reunidos sôbre os diversos aspectos de suas realidades, — material êsse que constituirá a mais perfeita caracterização fisio-demográfica e sociográfica das nossas condições de existência.

É uma fase expressiva da evolução do Estado Brasileiro, esta que se distingue pelo permanente empenho do conhecimento objetivo de nosso âmbito territorial e das fôrças sociais que nele se agitam, como condição essencial a que nos conservemos fiéis aos nossos destinos históricos e a que possam os governos, no seu esfôrço de organização nacional, encontrar o rumo exato

60

das aspirações coletivas e do bem comum.

No setor da Geografia, a grande obra empreendida obedece ao objetivo fundamental de restringir cada vez mais — até anulá-los de todo, num decisivo trabalho de penetração e reconhecimento — os limites daquela "terra ignota", em relação à qual apenas se aventuravam, nas cartas baseadas em dados escassos, "o rabisco de um rio problemático ou a idealização de uma corda de serras".

Nos têrmos em que o Instituto situou o problema da nossa auto-revelação, teria de impor-se, por fôrça, um interêsse particular pelos elementos marcantes das nossas realidades antropogeográficas, vale dizer: a Terra e o Homem brasileiros. E se era deficiente e precária — como tão bem o sabeis — a nossa organização estatística nas fases anteriores à atual, não menos raras e insuficientes se apresentavam, à falta de sistematização e continuidade nos esforços desenvolvidos, as nossas aquisições quanto ao conhecimento do meio físico.

No golpe de vista a que foi submetido em oportunidade idêntica, apenas há um ano, o largo panorama das realizações do Instituto, no seu primeiro qüinqüênio de atividades, ficaram bem nítidos os resultados da grande obra que o Conselho Nacional de Geografia vem realizando, sob a orientação entusiástica e devotada de seu secretário-geral, o engenheiro Christovam Leite de Castro, e como a dedicada colaboração de técnicos dos mais ilustres Basta dizer-vos agora que o ritmo dessas campanhas continua a intensificar-se cada vez mais, como emprêsas magníficas destinadas a fazer emergir dêsse contato com a Terra a fôrça daquele amor cuja intensidade Aristóteles já condicionava à posse do conhecimento.

A tarefa de atualização da Carta Geral ao milionésimo é o notável empreendimento básico, em cujo plano se fundem quase tôdas as demais iniciativas técnicas do Conselho. São elas, entre outras, as campanhas das coordenadas geográficas e dos levantamentos altimétricos; a da revisão dos mapas dos Municípios e das Unidades Federadas; a que visa a perfeita formação, mediante Cursos intensivos, de profissionais especializados, para o exercício de atividades cartográficas; a das monografias municipais; e, finalmente, a do preparo do Dicionário Geográfico Brasileiro e da Coletânea das Efemérides Geográficas

Sob a influência renovadora das atividades do Conselho — e com o seu concurso e patrocínio —, promoveram-se durante o ano Expedições Científicas do maior alcance para o perfeito conhecimento de regiões ainda ignoradas do território nacional Citem-se, por exemplo, a que teve o norte de Mato Grosso por campo de suas pesquisas e a que estuda, no momento, a faixa fronteiriça dos Estados de Minas, Goiás e Bahia, para melhor fixar a linha divisória, em alguns pontos ainda imprecisa.

O govêrno conferiu ao Conselho — e delas já êle se está desobrigando — atribuições da maior importância, visando assegurar a necessária sistematização à nomenclatura das estações ferroviárias do país. Foi ainda mais longe o decreto que dispôs sôbre a matéria: fixou logo, em têrmos gerais, uns tantos critérios a que terá de submeter-se, em 1943, a revisão do quadro territorial, a fim de que seja prevista, em data oportuna — como complemento da campanha sistematizadora a que deu lugar a Lei 311 —, a eliminação dos nomes iguais de cidades e vilas, mesmo que se verifiquem em diferentes Unidades Políticas.

O nôvo quadro da divisão regional do Brasil, fixado pelo Conselho de Geografia na última sessão de Assembléia-Geral e logo aceito pelo de Estatística, teve a sua adoção generalizada a todos os setores da administração, de acôrdo com as recomendações expressas da Presidência da República. Acham-se já concluídos, por outro lado, os estudos preparatórios para a fixação, segundo os critérios normativos estabelecidos, das zonas fisiográficas das diversas Unidades Políticas

Consigne-se, ainda, o fecundo esfôrço de ordem cultural que o Conselho vem desenvolvendo pelos vários meios ao seu alcance, dentre os quais não será, decerto, dos menos eficientes a sua magnífica *Revista Brasileira de Geografia* E registre-se, por fim, o seu permanente empenho, no sentido de que se resolvam em definitivo as últimas questões de limites ainda registradas no país, mediante a ascendência de um nobre pensamento de unidade nacional sôbre as preocupações de ordem regionalista que porventura ainda se anteponham à consecução dêsse elevado propósito

As realizações levadas a efeito, no decorrer do último ano, no mais antigo dos três setores em que se desdobra a atuação técnica e cultural do Instituto — ou seja o da Estatística — também só nos podem causar o mais justificável regozijo cívico, pela certeza que nos infundem de que o nosso Instituto está bem longe de desmerecer o sábio pensamento de unidade e construção nacional que inspira as suas diretrizes fundamentais.

Ao vos reunirdes precisamente há um ano coube-vos, — a exemplo das vêzes anteriores e como tão bem se enquadra nos altos objetivos que determinam estas Assembléias, — encaminhar providências e fixar normas do maior alcance para a definitiva consolidação dos fundamentos da obra estatística nacional E das importantes Resoluções técnicas que então votastes, abrindo novos campos de ação aos esforços do aparelho estatístico nacional, muitas já alcançaram integralmente os seus fins, encontrando-se encaminhadas, em relação a quase tôdas as demais, as providências que delas deviam resultar.

Não há dúvida de que, sob êsse aspecto, foi dos mais expressivos o período a que se referem os fatos ora enumerados nesta rápida resenha Atentemos, por exemplo, nas medidas a que deram lugar, dentre as vinte de vossas Resoluções de 1941, relativas a assuntos técnicos, a que apresentou sugestões para a execução das estatísticas administrativas; a que recomendou providências para o levantamento regular e uniforme do movimento de hóspedes em hotéis e pensões; a que dispôs sôbre a criação das Secções de Estatística Militar; a que promoveu os levantamentos do custo da vida em tôrno das condições de uma família-padrão; as que cogitaram da regularização das nossas estatísticas industriais e outras que poderiam ser ainda referidas, inclusive a que visou assegurar a unicidade das nossas pesquisas estatísticas e teve êste objetivo conseguido através de recomendações expressas da Presidência da República

O vosso caloroso pronunciamento, declarando a solidariedade do Conselho ao Instituto Inter-Americano de Estatística e manifestando os nossos propósitos de colaboração em face de seu notável programa técnico e cultural, possue, já agora, um sentido bem mais prático e efetivo, com a adesão do país à prestigiosa entidade, cuja criação se reveste de tão alta importância para os destinos da Estatística, no continente e no mundo.

Ainda a uma das Resoluções da última sessão desta Assembléia, pela qual se instituiu o "Dia do Estatístico", devemos todos nós as gratas emoções que assinalaram, êste ano, a comemoração do 29 de maio, — data a que já agora se confere um sentido bem mais belo e profundo, porque não apenas relembra a criação do Instituto, como serve de ponto de referência à inter-vinculação espiritual da nossa grande comunidade estatística.

Mas, bem sabeis todos vós, meus senhores, que embora tudo quanto aqui se referiu já muito signifique, ainda não foi tudo.

Deliberações oportunas e acertadas dos colégios dirigentes do sistema alargaram as perspectivas do nosso campo de atuação; promoveu-se, através de várias providências técnicas e administrativas, o melhor funcionamento da rêde de órgãos do Instituto; intensificaram-se os sentimentos de fraternal aproximação entre os servidores da estatística, em todo o país; prosseguiram as campanhas para o levantamento das correntes internas de comércio e a organização sistemática das Tábuas Itinerárias Brasileiras; elevou-se, através de novos cursos de especialização e aperfeiçoamento, o nível de capacidade técnica dos nossos quadros profissionais, hoje dominados, em sua maioria, por um nobre espírito de estímulo e emulação; ampliou-se, em vários sentidos, a atuação técnica e cultural do sistema, principalmente no que respeita à sua notável obra publicitária, expressivamente assinalada, no interregno das vossas sessões de 1941 e 1942, com o lançamento, entre outros importantes trabalhos, do quinto volume do *Anuário Estatístico do Brasil*, relativo ao biênio de 1939-1940, do substancioso documentário dedicado às Conferências Nacionais de Educação e de Saúde, sob o título *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*, e de mais quatro números da *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA*; maiores recursos e melhores condições de eficiência foram assegurados à quase totalidade dos órgãos estatísticos regionais; concluiu-se a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística;* criaram-se registros e outras providências enérgicas e eficazes se fizeram sentir, a fim de favorecer a realização das pesquisas estatísticas, pelo progressivo aperfeiçoamento das fontes de informação primária; consolidou-se, sob o patrocínio direto do Instituto, a Sociedade Brasileira de Estatística; e, por fim, de novos e honrosos pronunciamentos foi objeto a Estatística Brasileira, pelos progressos alcançados na atual fase de sua organização, destacando-se entre êles o do II Congresso Inter-Americano de Municípios, reunido em setembro de 1942 em Santiago do Chile.

Também estão em via de ser integralmente satisfeitos os objetivos que tivestes em vista, zelando pelos altos interêsses da nossa cultura e unidade espiritual, ao dirigir um caloroso apêlo ao nobre e lúcido espírito do Sr. Ministro da Educação, no sentido do prevalecimento integral da ortografia resultante do acôrdo firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. E estais

62

assistindo, neste momento, à própria efetivação prática daquele expressivo plano de comemorações cívicas e culturais que tão bem gizastes numa outra das vossas Resoluções de 1941, para assinalar êsse magnífico acontecimento histórico, que é a investidura definitiva de Goiânia nos seus foros metropolitanos.

Como arremate dêsse admirável panorama, aqui focalizado de relance, aludamos, finalmente, ao fato de maior relêvo, dentre os que se verificaram no período sob exame, pela sua excepcional importância tanto para a estruturação e os fundamentos do próprio sistema estatístico, como também — e sobretudo — para os interêsses da boa ordem administrativa e da defesa do país.

Já percebestes, decerto, que me estou referindo àquele memorável diploma legislativo baixado sob o nº 4 181, pelo Sr Presidente da República, a 16 de março dêste ano Doutra providência não sei — de que vos possa falar neste momento —, cuja significação para a obra e os destinos do nosso Instituto se me afigurasse mais profunda e relevante

Estamos em face de um plano corajoso sob vários aspectos, originário de uma iniciativa do Estado Maior do Exército — que foi, aliás, quem o encaminhou à consideração do Govêrno — e fixado em colaboração com o Instituto, a fim de que, através de um esfôrço decisivo de unificação nacional e, utilizadas ao máximo as virtualidades do sistema político descentralizado — que tanto desejamos respeitar, como um imperativo mesmo da nossa formação histórica, — possa a estatística civil brasileira adquirir integralmente as condições de profundidade, exatidão e eficiência julgadas imprescindíveis, no momento, não apenas à obra de reconstrução empreendida pelo Estado Brasileiro, mas sobretudo ao perfeito prevalecimento aos interêsses vitais da segurança nacional

Em dois ciclos se dividem as providências previstas nessa Lei memorável: a criação, nos Departamentos Estaduais de Estatística, de Secções de Estatística Militar, conforme o Instituto já vinha pleiteando de há muito, e a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, destinados a conferir à infra-estrutura do nosso grande sistema as características de eficiência técnica de cuja falta ainda se ressente, por fôrça de fatôres sòmente removíveis através do recurso à delegação ao Instituto — livremente consentida pelas autonomias municipais a isto convidadas — dos serviços estatísticos atualmente mantidos pelos órgãos primários de nossa organização política

Até o momento, vinte e uma Unidades Federadas já criaram as Secções de Estatística Militar nos respectivos Departamentos Regionais e apenas em cinco ainda não está assinado o Convênio inter-governativo que, com tanto acêrto, foi considerado imprescindível à plena consecução dos altos fins em que se inspirou, nesta hora de justificáveis apreensões, a Lei 4 181.

Concluída, pois, esta rápida revista em que, nos têrmos da disposição regimental, me coube resumir as atividades do Instituto a partir da sessão anterior, já é tempo, Senhores, de que nos congratulemos pelos admiráveis aspectos em que se desdobra esta obra magnífica, e prossigamos, de ânimo erguido, no esfôrço construtivo que a Nação exige de todos nós, — e agora mais do que nunca.

Antes de fazê-lo, todavia, já que nos detivemos aqui a contemplar os marcos da estrada, seja-nos dado assinalar, com os votos de reconhecimento cívico que nos inspira um alto sentimento de justiça, o quanto deve a obra realizada pelo Instituto, ao espírito de cooperação, ao infatigável entusiasmo, à solicitude, à clarividência e ao desinterêsse de quantos lhe têm dado o melhor dos concursos, — patriótica, abnegada, eficientemente Aos Podêres Públicos, federais, regionais e municipais; aos trabalhadores anônimos da Estatística e da Geografia, em todos os quadrantes do país; às instituições cívicas, culturais e religiosas, quer públicas, quer privadas; aos homens de imprensa; a todos os brasileiros de boa vontade, — cheguem, nesta hora, as nossas homenagens votivas, em que se traduz a própria gratidão nacional, pois que a essas poderosas fôrças sociais devemos, todos nós, o que é e o que pôde até agora realizar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Aqui estais, pois, em pleno coração da Grande Pátria que os nossos maiores criaram, com o seu sacrifício e bravura e com a coragem indomável das suas esperanças, para atingir a plenitude de um magnífico destino Já vos conheço o patriotismo, a prudência, o espírito público, e sei que as deliberações que ides tomar, como representantes ilustres dos Governos de cuja autoridade o Instituto é delegatário, serão sempre inspiradas no mais alto sentimento de solidariedade humana, de respeito mútuo, de compreensão fraterna Serão essas deliberações inscritas em nossos Anais, *ad perpetuam rei memoriam*, como as "Resoluções de Goiânia" E porque assim o será, aceitemos a contingência misteriosa do milagre telúrico que emergia dos "deser-

tões", como se a própria voz da terra conclamasse a audácia dos homens para a epopéia da conquista e do desbravamento nenhuma outra, mais do que elas, poderá refletir os grandes valôres morais que disciplinam o ritmo da nossa história. Valôres de coesão, ante as fôrças desagregadoras das tradições transmitidas pelo Império e a Fé; valôres de autonomia, a anteciparem na conciência geográfica da pátria ainda informe, o próprio sentido de sua soberania política; e valôres de unidade, que permitiram ao Brasil conservar-se fiel à sua vocação cristã, sob o signo eterno da mesma Cruz há quase três séculos erguida nas terras fecundas dos Goiazes pelas mãos predestinadas de Anhanguera "

VI **Assembléia-Geral** * — "Mais uma vez cabe ao presidente do Instituto e de seus Conselhos a grata incumbência, que, se decorre de um preceito regimental, também atende aos imperativos do aprêço e da estima de exprimir-vos, na solene instalação dos nossos trabalhos, os votos de cordiais boas-vindas. E significar-vos, ainda, a sua irredutível confiança nos altos e nobres propósitos que vos congregam a todos, os que vindes dos diferentes rincões da Pátria, mobilizando inteligências e vontade em prol da boa e generosa causa a que serve o nosso Instituto, a que servimos todos nós.

Nos primeiros tempos, quando apenas se fincavam os marcos iniciais da longa estrada que já abrange, cronològicamente, quase um decênio, seria esta mais uma oportunidade para a exegese daqueles princípios basilares que, informando a estrutura do nosso sistema, representam a sua fonte de vitalidade perene A experiência já demonstrou, porém, com a lógica insofismável dos fatos, quanto era rico de virtualidades criadoras o sábio pensamento de construção política que orientou, em moldes *sui generis* e, conseqüentemente, fiéis às peculiaridades brasileiras, a solução dos problemas que entravavam o conhecimento exato, preciso e objetivo do patrimônio geográfico do país e das atividades que nêle se desenvolvem, dando-lhe expressão social e conteúdo humano

Há perfeita sintonia espiritual entre os acentos da voz que vos fala e as pulsações dos corações que a escutam. Esta "conversa ao pé da lareira", que o regimento nos impõe, no limiar destas gratas reuniões dos dois grandes ramos de nossa genealogia profissional — o estatístico e o geográfico —, adquire, por conseguinte, um nôvo sentido Converte-se, a bem dizer num dêsses íntimos serões de famílias, tão freqüentes nos lares brasileiros, como resquício das bases patriarcais que modelaram a nossa formação Nêles só há lugar para as expansões do afeto recíproco, para as confidências sôbre os bons e os maus dias, idos e vividos; para o culto à memória dos mortos identificados pela saudade comum

Estivestes reunidos pela última vez quando daquele memorável acontecimento que o Brasil inscreveu entre as mais altas conquistas do espírito empreendedor de seus homens de govêrno: a confirmação de Goiânia, através do conjunto de solenidades que constituíram o seu "batismo cultural" nos foros de capital de Goiás. O grande Estado mediterrâneo nos oferecia, então, um exemplo admirável de compreensão dos rumos que nos cabe imprimir à marcha das nossas fôrças civilizadoras, se quisermos traduzir em têrmos de valência social o patrimônio legado à soberania brasileira pelos rudes construtores de Pátrias que traçaram, com intuição miraculosa, a linha de nossa grandeza futura, em suas investidas heróicas do litoral conquistado para o Oeste misterioso e desconhecido

No interregno dos vossos trabalhos, que as circunstâncias emergentes tornaram, por exceção, bem maior dessa vez, coube à humanidade viver as horas mais terríveis e dramáticas que a História registra, como impressionante advertência à insânia dos povos divorciados das normas jurídicas que regulam a convivência internacional. O tremendo conflito que, já então, chegara ao seu clímax, ampliou ainda mais o campo de incidência, alcançando as terras livres da América A guerra atingiu assim o Continente cujo grande *leader*, êsse admirável campeão da Liberdade que foi Franklin Delano Roosevelt colhido pelas malhas da morte na antemanhã da vitória que o seu idealismo inexcedível ajudou a construir, tudo fêz para preservar da onda de sangue em que submergiu o Velho Mundo Nem outro deveria ser o destino da América — modêlo de civilização pacífica, baseada no respeito à dignidade da pessoa humana e modelada segundo rígidos princípios de acatamento ao direito alheio; — padrão de uma cultura que sòmente se pode valer dos recursos da fôrça quando é preciso assegurar a sobrevivência das regras de vida e das prerrogativas morais que constituem a própria razão de ser dos homens livres

Fiel às tradições de sua política exterior, invariàvelmente orientada no sentido da solidariedade pan-americana, também o Brasil foi arrastado, por agressões traiçoeiras, a uma participa-

* Discurso pronunciado a 3-7-1945 no ato da instalação dos trabalhos da VI Sessão Ordinária de Assembléia-Geral

64

ção direta na luta que pôs em perigo as melhores conquistas do progresso humano

Quis o destino que, ao encontrarmo-nos agora, três anos após a reunião de Goiânia, boa parte do mundo haja emergido das sombras aziagas que o nazi-fascismo projetou sôbre os destinos das nações. Enquanto os nossos grandes aliados no norte do Continente encaminharam a seu têrmo, na frente do Pacífico, a missão que as contingências lhe impuseram, apresentam-se para o retôrno à Pátria aquêles bravos e heróicos patrícios que tão alto elevaram nos campos de luta da Europa, o nome e as tradições do Brasil

Ergamos os corações, nesta hora, em regozijo pelo advento da Paz que, depois de tão rude experiência para o mundo, abre à comunidade internacional perspectivas de uma era nova de convivência tranqüila, baseada no respeito mútuo, na fraternidade cristã e na consciência dos direitos recíprocos!

Tanto no preparo da criminosa hecatombe que vai chegando a seu têrmo, como na mobilização dos elementos destinados a opor um dique à insânia dos homens, para restaurar o império da liberdade e da ordem no mundo convulsionado, coube à Estatística e à Geografia um papel cuja excepcional significação os fatos bem evidenciaram O aperfeiçoamento dos métodos de guerra — triste desvio das nobres finalidades da inteligência — determinou o apêlo, em grau ainda não verificado, aos recursos das duas técnicas, como condição essencial para o êxito na ação agressora ou defensiva As próprias contingências da mobilização total, repelindo como nefastas à sorte das armas aos azares do improviso, criaram necessidades de planejamento e previsão só atendíveis mediante o amplo e perfeito conhecimento dos recursos materiais e humanos exigidos pelas responsabilidades presentes e futuras que a luta importa aos povos nela envolvidos.

Com efeito No vasto e completo aparelhamento de cada nação para a guerra, quando os problemas da frente interna sobrelevam em importância, não raro, os que se oferecem à pronta solução tática, em meio ao fragor das batalhas, a contribuição dos levantamentos numéricos constitui fator básico para evitar os perigos da desorganização e da insuficiência, que acarretam aos povos imprevidentes, não só o triste amargor da derrota, como a expiação de pesados sacrifícios.

O espantoso conflito, que ainda não chegou de todo ao seu fim, deixou plenamente demonstrado, por isso mesmo, em que ampla escala podem a Estatística e a Geografia servir de instrumento aos desígnios dos homens, armando-os de poderosíssimos elementos para atingir, num ou noutro sentido, os objetivos que lhes mobilizam as vontades e os conclamam à renúncia de si mesmos

Mas, senhores, em que tristes contingências para a humanidade, arrastada a tão cruentos entrechoques, batida pelo vento de morte que soprava de todos os quadrantes, sacrificada nos seus ideais de evolução pacífica, em que dolorosas circunstâncias foram a Estatística e a Geografia chamadas a prestar aos homens o seu concurso, expresso em representações cartográficas precisas e pormenorizadas e registros numéricos fiéis e minuciosos!

É justo, porém, reconhecer que a experiência contém uma grande e luminosa lição Só a estruturação do mundo em bases novas, que lhe assegurem a paz e a tranqüilidade sob o signo da justiça social, pode colocar-nos ao abrigo dos temores e incertezas que o egoísmo e a violência — criminosamente erigidos, muitas vêzes, em normas de ação internacional — acarretam aos povos ciosos de resguardar, como conquistas morais indeclináveis, os princípios do respeito ao Direito, em contraste com o culto do arbítrio e da fôrça Ou muito me engano, ou temos de reconhecer que, na construção desta outra fase da História, em que a harmonia da ordem se completará, revestida de um sentido nôvo, sob a inspiração dos ideais de justiça que constituem a grande fôrça criadora dos nossos tempos, — a Geografia e a Estatística serão convocadas a desempenhar um papel sem precedentes no encaminhamento e na solução dos graves problemas contemporâneos.

Todavia, meus amigos, já agora o quadro que se descortina aos nossos olhos não apresenta os tons sombrios do ódio, nem há nêle o clamor surdo dos brados de vingança Não! É preciso confiar nas possibilidades que aos homens se oferecem, em meio às contingências da ordem terrena, para realizar seus nobres destinos Mal saídos do triste pesadelo desta segunda guerra mundial, cumpre a todos os povos trabalhar pela implantação, em bases concretas e permanentes, dos princípios de solidariedade humana e de eqüidade social que encontram seus fundamentos mais profundos e indestrutíveis na doutrina que o Cristianismo legou aos homens de boa vontade Cumpre às nações encaminhar a sua reconstrução em têrmos que assegurem a todos os seus filhos o direito a uma existência digna e feliz, num ambiente de justiça e de paz.

Se é certo que êsse *desideratum* sòmente há de ser atingido se não fal-

tarem aos responsáveis pelos destinos das grandes coletividades os elementos que à Estatística e Geografia cabe proporcionar já será tempo de indagarmos, então, se também o Brasil estará convenientemente aparelhado para que enfrente, com as responsabilidades acrescidas pela sua atual projeção no cenário internacional, os encargos que o após-guerra impõe, indistintamente, a todos os povos Estou certo de que concluireis comigo pela afirmativa.

Parecerá pequena a obra executada, neste quase decênio, pelo sistema estatístico-geográfico nacional, se a julgarmos em função das nossas necessidades reais e das arrojadas ambições, que nos movem, de elevá-la ao mais alto grau de aperfeiçoamento, sob o duplo aspecto administrativo e técnico. Teremos motivos, entretanto, para que dela nos orgulhemos, se compararmos tudo o que foi realizado em tão curto período com a situação em que nos encontrávamos — apesar dos esforços de alguns dignos e heróis pioneiros — quando se estruturou, em moldes consentâneos com os princípios do nosso regime político, essa eficiente rêde de órgãos propostos a dar ao Brasil um conhecimento amplo e objetivo das suas realidades, através de pesquisas que vão desde a caracterização do meio físico, até o levantamento dos efetivos demográficos e das múltiplas manifestações de sua atividade criadora.

Qualquer dúvida porventura ainda existisse, quanto ao alcance e à importância dessa obra, e bastaria encarecer a atenção dos descrentes para o extenso rol das realizações que se enumeram nos relatórios anuais da Presidência do Instituto e dos diretores dos diferentes departamentos que integram o nosso sistema

No espaço de tempo que medeou entre a última sessão destas Assembléias e a que ora se instala sob os melhores auspícios, nesta casa tradicional, onde as sugestões do passado constituem admiráveis fontes de confiança nos destinos do Brasil, pôde a Estatística Nacional vencer uma das etapas decisivas de sua longa e áspera caminhada, graças, como quase tudo o que o IBGE, tem alcançado realizar a Mário Augusto Teixeira de Freitas, inteligência lúcida, cultura sólida e alma das mais nobres que tenho encontrado na vida Foram removidas, nesse período, as dificuldades que se opunham à nacionalização, mediante os acôrdos firmados pela União, os Estados e os Municípios, das Agências Municipais de Estatística Instaladas nas diferentes Unidades da Federação, as Inspetorias Regionais do Instituto, a êste vem sendo transferida, progressivamente, a administração daqueles órgãos de coleta municipal, chamados agora a exercer funções da maior relevância na economia do sistema, através de uma atuação profunda e bem orientada, capaz de convertê-los em eficientes instrumentos de ação cívica e cultural em cada município do país

Subordinadas administrativamente ao Instituto, como a experiência demonstrou necessário, as Agências continuarão a manter o seu vínculo de subordinação técnica aos Departamentos Regionais de Estatística Nos têrmos da definição de princípios sàbiamente estabelecida pela Junta Executiva Central do Conselho, em sua Resolução n. 216, que procurarei citar textualmente, a autonomia dos órgãos centrais regionais do Instituto, equivale à dos órgãos centrais federais. Que nos cumpre fazer, então, para resguardar, tanto os interêsses recíprocos, como os que respeitem, em particular, a cada uma das órbitas governamentais? Cumpre-nos harmonizar flexìvelmente essas autonomias, segundo as bases federativas do sistema, de maneira que "não possam ser invocadas para que suspendam ou inibam a atuação solidária e mùtuamente supletiva de seus diferentes órgãos".

O princípio de cooperação, que informa o sistema do Instituto, não pode nem deve limitar ou restringir o princípio da livre determinação, desde que a iniciativa não importe em negação ou sacrifício das normas institucionais fixadas na *carta magna* da Estatística Brasileira — a Convenção de 1936.

As virtualidades do mecanismo de ação supletiva do Instituto permitem, por conseguinte, sem nenhum prejuízo para os objetivos que lhe cumpre atender, "a declinatória, total ou parcial, dos órgãos centrais regionais, quanto às responsabilidades de direção técnica e ao trabalho de crítica que lhes foram atribuídos como incumbências normais decorrentes da eminente posição que lhes cabe na estrutura do sistema" Todavia, ainda mesmo que essa declinatória se manifeste em têrmos expressos ou tácitos, em relação às campanhas nacionais promovidas pela entidade, nem por isso virão a ser os departamentos regionais privados da cooperação das Agências, uma vez que a subordinação administrativa destas últimas ao Instituto, converte-as automàticamente, em órgãos colaboradores de todos os centros de trabalho da Estatística Brasileira, nos diferentes planos de govêrno.

Na fixação dêsse critério, que, sôbre ser o mais lógico e racional, é o único em condições de atender aos superiores interêsses que nos cumpre defender e resguardar, prevaleceu, em tôda a sua plenitude, o espírito que caracteriza a

organização do Instituto e constitui o *élan* vital de sua obra. Não tenho dúvida de que me acompanhareis na mesma convicção: propugnar outra fórmula, ou admitir normas diferentes no entrosamento dos objetivos a que as Agências devem atender, a serviço das três órbitas de govêrno a que se encontram vinculadas por fôrça de uma delegação comum, seria contribuir para o desvirtuamento dos princípios, cuja aplicação, no campo da Estatística e da Geografia, já permitiu fôsse o Brasil apontado em circunstâncias honrosíssimas para nós, como exemplo, digno de ser seguido — e na verdade o está sendo — pelas demais nações de regime descentralizado.

Num golpe de vista sôbre o panorama das nossas principais realizações, no vasto setor de serviços sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Estatística, encontraremos valiosos elementos para fundadas manifestações de regozijo. As iniciativas já concretizadas ou em via de consecução permitem um balanço dos mais auspiciosos e animadores, como está feito aliás, nesse belo e expressivo documento que é a Resolução Especial e Conjunta votada, a 29 de maio último, pelos três Colégios de direção permanente do Instituto — a Junta Executiva Central do Conselho de Estatística, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional — com o tríplice objetivo de assinalar, a um tempo, o encerramento do nono ano de atividade da instituição, o dia simbòlicamente consagrado à confraternização profissional dos estatísticos e geógrafos brasileiros e à instalação do Instituto em sua nova sede, para êsse fim especialmente adquirida

Continuam a aperfeiçoar-se progressivamente — sendo certo que receberão agora notável impulso, graças à ação revigorada das Agências Municipais de Estatística — as campanhas destinadas à coleta da matéria-prima indispensável às grandes sínteses numéricas em que se refletem os múltiplos aspectos da realidade nacional As estatísticas educacionais e médico-sanitárias estão sendo levantadas com a possível normalidade, apesar das deficiências que decorrem da falta de registros adequados, por parte das instituições informantes Pràticamente regularizada, após longos e obstinados esforços, a campanha para o levantamento sistemático das correntes internas de comércio, cogita o Instituto, já agora, de solicitar ao govêrno a criação da "guia nacional de exportação"; providência essa julgada imprescindível desde que, abolida a cobrança do impôsto de exportação, se tornou difícil o contrôle, por parte das diferentes Unidades Federadas, do respectivo movimento exportador.

Dois outros problemas cruciais da estatística brasileira, que desde a primeira hora mereceram atenção especial do Instituto, acham-se, também, devidamente encaminhados: o levantamento da produção agrícola, mediante um sistema de informações trimestrais, e o da estatística industrial. São aspectos fundamentais da economia do país, convenientemente aclarados através de rigorosa mensuração, cujos resultados se completam com outras pesquisas, também já realizadas nas melhores condições de eficiência técnica: a das variações mensais dos estoques nos principais centros distribuidores, a da produção animal, a dos preços e do custo de vida, a do comércio exterior e de cabotagem, bancária e a do movimento marítimo e aéreo

A normalização da estatística do movimento demográfico adquirirá sensível impulso com a reforma, ainda em face de estudo, da lei de registro das pessoas naturais Tanto ela como a dos cultos e a policial, criminal e judiciária tenderão a beneficiar-se com o aperfeiçoamento das Agências, como órgãos de pesquisa local Estão sendo encaminhados estudos, segundo os melhores critérios técnicos, com o objetivo da organização do cadastro da propriedade imóvel rural e do correspondente levantamento estatístico Prosseguem os trabalhos para o estabelecimento da Classificação Brasileira de Mercadorias e da Nomenclatura Brasileira de Indústrias O Instituto não está indiferente, por outro lado, à conveniência em que se proceda, quanto antes, ao levantamento da balança de pagamentos e da renda nacional Conta, para isto, com a valiosa cooperação do Instituto Inter-Americano de Estatística, a cujo elevado espírito de colaboração, traduzido sob diferentes manifestações, em relação aos objetivos da Estatística Brasileira, quero consignar, neste passo, as homenagens do mais vivo reconhecimento

A divulgação dos resultados das nossas pesquisas continua a fazer-se normalmente, desde que foram levantadas as restrições impostas pelas contingências internacionais Além dos trabalhos a cargo de vários Departamentos e Serviços, o Instituto dispõe da *Revista Brasileira de Estatística* e do *Boletim Estatístico*, como publicações periódicas de grande aceitação nos meios interessados O nôvo número do *Anuário Estatístico do Brasil* e de suas separatas — segundo os assuntos e as Unidades Federadas — está em fase de elaboração, para lançamento, se possível, ainda êste ano Em cópias mimeográficas, continuam a ser larga-

mente distribuídos minuciosos estudos sôbre os resultados dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, cuja execução foi atribuída ao Instituto para que servissem de fundamento à mobilização econômica e militar do país Diàriamente a Secretaria-Geral do Instituto expede um *comunicado* à imprensa, cuja patriótica e desinteressada colaboração tem constituído — permiti que o acentue, mais uma vez — fator decisivo para o êxito dos nossos trabalhos

A campanha das *Tábuas Itinerárias Brasileiras,* ainda em andamento quando de vossa última sessão, acha-se já agora, encerrada, no que concerne às contribuições regionais, embora sejam algumas destas passíveis de aperfeiçoamento, para melhor ajustar-se ao plano nacional O *Vocabulário Brasileiro de Estatística* foi lançado, em edição preliminar, e o número de sugestões que estamos recebendo para a edição definitiva, bem exprime o interêsse dos meios técnicos e profissionais por essa importante contribuição brasileira, visando a uniformização da terminologia científica no Continente. Vários outros trabalhos estão sendo objeto de cogitação, inclusive algumas obras de caráter didático, a serem lançadas muito breve, de acôrdo com o plano de ação cultural do Instituto, no sentido de elevar o nível técnico dos seus servidores, no campo da Estatística. Completar-se-á, por essa forma, o trabalho já realizado em diferentes Estados, visando, mediante a criação de cursos teóricos e práticos o aperfeiçoamento do respectivo funcionalismo Êsse esfôrço é secundado, aliás, pelo de nossa própria Secretaria-Geral, que levou a efeito, ainda recentemente, um curso de Redação Oficial e outro de Dactilografia Especializada. A tão louváveis objetivos prestou valioso concurso o Instituto Brasileiro de Mecanização, promovendo, com os melhores resultados práticos, o Curso de Estatística Bulhões Carvalho, recém-encerrado Ficamos devendo essa fecunda iniciativa ao patrocínio generoso do Sr Valentim Bouças, ilustre presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, e à esclarecida direção do professor Jorge Kafuri sem favor uma das maiores autoridades em estatística matemática em nosso Continente.

Por outro lado, amplia-se o quadro dos serviços estatísticos filiados ao nosso sistema, como recursos e acôrdos bilaterais São quatro, hoje, a prestarnos sua eficiente cooperação: a Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café, o Departamento de Estatística do Lloyd Brasileiro, o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil e a Secção de Estatística do Instituto do Açúcar e do Álcool. Mas, esperamos que várias outras significativas filiações ocorram dentro em breve

O objetivo de ampliar as possibilidades do sistema estatístico do país, em relação aos interêsses específicos da segurança nacional, está virtualmente atingido com desenvolvimento do plano de trabalhos do Serviço de Estatística Militar, na Secretaria-Geral do Instituto, e das secções similares, nos diferentes departamentos regionais. Uma vez reorganizada integralmente a rêde das Agências, prestarão estas um concurso decisivo àquele objetivo que constituiu, aliás, um dos fundamentos — se não o principal dêles — para os Convênios Nacionais de Estatística Municipal

A atuação multiforme do Conselho, no campo da educação e da cultura, continua a se fazer sentir desdobradamente, quer através de iniciativas próprias, quer em têrmos de colaboração e apoio aos emprendimentos de prestigiosas instituições, entre as quais cita rei, pelo contacto mais direto e permanente que conosco mantêm, a Sociedade Brasileira de Estatística, cujas atividades se desenvolvem sob os auspícios do Instituto, a Associação Brasileira de Educação e a Liga Esperantista Brasileira

Bem sabeis, senhores conselheiros, quanto ainda haveria que dizer, se quisesse enumerar todos os frutos das atividades do Instituto, na mais antiga de suas alas, e referi, uma a uma, as iniciativas que, mercê de Deus, já se inscrevem no seu ativo. Concluindo essas rápidas indicações, para não vos prender a atenção por tempo excessivo, passarei a aludir, também em têrmos de síntese, ao magnífico espetáculo de dedicação aos interêsses do Brasil que, no outro campo de atividades, nos oferecem os responsáveis pela ampliação sistemática das nossas aquisições, no que concerne ao conhecimento do território. São múltiplas e empolgantes aos nossos olhos

Responsável pelo prevalecimento dos princípios orgânicos fixados na Lei nº 311, o Conselho Nacional de Geografia tem procurado resguardar, utilizando os meios ao seu alcance, a manutenção do sistema instituído, com os melhores proveitos para os interêsses da estatística, da geografia e da administração em geral. Coube-lhe, no período sob exame, proceder à nova revisão qüinqüenal do quadro administrativo e judiciário do país, que objetivou, dessa vez, a unificação toponímica e iniciar, completamente, a da nomenclatura das estações ferroviárias.

Prosseguiram, em ritmo satisfatório, as campanhas das coordenadas

68

geográficas, determinação das altitudes e levantamento geodésico. Está bem encaminhada, igualmente, a elaboração, segundo o plano estabelecido, do *Dicionário Geográfico Brasileiro* e do *Prontuário Geográfico Brasileiro,* destinado, êste último, a apresentar, em repertório de fácil consulta, a corografia do Brasil, segundo os dados mais atualizados e as mais modernas interpretações Prepara-se, igualmente, o *Glossário de Têrmos Geográficos,* como contribuição à terminologia geográfica A magnífica *Revista Brasileira de Geografia,* que tão alto conceito vem merecendo nos meios técnicos e científicos do país e do estrangeiro, tem agora a completar o seu plano de divulgação cultural o excelente *Boletim Geográfico,* de periodicidade mensal

Está sendo convenientemente ampliado e fortalecido o espírito da pesquisa geográfica, mediante fecundas excursões de estudos a diferentes regiões do país, ou de sugestivos concursos — como, por exemplo, o das Monografias Municipais — destinados a atrair e estimular o interêsse dos técnicos e estudiosos. Outra iniciativa de grande alcance, como incentivo ao estudo e debate dos problemas ligados à geografia brasileira, são as Tertúlias Geográficas Semanais, de tão evidente significação prática e cultural, a par do curso de aperfeiçoamento para professôres de Geografia, organizado em colaboração com a tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e que obteve os melhores resultados

Empreendimento fundamental no plano de atividade do Conselho, a preparação da Carta Geral do Brasil, ao milionésimo, continua a merecer desdobrados esforços, através de múltiplos trabalhos preparatórios e, até mesmo, do aperfeiçoamento da equipe de cartógrafos que se dedicará, no devido tempo, ao desenho das fôlhas definitivas Constituirá, também, uma contribuição valiosa para o êxito do importante empreendimento a campanha dos mapas municipais, que ora se desenvolve com o duplo fim de levantar as cartas das novas circunscrições e aperfeiçoar as que resultaram dos primeiros esforços desenvolvidos, em âmbito nacional, para a consecução daquele patriótico objetivo

Dois importantes acontecimentos refletiram, na sua excepcional significação, o crescente progresso da cultura geográfica do país, graças à atuação renovadora do Conselho O primeiro teve caráter internacional: foi a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, realizada no Rio de Janeiro em agôsto de 1944 e cujos trabalhos, graças ao diligentes esforços e à incansável dedicação de seu Secretário-Geral, engenheiro Christovam Leite de Castro alcançaram profunda ressonância em todo o Continente, dando lugar ao encaminhamento, em têrmos de proveitosa uniformização quanto aos métodos e processos, de numerosos problemas técnicos, de interêsse comum para as nações americanas O outro foi a reunião, também nesta capital, em virtude das dificuldades que se ofereceram à sua realização em Belém, como estava projetado, do Congresso Brasileiro de Geografia, o décimo da série trienal promovida pela benemérita Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob os auspícios do Conselho Constituiu, aliás, expressiva distinção ao Instituto o fato de haver sido atribuída a seu presidente a chefia da Delegação Brasileira na Conferência, bem como a honra de presidir os trabalhos do Congresso

Não fique sem um registro, neste passo, a expressiva festa de confraternização americana que foi o ato de entrega ao IBGE, logo após o encerramento da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, do bronze que nos ofereceu o Instituto Geográfico Militar da Argentina, e que representa em miniatura, a estátua do general San Martin, grande e nobre figura de paladino da Liberdade na América

Não se restringe, porém, aos empreendimentos enumerados nesta breve súmula o plano de ação do órgão responsável pelo setor geográfico do Instituto O ânimo realizador dos seus técnicos e especialistas ainda se manifesta em numerosas outras iniciativas, tendentes à intensificação dos levantamentos especializados e à representação do território em mapas cada vez mais precisos e fiéis. O emprêgo da aerofotogrametria é, indiscutìvelmente, a solução mais indicada, para que sejam atingidos êsses objetivos. Daí o nosso empenho em alargar o mais possível a aplicação daquela técnica no meio brasileiro

A criação, pelo Govêrno da República, na data mesma em que se verificou o encerramento da II Reunião de Consulta, do Serviço de Geografia e Cartografia, ampliou sensìvelmente as possibilidades do Conselho, através das funções executivas que lhe foram atribuídas Essa feliz providência assegurará, sem dúvida, nôvo rumo às suas atividades, no sentido de dar ao Brasil o conhecimento exato e objetivo de seu meio físico; vale dizer: revigorando, por essa forma, aquela surpreendente consciência geográfica que já era tão viva e atuante nos primórdios de nossa formação política

Embora circunstâncias imprevistas hajam determinado o retardamento da

apuração dos resultados do recenseamento geral de 1940 e, conseqüentemente de sua publicação em têrmos definitivos, é de justiça proclamar que o Brasil vem colhendo, já de há muito, os melhores proveitos do grande empreendimento, que constitui largo balanço de seus recursos e possibilidades

Através de minuciosos estudos, realizados sob a inspiração do ilustre presidente da Comissão Censitária Nacional, professor José Carneiro Filipe, e orientados diretamente pelo grande estatístico professor Giorgio Mortara, tem o Serviço Nacional de Recenseamento colocado ao alcance dos órgãos do Govêrno um material dos mais úteis ao esclarecimento de múltiplos problemas Como sabeis, os cômputos censitários, dada a profundidade e o desenvolvimento dos inquéritos compreendidos pelos vários Censos, constituem uma contribuição inestimável, pela riqueza de seus pormenores, para a análise precisa e minuciosa dos nossos diferentes fenômenos demográficos, econômicos e sociais, considerados isoladamente ou na intimidade de suas interrelações

Lançado já há algum tempo o volume de introdução aos resultados do recenseamento, excelente análise da evolução da cultura brasileira, em boa hora confiada à indiscutível autoridade do professor Fernando de Azevedo, mereceu essa obra, ainda há pouco, a consagração da Academia Brasileira de Letras, que houve por bem conferir-lhe o "Prêmio Machado de Assis" Dois outros estudos, cujo preparo foi entregue também a especialistas eminentes, já se encontram em adiantada elaboração: um, versando sôbre a formação étnica do povo brasileiro; outro, analisando a evolução econômica do país

Dentro de breve prazo, dar-se-á início, como há tanto reclama o interêsse do grande público, à divulgação dos resultados gerais, segundo os amplos desdobramentos originàriamente previstos

À medida que chegam a seu têrmo as tarefas censitárias, mais se acentua a impressão quanto ao alto significado da grande experiência técnica e administrativa que representou, para o Instituto, a responsabilidade da execução do recenseamento geral de 1940 Dois pontos podem ser referidos com conclusões pacíficas, já consignadas, aliás na Resolução Especial e Conjunta de 29 de maio: o aparelhamento responsável pelos serviços censitários atendeu, fundamentalmente, às peculiaridades do país e aos objetivos visados, convindo, por conseguinte, que prevaleçam, nos censos futuros, os mesmos princípios e normas que orientaram a atual organização; torna-se de inteira conveniência que o Serviço Nacional de Recenseamento se converta, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, em órgão de funcionamento permanente, condicionadas, porém, a ampliação e redução dos quadros de pessoal à marcha dos respectivos trabalhos. Permitirá esta última providência — como foi igualmente consignado na Resolução Especial —, que as futuras operações, a primeira das quais a verificar-se em 1950, em conexão com empreendimentos semelhantes nos demais países do Continente, mereçam preparo mais longo, convenientemente baseado nas experiências da atual, a fim de que tanto os trabalhos de coleta como os de apuração se processem de modo a assegurar a imediata divulgação dos respectivos resultados.

Eis aí, meus Senhores, numa visão de conjunto, em que se fixaram apenas as linhas mestras e os acontecimentos marcantes da vida da instituição, tudo quanto me cabe referir, a propósito de cada um dos três grandes setores em que se desdobra a atuação do Instituto Se, porventura, necessário o julgasse, muito ainda encontraria digno de relato, como fonte de redobrados estímulos para a continuidade de nossa grande obra Que não fique, porém, sem uma referência, embora apenas de passagem, a projeção das realizações do Instituto, num sentido mais amplo, do que o exigiria a responsabilidade de suas tarefas específicas, em diferentes campos da vida nacional

Exatamente há quatro anos, eu acentuava, ao dirigir-vos a palavra nesta mesma sala, em oportunidade idêntica, que os estudos realizados pelos técnicos da entidade, com base nos conhecimentos que as estatísticas lhes transmitem sôbre a vida do país já constituíam, então, um verdadeiro ideário de renovação político-administrativa. É bom que o repita Cumpre ter em vista, porém, que não sugerimos soluções rígidas, ou, melhor, nem sequer preconizamos soluções. Utilizamos, apenas, o testemunho dos números, para configurar a complexa realidade abrangida pelas investigações estatísticas, a fim de que sôbre os problemas expostos meditem livremente os brasileiros de boa vontade E isto porque de uma verdade estamos certos: sòmente quando se houver criado, no seio do govêrno e do povo, a consciência dêsses problemas, poderá o Brasil encontrar as fórmulas hábeis e prudentes que atendam aos interêsses de seu progresso, de sua unidade, de sua grandeza, com a plena salvaguarda dos sentimentos e das tradições de sua gente

Não foi outro o espírito com que, atendendo a honrosa solicitação do Conselho de Segurança Nacional, a Presidência do Instituto encaminhou a êsse

70

órgão, um dos interregnos de vossos trabalhos, de um longo estudo elaborado pela Secretaria-Geral da entidade, coordenando algumas diretivas, cuja adoção permitisse ao Brasil enfrentar a crise mundial que já se entremostrava grave e complexa Colocamos, então, em primeiro plano, entre outros, os seguintes objetivos básicos: equilíbrio e eqüidade na divisão territorial política; interiorização da metrópole federal; criação de centros propulsores do progresso, no interior do território; fortalecimento da consciência municipalista; distribuição das fôrças construtivas, mediante a criação de novos centros de atividades; ocupação efetiva do ecúmeno nacional; valorização do homem rural; virtualização do aparelho administrativo, inclusive pelo estabelecimento dos grandes quadros correspondentes às diferenciações fundamentais de responsabilidade material, moral e intelectual e pela instituição das respectivas carreiras, submetidas, tôdas elas, ao regime de remuneração periòdicamente progressiva, autonomia e articulação das diferentes órbitas governamentais, de modo a manter seus esforços convergentes em planos comuns de ação, sem preterir os imperativos do regime político no seu tríplice aspecto — federativo, republicano e democrático; reorganização do quadro ministerial, segundo um desdobramento mais lógico de atribuições; entrosamento, consolidação e continuidade das iniciativas governamentais, sob a ação coordenadora de um Gabinete ou Departamento Técnico, subordinado diretamente ao chefe de Estado.

Que êsse esfôrço de organização nacional não se tem perdido sem ressonância das diferentes camadas da opinião — atestam-nos os múltiplos e honrosos testemunhos que freqüentemente nos chegam; as palavras de compreensão e aplausos de técnicos e estudiosos; os pronunciamentos dos congressos culturais ou econômicos; as manifestações de aprêço e reconhecimento, como as que ainda em novembro último nos traziam, através de honrosa visita, os ilustres chefes do Estado-Maior do Exército, ao vir sentir, em contacto direto com os diferentes serviços da sede do Instituto, quanto a imagem do Brasil que está viva em nossas preocupações, como o estímulo mais forte a que prossigamos nessas tarefas com o devotamento e o entusiasmo que dão alma à nossa confiança nos destinos da Pátria

Pouco importa que a flama dêsses ideais nem sempre seja conduzida pelas mesmas mãos. Os claros que a ronda da morte vai abrindo em nossas fileiras são preenchidos por outros paladinos, continuadores entusiastas dos admiráveis pioneiros que nos ajudaram a vencer as etapas mais árduas e difíceis. No quadro dos nossos consultores técnicos, estão vazios os lugares que pertenciam, para honra nossa, a Antônio José de Azevedo Amaral, a Fernando Magalhães, a Emílio Fernandes de Sousa Docca. Companheiros devotados e patriotas, colaboradores magníficos da obra do Instituto, na órbita federal ou no plano regional, não mais se encontram entre os vivos. Deixai que lembre, entre muitos, Gérson de Faria Alvim, Licínio de Sousa Almeida, Matoso Maia Forte, Afonso Guaíra Heberle, Higino Cunha, Albino Estêves, Benedito José dos Santos, Álvaro Afrânio Peixoto, Paulo de Lima Correia, Eurico Rangel, Zaíra Pinto, Eliezer dos Santos Saraiva, Mário Cardoso Correia, José Abranches de Moura, Heitor Rossi Belache, Ernesto Pedro dos Santos Também outros se foram; e eram amigos devotados, prontos a trazer-nos a sua ajuda e solidariedade Evocarei dois nomes apenas: Ildefonso Simões Lopes, a quem tanto ficou a dever a Estatística, quando de sua passagem pelo Ministério da Agricultura, e Max Fleiuss, em cujo largo espírito de cooperação encontrávamos, sempre, inexcediveis recursos de boa vontade, quando era preciso servir às boas causas Rendamos, pois, a todos, o preito de nossa gratidão e de nossa saudade

E uma vez cumprido êste mandato de coração, que a nossa voz não se cale antes de haver traduzido, também, o reconhecimento cívico do Instituto e de todos quantos, em seus quadros, trabalham nas obras vivas da nacionalidade, àqueles que têm sido os animadores e os sustentáculos da ação desenvolvida neste quase decênio Primeiramente, ao chefe do Govêrno o Excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas, criador do nosso IBGE e cuja vigilante assistência sempre lhe proporcionou todos os recursos materiais e morais necessários ao desenvolvimento de suas atividades técnicas, administrativas e culturais. Aos governos das Unidades Federais e as das circunscrições municipais; à culta e generosa imprensa do Brasil; às numerosas instituições econômicas, sociais ou religiosas, que nos têm distinguido com seu estímulo, o seu apoio, a sua solidariedade, aos que ocupam, com inteligência e devotamento, os postos de comando nos diferentes órgãos do nosso vasto sistema; aos dignos membros dos nossos vários Colégios dirigentes; à grande massa anônima de obreiros da Estatística e da Geografia, fiéis à noção do dever, dedicados até o sacrifício A todos êsses admiráveis servidores da mesma causa, que outra não é senão à da unidade e da grandeza do país, reno-

vamos, nesta hora, os nosos agradecimentos mais calorosos e significamos as homenagens do nosso aprêço.

Permiti, agora, senhores conselheiros, que declare instalada a sexta sessão ordinária das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. Não o quero fazer, porém, sem que exprima a todos vós as saudades fraternais e amigas da Presidência do Instituto e os votos muito cordiais que formulo pelo êxito de vossos esforços, na fase de trabalhos que hoje se inaugura Sob as inspirações de vosso patriotismo, e movidos, todos, por um alto sentimento de solidariedade moral e cívica, sabereis dar ao Brasil o que o Brasil de vós espera a fim de que mais se acelere o ritmo de sua marcha para os altos e luminosos destinos que a História e a Geografia lhe oferecem e a capacidade construtiva dos brasileiros valorizada pela Estatística saberá conquistar nos prélios nobilíssimos do trabalho, da cultura, da fraternidade e da justiça"

X **Assembléia-Geral** * — "Não é sem profundo regozijo cívico que, na qualidade de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, declaro instalados os trabalhos da X Sessão das Assembléias-Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. Em nenhum momento, a meu ver, mais alto se impõe a todos os espíritos, com viva realidade, a fôrça dos princípios em que se baseia o IBGE, do que nesta hora culminante de nossas atividades profissionais, em que nos reunimos, em assembléias anuais, para a consolidação das vitórias obtidas, a fixação de novos planos de trabalho e, se fôr o caso, a revisão de diretrizes anteriormente assentadas

Creio que não haveria presunção se quiséssemos apontar, em nossas realizações, no campo da Estatística e da Geografia, a consagração vitoriosa de um pensamento político que bem pode ser considerado o caminho mais certo e conveniente para a solução de muitos dos nossos problemas fundamentais. Com efeito. Os quinze anos de atividade do IBGE representam, nos seus resultados indiscutíveis, uma demonstração prática de quanto se pode obter, nos países de regime descentralizado, com o recurso à cooperação interadministrativa

Em oportunidades semelhantes à que ora nos congrega nesta casa ilustre onde as imagens e as ressonâncias do passado revigoram nos corações, com uma fôrça nova, a presença e o sentimento do Brasil — não me tenho cansado de encarecer o significado dessas reuniões, em que, no exercício de um alto mandato, representantes da União e dos Estados se confundem no mesmo esfôrço construtivo, para o trato de assuntos de interêsse comum. Se pessimismo ainda pudesse haver em tôrno das virtualidades do sistema de cooperação intergovernamental, como instrumento de progresso, de valorização dos recursos materiais e humanos de que dispomos para superar as nossas dificuldades, bastaria indicar aos pessimistas e incrédulos o exemplo que oferecem a Estatística e a Geografia, para que também êles sentissem os efeitos maravilhosos a que pode conduzir a coordenação, no plano das atividades públicas, das energias e vontades atuantes nas três órbitas do Govêrno

Quando o poeta nos advertia de que "a perfeição é a morte", êle tinha presente, decerto, que só se mantêm ricos de vida e seiva os ideais que, ainda quando realizados, em si mesmos encontram o ímpeto e o arrôjo para novas investidas e novas conquistas. Assim há de ser, com efeito, em tôdas as construções do espírito humano.

Se nos detivermos, mesmo para cumprir, em breve síntese, um rígido preceito regimental, a balancear os resultados positivos que se assinalam nos diferentes campos de atividades do Instituto, desde quando vos reunistes, há pouco mais de um ano, na cidade-mater, na Salvador gloriosa, quatro vêzes centenária, — logo haveremos de verificar que os nossos esforços não foram inúteis nem traímos os nossos deveres para com o Brasil.

No setor da Estatística, cada vez mais se vão aperfeiçoando os nossos inquéritos e pesquisas, graças, sobretudo, à rêde de coleta municipal que resultou dos Convênios Nacionais celebrados em 1942; alargam-se os objetivos das nossas perquirições numéricas; e a divulgação dos seus resultados, sob múltiplas formas, adquire uma regularidade bastante significativa.

Cabe ressaltar, por outro lado, como verdadeiros marcos da cultura nacional, as realizações verificadas no setor geográfico do Instituto, através de um esfôrço sistemático em prol do melhor conhecimento do território brasileiro, e cujos resultados finais se refletem na Carta Geral ao milionésimo, da qual já foram lançadas 37 fôlhas.

E não esqueçamos de referir, com um regozijo que a todos nos toca por igual, as excelentes condições de eficiência em que pôde o Instituto reali-

* Discurso pronunciado a 1.º-9-1950, na Sessão solene de instalação dos trabalhos da X Assembléia-Geral

72

zar êste ano o VI Recenseamento Geral do Brasil, desobrigando-se dessa forma de um dos mais pesados e difíceis encargos colocados sob a sua responsabilidade técnica e administrativa Resta-nos apenas, a esta altura, persistir no empenho, que vos asseguro ser o mais sincero e vigilante, de entregar ao País, dentro do menor prazo possível, as conclusões da grande operação censitária, a fim de que o conhecimento objetivo de nossas realidades econômicas e sociais possa orientar a ação construtiva daqueles sôbre quem recaem as responsabilidades maiores, na orientação política e administrativa dos destinos do Brasil

Dentro do país, não nos têm faltado a colaboração e o apoio de tôdas as fôrças morais sem cuja compreensão e ajuda bem pouco nos teria sido dado realizar Podemos regozijar-nos, também, com a projeção que as nossas atividades técnicas vão alcançando nos círculos internacionais, traduzida em pronunciamentos altamente honrosos de congressos e assembléias de especialistas quanto ao mérito das contribuições que já podemos levar-lhes

Mas, se é certo que êsse balanço de realizações — divididas, na sua quase unanimidade, ao devotamento e ao patriotismo dos que lavram as nossas searas — nos tranqüiliza quanto ao dever cumprido, não é menos certo que nos cabe, antes de tudo, captar na obra realizada novas sugestões e estímulo para a continuidade do mesmo esfôrço, no sentido de um constante aperfeiçoamento Como o admirável coordenador de energias, a serviço do bem comum, que foi OSWALDO CRUZ, verdadeiro místico da ação, também a nós incumbe, como um alto e irrecusável dever, "não desanimar, para não desmerecer"

Ao dirigir-vos, Senhores Conselheiros, as minhas saudações mais efusivas e cordiais, quero manifestar-vos a certeza de que os vossos trabalhos terão a inspirá-los, como em tôdas as outras oportunidades em que estivestes reunidos, os mesmos elevados sentimentos de solidariedade cívica e humana, a mesma constante preocupação de engrandecimento da obra do Instituto, a mesma devoção patriótica à unidade, ao progresso, à grandeza do Brasil"

NO 3.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

Por ocasião do 3º aniversário da fundação do IBGE, a 29 de maio de 1939, os colégios dirigentes da entidade foram recebidos em audiência especial pelo Presidente da República. O Embaixador José Carlos de Macedo Soares pronunciou então um discurso, do qual divulgamos os trechos principais.

"O estudo geográfico-numérico das condições existenciais da Nação, no seu binômio fundamental — "âmbito geográfico" e "coletivamente humana", — requeria três diferenciadas ordens de pesquisas. Investigações estatísticas de caráter permanente, levantamentos geográficos e cômputos censitários, — eis o tríplice objetivo a atingir.

Fugindo à grandiosidade prematura, com inexcedível tino e admirável sabedoria, o Sr. Presidente da República atribuiu ao Instituto, de início, apenas a finalidade estatística Fê-lo, entretanto, em forma tão hábil que dentro desta já estavam implícitas ou em germe as duas outras, as quais, assim, sòmente de uma natural e gradativa evolução tiveram dependentes a diferenciação estrutural que as havia de tornar explícitas e destacadas, mas sempre harmoniosas, em face dos objetivos primordiais do sistema

Mas essas finalidades não deveriam ser atingidas pela criação de um desproporcionado corpo executivo. Porque, alcançadas haviam elas de ser através apenas do racional engrenamento e da progressiva adaptação — salvante algumas poucas exceções — de órgãos técnico-administrativos já existentes mas impròpriamente utilizados, movidos que eram por diretrizes sem sistema, e até então destinados a um ingrato labor, porque fragmentário, desconexo, incoerente e de resultados quase nulos e não raro contraditórios

Donde a diretriz fundamental do esquema a que foi submetida sàbiamente a estrutura e a atuação do Instituto

— solidarização efetiva dentro das linhas constitucionais de auto-determinação, das três ordens administrativas da República, de todos aquêles elementos já disponíveis; e

— coordenação das respectivas atividades, a fim de que, por ajustamento e impulsos progressivos, se fôsse formando e consolidando com êles o grande sistema brasileiro de cen-

tros de pesquisas — não sòmente federal, estadual ou municipal, — mas verdadeiramente nacional, e a um só tempo geográfico, estatístico e censitário.

O Instituto, vivendo intensamente a sua vida, encurtando as etapas, conseguiu, neste brevíssimo ciclo de existência, traduzir integralmente em realidade o fecundo pensamento político que lhe presidiu a instituição.

É êle hoje, com pouquíssimos acréscimos de vulto em relação aos elementos esparsos que já existiam antes dêle, um majestoso edifício, de arquitetura inconfundível e rigorosamente funcional.

Os três objetivos fundamentais que o Estado lhe confiou correspondem hoje às suas três alas de órgãos deliberantes e executivos, todos bem articulados entre si e de ala para ala, funcionando em perfeito espírito de unidade, mas sem rigidez, antes numa admirável capacidade de iniciativa e de adaptação ao meio e às circunstâncias.

Em tôdas as unidades federadas, em todos os municípios de cada uma delas e em todos os distritos de cada município brasileiro, está lançada a atividade estatística, censitária e geográfica. Essa atuação é unificada, tem um sentido nacional; mas, através de diferenciações coerentes e que não quebram a unidade do sistema, ela atende a todos os interêsses e a tôdas as necessidades de cada região, de cada zona, de cada localidade

Municipal, estadual e federal simultâneamente — tanto importa dizer, *nacional* no sentido mais alto da expressão — é tal atividade; mas se exercida ao mesmo tempo, como é lógico e consentâneo com o espírito do regime, pelas três órbitas governamentais, não há nela dissonâncias, entre-choques, incertezas. Porque essa atividade é harmoniosa, é coerente e é solidária, seja no tempo, seja no espaço, seja na diferenciação dos âmbitos políticos e administrativos E a fôrça superior, o princípio de coordenação que consegue o milagre desta sintonia, dêste sincronismo e desta solidarização, não é o poder de uma das esferas de Govêrno invadindo as demais É, sim, um poder diferente, mas participante dos poderes das três ordens governamentais, pois que de tôdas elas emana, em virtude do próprio princípio de autonomia que lhes dá personalidade constitucional

Êsse princípio e essa fôrça, — são, em última análise, a fôrça e o princípio da cooperação. Vale dizer: é a fôrça, é o princípio da livre determinação e do livre consentimento em face da compreensão, da consciência e do desejo de uma solidariedade superior, necessária, indeclinável: — a comunhão nacional, a exigir identidade de fins mas diferenciações de meios, de processos e de agentes, tudo a serviço da grande vida da Pátria

Em outros têrmos ainda: autonomia e autoridade. A primeira gerando a segunda, e esta servindo àquela, na integração perfeita de um sistema, de um organismo vivo, de uma superior criação política

* * *

Certo — tanto no que diz respeito à estrutura, quanto no que toca às atividades, — ainda é quase uma tarefa sem limites o aperfeiçoamento do Instituto Mas tudo quanto era fundamentalmente necessário para que êle ficasse à altura dos seus destinos — criação de órgãos, articulação de atividades, sistemática funcional, extensão e aprofundamento de pesquisas — está hoje conseguido Tudo mais será obra evolutiva de consolidação, de harmonioso progresso, de um natural e sadio dinamismo orgânico

O Instituto, como sistema vivo, está completo no sentido das suas três dimensões

No sentido da longitude, domina todo o "espaço vital" da Nação Em latitude, abrange integralmente o panorama dos variadíssimos aspectos da vida nacional — tanto os físicos, os demográficos e os econômicos, quanto os sociais, os culturais e os políticos E verticalmente, desenvolve-se numa compreensão totalitária das três esferas administrativas e políticas, enfeixando-lhes a autoridade, harmonizando-as no agir, e solidarizando-as nos propósitos, em demanda de um fim comum a tôdas três, porque nenhuma delas o pode perder de vista ou a êle renunciar

* * *

O Instituto, porque tenha resultado de uma associação inter-governamental, está vinculado às três órbitas de govêrno e é depositário da autoridade de tôdas três Mas não se identifica nem se confunde com os órgãos administrativos de qualquer delas enquanto entidade coletiva, sem embargo de serem federais, estaduais ou municipais todos os seus órgãos executivos oficiais, a que se vêem juntar ainda, em íntima cooperação, os de natureza privada, de fins análogos aos seus e de idoneidade comprovada

Daí duas vantagens foram asseguradas ao sistema.

74

A atuação ordenadora do Instituto pode-se exercer dentro de cada órbita administrativa sem lhe constranger os predicados de autonomia, pois que, desta mesma autonomia, é ela uma emanação

Por outro lado, os recursos financeiros da entidade coletiva, que resultam — ou podem resultar — de contribuições dos três governos ou de rendas próprias, ficam com a faculdade de suplementar os recursos privativos dos órgãos executivos em cada plano administrativo, permitindo, assim, a vitalização do sistema num sentido de unidade nacional e conforme as necessidades reais dos seus vários subsistemas.

Ainda mais A quase totalidade dos dispêndios públicos com estatística e geografia ficam sujeitos aos processos de fiscalização e contrôle normais em cada esfera administrativa Uma pequena parte, apenas, a que fôr entregue pelos governos co-interessados ao Instituto como "auxílio", passa à plena propriedade da sua pessoa jurídica, como ente paraestatal, e lhe vai permitir não sòmente enriquecer o patrimônio — que é, aliás, um bem comum aos municípios, aos Estados e à União, — mas ainda a rápida e eficaz atuação do Instituto onde sua intervenção coordenadora, fiscalizadora ou supletiva haja de se fazer sentir

O que não quer dizer, entretanto, que menos controlada venha a ficar a vida financeira do ente coletivo do que a dos seus órgãos executivos Ao contrário: enquanto êstes só estão sujeitos às normas especiais da respectiva administração, onde muitas vêzes o mecanismo de contrôle não é suficiente, o consórcio inter-governamental, ou cooperativa política — digamos assim — constituída pela Convenção de Agôsto, tem a sua vida submetida a um contrôle tão desdobrado e vigilante como maior não seria possível instituir

A Presidência do Instituto não tem arbítrio Ela executa, o que, dentro da legislação em vigor, deliberam os colégios dirigentes, que a fiscalizam de tôdas as maneiras possíveis pelos seus órgãos federais, em que se representam todos os Ministros de Estado; pelas Juntas e Diretórios regionais; e ainda, pelas suas Assembléias — Gerais, onde comparecem, por delegações altamente qualificadas, todos os Governos pactuantes da Convenção de Estatística.

Tôda a vida do Instituto é registrada em todos os seus detalhes e obedece a normas precisas Seus arquivos, sua escrita, suas instalações, suas atividades oferecem-se ao exame e à crítica de todos os governos seus co-instituidores, e acham-se de fato, e permanentemente, sob a vigilância dos respectivos delegados às Assembléias — Gerais.

Como os debates destas são públicos e suas conclusões constam de resoluções, que valem como leis para o ente coletivo, tôdas as críticas, tôdas as opiniões e todos os votos que o tenham por objeto ficam submetidos amplamente ao julgamento da opinião pública Além do que, subordinado que está o Instituto ao Chefe da Nação, êste, por iniciativa sua ou por sugestão de qualquer órgão da administração federal ou de qualquer dos governos regionais, pode determinar, a seu respeito, tôdas as diligências ou devassas acaso julgadas necessárias

E aí está como o superior pensamento político pôsto em prática pelo Sr Presidente da República, ao criar o Instituto, estabelecendo, sob certo ponto de vista, uma autarquia *sui generis*, conformou-se sàbiamente, entretanto, com a natureza da instituição, atevese ao maior respeito à ordem constitucional e administrativa da República, assegurou à direção do Instituto as condições de autonomia e pronta decisão que constituem a razão do seu prestígio e o segrêdo da rapidez e fecundidade dos seus esforços".

NO 5.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

Quando o IBGE chegava ao quinto aniversário de sua instalação, em 29 de maio de 1941, membros dos colégios dirigentes da entidade foram recebidos em audiência especial pelo então Presidente Getúlio Vargas Nessa ocasião, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares pronunciou o seguinte discurso·

"Pequena é ainda, no tempo, — não há dúvida — a trajetória do Instituto Sem embargo, já se podem balancear os frutos das suas atividades A Nação recebeu confiante a sábia e corajosa iniciativa de Vossa Excelência e bem compreendeu o seu transcendente alcance político e administrativo Ela observou, entre surpreendida e admirada, os novos métodos de ação

pessoal que Vossa Excelência punha em prática, e acompanhou com crescente entusiasmo êste "totalitarismo" *sui generis*, que constituía uma inovação, uma experiência de todo ponto inédita. Totalitarismo em que a multiplicidade sem sistema e a ação desordenada se converteram, quase instantâneamente, numa sólida *unidade* orgânica e numa *ordem* de virtualidade imprevistas — tudo se passando, todavia, rigorosamente no maior respeito ao sistema federativo e segundo as normas do regime democrático bem compreendido. Quero dizer: sem que surgissem ao mesmo tempo as experiências, tão ingênuas quanto perigosas, de intransigente e súbita "redução à unidade" através uma rígida centralização administrativa e um autoritarismo excessivo, a constringir e comprometer as legítimas autonomias das Unidades Federadas e dos Municípios, que a Constituição de 1937 manteve e cujo cancelamento, onde quer que seja tentado ou prevaleça, embora possa aparentar momentâneamente um êxito brilhante, estará fadado, decerto, a fracasso inevitável

Quais são, porém, os resultados obtidos? Terá a experiência de um lustro ratificado o acêrto da concepção político-administrativa em que Vossa Excelência vazou o sistema do Instituto Brasileiro da Geografia e Estatística?

Esta instituição é, sem dúvida, uma "autarquia", sem deixar de ser também uma "organização nacional", — enquanto considerada no seu conjunto. Nada obstante, todos os seus elementos componentes, que se ramificam pelas várias órbitas do poder público e interferem mesmo no campo da iniciativa privada, permanecem subordinados às suas normais vinculações administrativas e políticas, sem restringir nem constranger — antes virtualizando-a — a autoridade dos órgãos governativos de que dependem

Nessas tão peculiares condições, será que a instituição já se mostrou capaz de ser efetivamente o admirável instrumento de govêrno e administração que Vossa Excelência pensou realizar, tendo em vista a situação especial dos países democráticos e federativos como o Brasil?

Seguramente, sim

Aí estão os Relatórios que veem regularmente expondo as atividades da instituição e os resultados conseguidos Aí estão os quase cem volumes que o Instituto já editou e onde se encontram, senão *todos* os dados que se pudessem desejar sôbre a vida do país, pelo menos *todos* os elementos que já se tornou possível obter relativamente a cada um dos aspectos fundamentais da existência nacional.

Testemunho insuspeito, aliás, sôbre a fecundidade das diretivas que Vossa Excelência assentou para resolver o difícil problema ante o qual o Brasil se mantinha perplexo, hesitante e quase inativo — o do conhecimento geográfico-estatístico dos seus quadros físicos, demográficos, econômicos e sociais — testemunho irrecusável e deveras honroso tem-no Vossa Excelência, tem-no a Nação no pronunciamento do 8º Congresso Científico Americano, — julgou-o a notável assembléia pan-americana, na décima Resolução votada — "pelo impressionante desenvolvimento da sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional" E isto por dois motivos que a *Resolução* expõe no seu preâmbulo Primeiro porque " a planificação e coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de govêrno federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade" E segundo — são ainda palavras daquele plenário de sábios e técnicos — porque a "Nação Brasileira empreende essas tarefas com coragem, inteligência e habilidade, obtendo resultados que são de grande interêsse e de muita importância para os estatísticos de outras nações americanas" Demais disso, aí está, a confirmar tão honroso julgamento, o êxito do Recenseamento Geral da República, abrangente de sete grandes inquéritos, referentes à maior massa demográfica sul-americana cujos números brutos, *isto é, sem o cômputo em separado* dos "presentes", fora do local de sua "residência", e ainda com a falta de alguns setores muito remotos ou de difícil revisão, já excedem a casa dos quarenta milhões

---

Entretanto, não é sòmente na sua obra específica que se revela o extraordinário alcance social, político e cultural do pensamento de govêrno que Vossa Excelência corporificou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vale relembrar alguns dêsses outros aspectos

Porque o Instituto requer informantes de apreciável nível intelectual, cumpre-lhe contribuir quanto possa, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento da educação e da cultura popular. Êle realiza essa missão civilizadora através da sua vastíssima correspondência, na larga difusão bibliográfica que pratica, no fornecimento de mapas e trabalhos a tôdas as escolas brasileiras Realiza-a, ainda, por meio das suas campanhas em prol da criação de arquivos, bibliotecas e museus municipais. Estende-a, não só utilizando as reuniões culturais e técnicas que efetua com freqüência entre os

seus funcionários, ou por êles promovidas, mas valendo-se também dos cursos de especialização que organiza regularmente. E reveste-a ainda de um elevado sentido técnico, científico ou social, tanto em virtude do apoio que presta à Sociedade Brasileira de Estatística, — a qual surgiu sob os seus auspícios e já se impôs vitoriosamente como instrumento da cultura nacional, — quanto ainda em conseqüência à colaboração estreita que mantém com muitas outras instituições científicas — umas já filiadas ao seu quadro, outras de finalidade pela qual lhe cumpre interessar-se

E vai além O regular funcionamento de um organismo tão complexo, e tão diferenciado, e de tão variadas e importantes funções, já oferece — como deveria oferecer — exemplos, modelos e padrões para tôda obra que se queira tentar, pelo progresso do Brasil, recorrendo às mesmas características resultantes do princípio de cooperação inter-administrativa Assim é que, êsse admirável funcionamento, por si só, já representa uma conquista cultural e um incentivo a novas criações de equivalente eficiência Mas certo é que, realizando o seu alto destino, como instrumento de pesquisa, revelação e análise das condições existenciais da Nação, não pode nem deve o Instituto limitar-se a apresentar ao público a ao Govêrno a fria expressão numérica dos fatos A complexa realidade que êle investiga, revela-se-lhe nos seus sentidos mais profundos Êle vê, ouve e sente tudo que brota dessas fontes recônditas da vida nacional, cujas pulsações acompanha em condições que lhe permitem interpretar as imagens, as vozes e os impulsos dessa realidade multifária, como ninguém mais, talvez, pudesse fazer em face da austera expressão dos róis numéricos E daí os brados das suas sentinelas avançadas Daí as advertências, as sugestões e os concitamentos, que partem das suas almenaras, exprimindo sempre algo de grave para os destinos da Pátria

É assim, por exemplo, Senhor Presidente, que os nossos números já demonstraram a alarmante insuficiência do rendimento que a Nação está colhendo da sua escola primária Assim também já foi posta em foco a urgência do movimento colonizador do Brasil pelo próprio Brasil, problema transcendente a que tão desvelada atenção tem prestado Vossa Excelência Assim, ainda, já ficou revelada em cifras que confundem o nosso patriotismo, a necessidade de organizar-se quanto antes a vida interior do país, na única forma realmente eficiente, isto é, apoiada numa rêde de centros urbanísticos criados — ou enriquecidos — com os foros e os privilégios metropolitanos, portadores, por conseguinte, de amplos recursos de civilização

Da mesma sorte a possibilidade de serem resolvidos hàbilmente, sem choques sociais, nem políticos, nem econômicos, — por fórmulas de hábil transigência e inteligente resguardo dos sentimentos e tradições respeitáveis, — alguns outros problemas que vínhamos temendo enfrentar, no pressuposto — não confirmado, aliás, pelos fatos — de que suas soluções só poderiam ser encontradas num radicalismo perigoso

O maior dentre êles é o do reajustamento do quadro político que tôdas as grandes vozes brasileiras, no passado e no presente, veem reclamando. Sua solução pacífica já pode ser prefigurada alicerçadamente na eqüidade e na tradição, garantindo o equilíbrio político da República e assegurando a assistência imprescindível às regiões despovoadas e pobres

Outro, — daqueles problemas, — é o da revitalização do quadro municipal brasileiro Os números mostram que encontrará solução integral — e sem o abandono das nossas tradições — nos consórcios inter-municipais, a formarem um quadro territorial intermediário entre a divisão comunal — de cuja ordem de govêrno seria uma super-estrutura — e a grande divisão das unidades políticas

Mais outro, entre os objetivos prementes com que nos defrontamos, e que as nossas experiências já equacionaram, é do enfeixamento, coordenação e racionalização dos esforços construtivos da União, dos Estados e dos Municípios, — quando necessàriamente concomitantes, — em grandes sistemas convencionais Sistemas êsses que seriam de aplicar-se em matéria não só de fomento agrícola e de expansão rodoviária, como também de organização do ensino primário e profissional, e, ainda, de articulação dos serviços médico-sanitários, — tudo isso semelhantemente ao que já foi feito em relação aos serviços estatísticos e geográficos

E ainda outro dos angustiantes problemas nossos, um dos que nos fazem temer pelos destinos da Pátria, e cuja solução também os números já puderam sugerir, é o do reajustamento ao trabalho — afim de socializá-la devidamente — da enorme massa inútil da comunidade social Inútil, porque involuntàriamente parasitária ou improdutiva Inútil, porque desvalorizada em conseqüência ao desamparo econômico, à ignorância ou à doença Os algarismos revelam que o caminho a seguir, neste terreno, estará na multiplicação das Colônias-Escolas. Ou então, como sucedâneo dessas colônias,

senão como recursos simultâneos e correlato, a organização do Exército do Trabalho, por intermédio do qual, sob os auspícios e a direção das Fôrças Armadas Nacionais, se mobilizariam e valorizariam, adequadamente enquadrados pela salutar disciplina militar, todos os elementos sociais inertes, inaptos ou asfixiados pelas deficiências da ordem social vigente

Finalmente, também ao problema da proteção à família, como ponto de partida para uma nova ordem social, ofereceram as observações estatísticas, por expressa determinação de Vossa Excelência, uma contribuição original e de extraordinário alcance Das diretivas que os números apontaram, mandou-nos dizer S.S. o Papa Pio XII, — enviando-nos a bênção apostólica, — que "justificam as mais arrojadas esperanças".

Ora, Senhor Presidente, tudo isto demonstra — cumpre repetir — a transcendência do pensamento político que Vossa Excelência houve por bem ensaiar no seio dêste Instituto Tudo isto significa também que Vossa Excelência acertou nas sábias medidas com que desveladamente amparou o desenvolvimento — tão sujeito ao risco de um fragoroso fracasso! — da novel instituição que está abrindo um capítulo nôvo no direito administrativo e constitucional brasileiro.

Mas não esqueçamos um outro fato não menos expressivo. Os números já coligidos pelo Instituto também revelam o acêrto, a prudência e a eficácia com que em todos os setores da administração se estão desenvolvendo, tanto na órbita federal quanto na regional, os esforços ingentes da obra governamental que Vossa Excelência vem realizando.

E aí está porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística julgou acertado solenizar a passagem do seu quinto aniversário e quis fazê-lo da melhor maneira ao seu alcance. Isto é, trazendo a Vossa Excelência, com as nossas respeitosas homenagens e as expressões congratulatórias que lhe devemos, a certeza de que o seu Govêrno atingiu integralmente os fins que inspiraram a criação dêste magnífico sistema de cooperação inter-administrativa.

Concretizando a significação que a esta solenidade entenderam dar os três Colégios dirigentes do Instituto, tenho a honra de oferecer a Vossa Excelência essa estante, onde estão reunidos expressivos documentos de tudo quanto acabo de afirmar. Num grupo, tem Vossa Excelência as últimas publicações elaboradas sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Estatística — o Anuário, os vinte e quatro volumes de vulgarização estatística que o acompanham, o Relatório dos trabalhos do Instituto no ano de 1940 e os cinco primeiros números da Revista Brasileira de Estatística. Em duas outras coleções, encontrará Vossa Excelência, não só as principais edições do Conselho Nacional de Geografia, inclusive os nove números já aparecidos da sua Revista, mas ainda importantes comprovantes das diretivas técnicas e dos êxitos já obtidos pelas nossas atividades geográficas Finalmente, nas gavetas do móvel, terá Vossa Excelência à mão tôda a legislação censitária e tôda a planificação do Recenseamento Geral da República em 1940, — documentação essa por onde já se pode ver o alcance extraordinário da grande operação em boa hora determinada por Vossa Excelência, quando teve acertadamente em vista a necessidade de um grande balanço da vida nacional, pois sem isto, na verdade, não poderia o país continuar concientemente a obra renovadora e de cauteloso resguardo dos seus mais sagrados interêsses, como lhe impõe a hora gravíssima que a humanidade está vivendo.

Possam estas minhas palavras e os documentos aqui reunidos e oferecidos ao exame de Vossa Excelência traduzir, com suficiente eloqüência, os motivos de reconhecimento, de admiração e de regozi[illegible]o que nos trouxeram hoje à presença do Chefe da Nação"

Por ocasião, ainda, do quinto aniversário do IBGE, realizou-se uma reunião conjunta dos órgãos deliberativos, na qual foi prestada especial homenagem ao Sr. Luiz Simões Lopes, então Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público. Foi do seguinte teor o discurso do Embaixador José Carlos de Macedo Soares

"Ao convocar esta reunião conjunta dos Colégios dirigentes do nosso Instituto e da Sociedade Brasileira de Estatística, a fim de que festivamente nos congratulássemos pela grande obra já realizada em prol do desenvolvimento dos serviços brasileiros de geografia e estatística, pensamos também em obter uma oportunidade, logo depois da homenagem hoje prestada ao ínclito Fundador do Instituto, o Presidente Getúlio Vargas, para dizermos de público o nosso reconhecimento, admiração e estima ao grande Amigo de tôdas as horas — o valoroso brasileiro que tem hoje, à testa do Departamento Administrativo do Serviço Público, uma das tarefas constitucionais mais empolgantes e uma alta missão na hora renovadora que o país está vivendo

O nosso primeiro objetivo está realizado pela palavra brilhante do Dr Valentim Bouças, o eminente vice-presidente da Sociedade Brasileira de

78

Estatística, que é também um dos trabalhadores da primeira hora — e da primeira linha — da seara de que todos nós nos orgulhamos de ser devotados obreiros

Signos favoráveis anunciam ao novel sodalício que, já agora, se realizarão plenamente os generosos sonhos daquele punhado de pioneiros, homens eminentíssimos do regime monárquico que, em 16 de Julho de 1854, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidida pelo Visconde de Abrantes, tentaram criar no Brasil o primeiro órgão da cultura estatística — a "Sociedade Estatística do Brazil", — legítima precursora desta outra, duas vêzes rediviva, que é hoje a grande associação sob cuja bandeira já se congregam, em trabalho fecundo, algumas centenas de brasileiros de todos os recantos da Pátria, — profissionais, professores e estudiosos da estatística

O Instituto agradece, pois, e retribui, com abundância dalma, as expressões amigas e generosas da operosa companhia que em boa hora, e à sombra acolhedora da nossa grandiosa instituição, entendeu de nos vir trazer tão útil e eficaz colaboração, contribuindo, ao mesmo tempo, para que os laços de fraternidade que unem os geógrafos e os estatísticos brasileiros se estreitem cada vez mais, dando-nos a fôrça necessária às difíceis realizações a que nos devemos dedicar A Sociedade Brasileira de Estatística sabe que esta Casa também é sua, e que as nossas glórias lhe pertencem tanto quanto nos pertencerão os seus triunfos

Ao eminente orador e aos seus nobres consócios, um cordialíssimo "muito obrigado" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Passo a desincumbir-me agora do segundo agradável mandato a que devo dar desempenho nesta festiva reunião

Prezadíssimo Compatrício e Amigo, Dr Luiz Simões Lopes

A instituição hoje honrada com a vossa visita escolheu um dos seus maiores dias, aquêle em que celebra festivamente a passagem do seu primeiro lustro de existência, a fim de, neste ambiente irradiante de regozijo cívico e entusiasmo pelas vitórias conseguidas, vos declarar, alto e bom som, o quanto nos consideramos devedores do cidadão perfeito, inteligente e probo, que vemos na figura varonil do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público

Estávamos às vésperas da reconstitucionalização do País em Julho de 1934 Um projeto de lei, que o mais meditado estudo das nossas anteriores experiências inspirara, visando dar organicidade e eficiência aos serviços estatísticos e geográficos nacionais, encontrava-se no Palácio Guanabara, entre as pilhas dos papéis que, por se referirem a medidas urgentes e de difícil trânsito no regime constitucional, ou seriam, naquele momento, objeto de rápido estudo e decisão, ou desapareceriam em arquivos de onde talvez nunca mais pudessem ser novamente trazidos à consideração dos dirigentes

Aquêle projeto fôra organizado por uma comissão inter-ministerial, graças à iniciativa esclarecida do Ministro Juarez Távora

Conhecieis, Dr Simões Lopes, o pensamento do Chefe do Govêrno, que se empenhava em dar uma solução definitiva ao problema dos levantamentos estatísticos nacionais E sabieis que, se um plano corajoso, mas aceitável, fôsse colocado diante dos olhos de Sua Excelência em condições de lhe permitirem uma rápida e segura apreensão do acêrto do projeto, teria fàcilmente a adesão da autoridade presidencial

As horas, porém, eram trepidantes A tarefa que tínheis sôbre os ombros era esmagadora Mas a intuição lúcida do vosso espírito percebeu a significação extraordinária da oportunidade que, por algumas horas ainda, se oferecia ao país, de tentar a instituição do sistema estatístico nacional

E o projeto viu-se destacado da montanha de papéis onde parecia soterrado para sempre O assunto foi estudado e debatido com o autor do projeto até altas horas da noite O sucinto relatório que se fazia mister, foi redigido e levado ao Chefe do Govêrno, perante o qual a sua defesa foi feita em têrmos de lapidar concisão, demonstrando que o mecanismo proposto para o sistema estatístico brasileiro era o único que lhe poderia dar, de maneira integral, aquelas características admiráveis — de firme e inteligente cooperação interadministrativa, que a inspiração do Chefe do Govêrno já havia assegurado, em 1931, ao aparelho responsável pelas estatísticas educacionais

Era a segunda vitória do pensamento de cooperação que tão impressionantemente se tem corporificado no seio da estatística nacional Concretizou-a o decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, criando o Instituto Nacional de Estatística e mandando convocar a Convenção Nacional de Estatística, a que se referia o estabelecimento contratual do sistema intergovernativo da estatística brasileira e a fixação das bases para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, como órgão colegial dirigente daquele sistema

Mas as tremendas dificuldades que a rotina e a morosidade burocráticas colocam à frente das iniciativas renovadoras, não podiam falhar De tropêço em tropêço o impulso inicial foi-se

amortecendo, e aquela lei — a grande lei da estatística brasileira — já era tida e havida como letra morta. De nada teriam valido os esforços do Itamarati para galvanizá-la, apelando para as pressões que recebia do exterior no sentido de conseguir uma expressão numérica satisfatória para a vida do país, e por meio de cujas tabelas tivesse o Brasil representação condigna nos trabalhos internacionais de estatística.

Ainda uma vez de modo decisivo, e ainda uma vez de maneira espontânea, vos pusestes em campo e vos tornastes o paladino da grande idéia.

Não havendo recursos orçamentários disponíveis nem local adequado em nenhuma dependência ministerial, para a instalação do Instituto, tomastes a iniciativa de expor a situação ao Chefe do Govêrno, solicitando-lhe que ficásseis autorizado a estudar e propor uma solução satisfatória.

Esta não tardou. Não obstante a pobreza quanto a recursos próprios, foi preparada a instalação do Instituto no ambiente mais confortável e faustoso possível, no próprio Palácio Presidencial, como entidade, que era, subordinada diretamente ao Presidente da República.

Daí a frase justa do Presidente Vargas, assinalando certa vez as responsabilidades do Instituto: "Porque lhe dei minha casa e meu Ministro".

Mas essa ajuda foi além. Instalada a 29 de Maio de 1936 nas amplas salas do segundo andar do Palácio do Catete, o Instituto teve ainda adequado mobiliário e todo o material de expediente necessário, tudo fornecido pela Secretaria da Presidência de acôrdo com as autorizações que o Dr. Simões Lopes com solicitude inigualável ia obtendo do Presidente.

Ainda mais. Os primeiros passos de uma organização como o Instituto haveriam de ser necessàriamente difíceis, encontrando a cada instante mil tropeços, e resistências — ativas ou passivas — não pequenas. Para conduzí-los sem derrotas em meio às incompreensões, aos imperativos de economia e à displicência ainda tão comum em face dos verdadeiros interêsses nacionais, era preciso que uma forte autoridade lhes fôsse abrindo caminho. A do Ministro do Exterior que o presidia,

O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, tendo à sua esquerda os srs. Rubens Pôrto e M. A. Teixeira de Freitas, e à direita, o sr. Luiz Simões Lopes.

80

nem sempre seria suficiente Muitas vêzes foi preciso que se fizesse sentir a do Senhor Presidente da República Mas para estudar, preparar e decidir esta intervenção, não bastavam as conferências normais do Ministro com o Chefe do Govêrno Tornava-se mister que certas intervenções mais delicadas fôssem cuidadosamente preparadas por um Oficial de Gabinete da Presidência que estivesse a par de todos os assuntos e estudasse com cuidado as soluções possíveis, facilitando ao Presidente as decisões E aí, nesses passos difíceis, fêz-se sentir sempre, e sempre vitoriosamente, a assistência devotada de Luiz Simões Lopes

Sobrevêm os estudos para a reorganização dos quadros do funcionalismo federal Era preciso que a administração da União desse o exemplo de obediência à Convenção Nacional de Estatística atribuindo nìtidamente um caráter especializado e técnico à carreira dos seus profissionais de estatística. E cumpria fazê-lo em níveis apropriados de remuneração, aproveitando-se ao mesmo tempo a oportunidade para se conseguir êste difícil objetivo: o aumento, na própria lei do reajustamento e como medida de exceção que se não repetiu, do quadro da Repartição de Estatística do Ministério da Educação, a qual, não obstante a importância da sua tarefa e o vigor com que a executava, vinha definhando sem remédio, dada a impossibilidade de obter até mesmo o mínimo dos recursos de que carecia Nesse sentido faz o Instituto uma representação ao Chefe do Govêrno, que é apoiada pelo Ministro da Educação Encaminha-a e justifica-a o nosso grande amigo com a autoridade que já lhe fôra confiada nesse terreno, e o Instituto consegue uma das suas maiores vitórias: a que lhe permitiu salvar do fracasso um dos mais corajosos e mais belos programas lançados por órgãos de estatística — o do levantamento da estatística da educação integralmente conforme com o disposto no Convênio Inter-administrativo de 20 de Dezembro de 1931

Sobrevêm, mais tarde, a necessidade de aumento das verbas do Instituto e a questão do financiamento do Recenseamento Geral da República Agita-se a questão da autonomia financeira da instituição, considerada — não em relação a cada um dos seus órgãos executivos, que são dependências normais dos ministérios e das administrações estaduais ou municipais — mas no seu conjunto, na sua personalidade jurídica como órgão de alguma sorte paraestatal, o único da organização político-administrativa brasileira que goza dêste privilégio — o de se constituir a um só tempo mandatário das três ordens políticas da República, assumindo assim, por sôbre a natureza federal, estadual e municipal que indiscutìvelmente lhe compete concomitantemente, por fôrça das delegações do "pacto político" que é a Convenção Nacional de Estatística, o caráter de uma "entidade nacional" na significação mais rica desta expressão Quero dizer: assume o caráter de "nacional" em tôdas as maneiras por que se queira tomar a siginifcação do vocábulo. *

Pois, bem, meus senhores Se periclitasse esta tese, se o govêrno retrocedesse, o que importaria em "denunciar" a Convenção que êle próprio promoveu, e se o Instituto passasse a ser, não mais que uma simples repartição federal, — estariam, é claro, obliteradas suas virtualidades específicas, e exatamente aquelas que lhe garantem o êxito na obra ingente que lhe cumpre executar Obra que, por ser fundamental à vida da Nação, nem por isso deixa de constituir, num país como o Brasil, um dos mais complexos, angustiosos e difíceis problemas oferecidos à clarividência, energia e patriotismo dos seus dirigentes

Era, pois, uma questão de vida ou de morte para a instituição, que se lhe mantivessem integralmente os foros, os privilégios e a liberdade de movimentos que constituíam o penhor mesmo da sua eficiência, do altíssimo potencial de ação de que se conseguiu dotar — condição *sine qua non* da vitória que a Nação esperava E o Instituto venceu A sua autonomia lhe foi mantida E todos os recursos de ação lhe foram concedidos, sem ficarem atingidos os preceitos básicos do seu estatuto orgânico O reconhecimento do significado ímpar dessa vitória veio de uma autorizada fonte, em condições que honram extraordinàriamente o Brasil Proveio êsse reconhecimento do 8º Congresso Científico Americano reunido o ano passado em Washington, o qual votou sua Resolução nº 10, nestes expressivos têrmos:

"Considerando que a planificação e coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de govêrno federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade;

Considerando que a Nação Brasileira empreende essas tarefas com coragem, inteligência e habilidade, obtendo resultados que são de grande interêsse e de muita importância para os estatísticos de outras nações americanas;

---

* Nesta parte do discurso, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares reportou-se a trecho do que pronunciou por ocasião do 3º aniversário da entidade, no qual acentuava o fato de encontrar-se ela, como sistema vivo, completa no sentido de suas três dimensões (v 73)

Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou ao Oitavo Congresso Científico Americano uma magnífica brochura, na qual dedica ao Congresso três documentos fundamentalmente característicos, relativos à estrutura, princípios orientadores e influência político-administrativa do Sistema Estatístico Brasileiro, o Oitavo Congresso Científico Americano resolve:

Manifestar sua gratidão ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por êsse generoso e valioso tributo, e louvar a Nação brasileira pelo impressionante desenvolvimento da sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional."

Segue-se a integral realização do voto brasileiro É criado, com evidente harmonia de princípios com a iniciativa e a experiência do Brasil, o Instituto Inter-Americano de Estatística, para o qual, evidentemente como consagração do êxito que havíamos conseguido, e em virtude de expressiva votação e da atitude de cavalheirismo do organizador do Instituto, o Senhor Stuart Rice, é eleito para seu primeiro Presidente um estatístico brasileiro

Mas, Senhores, a quem devemos esta extraordinária vitória, que nos assegurou a intangibilidade dos nossos princípios institucionais e estatutários? Ao Chefe do Govêrno em primeiro lugar, é certo, e por isso mesmo já lhe prestamos hoje uma justíssima homenagem Mas devemo-lo substancialmente ao espírito lúcido e patriótico do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que compreendeu o sentido da nossa obra, os superiores imperativos da sua missão, a *sacralidade*, digamos assim, do princípio de autonomia decorrente necessàriamente da inter-vinculação politica das três ordens de Govêrno, como *substratum* e fundamento da sua própria existência. E os princípios que tão sàbiamente vão orientando a reorganização administrativa brasileira, sem lesão para êles próprios nem para os nossos, deixaram-nos livre o campo em que as atividades supervisionadoras e coordenadoras do Instituto devem e *podem* exercitar-se, para estabelecer a unidade de ação e a centralização de resultados Isto, porém, sem constranger a autonomia dos Governos regionais e locais, graças àquela característica específica de que politicamente se revestem, isto é, a de emanarem simultâneamente, por delegação legítima, e sem nenhuma *capitis diminutio*, politicamente falando, para as três ordens autônomas do govêrno que a Carta Constitucional da Nação Brasileira sàbiamente manteve, ao conservar-nos o regime federativo

A transcendência dêstes fatos não escapará a nenhum espírito

Na ordem constitucional, o Instituto ainda existe, e o Instituto tem vencido, porque o Departamento Administrativo do Serviço Público bem o compreendeu tal qual foi êle desde a sua primeira hora e deve continuar a ser

Mas na ordem material, não menos valioso e decisivo apoio nos prestou o nosso preclaro homenageado Refiro-me à conservação das Oficinas Gráficas do Instituto.

Sem *receber* informações, de um lado, e sem *prestar informação*, por outro lado, não pode existir uma organização estatística digna dêsse nome Para *receber* as informações e lhes imprimir a manufatura técnica necessária, é indispensável, já vimos, que o país tenha o seu sistema estatístico adaptado às próprias peculiaridades territoriais, sociais, administrativas e políticas E essa adaptação consiste exatamente no prevalecimento dos princípios normativos que, por uma vinculação política específica e *sui generis*, informam o nosso sistema Mas, para *prestar* informações, é indispensável um elemento material — um eficiente serviço gráfico

Em memorável documento, nas pugnas demoradas e decisivas para que o país pudesse conseguir o que possue impresso em matéria de estatística geral, referentemente ao período anterior à "Era do Instituto" em nossa história administrativa, foi vantajosa e vitoriosamente sustentado que a utilidade dos serviços estatísticos está na dependência mais direta possível, da posse de oficinas gráficas privativas, trabalhando sob a responsabilidade dêles, — e para êles, privilegiadamente, — nas condições especialíssimas que a vulgarização estatística exige

Sobrevém, porém, a unificação dos Serviços Gráficos da União E a preocupação das soluções radicais, defrontando-se com a existência das nossas várias Oficinas Gráficas, procurou abrangê-las na unificação planejada Isto contrariava uma velha tradição da estatística brasileira E isto desconvinha enormemente às realizações da estatística nacional Mas o Instituto sabe transigir, e compreende bem as situações e os interêsses gerais e superiores da administração Seria pouco defensável sua posição se tentasse conservar as Oficinas Gráficas das diretorias ministeriais de estatística. Porque se êsses órgãos mantêm, pela nossa lei orgânica, suas normais articulações administrativas, êles não se poderiam furtar a um plano de racionalização dos serviços ministeriais, considerados no seu conjunto Mas o Instituto já

82

possuía também, em virtude de cláusula convencional, um Serviço Gráfico instituído cooperativamente, mediante hábil fórmula, pelos Governos signatários da Convenção de 1936. E essas Oficinas, a êsses Governos pertencem coletivamente, enquanto não se dissolver a entidade para cuja instituição se solidarizaram. Apesar disso imaginou-se, e foi dito, mas não é evidentemente exato — porque a nossa oficina, por isso que constitui propriedade de uma entidade de natureza federativa, não pertence à União Federal, — foi dito que a continuação dessa tipografia em mãos do Instituto quebrava o princípio de unificação dos serviços gráficos federais.

O passo era grave e decisivo para os destinos da estatística brasileira. Perdidos os serviços gráficos privativos do Instituto, enquanto entidade de natureza inter-administrativa, perdidas estariam tôdas as vantagens que nos trouxeram os princípios fundamentais da instituição. Seríamos uma máquina a trabalhar no vazio. Ou pior do que isso: obteríamos a matéria-prima, as informações — se é que continuássemos a obtê-las convenientemente, sem a correlata publicidade — obteríamos êsse material, trabalha-lo-íamos convenientemente, mas os nossos produtos, os resultados que a Nação espera de nosso esfôrço, os frutos de que ela tanto carece e que ela paga bem caro, cairiam pêcos nos arquivos, ou apareceriam tardios e murchos, sem prestar de todo, ou prestando muito mal, os benefícios que dêles a Nação espera. Nenhum êrro maior do que êste; nenhuma auto-destruição mais absurda do que esta. Era preciso evitar a todo o custo que uma apreciação superficial dos fatos viesse novamente reduzir o país à impotência em matéria de estatística, inutilizando ao mesmo tempo, por um lapso fatal de observação, os nossos próprios princípios institucionais, de que a Nação tantos benefícios ainda pode retirar.

Mercê de Deus, conseguimos substancialmente o nosso objetivo. Não nos foi dado, é certo, conservar no Serviço Gráfico do Instituto algumas máquinas que o enriqueceriam vantajosamente, retiradas do acervo das nossas antigas oficinas ministeriais. Elas talvez nem chegassem a fazer falta à Imprensa Nacional, que já dispunha de maquinario excessivo. E ao Instituto seriam elas utilíssimas, permitin-

IV ANIVERSÁRIO DO IBGE — Durante as comemorações do quarto aniversário do IBGE reuniu-se a Junta Executiva Central, realizando-se, nessa oportunidade, a filiação do Departamento de Estatística do Lóide Brasileiro. Na foto, sentados, da esquerda para a direita: Srs. Major-Aviador Lysia Rodrigues, M. A. Teixeira de Freitas, Carneiro Felipe, José Carlos de Macedo Soares, Comandante Eurico Aché Cordeiro e Alberto Martins, De pé, no mesmo sentido: Srs. Cerqueira Lima, Rafael Xavier, Cap. Luiz Ferreira de Castro, Comandante Ribeiro Espíndola, O. da Costa Miranda, João de Lourenço, Heitor Bracet e Amaro Soares de Andrade.

do-nos trabalhar satisfatòriamente em benefício tanto da estatística federal como da estatística dos Estados Mas foi-nos conservado o essencial, o nosso Serviço Gráfico Central. O que já vale muitíssimo por si mesmo, e mais ainda pelo fato de ficar reconhecido definitivamente, como decorre da sua conservação, o caráter de cooperativa política *sui generis*, que reveste a estrutura jurídico-política do nosso Instituto.

Mas, meus senhores, qual foi a mão amiga que ainda neste passo amparou o Instituto? De onde veio o parecer favorável à nossa causa, parecer que, necessàriamente, seria decisivo no caso? Quem interveio a nosso favor foi aquêle mesmo paladino da nossa primeira hora — esta figura moça mas já precocemente austera e amadurecida de homem público o Dr Luiz Simões Lopes.

Outros, muitos outros fatos, também relevantes, poderíamos ainda relembrar miudamente, expressivos todos êles de uma benemerência sem par do nosso ilustre homenageado em face desta instituição

A sistematização das denominações dos nossos serviços; a elevação, por proposta desta presidência, do padrão de remuneração dos diretores das repartições centrais de estatística; e tantas outras medidas — poderiam enumerar-se aqui em extenso rol. Basta, porém, que assinalemos um outro fato de marcante significação para os destinos do Instituto.

O primitivo projeto do nosso sistema previa a articulação, no seu seio, entre os serviços geográficos e os serviços estatísticos.

Peripécias diversas não permitiram logo a instituição da segunda ala em que pensara o Presidente Getúlio Vargas — a dos serviços geográficos. Mas a própria experiência do Instituto Nacional de Estatística demonstrou, — mesmo aos mais pertinazes opositores à idéia de chamar os serviços geográficos à cooperação inter-administrativa, — que essa convocação era não sòmente possível, mas necessária e oportunissima E as circunstâncias foram evoluindo, tornando possível a realização integral do grandioso pensamento do Chefe da Nação Muitas, entretanto, eram as dificuldades a vencer, e passos prudentes e seguros haviam de ser dados, a fim de se conseguir, como convinha, realizar a idéia em ambiente de completo congraçamento de vontades, depois de uma prévia harmonização das opiniões que antes se haviam entre-chocado Os atos, nesse sentido, foram sendo obtidos cautelosamente, uns depois dos outros, sem atritos, nem melindres feridos E mais uma transcendente realização conseguiu o Govêrno Getúlio Vargas, constituindo, afinal, o sistema dos Serviços Geográficos Nacionais como ala integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ainda aqui, porém, meus Senhores, permitiram os bons signos do Instituto que, a amparar e reforçar as iniciativas desta Presidência, estivessem constantemente a boa vontade incansável e a habilidade extraordinária do nosso grande Amigo a influir nos conselhos do Govêrno e conduzindo os acontecimentos com insuperável maestria em direção à meta que almejávamos.

Creio ter deixado bem claro que é imensa e irresgatável a dívida do nosso Instituto para com o Doutor Luiz Simões Lopes.

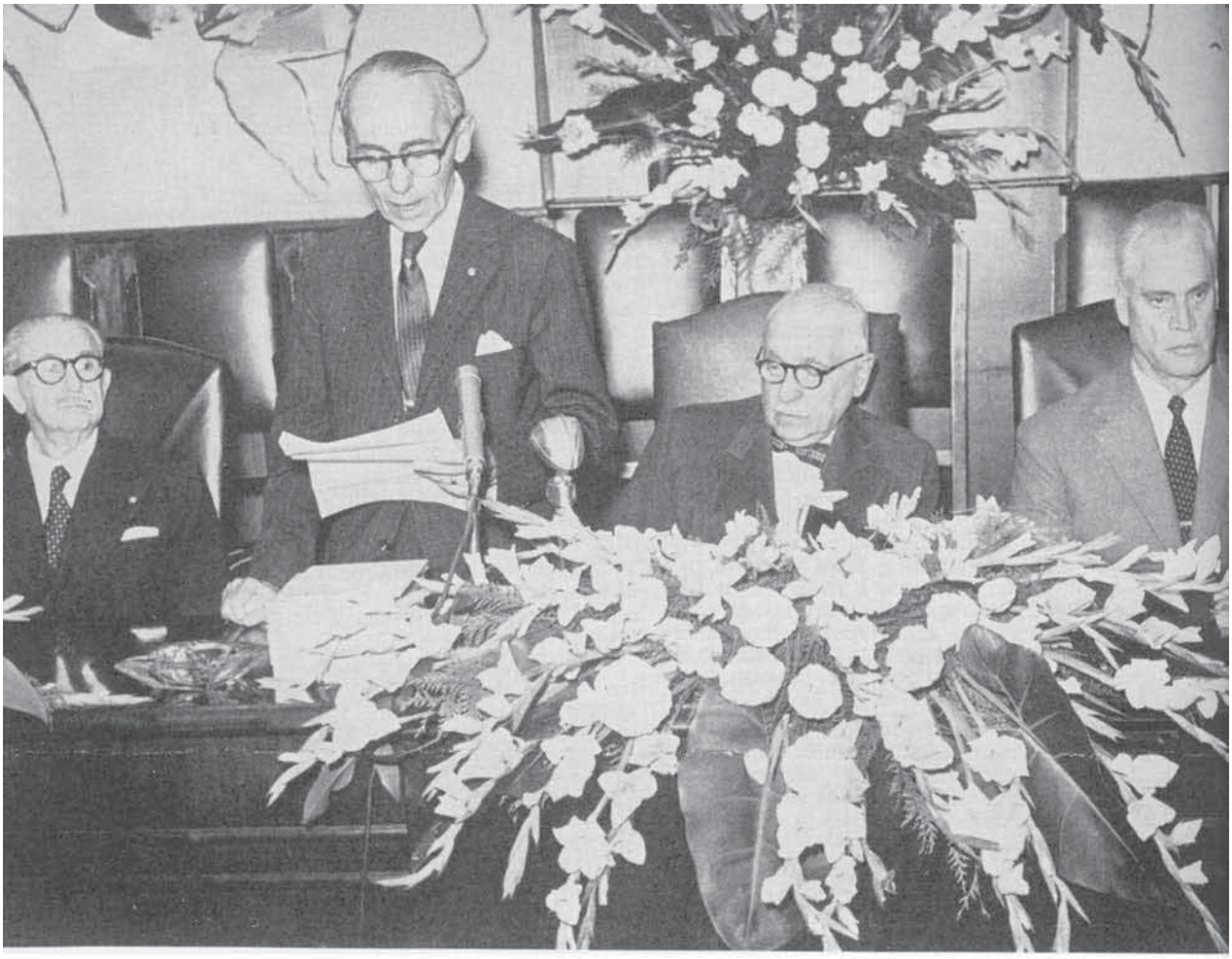
Entretanto, outros motivos indiretos, ainda nos levam a consagrar-lhe uma grande admiração Quero referir-me aos seus outros serviços ao Brasil.

Para exaltar o vosso grande mérito, Dr. Luiz Simões Lopes, não preciso acompanhar as fases pregressas de vossa operosa mocidade, em cujo decurso já se veio precocemente revelando e firmando o vosso extraordinário espírito público e o pendor para as tarefas da racionalização administrativa.

Posso dar testemunho — e faço-o com grande satisfação — de que a obra renovadora do Presidente Vargas teve em vós um dos mais dedicados auxiliares. Talvez não se possa citar, no período de 1931 a 1934, um só setor da administração brasileira em relação ao qual não se tenha verificado uma inteligente, patriótica e conciliadora colaboração de vossa parte, no encaminhamento dos assuntos levados ao exame do Senhor Presidente da República e por vós estudados na qualidade de Auxiliar de Gabinete do Chefe do Govêrno. E mesmo depois daquêle último ano, já em conseqüência dos deveres do vosso cargo, que afetam quase tôda a administração federal, já em virtude da merecida confiança com que vos distinguiu o Presidente Vargas, enorme tem sido vossa influência no desenvolvimento da larga política que se tem realizado no Brasil, de seleção de valôres, de inovações corajosas, de racionalização dos serviços, de modernização dos métodos e processos na direção da coisa pública

Contudo, o vosso verdadeiro título de glória está no esfôrço de verdadeiro estadista que soubestes empregar pertinazmente no sentido de renovar, ordenar e sanear os velhos e carunchosos quadros da máquina burocrática brasileira

Num labor sem tréguas, em vigílias repetidas que iam quase de sol a sol, dirigistes o trabalho de um pugilo



1961: sessão solene, presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ladeado pelos srs. Desembargador Florêncio de Abreu, Rafael Xavier e Marechal Juarez Távora.

de homens de pensamento e de homens de ação, preparando o verdadeiro monumento que foi o projeto da lei n.º 284, e as tabelas e demais elementos que a execução daquêle diploma legislativo exigiu.

Promulgada a lei, sois chamado a presidir o Conselho Federal do Serviço Público Civil, e com bravura inexcedível, na mais perfeita isenção de ânimo, sobranceiro a tôdas as contingências, evitando erros quanto humanamente era possível, pusestes em jôgo uma habilidade admirável de dominar as circunstâncias que haveriam fatalmente de ser adversas a uma renovação tão larga como a que era preciso realizar. E levastes a efeito, graças à vossa tenacidade irresistível, um grande, um extraordinário objetivo de reconstrução nacional — a reordenação administrativa do serviço público civil brasileiro.

Tôda uma sábia legislação vos é devida. Tôda uma esclarecida jurisprudência se acumulou sob vossa sempre vigilante e cuidadosa orientação, sem nunca vos desviardes da linha norteadora que vos apontara o Presidente Vargas. Tôda uma larga e moderna planificação de reformas salutares resultou dos vossos labôres. E tudo isto realizado sem condescendências pessoais, mas com um consumado espirito de transigência diante das dificuldades que, não podendo ser vencidas de frente, numa arrancada fulminante, haveriam de ser superadas com paciência e habilidade, em marchas de flanco àgilmente conduzidas.

Novos esquemas, novas diretrizes, novos modelos, novas instruções, novos métodos, novos processos foram introduzidos em todos os serviços. A felicíssima supressão da efetividade nos cargos de chefia, que em boa hora propugnastes, permitiu a seleção dos melhores valôres para os postos de direção. E o princípio da habilitação sistemática à função pública mediante concursos moralizados e exigentes, iniciou uma fase de elevação gradual do nível de capacidade intelectual do funcionalismo brasileiro. A par disso promovestes com oportunidade e acêrto uma política de aperfeiçoamento de novos valôres da administração, por meio de viagens de estudos ao estrangeiro, de prêmios a trabalhos inéditos reveladores de estudos sérios e capacidade especializada, e ainda de cursos de aperfeiçoamento.

Começastes a influir na criação de um clima especial no trato das gran-

des questões de técnica e ciência da administração, instituindo e distribuindo largamente esta admirável *Revista do Serviço Público,* que é, sem favor, um dos melhores instrumentos de cultura administrativa já utilizados em terra americana

E não satisfeito ainda com a importante obra renovadora realizada no campo da administração federal, já começastes a levar diretamente um influxo poderoso às administrações regionais, conduzindo-as pelas largas avenidas abertas e já perlustradas pelo serviço público da União.

Aí está, meus senhores, o segundo motivo desta homenagem — prestar um preito de justa admiração a uma grande obra realizada com denôdo exemplar, com verdadeiro espírito de sacrifício, em benefício de aspectos fundamentais da vida nacional

Mas se o reconhecimento é o primeiro dos nossos motivos e o desejo de fazer justiça a um benemérito lutador pela grandeza do Brasil é o segundo, temos um terceiro na estima que nos merece o nosso homenageado

Sim, Dr Luiz Simões Lopes, em alto grau tendes feito jus ao nosso aprêço afetuoso Se para isto não bastasse o entusiasmo com que pusestes vossa influência e vossa ajuda prestigiosa ao serviço da nossa causa; se já para aquela estima não tivéssemos motivos de sobra na confiança que sempre vos mereceu a nossa atuação — também ela renovadora, também ela patriótica, também ela necessária aos novos destinos do Brasil, — encontraríamos nós ainda um motivo especial, que não podemos silenciar Êsse motivo é o da vossa solidariedade a certas campanhas que têm surgido dos nossos meios profissionais, dentre os que labutam pelo ideal de um Brasil verdadeiramente senhor de si mesmo, a começar pelo conhecimento do que êle é, do que vale e do que pode. As nossas observações, as vêzes, — e, repetidamente, os nossos números, — têm inspirado todo um conjunto de diretrizes para a renovação brasileira O nosso Instituto, ou alguém do Instituto, tem de vez em quando tomado a palavra para propugnar alguns dos itens do que já poderemos chamar o nosso ideário da reorganização nacional

Pois bem Em quase tôdas as ocasiões em que se ergueu alguma das nossas vozes para pregar ideais de cultura e formular as nossas sugestões quanto ao reajustamento dos quadros nacionais, às garantias da segurança do país pela ocupação efetiva do território nacional e pelo enfeixamento orgânico das energias criadoras da Nação, em quase tôdas essas oportunidades, de que sempre fôstes informado, houve da vossa parte uma atitude de simpatia, de compreensão e de encorajamento

É-nos grato recordar alguns dêstes pontos.

Não é coisa muito sabida que a fase prática, — ou administrativa, digamos assim — da campanha em prol da simplificação e racionalização da ortografia do idioma nacional, partiu de um dos diretores de repartição de estatística, o qual agiu sob a sugestão das suas observações relativamente à lamentável incerteza e erronia que reinavam quanto ao uso escrito do idioma, tanto na administração pública, quanto no ensino E não só a propaganda como a agitada movimentação das medidas que o assunto exigiu, tiveram em vós um dos mais esforçados paladinos Foi mesmo uma representação vossa que deu lugar aos atos do Govêrno que reconheceram afinal não haver sido proibido pela Constituição de 1934 o uso da ortografia das Academias, tendo permanecido assim inteiramente válidas as disposições tanto do Decreto de 1931 como do de 1933 E estando agora o Instituto empenhado em obter permissão para praticar integralmente o sistema acadêmico, sem embargo das regras de acentuação e das limitações constantes do Decreto n º 292, de 1938, o qual, por evidente equívoco, sacrificou a integridade do sistema que êle próprio em seu artigo primeiro declarava irrestritamente obrigatório no país, — certo não nos faltará também neste passo o vosso prestigioso apoio, pois já agora o assunto tanto interessa ao IBGE como ao DASP Assim esperamos porque, afinal, o que desejamos é que prevaleça a unidade ortográfica do idioma nacional na forma hábil em que a fixaram os decretos de 1931 e 1933, isto é respeitando as tradições e as tendências da língua e atendendo as diferenças de prosódia entre os povos que falam o idioma, mas sem quebrar a unificação das normas assentadas, nem, muito menos, admitir dois sistemas de acentuação Mesmo porque, se dupla maneira de acentuar prevalecesse, conforme pode aparentar haver decorrido do decreto de 1938, nem se teria a unidade gráfica da língua, nem tampouco estaria prevalecendo a obrigatoriedade da ortografia interacadêmica que o mesmo decreto firmou, nem mesmo estaria sendo obedecido o decreto de 1933, onde se atribuiu às Academias acordantes — como, aliás, é lógico e legítimo — a fixação das normas complementares que a prática do sistema exigir E sem que se incorporem também ao sistema — cumpre lembrar — as novas quatro regras recentemente assentadas entre as duas

86

Academias, não estaria sendo cumprido o disposto no artigo 4º do decreto nº 23 028, de 2 de Agôsto de 1933 O que tudo nos faz esperar que os esforços empregados pelo Instituto e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda em prol da verdadeira e definitiva unificação da ortografia nacional, sob os auspícios e a supervisão autorizada da Academia Brasileira de Letras, terão a secundá-los a solidariedade do Departamento Administrativo do Serviço Público, trazendo-lhes, assim, o penhor de uma rápida vitória, — aliás uma das belas vitórias da cultura nacional

Também tem o Instituto procurado, por várias das suas vozes, demonstrar que a sua própria experiência já poderia ser vantajosamente aproveitada em favor de setores outros da administração, que são de fundamental importância para o País, mas ainda se acham insuficientemente explorados Essa sugestão resulta, como coisa óbvia, do fato mesmo de serem as atividades administrativas dos aludidos setores — isto é, o do fomento agrícola, o da expansão rodoviária, o da educação primária e profissional e o da assistência médico-sanitária — exercida necessária e simultâneamente pelas três ordens autônomas de govêrno, o que exige correlatamente uma articulação orgânica entre elas, a fim de que se não tornem dispersivas, nem contraditórias, ou inoperantes

Pois também essas nossas sugestões mereceram a vossa solidariedade, cumprindo mesmo lembrar, aliás, que a medida, no que concerne à educação, chegou a ser objeto, graças à vossa intervenção, da lei nº 24 787, de 14 de Julho de 1934, a qual, se houvera podido ser executada, talvez já tivesse trazido mais um depoimento valioso sôbre as virtualidades do princípio de cooperação inter-administrativa

Poderia levar muito longe a enumeração Mas vamos resumí-la aludindo apenas às simpatias que tendes demonstrado por mais alguns pontos do nosso ideário cívico Bastará que recordemos os mais importantes e a cujo respeito os nossos números já tenham dado testemunho favorável

Um dêles é o reajustamento do quadro das circunscrições políticas, segundo fórmulas que, respeitando fundamentalmente o *statu quo* territorial das atuais unidades federadas e atendendo a tôdas as legítimas solicitações da tradição e do espírito regionalista bem entendido, consiga, sem atritos nem choque, fixar um nôvo quadro político em o qual se verifique o equilíbrio entre os âmbitos geográficos dos Estados, segundo o padrão de São Paulo e Rio Grande do Sul Êsse equilíbrio seria o fundamento da equipotência futura — tão desejável — e que ocorreria, por certo, desde que correlatamente se interiorizasse a Capital da República e se estimulassem o povoamento, a colonização e a abertura das vias de comunicações, a despertar os recursos virtuais, tanto da terra, como da gente brasileira

Outro ponto, — que constitui, quiçá, um complemento do primeiro, é o da revitalização do quadro municipal, pela distribuição dos municípios em consórcios, formando um nôvo quadro territorial — o dos departamentos, de forma que a órbita do govêrno local se representasse pelo binômio departamento-município, incumbido, aquêle, da administração relativa às obras novas, e o segundo, da administração dos serviços e melhoramentos a serem apenas conservados Medida esta, sem dúvida, capaz de provocar o surto daquela rêde que deve cobrir todo o território nacional em malhas uniformes, constituída de poderosos centros urbanísticos, mantidos como sedes dos governos departamentais e dos órgãos regionais necessários à administração tanto estadual como federal. Centros que, assim artificialmente instituídos e mantidos, são por certo o único recurso seguro para a obra colonizadora extensa e profunda de que carece urgentemente o Brasil

Também vos mereceram, finalmente, simpatia e aplauso as idéias que temos agitado no sentido de se criarem os instrumentos adequados para aquela atividade colonizadora Êsses instrumentos seriam, de um lado, as Colônias-Escolas, isto é, estabelecimentos em que as famílias brasileiras não adaptadas, ou mal adaptadas, à vida agrícola, fôssem internadas por um ou dois anos, afim de ali aprenderem a trabalhar e — poderíamos dizer — a *viver e conviver,* conquistando o direito a uma existência feliz, e tornando-se elementos válidos e prestantes da comunidade nacional. E a completar, de outro lado, a ação das Colônias-Escolas — e êle próprio uma escola e uma "arma de colonização" — o Exército do Trabalho — a Legião Colonizadora, em cujo seio, como parte integrante da organização militar de defesa nacional, se transformassem as multidões parasitárias que enxameiam as cidades e até os campos, em falanges disciplinadas de trabalhadores da reconstrução nacional, os quais assim estariam também aprendendo a exercer ùtilmente suas atividades, e a *viver,* tomando a si, primeiro, as obras públicas que a verdadeira colonização e a verdadeira urbanização no Brasil exigem, e tornando-se êles próprios, depois, os excelentes colonos que então estariam em condições de ser, aptos a

enriquecer a economia nacional e a *ocupar* o Brasil despovoado, — uma vez fixados em tôrno às novas cidades que fôssem sendo abertas, — mas constituindo, ao mesmo tempo, reservas úteis das fôrças armadas.

Revelando aqui, de público, estas vossas simpatias, bem como o apoio e o aplauso que vos têm merecido as idéias de reconstrução do Brasil que as investigações da geografia e da estatística nos têm sugerido como as mais consentâneas com as realidades nacionais, o mesmo é que comprovar as afinidades de pensamento e de sentimento de que surgiu a afetuosa estima de que sois credor em face de quantos trabalham nesta Casa

---

Bem claro está que não é uma manifestação banal de agrado a uma alta autoridade, esta que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística julgou devida a um grande Amigo, ao festejar o quinto aniversário da sua instalação É, sim, a justa proclamação de um verdadeiro mérito, e o não menos justo reconhecimento de uma dívida de estima e gratidão que se não pode resgatar

Ao fazê-lo, senhor doutor Luiz Simões Lopes, pedimos licença para vos oferecer essa estante, como lembrança permanente da instituição que nos ajudastes a criar e desenvolver, infundindo-lhe o vigor de que carece para realizar sua grandiosa missão. O que se contém nesse móvel — publicações de estatística e de geografia, mapas do Brasil e a legislação e questionários do Recenseamento Geral da República, — êsses livros, essas cartas e essas fórmulas vos testemunharão que os vossos esforços não foram vãos, que a vossa confiança não foi iludida, que as vossas esperanças não se frustraram E demonstrarão que o "IBGE" — o vosso Instituto — está cumprindo galhardamente o seu belo destino.

Que estas nossas palavras, tanto quanto esta lembrança, sejam penhor irresgatável da gratidão, da admiração e da afeição que constituem o tríplice motivo desta singela mas calorosa homenagem

A isto juntamos, senhor doutor Luiz Simões Lopes, os nossos votos por que a jovem e nobre figura do Presidente do DASP continue vitoriosamente a sua carreira pública, levando aos conselhos do Govêrno o concurso inestimável da sua inteligência e prestando à reconstrução do Brasil a ajuda poderosa das suas energias, do seu devotamento, do seu entusiasmo, do seu patriotismo vigilante e intrépido."

NO 7.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

A seguir, um artigo especial do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, acêrca de atividades desenvolvidas pelo sistema estatístico-geográfico brasileiro, publicado no n.º 14 da RBE.

A passagem do sétimo aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística oferece grato ensejo ao exame da obra de prospecção nacional empreendida pelo vasto sistema de serviços que êle coordena Será essa a melhor maneira de demonstrar, com o recurso à simples objetividade dos fatos, a fôrça admirável do princípio de cooperação que lhe fundamenta a estrutura e sob cujo signo se tracaram as diretrizes de seu programa técnico e cultural

Outras vozes falarão neste mesmo número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, do esfôrco que o país vem realizando, através de seu aparelho de pesquisa estatística e geográfica, afim de desenvolver e aprofundar cada vez mais o conhecimento da vida nacional, na sua expressão multifária Não será mais, todavia, fixar numa visão de conjunto a amplitude e intensidade dêsse permanente trabalho de investigação das nossas condições de existência, sob os múltiplos aspectos em que se desdobram

Compreendendo o território e a atividade humana — refletido o primeiro, na representação cartográfica, e expresso, o segundo, na caracterização numérica — a obra até agora levada a efeito, embora passível de progressivo aperfeiçoamento, já constitui inestimável conquista do espírito de objetividade com que se vai encaminhando a solução dos problemas de base do país Cumpre reconhecer, por outro lado, que essa obra atende, sobretudo ao alto objetivo de organização e uni-

dade em que o Estado Brasileiro encontra os melhores estímulos ao seu esfôrço de construção renovadora, neste período memorável de nossa evolução política a que corresponde a existência do Instituto.

Centralização técnica e descentralização administrativa

Apesar de tôdas as iniciativas verificadas em várias fases de nossa história, o Govêrno instituído em 1930 encontrou o país em situação de absoluta deficiência em matéria de dados estatísticos Fazia-se estatística, é verdade, e em alguns casos — como ocorria, por exemplo, com as do intercâmbio comercial — em apreciáveis condições de segurança. Faltava, entretanto, aos esforços desenvolvidos, a subordinação a certa unidade de plano que prevenisse os perigos dos levantamentos paralelos, sempre conducentes a resultados contraditórios, e evitasse a dispersão de recursos

Nos dois primeiros anos do Govêrno Provisório, várias iniciativas foram tomadas, em benefício dos serviços estatísticos oficiais, com a criação de novos órgãos e modificações nos existentes Entretanto, o problema continuava rebelde às soluções empreendidas, e poucos resultados se faziam esperar das medidas postas em prática

O êxito do Convênio Inter-Administrativo, firmado em 1931, entre as Unidades Políticas da República e o Govêrno Federal, para a uniformização e o aperfeiçoamento das estatísticas educacionais e conexas, estava a demonstrar o caminho certo para colocar duma vez a Estatística Brasileira ao nível das suas responsabilidades, no plano de renovação empreendido pelo Govêrno revolucionário E êsse caminho seria a transferência, para o terreno administrativo, do espírito que preside à nossa própria organização política Refiro-me ao aproveitamento das virtualidades do regime federativo para, através de uma perfeita conjugação de esforços das três órbitas de govêrno, estabelecida num estatuto orgânico fundamental, obter-se a subordinação de tôda a nossa organização estatística a um conjunto de normas, preestabelecidas segundo rigorosos princípios de centralização técnica e descentralização administrativa

Foi êsse o objetivo alcançado, em boa hora, — graças, sobretudo, ao descortino e à clavidência com que o Presidente Getúlio Vargas soube ver o problema — através de três etapas fundamentais: a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística, posteriormente transformado, quando passou a integrá-lo o Conselho Nacional de Geografia, em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; a celebração, dois anos após, da Convenção Nacional de Estatística, que, firmada entre a União e tôdas as Unidades da Federação, congregou num sistema único os múltiplos órgãos de elaboração estatística existentes no país, assegurando à sua atuação perfeita unidade de plano e rigorosa identidade de objetivos; e, por fim, a criação do Conselho Nacional de Estatística, igualmente em 1936, como entidade colegial a que competem a orientação e direção superiores das atividades do Instituto

Instituído o sistema e assegurado o seu pleno funcionamento, quer na órbita federal, quer na regional, as realizações até agora registradas — e que têm dado lugar a pronunciamentos os mais honrosos para o Brasil, como o foram, por exemplo, os do VIII Congresso Científico Americano, reunido em Washington, e o do II Congresso Interamericano dos Municípios, verificado no Chile — essas realizações, dizia, cada vez mais robustecem a convicção de que possui realmente extraordinária fecundidade o princípio da cooperação inter-administrativa A experiência do Instituto, a êsse respeito, vale como um testemunho dos mais significativos, e não se traduz em simples palavras, porque aí está, para melhor exprimi-lo, um conjunto inestimável de empreendimentos e iniciativas que constituem, sem dúvida nenhuma, contribuições das mais valiosas ao seguro conhecimento da terra e da gente brasileiras. Não há exagêro em afirmar que, neste setor, temos feito mais, no último decênio, do que em tôdas as demais fases de nossa evolução histórica

Os primeiros resultados da atuação do Instituto foram assinalados através das sensíveis modificações por que passou a rêde de órgãos regionais de estatística Além da criação dêsses órgãos nos Estados que os não possuíam, foram submetidos a adiantadas reformas os serviços já existentes, de modo que, dentro de curto prazo, dispunha cada Unidade Federada — conforme o previra a Convenção — de um departamento central de estatística, da mais alta hierarquia e dotado dos necessários requisitos de eficiência técnica

De várias maneiras tem o Instituto procurado colaborar na consecução dêsses objetivos Concorre com auxílios financeiros para êsse fim especialmente destinados, põe elementos especializados do seu quadro à disposição das administrações estaduais, para a orga-

nização, reforma ou melhor ajustamento dos respectivos serviços estatísticos; assegura a êsses serviços a necessária assistência, sempre que solicitada; e dispensa constante atenção aos interêsses e necessidades dos diferentes setores do seu sistema regional

Por outro lado, vários serviços estatísticos especializados foram criados, como órgãos colaboradores dos Departamentos centrais, — uns e outros com a sua atuação submetida à autoridade das Juntas Regionais do Conselho Nacional de Estatística nas diversas Unidades Federadas

O Instituto estabeleceu um plano sistemático para a colaboração dos sistemas estatísticos regionais com o federal, fixando as normas para os levantamentos referentes às condições existenciais do País, ou seja não apenas as de natureza física, demográfica e econômica, senão também as de ordem sócio-cultural e político-administrativa Normalizados os inquéritos, com a utilização dos Cadernos A, B e C, cujo plano compreende todos os aspectos das realidades nacionais passíveis de pesquisa, para fins estatísticos, os seus resultados são regularmente divulgados no *Anuário Estatístico do Brasil,* que tivera a sua publicação interrompida depois do número inicial, em 1916, e vem sendo lançado pelo Instituto desde 1936

A difusão das informações compreendidas no *Anuário* é desdobrada sob diversas modalidades: em vinte e duas Sinopses Regionais, que dêle constituem separatas, com acréscimos, uma Sinopse Nacional, em português e inglês, para distribuição no estrangeiro, e vários folhetos de vulgarização especial, entre os quais se inclui o que divulga, em Esperanto, certas informações essenciais sôbre a vida brasileira

O êxito da atuação do Instituto no campo estatístico — atuação que, sou o primeiro a reconhecer, comporta sucessivos aperfeiçoamentos — teria de condicionar-se, antes de tudo, à natureza e possibilidade das fontes informativas Não nos tem escapado também êsse aspecto, de evidente importância para os objetivos que temos em vista

Daí porque o Instituto procura desenvolver campanhas de publicidade, destinadas a criar, no País, uma consciência favorável às pesquisas estatísticas, e, ainda, encaminhar providências, visando o aperfeiçoamento dos registros públicos e a sua extensão a todos os fenômenos estatísticos que a êles podem ficar sujeitos

A êsse respeito, são sempre muito fecundas as sessões anuais da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, pela oportunidade que oferecem para o exame dos problemas técnicos que ainda nos preocupam e a fixação das normas julgadas mais aconselháveis para o seu definitivo encaminhamento

É de justiça ressaltar que as sugestões daquela Assembléia sempre encontram a melhor acolhida da parte dos governos da União e dos Estados, vindo a converter-se, na quase totalidade dos casos, em providências legislativas de grande alcance para os fins estatísticos

A estatística educacional, a médico-sanitária, a da produção, a industrial, a das correntes comerciais e bem assim as sociais e culturais, vão apresentando resultados cada vez mais auspiciosos e caminham, sem dúvida, para uma perfeita regularidade Enquanto isso, procura-se atender a certos aspectos mais particularizados, também passíveis de levantamentos, mediante a instituição de registros adequados e da obrigatoriedade de certos atos que tornem possíveis os mesmos levantamentos É o caso, por exemplo, do registro das indústrias de produtos de origem animal, do movimento dos hóspedes em pensões e hotéis, dos veículos, etc , para não falar, ainda, na instituição, no Código do Processo Penal, do "Boletim Individual", para o levantamento das estatísticas criminais, e das providências referentes à organização, em todo o País, das estatísticas administrativas Foi tornada obrigatória, também, a remessa, aos órgãos estatísticos especializados, de boletins de acidentes no trabalho e de documentos relativos à constituição e vida financeira das sociedades anônimas

Ressalta a tôda evidência o empenho do Govêrno em dotar o País de uma legislação estatística à altura das nossas necessidades e capaz de assegurar ao Instituto os elementos necessários à plena consecução dos seus objetivos, dentro das diretrizes básicas que lhe foram traçadas Várias providências poderia referir, tôdas elas inspiradas por êsse esclarecido propósito Citarei, neste passo, apenas uma, porque haverá lugar para as demais noutros pontos dêste artigo

Refiro-me ao Decreto-lei nº 4 462, de 10 de julho de 1942, que instituiu a obrigatoriedade da prestação de informações para fins de estatística Segundo estabelece, taxativamente, o artigo 1º dêsse decreto, tôda pessoa, natural ou jurídica, domiciliada no

90

território nacional, é obrigada a prestar os informes que, para aquêles fins, lhe forem solicitados, episódica ou periòdicamente, pelos Serviços Federais de Estatística, diretamente ou por intermédio de órgãos da administração regional ou municipal

Além disso, com o fim de obter que as informações periódicas sejam prestadas regular e uniformemente, os Serviços Federais de Estatística poderão determinar, desde que forneçam os modelos convenientes, que as fontes de informação — qualquer que seja a natureza das respectivas atividades — mantenham livros de registro dos fatos que devam ser informados Trata-se, como se vê, de uma providência do maior alcance e que atende a uma constante preocupação do Instituto, dadas as vantagens técnicas que apresentam as coletas automáticas, sòmente possíveis mediante o registro sistemático dos fenômenos a serem levantados estatìsticamente

O aperfeiçoamento cultural e técnico dos servidores da estatística nacional tem merecido especial atenção da parte do Instituto A êsse objetivo estão ligadas três iniciativas principais: a criação de um Curso de Aperfeiçoamento, teórico e prático, para funcionários dos serviços estatísticos articulados no sistema; o lançamento da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão do Conselho Nacional de Estatística e da Sociedade Brasileira da Estatística, já em seu quarto ano de existência, e a realização, a quando das sessões da Assembléia-Geral do mesmo Conselho, de Cursos de Informações de alto nível, a cargo de ilustres especialistas e destinados aos próprios diretores dos órgãos centrais de estatística regional

É fruto, ainda, do ambiente criado pela atuação do Instituto o auspicioso desenvolvimento que vem tendo a Sociedade Brasileira de Estatística, reorganizada em 1940 sob o seu patrocínio e assistência

A elaboração e divulgação, pelos órgãos estatísticos regionais, das contribuições de cada Unidade Federada para as Tábuas Itinerárias Brasileiras, constituem, igualmente, iniciativas dignas de menção, verificadas no mais antigo dos três setores de serviços do Instituto

Merece referência, também, pelo que significa como subsídio do Instituto ao preparo de vocabulários técnicos que dêem precisão e uniformidade à nossa terminologia científica, a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*, — trabalho êsse realizado por um dos consultores técnicos do CNE, o Professor Milton da Silva Rodrigues, e ao qual se dará publicidade ainda êste ano

A integração dos serviços geográficos do País no sistema do Instituto verificou-se precisamente alguns meses antes da instituição do Estado Nacional, em 1937 Sua obra floresceu, pois, tôda ela, no clima da nova política brasileira O Conselho Nacional de Geografia possui organização semelhante à do Conselho Nacional de Estatística, embora a rêde de órgãos geográficos regionais não tenha, na prática, a mesma amplitude do aparelhamento estatístico Neste particular, porém, é interessante referir que, enquanto em 1937 existiam apenas quatro departamentos especializados nos Estados, atualmente êsse número ascende a quatorze, não sendo para desprezar a colaboração que as repartições incumbidas de trabalhos conexos prestam nas Unidades Federadas que ainda não dispõem dos referidos departamentos

Foi por intermédio do CNG que teve cumprimento o Decreto-lei nº 311, de 1938, pelo qual se pôs fim à situação verdadeiramente caótica em que se encontrava o quadro territorial do País, para dar lugar à rigorosa sistematização a que ora obedece Pela primeira vez se pôde conhecer, com segurança, e nas suas condições reais, a divisão judiciária e administrativa do País Procedeu-se, para isso, à descrição sistemática, segundo normas racionalizadoras prèviamente estabelecidas, dos limites dos 1 574 municípios e 4 842 distritos, cujas sedes — cidades e vilas, respectivamente, por fôrça da lei — estão com os seus perímetros urbanos e suburbanos perfeitamente delimitados Fêz-se, além disso, o levantamento dos mapas de tôdas as nossas circunscrições municipais, trabalhos êsses cuja apresentação nesta capital, numa grande revista de mostra, constituiu um acontecimento de tanta significação técnica e cultural para os anais do Instituto Além dessa campanha, e das coordenadas das sedes municipais, e das altitudes das principais localidades e a do levantamento aerofotogramétrico de certas áreas importantes, estão permitindo o preparo da nova carta do Brasil ao milionésimo, em 50 fôlhas, contribuição do nosso País à carta mundial

Instituindo um concurso de monografias municipais, vem colhendo o Conselho resultados os mais auspiciosos, que asseguram a posse, em breve prazo, de uma documentação valiosíssima sôbre os mais diversos aspectos do território brasileiro

Conseguiu ainda o CNG a sistematização dos trabalhos cartográficos e bem assim generalizar a adoção, na administração do País, de um quadro da divisão regional do Brasil no qual se teve em vista o agrupamento de Unidades Federativas realmente ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características, e que apresentam aspectos comuns formadores de conjuntos peculiares

A atuação da ala geográfica do IBGE apresenta-se ainda de considerável importância no aperfeiçoamento do pessoal dos serviços cartográficos, tanto da capital do País como dos Estados, através de cursos de acentuada feição prática

Noutro campo mais largo de influência, está cooperando decisivamente para que retome sua regularidade a realização bienal dos Congressos Brasileiros de Geografia, o primeiro dos quais nesta nova fase, reunido em Florianópolis, alcançou o mais brilhante êxito O contato com os geógrafos e com todos os cultores da geografia, em nosso meio, é, aliás, mantido pelo Conselho graças a diversas iniciativas culturais e, sobretudo, à publicação regular da *Revista Brasileira de Geografia* Essa função agregadora do CNG tem ainda agora um papel saliente na arregimentação e na preparação psicológica dos geógrafos brasileiros em face do estado de guerra, mantém-nos em vigilância contra os inimigos da Pátria e concita-os ao maior esfôrço pela Vitória

Mas, ainda não mencionei a maior parte das tarefas que o órgão centralizador das atividades geográficas nacionais está realizando, nem todos os seus serviços de campo e de gabinete, tais como, entre os primeiros, a participação direta nos trabalhos de demarcação dos limites entre Minas Gerais e Goiás, o concurso prestado à expedição cientifica promovida pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura ao Estado de Mato Grosso, e as pesquisas levadas a efeito nos arredores de Goiânia Entre os trabalhos de gabinete, quero destacar ainda, além dos necessários ao preparo da Carta Geral, a que já me referi, numerosos mapas, cartogramas e gráficos de interêsse para o estudo da geografia brasileira, a coleta de uma excelente documentação geográfica, a elaboração do *Dicionário Geográfico Brasileiro*, já em franco andamento, e, em cumprimento ao Decreto-lei nº 3 599, de 6 de setembro do ano passado, os estudos para a sistematização da nomenclatura das estações ferroviárias e a eliminação da duplicata dos nomes de povoados e demais localidades

A reunião, em 1942, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, verificou-se, como a do Conselho Nacional de Estatística, na nova capital goiana, onde se encontraram delegados dos governos regionais, representantes dos Ministérios interessados e um numeroso grupo de especialistas Êstes últimos ministraram um proveitoso Curso de Informações Foram debatidos, nessa oportunidade, os assuntos de maior relevância e atualidade para os serviços geográficos brasileiros, especialmente em face de problemas da segurança nacional

Com uma firme e patriótica decisão, e graças, também, ao apoio dos geógrafos brasileiros e de ilustres mestres estrangeiros ora no Brasil, o Conselho vem realizando uma obra por todos os títulos digna de aprêço, cumprindo satisfatòriamente os objetivos que o Presidente Vargas teve em vista, quando reuniu em 1937, ao órgão já então incumbido da centralização dos serviços estatísticos, um aparelho destinado à centralização dos serviços geográficos, de modo que uns e outros se auxiliassem e completassem recìprocamente, assegurando, por essa forma, um conhecimento cada vez melhor do Homem e da Terra do Brasil

Vinte anos depois da realização do quarto recenseamento geral do Brasil, cujas indagações compreenderam apenas os aspectos demográfico, agrícola e industrial, coube ao Estado Nacional empreender a operação censitária de maior envergadura já tentada na América do Sul, não apenas pelo grande volume da massa de população a recensear, mas pela extensão e profundidade das indagações, em sete diferentes censos o demográfico, os econômicos — agrícola, industrial, comercial, de transportes e comunicações e de serviços — e o social

Foi um cometimento arrojado, com o qual o Govêrno demonstrou sua alta e honrosa confiança na entidade centralizadora das atividades estatísticas e geográficas do país E, para o Instituto, constituiu uma oportunidade para pôr à prova a experiência que vinha realizando, das virtualidades da cooperação inter-administrativa, e, ao mesmo tempo, aferir os grandes préstimos que em tal oportunidade poderia esperar dos sistemas por êle mantidos na pesquisa constante das realidades nacionais De fato, foi preciosa a colaboração prestada, para os trabalhos básicos indispensáveis ao lançamento dos censos, pelos serviços geográficos e estatísticos, do mesmo modo que a êstes aproveitará fundamentalmente o resultado das investigações censitárias

92

Para um país como o nosso, a que faltava inteiramente aquilo que o saudoso mestre Bulhões Carvalho, "Fundador da Estatística Geral Brasileira", chamava de "tradição censitária", o Recenseamento Geral de 1940 constituiu uma corajosa emprêsa, cuja organização e execução recomendam a competência dos técnicos brasileiros Valeu, também, por uma prova da boa receptividade do povo em relação às iniciativas de legítimo interêsse nacional, e revelou, ainda, um sadio clima de confiança e apeciável espírito público nas diversas camadas sociais A absoluta ausência de dissenções políticas permitiu que a coleta censitária se processasse em todo o país sem choques de qualquer natureza, quase não se fazendo uso, senão em raríssimos casos, das medidas penais previstas na legislação competente

Os trabalhos do Recenseamento, dirigidos por um reputado cientista patrício, o Professor J Carneiro Felipe, foram na sua fase preparatória e são ainda agora orientados por uma ilustre comissão de técnicos, com a colaboração de eminentes figuras representativas da cultura nacional

Sob a direção imediata do Sr Rafael Xavier, cujas qualidades de organizador já foram postas em relêvo noutros importantes setores da administração pública, estão em vigoroso andamento, na respectiva Divisão Técnica, os serviços de crítica final, codificação e apuração mecânica

São impressionantes algumas das revelações que os resultados preliminares propiciam, exprimindo o notável ritmo de progresso do Brasil contemporâneo Êsses testemunhos teriam de constar, evidentemente, de um enorme volume de questionários, cuja coleta, crítica e apuração assumem um vulto jamais excedido por outro empreendimento técnico - administrativo de nossa história, deixando a perder de vista o dos trabalhos do censo de 1920 De fato, o crescimento verificado na população — de 30 para 41 e meio milhões —, no total de propriedades agrícolas — de 600 mil para cêrca de 2 milhões —, na soma de estabelecimentos industriais — de pouco mais de 13 500 para aproximadamente 52 300 —, para só falar nas indagações comuns a ambos os recenseamentos, bem assim o aprofundamento dessas pesquisas, como já referi, deram lugar a que a tarefa de agora assumisse tão vastas proporções

No entender dos especialistas, não seria possível obter de uma operação censitária maiores proveitos, quanto à revisão das estimativas há longo tempo em curso, do que os alcançados com o primeiro censo do Estado Nacional Por outro lado, sentem todos quantos estão a par da profundidade das indagações dos inquéritos lançados, que o material, dentro em breve ao dispor dos administradores e dos estudiosos, é de uma riqueza inestimável, e tanto mais sugestivo quanto se refere, em parte, a aspectos — até então inteiramente ignorados — do *complexus* de um país jovem, em um período importantíssimo de sua história

Não tenho dúvida em afirmar que tão minucioso balanço da vida brasileira ficará como um dos notáveis serviços prestados ao país pelo benemérito govêrno Getúlio Vargas e que exercerá uma decisiva influência na obra de reconstrução nacional a que se entrega a atual geração

Há ainda uma série de fatos na vida do Instituto, não enquadrados no campo de especialização técnica das três alas da entidade e que nem por isso são menos significativos Refiro-me à expressiva atuação cívica e cultural por êle desenvolvida nestes últimos anos, com uma notável repercussão dentro e fora do país Haja vista sua participação nas comemorações do "Dia do Município" e do cinqüentenário da Encíclica *Rerum Novarum;* em congressos internacionais — como o VIII Congresso Científico Americano e o II Congresso Interamericano de Municípios — com resultados tão desvanecedores para o bom nome do Brasil, na I Conferência Nacional de Educação, à qual dedicou um excelente documentário de mais de 1 200 páginas, depois distribuído a milhares de estudiosos e interessados no país e no estrangeiro, e na campanha pelo prevalecimento integral do acôrdo ortográfico firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, e oficializado pelo nosso Govêrno

Não deve ser esquecida, entre as iniciativas do Instituto, a distribuição feita a tôdas as escolas primárias do Brasil, de um mapa do território nacional, na escala de 1:6 500 000, provendo, assim dessa indispensável peça de equipamento escolar inúmeras classes do interior que ainda não a possuíam

Dentro dessa ordem de atividades, quis o Instituto empregar o seu melhor empenho para que realçasse tôda a grandiosidade do acontecimento nacional que devia ser, e realmente foi, a inauguração da nova capital de Goiás. Coube-lhe promover e coordenar iniciativas que resultaram no "ba-

tismo cultural" de Goiânia e entre as quais se incluíram a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, excelente demonstração de trabalho e inteligência do povo brasileiro, e o VIII Congresso Brasileiro de Educação, realizado pela Associação Brasileira de Educação, sob os auspícios do IBGE

Quero ressaltar, ainda, a atuação do Instituto em prol do fortalecimento das relações interamericanas e da união dos estatísticos brasileiros, pelos laços de uma cordial solidariedade, aos estatísticos de tôda a América Enquadra-se nessa ordem de propósitos a cooperação que êle vem procurando assegurar ao Instituto Interamericano de Estatística, criado em Washington em 1940, com o fim de estimular a cooperação científica no domínio estatístico, no Continente, e em cuja presidência se encontra um estatístico brasileiro, ou seja o próprio secretário geral do IBGE

Inspira-se, igualmente, nos melhores objetivos de confraternização cultural e solidariedade humana a adoção do Esperanto como língua auxiliar do Instituto, bem como a sua inclusão entre as disciplinas compreendidas no programa do Curso de Aperfeiçoamento destinado ao funcionalismo estatístico federal e regional

Não desejo encerrar as referências às iniciativas e empreendimentos do Instituto sem aludir a um antigo objetivo cuja consecução tem sido retardada em virtude de certas circunstâncias especiais Trata-se da construção — já concedida pelo Senhor Presidente da República, em Decreto-lei de Junho de 1940 — do Palácio do Silogeu Brasileiro Essa iniciativa dotará a capital do país de um edifício público de extraordinárias proporções, no qual passarão a ter sede a Secretaria do Instituto e os seus serviços anexos, as cinco repartições ministeriais integradas no seu sistema, importantes departamentos administrativos federais e as prestigiosas instituições que já ocupam o atual edifício do Silogeu Brasileiro, além de várias outras entidades de objetivos diretamente culturais ou que sejam, de modo indireto, colaboradoras da obra divulgadora e educativa da entidade

Por outro lado, será mantida permanentemente no Silogeu uma Exposição Brasileira de Educação e Cultura, a qual ocupará grande área no edifício a construir Também figura no plano do Palácio a instalação do Planetário Cruzeiro do Sul — que talvez ainda venha a ser o primeiro da América Latina — destinado a fins de recreio popular educativo, uma vez que ministrará aos seus freqüentadores o ensino da astronomia e da cosmografia.

Mencione-se também, neste passo, a admirável sementeira de idéias emanada dos estudos dos nossos técnicos, visando os mais altos objetivos de reconstrução nacional e já bem conhecida como "ideário cívico do IBGE". Neste se destacam a transferência imediata da capital da República para Belo Horizonte e a redivisão política do Brasil, a fim de assegurar equivalência territorial às Unidades da Federação, bem assim várias outras providências complementares, tais como a divisão departamental ou consorciamento de Municípios, com o estabelecimento de uma rêde de cêrca de duzentos centros metropolitanos; a multiplicação de Colônias-Escolas, plano êsse cuja oportunidade foi demonstrada pelas conclusões do VIII Congresso Brasileiro de Educação, a organização do Exército do Trabalho, instrumento a um só tempo de prevenção social, educação e assistência e colonização intra-fronteiras, vale dizer, de defesa nacional; a aplicação do princípio da cooperação inter-administrativa, plenamente vitorioso na coordenação dos serviços estatísticos e geográficos, a alguns dos demais setores da administração pública, tais como o da educação, da assistência social, do fomento agrícola, da ampliação do sistema rodoviário e da arrecadação fiscal

No terreno educacional, aliás, já constituiu um passo dos mais significativos, nesse sentido, o Convênio do Ensino Primário recentemente firmado, embora essa feliz iniciativa não tivesse compreendido tôdas as medidas que a experiência do Instituto estaria a aconselhar e que, a título de sugestão, foram fixadas pelo Conselho Nacional de Estatística, na Resolução em que consignou os seus aplausos ao Govêrno pela convocação das Conferências Nacionais de Educação e de Saúde

As tarefas a cargo do Instituto teriam, necessàriamente, de submeter-se a um nôvo ritmo, em face da situação de emergência em que se encontra o país Várias providências nesse sentido foram postas em prática, a fim de acelerar a execução dos trabalhos que mais de perto interessem aos problemas de nossa defesa

Reveste-se da maior importância, dentre elas, as que decorrem do Decreto-lei n.º 4.736, de 23 de setembro último, baixado justamente para atender à necessidade, em que nos encontramos, de melhor assegurar o êxito das nossas estatísticas em geral e, especial-

mente, das que devem ser o fundamento da orientação da política econômica e da segurança nacional

O Instituto vem dando plena execução aos levantamentos previstos naquele diploma legislativo, e que compreendem não sòmente os estoques de determinados produtos, como outros índices econômicos de importância fundamental para a racionalização da política de guerra do país Cumpre reconhecer, aliás, que os esforços da estatística brasileira têm encontrado franco espírito de colaboração da parte das classes conservadoras, também elas sensíveis ao dever que a todos nos cabe, na atual emergência

Por meio de comunicados reservados, transmite o Instituto às autoridades interessadas os resultados dêsses levantamentos, cujo significado para a mobilização econômica e militar do país tem sido ressaltado em vários e expressivos pronunciamentos

O Decreto-lei nº 4 736, entretanto, não se limitou a estabelecer as disposições julgadas necessárias para garantir a perfeita regularidade do levantamento da produção e dos estoques Fixou ainda uns tantos princípios que, não sòmente completam, como ainda valorizam extraordinàriamente os fundamentos legais da atuação do Instituto Inclui-se entre êles, por exemplo, o que se refere à unificação das pesquisas estatísticas, de modo a evitar a duplicidade de coleta e reduzir o trabalho informativo das fontes a que recorrem os serviços estatísticos oficiais

Foram muito oportunas, também, as disposições relativas à normalização do levantamento da estatística das correntes internas de comércio, ou seja, das trocas verificadas entre as diversas Unidades da Federação pelas vias fluviais, terrestres e aéreas. É êsse, aliás, um objetivo que o Instituto vem procurando alcançar desde 1936 Afastadas as últimas dificuldades que se antepunham à sua consecução, disporá o país, dentro em breve, de seguros elementos, apurados mensalmente, sôbre êsse expressivo aspecto da economia nacional

O importante diploma legislativo de setembro último ainda consagra, de maneira bastante expressiva, o princípio da cooperação inter-administrativa, ao prever a realização de acôrdos especiais entre o Instituto e os Governos dos Estados, Distrito Federal e Território do Acre, a fim de que possa o primeiro assegurar aos órgãos estatísticos regionais a assistência administrativa e técnica que lhes dê a requerida eficiência Por meio dêsses acôrdos, o órgão ou os órgãos estatísticos a que os mesmos se referirem passarão a ser administrados e dirigidos pelo Instituto, ficando estipuladas as medidas financeiras e administrativas que os governos compactuantes se comprometerem a tomar a fim de assegurar o êxito da gestão delegada, bem assim a contribuição informativa que lhes deva ser prestada pelo IBGE

Por outro lado, no caso de não serem satisfatórias as atividades de qualquer dos órgãos regionais de estatística, depois de utilizados os meios corretivos autorizados na Convenção Nacional de Estatística e se o respectivo govêrno não julgar conveniente a realização do acôrdo previsto, o Conselho Nacional de Estatística assegurará o êxito das estatísticas que estiverem comprometidas pelas deficiências não sanadas, determinando, em resolução devidamente fundamentada, a transferência dos aludidos levantamentos para a responsabilidade direta da Secretaria Geral do Instituto, por intermédio das suas Inspetorias Regionais, criadas no Decreto-lei nº 4 181, de 16 de março de 1942

A êsse respeito, aliás, ocorrem-me algumas considerações que, decerto, não serão inoportunas Conservando-se integralmente fiel às sábias diretrizes que lhe foram traçadas, o Instituto é, apenas, um grande quadro federativo, dentro do qual são chamados a cooperar, mediante vínculos contratuais e na forma que êles próprios assentarem em comum, todos os governos e entidades privadas que executam serviços estatísticos de interêsse social

Como tenho acentuado em outras oportunidades e desejo fazê-lo ainda agora, seria um equívoco o supor que essa cooperação tolhe a autonomia das entidades compactuantes ou de qualquer modo restringe a sua autoridade sôbre os serviços estatísticos compreendidos em sua órbita de competência Ao contrário, tôda a atuação do Instituto orienta-se no sentido de virtualizar e reconhecer aquela autonomia, mediante o apêlo às fórmulas contratuais, livremente aceitas, sempre que se tem em vista consolidar a obra realizada ou avançar mais um passo no esfôrço intensivo de aperfeiçoamento da estatística brasileira

Nem mesmo a pressão de fatos novos, como os que se registram na hora presente, em que a estatística e a geografia são chamadas a ter ativa participação no esfôrço de guerra do país, levou ainda o Govêrno Federal a qualquer iniciativa que — embora plenamente justificável pelas circunstâncias — pudesse vir a ser encarada como

sendo uma restrição ao direito que assiste às demais órbitas de govêrno de manter os seus serviços próprios de estatística Aí está o exemplo do importante Decreto-lei n.º 4.181, que consubstanciou um admirável plano, surgido por iniciativa do Estado Maior do Exército e assentado em colaboração com o Conselho Nacional de Estatística

Apesar de todos os progressos verificados, desde a criação do Instituto, na organização estatística do país, ainda não fôra possível assegurar aos seus levantamentos certos requisitos essenciais de profundidade, segurança técnica e atualização, em virtude dos diversificados níveis de eficiência dos órgãos coletores da matéria-prima, ou sejam as Agências Municipais Impunha-se, por conseqüência, que se acudisse a êsse ponto fraco do sistema Sòmente assim ficaria assegurado plenamente — nesta fase de mobilização econômica e militar — o levantamento dos dados fidedignos e atuais que a estatística civil brasileira precisa e deve colocar ao alcance dos órgãos técnicos responsáveis pela nossa defesa, e pela obra de reconstrução econômica em que se empenha o govêrno, a fim de que o país veja bem resguardados os seus interêsses — do ponto de vista material e moral — nesta hora grave dos destinos dos povos

Dêsse modo, a Lei n º 4 181, destinando-se a assegurar à estatística geral brasileira — e à estatística de interêsse militar, em particular — a eficiência requerida, abriu perspectivas novas à organização estatística municipal, sem que fôsse necessário impor qualquer nôvo ônus aos cofres dos Estados e Municípios ou de qualquer sorte comprometer o espírito federativo, que tanto nos empenhamos em resguardar

A solução satisfatória foi proporcionada pela aplicação do princípio convencional, permitindo que a responsabilidade técnica e administrativa dos serviços municipais de estatística seja assumida pelo Instituto sem que tais serviços deixem de ser "municipais", isto é, órgãos da administração das comunas, visto como o Instituto, sendo uma entidade para-estatal instituída solidàriamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, vai geri-los em nome e por delegação dos respectivos governos, de modo que continuem a colaborar com êstes e com os governos do Estado e da União

Essa orientação, que a ninguém prejudica ou constrange e a todos beneficia, por isso que rigorosamente baseada na forma convencional e visando atender a exigências prementes de altos interêsses nacionais, só podia merecer geral aceitação, por parte da opinião pública e dos governos das Unidades Federadas e dos Municípios, uma e outros patriòticamente empenhados em assegurar inteira solidariedade a todo esfôrço ou iniciativa que visem, antes de tudo, assegurar ao Brasil os elementos necessários à sua sobrevivência e ao crescente fortalecimento de sua unidade

Os Convênios de Estatística Municipal foram assinados nos vinte Estados e no Território do Acre e bem assim ratificados, pelos respectivos governos regionais, em tôdas as Unidades Federadas, e pelos governos dos Municípios, tudo como previu ou determinou a Lei federal n º 4 181.

O Instituto já deu conta às autoridades militares, diretamente interessadas na execução do importante diploma legislativo, de como esta se processou em todo o país Aguarda apenas seja baixado pelo Senhor Presidente da República o decreto final de ratificação dos Convênios firmados e das demais providências dêle decorrentes

Isso feito, será iniciada a administração direta das Agências, que, como ficou dito, mesmo sob o nôvo regime, continuarão a ser órgãos municipais e a serviço dos respectivos governos, tendo por missão enviar os dados que coliam aos Departamentos Estaduais e trabalhando sob a direção dêstes Apenas passarão a ter bem maior eficiência, por isso que os seus levantamentos obedecerão a um plano rigorosamente nacional e contarão com dois novos fatôres de êxito· melhor aparelhamento material e pessoal mais bem remunerado, além de escolhido segundo critérios rigorosos, quanto à idoneidade intelectual e à aptidão técnica

Como se vê por esta resenha, larga e profunda, sob vários aspectos, é a atuação exercida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sete anos de existência efetiva Fiel à missão que lhe cabe, na atual fase de renovação de tôdas as fôrças vivas do país, êle procura integrar-se cada vez mais nas diretrizes do programa de ação técnica e cultural que lhe traçou o Presidente Getúlio Vargas, sob cuja vigilante assistência se desenvolvem as suas atividades E serve, por essa forma, à comunhão nacional, por isso que concorre, pelo melhor conhecimento do meio físico e pela intensificação da pesquisa estatística, para a integral consecução dos ideais de progresso e felicidade coletiva que inspiram o esfôrço construtor de todos os brasileiros de boa vontade "

96

NO 9.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

À passagem do nono aniversário de fundação do IBGE, a 29 de maio de 1945, realizou-se uma sessão especial da antiga Comissão Censitária Nacional, na qual o Embaixador José Carlos de Macedo Soares proferiu o seguinte discurso

"Estatísticos e Geógrafos Brasileiros — meus Patrícios, meus Colaboradores, meus Amigos

Se hoje é o "Dia do Instituto", como sua data aniversária, também é o "Dia do Estatístico". São estas as horas jubilosas que os estatísticos dedicam à confraternização, para exaltar em comum os ideais de sua profissão e proclamar as passadas vitórias que a classe já incorporou às conquistas culturais da Nação

Mas se a sobrevivência do Instituto, o enriquecimento do seu programa, o êxito das suas campanhas não exprimem outra coisa senão aquilo mesmo que os estatísticos querem focalizar ou invocar nesta grata efeméride, tudo quanto se possa dizer do Instituto, dando-nos confôrto e confiança no futuro, enchendo-nos de satisfação, e levando-nos a dar graças a Deus pelas realizações conseguidas — isso tudo exprimirá também o que o país vos ficou a dever. São os empreendimentos ousados que levastes a efeito, as dificuldades que os vossos esforços souberam transpor, fazendo emergir para a realidade as perspectivas largas em que se rasgam os vossos belos horizontes de trabalho e serviço público

Entretanto, êste "Dia do Estatístico" é muito mais do que a expressão o diz Porque, em verdade, a sua celebração evoca e envolve o vasto quadro dos trabalhadores da Geografia e da Estatística Sim, meus Amigos A celebração de hoje, também é o "Dia do Geógrafo". E assim é, pela razão mesma da sua exata intenção Não é o "Dia dos Estatísticos" o "Dia do Instituto"? não é o Instituto a casa dos Estatísticos, tanto quanto a casa dos Geógrafos? Se a resposta afirmativa não bastasse para me dar razão, eu então ainda alegaria o motivo analógico, ante a correlação essencial de objetivos entre as duas classes irmãs

Se não há estatística política sem geografia, também não há geografia humana sem estatística É óbvio o conceito desde que compreendamos a estatística naquela quádrupla atuação que os seus objetivos lhe exigem. Pois, efetivamente, a êstes correspondem os trabalhos de reportagem ou levantamento, a par dos de síntese ou representação comparativa, ambos continuados pelos de análise interpretativa e inferencial, os quais, à sua vez, vão servir de base às elaborações de planejamento e projeção Seqüência é esta, que vai terminar no desdobramento da última fase, sob o tríplice aspecto de "planta", "orçamento" e "contrôle", como expressão providencial da ação do poder público

Tanta verdade vai nisso que tôda a geografia humana trabalha com materiais da estatística econômica e social, e tôda a estatística fisiográfica se apóia na geografia física Demais disso, vós, os geógrafos e os estatísticos, na consideração geral dos vossos objetivos, e sob todos os pontos de vista, entrelaçais, coordenais, somais os recíprocos esforços, quando estudais a terra e o homem. E só assim conseguis realizar uma obra total, — a obra dos "geógrafos estatísticos", se me fôr permitida a expressão Obra, porém, que transcende os seus limites originais, e se torna a obra dos "geo-políticos", que também o sois Pois, o que fazeis em última análise, o que com o vosso auxílio tem feito o Instituto, é, exatamente, algo que tanto podemos chamar "geografia estatística" como "estatística geográfica", a serviço da direção política da Nação

Portanto, vós, estatísticos e geógrafos do Brasil, vós, a quem — na gradação feliz que tenho visto lembrada — incumbe a tarefa de "referir" tôdas as condições da vida nacional, de lhes cotejar e "conferir" os resultados, de interrogar as configurações e tendências dos fenômenos sociais, para lhes "inferir", já as condicionantes, já os prováveis desenvolvimentos ou mutações; e, também, de lhes "transferir" os valôres sinaléticos, das diretrizes governamentais para a realidade social, ou, ao invés, da realidade para os planos de reforma, projetando, orçando, controlando: — vós todos que vos dedi-

cais àquelas tarefas primárias como estatígrafos, ou estatísticos observadores, recenseando, apurando e expondo, ou que, como matemáticos, fazeis a estatística interpretativa e inferencial, ou como estatistas, participais da tarefa dos homens de Estado, fundamentando e orientando a política construtiva dos governos, e com isto fazendo de certo modo uma "estatística histórica", porque é a estatística dirigindo a história que a Nação vai viver; todos vós, meus Amigos, tendes um grande crédito Eu o reconheço em nome do Govêrno, que represento, e em nome do nosso IBGE, formulando os cordiais agradecimentos que vos são devidos pela vossa dedicação, zêlo e espírito público, no desempenho das tarefas que vos estão confiadas.

Vou mais longe, porém Quero igualmente convidar-vos a um propósito solidário e generoso, no sentido de aperfeiçoardes sem descanso os vossos recursos profissionais, quer pelo autodidatismo, quer por outros meios já ao vosso alcance Porque é altamente desejável que as vossas atividades se aprimorem constantemente na orientação técnico-científica, ou mesmo apenas técnico-administrativa, e vos habiliteis a elevar o nível — e, assim, a melhorar o rendimento — dos vossos trabalhos, tão prestimosos, tão fundamentais mesmo, na difícil fase de reconstrução nacional em que vamos entrar

E desejo, por fim, convidar-vos a focalizar em vossas inteligências — dando-lhes guarida também em vossos corações — os grandes problemas humanos que estão assumindo uma significação aguda nesta gravíssima hora histórica que a humanidade vai viver Problemas a que o Brasil não mais poderá fugir agora — como infelizmente o fêz até o presente —, porque será forçado a acompanhar o mundo na procura obstinada e ansiosa daquele distante e quase inatingível "velocino de ouro", que é a felicidade coletiva do gênero humano

Por isso batalhareis, por certo, como todos os brasileiros hão de batalhar Mas a vós vai caber o trabalho silencioso das colméias, no preparo diligente e probidoso do material estatístico-geográfico sem o qual tôdas as reformas político-sociais serão saltos no escuro, ou paraquedismo político, de resultados que, se às vêzes acertam por acaso, também poderão conduzir a erros e fracassos tremendos, verdadeiras catástrofes para os destinos da Pátria

Conscientes dessas vossas grandes responsabilidades, — que são também as responsabilidades do Instituto —, dai à vossa técnica, dai à vossa família profissional, dai ao vosso "IBGE", neste instante simbolizado lindamente pela sua nova casa, que hoje passamos a ocupar sob os auspícios e as bênçãos do credo religioso do nosso povo, — dai de vós, sem pensardes em vós, tôdas as fôrças do ideal, tôdas as energias da vontade Dai à vossa tenda de trabalho e aos companheiros tôda a nobreza dos corações que se compreendem e estimam e sabem que, nessa compreensão e solidariedade, tem o poder de "remover montanhas".

O IBGE, pela cooperação leal de todos os que o servem, aqui na Capital da República, nas metrópoles das Unidades Federadas, em cada um dos municípios da nossa imensa República, cumpriu até agora o seu dever. E porque conta convosco, continuará a cumprí-lo, contribuindo para que o Brasil caminhe com passo firme, seguro de si mesmo, na grande jornada histórica que já vemos iniciada

Terminando, meus senhores, façamos votos por que a magnífica lição de experiência, que emerge dos fastos ibgeanos, inspire e oriente a Nação na sua obra governamental do após-guerra De modo que os destinos nacionais assumam, quanto antes, aquêle sentido de reconstrução social e política que já se torna urgente, e deve ser, ao mesmo tempo, corajosa e fecunda. Reconstrução, contudo — e êsse imperativo não é menor —, que resguarde zelosamente as tradições e os vínculos da nacionalidade Só assim o nosso Brasil levará ao esfôrço comum de renovação da convivência humana, sob o signo imperecível da fraternidade cristã, — que não quer senão realizar a justiça, promover a paz e firmar o mútuo auxílio entre todos os povos e entre todos os indivíduos de cada povo, sem discriminação de qualquer espécie, — o seu concurso leal e compreensivo, naquela direção única que pode conduzir a humanidade a uma existência tão venturosa quanto o permita a condição terrena, na qual se expandam, sempre e sempre, os tesouros inexauríveis de energias criadoras, de inteligência iluminada e de sentimentos harmoniosos, de que será capaz a espécie humana quando em verdade voltada para os seus supremos objetivos de unidade, enobrecimento e beleza.

Haveis de ter ouvidos para ouvir-me E do que advier daí, resultará o nosso confôrto e a nossa alegria "

98

SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SÔBRE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

Realizou-se no dia 16 de dezembro de 1955 a sessão solene de instalação do Seminário Latino-Americano Sôbre Estudos Demográficos. Nesse ato, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares pronunciou o seguinte discurso:

"Muito me apraz, ao meu espírito de estudioso e de pan-americanista, seja a abertura dêste Seminário Latino-Americano de Estudos Demográficos a primeira solenidade a que me cabe comparecer na condição, a que há poucos dias fui reconduzido, de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Saudando com o mais vivo aprêço e cordialidade, em nome dos estatísticos brasileiros, os ilustres representantes da Organização das Nações Unidas e orientadores e participantes desta reunião, formulo os melhores votos pelo êxito das atividades que vão desenvolver e, também, por uma feliz permanência de todos, no Brasil

Cabe-me ainda manifestar a gratidão do IBGE por ter sido escolhida a nossa Capital para sede dêste Seminário, deliberação em que me permito ver o reconhecimento do esfôrço realizado nos últimos lustros neste país, para dar impulso aos levantamentos e aos estudos demográficos, obra em que se salientou, com a sua competência, o seu renome de cientista e uma profunda dedicação aos seus encargos, o Professor Giorgio Mortara

Temos, entretanto, consciência de que, se já realizamos alguma coisa nesses domínios, muito mais ainda nos resta a realizar. Assim, acompanharemos com atenção os debates do Seminário, não sòmente pelo interêsse científico que êles apresentarão, mas também pela esperança de que seus resultados indiquem possibilidades de aplicação para o progresso ulterior das pesquisas demográficas no Brasil

A América Latina não acompanhou devidamente o desenvolvimento dos estudos científicos sôbre a população A vasta extensão dos territórios, a escassa densidade demográfica, a debilidade da organização administrativa, o baixo nível cultural contribuíram para dificultar a execução de recenseamentos e o registro regular dos nascimentos e dos óbitos Faltou, ainda, na maior parte dos países latino-americanos, o estímulo exterior à expansão dêsses estudos, observada nos países de antigo povoamento, por motivos diversos Em alguns casos, pela pressão demográfica, efeito do rápido incremento — devido à diminuição da mortalidade — de populações confinadas em áreas insuficientes; em outros casos, pela preocupação das conseqüências políticas e sociais da estagnação demográfica dependente da limitação voluntária da prole Além disso, a ausência — embora mais aparente do que real — de interêsses materiais de indivíduos e de grupos, conexos com a marcha dos fenômenos da população, privou a pesquisa demográfica de encorajamentos e apoios que não faltaram a outros ramos das ciências sociais, cujas relações com as economias das famílias e das emprêsas são mais evidentes

Nos últimos lustros, entretanto, a atenção dos demógrafos foi atraída cada vez mais para a América Latina

A criação do Instituto Interamericano de Estatística assegurou um impulso decisivo à expansão e ao funcionamento dos órgãos nacionais de estatística administrativa: a organização e os resultados do Censo das Américas de 1950 atestam a eficácia da sua atualização

Entretanto, mesmo independentemente desta atuação, cuidou-se em vários países de melhorar e ampliar os serviços estatísticos oficiais Assim, a instalação, em 1936, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tornou possível, quanto a nós, a execução do Recenseamento Geral de 1940, que forneceu ampla e original informação sôbre muitos aspectos da demografia dêste país, oferecendo elementos para numerosos estudos de interêsse científico e prático E em outros países verificaram-se análogos progressos

Já na Conferência Mundial da População reunida em Roma, em 1954, foram apresentadas várias comunicações sôbre situações e problemas demográficos da América Latina

Nas sessões conjuntas do Instituto Internacional de Estatística e da União Internacional para o Estudo Científico da População, realizadas em Petrópolis no mês de junho dêste ano, deu-se mais um passo, com a apresentação

e discussão de uma série de estudos paralelos, prèviamente organizados com o propósito de proporcionar uma visão de conjunto da demografia dos principais países latino-americanos

O Seminário que ora se instala, estendendo a investigação aos demais países desta área e desenvolvendo-a em profundidade, trará novos e mais amplos elementos sôbre o estado, a estrutura, o crescimento e as tendências das populações

Quanto às necessidades e oportunidades de aperfeiçoamento da organização e elaboração dos inquéritos demográficos, cumpre lembrar que a recente Conferência Interamericana de Estatística as discutiu demoradamente, resumindo em tôda uma série de resoluções os objetivos cuja realização fôra recomendada nos debates daquela assembléia

É claro, portanto, que se vem ampliando o esfôrço para pôr os estudos demográficos sôbre a América Latina em paridade com os das áreas mais adiantadas

Êsse esfôrço, oriundo do anseio abnegado de cientistas e de administradores públicos, está sendo favorecido pelo próprio desenvolvimento demográfico de nossos países, cuja rapidez mal poderia ser prevista há alguns decênios

Ainda no início dêste século, a América Latina contava apenas cêrca de 60 milhões de habitantes; em 1950 já possuía 155 milhões, e em 1980 terá mais do dôbro dêsse total: 316 milhões, segundo as previsões do Bureau de População das Nações Unidas

A população do Brasil, em particular, tendo-se elevado de 18 milhões em 1900 para 52 milhões em 1950, atingirá 105 milhões em 1980, se seu incremento prosseguir na razão verificada entre 1940 e 1950

Do desenvolvimento demográfico resultam para as administrações públicas centrais e locais numerosos problemas, cuja solução exige não sòmente o conhecimento do número de habitatantes, da sua distribuição territorial, dos seus caracteres individuais, das suas atividades, mas também a determinação dos prováveis rumos do crescimento populacional no futuro próximo, pois que se torna indispensável a êle estender as previsões e providências dos governos Nos domínios da alimentação e do abastecimento, da instrução e da educação, da higiene e da saúde pública, da habitação e da urbanização, das comunicações e dos transportes, do desenvolvimento coordenado e racional das diversas atividades produtoras, da organização militar e da defesa civil, apresentam-se, em relação com o crescimento da população, variados e árduos problemas, bem conhecidos pelos orientadores e participantes do Seminário Latino-Americano de Estudos Demográficos, cujo trabalho diário, total, é dedicado à busca das soluções mais racionais e convenientes

A crescente interdependência entre a vida econômica, social e política dos diversos países das Américas, e do mundo em geral, contribui para dar significação e importância internacional ao desenvolvimento demográfico e a muitas questões com êle conexas Os povos da América Latina podem muito aprender de outros povos mais adiantados, no que diz respeito à técnica da produção à organização das comunicações, ao progresso da educação, à tutela da saúde pública; ao mesmo tempo, êles podem muito ensinar a outros povos, no que diz respeito à conveniência pacífica e fecunda, sem barreiras de raça nem de religião, entre grupos étnicos e nacionais das mais diferentes origens e procedências.

O problema principal da maior parte da América Latina é o do melhorar rápida e decisivamente os métodos da produção, de maneira a elevar o padrão de vida das populações em medida adequada à riqueza dos recursos naturais, ainda insuficiente explorados e até, às vêzes, imprevidentemente malbaratados Embora não seja objetivo principal dêste Seminário propor, em forma precisa e detalhada, êsse problema em buscar as soluções apropriadas para os diversos países, formará o mesmo, necessàriamente, a trama oculta de grande parte de vossas discussões. E como estas não poderão deixar de pôr em relêvo as perspectivas de grande e rápido crescimento das populações latino-americanas, ficará evidenciada e medida mais uma dificuldade a vencer, no sentido de sua solução. a que resulta do incremento demográfico, quando não acompanhado constante e automàticamente pelo incremento da produção

Não caberá a um Seminário de Estudos Demográficos planejar os caminhos da defesa e da elevação do nível de vida das populações Todavia, os estudos que serão apresentados e as discussões realizadas poderão trazer uma contribuição bem valiosa de informações e diretrizes para êsse planejamento

Independentemente de qualquer objetivo prático, as atividades do Seminário darão nôvo e poderoso impulso aos estudos demográficos, contribuindo para o enriquecimento do patrimônio científico dos povos latino-americanos.

Renovando os votos que formulei inicialmente, creio desnecessário res-

saltar quanto se torna desejável e importante esta contribuição na época atual, em que a América Latina — em virtude de sua crescente população e da sua progressiva libertação das limitações econômicas e intelectuais, herança da era colonial — assume posição cada vez mais relevante na defesa e no desenvolvimento da civilização ocidental."

APRESENTAÇÃO DO *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1936*

O primeiro volume do Anuário Estatístico do Brasil *publicado pelo IBGE, em 1936, teve apresentação assinada pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Na íntegra.*

"O Instituto Nacional de Estatística, segundo o disposto no artigo 17 º do Decreto n º 24 609, de 6 de julho de 1934, que o organizou, tem como um dos seus principais encargos a publicação regular do *Anuário Estatístico do Brasil,* onde se condensem, metòdicamente, os resultados finais do trabalho cooperativo, no campo das investigações estatísticas, das três ordens autônomas da administração brasileira

Todos os países civilizados timbram hoje em manter em dia o prontuário dos algarismos que sintetizam suas condições de vida e de desenvolvimento E vão dando a essa publicação, sem prejuízo da seqüência que suas séries tabulares devem guardar feição mais e mais aprimorada e tendência a abranger cada vez maior número de assuntos

O Brasil, tendo publicado o "Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908", trabalho que, referente ao ano anterior, foi, no seu aspecto e no seu conteúdo, o primeiro repositório numérico, de compreensão geral e feição orgânica, elaborado entre nós, só em 1916 iniciou a publicação do seu *Anuário Estatístico,* cujo primeiro número foi dedicado ao período de 1908 a 1912. A feliz iniciativa, porém, não teve continuidade e a estatística brasileira, considerada na sua expressão sintética, estava, assim, com um atraso de quase um quarto de século

Por aí se vê quão prementemente se impunha ao Instituto o preparo e a divulgação do segundo número do Anuário Estatístico do Brasil Mas duas outras circunstâncias, não menos imperiosas, concitavam-no a agir apressadamente nesse sentido

Por um lado, uma vez realizada a Convenção Nacional de Estatística pela qual se integrou o organismo federativo desta instituição, e marcada para 15 de dezembro próximo a reunião inaugural do Conselho Nacional que vai dirigi-la e cujo primeiro objetivo será fixar as diretrizes e normas da colaboração entre os aparelhos estatísticos da União, das suas Unidades Políticas e dos municípios, tornava-se imprescindível um balanço geral dos resultados estatísticos, de caráter ou de interêsse nacional, já conseguidos pelo Govêrno da República, por isso que haviam êles de ser o ponto de partida e de referência para o roteiro do trabalho orgânico, construtivo e harmônico a que, doravante, se vão dedicar, solidàriamente, tôdas as agências estatísticas da administração brasileira

Havendo o Instituto resolvido, por outro lado, patrocinar a 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatística, feliz iniciativa da Associação Brasileira de Educação, a parte que lhe tocava na organização do certame não se poderia limitar ao preparo, que logo providenciou, dos mostruários das repartições e secções que lhe estão filiadas Possuindo o Institutó personalidade própria, e responsabilidade a esta inerentes, que visam a coordenação geral e o desenvolvimento das atividades estatísticas brasileiras, — estas compreendidas no sentido mais amplo possível — requeria-se-lhe uma contribuição especial, adequadamente representativa da sua alta finalidade Essa contribuição não podia ser outra senão o *Anuário Estatístico,* a que se juntarão o esquema geral da estrutura do Instituto, como organismo federativo nacional, e a coleção, já obtida, dos mapas municipais da República, cuja elaboração é a base imprescindível ao lançamento eficaz, ao contrôle e ao desenvolvimento das atividades do aparelho estatístico, quando não ao normal funcionamento de tôda a administração

Se, entretanto, o Instituto devia organizar quanto antes, a tempo de estar distribuído até 15 de dezembro, o segundo número do *Anuário Estatístico,* é óbvio que lhe não seria possível apresentar desde já uma coletânea com o desenvolvimento e a perfeição técnica que o caráter e o destino da publicação reclamam

O Instituto ainda não pôde senão iniciar as providências — que são muitas, excessivamente complexas e onerosas — pelas quais se integre a constituição do aparelho estatístico nacional e se dê a cada um dos seus elementos eficiência perfeita dentro do sistema geral de cooperação já lançado. Mas como o ajustamento definitivo dêsse sistema não há de ser obra de improvisação, torna-se manifesto que o número inicial desta segunda fase do *Anuário Estatístico do Brasil* só poderia conter o material já conseguido relativamente aos aspectos fundamentais da vida nacional.

Daí, lacunas e defeitos inevitáveis, além do sensível atraso dos dados sôbre algumas ordens de fatos, cujo levantamento sofreu lamentável solução de continuidade. Mas essas circunstâncias não desaconselhariam a divulgação dos algarismos colidos, pois dão-nos, êstes, pontos de referência necessários e o balanço geral da situação dos nossos serviços de estatística no presente momento, traduzindo com precisão, não só as aquisições e aperfeiçoamentos que êles requerem, mas ainda o conhecimento sistemático, por agora possível, da realidade brasileira encarada panorâmicamente.

Êste, pois, o alcance e o sentido desta publicação. E por serem tais êsse sentido e êsse alcance, resolveu o Instituto destacar das suas tabelas ainda inéditas, mas com alguns acréscimos possíveis no que de interêsse regional, os dados referentes a cada uma das Unidades Políticas da República, organizando, assim, vinte e duas separatas, que foram oferecidas aos respectivos Governos para o fim de, mandadas imprimir com urgência, se divulgarem simultâneamente com a publicação nacional

As vantagens disso são óbvias Em primeiro lugar, os serviços estatísticos regionais ficarão dispondo do repertório exato e de fácil manuseio, da contribuição que a estatística federal lhes pode fornecer.

Mas, além disso, a publicidade dos dados coligidos no *Anuário* estatístico federal, que é de tomo pouco acessível à vulgarização e de limitada tiragem, ficará largamente ampliada como convém. Essa vantagem sobe de ponto pela circunstância de se apresentarem as separatas assim organizadas, como conjuntos metódicos de informações estatísticas sôbre cada Unidade da Federação, informações que, tal a sua compreensão, se bastante significativas mesmo para os Estados que já possuem repositórios estatísticos divulgados regularmente, constituirão, de fato, os primeiros anuários daqueles outros que ainda não conseguiram organizar tais coletâneas numéricas

É verdade que o opúsculo constituído pela separata dos Estados e do Distrito Federal e Território do Acre abrange apenas uma parte relativamente pequena dos dados estatísticos que o progresso de cada circunscrição já possibilitou. E também é certo que, tal o vicioso regime de dispersão de esforços em que até agora viveu a estatística brasileira, divergência haverá entre muitos dos dados coligidos pela administração federal e os que sôbre os mesmos fatos, em trabalho paralelo, houverem levantado serviços regionais. Mas essas divergências, na maioria dos casos decorrentes da diversidade dos pontos de vista e dos critérios adotados, admitem, via de regra, explicação razoável. E quando alguns significativos afastamentos existam, realmente, entre algarismos de compreensão análoga, de um grupo e outro, é vantajoso que se patenteiem agora essas discrepâncias, pois alertar-se-á com isso a direção superior do Instituto, e principalmente o Conselho Nacional de Estatística, provocando as providências que colimem as realizações mais urgentemente reclamadas para a perfeita coordenação e sistematização dos números que devam traduzir com verdade, precisão e coerência, tanto os aspectos parciais como os gerais da vida nacional.

De resto, os dados do *Anuário* têm esta significação especial foram levantados com uniformidade de critérios e de técnica O que quer dizer que, quaisquer que sejam as deficiências ou divergências que os elementos da estatística nacional ofereçam se examinados à luz das possíveis aquisições dos serviços estatísticos não federais, sua divulgação pelos Govêrnos das várias Unidades Políticas tem indiscutível utilidade, pois dará a conhecer, em cada Estado, no Distrito Federal e no Território do Acre, o que a seu respeito já pôde levantar a União, permitindo também a comparação dêsses dados com os que lhes forem correlatos no levantamento regional, para o fim da uniformização necessária, e exprimindo ainda aspectos locais em números que podem ser confrontados e proporcionalizados com os resultados correspondentes das demais circunscrições da República e com os totais que traduzem a situação geral do país

O oferecimento à Nação, em tais condições, dêste primeiro repertório tabular organizado em virtude da Convenção de 11 de agôsto, constitui auspiciosas primícias do fecundo pensamento que aproximou e intervinculou os Governos da União e das suas Unidas Políticas para o difícil empreendimento que é o estudo estatístico integral da realidade brasileira.

Sendo de esperar que todos os Governos Regionais publiquem à separata que lhes foi oferecida pelo Instituto,

êste primeiro grande sistema de informações numéricas terá vulgarização adequada, criando, assim, o ambiente e as condições favoráveis ao aperfeiçoamento, à solidariedade e à coordenação dos nossos serviços estatísticos, como condição essencial das iniciativas, reajustamentos e estímulos que reclamam, neste grave momento, as fôrças vivas da Nação

APRESENTAÇÃO DA *RBE*

A RBE, no seu número inicial, referente ao primeiro trimestre de 1940, teve apresentação do presidente do IBGE. Na íntegra o artigo

"O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de sua instalação em 1936, prossegue regularmente, com mais absoluta segurança e em plena conformidade com as diretrizes que lhe traçaram o Decreto federal nº 24 609 e a Convenção Nacional de Estatística, na realização dos grandes objetivos para que foi organizado

Os rumos delineados pelos referidos estatutos subentendem uma atuação em duplo sentido — o que se dirige à estrutura e ao aparelhamento material dos nossos sistemas estatísticos, compreendendo a melhoria das instalações e do maquinário, — e o que incide sôbre os quadros do pessoal, visando o respectivo aperfeiçoamento, pela elevação da nível cultural do funcionalismo, principalmente no que respeita à especialização na carreira

Foi, essa, uma orientação acertada

A experiência dos povos mais adiantados revela o salutar efeito da cultura, aplicada ao desenvolvimento da capacidade profissional, sôbre o valor e o rendimento do trabalho produzido

Por outro lado, numa época em que os métodos de produção, baseados nos ensinamentos da técnica, suplantam, por tôda parte, o empirismo e a rotina, é óbvio que a formação de trabalhadores instruídos não poderá ser descurada para que os frutos das atividades que êles exercem representem uma contribuição convinhável às crescentes necessidades de uma civilização cada vez mais esclarecida e, por isso mesmo, mais exigente

Sensível a essas condições, vem o IBGE esforçando-se por atender, da melhor forma possível, à valorização dos seus técnicos, quer individualmente, através de medidas que lhes proporcionem uma acentuada adequação moral e intelectual aos compromissos da carreira, quer indiretamente, mediante iniciativas atinentes à preparação de uma atmosfera tão propícia ao intercâmbio de idéias, quanto fértil em incentivos para o desenvolvimento de um bem orientado espírito profissional

As reuniões anuais do Conselho Nacional de Estatística constituem verdadeiros Congressos culturais que aproximam os nossos especialistas e lhes facultam o estudo em comum das questões que, até bem pouco, a segregação em que viviam, dispersos na vasta área do país, os impedia de resolver pelos melhores métodos, à luz de critérios racionais Proferem-se, por ocasião dêsses Congressos, conferências com o caráter dos cursos de extensão universitária e ministram-se aulas teóricas e práticas com a finalidade de familiarizar os estatísticos dos Estados com os processos em uso na capital da República

As virtualidades educativas dêsse sistema podem ser aferidas, considerando-se o precedente da salutar ação estimulante exercida em favor da estatística mundial pela série de reuniões internacionais iniciada com o Congresso de Bruxelas em 1853

Mas, outro poderoso fator de progresso da ciência e do desenvolvimento da técnica foi, sem dúvida, a multiplicação das revistas que, na segunda metade do século XIX e daí por diante, veicularam os ensinamentos da experiência e da doutrina, beneficiando por igual, como os resultados de uma e outra, à revelia das distâncias, os trabalhadores de tôdas as especialidades e de todos os centros de atividade construtiva

Dado o papel relevante da imprensa especializada no soerguimento do padrão mental dos obreiros da estatística, a publicação de uma revista de educação e propaganda estatística teria de ser o complemento lógico da ação cultural do Instituto

Não basta convocar anualmente à capital da República os profissionais que, espalhados por todos os quadrantes do nosso imenso país, auscultam as realidades vivas da comunidade pátria

Sendo já bastante avultado o número de faiscadores da preciosa matéria prima de que se servirão estadistas e sociólogos em busca dos melhores rumos para a nossa política e para a nossa administração, não é possível reunir a todos para que, na metrópole brasileira, comuniquem uns aos outros, em contacto direto, os resultados de suas tentativas, os seus êxitos, as suas decepções e as sugestões e alvitres que

se possam colhêr singularmente da ação pragmática de cada um no interêsse coletivo.

Cumpre levar além a assistência cultural do Instituto: ir ao encontro dos que servem à nação longe do seu principal centro político; anular os fatores negativos — distâncias e segregação — que geram a rotina; enviar à legião dos profissionais, impedidos de visitar a sede da corporação a que pertencem, os estímulos de que carecem para se manterem à altura da penosa missão que lhes foi conferida e que não poderão exercer à revelia da cultura mínima exigível de um verdadeiro profissional.

A revista cuja publicação ora se inicia realiza êsse objetivo.

Com seus artigos editoriais e de colaboração, seus ensinamentos de metodologia, seu noticiário sôbre o que se passa no Brasil e alhures nos domínios da estatística, com suas informações, seus comunicados, seus comentários bibliográficos, manterá os nossos estatísticos ao par dos fatos e dados que mais interessam à sua profissão e lhes satisfará o desejo de aperfeiçoamento, que é uma decorrência natural da nobre emulação de que dão quotidianas provas a serviço de um edificante ideal.

Excusado seria alinhar argumentos com o fim de comprovar a necessidade e a utilidade da revista.

Em face dos progressos atuais da metodologia, já não é lícito conceber a existência de colaboradores empíricos nos laboratórios onde se prepara o material que deverão utilizar os dirigentes do Estado moderno, para que possam garantir a êsse complicado organismo uma existência vigorosa na comunhão das instituições semelhantes.

A estatística vai perdendo, de dia para dia, o caráter meramente registrador que lhe atribuíam os próceres da antiga escola descritiva, contemporâneos de Achenwall. O predomínio da escola matemática, de que foram precursores os pioneiros ingleses do século XVII, impôs-se definitivamente, depois que o insigne Quetelet revelou os imensos horizontes da estatística, universalizando-lhe a aplicação.

Dizia êsse ilustre pesquisador que tôda a natureza estava na urna que se interroga para estudar as probabilidades cuja expressão geométrica tende para a famosa curva binominal e cujo cálculo o gênio de Laplace elevara, como diz Virgilii, à dignidade científica. Vieram a seguir Galton e, depois da figura culminante Pearson, tôda uma série de especialistas que edificaram sôbre a alta matemática os monumentos da metodologia moderna. À vista dessa transformação, se não se pode exigir que os estatísticos possuam a ciência universal, não se afigura também admissível que permaneçam êles, por modestos que sejam os respectivos setores de trabalho, completamente à margem do movimento científico, ou pelo menos, desprovidos dos conhecimentos básicos que devem concorrer para a formação de uma mentalidade refratária às seduções do empirismo.

Êsse mínimo de cultura especializada, acessível a um máximo de estudiosos, é que, desde já, se propõe a divulgar, na sua parte pròpriamente didática, a nossa revista, sem prejuízo de outras facilidades que possam ser oportunamente oferecidas a uma formação mais completa dos candidatos aos postos dirigentes.

As demais finalidades a que visa satisfazer esta publicação e, sobretudo, o propósito, que ela colima, de levar o pensamento e assistência cultural do Instituto a tôdas as agências que o integram, estreitando os laços de cooperação e de mútua compreensão entre os obreiros da estatística nacional, justificam, pela sua relevância flagrante, a certeza de uma acolhida satisfatória na classe especial de leitores a que se destina o nôvo periódico e, ainda, entre os inúmeros patrícios que, sensíveis aos problemas básicos da nossa administração, se interessam vivamente pelos meios de a racionalizar e de torná-la verdadeiramente condizente com os seus elevados objetivos.

PREFÁCIO DE *O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E A ORTOGRAFIA*

Em 1941, foi publicada uma coletânea de estudos e pronunciamentos do IBGE acêrca da simplificação ortográfica, com êste título: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia *Esta foi a apresentação subscrita pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares:*

"No desdobramento da sua ação cultural, que já se vê assinalada por várias iniciativas e empreendimentos de reconhecido alcance, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não poderia ficar indiferente ao movimen-

to de opinião em prol da simplificação ortográfica do idioma nacional

Lançada essa benemérita campanha pela antiga Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação (hoje Serviço de Estatística da Educação e Saúde), dela resultou o decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931, o qual oficializou o Acôrdo ortográfico firmado a 30 de abril daquele mesmo ano entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa.

Essa esplêndida realização cultural — cujos louros em boa parte constituíram legítima herança do Instituto, uma vez que a repartição responsável por aquela iniciativa é hoje um dos órgãos centrais do sistema estatístico brasileiro — encontrou, é certo, graves embaraços decorrentes de um artigo ambíguo das "disposições transitórias" da Constituição de 1934 Tornou-se, porém, inteiramente vitoriosa perante a opinião pública, graças ao apoio do magistério, da imprensa e das instituições culturais do País.

Aproveitando a primeira oportunidade que se lhe ofereceu, exprimiu o Instituto sua solidariedade ao belo ideal da uniformidade e racionalização ortográfica, reiniciando, já na ortografia acadêmica, a publicação do *Anuário Estatístico do Brasil* (Ano II — 1936). Logo depois, por deliberação simultânea dos seus dois altos Colégios dirigentes, não só firmou oficialmente a adoção, nas suas publicações, da ortografia do Acôrdo de 1931, como igualmente recomendou aos seus órgãos regionais a sistematização da ortografia usual constante do Formulário da Academia Brasileira.

—::—

Infelizmente, não tem sido pacífico o prevalecimento integral — que a lei, a ética e a lógica, se bem examinadas, claramente advogam — da ortografia das Academias, nela incluído, como de razão, o admirável sistema de sinais diacríticos, o qual, não obstante sua rigorosa simplicidade, assegura, se corretamente praticado, a fácil aprendizagem da escrita e da leitura e a correta prosódia das palavras

Convém se recorde aqui, em rápida resenha, em que têrmos está agora colocada a questão.

Pelas cláusulas 1.º e 2º do Acôrdo, as duas Academias aceitaram "a ortografia oficialmente adotada em Portugal" com as modificações propostas pela Academia Brasileira de Letras e constantes das bases do mesmo Acôrdo. Entre essas "Bases", a referente à acentuação fixou o objetivo de "reduzir os sinais gráficos, que caracterizam a prosódia, de modo a corresponderem êsses sinais à prosódia dos dois povos, tornando mais fácil o ensino da língua escrita" Essa redução dos sinais, porém, não poderia ser feita *ad libitum* pelos Governos que oficializaram o convênio de 1931, pois haveria necessàriamente dúvidas a esclarecer, cuja solução — como era natural para garantir-se a unidade do sistema — ficou deferida às Academias "em comum", em virtude da cláusula 3.ª do Acôrdo. E para atender a essas e outras particularidades que a aplicação do sistema deveria tomar em consideração, as duas Academias organizaram o *Vocabulário Ortográfico* e *Ortoépico da Língua Portuguêsa,* precedido de um formulário, o qual interpretou e completou as bases do Acôrdo, inclusive a que se referiu à acentuação. A êsse *Vocabulário* oficial da Academia Brasileira de Letras reportou-se o Decreto n.º 23.028, de 2 de agôsto de 1933, ao tornar obrigatório o uso da grafia acadêmica, considerando-o "organizado segundo o sistema ortográfico do Acôrdo" e capaz de permitir "a prática de um sistema gráfico que uniformize definitivamente a escrita do idioma nacional" O mesmo decreto, porém, ratificando expressamente a cláusula do Acôrdo que dois atos legislativos já haviam aprovado, determinou que os casos omissos ou duvidosos na prática do sistema fôssem esclarecidos "por portaria do Ministério da Educação e Saúde, mediante proposta da Academia Brasileira de Letras, em conformidade com a Academia das Ciências de Lisboa". Veio, afinal, o Decreto-lei nº 292, de 23 de fevereiro de 1938, que declarou no seu art. 1º, em têrmos irrestritos e categóricos, a obrigatoriedade, no País, do uso da ortografia assentada pelo pacto interacadêmico Mas no parágrafo único do mesmo artigo fixa para a acentuação regras que se dizem conformes às "bases do Acôrdo", as quais, entretanto, não são as que as Academias fixaram "em comum", interpretando a base relativa à acentuação, nos têrmos da cláusula 3ª. E no art. 2.º determina que o Ministério da Educação organize e publique "um vocabulário ortográfico da língua nacional, no qual serão resolvidos os casos especiais de grafia não constantes do Acôrdo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa"

Assim, teria pretendido o legislador ou modificar o sistema do Acôrdo, ou conservá-lo. No primeiro caso, desde que derrogada a condição estabelecida no mesmo Acôrdo para assegurar sua execução sem quebra da uniformidade ortográfica do idioma, — o art. 1º precisa ter nova redação, pois que, nessa hipótese, não será mais a "ortografia

do Acôrdo", como diz o artigo, que se tornou obrigatória no Brasil Mas, se pretendeu a lei, na segunda hipótese, manter a obrigatoriedade daquela ortografia, forçoso será, então, que se revoguem os dispositivos do parágrafo único do mesmo artigo e o artigo segundo, visto que, vigorando obrigòriamente a ortografia acadêmica, só as Academias podem fixar as regras de acentuação e resolver as dúvidas que a prática do sistema suscitar.

Ora, tudo o indica, não esteve nunca na intenção do Presidente Getúlio Vargas a oficialização de outra ortografia que não fôsse a assentada em 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. E não tardará, por certo, que o Ministério da Educação promova a medida que a opinião pública e os interêsses da educação, da cultura e da unidade nacional vêm insistentemente pleiteando

—::—

Como quer que seja, o IBGE tem-se empenhado de forma decidida e vigilante, inspirado sempre por um largo espírito de compreensão, no sentido de ser mantido, na totalidade de suas normas, o sistema com que o pacto de 1931 enriqueceu a cultura luso-brasileira e consolidou a nossa unidade espiritual pelo penhor da unidade da língua

O presente volume constitui um documentário da atuação do Instituto a êsse respeito. Nêle se referem não só as medidas e diligências postas em prática, mas também as razões que as justificam, tendo em vista a necessidade de ser fielmente observado o verdadeiro ato internacional de que decorreram compromissos recíprocos entre Portugal e o Brasil, em benefício da unidade do idioma que lhes é comum e da maior projeção mundial da cultura luso-brasileira

Aparece esta publicação com evidente oportunidade e enriquecida com um *Esbôço de Consolidação do Formulário Ortográfico*. Nessa tentativa de codificação se encontram, devidamente sistematizados e escrupulosamente expostos, todos os preceitos fundamentais do sistema admirável que simplificou, de forma racional, a ortografia da Língua Portuguêsa, atingindo com inteira felicidade o alto objetivo apontado pelo Decreto n.º 20 108 e pelas "Bases" do Acôrdo, isto é, o de "dar uniformidade à escrita do idioma nacional", mas de modo que ficassem respeitadas "a história, a etimologia e as tendências da língua"; — sem deixar de atender também à natural diferenciação de prosódia dos dois povos a que a língua é comum e "tornando mais fácil o ensino da língua escrita".

—::—

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem pois a satisfação de oferecer e dedicar à Academia Brasileira de Letras esta coletânea como base de estudo capaz de facilitar a desejada solução final de tão importante assunto.

A essa demonstração de solidariedade juntem-se os votos por que, como de justiça, fique resguardado o legítimo prestígio das instituições signatárias do Acôrdo de 1931, honrados os compromissos e os propósitos do Govêrno Brasileiro, e protegidos eficazmente os interêsses da educação, da cultura e da unidade nacional, através da unidade indestrutível do instrumento por excelência da solidariedade espiritual da Nação — o idioma nacional, — graças à grafia simplificada, uniforme e lógica que está ao nosso alcance, e constitui, sem dúvida a melhor salvaguarda da correta pronúncia e um dique poderoso às fôrças dissolventes da dialetação tão preiudicialmente ajudadas e estimuladas pela incultura popular

É-nos penhor da realização dêsses votos a certeza de que o Chefe da Nação, proclamando, como o tem feito, em memoráveis palavras, a tese que tôda a matéria dêste volume advoga, há-de encontrar, com a cooperação esclarecida do Ministro Gustavo Capanema — o natural paladino da cultura nacional, — a fórmula satisfatória pela qual se restabeleça, na lei e na prática, a integridade do sistema que três leis da República, em seus dispositivos essenciais, mandaram executar sem restrições. E essa fórmula — também não temos dúvida — há-de reconhecer a vigência da legítima prerrogativa que à Academia Brasileira reservou o Acôrdo aprovado por aquelas mesmas leis, e lhe foi expressamente conferida pelo art. 4º do Decreto nº 23 028, de 2 de agôsto de 1933, senão também pelo próprio artigo 1º do Decreto-lei nº 292, de 23 de fevereiro de 1938.

Esperemos, pois, confiantemente"

106

PREFÁCIO DE *O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E A EDUCAÇÃO*

Por ocasião da 1.ª Conferência Nacional de Educação, que se realizou no Rio em 1941, foi lançado um volume intitulado O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação, *com o seguinte prefácio:*

"— Por que se faz esta publicação?
— De que se constitui a obra?
— Que ensinamentos contêm estas páginas?

Respondidas, em ligeiras palavras, estas três indagações, estará feita a apresentação dêste *Symposium* que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística oferece ao exame da Primeira Conferência Nacional de Educação

1 POR QUE SE FAZ ESTA PUBLICAÇÃO?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dirige suas pesquisas a todos os setores da vida nacional E como nenhum lhe permaneça estranho, é natural que seus estudos, depois de investigar a realidade brasileira em cada um dêles, procurem levar-lhes, de maneira a mais sugestiva possível, a lição dos números e dos gráficos elaborados na intenção de elucidá-los

Mas se assim acontece de modo geral, ocorre um mandamento mais imperioso em relação ao setor da educação nacional

Aqui, o interêsse do Instituto é duplo Por isso que tôdas as suas atividades se voltam para o conhecimento do Brasil, no propósito de colocar sob as vistas da Nação a paisagem clara e movimentada das suas realidades, em confronto com o que lhe é possível ou lhe é necessário, nossos Serviços de Geografia e Estatística querem e devem colaborar na obra de educação nacional, mercê da qual os brasileiros se preparam para a ação esclarecida que aquêle conhecimento tem em vista provocar E porque o êxito das suas pesquisas depende em grande parte da mentalidade dos seus informantes, que se recrutam em tôdas as classes sociais, fôrça é que o Instituto concorra quanto possa para elevar o nível da educação popular, assim obtendo que a vida brasileira se deixe registrar com fidelidade através dos inquéritos que se vão executando

Ora, a Conferência Nacional de Educação, sôbre ter em si mesma uma elevada expressão cultural, como assembléia dos dirigentes do sistema educativo brasileiro, vai examinar os problemas de base da cultura nacional, e principalmente aquêles que dizem mais de perto com a educação popular, ou sejam os do ensino primário e profissional e os da educação cívica Basta isso para fazer da sua convocação um dos acontecimentos áureos da nossa história, ponto de partida de uma nova época da política educacional do Brasil Época em que as atividades que se dedicam no País à educação do povo assumem, afinal, o caráter total e orgânico que nos impõe a dolorosa e dramática fase climatérica que estão atravessando os destinos da Humanidade.

Assim, não podia o Instituto deixar de trazer o seu aplauso, sua solidariedade e a colaboração a seu alcance, à notável iniciativa do Govêrno Federal, de que vai depender, por certo, um esfôrço decisivo a favor da educação brasileira

2 DE QUE SE CONSTITUI A OBRA?

Deliberando submeter suas atividades à apreciação da Primeira Conferência Nacional de Educação, naquilo que a pudesse interessar, julgou o IBGE que seria mais expressivo oferecer ao egrégio Concílio dos dirigentes do Sistema Escolar Brasileiro a resenha documentada das variadas e numerosas contribuições que êle próprio tem procurado trazer à cultura nacional.

Desta forma, a presente publicação não contém matéria elaborada segundo um plano prèviamente traçado, a não ser no que se refere à parte tabular E a seriação dos seus assuntos, por isso que organizada *a posteriori*, não é mais do que a distribuição dêles, em ordenada seqüência, pelas três categorias gerais das atividades do Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro, a saber — *estudos, pronunciamentos e realizações, documentação numérica*

A primeira parte é formada pela "Coletânea" daqueles trabalhos, dentre os já publicados, ou em via de publicação até o fim do corrente ano, nos dois órgãos de publicidade técnico-cultural — a *Revista Brasileira de Geografia* e a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — que dizem respeito, de maneira mais ou menos direta, a assuntos de ensino, de educação ou de cultura

Está reunido na segunda parte, conforme os seus objetivos genéricos, um "Documentário" sôbre o que realizou ou deliberou o Instituto em matéria

de assinalável alcance e interêsse para a educação pòpular ou profissional e para o progresso cultural do País

Seguem-se, na terceira parte, enriquecidos por um suplemento demográfico, os "Quadros" que resumem os resultados da estatística educacional brasileira Referem-se apenas, porém, às investigações realizadas, a partir de 1932, no regime de cooperação e segundo o plano decorrente do Convênio Inter-Governamental de 20 de dezembro de 1931, cuja expressa ratificação teve lugar não só pelo Decreto-lei federal n.º 20 826, da mesma data, como também, a seguir, por atos legislativos de tôdas as Unidades da Federação

Encerram o repertório, a título de informação sôbre a entidade editôra, alguns "Anexos". São êles. o esquema estrutural do Instituto e os esquemas funcionais de suas três alas — a Geográfica, a Estatística e a Censitária

3. QUE ENSINAMENTOS CONTÊM ESTAS PÁGINAS?

Não se havendo preparado um plano prévio para as contribuições que êste elucidário enfeixa, não se pode, òbviamente, nem exigir que essa matéria corresponda a um programa ou se subordine a determinado critério de escolha, nem tão pouco extrair dêle um conjunto sistemático de ensinamentos ou sugestões

Contudo, como as atividades do Instituto, embora ao sabor das circunstâncias do momento, se têm desdobrado quanto possível nas várias formas que as devem configurar, decorre daí que o seu panorama é bastante rico de diretrizes, de conceitos e de explanações, oferecendo, ainda que sem sistema, matéria para estudo e meditação a propósito dos diferentes aspectos sob que podem ser encarados os problemas da formação e elevação do homem.

Dos ensinamentos que se colhem nestas páginas, uns são formulados pelas vozes sábias e patrióticas — de ontem e de hoje — que se fizeram ouvir ou repercutiram através dos órgãos de publicidade do Instituto Vozes, algumas delas, verdadeiramente oraculares, de grandes vultos a quem a Pátria e a Educação tanto deveram — Rui Barbosa, Alberto Tôrres, Oziel Bordeaux Rêgo, Heitor Lira e Belisário Pena, outras, de personalidades destacadas dentre os educadores e educacionistas que mais têm lidado em prol do preparo cultural do País; e outras, ainda, de estatísticos e técnicos educacionistas, analisando, à luz dos números, aspectos do panorama que oferece à realidade multiforme e policrômica da educação no Brasil, no afã de lhes patentear as condicionantes, as características e as exigências mais imperiosas

Matéria para meditação e estudo também oferece a segunda parte da obra. São deliberações, pronunciamentos e votos de expressão coletiva, formulados pelo Conselho Nacional de Estatística, pelo Conselho Nacional de Geografia ou pela Comissão Censitária Nacional, sôbre assuntos direta ou indiretamente ligados à valorização social e espiritual do nosso povo Ou ainda notícias sôbre iniciativas e realizações do Instituto, tôdas elas ricas de ensinamentos e sugestões para os que participam da direção da vida educacional brasileira ou de qualquer forma se preocupam com os seus problemas

Finalmente, no repertório numérico de que consta a terceira parte do livro, encontra-se um tríplice testemunho Êsses números atestam, antes de tudo, e com extraordinária eloqüência, quanto foi feliz e oportuna a iniciativa da Associação Brasileira de Educação, em 1931, quando conseguiu transformar em auspiciosa realidade o inspirado pensamento de Heitor Lira, de que o conhecimento exato dos problemas do ensino no Brasil haveria de ser o ponto de partida daquela generosa campanha que se destina a construir a grandeza nacional sôbre os sólidos alicerces da Educação e da Cultura Depois, os algarismos revelam a auspiciosa progressão que, sob diferentes aspectos, se observa em tôdas as regiões do País, no desenvolvimento das atividades pedagógicas Mas testificam, também, que, sem embargo do avanço rápido já realizado ùltimamente, ainda assume vulto temeroso e apresenta perspectiva deveras sombria a obra que o Brasil precisa empreender quanto antes, a fim de imprimir à educação de sua gente o alcance, a compreensão e a eficiência por que clamam insistentemente os destinos da Pátria

Mas, a quantos espíritos se apliquem a refletir sôbre os ensinamentos, os fatos e os números que êste livro oferece, hão de impressionar as três notas tônicas que ressaltam, harmoniosas, das suas diferentes partes

A primeira delas impõe-se ao menor esfôrço de atenção É a que sugere, de tôdas as maneiras possíveis, e pelas razões mais variadas e convincentes — *espírito de sistema, convergência de objetivos* e *conjugação de recursos,* para os esforços que as três ordens do Poder Público e a iniciativa privada dedicam ou devem dedicar à educação nacional e, especialmente, à educação popular, no tríplice aspecto de ensino primário, preparo profissional e formação cívica Requisitos, êsses três, que só poderão ser satisfeitos pela instituição de um "sistema nacional" sob a égide do Govêrno Federal e por intermédio do Ministério da Educação E

108

um sistema há de ser êsse em que não só as atividades da União, como as dos Estados e Municípios, e ainda as da iniciativa privada voltadas para a educação, se articulem por mútuos compromissos, mercê dos quais a grande unidade vivificadora dessas energias possa surgir e manter-se, mas sem prejuízo das autonomias que nesse campo se defrontam necessàriamente, quer como conseqüência legítima do nosso regime político, quer como imperativo das diversificações regionais decorrentes da própria grandeza territorial do País Essa nota — a verdadeira dominante do *leit motiv* que a observação estatística põe em realce — é, aliás, objeto de uma Resolução do Conselho Nacional de Estatística em que se formularam votos por que um dos primeiros resultados das Conferências Nacionais ora convocadas fôsse exatamente uma "Convenção Nacional de Educação e Saúde" Essa Resolução está inscrita no pórtico da obra e lhe resume todo o alcance, inspirando-se visìvelmente no arguto e incisivo pensamento político expresso pelo Presidente Vargas nas palavras que lhe servem de epígrafe. "Concertada a cooperação dos podêres públicos federais, estaduais e municipais, restaria, apenas, atribuir à União o direito de organizar e superintender, fiscalizando-os, todos os serviços de educação nacional" E porque o transcendente objetivo político-cultural que essa Resolução procurou exprimir e corporificar há de merecer, por certo, a solidariedade de todos os que se desvelam no serviço da Pátria, não terá sido vã a confiança que o Conselho Nacional de Estatística pôs no seu apêlo ao ilustre titular da Educação e Saúde

A outra nota cujas vibrações se fazem ouvir em tôdas estas páginas é a de que o esfôrço do erguimento da Nação pela vitalidade cultural não pode ser realizado, mesmo com o recurso à fórmula convencional, sem que o informe uma preocupação realista, ou se acaso esquecido fôr o senso de medida Pois, sem dúvida, fracassará tudo que se fizer à revelia das mensurações objetivas referentes às necessidades e possibilidades de cada região, ou à míngua de um contrôle permanente e da análise cuidadosa dos resultados conseguidos Donde o imperativo dos levantamentos estatísticos — *antes, no decurso e depois* — de tôdas as providências que forem sendo postas em prática

Por fim, a terceira nota do acorde fundamental, de perfeita consonância, que estas páginas registram a do "sentido nacional" que precisa ser dado à obra educativa brasileira Nacional, na acepção tanto geográfica como social Nacional, quer no alcance político, quer no entrelaçamento com tôdas as demais atividades governativas; nacional, ainda, na própria orientação pedagógica Tudo, na presente obra, proclama esta verdade: ou será "nacional" a educação no Brasil, ou tenderá a não ser "brasileira", nem nos seus meios, nem nos seus processos, nem nos seus fins Esta severa advertência, tôdas as vozes, todos os fatos, todos os números que se fazem aqui ouvir formulam-na com veemência, clareza e autoridade Ouçam-na "os que tiverem ouvidos para ouvir"

Em outros têrmos. As três partes dêste livro apontam o instrumento, a técnica e a finalidade suprema que o Brasil há de pôr em obra se quiser cumprir, bem e depressa, o mais grave, o mais complexo e o mais nobre dos seus deveres o de educar os seus cidadãos E poder-se-ia também dizer: nestas páginas estão indicados, com nitidez, sinceridade e grande poder sugestivo — o *processo* (a Convenção Nacional de Educação), a *fórmula* (os inter-relacionamentos estatísticos) e o *método* (o sentido superior da unidade nacional) a que urge submeter o revigoramento da Nação brasileira, não só pela adequada formação física e profissional, como pela modelação cívica, social e moral das suas novas gerações. Em síntese, *plano, medida* e *fim* — que nestas páginas estão traçados com lucidez — e grande amor ao Brasil — por nobres e compreensivos espíritos, à luz de experiências, pesquisas e reflexões que não deixam margem a dúvidas nem a hesitações

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sente-se feliz em render um preito de homenagem e reconhecimento cívico ao preclaro Chefe da Nação, o Presidente Getúlio Vargas, e ao seu ilustre Ministro, Dr Gustavo Capanema, pelo lançamento, que a reunião das Conferências Nacionais de Educação e de Saúde assinala, das gloriosas jornadas pelas quais o Brasil espera redimir-se da "mácula que nos deve envergonhar" — no conceito do Primeiro Magistrado da República — sem embargo de nos haver sido imposta por circunstâncias inelutáveis do meio físico e das condições do povoamento "Mácula" e "estigma" que tão pungentemente lhe têm retravado as magníficas energias criadoras *ignorância e doença*

E aos esclarecidos brasileiros que nesses dois Concílios vão examinar os mais árduos e transcendentes problemas da vida nacional, apresenta, confiante em suas luzes e patriotismo, saudações mui cordiais e votos de feliz inspiração a serviço dos mais generosos anseios da Pátria brasileira"

APRESENTAÇÃO DO *VOCABULÁRIO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA*

Em seu número 18, referente ao 2.º trimestre de 1944, a RBE publicou o Vocabulário Brasileiro de Estatística. *À abertura, êste artigo do Embaixador José Carlos de Macedo Soares·*

"A Presidência do Instituto rejubila-se ao ver efetivar-se, com o presente número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, um objetivo desde cedo inscrito no programa de trabalho da entidade, e cuja consecução foi retardada até o momento, por uma série de circunstâncias que não seria oportuno examinar Com efeito, a publicação, que ora se verifica do *Vocabulário Brasileiro de Estatística* é o corolário lógico de várias iniciativas, através das quais manifestou o Conselho Nacional de Estatística o seu interêsse pela sistematização da terminologia científica em nosso idioma, atendendo assim à importância da precisão no sentido dos têrmos para o progresso do conhecimento humano, considerados os seus diferentes ramos quer isoladamente quer nas múltiplas relações de interdependência

Do ponto de vista da Estatística, a uniformidade de terminologia impõe-se de maneira particular, porque o seu alcance não se restringe, apenas aos aspectos cientfífico e doutrinário mas interessa, igualmente, os objetivos práticos da aplicação do método. Vale dizer· tanto serve de fundamento à metodologia estatística, sob um sentido teórico geral, resguardando, por essa forma, os interêsses da ciência, como atende às conveniências de ordem prática, por isso que condiciona a significados estritos a sistematização dos dados tabulares, facultando a sua comparabilidade dentro do mesmo país e no plano internacional e prevenindo os equívocos e confusões que resultam, necessàriamente de diversificados critérios terminológicos.

Em sucessivas Resoluções, traduziu o Conselho Nacional de Estatística o empenho de assegurar, no campo de sua competência específica, uma contribuição realmente valiosa ao preparo de vocabulários técnicos que dêem precisão e uniformidade à nossa terminologia científica.

Embora seja de uso universal, a metodologia estatística — isto é, o conjunto orgânico dos métodos de observação, descrição e interpretação dos fenômenos coletivamente típicos, — ainda não se tornou tão familiar às pessoas cultas como na verdade o deveria ser.

As lacunas do ensino secundário e superior, só em parte preenchidas, entre nós, por desenvolvimentos recentes, explicam essa situação, na parte que nos cabe, e justificam a ação empreendida pelo IBGE e pela Sociedade Brasileira de Estatística, no sentido de difundir a cultura estatístistica em tôdas as ocasiões e por todos os meios julgados convenientes Aliás, só do progresso dessa cultura poderá resultar um ambiente social compreensivo da utilidade e necessidade da organização estatística, ambiente êsse indispensável para que o Instituto possa realizar os fins a que serve a sua larga e multifária atividade.

Não há dúvida de que o "dicionário de estatística" é apenas um dos diferentes meios de divulgação que podem e devem ser empregados, orgânica e conjuntamente, para atingir-se aquêle objetivo É, entretanto, um dos mais eficientes e interessantes, sobretudo se tivermos em vista a utilidade que oferece a duas classes de leitores, ou sejam leigos ou especialistas A êstes, recorda, em breves instantes, a noção esquecida, ou ensina, em alguns minutos, a noção ignorada; e aos primeiros assegura, — desde que não corresponda à sua falta de cultura específica a ausência de certa cultura geral — a fácil apreensão dos princípios e aplicações elementares da técnica estatística, expostas de modo simples e claro, mas em coordenação com as fórmulas exatas e os comentários científicos destinados à classe superior dos leitores especializados

Evidentemente, a elaboração de um bom vocabulário de Estatística exige tal soma de conhecimentos que se torna tarefa de difícil execução até mesmo para um mestre dessa disciplina É um trabalho para grupos, e não de realização individual Por isso mesmo, ainda maiores louvores merece o Professor Milton da Silva Rodrigues, catedrático da Universidade de São Paulo, a quem a bibliografia estatística brasileira já deve contri-

buições de vulto, e que, aceitando o convite do Instituto e da Sociedade Brasileira de Estatística, quis enfrentar e soube superar as dificuldades apresentadas por um encargo dessa natureza.

Segundo os entendimentos preliminares entre o autor e as duas entidades, deveria ser o trabalho submetido, antes de divulgado, a uma cuidadosa revisão por parte dos técnicos do Instituto, sugerindo êste, em seguida, as modificações porventura julgadas convenientes Houve por bem, todavia, o Conselho Nacional de Estatística, na Resolução nº 246 de sua Assembléia Geral, fixar os critérios definitivos para a divulgação. Nos têrmos dessa Resolução, cabe ao Instituto promover a impressão do Vocabulário, distribuindo-o, a seguir, a tôdas as entidades técnicas ou culturais, bem assim ao funcionalismo de estatística e aos Consultores Técnicos do Conselho, afim de receber sugestões Cumpre às Juntas Executivas Regionais, por sua vez, promover nas Unidades Federadas em que têm sede quantos pronunciamentos lhes pareçam convenientes, em relação ao Vocabulário

Ainda formulou o Conselho um encarecido apêlo às suas diversas Comissões Técnicas e à própria Sociedade Brasileira de Estatística, no sentido de que não se alheiem ao exame e discussão em comum do trabalho, visando, com essa medida, o maior número de sugestões As observações e críticas assim obtidas serão encaminhadas ao redator do vocabulário-básico, no menor prazo possível Caberá, então, ao Professor Mílton da Silva Rodrigues redigir e apresentar ao Instituto as conclusões da análise a que submeter todo o material recebido De posse dêsses esclarecimentos e do relatório final do autor do projeto, a Junta Executiva Central fixará o texto definitivo, promovendo sua larga divulgação. Restará à Presidência do Instituto provar a que seja o *Vocabulário Brasileiro de Estatística* remetido oficialmente ao Instituto Inter-Americano de Estatística, como contribuição brasileira para o aperfeiçoamento da sistemática estatística interamericana

Assim, essa primeira digulgação do *Vocabulário Brasileiro de Estatística* é feita sob a exclusiva responsabilidade científica de seu autor Tal decisão foi julgada preferível em virtude de apresentar a vantagem de assegurar à edição definitiva do trabalho o concurso não sòmente dos técnicos do Instituto, a cargo dos quais ficará a revisão inicialmente prevista, mas ainda o dos leitores que, nos diferentes domínios de sua competência, quiserem indicar possíveis imperfeições ou sugerir aperfeiçoamentos Estamos certos, aliás, de interpretar os desejos do Professor Mílton da Silva Rodrigues, manifestando a esperança de que todos os cultores da estatística, aos quais a consulta do Vocabulário sugira dúvidas, objeções ou reparos de qualquer natureza, procurarão contribuir para que se torne mais perfeita a próxima edição, transmitindo suas observações ao Instituto, que, por sua vez, as encaminhará ao autor, coordenadas com as de seus técnicos Conquistarão, por êsse modo, os estatísticos brasileiros — profissionais ou não — uma parcela do reconhecimento a que fazem jus os colaboradores de uma obra com o alcance e utilidade da que ficamos a dever ao ilustre mestre paulista, contribuindo, por outro lado, para o bom êxito do serviço que as entidades editôras do *Vocabulário* têm em vista prestar à cultura brasileira.

Obedece a um objetivo especial a divulgação, no presente número da REVISTA, do trabalho elaborado para servir de base à organização do Vocabulário Brasileiro de Estatística Simultâneamente à comemoração do oitavo aniversário do Instituto, celebra-se hoje, em todo o país, o "Dia do Estatístico", instituído para intervincular espiritualmente a grande comunidade de trabalhadores da estatística, em proveito do aperfeiçoamento de sua consciência profissional Trata-se de uma efeméride particularmente grata ao coração de todos quantos nos sentimos hoje, mais do que nunca, unidos através da distância, pela solidarização em tôrno da mesma causa e de um ideal comum — o do exato conhecimento da realidade brasileira

Oferecido aos que servem nos quadros da Estatística essa nova contribuição, destinada a elevar ou desenvolver a sua capacidade técnica, procuram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Sociedade Brasileira de Estatística integrar-se cada vez mais nos objetivos que inspiram a sua atuação, concorrendo para que se crie, no país, a mentalidade estatística necessária ao esfôrço de renovação empreendido nos diferentes setores da vida nacional Instrumento de progresso e cultura, a serviço dos melhores ideais de solidariedade social e humana, a Estatística há de ser — e como tal precisa ir sendo compreendida — um dos fatôres decisivos de nossa evolução consciente, assegurada pelo conhecimento objetivo do que somos e de quanto valemos, para novos e altos destinos "

Em sinal de reconhecimento

Resoluções da Assembléia-Geral do CNE

Resoluções do Diretório Central do CNG

Resoluções da Assembléia-Geral do CNG

EM sinal de reconhecimento. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 111-120, jan./mar. 1968.

111

Em sinal de reconhecimento

Em várias oportunidades, os colégios dirigentes do IBGE registraram, de forma significativa, expressões de respeito, aprêço e gratidão ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Já em 29 de maio de 1937, por exemplo, quando se comemorava o primeiro aniversário de instalação da entidade, a Junta Executiva Central do antigo CNE aprovou uma Resolução, de n.º 13, na qual consignou votos, relativos ao ilustre brasileiro — "de felicitações pelos admiráveis resultados que a sua fecunda administração à testa do Instituto já apresenta no curto prazo de um ano, e de profundo reconhecimento pelo interêsse, tato e sabedoria por Sua Excelência constantemente revelados na direção dos trabalhos desta Junta, cujas decisões sempre foram irrestritamente apoiadas pelo prestígio das suas altas investiduras".

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA-GERAL DO CNE

RESOLUÇÃO N.º 19, DE 20 DE JULHO DE 1939

Exprime congratulações e formula um apêlo ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

A Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a relevante significação de que se reveste, para a literatura histórica brasileira, o trabalho apresentado pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares ao III Congresso de História Nacional sôbre as fronteiras do Brasil Colonial e recentemente editado em volume, no qual merece realçado, de passagem, o admirável senso artístico a que obedeceu a sua feitura gráfica;

considerando que a obra em aprêço constitue, pela vastíssima bibliografia em que se baseou o seu plano, pela erudição com que foi elaborada e pela segurança e brilho dos conceitos, um conjunto de elementos inestimáveis para a perfeita fixação do ritmo de nosso desenvolvimento histórico, sobretudo no que toca à expansão geográfica do Brasil;

considerando, também, que *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, enfeixando os resultados de uma notável série de pesquisas, representa um nôvo e significativo esfôrço do seu autor a serviço da comunhão brasileira, qual seja o de pôr em relêvo os altos fatôres morais sob cujo signo se processou, através dos séculos, a sedimentação da unidade nacional;

considerando, ainda, que o trabalho do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela autoridade histórica de que se reveste e pelo espírito nacionalista que o anima, vem oferecer uma contribuição das mais valiosas às campanhas em que se têm empenhado os órgãos dirigentes do Instituto, sob a assistência direta e patriótica de seu benemérito presidente, no sentido de uma precisa definição dos âmbitos geográficos das unidades estaduais e municipais, dentro de um alto pensamento de brasilidade,

considerando, finalmente, a excepcional importância dos estudos dessa natureza, para o perfeito esclarecimento dos problemas que entendem mais de perto com a formação geográfica e histórica do país,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam expressas, de maneira muito calorosa, as congratulações do Conselho Nacional de Estatística ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela recente publicação de seu admirável trabalho sob o título *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, formulando-se, do mesmo passo, um encarecido apêlo ao patriotismo de Sua Excelência no sentido de alongar até o Brasil-Império e o Brasil-República as pesquisas e estudos com

112

que, esclarecendo, brilhantemente, os problemas da nossa formação, enriquece, cada vez mais, a admirável fôlha de serviços prestados, pelo seu alto espírito público, à comunidade brasileira

RESOLUÇÃO N.º 279, DE 19 DE JULHO DE 1945

Presta homenagem ao Presidente do Instituto e formula vários votos.

A Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao realizar suas tarefas específicas de pesquisa, revelação e análise das condições existenciais do país, reúne subsídios valiosos para o conveniente esclarecimento dos problemas de base do Brasil;

considerando que a utilização dêsses elementos, por parte dos técnicos da entidade, tem resultado em proveitosas contribuições ao encaminhamento de muitos daqueles problemas, atinentes, uns, à nossa organização político-administrativa, e outros às necessidades econômicas e sociais da comunhão brasileira;

considerando, também, que, entre essas contribuições, figura o documentado estudo a que aludiu o Senhor Presidente do Instituto, no discurso inaugural da presente sessão da Assembléia;

considerando, ainda, a conveniência de que se crie, em tôrno dos problemas focalizados, um movimento de interêsse bem informado, na opinião pública, a fim de que possa esta, convenientemente esclarecida, e no pleno exercício da autoridade que lhe cabe nos regimes democráticos, manifestar o sentimento e a vontade nacional em relação às soluções emergentes dos estudos estatísticos e geográficos;

considerando, por outro lado, que o êxito da atuação do Instituto, nos vários setores de sua atividade técnica e cultural, é devido, antes de tudo, à elevação, prudência e descortino com que seu ilustre Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, tem sabido orientar os destinos da entidade, empenhando, no exercício da missão que lhe atribuiu a confiança do Govêrno da República, as melhores reservas de seu patriotismo, de sua cultura e de seu clarividente espírito público;

considerando que, no interregno dos trabalhos desta Assembléia, importantes empreendimentos e iniciativas assinalaram a ação do Instituto, mercê das sábias e esclarecidas diretrizes que lhe imprimiu o seu Presidente,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica anexado à presente Resolução, para que se incorpore aos anais do Instituto, quanto à parte de interêsse geral, um resumo do estudo sôbre os problemas de base do Brasil, elaborado em 1941 pela Secretaria-Geral do Instituto e então encaminhado pelo Presidente da entidade à consideração do Govêrno.

Art. 2º — O Conselho Nacional de Estatística visa, com essa iniciativa, além da apresentação da matéria ao exame dos estudiosos dos problemas brasileiros, prestar especial homenagem ao Presidente do Instituto, o eminente patrício Embaixador José Carlos de Macedo Soares, por haver apoiado, com a sua autoridade de homem de Estado e o prestígio de seu nome, o objetivo de focalizar, à luz das indicações estatísticas e segundo uma visão geral da situação nacional, os problemas versados no referido trabalho

Art. 3.º — A Assembléia manifesta a convicção de que as soluções porventura decorrentes do amplo estudo da matéria, tomarão em aprêço tôdas as suas possíveis repercussões econômicas, políticas e sociais, apoiando-se afinal no consenso geral da Nação, mediante as melhores fórmulas que encontrarem os órgãos governamentais competentes

Art. 4.º — A Assembléia consigna, de modo especial, entre as principais realizações levadas a efeito, no interregno de seus trabalhos, graças à firme e patriótica atuação do Presidente do Instituto:

a) a realização, nas melhores condições de eficiência, dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, cujos resultados foram de tão grande alcance para a mobilização econômica e militar do país;

b) o encaminhamento das providências atinentes à nacionalização das Agências Municipais de Estatística, mediante a celebração dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e o início de sua execução, com os recursos obtidos graças à "quota de estatística",

c) a instalação dos serviços centrais da entidade em sede própria, especialmente para êsse fim adquirida

Art. 5.º — Exprimindo a sua integral confiança na ação realizadora do Presidente do Instituto, a Assembléia formula votos no sentido que seja encaminhada, dentro de breve prazo, a consecução dos três seguintes objetivos da Presidência da entidade,

a) instalação dos diferentes serviços do Conselho Nacional de Geografia em sede própria e adequada à natureza específica de suas tarefas;

Na fotografia acima figuram várias pessoas diretamente ligadas às atividades estatísticas e geográficas do IBGE, *no* âmbito federal e *no* regional, em seus primeiros anos de existência. Sentados, da esquerda para a direita: M A. Teixeira de Freitas, Cristovam Leite de Castro, Alberto Cerqueira Lima, Heitor Bracete, Léo de Affonseca, José Carlos de Macedo Soares, José Carneiro Felipe, Sérgio Nunes de Magalhães, Eusébio Paulo de Oliveira, Benedicto Quintino dos Santos e Mário Melo De pé, no segundo plano, entre outros: R. S. de Paiva Meira, Pedro Barreto Falcão, Eduardo de Almeida Barbosa, Antônio P. L. Teixeira de Freitas, Hildebrando Clark, João Bastos, José Carmo Flôres, Eduardo Gonçalves, Victor Peluso Júnior, Djalma Fortuna, Nelson Pereira da Fonseca, Manuel Ribeiro Espíndola, Luís Briggs, Renato Americano, José Caimon Reis, Balduino Santa Cruz, Luiz Felipe do Rêgo Rangel, Augusto Beltrão Pernetta, André Braga, Armando Duarte Rabello, Paulo Pimentel, Raimundo Nobre Passos, José Barbosa Neto, Leomax Falcão, Antônio Matos, Antônio Peixoto Guedes, Couto e Silva, Lauro Sampaio, Adelino Vasconcelos, Júlio Benevides Uchôa A fotografia foi tomada durante uma visita feita ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira, de que era diretor o ilustre estatístico Léo de Affonseca, pelos delegados federais e estaduais às Assembléias-Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia em 1939. A menina que aparece entre o Embaixador José Carlos de Macedo Soares e o Professor Carneiro Felipe, em primeiro plano, era filha de um dos delegados presentes

b) organização, segundo os melhores padrões, das Agências Municipais de Estatística, subordinadas administrativamente ao Instituto, por intermédio das Inspetorias Regionais, e tècnicamente aos Departamentos Estaduais de Estatística, único meio pelo qual poderão aquêles órgãos de coleta primária, com a sua eficiência inteiramente assegurada, trabalhar em igualdade de condições para o Estado e a União, dando sentido real e efetivo, no campo da Estatística, ao princípio da autonomia estadual, mas resguardando, por outro lado, os interêsses da órbita federal de govêrno;

c) construção, já concedida ao Instituto, em decreto-lei, pelo Govêrno da República, do Palácio do Silogeu Brasileiro, magnífico empreendimento destinado a constituir um dos mais importantes marcos de nossa evolução cultural.

RESOLUÇÃO N.º 485, DE 10 DE SETEMBRO DE 1961

Testemunha aprêço e reconhecimento cívico ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, organizador do IBGE e seu primeiro Presidente

A Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística usando das suas atribuições, e

considerando que em 1936, como titular na pasta das Relações Exteriores, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares levou ao conhecimento do Govêrno da República os graves motivos pelos quais a direção da política internacional brasileira não podia prescindir de providências capazes de dar ao País o exato conhecimento da realidade nacional, no que tange às condições e à representação cartográfica do território, aos quantitativos e índices da sua expressão demográfica e aos aspec-

114

tos evolutivos de ordem econômica, sócio-cultural e política;

considerando que êsse pronunciamento assumiu assinalado sentido histórico e decidiu o Govêrno a alcançar aquêle objetivo com a execução da Lei nº 24 609, de 6 de julho de 1934, pela qual fôra criado o Instituto Nacional de Estatística, destinado a ser integrado, mediante convenção intergovernamental, por todos os órgãos estatísticos oficiais, bem assim pelas entidades privadas que se lhe filiassem, ficando o sistema colocado sob a direção de um Conselho de delegados políticos e técnico-administrativos da União, dos Estados e dos Territórios;

considerando que êsse Conselho deveria lançar, pela primeira vez no País, a prática do princípio paritário entre a União e suas Unidades Políticas, no tratamento dos assuntos de comum interêsse e competência, que exigissem soluções gerais e uniformes, pois aquêle órgão, na posse de autoridade delegada solidàriamente pela União e pelos Estados, exerceria jurisdição sôbre todo o sistema dos serviços estatísticos brasileiros, podendo também promover análoga sistematização com referência aos órgãos geográficos;

considerando que os objetivos da referida lei eram inéditos na América, seja em referência aos princípios e diretrizes básicas que iam ser postos em prática, seja quanto ao âmbito geográfico e à configuração política, no que se relaciona à unificação de atividades oriundas de órbitas administrativas diferentes, à multiplicidade dos encargos a assumir, à complexidade das pesquisas e dos estudos que o sistema a instituir haveria de enfrentar;

considerando que a entidade, sob o nome de Instituto Nacional de Estatística (depois mudado para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não obstante sua originalidade, foi estruturada e posta em movimento sob orientação cautelosa, mas ao mesmo tempo esclarecida e ousada, de modo a atender a todos os seus fins;

considerando que tais fins, eram, essencialmente, de natureza técnica e científica, nos domínios tanto da Sociografia como da Geografia, mas, preliminarmente, de caráter administrativo,

considerando que, em verdade, o Instituto unificou e sistematizou o conjunto das atividades governativas e privadas voltadas para os objetivos do sistema;

considerando que tal sistema ainda assumiu, subsidiàriamente, feição cultural, pela contingência de lhe ser preciso preparar o meio social e criar as fontes de informações, a fim de garantir o êxito de suas pesquisas e em seguida retirar, êle próprio, dos respectivos resultados, as principais indicações e conclusões capazes de orientar a obra governamental;

considerando que, ao mesmo tempo, ao Instituto caberia complementarmente apontar os rumos mais seguros e mais práticos, sugeridos pelos levantamentos estatísticos e geográficos, para as reformas de ordem nacional que fôssem sendo exigidas pelo progresso e segurança do País,

considerando que tal empreendimento, por certo dos mais difíceis, se realizou com êxito completo, sem embargo da escassez dos recursos financeiros de que dispôs e das dificuldades inerentes às condições do povoamento e à reduzida capacidade econômica e cultural da população brasileira,

considerando que êsse programa foi realizado, tendo o Instituto à sua frente a mesma figura de homem público que, como Ministro do Exterior, lhe proclamara a urgente necessidade,

considerando que a primeira presidência da entidade, iniciada a 29 de maio de 1936, se prolongou por mais de três lustros de intensivo esfôrço de organização, graças ao qual foram constituídos e articulados entre si os dois sistemas que ora formam os serviços estatísticos e geográficos nacionais;

considerando que êsses sistemas, hoje estendidos a todos os Municípios da República e abrangendo, em suas pesquisas, revelações e conclusões, a generalidade dos aspectos da vida brasileira, já expuseram à Nação, em têrmos claros e precisos, as condições tôdas em que vive o seu povo, as necessidades a que lhe cumpre prover e as possibilidades de reforma que já estão ao alcance dos seus propósitos de renovação e progresso;

considerando, ainda, tudo quanto o desempenho dêsse mandato — aceito sob a condição de gratuidade — representou para o Brasil, a um só tempo como obra de cultura, desenvolvimento científico e esclarecimento político, no que respeita a aspectos relevantes da existência nacional, bem como da situação do País na comunidade internacional,

RESOLVE:

Art 1º — O Conselho Nacional de Estatística afirma que, sem embargo das dificuldades deparadas, a entidade que hoje constitui o sistema geral dos serviços geográficos e estatísticos do Brasil realizou, sob a sua primeira Presidência, tanto em extensão como em profundidade, e não obstante os naturais desenvolvimentos e o esfôrço de

O Embaixador José Carlos de Macedo Soares com seus principais colaboradores da ala estatística no último ano de sua primeira administração na presidência do IBGE. Sentados, da esquerda para a direita: Renato Americano, Superintendente do Serviço Gráfico; Rafael Xavier, Secretário-Geral, que substituira nesse cargo o primeiro titular, M. A. Teixeira de Freitas; Embaixador Macedo Soares; Giorgio Mortara, Diretor do Laboratório de Estatística; Waldemar Lopes, Diretor da Secretaria-Geral. De pé, na mesma ordem, os chefes de diferentes serviços e seções da Secretaria-Geral e os diretores técnico e administrativo do Serviço Nacional de Recenseamento: Mário Ritter Nunes, Afrânio Melo, Valdecir Freire Lopes, Rubem Gueiros, Tulo H. Montenegro, Glauco Barbosa, João Mesquita Lara, M. Diégues Júnior, Antônio L. T. de Freitas, Valdemar Cavalcanti, Lourival Câmara, Paulo de Mesquita Lara e Everal Pimentel. A fotografia foi tomada no gabinete da Presidência do IBGE

consolidação ainda requeridos pela magnitude do empreendimento, os objetivos essenciais que, explícita ou implìcitamente, lhe foram propostos.

Art 2 º — O Conselho reconhece e proclama que essa notável conquista de civilização, evidentemente revestida de forma inédita em nosso Direito Público, e que conseguiu pôr em obra a cooperaçao bem ordenada entre as três órbitas governativas do País, assim a boa vontade da população brasileira e de inúmeras entidades privadas, foi devida, antes de tudo, à clarividência, tato político e devotamento patriótico com que dirigiu os destinos do Instituto o Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Art 3 º — Pelo voto de suas duas bancadas — de representantes federais e representantes regionais — o Conselho manifesta profundo e respeitoso reconhecimento ao estadista que foi o esclarecido organizador da entidade, como órgão de administração, trabalho técnico, atividade cultural, pesquisa científica e orientação doutrinária.

Art. 4 º — Num preito de justiça à benemérita atuação do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, como Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e da qual resultou um ideário cívico para a renovação nacional, o Conselho se compraz em testemunhar sua viva admiração a êsse eminente patrício, a quem tanto deve o Brasil, nos domínios da educação, da política, da administração, da cultura e da diplomacia.

RESOLUÇÕES DO DIRETÓRIO CENTRAL DO CNG

RESOLUÇÃO N.º 209, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1945

Aprova votos e congratulações ao presidente do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

116

Considerando que o ilustre embaixador José Carlos de Macedo Soares, preclaro presidente do Instituto e do Conselho, foi distinguido pelo govêrno da União com o elevado cargo de interventor federal no Estado de São Paulo;

Considerando a verdadeira consagração de homem público com que o povo e a sociedade de São Paulo o receberam, no dia da sua posse naquele cargo;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho apresenta ao eminente embaixador José Carlos de Macedo Soares, seu prezado presidente, as mais calorosas congratulações pela sua dignificante investidura no cargo de interventor federal no Estado de São Paulo, que lhe confiou o govêrno da República, em reconhecimento aos seus altos predicados de homem público e às suas excepcionais qualidades de inteligência, cultura, tirocínio administrativo e honradez

Art 2º — Ficam formulados a Sua Excelência os melhores votos do Conselho para que a gestão dos negócios públicos de São Paulo lhe seja a mais feliz possível, para benefício não só daquele grandioso estado senão também do Brasil, nesta hora sagrada da sua história, em que retoma a normalidade da sua vida, dentro dos moldes democráticos que refletem a sua tradição.

Art 3º — Em homenagem ao seu ilustre presidente, na atual qualidade de interventor federal, o Conselho fará titulações especiais em cartogramas da divisão municipal do Estado de São Paulo e bem assim em mapas do Brasil, a côres, na escala de 1:5 750 000, editados pelo Conselho

---

RESOLUÇÃO N.º 239, DE 3 DE ABRIL DE 1946

Expressa ao presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística congratulações pela criação da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede nesta capital

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando que a recente criação da "Comissão de Geografia" do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, proporcionou ao Brasil merecido relêvo no meio cultural geográfico do continente;

Considerando que a criação da referida Seção foi preconizada pela resolução n.º 44, da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, realizada em agôsto de 1944, nesta capital, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia, a qual foi presidida por S Exa o senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando, ainda, que a distinção conferida ao Brasil e ao seu órgão especializado traduz os meritórios esforços e o prestígio inconteste do senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares, seu preclaro presidente,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam expressas a S. Exa o senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares as mais sinceras e vivas congratulações pela deliberação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História de entregar ao Brasil a sua "Comissão de Geografia" recém-criada, que terá sede nesta cidade

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA-GERAL DO CNG

RESOLUÇÃO N.º 40, DE 5 DE JULHO DE 1939

Aprova um voto de louvor ao embaixador José Carlos de Macedo Soares pela publicação da notável obra Fronteiras do Brasil no Regime Colonial *de acentuado cunho geográfico.*

A Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, tomando conhecimento da obra recentemente publicada, de autoria do embaixador José Carlos de Macedo Soares, sob o título de *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial,*

Considerando que a referida obra, com preciso conhecimento da evolução verificada na linha divisória das zonas de influência dos dois imperialismos peninsulares, historiou magistralmente a fixação das fronteiras entre a grandiosa colônia portuguêsa, transfigurada no Brasil atual e os domínios espanhóis, geradores das repúblicas hispano-americanas, desde antes do seu descobrimento, como se ajustou em Tordesilhas, até à arraiada luminosa da Independência brasileira;

Considerando que o assunto se enquadra perfeitamente nas cogitações do Conselho Nacional de Geografia,

pelo aspecto lìdimamente geográfico de sua explanação, em que se harmonizam às maravilhas, a Geografia e a História;

Considerando que, para versá-lo cabalmente, o autor possui, além dos conhecimentos adquiridos em trabalhosas pesquisas, a autoridade de chanceler, que se consagrou, em sua fecunda passagem pelo Ministério das Relações Exteriores, ao exame e solução de problemas fronteiriços, resolvidos com fino tato diplomático;

Considerando que, de mais a mais, vem a refletir-se no próprio Conselho Nacional de Geografia uma parte da nomeada adquirida pelo autor, como homem de letras e de ciência, por ser presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e, portanto, do Conselho Nacional de Geografia;

RESOLVE:

Artigo único — A Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia aprova, com os mais vivos aplausos, um voto de louvor ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela publicação de sua monumental obra *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial.*

RESOLUÇÃO N.º 137, DE 10 DE JULHO DE 1945

Aprova voto de aplauso ao senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares, pelo discurso pronunciado em 4 de novembro de 1942 e dirigido aos geógrafos do país.

A Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando que o discurso pronunciado pelo presidente do Instituto, embaixador José Carlos de Macedo Soares, sôbre a participação dos geógrafos na defesa nacional, em histórica reunião de 4 de novembro de 1942, constitui documento do mais alto teor cívico, traduzindo elevados sentimentos patrióticos;

Considerando que êsse documento, por fixar diretrizes de natureza cívica e de alcance social, merece o aplauso dos trabalhadores da Geografia Nacional, ao mesmo tempo que deve ser recomendado, pela importância dos temas focalizados, ao estudo dos brasileiros;

Considerando, também, que o presidente do Instituto firmou não apenas as condições fundamentais de *união, devotamento e vigilância* para os geógrafos do país, mas ainda os princípios basilares das três liberdades — nacional, individual e econômica;

Considerando, ainda, que cumpre seja o referido discurso incorporado, com merecido destaque, aos anais da Geografia Nacional, por constituir não apenas a fixação de um determinado instante histórico da nacionalidade, como também uma séria advertência a quantos, no setor geográfico ou em qualquer outro da vida brasileira, têm responsabilidades de direção, de colaboração e de estudo;

Considerando, além disso, que a proclamação pelo Conselho Nacional de Geografia aos geógrafos brasileiros e, do mesmo modo, documento de expressivo significado cívico e cultural, condensando os três pontos de substancial valor acentuados pelo presidente do Instituto;

Considerando, finalmente, o dever de todos os geógrafos do Brasil de zelarem pela defesa do nosso patrimônio territorial, quer no período da guerra, quer ainda no de paz, e principalmente nos dias atuais, em que se torna de maior relevância patriótica a contínua atenção ao desenrolar dos problemas de após-guerra.

RESOLVE:

Art 1.º — O Conselho Nacional de Geografia consigna o seu aplauso ao embaixador José Carlos de Macedo Soares pelos patrióticos têrmos do seu discurso dirigido aos geógrafos do país, em memorável reunião realizada em 4 de novembro de 1942.

Art. 2.º — Exprimindo a solidariedade do Conselho e emprestando seu apoio àquele tão magno e histórico documento, fica incluído na presente resolução, como anexo n.º 1, o discurso mencionado no artigo anterior, que se recomenda ao aprêço e atenção de todos, pelos têrmos em que está redigido, constituindo uma advertência do mais profundo alcance cívico, aos brasileiros, em especial aos geógrafos, no sentido de manterem vivos o seu devotamento e a sua vigilância em tôrno dos problemas nacionais ligados à defesa territorial.

Art 3º — É também incluída nesta resolução, como anexo nº 2, a mensagem dirigida aos geógrafos do país pelo Conselho Nacional de Geografia, cujos têrmos estão fundamentados nos princípios fixados no discurso do presidente do IBGE

ANEXO N.º 1 À RESOLUÇÃO Nº 137

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

"Meus Senhores:

O Conselho Nacional de Geografia convocou a presente reunião coe-

rente com a atitude que assumiu ao vos dirigir uma proclamação, concitando-vos: união, devotamento e vigilância.

A primeira condição para que haja união entre os geógrafos brasileiros, é, evidentemente, constância do contato entre êles. Não pode haver união entre profissionais que se desconhecem, e labutam em campos isolados, sem oportunidades de, entre si, realizarem trocas de idéias, que deverão gerar a resultante, aceita por cada um como a natural orientação de todos

Aqui estamos para, inicialmente, reciprocarmos apertos de mãos, que nos deverão ligar sòlidamente na consecução do ideal comum: servir ao Brasil.

Depois, devemos medir bem a extensão do devotamento ao nosso país, exigido sempre, e agora mais do que nunca, dos obreiros da Geografia. Êste devotamento tem origens sentimentais — o amor à pátria —, mas, em sendo largo o espírito de sacrifício, também se apóia na inteligência Sabemos todos que as três liberdades fundamentais: a nacional, a individual e a econômica, ainda não encontraram em país algum, mesmo dos da civilização a que atingimos, nem depois dos ensinamentos da "Rerum Novarum", e da "Quadragésimo Ano", não encontraram uma fórmula criadora do equilíbrio que evite entrechoques entre êles

A liberdade nacional é a possibilidade de um povo viver livre da dominação estrangeira

A liberdade individual dá-nos a possibilidade de vivermos segundo os imperativos da dignidade da personalidade humana.

Poderemos pensar como quisermos, e agirmos de acôrdo com o nosso pensamento, desde que não ultrapassemos os limites da liberdade dos outros membros da sociedade em que vivemos.

A liberdade econômica dá-nos a possibilidade de produzirmos como quisermos, e de dispormos livremente da nossa produção; e mais ainda de vivermos — sob a égide do Estado — um nível mínimo de confôrto que permita: primeiro a defesa do nosso próprio organismo, depois, a satisfação das necessidades materiais, intelectuais, morais e espirituais de nossa família

O ideal (que certamente será alcançado apesar da hecatombe monstruosa mais do que nenhum outro povo o brasileiro deplora), é o justo gôzo, simultâneamente, das três liberdades — a nacional, a individual e a econômica. Mas na vida de qualquer organismo, não raro a anormalidade de um órgão exige sacrifícios dos demais Muitas vêzes o homem precisa privar-se de parte de suas liberdades, para não as perder, tôdas. Nos dias que correm está em jôgo a liberdade máxima, que é a nacional, sem a qual as outras perderão sua existência. Na hora atual tôdas as restrições à liberdade individual e à liberdade econômica, estão justificadas ante a necessidade mais alta de se garantir a liberdade nacional.

Sem que o Brasil possa existir desembaraçadamente, livre do guante de qualquer nação imperialista, não poderão florejar as liberdades pessoais e as liberdades econômicas.

Portanto, aqui reunidos devemos conclamar que estamos dispostos ao devotamento integral à pátria comum

Preparando-se para a guerra, que lhe foi imposta, obrigado a organizar planos de defesa, o Brasil não vai exigir, agora, dos geógrafos brasileiros, trabalhos de alta precisão, quer dizer levantamentos astronômicos e geodésicos Talvez não seja mesmo possível a realização da Geografia de precisão, isto é, levantamentos topográficos de planimetria ou de altimetria, ou levantamentos aerofotogramétricos, sejam mosaicos, fotocartas ou mapas topográficos Mas o que o Brasil pode e deve exigir de seus geógrafos são trabalhos continuados de Geografia expedita e de Geografia informativa.

Graças à labutação persistente do Conselho Nacional de Geografia já foi constituída rica rêde de pontos de posição astronômica exatamente conhecida. Refiro-me à notabilíssima campanha das coordenadas geográficas em boa hora empreendida pelo Conselho Nacional de Geografia

Conjugados com outros trabalhos já realizados, como a campanha altimétrica, e a dos mapas municipais, com a descrição das divisas intermunicipais e interdistritais, já possuímos estrutura cartográfica na qual se podem apoiar, com critério científico, os fatôres de Geografia expedita e de Geografia informativa.

Mercê dos elementos de precisão já acumulados, em tão curto tempo pela nossa casa de trabalho, os geógrafos brasileiros já podem fazer o preenchimento das cartas que se tornarem necessárias, e cujo arcabouço já está cientificamente delineado.

O Brasil confia na colaboração dedicada dos geógrafos e dos professôres de Geografia, no sentido de se ativar corajosamente em todo o vasto território nacional, os trabalhos conducentes a um surto glorioso de Geografia expedita e de Geografia informativa

Mas todo o labor a ser realizado precisa obedecer a um lema vigilância É imperativo da defesa nacional a vigilância nos elementos recolhidos nos reconhecimentos, nas excursões e nas viagens; vigilância nas atitudes dos que se entregarem a trabalhos geográficos, a fim de que seja impedida a atividade dos inimigos, notadamente a ação insidiosa e desleal dos "quinta-colunistas" E, sobretudo a mais alta vigilância nas informações que prestardes, e que só deverão ser feitas, para não serem desencaminhadas, a autoridades sabidamente responsáveis

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizando esta reunião cumpriu um dever, e se permite afirmar que todos os que aqui se acham, geógrafos ou professôres de Geografia saberão também cumprir dedicadamente o seu dever para com a pátria"

ANEXO N.º 2 À RESOLUÇÃO N.º 137

PROCLAMAÇÃO AOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

União

Na hora grave que vivemos, quando o Brasil se levanta em reação à brutal agressão de que foi vítima, constitui imperativo nacional a união de todos os brasileiros O Brasil necessita mobilizar as suas fôrças — materiais e morais — para vencer essa onda de ignorância e perversidade que, no seu processado violento e desumano, depois de ensangüentar alhures nações alheias ao dissídio, acaba agora de atingir em cheio o nosso Brasil, roubando-lhes vidas numerosas e caras, e tentando sustar-lhe o ritmo de progresso surpreendente

Cumpre que os brasileiros, numa compreensão exata do mal extremo — aquêle que fere a pátria comum —, esquecidos de quaisquer divergências, apartados das dissenções pessoais, formem um bloco só, coeso, impenetrável, resistente

Os obreiros da Geografia Nacional, êsses admiráveis técnicos da descrição da pátria que, em todo o tempo, têm seus labôres no solo fixados, hão de ser necessàriamente líderes da coesão nacional, tão nítida lhes é a imagem do Brasil, tão grande o carinho que devotam à terra palmilhada, tão sentido e compreendido lhes é o território brasileiro, nas suas dimensões, nos seus encantos, nas suas possibilidades

Geógrafos! Cabe-vos missão a mais alta: dizer aos vossos irmãos como é a nossa terra, desvendar-lhes os segredos dos nossos recursos naturais e conduzi-los à convicção crescente de quanto é grandioso o patrimônio a defender!

Avante, geógrafos, em defesa do Brasil!

Devotamento

É penosa a pesquisa geográfica Desenvolve-se *in natura*, longe dos núcleos povoados, valendo-se sòmente dos recursos que os operadores êles próprios conduzem Luta sempre o obreiro da Geografia: as matas lhe dificultam a marcha, os rios cortam a sua caminhada, as escarpas lhe impõem a ascensão perigosa, os animais ferozes o atacam, os insetos lhe transmitem doenças, as tempestades o atingem desprotegido, o isolamento lhe enche a alma de nostalgia

Porém, agora mais do que nunca o Brasil necessita da Geografia, valiosa auxiliar que é da estratégia, porque o plano das manobras táticas depende muito do conhecimento preciso do terreno em que se há de desenvolver Daí a importância da colaboração dos geógrafos na hora presente.

Geógrafos! Em bem do Brasil, caminhadas, cansaços, dificuldades, doenças, intempéries, nostalgias, tudo haveis de dominar com a vossa energia patriótica a fim de que, executando com inexcedível devotamento as tarefas que vos couberem, sem medir sacrifícios de qualquer espécie, proporcioneis às autoridades competentes um melhor conhecimento do território brasileiro!

Vigilância

Na guerra moderna surgiu uma nova arma, a chamada "quinta-coluna" Pior de tôdas as armas, porque as outras significam o choque franco de homens e de máquinas conduzidos por uma convicção, ao passo que ela é a subversão das consciências, fere fundo a moralidade das gentes, é capciosa, traiçoeira, abominável, não luta, antes dissolve, destrói sem aparecer, é como micróbio ignóbil a corroer o organismo viril, agindo dentro dêle mesmo, escondido, despercebidamente, miseràvelmente, inglòriamente, paulatinamente até a eclosão mortal das fraquezas e falecimentos

É necessário tôda vigilância para invalidar a atuação manhosa e sutil do ignóbil "quinta-coluna"

Alerta! Sempre alerta, geógrafos do Brasil!

Vós sois dos mais visados por essa arma nova, porque o inimigo precisa conhecer as características e as possibilidades do território cobiçado

120

Alertai-vos se encontrardes no vosso caminho "colegas", cujos trabalhos de campo não apresentem justificativa clara: procurai direta ou indiretamente saber-lhes a nacionalidade, a região, que estudaram ou levantaram, os trabalhos que realizaram e para que fim, e, tal seja o resultado das vossas sindicâncias, denunciai-os às autoridades competentes.

Alertai-vos, também, quanto ao sigilo das informações geográficas. Os súditos dos países em guerra com o Brasil não deverão ter entrada nos vossos gabinetes, nem consultar, por vosso intermédio, documentos geográficos, nem participar das vossas conversações técnicas Mais ainda, deveis usar do máximo cuidado no proporcionar a terceiros informações sôbre o nosso território; a consulta a documentos deverá, quanto possível, ser registrada, de modo a saber-se em qualquer tempo quais pessoas se interessaram por determinados estudos e regiões, informações, que pela sua natureza e importância, mereçam certa reserva, deverão ser encaminhadas sòmente às autoridades do país.

Geógrafos do Brasil!

Unidos, devotados e vigilantes haveis de constituir uma das falanges valorosas de que o Brasil precisa para sua defesa

Viva o Brasil!

Rio de Janeiro, setembro de 1942

José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOÇÃO *

A Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando o alto significado geográfico, político, administrativo e histórico que constitui a delimitação exata das linhas limítrofes, de um modo geral;

Considerando que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro atingiram o objetivo comum de demarcar, definitivamente, com 78 marcos de concreto, a sua linha de junção,

Considerando que cada marco chantado simboliza um entendimento, um liame, uma aproximação, além de conter um sentido de consciência cívica;

Considerando que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro suportaram os efeitos da indecisão de contatos indefinidos por mais de um século;

Considerando que se deve ao eminente brasileiro, embaixador José Carlos de Macedo Soares, quando interventor no Estado de São Paulo, a patriótica iniciativa de dar comêço aos trabalhos que ora chegam ao seu têrmo, de pacífica interpretação da linha divisória das duas unidades da Federação, com os mais edificantes resultados;

Considerando que o embaixador José Carlos de Macedo Soares foi quem presidiu a primeira reunião das duas delegações estaduais, incumbidas dessa tarefa, no palácio dos Campos Elísios, na cidade de São Paulo;

Consigna, em seus anais, um voto de congratulações com o embaixador José Carlos de Macedo Soares que, como instaurador do IBGE, fêz assinalar o mérito da instituição geográfica nacional, ao aplicar os seus postulados, na definição correta de uma linha geográfica, que é, hoje, mais um dos laços fraternos, que estreitam a imperecível amizade entre paulistas e fluminenses.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1959, ano XXIV do Instituto

* Moção aprovada na XIX Sessão Ordinária da Assembléia-Geral do CNG, realizada em 1959

Bibliografia de José Carlos de Macedo Soares (1883-1968)

BIBLIOGRAFIA de José Carlos de Macedo Soares (1883-1968). *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 15-26, jan./mar. 1968.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA DE JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES (1883-1968)

Bibliografia levantada por Nathalia Alves Ferreira Ramos e Maria Ivo Ferreira Santos, da Diretoria de Documentação e Divulgação, com base nas publicações existentes na Biblioteca Waldemar Lopes, do IBE, e na Biblioteca do IBG, bem como do catálogo da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras e do Catálogo Coletivo Nacional, mantido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

O levantamento não foi exaustivo e muitas referências, sobretudo as mais antigas, estão incompletas por terem sido extraídas de fontes secundárias.

CONVENÇÕES — Indicação bibliográfica — 3 (3) :626-35, jul/set 1941 — significa: volume 3 (fascículo ou número 3) : páginas 626 a 635, data (mês e ano) do fascículo ou volume

1 — OBRAS E FOLHETOS

1

Os falsos trophéos de Ituzaingó São Paulo, Casa Editora O Livro, 1920 153 p., il.

2

The false trophies of Ituzaingo Translated from the Brazilian edition by Conceição de Almeida Rodriguez and Gabrielle de Berchtold-Burke |Paris, Paul Dupont| 1930. 149 p

3

Acontecimentos de julho de 1924 São Paulo, Ed. Monteiro Lobato, 1925.

4

Justiça. A revolta militar em São Paulo. Pref do prof. A. de Lapradelle Paris |Paul Dupont| 1925. 517 p

5

O Brasil e a Sociedade das Nações Paris, Pedone, 1927. 347 p

6

El Brasil y la sociedad de naciones. Carta prólogo del conde de Romanones. Trad. castellana de Valentin de Pedro. Madrid, Espasa-Calpe, 1927. 270 p.

7

Brazil and the League of Nations. Introduction by Lord Phillimore Paris, Pedone, 1928 270 p

8

Le Brésil et la Société des Nations. Préf de M. Gabriel Hanotaux Paris, Pedone, 1927. 278 p

9

A borracha. Estudo econômico e estatístico. Pref. do senador Antônio Carlos. Paris, Chauny et Quinsac, 1927 163 p fasc., tab.

10

Le caoutchouc Étude économique et statistique . Préface de M A -D Luttringer . Paris, Villard |1928| 160 p. (Encyclopedie du caoutchouc et des matières plastiques)

11

Rubber An economic and statistics study Pref. to the Brazilian edition by Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada and an pref. to the English edition by Phillip Schidrowitz London, Constable, 1930 93 p

12

Der Kautschuk Eine werts claftliche un statische studie. Mit einem Vorwort von Walter Lindemann |Deutsch von Dr Alfred Marcus| Zurich und Leipzig. Orell Füssli Verlag |1930| 127 p

13

Discursos, rumos da diplomacia brasileira. Rio de Janeiro, J Olympio, 1937. 209 p

14

Fronteiras do Brasil no regime colonial Ilustr. e mapas de J. Wasth Rodrigues. Rio de Janeiro, J Olympio, 1934 230 p (Coleção Documentos Brasileiros, dir. de O. Tarquínio de Souza, 19), |Bibliografia, p 227-35| Publicado anteriormente In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3 Rio de Janeiro, 1938 —

16

Anais. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1944 v. 9, p 3-238, mapas |Bibliografia p 229-38|

15

Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil Rio de Janeiro, J. Olympio, 1942 183 p

16

A eloqüência e a sabedoria de Santo Antônio de Lisboa Rio de Janeiro, 1943.

17

Interdependência econômica das Nações. Participação do Brasil nos planos econômicos e financeiros internacionais. Rio de Janeiro, Serv. Gráf do IBGE, 1943. 31 p. |Tese apresentada ao Congresso Brasileiro de Economia|

18

Discursos acadêmicos de posse São Paulo, Gráfica Edanee, 1951

Conteudo: Academia Brasileira de Letras — Academia de Ciências Econômicas de São Paulo — Academia Brasileira de Filologia

19

Fontes da história da Igreja Católica no Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1954 338 p facs. |Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 220· 7-338, jul /set 1953|

Tese apresentada ao Congresso Interamericano de História e Arte Religiosa, em Buenos Aires

20

Conceitos de solidariedade continental |Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959| 146 p.

Discursos proferidos em 1956, 1957 e 1958, por ocasião de visitas ao Paraguai, Uruguai, Chile, Peru e Equador, focalizando temas políticos, literários e outros, à luz do pan-americanismo

2 — DISCURSOS E CONFERÊNCIAS
2 1 — NO IBGE
2 1 1 — DISCURSOS E RELATÓRIOS

21

|*Discurso proferido no ato de instalação do Instituto Nacional de Estatística*| em 29 de maio de 1936

Cópia datilografada constante dos arquivos do Serviço de Comunicações do Instituto Brasileiro de Estatística.

22

Relatórios de 1937-1950, apresentados pelo Presidente do Instituto ao Sr. Presidente da República. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1939-1952. 13 v.

23

Atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *1* (1) :95-103, jan /mar. 1939 (Noticiário).

Relatório lido pelo Presidente do IBGE na cerimônia de instalação da primeira sessão das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, a 1.º de julho de 1937, no salão de Conferências do Palácio Itamarati

24

Atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *1* (2) :113-8, abr /jun. 1939 (Noticiário)

25

——— *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *1* (4) : 131-7, out./ /dez. 1939 (Relatórios, resoluções, leis)

26

——— *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *3* (3) :741-8, jul./ /set. 1941 (Relatórios, resoluções, leis)

27

Discurso. Rio de Janeiro, 1941 |Inauguração da 1.ª Exposição Nacional de Educação e Estatística, Gioânia, 1940|

28

Diretrizes fundamentais da estrutura e atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *1* (2) :195-8, abr./jun. 1940.

Trechos do discurso pronunciado quando da visita dos Colégios de direção do Instituto ao Sr. Presidente da República, em 29 de maio de 1939

29

|Mensagem|. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *1* (3)· 599, jul./set 1940 (*Resenha* — A Igreja Católica e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Dirigida a Sua Santidade, o Papa Pio XII, ao lhe ser enviada a Resolução nº 127, da Assembléia Geral do CNE, que apresenta ao Govêrno brasi-

leiro as diretrizes que lhe parecem essenciais a uma acertada orientação política

30

|Discurso|. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *2* (6) .359-62, abr./jun 1941 (Resenha — O quinto aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Pronunciado em audiência especial concedida pelo Sr. Presidente da República, no Palácio do Catete, aos membros dos três Colégios componentes do Instituto

31

|Discurso|. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *2* (6) : 364-70, abr /jun. 1941 (Resenha — O quinto aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Pronunciado na sede do Instituto na sessão comemorativa do aniversário do IBGE

32

———. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *2* (6) :376, abr /jun 1941 (Resenha — O IBGE e os problemas da segurança nacional)

Pronunciado na sessão especial da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, em 17 de abril de 1941, com a finalidade de receber os oficiais da Escola do Estado Maior do Exército, que estagiavam junto à Secretaria Geral

33

——— *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *2* (7) 732-7 jul /set 1941 (Resenha — Sessão da Assembléia Geral dos Conselhos dirigentes do I.B G.E)

Escrito para a sessão solene de instalação dos trabalhos das Assembléias Gerais, a 1 º de julho de 1941.

34

——— *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *2* (7) : 759-62, jul /set. 1941 (Resenha — Inaugurada a "Secção Oziel Bordeaux Rêgo" na Biblioteca Central do IBGE)

Pronunciado no ato da inauguração da nova secção da Biblioteca

35

——— *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *4* (1) : 168-8, jan./mar. 1942 (Noticiário — Embaixador José Carlos de Macedo Soares)

Proferido no Instituto Histórico e Geográfico, ao agradecer a sua eleição para Presidente perpétuo daquele Instituto

36

|Mensagem ao Presidente da República, Dr. Getúlio D. Vargas| *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *3* (10) : 376-8, abr /jun 1942 (Resenha — VI aniversário da instalação do IBGE)

Faz breve relato das atividades do órgão e oferece publicações dos dois Conselhos

37

Proclamação aos geógrafos. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *3* (11) : 538, jul /set. 1942 (Resenha) Publicado também na *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *4*(4) :877-8, out / /dez 1942 e no *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, CNG, *6* (72) : 1438-9, mar. 1949.

Proclamação aos geógrafos brasileiros, a propósito do papel que lhes cabe no esfôrço de guerra do País

38

|Discurso|. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *4* (3) : 635-9, jul /set 1942 (Noticiário — V Sessão Ordinária de Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Estatística e Geografia)

Escrito para a abertura das solenidades da V Sessão realizada em Goiânia, GO, a 1 º de julho de 1942

39

———. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *3* (12) : 677-8, out./dez. 1942 (Resenha — O IBGE e o esfôrço de guerra no Brasil). Publicado também na *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *4* (4) : 875-7, out./dez. 1942 e no *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, CNG, *6* (72) : 1437-9, mar 1949.

Dirigido aos geógrafos a 4 de novembro de 1942, na Sala Varnhagen, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

40

Estatística, geografia e recenseamento. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *3* (11) 393-400, jul /set 1942.

Discurso-relatório pronunciado na instalação das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto, em julho de 1942

18

41

A obra de prospecção nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *4* (14): 179-92, abr /jun. 1943.

Breve retrospecto histórico da constituição do IBGE, realçando o mérito da cooperação interadministrativa. Realizações da entidade, em sete anos de existência, no campo da geografia e da estatística e em sua atuação cívica e cultural.

42

|Tese| *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *5* (17): 168-9, jan./mar 1944 (Resenha — Congresso Brasileiro de Economia)

Trecho da tese apresentada ao Congresso, referente à interdependência econômica das nações.

43

|Discurso| *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *6* (3): 406, jul /set 1944 (Noticiário — II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia)

Pronunciado na 1.ª sessão preparatória do certame, a 14 de agôsto de 1944.

44

———. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *5* (19): 447-50, jul./set. 1944 (Resenha — As comemorações do oitavo aniversário do IBGE e do "Dia do Estatístico") Publicado também na *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *6* (2): 290-5, abr./jun. 1944

Saudação ao Sr. Presidente da República, no Palácio do Catete em visita de cumprimentos dos dirigentes do IBGE ao Chefe da Nação, a 29 de maio de 1944

45

——— *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *5* (19): 451-2, jul./set. 1944 (Resenha — As comemorações do oitavo aniversário do IBGE e do "Dia do Estatístico")

Saudação dirigida aos estatísticos, no programa "Hora do Brasil", comemorando o 8.º ano de instalação do Instituto.

46

———. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *6* (22): 298-9, abr./jun. 1945 (Resenha — Aniversário da instalação do IBGE e "Dia do Estatístico")

Pronunciado nas solenidades de comemorações do nono aniversário do IBGE, a 29 de maio de 1945

47

Discurso. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *6* (22): :300-1, abr./jun. 1945 (Resenha — Aniversário da instalação do IBGE e "Dia do Estatístico")

Pronunciado no Palácio do Catete, durante a visita feita ao Sr. Presidente da República pelos membros dos Colégios dirigentes do IBGE, a 29 de maio de 1945

48

——— *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *6* (23): 561-2, jul /set 1945 (Resenha — Seminário de Estudos Geográficos)

Proferido na abertura do Seminário, a 24 de julho de 1945, na sede do CNG.

49

Estatística, geografia, recenseamento *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *6* (23): 349-62, jul /set 1945 Publicado na *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *7* (3): 505-15, jul./set 1945.

Discurso-relatório pronunciado na instalação da sexta sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto, em julho de 1945

50

|Discurso| *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *10* (3) 466, jul /set. 1948 (Noticiário — Carta corográfica do Estado do Rio de Janeiro)

Pronunciado no ato da assinatura do convênio entre o Estado do Rio de Janeiro e o Conselho Nacional de Geografia para a elaboração de uma carta corográfica daquele Estado

51

——— *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *10* (4): 615-6, out./dez 1948 (Noticiário — VIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia). Publicado também na *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *9* (35): 825, jul./set. 1948.

Pronunciado na instalação dos trabalhos da VIII Sessão Ordinária, a 1.º de julho de 1948.

52.

———. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *11* (3): 452-3,

jul./set. 1949 (Noticiário — I Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia)

Proferido na Sessão solene de instalação da I Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia, realizada a 12 de setembro de 1949, no salão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

53

|Discurso|. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *12* (3) : 479-80, jul /set 1950 (Noticiário — X Assembléia Geral dos Conselhos de Geografia e Estatística). Publicado, também, na *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *11* (43) : 491-2, jul./set 1950.

Sauda os Delegados à Assembléia

54

———. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *16* (64) : 379-80, out./dez 1955 (Reportagem — Seminário Latino-Americano sôbre Estudos Demográficos)

Pronunciado no Palácio Itamarati, na sessão de abertura do Seminário.

55

———. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *16* (64) 389-90, out /dez. 1955 (Resenha — Na Presidência do IBGE o Embaixador Macedo Soares). Publicado também na *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *17* (4) : 566-7, out. /dez. 1955.

Posse na Presidência do IBGE, em solenidade realizada no auditório do CNE, a 25 de novembro de 1955

4 1 2 — APRESENTAÇÕES E PREFÁCIOS

56

Prefácio. *Anuário Estatístico do Brasil, 1937.* Rio de Janeiro, 3: I-V,1937

Apresentação do Anuário, contendo informações sôbre a sua organização e conteúdo.

57

——— *Anuário Estatístico do Brasil, 1938.* Rio de Janeiro, 4: XXXVII-XLVI, 1939.

58

———. *Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40.* Rio de Janeiro, 5: XLIX-LXI, 1941.

59

———. *Anuário Estatístico do Brasil, 1948.* Rio de Janeiro, 9: VII-XV. 1949.

60

|Prefácio|. *Anuário Estatístico do Brasil, 1949.* Rio de Janeiro, 10:VII-XXI, 1950

61

Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *1* (1) : 3-6, jan. 1939.

Apresenta a publicação, ressaltando a sua importância na divulgação dos conhecimentos geográficos e a sua missão no âmbito da geografia moderna

62

Palavras de apresentação. *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *1* (1) : 3-6, jan./mar. 1940.

Apresenta a publicação, indicando seus objetivos e ressaltando sua importância na difusão e elevação da cultura estatística

63

Prefácio In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *Divisão territorial dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1940. 451 p., p. V-VIII.

Apresentação do volume que contém o quadro territorial, administrativo e judiciário das Unidades da Federação, fixado para o qüinqüênio 1939-43, focalizando sua vinculação ao Decreto-Lei n.º 311/38, e as principais características do trabalho

64

Apresentação. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a ortografia.* Rio de Janeiro, 1941. 111 p., p. XI-XIV.

Documentário oferecido e dedicado à Academia Brasileira de Letras.

65

Ofício do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística à Academia Brasileira de Letras. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a ortografia.* Rio de Janeiro, 1941. 111 p., p. 97-100.

66

Apresentação. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Município.* Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1941. 153 p. Mapa e esquema estrutural em anexo. p. |9|

20

Apresenta a resenha oferecida e dedicada ao II Congresso Inter-Americano de Municípios, reunido em Santiago do Chile, de 14 a 20 de set de 1941

67
Palavras de apresentação *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *2* (8) · 817-22, out /dez 1941

Apresenta a publicação, dedicada à I Conferência Nacional de Educação e Estatística, Goiânia, 1940

68
Apresentação. *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, CNG, *1* (1) : 3-4, abr 1943. (Editorial do mês)

Apresenta a publicação e expõe suas finalidades

69
Apresentação do Vocabulário Brasileiro de Estatística *Revista Brasileira de Estatística,* Rio de Janeiro, *5* (18) 187, abr /jun 1944

Breve exposição sôbre o trabalho elaborado pelo Prof Milton da Silva Rodrigues, a convite do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Sociedade Brasileira de Estatística Origens da iniciativa e sua importância para a estatística brasileira Critérios para a divulgação fixados pelo Conselho Nacional de Estatística Solicitação de contribuições para o texto definitivo

70
Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *6* (3) 311-2, jul /set. 1944.

Número especial dedicado à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, e ao X Congresso Brasileiro de Geografia

71
Antelóquio *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, 52 3-4, 1945

Apresenta o nº da Revista dedicado ao 1º centenário de nascimento de José Maria da Silva Rodrigues, Barão do Rio Branco

72
Prefácio. In: SILVA, Moacir Malheiros Fernandes, 1891-1967 — *Geografia dos Transportes.* Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1949 270 p il p VII-VIII

73
|Apresentação| *Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *1* (1) : 3-4, jul /agô 1950

Apresenta a publicação, indicando seus objetivos

2 2 — NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

74
|*Homenagem quando, como Ministro das Relações Exteriores, visitou a Escola Paulista de Medicina*| São Paulo, 1935

75
Discurso no Palácio Itamaraty Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, 1936

76
Discurso proferido por S Exa no banquete oferecido a S. Exa. o Sr Eleazar Videla. Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, 1936 20 p

77
Discurso proferido en el banquete ofe-recido a sua excelencia el señor Eleazar Videla |Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, 1936|

78
Discursos proferidos pelos Srs Ministros Agamenon Magalhães e em 3 de junho de 1937. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937 12 p

79
O espírito do Itamaraty |Rio de Janeiro |Ministério das Relações Exteriores |1948| 12 p Discurso pronunciado na sessão solene em homenagem ao Embaixador João Neves da Fontoura

80
Discurso do Ministro proferido em 14 de novembro de 1955, ao assumir a pasta das Relações Exteriores do Brasil. São Paulo, |Tip Edanee, 1955. 8 p| Transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico,* Rio de Janeiro, 229 339-40, out /dez 1955

81
O Itamaraty no Govêrno Nereu Ramos 14-XI-1955—31-I-1956 |Rio de Janeiro| Ministério das Relações Exteriores, |1956| 16 p

82
Discurso na Assembléia Legislativa de São Paulo In RECEPÇÃO da As-

sembléia Legislativa do Estado de São Paulo ao Embaixador . . São Paulo, 1956. 16 p., p. 9-15 |Separata de *Atualidades,* da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, |1956|

83
Relatório do Ministro das Relações Exteriores, 1955-1957. Rio de Janeiro.

84
Discurso do Chanceler Macedo Soares In: O CHANCELER Macedo Soares deixa o seu alto posto. |s n. t.| |Separata de *Atualidades,* da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, jul. 1958|

2 3 — NO GOVÊRNO DE SÃO PAULO

85
Discurso de posse de Interventor Federal, em São Paulo, 1945 |Rio de Janeiro| Palácio do Catete, 1945

2 4 — NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1934

86
Discurso. Pronunciado na Assembléia Nacional Constituinte na 91.ª Sessão em 10 de março de 1934 São Paulo, Instituto D Anna Rosa, 1934. 35 p.

87
Autonomia municipal. Discurso pronunciado pelo representante do Estado de São Paulo na 114 ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 31 de março de 1934 São Paulo, Instituto D. Anna Rosa, 1934. 18 p

88
Validade jurídica ao casamento religioso Discurso pelo representante do Estado de São Paulo na 156.ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 28 de maio de 1934 São Paulo, Gráfica Edanee, 1934 |11 p.|

89
Actos de govêrno e actos de govêrno discricionário. Discurso pronunciado pelo representante do Estado de São Paulo na 162 ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 4 de junho de 1934 São Paulo, Gráfica Edanee, 1934 |6 p.|

2 5 — NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

90
Discurso In *Recepção a José Carlos de Macedo Soares na Academia Brasileira de Letras em 10 de dezembro de 1938.* Rio de Janeiro, 1938, 43 p p. 7-23

91
Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras em 10 de dezembro de 1938. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Rio de Janeiro *Discursos Acadêmicos,* 1944 v 11.

92
Discurso de abertura do Curso Camões, na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1942

93
Discurso de encerramento do Curso Camões na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1942.

94
Programa de Trabalho de 1943 da Academia Brasileira de Letras, lido na Sessão de 31 dez. 1942 |s n. t|

95
Ano acadêmico de 1943. Relatório. *Revista da Academia Brasileira de Letras,* Rio de Janeiro, 41, 1942. Publicado também nos *Anais da Academia Brasileira de Letras.*

96
Discurso ao deixar a presidência da Academia Brasileira de Letras 1943. Rio de Janeiro, 1948

97
Discurso In RECEPÇÃO de Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras em 7 de outubro de 1946 São Paulo |Elvino Pocai| 1947 95 p

98
Frei Gabriel Téllez (Tirso de Molina) São Paulo, Gráfica Edanee, 1949, 39 p. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 202. 265-82, 1949 |Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras aos 2 de dez de 1948, por ocasião do 3.º centenário da morte de Tirso de Molina|

99
Frei Gabriel Téllez (Tirso de Molina) Revista Estudios, Madrid, 1949

22

|Conferência pronunciada en la Academia Brasileira de Letras a proposito del III Centenário de la muerte de Fray Gabriel Tellez (Tirso de Molina), en el 2 de diciembre de 1948|

100
Tirso de Molina. São Paulo, Tip. Ideal |Irmãos Canton| 1949. 30 p

101
———. Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras. São Paulo, Gráfica Edanee, 1949.

102
Cervantes en el Brasil. *Revista da Academia Brasileira de Letras,* Rio de Janeiro, 74: 169, 1949.

103
———. *Boletim de la Academia Argentina de Letras,* Buenos Aires, *16* (61) 1949 (Homenaje a Cervantes)

104
——— São Paulo, Tip. Ideal |Irmãos Canton| 1949. 27 p.

105
O teatro jesuítico (Aula no Curso de Teatro da Academia Brasileira de Letras) São Paulo |Gráfica Edanee| 1954. 21 p.

106
El teatro jesuítico en el Brasil Trad espanhola de Walter Belo Rio de Janeiro, 1956.

107
Juan Zorrilla de San Martin. Oração (pronunciada na Academia Brasileira de Letras) Rio de Janeiro, 1955 7 p. |Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 228: 416-20, jul /set. 1955|

108
Augusto de Lima. Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, na sessão de 16 abr. 1959, comemorativa do centenário de nascimento do poeta. São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, 1959, 7 p. |Separata de *Atualidades,* da São Paulo Cia. Nacional de Seguros de Vida, abr. 1959|

109
Aula no curso de Historiografia da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro |Imprensa Nacional| 1959. 14 p. |Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 240: 311-22, jul /set. 1958|

2 6 — NA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

110
Antônio Vieira — Afrânio Peixoto. Discurso na Academia Brasileira de Filologia, ao ser empossado na Cadeira de Afrânio Peixoto, em 27 de novembro de 1950. São Paulo. Gráfica Edanee, 1951. 31 p. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 210: 157-74, jan /mar. 1951 |Conferência|

2 7 — NA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

111
Três biografias São Paulo, Academia Paulista de Letras |s. d|

112
Os Alcântaras Machado Rio de Janeiro, 1956 24 p Transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 230: 448-71, jan /mar 1956 Publicado também em separata da mesma revista.

Discurso pronunciado na Academia Paulista de Letras, na sessão solene de inauguração da sede social, realizada em 19 de novembro de 1955

113
Cinqüentenário da Academia Paulista de Letras. São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, 1960 14 p. Transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 249: 407-14, out /dez. 1960.

2 8 — NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

114
Palavras ao comércio. São Paulo, Instituto D Anna Rosa, 1924 39 p |Discurso pronunciado na Associação Comercial de São Paulo aos 15 de fevereiro de 1924|

115
Associação Comercial de São Paulo Relatório sôbre as providências tomadas durante a revolta de 1924 |s n. t.|

116
A indústria das falências São Paulo, Martinelli, Maia & Cia., 1924, 11 p |Discurso como Presidente da As-

sociação Comercial de São Paulo na sessão de Diretoria, realizada aos 20 de março de 1924|

117

A política financeira do Presidente Washington Luiz. São Paulo, Instituto D. Anna Rosa, 1928. 76 p. |Discurso pronunciado na sessão solene da Associação Comercial de São Paulo, 26 de nov. de 1927|

118

O Cardinalato. São Paulo, 1930. LXI p. |Conferência feita no Seminário Archiepiscopal de São Paulo, em 17 de setembro de 1930|

119

El Cardenalato. Trad. castellana de Emílio de Goicoolea y Maruri. São Paulo, Instituto D. Anna Rosa, 1931. LXI p.

120

Le cardinalat. Trad. de Mme. Heloisa C. de Azevedo Rocha, Paris, E Muller, 1932. 60 p.

2 9 — NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

121

Discurso na posse da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 174: 746-7, 1939.

122

São Francisco de Assis, precursor da *Rerum Novarum. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 176: 331-40 1941.

Proferido na sessão especial de 29 de maio de 1941, em comemoração ao cinqüentenário da Encíclica

123

|Discurso| *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 176: 581-2, 1941 (Assembléia Geral em 15 de dezembro de 1941. Sessão 1696)

Palavras proferidas ao tomar posse como Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico.

124

Página de saudade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 182: 3-4, jan./mar. 1944 (In memoriam de Max Fleiuss)

Introdução ao número dedicado a Max Fleiuss, Secretário Perpétuo do Instituto.

125

Santo Antônio, autor da Imitação de Cristo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 201: 120-6, out./dez. 1948 (Transcrições)

126

Curso Rui Barbosa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 205:3-4, out./dez. 1949.

Discurso de abertura do Curso Rui Barbosa, realizado no Instituto Histórico, com início a 29 de setembro de 1949.

127

O centenário de nascimento do primeiro cardeal brasileiro. Comemoração do Instituto Histórico — 24 de janeiro de 1950. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 206:192-6, jan./mar. 1950. Publicado pela Imprensa Nacional, 1952

128

Abertura do Curso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 221: 44-5, out./dez. 1953. (Curso Capistrano de Abreu).

Conferência de abertura do Curso Capistrano de Abreu, realizado no Instituto Histórico.

129

Antelóquio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 245: 306-10, out /dez. 1959 (Transcrições)

Apresenta o trabalho de Arthur Cezar Ferreira Reis: *A expansão portuguêsa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII.*

2 10 — NAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO E SANTOS E NO HOSPITAL DE LÁZAROS DE SÃO PAULO

130

Relatório da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. São Paulo, 1915

131

Relatório apresentado pelo mordomo do Hospital dos Lázaros de São Paulo em 30-6-1918. São Paulo, Casa Espíndola, 1918. 30 p.

24

132
Oração do Excelentíssimo Senhor .. ao centenário da Santa Casa de Santos Santos, 1936 |3 p.|

133
Discurso pronunciado no Consistório da Irmandade da Santa Casa, na sessão magna em comemoração ao 1º centenário da elevação de Santos à cidade no dia 27 de janeiro de 1939. São Paulo, Elvino Pocai, 1939, 17 p.

134
D. Leonor e as Casas de Misericórdia São Paulo, Elvino Pocai, 1944 15 p. Transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 182: 116-21, jan / mar 1944

Discurso pronunciado na sessão inaugural das solenidades comemorativas do 4.º centenário de fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

135
D. Leonor de Lencastre. São Paulo |Separata de *Atualidades,* São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, mar. 1959|

Discurso proferido na Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, saudando os provedores das Santas Casas Portuguêsas de Lisboa e Goa, em sessão solene de 2 de março de 1959

136
O dia das Santas Casas e o centenário das Irmãs de São José. *Estado de São Paulo,* São Paulo, 3 jul. 1959. |Publ. também em Separata de *Atualidades,* São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, jul 1959| Transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 246. 308-13, jan /mar. 1960

2 11 — EXTERIOR

137
Il Brasile paese consumalore della produzione agraria italiana Conferenza tenuta alla Real Accademia dei Georgofili di Firenze nell'Aduananza del 3 aprile 1932 Firenze, Tip di Mariano Ricci, 1932, 17 p

138
Discurso. Pronunciado em Washington em 25 de janeiro de 1933, agradecendo o título "Doctor of Laws Honoris Causa da Catholic University of America" Washington, 1933.

139
Discursos In: ANAIS do Senado Federal Norte Americano Washington, 1933

140
Discurso de saudação ao Secretário Cordel Hull na União Pan-Americana Rio de Janeiro, 1937

141
Discurso na Academia Uruguaia de Letras. 1943 Transcrito, em espanhol, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 179: 157-60, abr /jun 1943 (Missão Cultural ao Rio da Prata)

142
Discurso no Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai em 27-5-1943 Montevidéu, 1943. Transcrito, em espanhol, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 179: 151-4, abr / jun. 1943

Pronunciado na comemoração do 1.º centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai

143
Discurso na Academia Nacional de la Historia da Argentina, em 4-6-1943. Rio de Janeiro, 1943. Transcrito, em espanhol, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 179 178-9, abr./jun 1943

Proferido na sessão solene de 4 de junho de 1943, em Buenos Aires, comemorativa ao cinqüentenário da Academia

144
Discurso na Academia Argentina de Letras em 7 jun 1943. Buenos Aires, 1943

145
Discurso pronunciado no banquete oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores do Peru, Dr Manuel Cisneros, em 27 de novembro de 1957 |s. n. t|

146
Discurso pronunciado no banquete oferecido ao Ministro das Relações Exteriores, Doutor Manuel Cisneros, na Embaixada do Brasil em Lima, em 28-11-1957 |s n t|

147
Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados do Peru em 28-11-1957 |s n t|

148
Discurso pronunciado no Senado do Peru, 28-11-1957. Lima, 1957

1949
Discurso agradecendo o título de Doutor "Honoris Causa' da Universidade do Chile. Santiago, 1957

1 12 — HOMENAGENS

150
|*Discurso por ocasião da outorga da medalha de ouro "Honra ao Mérito", que lhe foi conferida pela Standard Oil Company of Brasil* |s n. t|

151
Per aspera ad astra. São Paulo |Elvino Pocai| 1935 22 p. |Discurso pronunciado por ocasião da entrega de diplomas aos novos bacharéis do Gymnasio do Carmo, a 16 de novembro de 1929|

152
Discurso do Embaixador In HOMENAGEM da sociedade de São Paulo ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares 26-4-1931. São Paulo, Instituto D Anna Rosa, 1931. 46 p., p 33-46

153
Discurso no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros quando da homenagem que lhe foi prestada por ocasião do 1.º aniversário da Paz do Chaco Rio|de Janeiro| 1936

154
Rui e a mocidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 205: 160-7, out./dez 1949 (Publicações a respeito de Rui Barbosa)

Discurso pronunciado como paraninfo da turma de professôras da Escola Normal de Santa Rita de Passa Quatro, em SP

155
Discurso do pronunciado em 19 de dezembro de 1935, quando lhe foi conferido o título de Doutor "Honoris Causa" da Universidade de São Paulo. São Paulo, Gráfica Edanee, 1956, 23 p. il. |Separata de *Atualidades,* da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, jan. 1956|

156
Oração do Embaixador proferida em 18 de dezembro de 1954 como paraninfo das diplomandas do Colégio São José, da capital de São Paulo São Paulo, 1959, 12 p. |Separata de *Atualidades,* São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, 1959|

157
|Discurso| de agradecimento do Embaixador In: EXPRESSIVA homenagem de homens ilustres de São Paulo a um dos mais ilustres paulistas São Paulo, 1959, 28 p p 27-8.

158
Discursos agradecendo o título de Doutor "Honoris Causa" da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1958. |Separata de *Atualidades,* São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, agô. 1959 |Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 242: 415-7, jan /jun 1959

159
Oração do Embaixador José Carlos de Macedo Soares São Paulo, 1959 |Separata de *Atualidades,* São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, jul. 1959|

3 — MISCELÂNIAS

160
A vida amorosa de Carlos Gomes São Paulo |s. d.|

161
Processo Angelo Longaretti. Revisão crime n º 1296 Petição inicial pelo advogado . . São Paulo, Augusto Siqueira & Cia., 1908 22 p

162
Psicologia e pedagogia São Paulo, 1912.

163
O Artigo 183, número IV, do Código Civil Brasileiro e a sua modificação São Paulo, Augusto Siqueira & Cia, 1919. 25 p.

Discurso pronunciado na Sociedade Eugênica de São Paulo, sessão realizada aos 10 de julho de 1919

164
Escolas de fachada São Paulo, Elvino Pocai, 1920. 44 p.

Crítica da organização das escolas públicas do Estado de São Paulo em 1920 Artigos publicados no *Estado de São Paulo*

165
A renascença São Paulo, 1925.

26

166
"O impôsto único", "Georgismo" e "Valorisação immerecidas". São Paulo, 1916 23 p Artigo publicado no *Jornal do Comércio,* Rio de Janeiro, 21 maio 1916

167
As eleições presidenciais nos Estados Unidos Pref de Nestor Rangel Pestana. São Paulo, 1928 115 p. il |Separata de *Feira Literária,* São Paulo, 12, 1928|

168
O Banco do Brasil como Banco Central de Emissão e Redesconto São Paulo, Instituto D. Anna Rosa, 1929 71 p. |Transcrição do *Minas Gerais,* Órgam Official dos Poderes do Estado, Belo Horizonte 126, 1 º jun 1929| Conferência na Universidade de M Gerais|

169
Regulamento do 1.º Congresso Brasileiro de Arquivista. Rio de Janeiro, 1937

170
Exposição sôbre o Estado de guerra Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937

171
Cidade penitenciária do Distrito Federal |Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937| 45 p

172
Oswaldo Cruz São Paulo, Elvino Pocai, 1939 16|4| p , il |Conferência pronunciada no Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz", da Faculdade de Medicina de São Paulo, 14 set 1938|

173
Deodoro, Ruy e a Proclamação da República São Paulo, Elvino Pocai, 1940 |Conferência realizada no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, a 25 de novembro de 1939 22 p |

174
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 1939

175
A fundação da política americanista *A Noite,* Rio de Janeiro, 4 nov 1940

176
Sessão Magna do Congresso Eucarístico Diocesano de Niterói |s. 1.| 1942

177
Guglielmo Ferrero. |s 1.| 1942

178
A história dos Congressos Eucarísticos e o Papa Leão XIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1945 p 463-8 |Separata da *Revista do Instituto Heráldico Genealógico,* São Paulo, 9, 1945|

179
José Bonifácio economista |São Paulo, Gráfica Cruzeiro do Sul| 1944 29 p Publicado também na *Revista do Instituto Heráldico e Genealógico,* São Paulo, 9, 1945 Transcrito com o título José Bonifácio de Andrade e Silva, economista, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 184. 171-94, jul /set 1944 |Conferência inaugural da Academia dos Economistas de São Paulo|

180
A Organização Internacional da Paz |s 1 | 1945

181
Rio Branco *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 187: 123-7, abr /jun 1945 (Transcrições) |Transcrito do *Jornal do Comércio,* s n t |

Discurso inaugurando a Exposição do Teatro Municipal de São Paulo, por ocasião do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, 20 de abril de 1945

Anexo

Painéis do Seminário Macedo Soares, um principe da conciliação

CRONOLOGIA

06/10/1883 Nasce José Carlos de Macedo Soares, em São Paulo.

1901 Conclui bacharelado em Ciências e Letras.

1905 Gradua-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo e passa a lecionar Economia Política e Ciência das Finanças na Escola de Comércio Álvares Penteado. Em seguida, assume a direção do Ginásio Macedo Soares.

1909 Entra para a Campanha Civilista, apoiando Rui Barbosa em sua candidatura à Presidência da República.

1923 Assume a presidência da Associação Comercial de São Paulo.

1924 Faz a intermediação entre os revoltos da Revolução de 1924 e as forças legalistas. Por sua atuação nesse episódio ter sido interpretada como ato de colaboração com os amotinados, foi preso, julgado e exilado.

1930 Apóia a candidatura presidencial de Getúlio Vargas. Integra o governo provisório paulista como Secretário de Justiça.

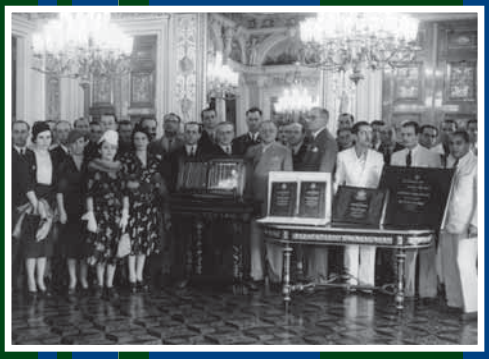
Macedo Soares em Homenagem ao Interventor Paulo Ramos (Década de 30).

CRONOLOGIA
(CONTINUAÇÃO)

1933	É eleito deputado constituinte.
1934	É escolhido por Getúlio Vargas para ocupar a pasta das Relações Exteriores.
1935	Participa das negociações com os chanceleres da Bolívia e do Paraguai que resultaram na assinatura da Paz do Chaco, sendo qualificado pela imprensa argentina como "Chanceler da Paz".
1936-1951	Ocupa a presidência do IBGE.
1939-1968	Dirige o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
1942	Assume a presidência da Academia Brasileira de Letras.
1945	Assume a presidência da Sociedade Brasileira de Geografia.
1955	Retorna à presidência do IBGE, demitindo-se, um ano depois.
29/01/1968	Falece em São Paulo.

Macedo Soares em reunião presidencial (sem data).

MEMÓRIA VISUAL



3º Aniversário do IBGE (1938).

Encerramento da 2ª Assembléia Geral dos Conselhos de Geografia e de Estatística (1938).

1ª Conferência dos Agentes Municipais de Estatística (1939).

Instalação do Serviço de Coordenação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia – CNG (1939).

MEMÓRIA VISUAL

Reunião da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística (1939).

Inauguração das oficinas do Serviço Gráfico do IBGE (1939).

Homenagem ao embaixador Macedo Soares na 3ª Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística (1939).

José Carlos de Macedo Soares discursa na exposição de mapas municipais (Censo 1940).

MEMÓRIA VISUAL

Curso de férias no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (déc. 1940).

Homenagem ao embaixador Macedo Soares realizada na 2ª Reunião Pan-americana de Geografia e Cartografia (1944).

Visita de Getúlio Vargas à Exposição dos Mapas Municipais (1940).

MEMÓRIA VISUAL

Reunião da Comissão Nacional, realizada no Rio de Janeiro (Censo 1940).

Visita do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra ao IBGE (1949).

O "CHANCELER DA PAZ"

"José Carlos era um leitor infatigável. (...) Amava os livros pelo que continham, mas também pela forma que têm, pela encadernação, pelo papel em que estavam impressos, por serem livros... Comprava-os para si e para enviar a outros".

EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA
GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO (1947-1951)

"O natural respeito que a todos impunha por seus títulos de homem público, já com tantos serviços prestados, não só ao Brasil, mas também à paz do continente, imprimia extraordinária força moral a qualquer gestão que promovesse, como presidente dos órgãos colegiados do IBGE".

WALDEMAR FREIRE LOPES
SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

"Na direção dos negócios estrangeiros, começastes por uma reorganização interna, que redobraria a eficiência dos seus tradicionais serviços, e terminastes por um belo, ruidoso e comovedor triunfo na política internacional. (...) Valeu-vos o cognome de Chanceler da Paz [por intermediar a questão do Chaco]".

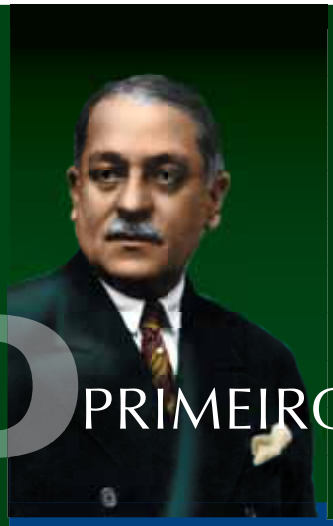
ATAULFO DE PAIVA
PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (1937)

"O Conselho Nacional de Estatística (...) manifesta profundo e respeitoso reconhecimento [ao embaixador Macedo Soares] que foi o esclarecido organizador da entidade, como órgão de administração, trabalho técnico, atividade cultural, pesquisa científica e orientação doutrinária".

RESOLUÇÃO N.º 485, DE 10/09/1961

"[Macedo Soares] firmou não apenas as condições fundamentais de união, devotamento e vigilância para os geógrafos do país, mas ainda os princípios basilares das três liberdades – nacional, individual e econômica".

RESOLUÇÃO N.º 137, DE 10/07/1945



O PRIMEIRO PRESIDENTE DO IBGE

"A civilização atual suscitou nova modalidade de demagogia: a dos técnicos. A consciência da técnica é a última superstição da ciência. A especialização é a compartimentação do cérebro, é o encerramento das idéias em células estanques, limitando a inteligência ao seu objetivo direto e invariável".

Discurso proferido na Academia Brasileira de Letras

"Os trabalhos estatísticos tornam-se (...) elementos fundamentais na vida moderna. Entre nós, (...) os serviços estatísticos não lograram estimável desenvolvimento porque têm tido quase que exclusivamente objetivos (...) de natureza jurídica ou fiscal. Entretanto, o conceito da moderna estatística estende e muito o campo dessa ciência que passou do fenômeno coletivo das massas às investigações de ordem econômica, financeira e social".

Discurso na posse como primeiro presidente do IBGE

"O Brasil confia na colaboração dedicada dos geógrafos e dos professores de geografia, no sentido de se ativar corajosamente em todo o vasto território nacional, os trabalhos conducentes a um surto glorioso de geografia (...)".

Discurso do embaixador Macedo Soares no CNG

"(...) os obstáculos que se apresentaram à ação do IBGE foram admiravelmente vencidos graças ao ímpeto idealista e à inquebrantável pertinácia dos pioneiros, dentre os quais quero ressaltar o nome Mário Augusto Teixeira de Freitas (...)".

Discurso na segunda investidura como presidente do IBGE

Equipe técnica

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Projeto História das Estatísticas Brasileiras
Nelson de Castro Senra

Projeto editorial

Coordenação de Produção
Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual
Carmen Heloisa Pessôa Costa
Júlia Felipe
Katia Vaz Cavalcanti

Diagramação textual
Luiz Carlos Chagas Teixeira

Programação visual da publicação
Luiz Carlos Chagas Teixeira

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica
Ana Raquel Gomes da Silva
Solange de Oliveira Santos

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Digitalização e tratamento de imagens
Alexandre Carlos da Silva
Antônio Carlos Rocha Ferreira
Josianne de Miranda Pangaio

Luiz Carlos Meirelles Carril
Paulo Roberto dos Santos Lindesay
Sergio de Assis Barboza
Vanderlei Martins Sabino

Pesquisa bibliográfica
Regina Maria Fucci

Pesquisa iconográfica
Helena Bezerra Torelly
Vera Lucia Cortes Abrantes

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento
Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão
Ednalva Maia do Monte

Série Documentos para Disseminação

ISSN 0103-6335

1 - O IBGE e o atendimento à sociedade (prefácio do projeto técnico do CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza. ISSB 85-240-0329-4. 1990. 44 p.

2 - Projetos de disseminação, contribuição ao estabelecimento de uma metodologia, de Cláudio Alex Fagundes da Silva. ISBN 85-240-0355-3. 1991, 30 p. Proposta metodológica que integra a disseminação de informações com o marketing.

3 - Pensando a disseminação de informações, de Nelson de Castro Senra. ISBN. 85-240-0459-2. 1993, 38 p.

Subsérie Memória Institucional

ISSN 0103-6459

1 - Teixeira de Freitas: pensamento e ação, coord. do Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140 p.

2 - Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas, coord. do Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0366-9. 1991. 80 p. Textos das palestras proferidas no Encontro comemorativo do centenário de nascimento de Teixeira de Freitas.

3 - Pró-Censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos Recenseamentos do Brasil, de Francisco Romero Feitosa Freire. ISBN 85-240-0460-6. 1993. 53 p.

4 - A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo, de Eli Alves Penha. ISBN 85-240-0463-0. 1993. 125 p.

5 - IBGE: um retrato histórico, de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves. ISBN 85-240-0542-4. 1995. 59 p.

6 - Síntese histórica da formação dos Estados, Distrito Federal e Território da República dos Estados Unidos do Brasil e divisas interestaduais, de Ildefonso Escobar. ISBN 85-240-0545-9. 1995. 145 p.

7 - O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos ISBN 85-240-3868-3. 2006. 278 p.

8 - Isaac Kerstenetzky : legado e perfil ISBN 85-240-3900-0. 2006. 216 p.

9 - Giorgio Mortara : ampliando os horizontes da demografia brasileira ISBN 978-85-240-3937-9. 106 p.

10 - A estatística brasileira e o esperanto : uma história centenária : 1907 - 2007 ISBN 978-85-240-3944-7. 161 p.

11 - Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira ISBN 978-85-240-3982-7. 433 p

Subsérie Fontes de Documentação

ISSN 0104-5342

1 - A Indexação do Banco de Metadados do IBGE, de Philippe Jean Damian, Marília de Almeida March e Vera Lucia Cortes Abrantes. ISBN 85-240-0475-4. 1994. 25 p.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**

www.ibge.gov.br
wap.ibge.gov.br

atendimento
0800-721-8181

Embaixador Macedo Soares

Um Príncipe da Conciliação

Recordando o Primeiro Presidente do IBGE

José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) foi um raro homem público, um notável estadista da República, e um vigoroso intelectual. Teve várias funções públicas: deputado constituinte, ministro de Estado (das Relações Exteriores em duas ocasiões, e da Justiça em breve período), embaixador, governador paulista. Nele se associava, com invulgar brilhantismo, o historiador, o geógrafo, o estatista (familiar à estatística), o sociólogo, o estudioso das fronteiras; em suma, um homem de criação e de ação.

Ocupou a presidência de prestigiosas entidades, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1939-1968), a Academia Brasileira de Letras (1942-1943, onde entrou em 1937), a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1945-1951), entre várias outras. Foi o primeiro presidente do IBGE, o mais longevo dentre todos (1936-1951 e 1955-1956) onde, por seu prestígio, sua capacidade de negociação, de conciliação, sustentou a implantação da instituição idealizada por *Mário Augusto Teixeira de Freitas*. Seu passado de homem público é um modelo de retidão, um exemplo de dedicação, a se mirar e a se imitar.

Ao render-lhe homenagem, realçando seus muitos feitos, em Seminário e nesta publicação, contendo textos dele e sobre ele, alguns antigos e outros atuais, o IBGE sabe que presta um serviço especial à história do Brasil.

ISBN 978-85-240-4008-5
9 788524 040085